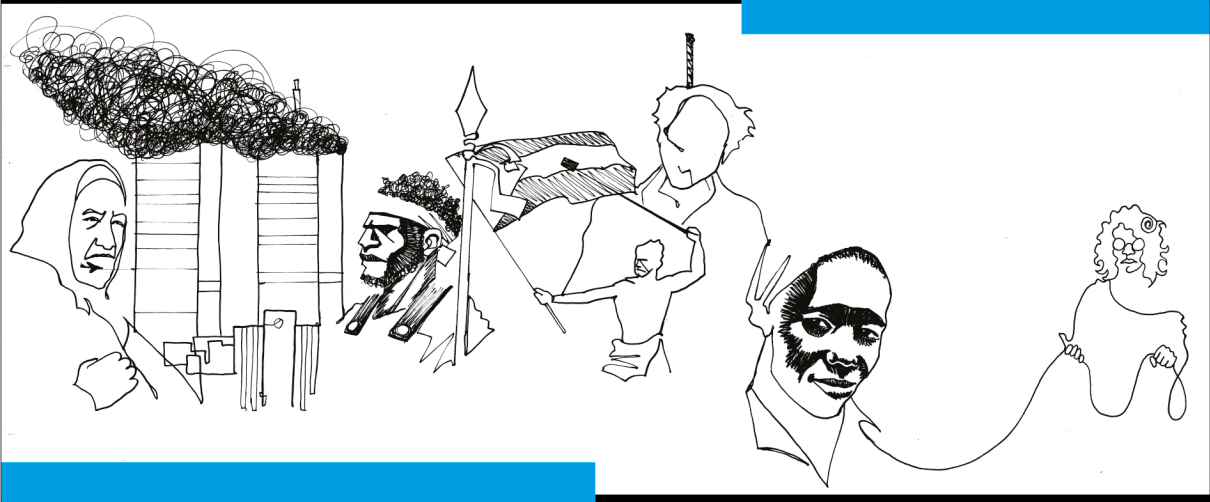
Rosane Marcia Neumann
Aristeu Elisandro Machado Lopes
Charles Sidarta Machado Domingos
Org.



Desafios contemporâneos: os lugares das/dos historiadoras/es

Sociedade e Cultura: temas, abordagens e fontes

casaletras

Rosane Marcia Neumann
Aristeu Elisandro Machado Lopes
Charles Sidarta Machado Domingos
Org.



Desafios contemporâneos: os lugares das/dos historiadoras/es

Sociedade e Cultura: temas, abordagens e fontes

casaletras
Porto Alegre
2024



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA – SEÇÃO RIO GRANDE DO SUL / ANPUH-RS

Rua Caldas Júnior, 20 – Sala 24 – Centro Histórico - 90010-260
Porto Alegre - Rio Grande do Sul - Brasil
Site: www.anpuh-rs.org.br
E-mail: anpuhrs@anpuh-rs.org.br

DIRETORIA DA ANPUH-RS (GESTÃO 2022-2024)

Presidenta: Rosane Marcia Neumann (FURG/UNIPLAC)
Vice-Presidenta: Marlise Regina Meyrer (PUCRS)
1.º Secretário: Aristeu Elisandro Machado Lopes (UFPel)
2.º Secretário: Charles Sidarta Machado Domingos (IFSul - Câmpus Charqueadas)
1.ª Tesoureira: Carolina Martins Etcheverry (Colégio La Salle)
2.ª Tesoureira: Andrea Helena Petry Rahmeier (SMED/São Leopoldo/FACCAT)
Conselho Fiscal:
Alexandre Maccari Ferreira (UFSM)
Maíra Inês Vendrame (UNISINOS)
Mônica Karawejczyk (PUCRS)

Copyright ©2024 Associação Nacional de História – Seção Rio Grande do Sul / ANPUH-RS

Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas, bem como a adequação técnico-linguística dos textos, são de inteira responsabilidade dos autores.

LICENCIADA POR UMA LICENÇA CREATIVE COMMONS

Atribuição - Não Comercial - Sem Derivadas 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0)

Você é livre para:
Compartilhar - copie e redistribua o material em qualquer meio ou formato O licenciante não pode revogar essas liberdades desde que você siga os termos da licença.
Atribuição - Você deve dar o crédito apropriado, fornecer um link para a licença e indicar se foram feitas alterações. Você pode fazê-lo de qualquer maneira razoável, mas não de maneira que sugira que o licenciante endossa você ou seu uso.
Não Comercial - Você não pode usar o material para fins comerciais.
Não-derivadas - Se você remixar, transformar ou desenvolver o material, não poderá distribuir o material modificado.
Sem restrições adicionais - Você não pode aplicar termos legais ou medidas tecnológicas que restrinjam legalmente outras pessoas a fazer o que a licença permitir.
Este é um resumo da licença atribuída. Os termos da licença jurídica integral está disponível em:
https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/legalcode

EXPEDIENTE:
Projeto gráfico, diagramação e capa:
Editora Casaletras

Ilustração da capa:
Bruno Ortiz Monllor

Editor:
Marcelo França de Oliveira

CONSELHO EDITORIAL CASALETRAS
Dr. Airton Pollini
Université Haute-Alsace, Mulhouse, França

Dr. Amurabi Oliveira
Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC

Dr. Aristeu Lopes
Universidade Federal de Pelotas/UFPel

Dr. Elio Flores
Universidade Federal da Paraíba/UFPB

Dr. Francisco das Neves Alves
Universidade Federal do Rio Grande/FURG

Dr. Fábio Augusto Steyer
Universidade Estadual de Ponta Grossa/UEPG

Dr. Giorgio Ferri
Università degli Studi "La Sapienza", Roma, Itália

Drª Isabel Lousada
Universidade Nova de Lisboa

Dr. Jonas Moreira Vargas
Universidade Federal de Pelotas/UFPel

Dr. Luiz Henrique Torres
Universidade Federal do Rio Grande/FURG

Dr. Manuel Albaladejo Vivero
Universitat de València, Espanha

Dr. Marcelo França de Oliveira
Biblioteca Rio-Grandense

Drª Maria Eunice Moreira
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS

Dr. Moacyr Flores
Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul/IHGRGS

Drª Yarong Chen
Beijing Foreing Studies University, China

Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D4509 Desafios contemporâneos: os lugares das/dos historiadoras/es - Sociedade e Cultura: temas, abordagens e fontes (Vol. 1) / Rosane Marcia Neumann; Aristeu Elisandro Machado Lopes e Charles Sidarta Machado Domingos (Org.). [Recurso eletrônico] Porto Alegre: Casaletras, 2024.

756 p.
Bibliografia
ISBN: 978-65-5220-019-8

1. História - 2. Ofício do historiador - 3. Ensino de História - 4. Sociedade e cultura - I. Neumann, Rosane Marcia - II. Lopes, Aristeu Elisandro Machado - III. Domingos, Charles Sidarta Machado - IV. Título.

CDU: 01-0834 CDD: 907.2

EDITORA CASALETRAS
Intercity Premium Offices - Av. Borges de Medeiros, 2105, sala 906 - Praia de Belas • Porto Alegre, RS CEP 90110-150
contato@casaletras.com
www.casaletras.com

APRESENTAÇÃO

Os textos ora publicados foram apresentados e discutidos no decorrer do **XVII Encontro Estadual de História da ANPUH/RS** (29 de julho a 1º de agosto/2024, online FURG, Rio Grande), com o tema norteador **Desafios contemporâneos: os lugares das/dos historiadoras/es**, propondo-se a refletir sobre os diferentes lugares do fazer histórico no século XXI, para além da sala de aula da Educação Básica e da Universidade.

Nas duas últimas décadas, tivemos conquistas e retrocessos na nossa área de atuação. Por um lado, conseguimos a tão almejada regulamentação da profissão de Historiador (Lei 14.038, de 2020), garantindo a esse profissional um espaço no mercado de trabalho; por outro lado, observamos uma acentuada precarização do trabalho do/a professor/a de História, cujo espaço nos currículos escolares está sendo reduzido e, consequentemente, o número de vagas em concursos públicos (quando há concurso, uma vez que prevalecem os contratos temporários no Estado!), além da desvalorização salarial, perseguição política e ideológica, cerceamento de sua liberdade de cátedra, negacionismos, violências, dentre outras contestações.

Simultaneamente, observa-se a ampliação do leque de possibilidades para a atuação profissional do historiador e da historiadora, além da docência escolar e/ou acadêmica. A demanda pelo profissional da História extrapola cada vez mais os tradicionais muros da escola/academia, dos arquivos e museus, para ocupar os espaços sociais públicos, colaborativos e multidisciplinares, no movimento da História Pública. É fato que a interação, o diálogo e a divulgação histórica para o grande

público foram impulsionados pelo avanço e a democratização das novas mídias, em particular, as mídias digitais, tais como podcasts, inserções no TikTok, produção de vídeos, lives, contribuição para jornais e revistas online, buscando, enfim, comunicar-se com o público leigo, alicerçando o fortalecimento da cidadania.

Nesse contexto, nos questionamos sobre os diferentes lugares de atuação do Historiador e da Historiadora, entre o discurso e a práxis, no desempenho do seu ofício, imerso em uma realidade adversa: por um lado, um sistema de ensino-aprendizagem precário, frágil em termos de saberes e fazeres; do outro, o avanço de um mundo interconectado, da inteligência artificial e, por extensão, da história digital. Enfim, como costurar os saberes e fazeres das sociedades, e por que não, o que nos faz humanos, com os desafios do tempo presente, no qual a nossa autodestruição nos espreita?! Que cidadãos somos/estamos formando para essa era do antropoceno ou capitaloceno?

* * *

O presente livro *Desafios contemporâneos: os lugares das/dos historiadoras/es. Sociedade e Cultura: temas, abordagens e fontes* divide-se em duas grandes temáticas. A primeira, *Gênero, violência e trabalho* reúne pesquisas que abordam o entrelaçamento entre gênero, violência e política nas sociedades antigas, seguida de uma discussão de criminalidade e práticas de justiça na contemporaneidade, e as relações multifacetadas no mundo do trabalho. A segunda, *História Cultural e História Local* articula as discussões sobre patrimônio histórico-cultural, imagem, imprensa e mídias como fontes de pesquisa, produção de conhecimento e recursos no ensino de História, seguida de uma discussão pautada nas escritas e práticas de história local.

O leque de temas, abordagens e fontes históricas analisadas pelos/as autores/as dão uma dimensão do potencial da área de História no campo da pesquisa, ensino e extensão, produzindo conhecimento em diálogo com os temas socioculturais emergentes.

Agradecemos ao apoio da FAPERGS para a publicação do livro.

Dra. **Rosane Marcia Neumann**
Presidenta ANPUH-RS – Gestão 2022-2024

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 5

PARTE 1
GÊNERO, VIOLÊNCIA E TRABALHO
Mulheres e homens: violência, gênero e política no mundo antigo

DISCURSO FEMININO NA TRAGÉDIA GREGA: UMA ANÁLISE DE GÊNERO NAS OBRAS AS TRAQUÍNIAS E MEDEIA 13
Darcylene Pereira Domingues

VIOLÊNCIA VERBAL E SACRIFÍCIO EM ANTÍGONA 36
Jussemar Weiss Gonçalves

A RECEPÇÃO DE IFIGÊNIA NA BIOGRAFIA DE ANTÔNIO DE SOUZA NETO 59
Mariana Soares Zuchetti

EXPLORANDO OS ASPECTOS NARRATIVOS NA *VIDA DE PAULO DE TEBAS* 76
Rafael da Costa Campos

História social do crime e das práticas de justiça

O PAPEL DOS OUVIDORES RÉGIOS NO ORDENAMENTO URBANO DA FRONTEIRA MERIDIONAL DA AMÉRICA PORTUGUESA (SÉCULO XVIII): UMA COMPARAÇÃO ENTRE NORMATIVAS URBANAS IBÉRICAS 96
Aluísio Gomes Lessa

CONTORNOS DE VIOLÊNCIA E HONRA: CRIME DE ESTUPRO E MATRIMÔNIO A PARTIR DA ANÁLISE DO CASO DO HOTEL POPULAR (SANTA MARIA / RS/1925) 116
Bárbara Gonçalves Textor

"ESTA CASA DE REPENTE HÁ DE VOAR PELOS ARES": UM ESTUDO SOBRE ESCRAVIDÃO POR MEIO DE UM PROCESSO CRIMINAL (SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA, 1862-1865) 134
Douglas Reisdorfer

MULHERES COMO RÉS EM PROCESSOS-CRIME NOS MUNICÍPIOS DE BAGÉ E JAGUARÃO ENTRE OS ANOS DE A 1872 A 1890 156
Geza Guedes

"COLONIZADORAS DO PARAÍSO": PARTEIRAS ITALIANAS E CIRCULAÇÃO TRANSNACIONAL NO ATLÂNTICO SUL 175
Maíra Ines Vendrame

AS DIMENSÕES DO CÓDIGO PENAL DE 1890 197
Tamara Juriatti

Mundos do Trabalho: classe, raça e gênero na luta por direitos

AS MULHERES "FACA NA BOTA": UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS TAREFEIRAS DAS INDÚSTRIAS DE PESCADO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO NORTE/RS 214
Alice da Conceição Teixeira

NARRATIVAS DOS GUARDIÕES DA MEMÓRIA DA PEDREIRA DO CERRO DO ESTADO: NA MEMÓRIA DE HOMENS COMUNS 237
Gladis Rejane Moran Ferreira

OS ELETRICITÁRIOS GAÚCHOS NO PROCESSO DE ENCAMPAÇÃO DA ANTIGA CEERG, PELA TRAJETÓRIA DO LÍDER SINDICAL ÁLVARO AYALA 253
Suéllen de Medeiros Cortes

PARTE II
HISTÓRIA CULTURAL E HISTÓRIA LOCAL
História e o Patrimônio Cultural

PATRIMÔNIO CULTURAL EM RIO GRANDE/RS: PERCEPÇÕES A PARTIR DO TOMBAMENTO DA IGREJA MATRIZ DE SÃO PEDRO 284
Carmem G. Burgert Schiavon

MUSEUS E ENSINO DE HISTÓRIA, CONEXÕES POSSÍVEIS 301
Leticia Brandt Bauer

OS SENTIDOS DA FESTA DE IEMANJÁ NA CIDADE NOIVA DO MAR: FÉ E DEVOÇÃO NO TEMPO PRESENTE 318
Marcelo Moraes Studinski

O PAPEL DO DIÁLOGO NO ENSINO DE HISTÓRIA: RELAÇÕES ENTRE O PENSAMENTO HISTÓRICO E O PENSAMENTO CRÍTICO ATRAVÉS DE GRUPOS DE DEBATE 340
Nícolas Rodrigues de Mello

História, Imagem, Imprensa e Mídias

AS FOTOGRAFIAS DA ESCOLA DE BELAS ARTES DE PELOTAS DURANTE O PERÍODO DA DITADURA CIVIL-MILITAR: MEMÓRIA E COTIDIANO 357
Guilherme Susin Sirtoli

REGISTROS FOTOGRÁFICOS DO HOTEL SPERB EM TRAMANDAÍ (1900-1930) 385
Lilian Oliveira Trevisan Lima

AS REPRESENTAÇÕES DAS ESTRUTURAS SUBTERRÂNEAS NA ARQUEOLOGIA BRASILEIRA 401
Juliana Fernandes da Silva

REVOLUÇÃO CUBANA, IMAGENS E GÊNERO: UM OLHAR PARA UM LIVRO DIDÁTICO CUBANO 418
Andréa Mazurok Schactae

A IMPLANTAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO CEFET/IFSUL DE PASSO FUNDO NAS NOTÍCIAS DOS JORNAIS *O NACIONAL* E *DIÁRIO DA MANHÃ* (2006-2009) 437
Cibele Barea

FOTOGRAFIAS EM COMEMORAÇÃO À LEI ÁUREA: UMA ANÁLISE ATRAVÉS DA *REVISTA DA SEMANA* (RIO DE JANEIRO, 1901) 461
Euler Fabres Zanetti

REVISTA *UNIÃO SOVIÉTICA EM FOCO*: UMA COPRODUÇÃO DO BRASIL E DA UNIÃO SOVIÉTICA 477
Larissa Ceroni de Morais

HUMANIDADES DIGITAIS E A INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA: INSTRUMENTALIZAÇÃO DO SOFTWARE OBSIDIAN PARA O ENSINO E PESQUISA CIENTÍFICA 505
Thiago Noschang Cabral

O ESPIÃO BRITÂNICO VAI À AMÉRICA LATINA: UMA ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO LATINO-AMERICANA NA FRANQUIA 007 522
Emmanuel Correia

IMAGENS, CINEMA E PODER: A PERSPECTIVA DO HORROR CINEMATOGRÁFICO PELA LENTE DA CLASSE TRABALHADORA (1968 - 2020) 539
Gilson Moura Henrique Junior

8 VEZES BRASIL? ALGUMAS FORMAS DE PENSAR O BRASIL SEGUNDO LILIA SCHWARCZ 560
Hilton Costa

BASEBALL E A BOMBA ATÔMICA: O MANGÁ DE KEIJI NAKAZAWA COMO PERLABORAÇÃO DO TRAUMA 576
Mario Marcello Neto

História Local: suas escritas e suas práticas

CURANDEIRISMO, MILENARISMO E VIOLÊNCIA EM TANDIL (ARGENTINA, 1872) 598
Fabian Filatow

HISTÓRIA LOCAL E HISTÓRIA AMBIENTAL: UMA APROXIMAÇÃO A PARTIR DA OCORRÊNCIA DE EVENTOS EXTREMOS NO SUL DO BRASIL 618
Felipe Nóbrega Ferreira

REGIONALISMO NA PRIMEIRA REPÚBLICA: ALCIDES MAYA, J. SIMÕES LOPES NETO E ROQUE CALLAGE 640
Neandro Vieira Thesing

O LIMITE CONTESTADO: A HISTÓRIA DE THOMAZ ALBORNOZ NO PAMPA GAÚCHO DE SAN'TANA DO LIVRAMENTO/RS, BRASIL 661
Ramon Ribeiro Lucas

A ESCRITA DA HISTÓRIA LOCAL ATRAVÉS DO COLECIONISMO 684
Sandra Cristina Donner

"ACONSELHAR E AJUDAR OS ALEMÃES": A ATUAÇÃO DA *DEUTSCHLANDHILFE* NO BRASIL (1946-1957) 702
João Vítor Sand

INFÂNCIA MIGRANTE: O ACOLHIMENTO E A INSERÇÃO DO/A IMIGRANTE NO ESPAÇO ESCOLAR 726
Rosane Marcia Neumann

PARTE 1

Gênero, violência e trabalho

Mulheres e homens: violência, gênero e política no mundo antigo

DISCURSO FEMININO NA TRAGÉDIA GREGA: UMA ANÁLISE DE GÊNERO NAS OBRAS AS TRAQUÍNIAS E MEDEIA

Darcylene Pereira Domingues[1]

Introdução

O presente trabalho aqui apresentado demonstra um recorte realizado no interior do projeto de doutorado, iniciado no ano de 2022, no Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Pelotas - UFPel. Nesse sentido, apresentamos a problemática que norteia esse recorte: de que maneira Sófocles e Eurípedes constituíram um modelo do feminino em suas tragédias *As Traquínias* e *Medeia* a partir das personagens Dejanira e Medeia? Utilizando a metodologia de análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin (1979) e a perspectiva comparada, ensejamos demonstrar as diferenças e semelhanças na construção dos personagens femininos. Assim, desejamos compreender como os trágicos estabeleceram suas personagens a partir de uma relação com a cultura androcêntrica e cívica da pólis, relação essa não apenas com a cidade, mas também com as

1 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Pelotas -UFPel. Lattes:http://lattes.cnpq.br/1116806849100317 Orcid: https://orcid.org/0000-0003-1475-0577 E-mail: darcylenedomingues@gmail.com

contradições inerentes à vida cotidiana das mulheres e dos homens da *pólis*.

A partir desse questionamento inicial pretendemos analisar o discurso feminino presente ao longo das fontes selecionadas, uma vez que, além das personagens citadas, também encontramos um Coro feminino muito presente em ambas as tragédias. Esse personagem coletivo, e ao mesmo tempo anônimo, que era encarnado por um grupo oficial de cidadãos, que segundo Vernant (2005), tinha como papel exprimir os seus temores, esperanças e interrogações. O Coro, fundamentalmente, expressa às partes cantadas e traz à cena novos questionamentos que permeiam o interior da *pólis*. É justamente através da aproximação que Dejanira e Medeia constituem um discurso próprio para essas mulheres que observam as suas dores e compreendem as suas desgraças. Além disso, desejamos, posteriormente, demonstrar quais são os elementos textuais presentes nas narrativas que demonstram essa fronteira entre os atos masculinos e femininos.

Assim, nosso objetivo principal é identificar a construção de um modelo feminino nas tragédias *As Traquínias* de Sófocles e *Medeia* Eurípides a partir das personagens, por meio da combinação das metodologias acima citadas. E discutir os papéis desses personagens a partir da categoria de gênero pois visualizamos no ambiente ateniense do século V a.C uma sociedade androcêntrica que cotidianamente afirmava essa distinção entre o feminino e o masculino.

As fontes: *Medeia* e *As Traquínias*

Eurípides[2] sentiu-se atraído pela figura de Medeia já no início dos seus escritos na obra *Pelíades*, de 455 a.C. O trágico apresentou a personagem como a destruidora de Pélias em um ardil, no qual, as próprias filhas inocentes são levadas a matar o pai. A obra segunda seria *Medeia* na qual seria apresentado o mito envolvendo os personagens, do casamento de Hélio e de Perseis, filha de Oceano e Tétis ou de Hécate, nasceram Etes, rei da Cólquida, Pasifae, Perses e Circe. Medeia neste sentido, era princesa, contudo na região da Ásia Menor no reino da Cólquida, filha do rei Etes, segundo o mito, descendente do deus Sol

2 Scodel (2017) corrobora que Sófocles tem sua personagem Antígona, Ésquilo possui a sua Clitemnestra e Eurípides destaca a sua Medeia.

e o possuidor do velocino de ouro além de ser sobrinha de Circe. Jasão juntamente com a expedição dos Argonautas destina-se para esse reino em busca da conquista da relíquia e consequentemente conhecendo Medeia. A terceira obra dessa trilogia seria *Egeu*, que mencionava uma lenda ática relacionando Medeia e Egeu numa conspiração contra Teseu. Entretanto, somente a tragédia *Medeia* resistiu ao tempo e ela é apontada como o "apogeu da arte do poeta em fazer que os feitos e destinos do homem nasçam do demônio que habita em seu peito" (Lesky, 1976, p. 171). Em consequência disso, a obra é vista como o auge de sua carreira; Medeia se tornou uma personagem que passou pelos tempos, sendo recriada, interpretada e representada de diversas formas. Além disso, conforme Swift[3] (2017), Medeia continua sendo umas das tragédias mais poderosas entre todas as produções da época clássica, uma vez que, discuti temas como ciúme, amor, vingança e infanticídio e continua atraindo espectadores após dois mil anos.

Na sua construção teatral Eurípides representou *Medeia*, no ano de 431 a.C na cidade de Atenas, uma personagem feminina que tinha conhecimento sobre seus saberes, por isso Medeia se coloca em um ponto de vista de um lugar de saber e de poder, mostrando como fazer e definindo caminhos não somente seus, mas também de Jasão. O posicionamento da personagem trágica se torna fundamental nas conquistas do herói, em função disso se realiza a cobrança do vínculo na tragédia, assunto vigorosamente presente nos diálogos. Para além, existe um juramento[4] realizado por Jasão prometendo casamento e fidelidade à moça no templo da deusa Hécate pois, segundo Robert Graves (2018), a princesa era sacerdotisa dessa divindade e Eurípides retoma esses argumentos logo no início da tragédia para fundamentar o impacto da separação. Nessa perspectiva, o trágico demonstra já nos primeiros versos que existe um compromisso desfeito, um juramento quebrado e os personagens, masculino e feminino, que não conseguem

3 O estudo da autora Laura Swift (2017) está estruturado em dois tópicos a respeito de Medeia: primeiramente a sua condição de estrangeira que é amplamente debatida ao longo da tragédia e a sua condição de mulher que é apresentada e debatida em diversos diálogos.

4 Esse casamento é também demonstrado por Apolônio de Rodes em sua obra Argonáuticas, e segundo o autor ele ocorre devido a necessidade de consumação do ato sexual, uma vez que, se Medeia ainda fosse virgem seria entregue novamente a seu pai.

se compreender, posto que estão em dimensões distintas, embora complementares.

Medeia euripidiana é uma mulher que rompe com o silêncio delegado ao feminino, confrontando por meio de palavras o masculino na tragédia, assim se colocando em posição de destaque e reconhecimento. Toda encenação teatral ocorre na frente do *oikos* de Medeia, que sai do particular[5] e vocaliza suas queixas no espaço público para outras mulheres que lhe assistem e participam, representadas no Coro de coríntias. Desde a sua primeira cena, a personagem traz para o palco um discurso específico sobre o feminino enfatizando sua condição de estrangeira, abandonada pelo marido que buscou uma nova aliança com Creonte. Por isso Marta Mega de Andrade (2003, p. 133) afirma que a princesa "transforma-se em porta-voz de uma insatisfação que ultrapassa a fronteira da cidadania entre as mulheres, insatisfação com o lugar 'reservado' às mulheres na sociedade". Por isso, Medeia traz em sua fala inicial, diante do Coro, os problemas que esse feminino também compreende: as dificuldades no casamento, o convívio na casa do marido, a reclusão no *oikos* e a procriação de filhos legítimos. Existe uma aproximação entre as personagens, posto que são mulheres e concebem, por meio de sua realidade, qual o espaço do feminino nessa sociedade.

A segunda fonte selecionada é *As Traquínias*, obra de autoria do trágico Sófocles e encenada na cidade de Atenas no ano de 430 a.C. Vale ressaltar que o herói Héracles possui, entre as tragédias remanescentes, duas obras que representam de maneiras antagônicas a vida do herói. Primeiramente, a tragédia *As Traquínias*, de Sófocles, que acompanha os dramas que envolvem a família do herói e o fim da sua vida grandiosa através de um ato de Dejanira, sua esposa. E a obra de Eurípides intitulada *Héracles,* de 416 a.C, ambientada em Tebas, que demonstra a família do herói sendo perseguida por Lico e posteriormente a morte de Mégara e seus filhos nas mãos do próprio filho de Zeus, após uma artimanha de Hera. Dessa forma, podemos observar que as obras acima citadas possuem sentidos diferentes sobre a figura do herói e apresentam diferentes esposas. Além disso, Héracles tem uma participação também

5 Utilizamos a palavra particular para nos referir ao espaço doméstico que o feminino vivia no seu cotidiano. Para melhor compreensão do conceito citamos a obra *A vida Comum*: espaço, cotidiano e cidade na Atenas Clássica de autoria de Marta Mega de Andrade.

na obra *Alceste* de autoria de Eurípides do ano de 438 a.C. Na trama o rei Admeto está condenado à morte e após a intervenção do deus Apolo juntamente com as Parcas permitem que ele se livre da morte. Contudo é necessário que uma outra pessoa esteja disposta a morrer. Após um debate com seus pais, já velhos, estes recusam-se a salvar a vida do rei. A sua jovem esposa, Alceste, sacrifica-se no lugar do marido. Héracles entra em cena como um hóspede de Admeto que ao saber de tamanho sacrifício e dor do rei, vai até o Hades e resgata a jovem Alceste.

A fonte aqui escolhida apresenta uma estrutura composta por duas partes bem distintas: a primeira dedicada a Dejanira, consumida pela inquietação e lamentação da demora do esposo, e posteriormente sabendo notícias de Héracles e do seu enlace amoroso por Íole, enviando-lhe assim um presente que, a princípio, seria um filtro amoroso. No segundo momento, Dejanira descobre a verdade por trás do seu ato, sendo a responsável pela morte do marido. E por não suportar essa culpa, suicida-se. Quando o herói aparece carregado pelos seus companheiros, Dejanira já está morta. Nesse sentido, Jacqueline de Romilly (2008, p. 89) afirma que "as duas personagens principais nunca estão, portanto, em presença uma da outra. Isso não impede que o contraste entre o herói sobre-humano e a sua mulher tão dedicada, submissa e indecisa" seja apagado. Isto significa que, no primeiro momento Héracles não está presente, porém ele é citado em diversas falas de Dejanira, do Coro femino e do próprio filho. No segundo ato, Dejanira não está presente, pois, não suportando a dor, matou-se, porém Hilo representa a figura de sua mãe ao declarar a Héracles as artimanhas de Nesso.

Dejanira[6] era filha de Eneu e Alteia, princesa de Cálidon na região da Etólia, uma moça que segundo a mitologia fora disputada por "muitos pretendentes que afluíram ao palácio de Eneu em Plêuron para pedir a mão da encantadora Dejanira, que conduzia carros de combate e praticava a arte da guerra" (Graves, 2018, p. 270). Contudo, abandonaram a disputa quando descobriram que seus principais rivais eram o deus-rio Aqueloo e Héracles. Posteriormente, após essa disputa pela princesa Dejanira apresenta-se como uma mulher que vive dedicada

6 Contudo, encontramos informações que afirmam que: "Dejanira, porém, era na verdade filha do deus Dionísio com Alteia, mulher de Eneu, como se tornou evidente quando Meléagro morreu e Ártemis transformou suas irmãs lamuriantes em galinhas-d'água" (Graves, 2018, p. 270).

ao casamento e a sua preservação e que vê adentrar a sua casa uma outra jovem, colocando em risco assim, tudo que ela possui.

Além disso, segundo Pierre Grimal (2019, p. 47) nessa tragédia podemos ver um novo significado do mito de Héracles que evidencia a infeliz condição dos mortais "incapazes de compreenderem as consequências de suas ações, quando cedem não só ao irresistível poder do amor, como as outras paixões que os deuses lhe enviam". Logo, o que vemos em cena são personagens que sofrem e lutam de maneira individual, mais contra si mesmo do que com forças divinas, ainda presentes na encenação. Além disso, segundo Albin Lesky (1995) essa tragédia demonstra um traço comum às anteriores obras do autor, ou seja, um isolamento da personagem principal, reação frente ao seu destino e forma cênica estática.

Debate de gênero

Como dito anteriormente na problemática da pesquisa aqui desenvolvida, a categoria de Gênero e os seus estudos são fundamentais para os argumentos. Nesse sentido, apresentamos brevemente um debate a respeito o movimento feminista que depois resultaria em trabalhos que desenvolveriam a perspectiva de Gênero e como ele apresenta-se, especificamente, no período da Antiguidade Clássica. Historicamente, os estudos feministas ganham maior visibilidade no final da década de 1940, com o livro de Simone de Beauvoir denominado O Segundo Sexo[7]. Nesta obra, a filósofa dedica-se a demonstrar como os processos formativos foram construídos ao longo do tempo, de maneira cultural e social.

Além disso, segundo a autora as relações entre o sexo biológico e a construção social da categoria mulher foram construídas historicamente, por isso o primeiro volume da sua obra discuti os fatos e mitos a respeito da mulher. Para corroborar seus argumentos, outros autores também são citados e problematizados no interior da obra, como por exemplo,

7 Obra reconhecida icônica frase "ninguém nasce mulher, torna-se mulher" (Beauvoir, 2016, p. 25).

os estudos de Freud[8] e Levi-Strauss[9] a respeito do feminino. Outro ponto significativo, é que Beauvoir (2016) demonstra que os processos biológicos e naturais do corpo feminino, como a menstruação e a gestação, são vistos como relevantes e marcadores da diferença entre os sexos. E consequentemente foram utilizados no discurso social para justificar a reclusão do feminino em determinadas atividades. Além disso, a autora debate outros assuntos como o patriarcado, a autoridade masculina, a domesticação do feminino e os mitos da criação.

Anteriormente a isso, o movimento feminista já havia dado seus primeiros passos nas décadas de 1920 e 1930, e principalmente reivindicando social e politicamente o espaço das mulheres. E dando seguimento e força para a segunda onda que iria discutir a sexualidade na década de 1960. Por isso os escritos de Beauvoir na década de 1940 recebem influência desse movimento e também reverberam novas pautas. Posteriormente, teremos a terceira onda, que será caracterizada pela interseccionalidade já na década de 1970. Como podemos observar o movimento foi paulatinamente incorporando novos debates e pautas para reivindicação, como por exemplo, classe e raça.

Dando sequência, nos anos 1990 as pesquisadoras feministas americanas começaram a utilizar a palavra "gênero" como uma maneira de referir-se à organização social da relação entre os sexos. Em seu artigo Gênero: uma categoria útil para análise histórica, a historiadora Joan Scott (1995, p. 13) discute como o conceito de "gênero" começou a ser utilizado primeiro para insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo e, "proposto por aquelas que defendiam que a pesquisa sobre as mulheres transformaria fundamentalmente os paradigmas no seio de cada disciplina". Por consequência, "gênero"[10] rejeitaria o determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo. Assim, como evidencia a autora:

---

8 Beauvoir demonstra que o conceito de mulher mutilada empregado por Freud provém evidentemente do fato dele se fundamentar num modelo masculino ao construir suas interpretações. Assim, ocorrendo uma comparação e valorização do homem (Beauvoir, 2016, p. 70).

9 Nesse momento a autora se dedica aprofundar as estruturas das relações de parentesco, através da autoridade, do casamento e do incesto, conceitos utilizados por Levi-Strauss. (Beauvoir, 2016, p. 104).

10 Citamos também como leitura introdutória a respeito do assunto a obra *Gênero*: uma perspectiva Global de Raewyn Connell e Rebeca Pearse.

> Minha definição de gênero tem duas partes e várias subpartes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser analiticamente distintas. O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder (Scott, 2019, p. 67).

O uso do conceito gênero coloca em ênfase o sistema de relações que podem incluir o sexo, entretanto não seriam diretamente determinados por ele. O movimento feminista do final do século XX utilizou muito o conceito para corroborar suas hipóteses e escritas, sobretudo impulsionando a História das Mulheres. Entretanto, alguns desses moldes historiográficos são criticados por Scott (2019), ao afirmar que as historiadoras feministas realizaram diversas abordagens para análise do gênero, que podem ser resumidas em três posições teóricas: a primeira tentaria explicar a origem do patriarcado, a segunda estaria ligada a uma tradição marxista e a terceira encontra-se dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias inglesas inspiradas na psicanálise, que tentaria explicar a produção e a reprodução de identidade de gênero.

Contudo, necessitamos direcionar a pesquisa aqui presente ao contexto da Antiguidade e aos autores que se dedicaram a discutir o feminino e o gênero. Percebemos que as pesquisadoras primeiramente se dedicaram a observar o feminino na sua individualidade, posto que historiograficamente as produções, em sua grande maioria, focam na questão política. Por esse ângulo, essas historiadoras, ao realizarem suas pesquisas, ambicionavam enfatizar um novo olhar sobre a sociedade. Podemos citar três autoras: Claude Mossé (1990), que discute o conceito de "clube de homens" para se referir a *pólis*, Sarah Pomeroy (1987) que analisa detalhadamente as categorias que eram restritas ao feminino, e Nicole Loraux (1994) que pesquisa temáticas a respeito do feminino na tragédia, nas orações fúnebres e na democracia ateniense. Num primeiro momento, essa produção historiográfica destinava-se a dar visibilidade a um feminino que era, muitas vezes, colocado como pertencente restritamente ao gineceu, assim não participando da História.

Nesse sentido, Pauline Schmitt Pantel (1990) afirma que a inovação historiográfica proposta também pela História das Mentalidades deu novo fôlego para essas pesquisas feministas que se ampliam com novas temáticas envolvendo sexualidade e o espaço privado. Neste sentido,

assuntos como os sentimentos e as relações de parentesco se tornam problemas de pesquisa no interior do *métier* das pesquisas em História Antiga. Sendo assim, essa produção, evidentemente feminina, ganha um corpus teórico mais alargado, retirando a mulher do silêncio da historiografia. Nacionalmente podemos citar algumas pesquisadoras que se dedicam a discutir a tragédia grega e o feminino no interior das peças ou as mulheres no contexto da *pólis*. Iniciamos com os estudos de Maria Regina Candido, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, que se dedica a estudar especificamente a magia no contexto clássico. Podemos citar as seguintes obras: *Mito e Magia: a imagem através do tempo* - obra de nosso interesse -; e *A feitiçaria na Atenas Clássica,* além de inúmeros artigos e pesquisas sobre a personagem Medeia e as divindades envolvidas nas práticas mágicas, como Hécate. Podemos mencionar também os trabalhos de Marta Mega de Andrade, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como seu livro intitulado *A vida comum: espaço, cotidiano e cidade na Atenas Clássica*, no qual a autora debate o espaço da cidade por meio de trabalhos arqueológicos, de textos de Platão, Xenofonte e de autores de tragédia e comédia. E a *"Cidade das mulheres"- cidadania e alteridade feminina na Atenas clássica*, no qual discute a respeito do espaço do feminino no interior da *pólis* e também analisa as produções do trágico Eurípides. Além disso, os trabalhos do historiador Fábio de Souza Lessa, da mesma universidade, que produziu livros que também devem ser indicados: *Mulheres de Atena: Melissa - do Gineceu à Agorá; O feminino em Atenas,* entre vários artigos e pesquisas. Afirmamos, desde o princípio, utilizar como método de análise a categoria de gênero, pois em primeiro lugar acreditamos que as concepções de feminino e masculino, tanto em nossa sociedade quanto na grega, bem como o contexto histórico das fontes, são fundamentais para observar os processos sociais em que ambos estão envolvidos e dialogando.

Além disso, nos questionamos a respeito dessa presença feminina, nas representações cênicas características do século V a.C. na cidade de Atenas, uma vez que, como nos afirma Loraux (1985), no seu livro *Maneiras Trágicas de Matar uma Mulher*, os cidadãos gregos viam esses personagens femininos, das tragédias, como uma maneira de observar a diferença entre os sexos e ao mesmo tempo reafirmando o lugar do feminino naquela sociedade. Por isso, devemos lembrar que as mulheres,

assim como crianças, não possuíam participação política e nem podiam deliberar, posto que não exerciam a função pública e militar. Como demonstra Lisiana Silva (2017, p. 141), mesmo após a mudança da configuração social, da aristocracia para a isonomia, o ideal de virilidade guerreira mantém-se no espaço da cidade e, principalmente, atrelado à cidadania, "por isso, a partir de então, a coragem, ou andreia, que é um conjunto de qualidades do anér, passa a ser justificada, ou por sua bravura, como guerreiro, ou por exercer a cidadania. Estas serão duas atividades indissolúveis para o homem da pólis".

A tragédia, como linguagem teatral, vai levar para cena essas tensões e ambiguidades que a cidade estava vivenciando naquele momento, no entanto, a partir de um discurso dramático e mítico. E isso se justifica, segundo Vernant (2005, p. 21), porque "na perspectiva trágica, portanto, agir tem um duplo caráter: de um lado é deliberar consigo mesmo, pesar o pró e o contra, prever o melhor possível, a ordem dos meios e dos fins; e de outro, é contar com o desconhecido e incompreensível". Logo, a tragédia é dialética, pois ao mesmo tempo exclui e incorpora, e é essa dicotomia e desmedida utilizada na construção das obras.

O feminino na tragédia: análise do prólogo

Neste tópico nos dedicamos a discorrer e a demonstrar a questão do leito, das núpcias e da dor que são evidentes em ambas as personagens, seja através da declaração da personagem Nutriz, seja por meio da fala de Medeia ou de Dejanira, que expõem seus temores. Essas categorias foram selecionadas a partir da metodologia da análise de conteúdo fundamentada em Laurence Bardin (1979) após inferir a fonte e selecionar de maneira temática os termos. Dessa forma, tanto a palavra leito como núpcias referem-se à instituição casamento. E o conceito de dor está presente no texto trágico para potencializar essa união desfeita ou afirmar a situação de vulnerabilidade do feminino perante as atitudes do masculino.

No entanto, sabemos que a situação de Medeia não se assemelha à de Dejanira, e isto é exposto já no prólogo. Medeia se encontra em terra estrangeira, longe da pátria, após trair sua família por Jasão. Porém, ambas as personagens encontram-se em cidades nas quais são hóspedes, Corinto e Tráquis. Elas não são as moradoras locais, filhas dos cidadãos.

Este papel é representado pelo Coro de mulheres presente em ambas as tragédias.

Medeia e Dejanira reivindicam os seus lugares sociais, a posição de esposas. Ambos os femininos reagem ao serem trocadas por outras jovens mulheres e buscam atingir seus esposos – vingar, no caso de Medeia, ou encantar, na situação de Dejanira. Lembramos que a mulher, socialmente, tem por objetivo e funcionalidade o papel de ser esposa e mãe de cidadãos. E é só isto que ambas as personagens defendem em suas falas. Desse modo observamos uma preparação para o casamento e a maternidade, pois, segundo Loraux, (1994, p. 17) "a mulher só realiza o seu télos (o seu objetivo) quando dá à luz e, embora não haja cidadania ateniense no feminino, a maternidade tem pelo menos o estatuto de atividade cívica". Logo, o feminino participa da cidade por meio dos seus filhos legítimos, assegurados através das relações de parentesco, e não por meio de uma produção discursiva intelectual e política, como o homem. Esse ideário da função de mãe é observado na obra *As Suplicantes* de Eurípides, na qual é representado um coletivo de mulheres, as mães dos Sete contra Tebas clamando pelos corpos dos filhos caídos durante o combate.

Também encontramos outras interpretações, como da historiadora Violaine Sebillote Cuchet que analisa a questão da cidadania a partir dos escritos de Aristóteles, na obra *Política*. Neste sentido, a autora afirma que "a cidadania é sobretudo um estatuto que se aplica a homens e mulheres e lhes dá um direito fundamental (sob a condição de respeitarem as regras) o de reproduzir cidadãos dos dois sexos" (Cuchet, 2018, p. 148). Por isso, a autora conclui que existe uma ambivalência nesse discurso, logo a mulher também é considerada cidadã, todavia afirmamos que elas permanecem funcionalizadas pela cidade. A respeito do lugar do feminino e do casamento também citamos Andrade que nacionalmente concorda com essa questão da cidadania feminina e aprofunda seus estudos na área em diferentes perspectivas.

Neste sentido, iniciamos analisando os prólogos das obras e comparamos as principais decisões das personagens. Contudo é necessárias algumas alusões sobre esses versos: primeiramente ambos são proferidos por mulheres (no caso da obra Medeia é a personagem Nutriz que fala e no caso d'As Traquínias é a própria Dejanira); nos dois

casos o prólogo apresenta os principais acontecimentos anteriores que envolvem as esposas e seus maridos e consequentemente ambientam o espectador no mito que o poeta trágico escolheu. Além disso, em ambas as falas o feminino cita as núpcias/casamento dos personagens ou a união desfeita. No caso de Medeia – a dor e angústia que essa separação proporciona. Para Medeia, separação da união, para Dejanira, separação física, pois Héracles não se encontra em casa. E, para finalizar, o receio que a Nutriz apresenta na sua fala, ao afirmar ter medo que Medeia tire a própria vida com uma faca dentro do *oikos*, no leito, sendo esta justamente a morte que terá Dejanira. Portanto, podemos observar uma certa intertextualidade entre as tramas, o que corrobora nossa análise a partir do método de comparação. Neste sentido, desejamos demonstrar as diferenças e semelhanças das personagens, principalmente em seus discursos além de suas ações ao longo da tragédia.

Ao realizar a comparação dos versos, grifamos os principais argumentos utilizados no início dos poemas trágicos e que serão relevantes na construção da problemática da tese ao longo do capítulo. Numericamente os prólogos apresentam a mesma quantidade de versos, totalizando 48 cada. A situação do casamento é central no prólogo[11], uma vez que, a união de Medeia e Jasão foi desfeita e um juramento foi quebrado, pois é justamente isto que ela reivindica através da fala da Nutriz que afirma:

> Agora ódio é tudo e a casa está doente.
> Traindo os seus filhos e a minha dona,
> Jasão tem, o leito nupcial da princesa,
> esposa da filha de Creonte, rei da terra.
> Medeia, mísera, porque está desonrada,
> grita: "Juramentos!" (EUR. *Medeia*. vv.16 -21) [grifo nosso]

Mitologicamente, segundo Graves (2018), Medeia era sacerdotisa da deusa Hécate na Cólquida e antes de partir Jasão teria realizado um juramento dentro do templo prometendo união e fidelidade à princesa.

11 Jaa Torrano afirma a respeito desse trecho: "O prólogo de Medeia se compõe de três partes: o monólogo da nutriz, o diálogo entre a nutriz e o preceptor, e o diálogo entre a nutriz, diante de casa, e Medeia, dentro de casa. No monólogo, a nutriz, velha servidora de Medeia, tomando o Céu e Terra por testemunhas, relembra fatos passados e descreve a presente situação deplorável de sua senhora" (Jaa Torrano, 2022, p. 247).

Nessa perspectiva, o trágico demonstra que existe um compromisso desfeito, um juramento quebrado que posteriormente é retomado na fala de Medeia ao enfrentar Jasão, ela afirma: "a fé das juras se foi, e não posso saber se pensas que os Deuses não regem mais ou que novas leis de homens agora vigem, quando tu sabes que para mim és perjuro" (vv. 491-495). E a resposta que o herói argonauta defende em relação a Medeia pode ser resumida no seguinte verso: "não dirias, se o leito não te doesse. Mas vós mulheres chegastes ao ponto de acreditar ter tudo, se o leito é reto" (vv. 568-570).

Portanto, podemos observar que a questão do leito e do juramento não apresentam a mesma relevância para os personagens. Medeia afirma que Jasão não manteve a palavra e descumpriu algo que jurou perante aos deuses. Por outro lado, ele responde que para Medeia tudo se resume ao leito ofendido com as novas núpcias realizadas, pois para Jasão esse casamento representa uma "sorte"140 pois ele, mesmo exilado, desposou a filha do rei. Nessa perspectiva, segundo Swift (2017, p. 25), "a traição de Jasão por seus juramentos que levou Medeia à violência, ao invés de algum aspecto inerente bárbaro da personagem".

O drama conjugal presente nas tragédias já deixa em evidência a relação assimétrica que existia entre os gêneros, pois os homens são os responsáveis por essa ação e as mulheres defendem o seu lugar no tálamo. A tragédia demonstra por meio da fala dos personagens a diferença em relação ao grau de importância do leito conjugal entre o masculino e o feminino. Podemos citar também o discurso do Coro na tragédia Andrômaca que afirma: "Nunca louvarei leito duplo de mortais nem os filhos de ambas as duas mães, rixas domésticas e adversas aflições. Em núpcias, contente-se o esposo com um só leito incomum de marido" (vv. 465-470). Ou seja, Eurípides coloca em diferentes representações a situação do leito duplo, melhor dizendo, a ação que um homem realiza ao ter duas mulheres.

Retornando a tragédia vemos a mulher, personificada na Nutriz expondo a união desfeita, a casa cheia de ódio e dor, retomando o mito e anunciando qual é a situação de Medeia naquele momento. Sendo assim, ela declara o quanto Medeia lamenta o fato de ter sido abandonada por Jasão, ao afirmar:

> Jaz sem comer, o corpo entregue à dor,
> consumida em lágrimas todo o tempo,
> ao saber que injustiça sofria do marido,
> sem erguer os olhos, nem afastar a face
> da terra. Qual pedra, ou onda do mar,
> ouve os amigos, quando aconselhada,
> se não, então, volta o alvo pescoço
> para si mesma, e chora por seu pai
> e pela terra e casa que traiu e partiu
> com o homem que agora a desonra. (EUR. Medeia. vv.24 -33) [grifo nosso]

Essas informações são proferidas por esta mulher que observa a dor da princesa, que até o momento não saiu de casa[12] para falar. A Nutriz segue falando sobre seus temores, porque conhece o espírito de Medeia e sabe que sua dona irá agir, tem receio les "que atinja o fígado com afiada faca, em silêncio, dentro de casa, no leito, ou ainda que mate o rei e o noivo e então tenha um maior infortúnio" (vv. 41-43). Além disso, a serva também afirma que dificilmente quem atingiu o ódio de Medeia poderá cantar vitória, pois ela com o "olhar de leoa parida faz dela touro ante todo servo que a ela se vá e dirija a palavra" (vv.187-189). Contudo, sabemos que Medeia não comete suicídio, embora afirme desejar a morte ao sair de casa nos primeiros versos da sua fala (vv. 143-147), a princesa deseja realizar um infortúnio maior - matar Glauce, Creonte e seus filhos[13] .

N'*As Traquínias* encontramos Dejanira que saiu de casa e está a lamentar a distância e demora do marido Héracles juntamente com a personagem Nutriz que a acompanha. Dejanira aguarda por 18 meses o retorno do marido e neste sentido acredita que algo pode ter acontecido. O peso das conquistas mitológicas de Héracles são fator crucial para esse medo de Dejanira, pois para ela, ele ainda não retornou devido algum

12 A respeito da palavra casa Andrade afirma "O espaço da casa é considerado em sua empiria; casa diz respeito, por um lado, a relações de subordinação envolvendo o jogo entre o comendo dos livre e a submissão dos escravos, a soberania do pai sobre os filhos, e aquilo que Aristóteles chama política, governo, na casa, do marido sobre a mulher; por outro lado, casa corresponde a uma atividade específica, a da aquisição" (Andrade, 2002, p. 82)

13 A respeito das crianças citamos o trecho da tragédia Medeia traduzido para encenação, os autores afirmam que: "Medeia não mata seus filhos, ela mata todos os correlatos que determinam a relação matriz e filial: os herdeiros, a prole, os rebentos, frutos, crias, a estirpe, os descendentes" (Trupersa, 2013, p. 38), ou seja, Medeia mata justamente aqueles que irão dar continuidade a linhagem de Jasão.

infortúnio. Contudo, a sua demora justifica-se pela derrubada da cidade de Eurito e a conquista de Íole pela força, algo que Dejanira jamais suspeitou. Além disso, ela relembra também a quase possível núpcias com Aqueloo, o que de certa forma demonstra a violência presente no ato de disputa pela mão da princesa, ato esse que novamente existe por parte de Heráclesporém de outra forma. Dejanira afirma que:

> Como se deram os combates
> não contarei, pois não sei, mas quem
> fico sem medo de olhar esse diria,
> pois eu lá estava tomada de pavor
> de que a beleza me trouxesse dor. (SOF. As Traquínias. vv. 21. 25)[grifo nosso]

Assim, podemos observar que o medo acompanha Dejanira desde o início de sua juventude, ao ser primeiramente cortejada pela figura mítica de Aqueloo nas suas três versões. Depois durante a disputa deste com o herói Héracles, momento que ela não presenciou devido ao medo e no qual ela acredita ter sido beneficiada ao tornar-se esposa do filho de Zeus. E por fim, na sua vida de casada com o afastamento do herói constantemente para realização dos seus trabalhos.

A respeito do prólogo da tragédia, Maria do Céu Fialho (2002, p. 49) afirma que ele se distingue das outras obras de Sófocles por alguns motivos: "o mais breve de entre os sete prólogos conservados, logo seguido do de Antígona. A longa intervenção monológica da protagonista, seguida de um breve diálogo, destoa do diálogo marcado por progressiva rapidez nas outras peças". Ou seja, o poeta trágico coloca em cena Dejanira num monólogo expondo seus temores e o seu casamento, e principalmente na frente da sua casa. Neste mesmo sentido, Jaa Torrano (2022, p. 17) afirma que "na primeira cena, como se falasse sozinha, apesar da solícita companhia da Nutriz, Dejanira contesta a antiga sentença segundo a qual não se pode dizer da vida de alguém se é feliz, ou não, antes que tenha morrido", fazendo referência direta a sua própria vida, que para o autor, se apresenta como infeliz. Além disso, o seu discurso deixa claro a distância que existe entre ela e o seu esposo e isso se assegura nos versos a respeito dos filhos:

> Tivemos filhos, que ele só uma vez
> qual lavrador ao lavrar terra distante
> viu ao semear e outra vez ao colher.
> Tal vida a vir para casa e a ir de casa
> sempre põe o varão a serviço de algo.
> Agora que era o termo destas fadigas
> neste momento tenho o maior pavor. (SOF. As Traquínias. vv. 31. 37) [grifo nosso]

A partir da interpretação desses primeiros versos observamos a relevância do casamento, em ambas as tragédias, mencionado como núpcias, pois é justamente esse local que as mulheres defendem e clamam durante os seus discursos. Ambas as personagens, neste sentido, "exigem" as suas uniões, ou seja, elas reivindicam o seu lugar de esposas, pois como já demonstrado por Loraux (1990), a mulher só realiza seu objetivo no matrimônio e na maternidade. Ao utilizarmos a expressão "mulheres maduras" estamos nos referindo a mulheres casadas que já foram mães, pois vale ressaltar que, conforme Keuls (1993), jovem se casava entre os 14 e 16 anos de idade, diferentemente do homem que poderia ter 30 anos. Medeia já está casada há 10 anos com Jasão, e Dejanira, provavelmente, o mesmo tempo de casamento com Heráclès. Além disso, ambas são mães de filhos homens. Existe uma diferença intrínseca entre as jovens e as mulheres que já passaram pelo rito do casamento, pelo ato sexual e pela gestação. Segundo Zaidman (1990), as jovens meninas estão em processo de domesticação desde os 7 anos de idade, processo que visa à formação de esposas perfeitas. Já durante a juventude, essas meninas estão, diferentemente dos meninos, ao limiar do casamento e dessa forma são realizados diversos rituais de iniciação e integração dessa jovem, além de uma maturação progressiva.

Além disso, é relevante também considerar o local no qual ocorrem ambas as falas, seja da Nutriz ou de Dejanira, no prólogo e posteriormente, quando Medeia entra em cena. Ambas as tragédias ambientam-se na porta da casa das personagens. Esse feminino tem duplamente o seu papel enfatizado nessas tragédias, seja porque reivindicam o lugar de esposas, seja porque, elas falam a partir do local que é o seu domínio, o seu lugar, a casa. Consequentemente, elas amplificam esse ambiente doméstico ao sair de casa e discursam a partir dessas relações de parentesco que buscam manter sólidas.

Claude Lévi-Strauss , em *As estruturas elementares do parentesco*[14], demonstra o casamento como uma imposição de um tipo de organização social em várias sociedades. Além disso, demonstra que as relações heterossexuais acabam sendo normalizadas e tidas como naturais devido à necessidade de procriação dos indivíduos, algo evidente na sociedade grega. Complementando esta teoria, a autora Gayle Rubin (2017, p. 21) afirma que os sistemas de parentesco "são compostos de formas concretas de sexualidade socialmente organizadas, além de reproduzi-las" ou seja, o sistema de parentesco fundamenta-se no sistema de sexo e gênero. E é justamente nessa perspectiva que seguiremos a nossa escrita do terceiro capítulo, observando as relações dos personagens mediante uma visão de gênero, pois, segundo Pantel (1990, p. 593), as tragédias "mostraram como a divisão dos sexos e a encenação do feminino serviram para pensar problemas fundamentais para a cidade, com os limites do poder, a guerra, a reprodução do corpo cívico". À vista disso, Medeia e Dejanira discursam a respeito de suas uniões e do infortúnio que ambas enfrentam, ver uma nova mulher retirá-las do local de esposa.

Judith Butler[15] também expressa uma crítica a respeito dos trabalhos de Lévi-Strauss sustentando que: "no fim As estruturas elementares do parentesco, a troca de mulheres é considerada como tráfego de um signo, a moeda linguística que facilita um laço simbólico e comunicativo entre os homens" (Butler, 2014, p. 52). Ou seja, ela crítica que a interpretação de Lévi-Strauss apresenta uma regra geral sobre o assunto de maneira linguística e simbólica, não adentrando diretamente no conflito que subjaz o casamento.

Em vista disso, observamos justamente esse tráfego de mulheres no interior da sociedade grega, seja a partir da fuga de Medeia ao trair sua

14 O antropólogo francês Claude Lévi-Strauss, no livro Antropologia Estrutural, discute os inúmeros sistemas de parentesco, que possuem diversas formas de expressão em diferentes sociedades, apresentando-se como o principal meio de regular as relações individuais. Logo, de acordo com o autor, a partir do momento que se concede uma mulher aquele que a recebe possui contraprestações. Nas tragédias aqui analisadas, não vemos a contraprestação dessa relação ser cobrada pelo masculino, sim pelas próprias esposas que defendem a sua posição após a chegada de outra mulher

15 Neste mesmo sentido, Butler em outra obra afirma que: "Se a perspectiva de Lévi-Strauss fosse verdadeira, seria possível mapear a transformação do sexo em gênero, localizando o mecanismo cultural estável - as regras de intercâmbio do parentesco - que efetua essa transformação de modo regular. Nessa visão, o "sexo" vem antes da lei, no sentido de ser cultural e politicamente indeterminado, constituindo, por assim dizer, a "matéria-prima" cultural que só começa a gerar significação por meio de e após sua sujeição às regras de parentesco" (Butler, 2018, p.74)

pátria, algo citado já no prólogo, ou quando Dejanira tem suas núpcias disputadas e posteriormente é levada por Héracles para outra cidade. E para elucidar mais essa questão também frisamos que essas relações não são naturais como exposto por Pantel (1990, p. 595), ao afirmar "a expressão 'relações sociais de sexo' insisti num facto que deveria ser evidente para todos: as relações entre os sexos são relações sociais, não sao dados naturais, mas construções sociais". Ou seja, essas mulheres estão condicionadas a essas estruturas que formam as relações de parentesco, mesmo Medeia que não teve um casamento "oficializado". Tanto Medeia como Dejanira não desejavam quebrar essas relações sociais às quais estavam condicionadas, pelo contrário, desejavam manter a sua posição de esposas e consequentemente a sua funcionalidade doméstica.

Como anteriormente discutido a partir da consolidação do modelo *poliade*, fez-se necessário outorgar um lugar para a mulher, ou seja, uma função social específica dentro da cidade. Neste sentido, a mulher estava vinculada diretamente à família e ao *oikos*, limitando assim à domesticidade[16] do feminino. Porém, é necessário frisar que mulheres de camadas sociais mais pobres exerciam atividades fora do ambiente doméstico. Neste sentido Cerqueira (2012), Silva (2017), Cuchet (2018) demonstram, com base na evidência da iconografia, diversas atividades que o feminino realizava fora do *oikos,* seja colher frutas, trabalhar em olarias, mercados ou nos tribunais. Além disso, conforme Andrade (2002, p. 111), existia neste sentido a figura da exemplaridade doméstica, pois "as mulheres tinham nas mãos a organização de uma "casa", a administração dela, o cuidados dos filhos, tudo em conformidade com as "lições" recebidas do marido, com a ordem dos deuses, do nomós e da phúsis". Dessa forma, o lugar da mulher, esposa de um aristocrata, é evidentemente a casa e administração da mesma, assim como os filhos.

Dessa forma podemos comparar como ambas as personagens apresentam a sua compreensão sobre as suas próprias núpcias, desfeitas ou não. Contudo, vale ressaltar que a realidade da união de Medeia e Dejanira são díspares, pois o vínculo da primeira com Jasão não se fundamenta na troca de presentes ou aliança e nem mesmo na disputa pela princesa. Pelo contrário, segundo Domingues (2019), o rei Etes perde primeiramente a filha que vivia em sua casa, e com ela, o

16 Conceito anterior trabalhado na dissertação: (Domingues, 2019).

precioso velocino de ouro que foi usurpado indignamente. Segundo a mitologia, Medeia e Jasão que arranjaram sua união, sem a permissão do pai da princesa, uma vez que ela fugiu e deixou sua casa e terra natal, abandonando assim a sua família em busca de um marido.

Como discutido anteriormente a partir da perspetiva de Vernant (1992, p. 48), "da união de um homem e uma mulher, a *engue* faz um ato social que supera a pessoa dos dois indivíduos em questão para engajar, através deles, dois lares, duas casas". Logo, nessa sociedade o feminino é uma pose do masculino, que ao realizar um laço com outro masculino, efetiva uma união denominada casamento, por meio do trânsito/tráfico da mulher.

Conclusão

Portanto, o que apresentamos aqui são considerações ainda parciais a respeito do objeto de pesquisa e da problemática. Reforçamos que a construção generificada, presente nas tragédias *Medeia* e *As Traquínias*, demonstra um tipo de vida comum às mulheres, ou seja, uma diferença intrínseca em relação ao masculino. Nosso interesse é no presente trabalho discutir os espaços a partir dos quais essas mulheres podem fazer algo, ou seja, não somente afirmar a sua funcionalização. Dessa forma, quando o feminino é reduzido à casa, pelo masculino, eles pensam que as mulheres não são capazes de certas ações devido a sua falta de experiência. Contudo observamos que Medeia e Dejanira deliberam, uma de maneira mais agressiva, e outra nem tanto. Porém, ambas agem a partir de uma ofensa iniciada pelo masculino. Como já demonstrado, Medeia age a partir de um conhecimento que é prévio à sua origem e trama ao longo da tragédia, situações nas quais os masculinos são conduzidos a realizarem justamente o que ela deseja. Dejanira por outro lado age sem pensar nas consequências a partir do instante que vê outra mulher jovem adentrar sua casa. Ela representa o feminino que não tem experiência, seja no discurso, seja nos filtros mágicos ou em seus resultados.

Nossa intenção não é demonstrar a função do feminino, mas sim aquilo que determina as funções, ou seja a lógica epistemológica e androcêntrica que coloca os humanos em lugares diferentes, com funções diferentes. Afirmamos isso pois o convívio normativo é construído a

partir dos interesses do masculino, que de certa maneira, vai permeando essa vivência com diversas regras e condições. E que muitas vezes são representadas na tragédia a partir de outra perspectiva. A tragédia é uma recriação técnica textual, uma linguagem que se coloca fora e dentro da realidade, ou seja, uma artificialidade. O que nos interessa é entender as diferenças dessas funções e suas valorizações, aí está o gênero, assimétrico e estruturalmente organizando a cidade. Por meio das metodologias combinadas, desejamos discutir e comparar esses modelos expressos nas personagens aqui apresentadas. O nosso interesse, neste sentido, é discutir dois textos autorais de diferentes trágicos - Eurípides e Sófocles - que todavia se encontram num mesmo contexto. Entretanto, eles discutem de maneira diversa a sua visão de mulher. É justamente na semelhança e na diferença entre as obras, assim como na intertextualidade, que fundamentamos nossa argumentação.

Por isso desejamos analisar como os autores trágicos tratam de um conflito cuja centralidade é o homem não querer mais suas esposas, e eles apresentam diferentes situações e escolhas para ação das personagens. Duas mulheres maduras e mães que veem o tempo bater à porta de sua casa a partir do momento que seus esposos desejam uma jovem, um destruindo uma cidade para capturar a cativa, o outro criando novas relações para benefícios no interior de Corinto. Assim, é o tempo que pesa sobre as personagens, todavia de maneira distinta, aí está a autoria de Eurípides e Sófocles.

Fontes

EURÍPIDES. Eurípides - **Teatro Completo I:** Ciclope, Alceste e Medeia. Tradução de Jaa Torrano. São Paulo: Editora 34, v. 1, 2022.

SÓFOCLES. **As Traquínias**. Tradução de Jaa Torrano. São Paulo: Editora Ateliê, 2022.

Referências

ANDRADE, Marta. Mega de. **A vida comum:** espaço, cotidiano e cidade na Atenas Clássica. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

ANDRADE, Marta. A "Cidade das Mulheres": a questão feminina e a pólis revisitada. In: FUNARI, Pedro Paulo; FEITOSA, Loudes Conde; SILVA, Glaydson José da. **Amor, desejo**

e poder na Antiguidade: relações de gênero e representações do feminino. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1979.

BEAUVOIR. Simone de. **O segundo sexo:** fatos e mitos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016,

BUTLER, Judith. **O clamor de Antigona:** parentesco entre a vida e a morte. Tradução de André Cechinel. Florianópolis: UFSC, 2014.

SCODEL, Ruth. **An Introduction to Greek Tragedy.** Cambridge University Press, 2017.

CERQUEIRA, Fábio Vergara. (2012). Interpretando evidências iconográficas da mulher ateniense. **Cadernos Do LEPAARQ** (UFPEL), 5(9/10), 96-127. 2012. Disponível em: https://doi.org/10.15210/lepaarq.v5i9/10.1203 Acesso em 11 de março de 2024.

CUCHET, Violaine Sebillotte. Quais direitos políticos para as cidadãs da Atenas clássica? **Revista Hélade**. Dossiê: Gênero no Mundo Antigo: Contribuições para um Debate. v. 4 n. 1. 2018. Disponível em: https://periodicos.uff.br/helade/article/view/13280 Acesso em 08 de março de 2024.

DOMINGUES, Darcylene Pereira. **Navegando pelas águas trágicas:** Voz Feminina e Relações de Parentesco em Medeia de Eurípides. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande. 2019. (dissertação)

FIALHO, Maria do Céu. Vivência E Expressão de Eros Em Sófocles, Traquínias. **Revista Humanitas.** Vol. LIV (2002) 49-62. Disponível em: https://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas54/03_Fialho.pdf Acesso em 14 de fevereiro de 2023.

GRAVES, Robert. **Os mitos gregos.** vol 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

GRIMAL, Pierre. **O teatro Antigo**. Tradução António Gomes da Silva. Coimbra, Edições 70, 2019.

JAA TORRANO. Medeia - A serviço da justiça e da piedade. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFRJ**, Dossiê Mulheres Míticas. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/FilosofiaClassica/article/view/8843 Acesso em: 15 de fevereiro de 2023.

KEULS, Eva C. **The Reign of the Phallus:** Sexual Politics in Ancient Athens. Berkeley· Los Angeles · Oxford. 1993.

LESKY, Albin. **A tragédia grega**. Tradução de Geraldo Gerson de Souza e Alberto Guzik J. Guinsburg. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1976.

LESKY, Albin. **História da Literatura Grega**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

LORAUX, Nicole. **Maneiras Trágicas de Matar uma Mulher.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

LORAUX, Nicole. O que é uma deusa? In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das Mulheres:** A Antiguidade. Porto: Edições Afrontamento, 1990.

LORAUX, Nicole. **As mães de luto**. Tradução de Cristina Pimentel. Lisboa: Edições Cosmos, 1994.

MOSSÉ, Claude. **La mujer en la Grecia clásica**. Tradução de Celia María Sánchez. Madrid: NEREA, 1990.

PANTEL, Pauline Schmitt. A história das mulheres na história da antiguidade, hoje. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das Mulheres:** A Antiguidade. Porto: Edições Afrontamento, 1990. 1 v.

POMEROY, Sarah. B. **Diosas, rameras, esposas y esclavas:** mujeres en la antiguedade clássica. Madrid: Akal, 1987.

ROMILLY, Jacqueline. **A tragédia Grega.** 2ª ed. Tradução Leonor Santa Bárbara. Coimbra: Edições 70, 2008.

RUBIN, Gayle. **Políticas do Sexo**. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, p. 71-99, 1995. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf Acesso em: 7 fevereiro 2014.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. IN: HOLLANDA, Heloisa Buarque. **Pensamento feminista:** conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 49-82

SILVA, Lisiana Lawson Terra da. **A fabricação androcêntrica do feminino:** a construção das relações de gênero como um processo educativo na tragédia Agamenon de Ésquilo. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal do Rio Grande. 2017.

SWIFT, Laura. **Greek Tragedy: Themes and Contexts**. Bloomsbury Publishing, Year: 2017.

VERNANT, Jean-Pierre. **Mito e Religião na Grécia antiga**. Tradução de Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papirus, 1992.

VERNANT, Jean-Pierre; VIDAL-NAQUET, Pierre. **Mito e tragédia na Grécia antiga**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

ZAIDMAN, Louise Bruit. As Filhas de Pandora: mulheres e rituais nas Cidades. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Orgs.). **História das Mulheres**: a antiguidade. Porto: Edições Afrontamento, 1990, p. 411-464.

VIOLÊNCIA VERBAL E SACRIFÍCIO EM ANTÍGONA

Jussemar Weiss Gonçalves[1]

Um colega de história antiga, andando pelo centro de Porto Alegre-RS[2], encontrou escrita em um tapume de obra, esta famosa frase pronunciada por Antígona, em um dos vários momentos de embate com Creon: "não fui gerada para odiar, mas para amar" (Sof. *Ant.* v. 523). Apropriada pela cultura grafiteira, a personagem não abandona o imaginário da cultura ocidental. Que desejos e vontades estavam presentes no momento da escrita do grafite que a frase pronunciada por Antígona foi capaz de sintetizar?

Como podemos explicar que a peça Antígona, levada à cena pela primeira vez em 442 AEC, de autoria de Sófocles, ainda hoje se mantenha como o drama mais encenado no mundo? Montagens que buscam ser fiéis ao século V AEC, outras que buscam introduzir conceitos e uma teatralidade contemporânea. Existem montagens na África, como também uma versão indiana. Temos uma Antígona Lacaniana (Butler, 2014; Lacan, 2008), uma romântica (Hölderlin, 2008). Uma Antígona mítica vinda dos confins dos tempos, uma Antígona conservadora, que trata das ligações familiares que são construídas na tragédia (Alaux,

1 Doutor em Educação. Professor no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande.

2 O tapume feito de compensado náutico, comum na construção civil, cobria a entrada do famoso hotel Everest que ficava, como se diz em Porto Alegre: "nos altos do viaduto Otavio Rocha".

1995). Existem, também, aqueles que a tratam como uma personagem que não evolui durante a passagem da ação na peça, permanecendo presa a uma determinação que se revela, já nos inícios do enredo, e se mantêm (Meier, 1994). "E se Antígona fosse uma Refugiada?" ["*Reading Antigone in the Jenin Refugee Camp*" (Castro, 2018, p. 11)] foi o título de um evento organizado pelo Teatro da Liberdade na Igreja de São Paulo Apóstolo, em Nova York, em 16 de outubro de 2010. Antígona forneceu uma voz para as energias políticas inesgotáveis dos refugiados palestinos do campo de Jenin, em sua luta para existir como um povo contra a tentativa do Estado de Israel de apagá-los. Sua luta foi reapresentada através do roteiro de Antígona, nesta área carente da Palestina ocupada. Também uma montagem da peça realizada por um grupo étnico amazônico, chamada Antígona na Amazônia[3] (julho, 2023), do diretor suíço Milo Rau, na qual Ailton Krenac, intelectual que pertence à etnia Krenac, incorporava o Adivinho Tirésia. Antígona transforma-se na medida que expressa as mais variadas contestações. Estamos diante de Antígonas, como diz Steiner (1986).

Antígona atravessou os séculos conosco, dialogando, propondo interpretações sobre o que somos, o que buscamos, que formas de convívios construiremos? Por que ela não nos deixa? Ou será que somos nós que não a deixamos, já que sua resistência à construção de uma forma de convívio violento e autoritário, nos coloca em xeque e exige de nós respostas. Vivemos, ainda, o mundo terrível contra o qual Antígona se revoltou e seus desejos de uma vida solidária e fraterna pertencem aos nossos projetos de convívio?

Antígona, sabemos, tem sido motivo de várias interpretações, e esta plasticidade está inserida na obra. "Somos chamados a uma ativa posição responsiva: concorda ou discorda [...] "completa-o, prepara-se para usá-lo, etc.". A reapropriação criativa é marca do discurso, afirma Bakhtin, "pois toda compreensão plena é responsiva" (Bakhtin, 2020, p. 25).

3 Esta versão foi apresentada no festival de Avignon de 16 a 24 de julho de 2023. Esta montagem inscreve-se na procura contínua por um teatro de resistência. A peça faz um paralelo entre a tragédia grega e destruição da Amazônia a partir do massacre de 17 de abril 1996 de membros do MST.

Teatro e Atenas

Agora, entremos no mundo encenado, isto é, no teatro, templo dionisíaco, lugar de transfigurações, de ficcionalização da vida. Estamos em frente ao castelo, é um amanhecer pesado na cidade de Tebas, notamos a presença de duas jovens adolescentes à frente. O que elas fazem ao amanhecer fora de suas casas? Quem são elas? Assim começa a peça. A encenação nos revela que estamos diante de um dia que amanhece e que será tomado por ações e decisões que definirão o destino de todos os habitantes.

O teatro em Atenas surge em meio a disputas pelo poder entre as facções de aristocratas e os camponeses. Com as reformas do tirano Pisístrato (Lanza, 1997) a cidade passa por um processo de radicais mudanças que a transfiguram. Essas transformações permitem a criação de uma unidade na cidade, ela deixa de ser um aglomerado de famílias abastadas com seus dependentes para se tornar um conjunto organizado, a partir da criação de uma divindade protetora, do fortalecimento das festas dionisíacas como festas da cidade, entre outras transformações que marcaram esse período (Caire, 2016). É neste contexto de disputa por novas formas de convívios, que o teatro trágico emerge da experiência dionisíaca, como expressão de uma nova mentalidade que buscava construir uma nova experiência social (Meier, 1995). A cidade adota Dionísio e com ele suas festas populares (Trabulsi, 2004; Barbosa, 2012). A loucura, *hýbris*, a transfiguração que caracterizam esse deus tornam-se na cidade elementos que participam de uma nova forma de organização da realidade, isto é, o teatro. Espaço do outro, da alteridade, o espaço cênico se realiza a partir da linguagem trágica que em meio à encenação fornece o argumento que completa a obra do autor. O autor, sendo ele Sófocles, Esquilo ou Eurípedes, cuidava de todo o processo de construção cênica, não apenas elaborava o texto, mas concebia o espetáculo (Jouanna, 2007). Dionísio forneceu o espaço ritualístico, teatro, a partir do qual a existência artificializada podia escapar ao controle do cotidiano. É nesse terreno dos vários possíveis que o mundo teatral com sua linguagem trágica, fez surgir Antígone.

Não pretendo argumentar que esta tragédia representa qualquer situação política específica no século V AEC (Vidal-Naquet, 2002). Tebas ou Atenas, embora, como observa Richard Seaford (2000, p. 39-

43) as peças tebanas de Sófocles poderiam ter assegurado à Atenas que os "horrores da tirania" são projetados no passado mítico "[...] e são projetados com segurança em Tebas". A Tebas da tragédia pode ser a "Anti-Atenas", como disse Froma Zeitlin (1990, p. 144). Mas afirmo que há uma voz democrática embutida neste texto, que sugere que a ideologia cívica de Atenas é uma força natural e inextinguível. Christiane Sourvinou-Inwood (1989, p. 136) é justificadamente cautelosa ao ler Tebas de Sófocles como uma "representação mimética da democracia ateniense", mas ela defende uma recepção da peça que leva em conta o contexto cultural e político de sua produção, isto é, Atenas democrática. Sua concepção de como essa recepção funcionava e a sua relação com a democracia é, no entanto, substancialmente diferente da minha. Minha abordagem da peça é aquela que leva em conta seu *status* como um produto cultural de "um festival da pólis democrática" (Goldhill, 1990, p. 115), que é informado por e sustenta uma ideologia gerada por um sistema em que o coletivo democrático "governava através do seu controle da fala pública" (Ober, 1993, p. 483).

A tragédia ática, ao contrário de outros textos como oratória, historiografia, discussões políticas e filosóficas, articula um discurso complexo que visa, entre outras coisas, questionar e reajustar a ideologia cívica que interliga os membros do corpo político. A *pólis-ideologia*, refletida na tragédia, longe de ser um "elogio glorificante e sem problemas da cidade", questiona de forma mais "reflexiva" alguns dos ideais da cidade. O teatro trágico sempre gira em torno de uma instância de crise (um *nosos, doença,* social correspondente simbolicamente a uma *estagnação* civil) durante a qual o sistema de valores sociais é rompido e precisa ser restaurado, o que é feito sacrificando o bem-estar do herói/heroína individual ao da comunidade.

O Desenrolar da Peça

Aqui o que nos interessa é acompanhar Antígona, essa jovem, mulher, solteira, precocemente amadurecida a partir de sua vida como guia de seu pai, na sua trajetória. Esse caminho que eu denomino de *paideía*. Isto é, ela vai nos revelando um processo de formação marcado por um enfrentamento que cresce em agudez e violência. A formação diz respeito à cidade, ao aprendizado do espectador-cidadão na palavra

de Noémie Villacèque (2013). Aqui, busco observar como as forças democráticas se manifestam nesta versão fictícia de Tebas. Minha estratégia será examinar a trajetória da interdição de Creon proibindo a fala de Antígona e o enterro de Polinices desde o seu início até tornar-se conhecida por toda a cidade e eventual anulação.

Observem como a peça começa: Antígona revela, expõe seus motivos, isto é, intenções, à sua irmã. Portanto sua decisão parte de um pressuposto que os espectadores devem levar em conta. Ela se preparou, isto é, construiu a sua forma de ação a partir de um ponto de vista que sua experiência de guia de seu pai, Édipo, lhe forneceu. Como guia, ela ouviu, falou e escutou, ela aprendeu o poder da fala. Sua convivência com a voz masculina que explica o mundo e que determina o válido, lhe forneceu a certeza que apenas ocupando este lugar na cidade poderia lhe possibilitar a escuta. A fala, aqui, entendam como uma forma de poder de tornar concreto seu projeto, é ação. É a palavra que separa, ordena, determina e expressa uma linguagem de poder.

E Creon, de onde afirma seu anúncio? Ao contrário dos monarcas "democráticos" da tragédia, como, Teseu ou Pelasgo, Creon não consulta os cidadãos de Tebas antes de fazer o seu anúncio proibindo o sepultamento. Podemos supor que ele compôs essa proibição no campo de batalha, onde não haveria oportunidade de deliberação, mas ele anuncia-o uma segunda vez à assembleia dos anciãos tebanos sem qualquer debate ou consulta. De alguma forma aparece na peça a voz dos *dêmos* (os cidadãos), que não é de modo algum silencioso neste texto, que reflete alguns dos discursos das estruturas da democracia ateniense. Notem que Hemon pediu ao pai que escute a voz do *dêmos*.

No Século V AEC o cidadão-espectador (Villacèque, 2013, p. 108) poderia conceber a interdição de Creon como uma lei? Creon refere-se a sua proclamação como um *nómos,* um termo polivalente que pode significar "costume estabelecido", ou "lei". Antígona descreve o enterro de Etéocles e dos defensores de Tebas como sendo o "uso correto do costume" (*tôi nómōi*) (v. 24); ela nega explicitamente que a interdição de Creon é uma lei. Como o público original dessa tragédia veria sua negação e desafio? Em seu influente artigo, Sourvinou-Inwood argumenta que precisamos deixar de lado nosso foco contemporâneo nas liberdades individuais que nos tornam hostis a posição de Creon (1989, p. 135–37).

Creon representa a pólis, e em todas as póleis gregas do quinto século AEC, era a cidade que autorizava atividades religiosas, incluindo os rituais fúnebres. Antígona está ultrapassando suas limitações alegando saber o que os deuses querem? Apenas Tiresias tem autoridade para saber os desígnios divinos.

O poder dominante de Tebas emitiu a proibição, é necessário que todos os tebanos obedeçam, independentemente de seus sentimentos privados. A proclamação de proibição (*kḗrygma*) sobre enterrar Polinices parece ecoar uma lei ateniense que proíbe o enterro de traidores dentro das muralhas da cidade. Quanto a saber se os atenienses deveriam obedecer a esse *nómos* de Creon, os autores Larry Bennett e William Blake Tyrrell (1990, p. 42) afirmam que Antígona agiu corretamente porque ela não desafia Creon, líder de Atenas, mas Creon, o totalitário governante da ímpia Tebas. Os cidadãos atenienses realizam o Juramento Efébico, prometendo "[...] obedecer àqueles que estão governando prudentemente e as leis estabelecidas, aquelas que eles podem prudentemente estabelecer para eles mesmos no futuro" (Harris, 2003, p. 39-40). Em outras palavras, obediência cega aos mandamentos de uma decisão do poder não era uma obrigação se esses mandamentos não fossem sensatos.

Além disso, a poesia épica e a tragédia são consistentes na forma como reconhecem a necessidade de sepultamento adequado. Enquanto uma lei ateniense poderia ter impedido enterrar traidores na Ática, não impediu que os traidores fossem levados para fora das fronteiras da Ática, para o enterro (Harris, 2003, p. 20-21). O enterro adequado dos mortos é uma preocupação fundamental dos gregos. Os deuses homéricos são perturbados pela contaminação do cadáver de Heitor, *Ajax* de Sófocles e *As Suplicantes* de Eurípides lidam com a crise dos cadáveres insepultos. Realmente o próprio Creon, depois de ouvir a previsão de Tirésias, decide enterrar o cadáver. Porque "é melhor obedecer às leis estabelecidas" (Sof. *Ant*. vv. 1113-14).

O espectador-cidadão terá que esperar até o final, para saber que os deuses estavam ofendidos pela interdição de Creon, através da profecia de Tirésias. O vocabulário da peça nos revela que a interdição de Creon sempre era instável e o seu caráter legal, ilusório.

Antígona nunca chamará essa interdição de uma "lei" (*nomos*), mas apenas um *kḗrygma* ("anúncio"), uma palavra cognata com *kêryx,* "arauto", e ela nunca chamará Creon de rei, mas meramente *stratēgós,* ou seja, um tipo de magistrado (Harris, 2003, p. 35–36; Griffith, 1999, p. 122). Sua posição em relação à interdição de Creon é a de um cidadão ateniense que tinha o direito de denunciar um magistrado e quem reconhece e demonstra que a autoridade da lei reside em um poder que transcende a vontade de um comando de Creon.

É, portanto, significativo que a primeira pessoa a falar na peça não seja Creon, anunciando o edito, mas Antígona reclamando sobre isso para Ismene. A peça abre em um momento importante na comunicação da proibição: sua recepção pela própria pessoa que irá violá-la e obstruí-la.

> Ant.: E o que é esse anúncio (*kḗrygma*) que diz o estratego (*stratēgós*) que só agora fez para toda a cidade? (Sof. *Ant*. vv. 7–8).

Antígona recebe a ordem como um anúncio, não como um *nómos*, mas como um decreto, que chegou a ela por um processo de comunicação pública. Creon como vitorioso, vencedor, herdeiro da cidade, anuncia, decreta a partir de sua autoridade. Emitiu um comando nas "circunstâncias apropriadas", um fórum público (presumivelmente o campo de batalha antes do início da peça). Mas à medida que os eventos se desenrolam, parece que o *kḗrygma* (anúncio) de Creon tem uma energia bastante violenta que irradia além de sua vontade, se espalha pela cidade, e de alguma forma prejudica sua autoridade. Em outras palavras, Creon pode fazer seu pronunciamento, mas ele não pode controlar, já que age como se fosse dono da cidade. Apesar de seu domínio na cidade, não tem como controlar a fala de Antígona.

Antígona percebe que está tratando com o estratego que viola o que deve ser obedecido. Quando Antígona repete a interdição para sua irmã, ela destaca sua transmissão, que enfatiza o anúncio da proclamação, e uma referência ao processo de sua transmissão. Etéocles, assim dizem, pensando apenas em fazer uso correto do costume, ele enterrou [Creon] na terra, para que seja honrado pelos mortos abaixo. Antígona sobre o cadáver miseravelmente morto de Polinices, confirma que foi anunciado

(*ekkekḗrýksthai*) a todos os cidadãos, *eles dizem,* que nenhum homem pode cobrir com uma sepultura nem lamentação. Isso é o que, *dizem eles,* o nobre Creon proclamou (*kērýksksant' ékhein*) por ti e por mim, por mim eu te digo (Sof. *Ant*. vv. 22-32). As palavras de Antígona "eles dizem", "foi anunciado", etc. enfatizam a ausência de autor para o enunciado, uma função necessária de seu status como um anúncio cívico.

Não é apenas a articulação da interdição de Creon que lhe dá força, mas também a sua repetição por uma voz pública. Uma audiência que participasse da elaboração da lei estaria ciente de que o *kḗrygma* circulado em Tebas, não teve participação dos cidadãos em sua formulação. Embora em seu discurso de abertura, Creon afirme valorizar o conselho de seus súditos (Sof. *Ant*. v. 179), ele mais tarde revela sua natureza tirânica insistindo com Hemon que a cidade pertence ao seu governante (Sof. *Ant*. v. 738; ver também Podlecki, 1966, p. 363–64; Euben, 1997, p. 160). Com total incredulidade, ele pergunta ao filho se é a pólis que lhe dirá como ele deve governar (Sof. Ant. v. 734). O decreto unilateral de Creon é um forte contraste com os costumes que descrevem o direito como produto do consenso comum (Harris, 2003, p. 27; Allen, 2005, p. 389).

Como já observamos, a tragédia ateniense regularmente defende a exigência de participação comunitária no processo legislativo, mesmo em estados governados por reis míticos. A tragédia pode ser ambientada em um passado mítico e apresentar lendárias monarquias, mas os soberanos mais razoáveis parecem aderir aos princípios democráticos. Não há evidências, no entanto, de que os cidadãos de Tebas façam qualquer contribuição à interdição que não seja para fazer circular o decreto de Creon.

Existe alguma indicação de que Creonte tem o apoio dos cidadãos, cuja cidade ele supostamente deseja melhorar (Sof. *Ant*. v.191). Charles Segal (1981, p.161) descreve a interdição como "discurso público", representado na cena de abertura como "parte de um público anônimo e mal definida voz pública". Ele entende a voz pública e a transmissão do decreto por Creon, como unânime. Mas será mesmo? É verdade que o Coro não oferece objeções. Ismene aparentemente assume que, uma vez que o povo de Tebas transmite o decreto, elas devem aprová-lo e sente-se impotente para agir "em desafio à cidade" (Sof. *Ant*. v.

79). Até mesmo Antígona eventualmente submete-se à ideia de que ela está agindo "contra a vontade da cidade" (Sof. *Ant*. v. 907). Ela pode dificilmente ser culpada por se sentir abandonada quando ela é levada à morte e insultada pelo Coro dos Anciãos Tebanos (Sof. *Ant*. v. 509), embora anteriormente ela tivesse sugerido a Creon, que o Coro concordou com sua posição, mesmo que eles tivessem medo de falar em sua presença. Mais importante ainda, há fortes indícios de que o Coro não é representativo da opinião pública, que Creon não é a voz singular de Tebas, e que pelas costas, um grupo dissidente de vozes sussurra sua desaprovação, como diz Hêmon.

O próprio Creon está bem ciente dos descontentes que "desde o início murmuram secretamente contra mim" (Sof. *Ant*. vv. 290–91). Ele erroneamente acredita que os dissidentes subornaram os guardas para que eles possam enterrar o cadáver, mas, mesmo assim, ele está ciente de que as pessoas estão falando sobre sua ordem pelas costas. Em defesa de Antígona, Hemon corrobora na visão de Creon sobre a agitação da comunidade com um relato eloquente da desaprovação dos *dêmos* (Sof. *Ant*. vv. 683-723). Ele diz a seu pai que a população de Tebas nega que Antígona está errada em enterrar seu irmão; isso certamente incluiria as pessoas que transmitiram a interdição de Creon a Antígona. Este pode não ser um governo onde o *dêmos* contribui para a elaboração da lei com um voto, mas a voz pública comenta sobre a proclamação autocrática de Creon. A citação de Antígona do *dêmos* em sua menção ao *kḗrygma* é neutra, mas Hemon é especialmente insistente nas vozes da comunidade que elogiam a ação de Antígona e condena o decreto.

Hemon pode ouvir o que a cidade está dizendo "nas sombras" (Sof. *Ant*. vv. 692-93) e como ela lamenta Antígona, que morre imerecidamente por um ato louvável. Este relatório do que a cidade diz, inclui uma versão da interdição de seu pai de que cães e pássaros vão se banquetear sobre o cadáver (Sof. *Ant*. vv.205-206), uma ilustração de como o pronunciamento é citado e criticado pelos cidadãos de Tebas. O anúncio público de Creon, assim, torna-se um "relatório secreto sombrio" que se espalha por toda a cidade (Sof. *Ant*. v.700). Estas irreprimíveis vozes anônimas são um lembrete poderoso de que Creon não tem comando total do discurso em todos os contextos da pólis, apesar de seu desejo de controle absoluto.

Embora o Coro de Anciãos possa ter medo de se opor a ele abertamente, a pólis inclui um pano de fundo de vozes cidadãs, citando e criticando o comando – vozes que fizeram circular suas posições de forma tão eficaz que Antígona pode repeti-los, e Hemon pode relatar as alterações do decreto a seu pai.

Parece que sob a posição oficial podemos detectar um clamor, debates e desacordos. O texto apresenta uma variedade de vozes, algumas simpáticas à posição de Antígona, outros nem tanto. Esta polifonia é um fator na qualidade inegavelmente escorregadia e ambígua da tragédia, e ajuda a representar a variedade de vozes que constituem uma pólis, até mesmo uma pólis autocrática. A peça foi escrita para uma audiência cuja compreensão da elaboração de leis incluía um debate democrático. A e*kklêsia* (a assembleia democrática), onde as leis foram criadas, era um tumulto estridente de opiniões concorrentes: os oradores treinados e também os homens comuns, o *dêmos,* cuja desaprovação ou aprovação coletiva foi expressa pelo seu voto, mas também menos formalmente como um clamor, um *thórybos,* que surgiu na assembleia e foi "um elemento crucial da democracia ateniense [...] em que as pessoas comuns poderiam dar a conhecer os seus pensamentos" (Tacon, 2000, p. 180). Esse *thórybos*, que se expressava em vaias, aplausos e gritos, não só na assembleia, mas também nos tribunais onde as leis foram promulgadas. O clamor dos espectadores e seus *thórybos* de dissidência ou aprovação, forneciam verificações nos júris (Lanni,1997, p. 187). Então, a dissidência que Hemon relata para seu pai deve ser entendida como exatamente um *tal thórybos* de desaprovação. O "relatório secreto obscuro" também é uma forma de fofoca, outra forma importante e não oficial comunicação em Atenas. Antígona e Ismene dependem de fofocas e rumores para a mensagem de Creon, uma vez que elas obviamente não estavam presentes na declaração inicial da proclamação. No entanto, o próprio Creon não ouve o que é dito pelos aliados às costas e nos escuros cantos de seu reino; ele fala, exige, mas não percebe o rumor. A fofoca era um meio poderoso de transmissão de informações entre o público e o privado na democracia ateniense; contribuiu para um fluxo bidirecional de comunicação em uma cidade fechada ao diálogo, como era Tebas. O sistema político ateniense permitiu o fluxo de rumores.

Josiah Ober (1993, p. 148-151) lista fofocas e rumores como elementos da linguagem da política no debate e na comunicação, juntamente com os tribunais, mercado e teatro, onde os cidadãos atenienses podiam trocar informações e ideias uns com os outros. Oradores em tribunais exploraram a concepção de Atenas como uma comunidade, em que todos conheciam os negócios de todos os outros, seja frequentando a *ágora* (praça da cidade/mercado), ou lojas, ou através de prostitutas e artistas em festas de bebida. Plutarco (*Nicias,* 30.1) registra como as notícias do devastador desastre naval na Sicília em 416 AEC foi ouvido pela primeira vez em uma barbearia, e viajou rapidamente por toda a cidade. O boato era um meio importante de disseminação de informação e partilha de opiniões entre o cidadão comum e os membros da elite da sociedade. Além disso, como Hunter (1990, p. 303, 307-317) revelou que a fofoca poderia ser parte integrante do escrutínio público dos magistrados (*dokimasía*), quando seria tecida no discurso político ateniense de uma maneira útil.

Tebas está alvoroçada com a conversa sobre a interdição e o desafio de Antígona, mas os modos informais, mas convencionais, de comunicação (o *thórybos* e a fofoca) que tinham autoridade na democracia ateniense, o tirano de tebas exclui. A relutância do Guarda em relatar o enterro a Creon sugere uma população intimidada com medo de trazer notícias indesejáveis ao seu rei. Mas Antígona parece ter ativado uma sombra no *dêmos,* um sussurro fantasmagórico da incontida *vox populi* e seu *thórybos*. O debate público tornou-se deslocado em Tebas – espremida em conversas privadas e secretas – mas não pode ser completamente silenciado.

Desde os primeiros momentos da peça, Antígona parece ter assumido o controle da fala e se tornado uma parte vital para a sobrevivência do discurso democrático. Este, por si só, é talvez um dos exemplos mais marcantes das perturbações que a fala de Antígona provoca em Tebas. Como Tucídides faz Péricles dizer que a mulher ideal é "a menos mencionada" (2.45.2); a ausência de qualquer voz feminina do século V AEC. em Atenas sugere que o conselho foi ouvido. Não apenas, Antígona, fala bastante em Tebas, como sua fala se dá em um contexto político. Os efeitos de Creon nos canais do discurso cívico aparentemente incluem a erosão do ideal do silêncio feminino decoroso. Antígona é, portanto, um

sintoma e um remédio do sistema distorcido de Tebas. Creon produz na cidade uma repulsa a sua forma de governar que só aumenta à medida que peça se desenvolve.

A intromissão de Antígona na conversa pública é evidente no prólogo: ela primeiro cita *kērygma* de Creon, precisamente onde Creon irá publicá-lo ele mesmo, nos degraus da residência real, mas depois ela também realiza sua fala neste mesmo local: "Eu mesmo o enterrarei", ela declara à irmã, "eu me deitarei morta ao lado dele" (Sof. *Ant*. vv. 71-72). Ismene, paradigma da docilidade feminina, timidamente recomenda o silêncio sobre o plano, mas Antígona insiste na transmissão pública de seu ato de discurso:

> Ant.: Ah, não! Anuncie-o. Você deveria ser muito mais odiosa, se você calar e não proclamares [*kērŷkseis*] isso a todos (Sof. *Ant*. vv. 86-87).

O prólogo, que começou enfatizando como a informação pública havia se infiltrado em um momento íntimo entre duas irmãs, termina quando Antígona começa a intervenção no discurso público. Ela expropria o vocabulário da ordem de Creon para seu próprio ato de desafio: ela quer que o enterro de seu irmão seja anunciado (*kērŷkseis*) da mesma forma que a proibição de Creon foi anunciada.

Como Judith Butler observa, (2014, p. 28), "como Creonte [...] Antígone quer que seu ato de fala seja radical e compreensivamente público". E Segal (1981, p. 62) acrescenta: "usurpando sua palavra, ela desafia aos *lógois cívicos*".

Dada a impropriedade do discurso feminino na esfera pública, o papel de Antígona como a voz da democracia pode parecer anômala. É verdade que as mulheres em Atenas não falavam em público, muito menos participavam de debates sobre leis, mas a identidade social de Antígona como virgem lhe dá *status* simbólico especial por várias razões. O público ateniense desta peça cultuava Atena, uma deusa virgem que dispensava leis. Mais geralmente, *Díkē* (Justiça) é tradicionalmente personificada como uma virgem (Hamilton, 1991 p. 96-97). Hesíodo descreve o murmúrio de protesto que se espalha entre o povo, quando a virgem *Díkē* é arrastada por homens maus (*O Trabalho e os Dias,* vv. 220-21), uma passagem que sugere os *thórybos* de desaprovação pelos cidadãos tebanos na peça de Sófocles. Da mesma forma, a figura

alegórica *Dēmokratía* é uma mulher jovem (Ober, 1989 e Gagarin e Cohen, 2005). Além disso, os oradores do século IV AEC exploraram a mitologia das virgens sacrificiais como modelo para os jovens cidadãos do sexo masculino que estavam sendo incorporados à pólis; as filhas do rei ateniense Erecteu, que voluntariamente se sacrificaram em nome do Estado, foram um paradigma para os jovens atenienses (Larson, 1995, p. 103-104). Quando Creon faz o anúncio para seu conselho de anciãos, revela um contraste dramático entre a ação de Antígona e a atitude complacentes dos Anciãos.

Os Anciãos foram convocados para ouvir os *kḗrygma,* e explicam a sua presença neste espaço público: eles foram convocados para um *súnklēton léskhēn,* uma "assembleia convocada" por um "público anúncio" (*koinôi kērŷgmati)* (Sof. *Ant*. vv.160–61), terminologia que evoca a convocação da assembleia democrática de Atenas. Mas eles não oferecem nenhum argumento ou comentário. O Coro, apenas, responde: "se é agradável a você" (Sof. *Ant*. v.211), um contraste irônico com a fórmula de promulgação, "parece melhor para o povo", que precedia os decretos atenienses. O anúncio de Creon é entregue em um registro formal oficial: "Eu proclamei (*kērŷksas*) aos cidadãos" (Sof. *Ant*. v.192); "foi proclamado" (*ekkekḗrŷksthai*) (Sof. *Ant*. v.203). Novamente predominam a palavra *kêryx*, mas esse vocabulário está muito distante da língua da legislação ateniense. Este é um comando moldado para uma circunstância muito específica, no entanto, é da natureza da lei aplicar-se a situações gerais. O comentário de Aristóteles, que toda lei é "sobre um assunto geral" (*Política.* 1137b11-14, 27-29), é ilustrado pelo fraseado das leis atenienses – por exemplo, "se alguém destrói a democracia em Atenas" (Andocides 1.96. em Harris, 2003, p. 23). O confronto subsequente entre Antígona e Creon teria uma especial ressonância para o público ateniense da peça. O processo de criação de leis e os decretos em sua estrutura política se moldaram a partir do importante princípio da *isēgoría,* o direito de todo cidadão ao debate (falar) na Assembleia. É obviamente uma liberdade que não existe no regime de Creon, mas Antígona decreta o papel do cidadão que tinha o direito de discordar e debater sobre qualquer moção feita na Assembleia. Hannah Roisman a ouve corretamente como a voz da liberdade de expressão (2004, p. 98-102). Ao contrário do Coro, ou da política tebana acovardada, Antígona fala sem medo na presença de

Creon. Quando o rei diz a ela que sua proclamação é uma lei (Sof. *Ant*. v. 449), ela contesta-o sem medo. Em seu argumento muito admirado, Antígone é capaz de articular deficiências relacionadas quando faz a distinção entre a proclamação de um homem e os verdadeiros *nómois:*

> Ant.: No que me diz respeito, Zeus não fez essa proclamação [*kērŷksas*] nem a Justiça, que habita com os deuses abaixo, promulgou tais leis [*nomativas*] para os mortais. E eu não acho que seus anúncios [*kērŷgmata*] sejam tão fortes que eles permitem que um mortal supere as leis [*asphalê*] não escritas e inabaláveis [*nómima*] de os deuses (Sof. *Ant*. vv. 450–55).

A passagem enfatiza as deficiências da proclamação de Creon de várias maneiras: em primeiro lugar, seu *kḗrygma* não é sancionado pelos deuses, ou seja, Creon, não possui "a autoridade apropriada" para fazê-lo. Alguns interpretam a peça como um conflito entre a lei cívica e a lei divina (por exemplo, Goldhill, 1986, p. 96), mas este conceito não é próprio ao pensamento grego. Os gregos entendiam que a verdadeira lei estava por vir dos deuses (Harris, 2003, p. 27; Allen, 2005, p. 389). É a deusa Atena que concede uma corte de lei sobre sua cidade no final de *Eumênides* de Ésquilo. Como disse o filósofo Heráclito, "as leis dos homens são alimentadas por uma lei, a lei divina" (Kirk e Raven, 1962, p. 253). Demóstenes também afirma que "toda lei é uma invenção e dom dos deuses" (Harris, 2003, p. 27–30). O próprio Sófocles descreve a lei como vinda de Zeus (*Édipo Tirano,* vv. 863–70). Se as leis justas da pólis são intrinsecamente divinas, então, obviamente, a interdição de Creon não pode ser uma lei.

O segundo ponto de Antígona é comparar a instabilidade da ordem de Creon com as leis dos deuses, que não estão escritas. A noção de "leis não escritas" não é única a este texto, mas recorre em outras fontes contemporâneas. Eles são, nas palavras de Rosalind Thomas (2005, p. 54), "um conjunto preexistente de costumes, tradições e pressupostos sobre os quais as leis escritas foram enxertadas". Eles existiam antes que os códigos de lei fossem escritos e incluiu o tratamento dos pais, a adoração dos deuses e o tratamento adequado dos mortos. Embora não sejam específicos de uma pólis e comuns para uma diversidade de povos, eles normalmente não são colocados em oposição às leis do Estado. O pensamento grego tende a representar as duas formas de *nómos* como

complementando um ao outro. Em Tebas, no entanto, uma interdição contra enterrar os mortos não pode ser enxertada ou apoiada pelas leis dos deuses; contradiz os *nómois* divinos, e assim não é realmente uma lei. A dicotomia de Antígona entre as leis não escritas dos deuses e a ordem de Creon coloca um problema interessante. Se as leis dos deuses não estão escritas, isso alinha o *kḗrygma* com a escrita? E se isso acontecer, como essa qualidade influencia a transmissão da interdição por meio da repetição pública? Antígona não diz que o *kḗrygma* está escrito, mas em certo sentido está. A escrita sugere a possibilidade de repetição.

A escrita também permite uma separação entre autor e o que ele diz, fenômeno exemplificado pelas diversas repetições da interdição de Creon por toda a cidade. O público antigo podia entender que uma ordem como a de Creon, que não foi enxertada nas leis universais fixas, poderia ser apagada e "reescrita", ao contrário da permanência do *nómima* divino. Outra indicação de sua falta de estabilidade é que o *kḗrygma*, como um documento escrito, ele pode ser apagado e reescrito, uma qualidade sugerida por sua pena aparentemente instável. Antígona alega que a penalidade por desobediência é apedrejamento público (Sof. Ant. vv. 36), mas em sua proclamação ao Coro, Creon não especifica nenhuma pena. Uma vez que sua transgressão tenha sido revelada, ele estabelece a punição do sepultamento para Antígona, e evitar poluir a cidade com sua morte (Sof. *Ant*. vv. 773-80). Uma curiosa concessão de um homem disposto a deixar um cadáver para apodrecer ao sol. Explicações desse aparente desvio são várias: a força de convencimento da fala Antígona (Podlecki, 1966, p. 359), ou que Creon foi parcialmente afetado por argumentos de Hemon (Kamerbeek, 1978, p. 142). Qualquer reconstrução que imaginemos, a conclusão tem que ser que a palavra de Creon não é estável, ou para usar o termo de Antígona, "*asphalê*", pois pode ser submetida a modificações ou emendas.

Neste ponto, deve ser evidente que a ordem de Creon, seu *kḗrygma,* existe ao longo da peça como uma criação impermanente, sempre, ao que parece, em fluxo, e nunca completamente dentro do controle de Creon. Sua palavra de autoridade é explicitamente negada por Antígona, que se recusa a cumpri-la e assim morre. Mas isso não confirma a força das palavras de Creon, uma vez que as circunstâncias de sua morte ressaltam as limitações da sua autoridade. Ela fez sua própria declaração

no prólogo: "Eu vou repousar morta ao lado dele" (Sof. *Ant*. v.73). Ela visivelmente desobedece ao decreto e insulta seu autor, forçando-o aplicar a pena.

Como Nicole Loraux (1987, p. 31-32) observa, Antígona "escolheu morrer por sua própria vontade e assim transformar a execução em suicídio". Seu suicídio chama a atenção para a incapacidade do rei de controlar os efeitos de sua fala, uma vez que ocorre depois que Creon ordenou Antígona para ser salva. Há uma simetria trágica, que caracteriza Sófocles, nesta organização: como Creon faz o comando, Antígona o desafia; como Creon diz que ele vai resgatá-la, Antígona se mata. Assim, em seu primeiro dia como rei, Creon descobre que a linguagem não é tanto um instrumento contundente, pois é um fluido incontido. O tirano demora a aprender que ele não pode controlar a cidade com suas palavras. Ele se recusa absolutamente a autorizar qualquer outra voz até que Tirésias fala.

O profeta cego dá duas advertências a Creon. A primeira é baseada em sua leitura dos sinais de pássaros, um sistema de significação que se tornou distorcido por sua festa de carne humana. O processo em si é uma forma de leitura: o menino atendente descreve os sinais de pássaros e sacrifícios, Tirésias interpreta e cita o texto, por assim dizer, a Creon. No entanto, suas tentativas de mover Creon que são estruturadas em uma cadeia de citações, são ineficazes. Não serão os sinais citados por Tirésias que convencem Creon, mas um comunicado mais direto. Uma mudança importante ocorre quando Tirésias muda de registro em sua segunda *rhêsis* (Sof. *Ant*. vv.1064-90); agora falando em uma poderosa voz maníaca que motiva a mudança no coração de Creon, ele fala uma profecia vigorosa de desastre, e descreve Creon como *takínēta,* "imóvel" (Sof. *Ant*. vv.1060). "Você me provoca a falar os segredos imóveis (*akinēta*) da minha alma", ele geme depois que Creon proferiu mais uma refutação blasfema. O termo *akinēta* poderia ser traduzido com precisão como "firme" ou "seguro", em outras palavras, como sinônimo de *asphalê.* Tirésias aparentemente fala do mesmo lugar, e tem acesso às mesmas verdades divinas, como Antígona. Ela falou em referência à firmeza (*asphalê*) leis de autoria dos deuses que devem se manifestar como leis morais universais ou preceitos. Tirésias refere-se a uma consequência divinamente autorizada de quebrar essas leis, uma consequência que ele

preferiria manter escondido. Mas, quanto mais funda as implicações de sua *akinēta*, mais vêm diretamente dos deuses; esta profecia não é obtida pela interpretação da descrição do sacrifício pelo menino, mas sim através de um processo intuitivo imediato que não envolve a leitura de símbolos – *ágrafo,* não escritos. Não há separação entre autor e leitor, no seu caso, mas um processo mítico pelo qual ele adquire conhecimento não mediado.

As revelações de Tirésias validam a insistência de Antígona de que seu irmão deve ser enterrado, uma vez que Tiréias tem acesso direto ao divino, ele acrescenta peso à afirmação de Antígona que o anúncio de Creon não é o que ele diz ser – uma lei. Um mortal não pode fazer um mandamento que substitua a autoridade dos deuses. Mas a declaração de Creon é performativa, teatral; desencadeia uma série de acontecimentos trágicos, embora estas consequências não sejam o que ele pretendia, na medida em que faz promessas, apostas, ameaças e insultos que envolvem a sociedade. Creon é uma autoridade que insulta a comunidade, usa seu poder para produzir uma fala opressora, para intimidar o Guarda que vela o cadáver e prende Antígona. Mas, como seu antecessor Édipo, que emitiu um decreto que acabou por ter mais impacto sobre o seu autor do que qualquer outro cidadão em Tebas, Creon faz uma proclamação que tem consequências pessoais devastadoras para si mesmo – a perda de seu filho e depois sua esposa, em essência a erradicação de sua linhagem familiar.

Antígona (cujo nome significa "contra a família") revelou-se uma poderosa agente da catástrofe de Creon; ela também é a agente que revela as falhas em sua tentativa de fazer a lei. Timothy Gould (1995, p. 19) apropriadamente chama isso de uma peça sobre "um conflito de performativos". Seu anúncio – que parece ser uma promessa individual – acaba por ter a força institucional que faltou à fala de Creon. Mas ela também tem suas limitações. A própria Antígona não foi capaz de persuadir Creon que o cadáver insepulto de seu irmão ofendeu os deuses. Este é um importante ponto consonante com uma sociedade e um gênero que associava o discurso autoritário com homens. A produção dramática original poderia ter enfatizado a disparidade por ter o mesmo ator interpretado Antígona e Tirésias: somente quando o ator interpreta um personagem masculino tem autoridade para Creon.

Somente quando Tirésias confirma que as leis dos deuses foram violadas que a afirmação semelhante de Antígona é autenticada. Tirésias prevê que, dentro de alguns dias, Creon reembolsará cadáver por cadáveres "porque você mantém aqui em cima um que pertence aos deuses abaixo, um cadáver insepulto, sem honra, todo sem honra" (Sof. *Ant*. vv 1070–71). Aparentemente, então, a ação de Antígona, o enterro de seu irmão, não foi um ato completo. Como J.L. Whitehorne (1983. p. 80-81) percebe, "Antígona pretendia realizar toda a cerimônia multi-encenada ela mesma, primeiro se aproximando de Ismene para ajudar a levantar o corpo e, em seguida, planejando erguer um monumento sobre o cadáver". Para o público original desta peça, um funeral completo seria um multi evento encenado, com atividades distintas para ambos os sexos: os papéis das mulheres consistiam em fazer libações e luto (como descrito pelo Guarda em v. 431), mas a responsabilidade por enterrar os mortos era dos membros masculinos de uma família (Whitehorne, 1983, p. 137; Garland, 1985, p. 36; Sourvinou-Inwood, 1989, p. 140; Hame, 2004, p. 151).

É óbvio a partir das palavras de Tirésias, que a tentativa de Antígona em assumir essa função é inatamente defeituosa; os deuses claramente exigem um ritual mais público e completo, Creon e Hemon são os únicos parentes vivos do sexo masculino que podem assumir esse papel. Ao assumir a responsabilidade pelo enterro de seu irmão, Antígona desafiou a posição de Creon como chefe de sua família, e "como rei de Tebas, o sucessor legal" ao Estado político de Etéocles e Polinices, seu co-governante" (Whitehorne, 1983, p. 137). Helene Foley (2001, p. 180) argumentou que a recusa de Creon em enterrar Polinices significa que Antígona torna-se um "homem honorário"; como ela nos recorda, os cidadãos de Tebas a elogiaram por assumir esse dever, uma indicação de que havia excepcionais circunstâncias em que uma mulher pode agir de forma autônoma. Esta interpretação ainda não explica por que Tirésias se refere ao cadáver como insepulto, nem explica o fato de que Antígona não pode realizar o ritual completamente como ela diz que vai. Sourvinou-Inwood está correta ao enfatizar a necessidade do ritual de fechamento para satisfazer os deuses do submundo. Isso é feito (tarde demais) quando Creon começa a realizar os ritos necessários. O mensageiro mais tarde descreve o ritual da lavagem e arranjo do cadáver,

a cremação e a elevação do cadáver em um monumento (Sof. *Ant*. vv.1199-1204) todos realizados por Creon.

Uma mulher, do ponto de vista cultural de um público ateniense, não pode dizer corretamente: "vou enterrá-lo". Ela não tem autoridade para fazer essa promessa em particular uma vez que ela não é a pessoa apropriada para fazê-lo. Por outro lado, Antígona insiste em se inserir em canais públicos de comunicação e de falar em funções públicas como um controle necessário sobre o abuso que Creon perpetrou. Sua expressão performativa (Gold, 1995) provoca o enterro oficial de seu irmão. Sua fala desencadeia um conjunto de ações, que envolve toda a cidade e possui um estranho poder espectral e seu voto de enterrar seu irmão interferiu com a proibição de Creon. Ao desafiar o decreto, ela coloca em movimento uma cadeia de eventos que levaram ao suicídio de Hemon.

A profecia de Tirésias sobre este desastre motiva Creon a enterrar Polinices, acreditando totalmente que ele tem o poder de mudar os decretos dos deuses, que, ao contrário do seu, não podem ser apagados. Creon executa o enterro na tentativa de desviar a raiva dos deuses, mas não há segundas chances neste universo trágico. A profecia de Tirésias não permitia tais condições ou alternativas; a profecia de Tirésias não tinha apelação.

Antígona se insinuou em uma posição autoral ao falar do decreto de Creon e, em seguida, promulgar sua pena sobre si mesma. Como sua fala ("eu vou enterrá-lo") expõe os consideráveis fracassos de Creon na condução do conflito do discurso público, sua incapacidade de dizer "ninguém" vai enterrá-lo". O poder performativo, teatral, das palavras de Antígona reside em uma estranha combinação com os murmúrio e clamores que a cidade produz, mas ela prevalece. Ela opera em uma terra sombria da linguagem que subtende a autocracia tebana, onde a palavra de um tirano é supostamente a lei. Ao afirmar sua ação de enterrar o irmão, ela afronta ao poder, obriga o poder explicar-se, dizer de seus motivos, mais, mostrar o que sustenta seus motivos. Ela é uma jovem mulher, que estimula a cidade ao cultivo da autonomia, pegar a lei em suas mãos. Ao considerar a lei injusta, ao mostrar como esta norma fere a humanidade de cada um, ela incita a considerar a lei como injusta e que devemos opor-nos. Ao tornar claro ao povo da cidade que a lei de

Creon transgride, viola, uma prática honrosa, enterrar o morto, ela é acusada de sedição, e a pena é a morte.

As ações de Antígona revelam seu arbítrio incomum, que é tal que o homem proeminente de Tebas, um rei que deveria ter a maior autoridade para fazer as coisas com palavras, não pode controlar seus assuntos pela linguagem, ou mesmo o controle dos efeitos de sua linguagem. Ele acaba fazendo exatamente aquilo que proibiu. Creon tenta criar uma norma unilateralmente, ignorando tanto a voz do *dêmos* quanto as leis dos deuses. O que se nota na peça, é uma situação insuportável, terrível, que obriga uma jovem mulher a entrar no espaço cívico, e exigir que sua voz seja ouvida pelo *demos*. Antígona, cuja ação é alvo de rumores abafados e alvoroços silenciosos, produz um escândalo, torna-se a personificação do debate democrático e a voz da verdadeira lei.

E agora vamos à leitura...
ou melhor, ao espetáculo.....

Referências bibliográficas

ALAUX, Jean. **Le Liège et le Filet.** Paris, Belin, 1995.

ALLEN, Danielle**. Greek Tragedy and law**. The Cambridge Companion to Ancient Greek Law. Cambridge, Cambridge UP, 2005, p. 374-393.

ARISTÓTELES. **A Constituição de Atenas**. Tradução, Apresentação, Notas e Comentários: Francisco Murari Pires. São Paulo: Hucitec, 1995.

BAKHTIN, Mikhail. **Os Gêneros do Discurso.** São Paulo: Editora 34, 2020.

BARBOSA, Leandro Mendonça. **De Selvagem a Efeminado**: As Representações de Dionísio no Imaginário Ático. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

BENNETT, Larry; TYRREL, Willian Blake. Sophocles' Antigone and funeral Oratory. **American Journal of Philology**. 111.4, 1990, p. 441-456.

BUTLER, Judith. **O Clamor de Antígona**, Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

CAIRE, Emmanuèle. **Penser l'Oligarchie à Athènes aux V et IV siêcles:** Aspects d'une ideologie. Paris: Belles Lettres, 2016.

CAREY, Christopher. Nomos in the Attic: Rhetoric and Oratory. **Journal of Hellenic Study**, 116, 1996, p.40.

CASTRO, Andre Fabian. Antigone Claimed: I' am a stranger! Political Theory and the Figure of the Stranger". **Hypatia**, Vol.28, nº 2, Press University of Massachusetts, Boston, 2013.

DAMET, Aurélie. **La Septième Porte**: Les Conflits familiaux dans l'Athènes Classique, Paris, Sorbonne, 2012.

EUBEN, J. Peter. **Antigone and the language of Politics.** Corrupting Youth: Political Edducation, Democratic Culture and Political Theory. Princeton, Princeton UP. 1997, p. 162-182.

EURÍPEDES. As Suplicantes. Tradução de Jaa Torrano. **Revista de Estudos Clássicos**, Rio de Janeiro, vol 7, n. 2, jul -dez. 2019, p. 122-163.

FOLEY, Helene**. Female Acts in Greek Tragedy**. Princenton: NJ.Princenton UP, 2001.

GAGARIN, Michel; COHEN, David. **The Cambridge Companion to Ancient Greek Law**. Cambridge, UP. 2005.

GARLAND, Robert. **The Greek Way of Death**. Ithaca, NY, Cornel UP. 1985, p. 36

GOLDHILL, Simon. The Great Dionyisia and Civic Ideology. In. **Nothing to do With Dionysos**: Athenian Drama in its Social Context. Eds J. J. and F. Zeitlin, Princeton, Princeton UP,1990. P. 97-129.

GOULD, Timothy. **The unhappy Performative**. Performativity and Performaance. NY. Routledge, 1995, p. 19-44

GRIFFITH, Mark. **Sophocles, Antigone**. Cambridge, UP, 1999.

HAME, Kerri. **All in the family**: Funeral Rites and the Health of the Oikos in Aischylos, Oresteia. American Journal of Philology.125,2004, p. 513-538.

HAMILTON, Jonh. **Antigone: Kinship, Justice and the Polis.** Myth and the Polis. Ithaca, NY, Cornell UP. 1991, p. 86-98.

HARRIS, Edward M. **Antigone:** The Lawgiver Or The Ambiguities Of Nomos. The Law and the Court in Ancient Greece. London: Duckworth, 2003.p. 19-56.

HÉSIODE. **Les Travaux et les Jours**. Texte établi et traduit par: Paul Mazon. Introduction et note de Cristine Hunzinger. Paris: Belles Lettres, 2018.

HÖLDERLIN, Friedrich. **Observações Sobre Édipo**, Observações sobre Antígona. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

HUNTER, Virginia. **Gossip and the Politics of Reputation in Classical Athens**. Phoenix: 44.4 Winter, 1990, p. 299-335.

JEEB, Richard C**. The Plays and Fragments:** Part III: The Antigone. Cambridge: UP, 2010,

JOUANNA, Jacques. **Sophocles**. Paris, Fayard, 2007.

KAMERBEEK, Jan Coenraad. **The Plays of Sophocles**. Part III. Leiden: Brill, 1978.

KIRK, G. S.; RAVEN, J. E. **The Presocratic Philosopher**. Cambridge: UP. 1962.

LACAN, Jacques**. Seminários, livro 7**: a ética da psicanálise, Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

LANNI, Adrian M. Spectator Sport or Serious Politics? Oi periesthkotes and the Athenian Law Court. **Journal of Hellenica Studies**, 117, 1997, p. 183-189

LANZA, Diego**. Le Tyran et son public**. Paris: Belin, 1997.

LARSON, Jennifer. **Greek Heroine Cults**. Madison. U. of Wisconsin UP, 1995.

LORAUX, Nicole**. Maneiras Trágicas de Matar uma Mulher**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

MEIER, Christian. **De la Tragedie Grecque comme Art Politique**. Paris: Bellles Lettres, 1991.

MEIER, Christian. **La Naissance Du Politique**. Paris: Gallimard, 1995.

OBER, Josiah. Public Speech and the Power of the People in Democratic Athens. **PS: Political Science and Politics**. 26.3, 1993, p. 481-486.

OBER, Josiah. **Mass and Elite in Democratic**: Athens: Rhetoric, Ideology aand Power of the people. Princeton. UP. 1989.

PODLECKI, Anthony J. Creon and Herodotus. **Transaction of the American Philological Association**, n° 97, 1966, p. 359-371.

PLUTARQUE. **Vie. Tome III**. Péricles-Fabius Maximus. Alcibiade-Corialan. Texte établi et traduit par Robert Flacelière. Paris, Belles Lettres, 2012.

RENNIE, W**. Demosthenis Orationes**. Vols 1-3. Oxford: Oxford UP. 1991.

ROISMAN, Hanna M**. Women's free Speech in Greek Tragedy**. Free Speech in Classical Antiquity. Leiden, Brill, 2004, p. 91-114.

SEAFORD, Richard. The Social Function of Tragedy: A response to Jasper Griffin. **Classical Quarterly**. 50.1 2000, p. 30-44.

SEGAL, Charles. **Tragedy and Civilization**: An Interpretation of Sophocles, Cambridge, Cambridge UP. 1981.

SÓFOCLES, **AIAS**. Apresentação e tradução: Flávio Ribeiro de Oliveira, São Paulo: Iluminuras, 2008.

SÓFOCLES. **Édipo Tirano**. Tradução e Comentários: Leonardo Antunes. Introdução: Breno Battistin Sebastiani, Posfácio: Maria Homem, São Paulo: todavia, 2018.

SOURYINOU-INWOOD, Christine. Assumptions and the Creation of Menin: Reding Sophocles' Antigone. **Journal of Hellenic Studies**, 109, 1989, p. 134-148.

STEINER, George**. Les Antigones**. Paris Gallimard 1984.

TACON, Judith. ECCLEIATIC THORUBOS: Intervention, Interrupitons and Popular Involvement in the Athenian Assembly. **Greece and Rome**. 48.2 October 2001, p. 173-192.

THOMAS, Rosalind. **Writing, Law and Written Law**. The Cambridge Companion to Ancient Greek Law. Cambridge. UP. 2005, p. 41-60.

THUCYDIDES. **La Guerre du Péloponnèse**. Tome 1: Livre I et II. Texte établi et traduit par Jacqueline De Romilly, Introduction: Claude Mossé. Paris: Belles Lettres, 2014.

TRABULSI, José Antonio Dabdab**. Dionisismo**, Poder e Sociedade na Grécia até o fim da época clássica. São Paulo: Humanitas, 2004.

VIDAL- NAQUET, Pierre. **Le Mirroir Brisé**: Tragédie athénienne et politique. Paris: Belles Lettres, 2002.

VILLACEQUE, Némie. **Spectateur de Parole**: Délibération démocratique et Théâtre à Athènes l'époque classique. Rennes: Presses universtaires de Rennes, 2013.

Whitehorne, J. E. G. The Background to Polyneices Disinterment and Reburial. **Greece and Rome**. 30.2. 1983, p. 129-142.

ZEITLIN, Froma. Thebes: Theater of sel and Society Drama. *In*. **Nothing to do With Dionysos**: Athenian Drama in its Social Context. Eds J. J. and F. Zeitlin, Princeton, Princeton UP, 1990. P. 130-167.

A RECEPÇÃO DE IFIGÊNIA NA BIOGRAFIA DE ANTÔNIO DE SOUZA NETO

Mariana Soares Zuchetti[1]

O *Esboço Biographico – O General Antonio de Souza Netto*[2] é uma pequena notícia biográfica publicada em agosto de 1874, na primeira edição daquele ano da Revista Mensal da Sociedade Partenon Literário. O texto curto, de cerca de 4 páginas, tem por autor Achylles Porto Alegre, membro da sociedade e professor. O literato nasceu em 1848, na cidade de Rio Grande, e faleceu em 1926 em Porto Alegre. Chegou a cursar a Escola Militar, mas não concluiu o ensino superior. Além de suas atividades no âmbito das "belas artes" exerceu também as funções de funcionário público e inspetor escolar. Sua atuação no meio letrado da época não se restringiu somente a revista do Partenon, mas também, a outros periódicos, como o *Jornal do Comércio*, *A notícia* e *O Correio do Povo* assinando suas obras também com pseudônimos como "Manfredo" e "Carnioli". Atuou frequentemente na vida intelectual da província se envolvendo na fundação do Partenon Literário (1868), da Academia Rio-grandense de Letras (1901) e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1920).

1 Mestranda em História (UFRGS). Lattes: https://lattes.cnpq.br/6400718507884174. Orcid: https://orcid.org/0009-0001-8617-3417. marianaszuchetti@gmail.com

2 ALEGRE, Achylles Porto. Esboço Biographico: o general Antonio de Souza Netto. *Revista do Parthenon Litterario*. Porto Alegre, p. 47-50. ago. 1874.

A biografia de sua autoria sobre Neto, juntamente com a de Canabarro escrita por outro membro do Partenon, são as duas únicas a mencionarem militares farroupilhas publicadas na revista em meio a outras biografias de militares legalistas que resistiram à revolta farroupilha. O texto é dividido em três partes. Na primeira, de natureza mais descritiva, o autor traça uma caracterização da província elogiada por seu caráter bélico. Assim, o Rio Grande do Sul seria a região "mais guerreira do Brazil[3]" (Porto Alegre, 1874, p. 47) devido a sua posição geográfica e pelo "ardor" de seus filhos (Porto Alegre, 1874, p. 47). Tal particularidade rio-grandense se dava, na visão do literato porto alegrense, pelo fato do território ser uma região fronteiriça rodeada de repúblicas platinas e que teve seus limites invadidos mesmo em épocas pacíficas ou sem um conflito armado declarado (Porto Alegre, 1874, p. 47). Devido a esse histórico de participação em diversos embates bélicos, Achylles Porto Alegre define o território como a "Esparta Brasileira" e defende que "nenhuma outra província se abalance a reclamar semelhante título conquistado pela bravura, pelo heroísmo e o mais aclysolado civismo de seus filhos" (Porto Alegre, 1874, p. 47). O enaltecimento ao heroísmo provinciano, entretanto, é contrastado com sentimento de abandono e desvalorização da província por parte da Corte, que colocaria a região como a Ifigênia da mitologia grega, lembrada somente "para derramar o seu sangue nas horas de agonias e do desespero da pátria" (Porto Alegre, 1874, p. 48).

Na segunda parte da biografia, Porto Alegre louva a vida do general farroupilha Antônio de Souza Neto o apresentando como dotado de uma personalidade nobre, heroica e generosa, cuja existência seria digna de imitação para as próximas gerações (Porto Alegre, 1875, p. 49). Por fim, na terceira parte, o autor descreve alguns poucos fatos da vida do general, focando principalmente nos eventos que o levaram a se juntar aos farroupilhas, no caso as suas convicções e indignação perante as ações da coroa com o Rio Grande do Sul (Porto Alegre, 1874, p. 49). Sobre o general, sabe-se que nasceu em 1803 em Rio Grande e faleceu em 1866 durante a Guerra do Paraguai (1864-1870). Antes de entrar nas fileiras farroupilhas, o militar esteve envolvido em outros embates na província como a Guerra Cisplatina (1825-1828) e o conflito contra

3 Optei por manter a grafia original nas citações.

Oribe e Rosas (1851-1852). Neto atuou ao longo de toda a guerra civil, sendo conhecido como o proclamador da República Rio-grandense (Silva, 2015, p.30) e por liderar o cerco a Porto Alegre. Passou a morar no Uruguai antes de falecer, sem ocupar cargos políticos ou militares (Silva, 2015, p. 47). Sua atuação política nesse período restringiu-se a uma ida ao Rio de Janeiro como representante das elites estancieiras brasileiras que estavam radicadas no Uruguai (Silva, 2015, p. 47).

Uma princesa grega nos pampas

Ao falar sobre a situação da província rio-grandense, que na sua visão seria a de abandono por parte da Corte, Achylles Porto Alegre se utiliza de um artifício que parece estranho aos dias atuais, mas era relativamente comum entre os periódicos do século XIX, o de estabelecer uma relação com a Antiguidade Clássica. Essa relação, no caso do texto analisado e em outros da época, ocorre a partir de estratégias retóricas que, diversas vezes, colocavam Modernidade e Antiguidade em patamares semelhantes, anulando as distâncias temporais entre elas. Tal estratégia argumentativa, pode ser encontrada em textos de outros autores do Partenon que mencionavam também outras personagens femininas em sua escrita, como o texto de Ferreira da Luz *These Historica - Jovita é, ou não uma heroína?*[4], onde o literato estabelece uma relação de comparação entre Jovita Alves Feitosa, uma mulher cearense que se vestiu de homem para se alistar na Guerra do Paraguai, e outras mulheres do passado Greco-romano como Clélia, Vetúria e Artemisa[5]. Vários pesquisadores vêm demonstrando a vitalidade do Mundo Antigo entre o século XIX na imprensa e literatura brasileira. Entre estes diversos estudos, pode-se destacar a pesquisa sobre o papel da Antiguidade: nas discussões políticas em periódicos, como o trabalho de conclusão de curso de Rafael Abreu (2014) e os artigos publicados por Anderson Zalewski Vargas (2007 e 2020); na formação dos intelectuais brasileiros e na organização

4 LUZ, F. A. Ferreira da. These Historica: jovita é, ou não uma heroina? *Revista Mensal da Sociedade Parthenon Litterário*, Porto Alegre, v. 1, n. 4, p. 8-11, jun. 1869.

5 Em meu trabalho de conclusão de curso analisei a Recepção da Antiguidade Clássica no texto sobre Jovita Alves Feitosa (ver ZUCHETTI, Mariana Soares. "*Jovita é a mais nobre, senão mais heroica*": o parthenon literário e a recepção da antiguidade clássica na formulação do ideal da mulher heroica. 2019. 59 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019).

de instituições políticas, como demonstrado no livro organizado por André Chevitarese, Gabrielle Cornelli, e Maria Aparecida e Silva (2008); na arquitetura e em movimentos literários, como a pesquisa de Renata Senna Garraffoni (2018) no acervo do Museu Paranaense; e no livro organizado por Tereza Virgínia Ribeiro Barbosa, Júlia Batista Castilho de Avellar e Rafael Guimarães Tavares da Silva (2022) sobre a presença da Antiguidade Clássica no modernismo brasileiro; ou na escrita da história do país, como no artigo de Rodrigo Turin (2011) sobre a Antiguidade no IHGB. No meio acadêmico, essas apropriações do passado clássico se tornaram objeto dos estudos de Recepção da Antiguidade Clássica.

Os Estudos de Recepção iniciaram na década de 1960, na Alemanha, por estudiosos da literatura como Hans Robert Jauss, Wolfang Iser e Hans-Georg Gadamer, mas um dos pioneiros ao sugerir a incorporação dessa teoria entre os classicistas foi Charles Martindale em seu livro *Redeeeming the Text: Latin poetry and hermeneutics of reception* (1993). Entre as principais propostas dessa corrente teórica, destaco o enfoque no leitor, criador do significado de uma obra durante o processo de leitura/recepção, que cria sentidos a partir de suas vivências individuais (Bakogianni, 2016, p. 97). Tal processo, de ressignificações de escritos diversos através da leitura ao longo dos séculos, na visão de Martindale, seria ainda mais claro com os clássicos, pois estes passaram por vários ciclos de recepção no decorrer do tempo, formando verdadeiras cadeias de recepção, o que impossibilita um retorno ao sentido original dessas produções (Martindale, 1993, p. 7).

A Recepção abandona a ideia de pureza de uma obra, já que cada leitor de um contexto diferente apresentará uma leitura diversa de um mesmo texto. A premissa de mutabilidade de significado de um objeto é um pressuposto relevante para a análise de escritos e cultura material da Antiguidade, já que frequentemente se encontram de forma fragmentada e incompleta, sujeitos a novas interpretações (Bakogianni, 2016, p. 97) tanto entre estudiosos quanto entre o público não especializado. Assim, os estudos de Recepção da Antiguidade Clássica adotam os pressupostos dos Estudos de Recepção, aplicando-os a Antiguidade, focando "na maneira como o mundo clássico é recebido nos séculos subsequentes e, em particular, nos aspectos das fontes clássicas que são

alterados, marginalizados ou negligenciados" (Bakogianni, 2016, p. 97). Dessa forma, as alterações sobre o passado clássico não são vistas como simples anacronismos ou equívocos, mas como releituras de leitores de outras épocas sobre os Antigos, que permitem conceber como o público compreendia sua própria época e os clássicos.

Na biografia do general Neto, essa aproximação entre épocas diversas se dá através da estratégia retórica da comparação entre o sacrifício não reconhecido dos rio-grandenses nos diversos conflitos que ocorreram na região, possivelmente o mais recente deles sendo a Guerra do Paraguai, e o sacrifício da princesa grega Ifigênia, que ocorreu também por questões bélicas, como a Guerra de Tróia. O mito pertence ao chamado Ciclo Troiano, formado pelas narrativas relativas à guerra entre aqueus e troianos. O mito de Ifigênia antecede à guerra sendo narrado em três tragédias *Agamêmnon* de Ésquilo, primeiro livro da trilogia da *Oréstia*; *Ifigênia em Áulis* e *Ifigênia entre os Tauros* escritas por Eurípedes com algumas divergências narrativas entre as peças. A princesa grega é descrita como filha de Agamenon e Clitemnestra e acaba sendo sacrificada pelo pai para que as tropas gregas pudessem partir para Tróia, já que Agamenon havia irritado Ártemis, os motivos variam dependendo da peça, que por isso prendeu os navios gregos na costa com fortes ventos. Em *Agamêmnon* de Ésquilo, o sacrifício da jovem princesa é narrado por um ancião no início da tragédia, após os sentinelas avisarem do retorno das naus gregas após dez anos de conflito. Segundo o personagem, a situação que levaria ao sacrifício inicia-se antes da partida dos navios, quando duas águias atacam e devoram uma lebre em frente a Agamenon e seu irmão Menelau, sinal interpretado pelo adivinho Calcas como de triunfo sobre Troia a ser conquistado pelos dois reis (Ésquilo, *Agamêmnon*, v. 134-146). Contudo, a deusa Ártemis estaria irritada com os dois "alados cães de seu pai" (Ésquilo, *Agamêmnon*, v. 179-180), prendendo as naus dos gregos no porto com fortes ventos e exigindo o sacrifício da filha de Agamenon para que as tropas pudessem partir para Tróia. Segue-se a narração do rito do sacrifício e, um elemento importante a destacar é que Ifigênia resiste ao sacrifício sendo amordaçada no processo (Ésquilo, *Agamêmnon*, v. 249-195). As tropas gregas partem enquanto Clitemnestra passa a ressentir o marido pela perda da filha e durante os anos de ausência de

Agamenon, se junta a Egisto, primo deste, que se torna seu amante. A ação na tragédia de Ésquilo se inicia com o assassinato do rei grego após seu retorno à Argos juntamente com a prisioneira troiana Cassandra. Na continuação da trilogia, *Coéforas*, segue-se o ciclo de vingança, desde vez pelos filhos de Clitmnestra, Electra e Orestes, que estava no exílio quando o pai foi morto. Após seu retorno, ele e Electra se juntam e posteriormente assassinam a mãe e o amante, consequentemente enfurecendo as Erínias, divindades que puniam os crimes de sangue, como o matricídio. O conflito com as Erínias é resolvido na terceira peça da Oréstia, *Eumênides*, e também é um dos temas de *Ifigênia entre os Taurus*.

Já *Ifigênia em Áulis*, o enredo foca-se totalmente no sacrifício da princesa grega, iniciando com sua chegada em Áulis e terminando com seu sacrifício, de forma que os acontecimentos entre esses dois episódios são muito mais detalhados. A peça se inicia através da conversa entre Agamenon e um escravo (cujo nome não é revelado) onde os eventos que antecedem o sacrifício de Ifigênia são revelados para o leitor, como os ventos que não sopram mais e o artifício que o rei grego usou para trazer a esposa e a filha a Áulis através de uma promessa de casamento entre Ifigênia e Aquiles. (Eurípides, *Ifigênia em Áulis*, v. 107-131). O Agamenon de Eurípedes chega a se arrepender da sua decisão e tenta evitar o sacrifício, algo que não é mencionado na peça de Ésquilo, mas sua mensagem é interceptada pelo irmão Menelau e, enquanto os dois discutiam, Ifigênia, Clitemnestra e Orestes, ainda criança, chegam à ilha. Não muito tempo depois, as duas descobrem sobre o destino da jovem, entretanto, não havia muito a ser feito já que as tropas gregas já estavam ameaçando uma revolta. O próprio Aquiles surge na peça como um defensor da princesa de Argos, mas é apedrejado pelas suas próprias tropas. Apesar do contexto em torno do sacrifício ser semelhante como a necessidade da morte da jovem para as tropas partirem, a presença de Ártemis como causadora da situação e ambas Ifigênias implorarem por sua vida, no final da peça ocorre a maior diferença entre as personagens. Enquanto a Ifigênia de Ésquilo rejeita a morte até o final, a de Eurípides aceita morrer pois isso lhe traria glória e fama (Eurípedes, *Ifigênia em Áulis*, v. 1941). Segundo ela: "o fruto de meu sacrifício será este/ propiciando uma vitória à nossa pátria/ conquistarei para mim mesma

terna fama" (Eurípedes, *Ifigênia em Áulis*, v. 1951 - 1953). A princesa grega, ao final da tragédia, decide morrer para que os gregos pudessem vingar o ultraje sofrido com o rapto de Helena. O destino da princesa de Argos de Eurípedes é de certa forma menos cruel que o de Ésquilo, pois Agamenon conta a Clitemnestra que quando estava para ser sacrificada, Ifigênia desaparece e é substituída por uma corça.

Os Antigos no Brasil

A partir de tudo exposto até agora, pode-se questionar, se a recepção do Mundo Antigo não é um caso isolado na fonte selecionada, mas um fenômeno generalizado no território nacional brasileiro, invocada seja na literatura quanto em debates políticos, como a elite letrada da época teve acesso aos clássicos? Primeiramente, pela educação dessas elites, que nos tempos coloniais deslocava-se para Coimbra onde a retórica era valorizada. O ensino de retórica permaneceu como um importante elemento da formação intelectual mesmo após a independência brasileira, existindo cursos e manuais que poderiam ser acessados com relativa facilidade por uma pessoa letrada (Carvalho, 2000, p. 133). O historiador José Murilo de Carvalho, em um artigo publicado em 2000, propõe a retórica como uma chave de leitura para os estudos de histórica intelectual no Brasil justamente pela presença da disciplina na cultura letrada (p. 138). O uso de expressões e autoridades estrangeiras, além de preciosismos de linguagem nas várias esferas de produção intelectual era praticamente obrigatório para a credibilidade de um intelectual ou político. O historiador procura identificar a origem dessa influência da retórica na formação intelectual das elites e atribui a escolástica portuguesa, que predominou em instituições de ensino como o Colégio das Artes e na já citada Universidade de Coimbra, destino de muitos membros da elite brasileira, e que tinham retórica em sua base curricular (Carvalho, 2000, p. 130). A escolástica portuguesa só passou a ser combatida pelas reformas anti-jesuíticas de Pombal que adotaram como base curricular a obra do frade Luís Antônio Verney, *Verdadeiro Método de Estudar* (Carvalho, 2000, p. 131), modificaram sua forma de ensino e ampliaram seu alcance (Carvalho, 2000, p. 132). A retórica também fazia parte dos exames para admissão em Coimbra e, posteriormente, nas escolas de direito no Brasil que surgiram a partir de 1827 (Carvalho,

2000, p. 133) de forma que para atender a demanda de intelectuais que se preparavam para os exames existiam, desde 1759, aulas régias onde se lecionava vernáculo, latim, grego, retórica, poética e filosofia. Sendo assim, é muito provável que parte da população letrada tenha frequentado essas instituições e tido contato com a retórica.

Em segundo lugar, deve-se considerar os próprios periódicos como uma fonte de informação sobre o passado clássico, já que mencionavam acontecimentos, mitos e personagens. Priscila Gontijo Leite e Victor Leite Braga Gurgel argumentam que durante o período das navegações, quando iniciaram os primeiros contatos entre europeus e povos nativos americanos, os primeiros se utilizaram de referências clássicas buscando compreender a existência dos povos nativos e justificar sua escravidão e genocídio (2019, p. 28), trazendo o desconhecido para a esfera do conhecido num exercício de tradução (2019, p. 27). Mesmo após os processos de independência das colônias americanas, a construção de um passado e de uma identidade dessas nações se amparou em uma experiência europeia (Leite e Gurgel, 2019, p. 26). As observações dos dois autores podem ser verificadas no Imperial Colégio de Pedro II, pioneiro no estabelecimento de um ensino seriado brasileiro e onde a História Romana era parte do currículo, principalmente os aspectos políticos do período republicano e imperial (Leite e Gurgel, 2019, p. 30). Além da disciplina de História, outras em que os clássicos se faziam presentes eram as disciplinas de Latim, Grego, Retórica e Poética (Penna, 2008, p. 71).

Antigos, ressentimento e ufanismo

A apropriação do mito de Ifigênia feita pelo autor pode ser vista como uma estratégia argumentativa, mais especificamente uma comparação, que estabelece uma relação de similaridade entre a mítica princesa de Argos e a província rio-grandense. Segundo Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, comparar significa "cotejar vários objetos para avaliá-los um em relação ao outro" (Perelman e Tyteca, 2014, p. 274) de forma que há uma mediação entre os elementos utilizados. Logo, da mesma forma que Ifigênia foi sacrificada para que os aqueus pudessem guerrear, os soldados do Rio Grande do Sul eram sacrificados na guerra pelo bem do império, sem o devido reconhecimento do resto do país:

> o Rio Grande que tem collocado a pátria comum acima de tudo, que tem lavado com seu sangue, com o suor e lagrimas as nodoas do auri-verde pavilhão, que não conhece impossíveis, nem teme a morte quando obedece aos santos impulsos dos seus nobres sentimentos, nada ou quasi nada tem merecido dos nossos governos. E' uma filha bastarda, só lembrada como a pobre Iphygenia para derramar o seu sangue nas horas de agonias e do desespero da patria (Porto Alegre, 1874, p. 48)

Pode-se estabelecer uma relação de proximidade maior ainda entre a Ifigênia de Eurípedes já que, nessa tragédia, a personagem aceita morrer da mesma forma que as tropas rio-grandenses que abandonavam "o lar, a família, a fortuna" (Porto Alegre, 1875, p. 48) para guerrearem. Além disso, é pela forma do sacrifício, não apenas da participação em um conflito bélico, que Achylles Porto Alegre caracteriza as guerras ocorridas na região. Pela comparação, estabelece-se uma relação entre a Ifigênia que aceitou morrer pela Grécia para que os gregos pudessem restaurar a honra perdida pelo rapto de Helena e o Rio Grande do Sul, região que segundo o autor, mais havia contribuído com os conflitos bélicos (Porto Alegre, 1874, p. 48). A comparação coloca o sacrifício da princesa grega e das tropas rio-grandenses na esfera do patriotismo, uma das características positivas atribuídas ao rio-grande do sul e ao líder farroupilha biografado, ao mesmo tempo que denuncia uma posição marginal da província em relação ao resto do império pois, assim como Ifigênia, o território só era lembrado para sacrificar seus soldados em momentos de conflito. Achylles Porto Alegre não foi o único intelectual da época a denunciar o que acreditava ser uma posição de negligência da Corte para com o extremo sul do império. Outros intelectuais, fossem monarquistas ou republicanos, expressaram posicionamentos semelhantes, alguns de forma mais clara e outros mais velada. A biografia escrita por Porto Alegre chama atenção pelo autor ter se utilizado da Antiguidade Clássica para compor a argumentação de seu texto, estratégia que, como já comentado, não era incomum na época, e que possivelmente buscava se aproveitar do prestígio do Mundo Antigo entre a elite letrada.

Perante essas outras manifestações de descontentamento ou de elogio exacerbado com a situação provinciana, Sandra Jatahy Pesavento defende a existência de um binômio ambivalente de sensibilidades na formação da identidade regional do Rio Grande do Sul (Pesavento,

2001, p. 225) composto pelo ressentimento e o ufanismo. Enquanto o primeiro é descrito como o sentimento de que "houve perdas, desprestígios, isolamentos, exclusões, provocados por terceiros que são vagamente designados como 'centro', 'eles', 'os outros'" (Pesavento, 2001, p. 225), o último pode ser caracterizado como uma visão que "dota de positividade exacerbada tudo e todos que se referem ou pertencem ao contexto regional" (Pesavento, 2001, p. 225). Ambas as sensibilidades se alternavam na formação da identidade rio-grandense, coexistindo e contrastando-se. Pesavento situa o ufanismo principalmente na época em que literatos como Achylles Porto Alegre e a sociedade literária em que esse participou atuaram, já que foram esses autores, em sua tentativa de escrever uma literatura de caráter regionalista, que definiram os princípios como bravura e liberdade como parte do tipo rio-grandense (Pesavento, 2001, p. 227). A imagem da província como "Esparta Brasileira", por exemplo, é uma amostra dessa supervalorização de características regionais que almejam transmitir uma imagem de superioridade do Rio Grande do Sul em relação ao resto do império, especificamente, na área da guerra. Estabelecer uma relação de comparação entre Esparta e o Rio Grande do Sul significava invocar toda a tradição, que já existia em torno da *pólis*, como uma grande potência guerreira. Autores da Antiguidade Clássica, como Xenofonte na sua *Constituição dos Lacedemônios* e Plutarco na sua *Vidas Paralelas,* ao narrar as vidas de Licurgo e Agesilau, um legislador e um rei espartano, destacaram os costumes da região da Lacedemônia que teriam feito de Esparta a maior *pólis* no quesito militar. Dessa forma, colocar a província rio-grandense e Esparta juntas significava transferir a importância e valorização da tradição atribuídas à última para a primeira, numa clara manifestação de ufanismo como define Pesavento. A supervalorização da região, iniciada por literatos como Achylles Porto Alegre, no final do XIX, intensificou-se com a formação dos Centros de Tradição Gaúcha (CTGs) (Pesavento, 2001, p. 230), mas também se encontrou com o ressentimento, descrito pela historiadora como um "mal-estar provinciano", uma sensação generalizada de "algo não deu certo" e de perda (2001, p. 230). Essa sensação de perda teria se ampliado com a Era Vargas, onde Pesavento comenta haver em diversos discursos da

época uma sensação de que "o Rio Grande ficará para trás" (Pesavento, 2001, p. 230).

Todavia, analisando outras fontes do século XIX, é possível perceber a existência não só do ufanismo, mas também do ressentimento. O texto de Achylles Porto Alegre demonstra esse fato pois, é possível encontrar essas duas sensibilidades, um elogio ao caráter bélico e único do Rio Grande do Sul e uma denúncia ao posicionamento da Corte em sacrificar a região em diversos conflitos, uma das motivações para seu biografado se juntar aos farroupilhas. A comparação com Ifigênia demonstra uma atualização do mito para o contexto não só de disputa pela memória da farroupilha, mas de velada insatisfação das elites regionais com a posição da região à margem do império e sujeita aos preconceitos da Corte. Apolinário Porto Alegre, irmão mais velho de Achylles, republicano, literato e um dos fundadores do Partenon Literário, sob o pseudônimo de Iriema, foi um dos intelectuais da época a denunciar claramente uma relação que acreditava ser injusta entre o Rio Grande do Sul e a Corte no Rio de Janeiro:

> O Rio Grande do Sul considerado geographica e politicamente constitue um amplo scenario aberto a grandes commettimentos, quer nacionaes, quer estrangeiros. No passado enche com seus memoraveis dipticos a historia brazileira, desde o momento que os primeiros bandeirantes vierão exploral-o: no presente, longanimo e generoso despreza os insultos que aulicos e escribas do rei atirão á sua abnegação, bravura e virtudes patrioticas; no futuro, quando a cochilha tornar-se um pharo de progresso, e o vargedo inflorescer de tendas da civilisação, ninguem lembrarse-ha d'um celebre discurso do Sr. Dr. Macedo, nem das calumnias do jornal palaciano *A Nação* (Iriema, 1873, p. 141).

Além dos irmãos Porto Alegre, outro membro da sociedade Partenon Literário a denunciar o descaso do império para com a província no extremo sul da nação, a partir da Guerra Farroupilha, foi Francisco Antunes Ferreira da Luz. Apesar de ter uma posição condenatória do conflito, que aliás predominava entre as elites da época, o literato culpa a política imperial que, por temer o poder bélico do Rio Grande do Sul, procurou semear a discórdia entre os cidadãos da região:

> somos tentados a considerar como sua principal e verdadeira causa a política astuciosa e traiçoeira do governo que, cioso do aumento

> progressivo da província, e temendo desde então, como ainda agora o ardor bellicoso de seus filhos, procura sempre infiltrar-lhes nas veias o veneno corrosivo da discordia, para, aniquilando-os e roubando-lhes a seiva de sua vitalidade, afastar dos altos poderes do Estado a influencia a que tem direito como guarda avançada em todos os transes difficeis em que até hoje se tem achado o paiz (Luz, 1869, p. 8).

Em defesa da Farroupilha: o encontro entre farrapos e o Mundo Antigo

Como já mencionado anteriormente, Achylles Porto Alegre junta-se a diversos literatos, fossem eles republicanos ou monarquistas, para denunciar o que acreditavam ser uma posição marginal da província por parte do Império Brasileiro. Nesse aspecto, surge a evocação de Ifigênia, trazendo consigo todo o simbolismo em torno do sacrifício da jovem princesa grega que, da mesma forma que o Rio Grande do Sul, nas palavras de Porto Alegre, foi sacrificada pelo bem de sua pátria, sendo após isso esquecida. Trata-se de uma apropriação e releitura do passado que atualiza o mito ao contexto em que Achylles e outros intelectuais viviam, onde o movimento republicano se fortificava por todo o país e a memória da Guerra Farroupilha, e dos militares que a protagonizaram, até então predominantemente negativa, passou a ser questionada pelas vertentes republicanas.

Antes de Achylles Porto Alegre escrever seu texto, outros intelectuais, de maioria monarquista, já haviam se posicionado sobre o conflito. Segundo o levantamento feito por Joscelito Zalla e Carla Menegat o processo de construção da memória da Guerra Farroupilha, a partir da produção desses homens letrados, pode ser dividido em cinco fases:

> a) as batalhas discursivas no seio do próprio movimento; b) a configuração de uma memória marginal e negativa da revolta, após a resolução do conflito; c) a celebração do episódio pela geração republicana do final do século XIX; d) a reabilitação definitiva da Revolução pela memória histórica oficial, nas primeiras décadas do século XX; e) o retorno festivo do mito, com o surgimento do movimento tradicionalista gaúcho, a partir do final da década de 1940 (2011, p. 50- 51).

Nas primeiras décadas do pós-conflito, quando configurou-se uma memória negativa do movimento ou, como Eduardo Scheidt (2000) discute, prevaleceu a memória dos vencedores, é possível citar obras

as memórias de Saturnino de Souza e Oliveira Coutinho, político, advogado e ex-presidente da província do Rio Grande do Sul, *Bosquejo histórico* (1841) e *Negócios do Rio Grande* (1842); a memória de Antônio Manuel Correia da Câmara, diplomata brasileiro que atuou nos dois lados da guerra, além de ter recebido a proteção do Duque de Caxias, *Reflexões sobre o generalato do Conde de Caxias* (1846); os romances de José Antônio do Vale Caldre e Fião, médico, literato, político, membro do Partenon Literário e considerado autor do primeiro romance rio-grandense, *A Divina Pastora* (1847) e *O corsário* (1851); e de José de Alencar, literato e político, *O gaúcho* (1870). A defesa da monarquia e uma visão condenatória do conflito e dos farroupilhas, apresentados como desagregadores da vida moral e social da província, predominou nas memórias e romances acima citados e só veio a ser contestada com o romance *O vaqueano* de Apolinário Porto Alegre. A narrativa foi publicada em capítulos ao longo de 1872 na revista do Partenon Literário e foi considerada a primeira a representar o conflito civil de 35 como um acontecimento valoroso, exaltando e mitificando os farroupilhas descritos como herois de uma epopeia que lutaram contra a tirania de um governo monárquico (Soares, 2016, p. 36).

Apesar da iniciativa de um dos irmãos Porto Alegre, isso não significou o fim das visões negativas sobre o conflito, nem mesmo dentro da sociedade literária em que eles participavam e que se tornou conhecida na historiografia por seu posicionamento republicano. Em 1870, dois anos antes do *Vaqueano*, José Bernardino dos Santos, também membro do Partenon e amigo de Apolinário, publicou o romance *A douda* na revista *Murmúrios do Guaíba,* descrevendo uma guerra cruel e sem o heroísmo que seu colega de letras posteriormente atribuiu ao conflito (Moreira, 1985, p. 51). Já Luís Alves de Oliveira Belo, advogado, político e outro membro da sociedade literária publicou, em 1871 no folhetim *A Reforma*, o romance *Os farrapos,* onde fazia um balanço dos efeitos da revolta como as estâncias abandonadas e grave diminuição da atividade comercial (Moreira, 1958, p. 52). Alexandre Lazzari (2004) comenta que mesmo entre os simpatizantes do movimento republicano, a exaltação da guerra feita por Apolinário e Achylles Porto Alegre era um fenômeno de certa forma isolado e da mesma forma que Menegat e Zalla, aponta o final do século XIX, como o momento em que os feitos da farroupilha

foram se tornando tema de disputa entre republicanos, simpatizantes do conflito, e monarquistas, que condenavam a guerra civil. Assim, seria alguns anos depois da publicação da biografia de Neto por Achylles Porto Alegre, na década de 1880, que o movimento republicano no Rio Grande do Sul efetivamente se apropriou do conflito. Luiz Alberto Grijó define essa forma de apropriação do passado como militante, quando "o passado é tomado como um recurso instrumentalizável para a luta político-partidária no presente" (2010, p. 31). Desta maneira, líderes republicanos como Júlio de Castilhos traçaram uma linha de continuidade entre a "revolução de 35" e o movimento republicano de sua época, tomando para si a tarefa de escrever a história do conflito (Lazzari, 2004, p. 81) e buscando criar uma imagem do Rio Grande do Sul como a província mais republicana do Brasil (Grijó, 2010, p. 32) cujos seus precursores seriam os farrapos (Zilberman, 1985, p. 42). Em 1879, a farroupilha passaria a compor parte da história oficial da nação pelas portas do IHGB com o discurso de Tristão Alencar de Araripe ainda de maneira condenatória e editada em um livro em 1881 (Soares, 2016, p. 111).

Conclusão

Concluindo, acredito que não é possível olhar a invocação de Ifigênia para denunciar a insatisfação das elites intelectuais da época com a relação entre império e província, ou a comparação com Esparta para exaltar as virtudes guerreiras do território, situadas em um dos poucos textos a fazer o elogio a figura de um farroupilha na época, sem considerar o contexto de disputa em torna da memória do conflito. O ufanismo e o ressentimento que colocam o Rio Grande do Sul como a potência bélica sacrificada em prol de uma pátria que não reconhecia seu valor servem para justificar e enobrecer os "revolucionários" da guerra civil que bravamente teriam pego em armas contra um governo tirânico. Trata-se de uma estratégia argumentativa que, pela relação de semelhança, busca atribuir à autoridade e prestígio do Mundo Antigo aos acontecimentos da modernidade. Como já mencionado, essa estratégia não foi única de Achylles Porto Alegre. Rodrigo Turin descreve uma estratégia semelhante utilizada pelos membros do IHGB, onde os Antigos são invocados pela elite letrada que estava escrevendo sobre a

história da nação, o que segundo o autor demonstraria o prestígio do mundo clássico, por meio de analogias que anulavam a distância entre antigos e modernos (2010, p. 4). O objetivo dessa estratégia, segundo o historiador, seria demonstrar que "não apenas eles, mas também nós temos fatos dignos de serem memorizados por sua grandiosidade" (Turin, 2010, p. 7). Pode-se dizer que os autores do IHGB buscavam colocar-se frente a frente com os antigos "fazendo transmitir a autoridade de um para outro" (Turin, 2010, p. 7). Esse movimento constitui uma estratégia de heroicização semelhante a que vemos em outros textos da sociedade Partenon Literário e nas apropriações do passado feitas por Achylles Porto Alegre e que, por um paralelo entre Antigos e farroupilhas, busca atribuir a heroicidade dos primeiros aos últimos em meio a um momento de polêmica sobre uma questão que ainda não havia sido encerrada nas arenas feitas de pena e papel, a memória da guerra civil de 35 e o ressentimento da elite letrada provinciana para com a Corte.

Referências bibliográficas

Fontes

ALEGRE, Achylles Porto. Esboço Biographico: o general Antonio de Souza Netto. **Revista do Parthenon Litterario**. Porto Alegre, p. 47-50. ago. 1874.

IRIEMA. Esboço Biographico: Manoel José da Silva Bastos. **Revista Mensal da Sociedade Parthenon Litterário**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 141-148, abr. 1873.

LUZ, F. A. da. These Historica: combate de ponche verde. **Revista Mensal da Sociedade Parthenon Litterário**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 8-10, set. 1869.

Fontes clássicas:

EURÍPEDES. **Ifigênia em Áulis; As fenícias; As bacantes**. 5 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

PLUTARCH. **Agesilaus.** Disponível em: https://www.perseus.tufts.edu/hopper/t?doc=Perseus%3Atext%3A2008.01.0004%3Achapter%3D33%3Asection%3D1 acesso em 12 de abril 2024.

PLUTARCH. **Lycurgus.** Disponível em: https://www.perseus.tufts.edu/hopper/t?doc=Perseus%3Atext%3A2008.01.0047%3Achapter%3D22%3Asection%3D1 acesso em 12 de abril de 2024.

XENOFONTE. A constituição dos lacedemônios. ***Calíope***: presença clássica, Rio de janeiro, Nº 42, p. 1-37, set., 2022.

ÉSQUILO. **Oréstia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

Bibliografia

ABREU, Rafael Santos de. **Sejamos gregos na glória / e na virtude, romanos***:* os usos da Antiguidade clássica na imprensa periódica sul-rio-grandense no discurso de construção da Nação em o Correio da Liberdade e O Noticiador (1831 - 1835). 2014. 127 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

BAKOGIANNI, Anastasia. O que há de tão 'clássico' na recepção dos clássicos? Teorias, metodologias e perspectivas futuras. **Codex** – Revista de Estudos Clássicos, [S.L.], v. 4, n. 1, p. 114-131, jun. 2016.

BARBOSA, Tereza Virgínia Ribeiro; AVELLAR, Júlia Batista Castilho de; SILVA, Rafael Guimarães Tavares da. **Ser Clássico no Brasil**: apropriações literárias no modernismo e pós. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2022.

CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.123-152, Jan./Dez. 2000.

CHEVITARESE, André Leonardo; CORNELLI, Gabriele; SILVA, Maria Aparecida de Oliveira (Org.). **A Tradição Clássica e o Brasil**. Brasília: Fortium, 2008. p. 67-79.

GARRAFFONI, Renata Senna. **Os antigos gregos no acervo do Museu Paranaense**: recepção dos clássicos, poesia simbolista e política. Curitiba: *Samp*, 2018.

GRIJÓ, Luiz Alberto. A elite do Partido Republicano se apropria da "Revolução". **Revista História Unisinos**, São Leopoldo, v. 1, n. 14, p. 29-37, jan/abr. 2010.

LAZZARI, Alexandre. **Entre a grande e a pequena pátria**: literatos, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910). 2004. 384 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Departamento de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

LEITE, Priscilla Gontijo; GURGEL, Victor Leite Braga. Apropriações da Tradição Clássica no Brasil e o ensino de História Antiga. In: BUENO, André; CREMA, Dulceli Estacheski Everton; ZARBATO, Jaqueline (orgs). **Aprendendo História**: Ensino. União da Vitória: Edições Especiais Sobre Ontens, 2019.

MARTINDALE, Charles. **Redeeming the text**: latin poetry and the hermeneutics of reception. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

MOREIRA, Maria Eunice. Uma literatura de Guerra. ***Letras de Hoje***, Porto Alegre, v. 18, n. 3, 1985.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação**: a nova retórica. 3. ed. São Paulo: Editora Wmf Martins Fontes, 2014.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Ressentimento e Ufanismo: sensibilidades do sul profundo. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (org.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. p. 223-238.

SCHEIDT, Eduardo. O processo de construção da memória da Revolução Farroupilha. **Revista de História**, [S. l.], n. 147, p. 189-209, 2002.

SOARES, Fabrício Antônio Antunes. **Farrapos de Estórias**: romance e historiografia da farroupilha (1841-1999). 2016. 326 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

TURIN, Rodrigo. **Os Antigos e a nação**: algumas reflexões sobre os usos da antiguidade Clássica no IHGB (1840-1860). Disponível em: https://journals.openedition.org/acrh/3748 Acesso em 1 de março de 2022.

VARGAS, Anderson Zalewski. Recepção da Antiguidade: a tirania de pisístrato na defesa da monarquia moderada no jornal correio da liberdade (porto alegre, 1831). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 40, n. 84, p. 93-1117, ago. 2020.

VARGAS, Anderson Zalewski. Usos da Antigüidade: imprensa, civilização e decadentismo no sul do Brasil republicano. **Liber Intellectus**, v. 02, p. 02, 2007.

ZALLA, Jocelito; MENEGAT, Carla. História e memória da Revolução Farroupilha: breve genealogia do mito. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 62, n. 31, p. 49-70, dez. 2011

EXPLORANDO OS ASPECTOS NARRATIVOS NA *VIDA DE PAULO DE TEBAS*

Rafael da Costa Campos[1]

São Jerônimo desempenhou um papel fundamental na história do cristianismo, particularmente durante o processo de cristianização do Império Romano nos séculos IV e V. Sua vida reflete a expansão e a consolidação do cristianismo como religião oficial, além da crescente influência das práticas ascéticas, que ele adotou e promoveu intensamente. Além de ser reconhecido por sua tradução da Bíblia para o latim, a Vulgata, Jerônimo também foi um prolífico autor de obras hagiográficas, como a *Vita Pauli*. Nesse texto, ele combina habilmente a tradição literária greco-romana com a espiritualidade cristã, oferecendo narrativas que exaltam o ideal de vida eremítica. Sua escrita não só moldou a literatura cristã da época, como também influenciou gerações futuras com sua habilidade de integrar o rigor ascético a uma prosa elegante e sofisticada.

A trajetória de Jerônimo é contígua à rápida difusão do cristianismo na sociedade romana e a cristianização de suas instituições políticas. Após a Grande Perseguição de Diocleciano (303 - 311), seu sucessor Constantino favoreceu a religião cristã mediante privilégios legais e suporte financeiro à Igreja. Este fato ampliou o poder dos bispos e

1 Pós-doutorado em História. Professor Associado da Universidade Federal do Pampa. Lattes: http://lattes.cnpq.br/8515312907813304. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4697-1158 . email institucional: rafaelcampos@unipampa.edu.br

atraiu membros da elite para a carreira eclesiástica. Tornando-se popular durante o quarto século, comunidades cristãs prosperaram, novas paróquias foram edificadas e instituições caritárias surgiram. O credo bíblico se sofisticou, e atraiu muitos religiosos para locais sagrados na Palestina e também para o movimento ascético.

Entretanto, a difusão do cristianismo também trouxe conflitos dentro das congregações. Durante seu governo, o Imperador Contantino (306 - 337) interveio em disputas como entre católicos romanos e donatistas na África no ano de 312, logo após a sua aclamação. O soberano também interveio sob a doutrina arianista, efetivamente condenada após o Concílio de Nicéia em 325, que estabeleceu a consubstancialidade do Pai e do Filho em oposição à visão herética de Ário e seus apoiadores. No entanto, essa querela manteve-se até a promulgação da ortodoxia nicena sob Teodósio já na década de 380.

Nascido no ano de 347 na cidade de Estridão, fronteira entre a Dalmácia e a Panônia, Jerônimo foi batizado ainda quando jovem por seu pai Eusébio, e estudou em Roma sob a tutela do gramático Élio Donato. Após terminar seus estudos, mudou para Tréveris com seu amigo Bonoso, pois o serviço na corte dessa cidade - importante centro administrativo que abrigava uma das residencias imperiais - era uma via para o sucesso economico e prestígio social, sobretudo após a morte do Imperador Valentiniano em 375. Todavia, a carreira burocrática de Jeronimo foi interrompida após uma revelacao espiritual que o inspirou a uma vida ascética, conforme relato do próprio autor na XXII carta de suas *Epístolas*. Tal fato o levara ao estudo da Bíblia, da patrística, e a negação da educação clássica. Com isso, por volta de 370 Jerônimo deixou Tréveris, passou algum tempo no norte da Itália e eventualmente teria peregrinado para Jerusalém. É importante ressaltar que o ascetismo cresceu originou-se na primeira região e no sul da Gália, e sua escrita influente deve ser contextualizada no surgimento monasticismo ocidental (Rebenich, 2002, p. 2-6).

Neste período, portando uma vasta biblioteca, Jerônimo foi recebido em Jerusálem pelo futuro bispo Evágrio de Antioquia, e posteriormente decidiu se refugiar em Cálcis, sob o pretexto de vivenciar o ascetismo. Sob a aridez do deserto que abarcava um centro economico e defensivo romano, o escritor trocou a vida urbana pela contemplação rural de uma

comunidade cenobítica, mas sem perder contato com seu patrono e amigos.

Futuramente sua trajetória o levou para Antioquia, onde conheceu os escritos de Orígenes e passou a estudar as escrituras. Em seguida, mudou-se para Constantinopla e finalmente Roma, onde tornou-se influente entre damas aristocráticas com seu rigor ascético, promoção da castidade, o estudo bíblico e da abstinência sexual. O rigor do seu pensamento também trouxe inimizades e em 385 trocou Roma por Belém. De lá, Jerônimo manteve o elogio ao ascetismo doméstico, sugerindo-o como preparação para a vida monástica ou sacerdotal, sobretudo como maneira de atrair apoiadores ricos e intelectuais cristãos para sustentar sua obra e sua comunidade (Rebenich, 2002, p. 6-9).

Antes disso, no ano de 380, após a oficialização da ortodoxia nicênica como religião oficial do Império Romano, Teodósio entronizou Gregório de Nazianzo como bispo de Constantinopla. Pouco tempo antes, Jerônimo se mudou para a capital oriental, tendo se autodenominado inclusive como um discípulo do primeiro. Contudo, o escritor valeu-se do prestígio de Gregório para aplacar críticos de sua erudição e aderência à doutrina cristã. A elite da corte citadina era financiadora e incentivadora do ascetismo, ambiente no qual Jerônimo estabeleceu-se como um erudito e escritor cristão. Biógrafo, tradutor e exegeta, o escritor visava tornar-se o autor favorito dos intelectuais cristãos abastados (Rebenich, 2002, p. 10-14).

Em 382, Jerônimo deixou Constantinopla após traduzir a Crônica de Eusébio para o latim e construir laços com políticos da igreja e corte imperial. Serviu como conselheiro para Paulino de Antioquia e Epifânio de Salamina, viajando para Roma para um sínodo organizado por Ambrósio de Milão. Em Roma, a delegação oriental foi acomodada por famílias da elite, incluindo a viúva Paula, que havia transformado sua casa em um convento doméstico. O ascetismo em Roma do século IV foi influenciado por visitantes do Oriente, transformando casas ascéticas em comunidades monásticas.

Jerônimo, apesar do insucesso do sínodo, construiu uma carreira destacada em Roma até 385. Foi confiado pelo bispo Dâmaso para lidar com assuntos eclesiásticos difíceis e era conhecido por incentivar práticas ascéticas e harmonizar virtudes cristãs com a aristocracia

romana. Todavia, Jerônimo se opunha ao luxo, vaidade, mundanidade e hipocrisia, e enfrentou objeções devido à sua estrita adesão ao ascetismo e à sua tradução dos Evangelhos. Seu ensino a respeito da virgindade e o impacto que teve sobre mulheres de alta estatura social causaram insatisfação: a defesa de Jerônimo pela castidade perturbava a aristocracia, que temia por sua continuidade familiar. Com a morte de seu protetor Dâmaso em 384, Jerônimo foi compelido a deixar Roma diante de uma provável coleção de rviais e desafetos, como Ambrósio de Milão por exemplo.

Na iconografia cristã, São Paulo de Tebas é costumeiramente representado em volta de dois leões ou próximo de uma palmeira, elementos presentes no texto de Jerônimo e que respectivamente aludem ao enterramento e ao oásis que teria abrigado o eremita durante sua sobrevivência no deserto. Igualmente, são comuns representações imagéticas de cenas de sua vida, como por exemplo seu encontro com Santo Antônio, inscritas na cruz de Rothwell (provavelmente data do ano 700) entre outras cruzes irlandesas[2].

A existência do herói descrito por Jerônimo, da Tebaida do Alto Egito, é questionada por falta de evidências. Alguns sugerem que o autor conhecia a história do primeiro eremita, originada da tradição oral da Antiguidade Tardia. Grandes compilações como a *Historia Monachorum* e a *Historia Lausiaca* baseiam-se principalmente em narrativas orais sobre reclusos, mas não há testemunhos independentes que confirmem a existência de Paulo de Tebas. Consequentemente, a partir de meados do século XIX, os questionamentos das fontes provenientes da historiografia alemã diminuíram o reconhecimento da Igreja Católica a Paulo de Tebas, removendo seu dia de festa do calendário dos santos. Conquanto seja questionável a utilidade de um novo debate sobre sua historicidade, em contrapartida é pertinente debater a popularidade da *Vita Pauli* de Jerônimo, que fez de Paulo um modelo de perfeição eremita (Rebenich, 2009, p. 16).

Não sabemos ao certo quando Jerônimo confeccionou esta obra, apenas que foi produzida durante sua estadia na Síria, em meados da década 370, do que podemos depreender da dedicatória a Paulo de

2 FARMER, David Hugh. "Paul the First Hermit". **The Oxford Dictionary of Saints Fifth Edition**. Oxford: Oxford University Press, 2003. p. 416.

Concórdia na III carta das *Epístolas*. Naquela época o autor residia pela segunda vez em Antioquia, ou estava na propriedade rural de Evágrio na localidade de Marônia. Grandi (2021, p. 392) sugere uma classificação alternativa para suas correspondências, baseadas em análise linguística, narratológica, estilística e retórica. Dessa análise, seis micro-categorias são deduzidas, e nos interessa a de narrativas, focada no conteúdo e estrutura: busca-se entender a conexão entre as Vidas (Hilarião, Malco, Paulo) e as *Epístolas* escritas pelo mesmo autor no mesmo período. Durante a Antiguidade, as cartas também tinha regras de composição específicas, e em suas correspondências o autor se retrata como um herói cristão e santo, e também afirma sua própria autoridade.

Os indícios da narratividade interna entre as *Epístolas* e as *Vidas* espalham-se nas primeiras e nos permitem pressupor o caminho criativo de Jerônimo durante os anos que se seguiram à composição das últimas. Na segunda epístola, dedicada ao Imperador Teodósio e outros eremitas, o autor elogia o deserto em virtude de ser um *locus amoenus* e ter sido benevolente para consigo. Pecador que busca perdão, ele recorre a duas metáforas recorrentes nas obras: o bom pastor e o filho pródigo, sínteses da *professio humilitatis* que percorre a biografia dos santos e valorizam o deserto como o lugar ideal para o monaquismo. A quinta epístola menciona explicitamente *Vita Pauli* e *Vita Malchi*, que são representações fictícias de Jerônimo. Ele se identifica com estes personagens, usando detalhes de suas narrativas para destacar a dualidade entre solidão e relações no deserto. Além disso, nelas Jerônimo mostra seu intenso desejo de ler e escrever. A décima epístola é um texto explicativo que usa linguagem simples, referências clássicas e vivas descrições para conectar temas. A décima sétima epístola liga as *Vidas* e as *Epístolas*, criticando falsos monges e retratando a vida no deserto. As obras atuam como um registro e literatura para um público diversificado, narrando a existência de um santo. Elas visam a construir um modelo ascético, usando técnicas clássicas para criar uma literatura cristã que contrasta com a vida comum, relata biografias exemplares, compara heróis e organiza estruturas, contrastando santos com o pecador Jerônimo. Mediante o emprego da paraenêsis - o aconselhamento de virtudes morais - o autor visa persuadir o público sobre as grandezas do monasticismo (Grandi, 2021, p. 393-399).

Entretanto, o sucesso da escrita é mais relevante do que o local e momento de sua produção, pois o texto encantou contemporâneos por sua elegância literária: na *Vita Pauli* Jerônimo incorporou elementos da literatura grega e latina, tanto pagã quanto cristã. As estruturas narrativas predominantes são moldadas nos padrões do romance e da biografia clássicos, com nuances da prática literária tradicional. Elas incorporam elementos estilísticos e estruturas narrativas pagãs, principalmente de origem grega, que proclamavam a nova mensagem cristã sobre a superioridade de um estilo de vida ascético em suas obras.

Em contrapartida, este texto é peculiar por ser composto de duas partes bem distintas em dimensão e estrutura. A primeira parte apresenta de forma sucinta a jornada solitária do lendário eremita egípcio, reconhecido como o pioneiro do movimento eremítico. Em seguida, de modo mais detalhado, relata a viagem de Santo Antônio do Egito, também conhecido como Santo Antônio, o Anacoreta, personagem principal da biografia redigida por Atanásio, em sua jornada ao deserto, em busca de um encontro com aquele que surgiu em seus sonhos como o primeiro anacoreta. Neste cenário, o sonho de Santo Antônio revela a figura de São Paulo de Tebas, o primeiro ermitão do deserto e personagem central da primeira parte do relato. Tal revelação direciona a missão de Santo Antônio para auxiliá-lo em seu sepultamento.

Assim, é relevante destacar que, apesar do título da obra de Jerônimo, a narrativa não se concentra na descrição biográfica dos atos ou milagres atribuídos a um santo. De fato, ela omite grande parte da vida do biografado, focando no início da jornada anacoreta e nas circunstâncias de sua morte. O personagem principal da narrativa de Jerônimo não é Paulo e sim Antônio, que recebe o maior enfoque. A impressão de disparidade neste texto é enfatizada também por uma diferente "atmosfera" em ambas as partes do relato: enquanto a primeira parte é caracterizada por uma tônica biográfica e restritiva em que não há espaço para fenômenos sobrenaturais, já na segunda parte o leitor encontra-se inesperadamente envolto em um mundo povoado por criaturas fantásticas e ajudantes miraculosos como um centauro e um sátiro que apontam o caminho do deserto para Antônio, um corvo que provê Paulo com um pedaço de pão em seu isolamento, ou leões alados

que cavaram a cova para que Antônio pudesse depositar o corpo do primeiro eremita (Subrt, 2012, p. 39-40).

Em 1987, a pesquisadora A.G. Elliot notou o caráter distintivo do texto de Jerônimo sobre eremitas. Em comparação com outras tradições cristãs, Jerônimo apresenta uma narrativa única sobre um asceta no deserto egípcio. Este é sustentado por uma palmeira e uma fonte de água, levando uma vida solitária até ser encontrado por um viajante antes de sua morte. Diferente de outros relatos, Jerônimo usa um narrador onisciente para apresentar dois eventos sequenciais. Seu texto, visando corrigir a afirmação de que Antônio foi o primeiro eremita cristão e elogiar Paulo de Tebas, parece mais histórico do que hagiográfico (Subrt, 2012, p. 40-42). Isso é evidenciado logo no início do primeiro dos dezoito capítulos desta obra:

> Muitas vezes houve dúvidas sobre quem teria sido o primeiro a habitar o deserto dos monges. Alguns, recuando mais no tempo, tomaram como referência o bem-aventurado Elias e João. No entanto, Elias parece ter sido mais do que um monge para nós, e João começou a profetizar antes mesmo de nascer. Outros, numa opinião com a qual concorda a maioria das pessoas, afirmam que Antônio foi o fundador desse estilo de vida, o que é em parte verdadeiro. Pois ele não foi o primeiro de todos, mas foi a partir dele que o entusiasmo de todos foi incitado. Amatas e Macário, discípulos de Antônio, dos quais o primeiro sepultou o corpo do mestre, afirmam até hoje que um certo Paulo de Tebas foi o pioneiro desta prática, mas não do nome, opinião que também aprovamos. Alguns espalham tanto isto quanto outras coisas conforme lhes agrada: um homem cabeludo até os calcanhares em uma caverna subterrânea, e muitas outras coisas incríveis que é inútil enumerar. Como suas mentiras eram descaradas, suas alegações não merecem nem mesmo ser refutadas. Portanto, como a história de Antônio foi cuidadosamente registrada tanto em estilo grego quanto romano, decidi escrever brevemente sobre o início e o fim da vida de Paulo, mais porque esse assunto foi negligenciado do que por confiar em meu talento. No entanto, como ele viveu em sua meia-idade ou que armadilhas de Satanás ele enfrentou, ninguém sabe (*Vit. Paul.* I)[3].

3 *Inter multos saepe dubitatum est, a quo potissimum Monachorum eremus habitari coepta sit. Quidam enim altius repetentes a beato Elia et Ioanne principia sumpserunt. Quorum et Elias plus nobis uidetur fuisse quam monachus et Ioannes ante prophetare coepisse quam natus sit. Alii autem, in quam opinionem omne uulgus consentit, adserunt Antonium huius propositi caput, quod ex parte uerum est. Non enim tam ipse ante omnes fuit, quam ab eo omnium incitata sunt studia. Amatas uero et Macarius, discipuli Antonii, e quibus superior magistri corpus sepeliuit, etiam nunc adfirmant Paulum quemdam Thebaeum principem rei istius fuisse, non nominis, quam opinionem nos quoque probamus. Nonnulli et haec et alia prout uoluntas tulit iactitant: subterraneo specu crinitum calcaneo tenus hominem, et multa quae persequi otiosum est incredibilia fingentes. Quorum quia impudens mendacium fuit, ne refellenda*

O primeiro capítulo da história sobre Paulo é essencialmente uma exploração de suas origens, focalizando em dois temas centrais: a fundação e a transmissão do monasticismo. Paralelamente, é perceptível a familiaridade com gêneros de escrita tradicionais da época, como exemplificado a seguir. O texto prossegue mediante a descrição das perseguições sob Décio e Valeriano (entre 250 e 264 EC), em que Jerônimo contextualiza a destruição de diversas igrejas no Egito e na Tebaida. Da mesma forma, o autor relata que mártires como Cornélio em Roma e Cipriano em Cartago encontraram o fim de suas vidas, assim como outros cristãos. Estes, ao pedirem para serem mortos em nome de Cristo, experimentaram um lento sofrimento espiritual ao não lhes ser concedida a permissão para morrer (*Vit. Paul.* 2).

No terceiro capítulo, antes de narrar a trajetória do biografado, Jerônimo utiliza a história de dois mártires cristãos anônimos para exemplificar a crueldade dos perseguidores pagãos, tendo condensado o sofrimento de ambos no Egito em circunstâncias particularmente fantásticas. O primeiro foi untado com mel e deixado sob a intensa luminosidade solar para ser picado por insetos. O segundo foi levado a um exuberante jardim, descrito como um *locus amoenus*, e amarrado em uma cama de penas com flores, e sua lascívia foi posta à prova pelas provocações de uma meretriz: para evitar a tentação, este mordeu e cuspiu a própria língua no rosto da mulher, "e assim, a grandeza da dor sobrepujou o sentimento da luxúria" (*Ac sic libidinis sensum succedens doloris magnitudo calcauit*) (*Vit. Paul.* 3).

Estas cenas bastante explícitas, narradas em uma prosa que combina concisão epigramática com intensidade febril, exacerbam a fuga de Paulo para os confins da parte oriental do deserto egípcio, com ênfase nos horrores da perseguição aos cristãos. Ambos episódios são fictícios, mas inflexionam a narrativa devota e proporcionam deleite ao leitor, pois baseiam-se em padrões familiares ao leitor instruído, como Petrônio, Apuleio, Diogenes Laércio, Eliano ou Heráclides, e mesmo fontes judaicas. Do mesmo modo, as digressões, incluindo as que tratam sobre centauros e sátiros, assim como referências clássicas são exemplos desses

quidem sententia uidetur. Igitur quia de Antonio tam Graeco quam Romano stilo diligenter memoriae traditum est, pauca de Pauli principio et fine scribere disposui, magis quia res omissa erat quam fretus ingenio. Quomodo autem in media aetate uixerit aut quas Satanae pertulerit insidias, nulli hominum compertum habetur.

padrões, como Virgílio e Cícero. Mas esta adesão não é subserviente, como demonstra seu desvio dos elementos estilísticos biográficos; a despeito de possuir, prelúdio e desfecho, bem como a estratégia de paralelos plutarquianos entre Paulo e Antônio, apenas o início e o fim da vida do primeiro são retratados (Rebenich, 2009, p. 17-20; Williams, 2006, p. 36-7).

A trajetória de Paulo resume-se entre os capítulos quarto ao sexto, contrariando as expectativas iniciais de um leitor condicionado pelos padrões da retórica daquele período, o que não seria alheio a Jerônimo. Assim, este prólogo visando as origens e um fundador é coerente ao padrão historiográfico de Títo Lívio, e visa sobretudo para o autor assegurar o exercício da investigação para afirmar o biografado como o primeiro monge que existiu (Bret, 2021, p. 359-361). Neste momento da narrativa, outro aspecto importante consiste dos significativos paralelos entre a vida pregressa de Paulo e Antônio, descritas por Atanásio e traduzidas por Evágrio. Ambos os protagonistas renunciaram às heranças, tinham irmãs que confiaram aos cuidados de outros, e se retiraram gradualmente das terras habitadas. Contudo, a ênfase de Jerônimo é demonstrar que Paulo não somente foi o primeiro eremita mas que também superou Antônio, o que orienta a trajetória de Antônio entre os capítulos sete e dezesseis: o último, um monge egípcio, é levado por um sonho a buscar uma figura misteriosa, que é Paulo e habita o deserto. Após uma conversa enriquecedora e uma despedida, Antônio retorna um ano depois para encontrar Paulo morto, e assim compreende que sua jornada significou dar um enterro digno a seu mentor.

Assim como Grandi, Williams analisa as *Epístolas* de Jerônimo para compreender a intencionalidade do autor na composição da *Vita Pauli*. Nesse sentido, a mescla de elementos da martirologia e do romance, justificada na primeira epístola, com o novo estilo da hagiografia ascética, pareceria - a despeito da aceitação e posteridade desta obra - um fracasso perante o olhar da crítica moderna. Para esta pesquisadora (2006, p. 37), a mistura de sátiros, centauros, mártires e monges é chocante e sensacionalista, além de ignorar o auto-corolário de escrever para um público leigo. Ao contrário, seu texto carrega uma sintaxe complexa, o uso estratégico de palavras incomuns e até poéticas, além de referências a textos literários consagrados, resultando em um estilo

de prosa fortemente enriquecido que, ao final, é tão indigesto quanto a trama excêntrica e artificial. Não por acaso, o uso da personificação de Antônio na obra permite um paralelo entre a atividade literária de Jerônimo e Evágrio, seu patrono na ocasião. A tradução feita por este último teve sucesso duradouro no círculo intelectual cristão de Aquiléia bem como influência sob o monaquismo orientalizante. A subordinação de Antônio a Paulo feita por Jerônimo teria representado a reivindicação implícita do sucesso do patrono para si. Desta maneira, o contraste com o tom elogioso da primeira epístola dedicada a Evágrio contrasta simbolicamente com o conteúdo apresentado na *Vita Pauli*, conquanto essa ambivalência tenha sido típica na carreira do autor, e culminado na atitude conflituosa com Orígenes (Williams, 2006, p. 39).

Estas características são verificadas mediante o exame de determinados pontos da narrativa. Uma das mais notáveis peculiaridades é um inusitado lapso temporal ocorrido logo após o primeiro terço da obra. Após uma breve exposição do começo da vida eremítica de Paulo, o autor apresenta uma digressão sobre eremitas que ele mesmo encontrara na Síria, e que viviam há anos no interior de cisternas à base de pão e água. Subitamente - embora a existência de elipses temporais seja um artifício comum na literatura hagiográfica - a narrativa é retomada a partir do momento em que Paulo já tem cento e treze anos de idade e com poucos dias restantes de vida. A escolha pela síntese categórica da vida de Paulo de Tebas é consciente e pode ser compreendida como uma decisão de Jerônimo de subverter este gênero literário como contraposição à *Vida de Antônio* escrita por Atanásio (Subrt, 2012, p. 42).

Desta maneira, o interesse sobre a vida de Paulo é restrita ao princípio e ao fim de sua vida anacoreta, e o que estaria no meio é resumido à seguinte sentença: "E assim tendo se afeiçoado por seu habitáculo (como um presente a ele oferecido por Deus), naquele lugar passou o restante de sua vida em solidão e oração".[4]

A partir desse trecho, não obstante o leitor continue sendo guiado pelo mesmo narrador heterodiegético, há uma mudança no nível de onisciência que se estreita ao horizonte perceptível do personagem principal, que torna-se Antônio. Consequentemente, este método

4 *Igitur adamato habitaculo (quasi quod a Deo sibi oferretur) omnem ibidem in orationibus et solitudine duxit aetatem.*

narrativo permite ao leitor que a história de vida de Paulo possa ser observada por meio de dois ângulos distintos: o primeiro é o de um narrador-biógrafo enquanto o segundo é a perspectiva subjetiva de um personagem-testemunha que conduz o leitor ao eremita perdido durante os últimos momentos de sua vida, e que lhe permite observar sua santidade como se estivesse no seio deste mundo descrito (Subrt, 2012, p. 46).

Se por um lado a primeira parte apresenta a vida de Paulo de modo extremamente conciso, e concentra os eventos históricos em uma cronologia bastante fluida, a segunda parte apresenta com mais detalhes a viagem de Antônio - e do leitor - ao encontro do primeiro eremita. Novos acontecimentos são trazidos à tona que inclusive contradizem informações apresentadas por Jerônimo na primeira parte. Desse modo, questionamo-nos se este efeito narrativo foi resultado de uma estratégia literária premeditada do autor, e/ou se isso foi uma consequência imprevista da manipulação de uma narrativa anterior e externa por parte do autor. A nosso ver, a segunda hipótese é a mais provável, uma vez que o lapso temporal entre as duas partes do texto sobre Paulo não apresenta nenhuma grande justificativa, e tampouco a confusa substituição de seu personagem principal após a interrupção do contínuo fluxo de informação. Mais ainda, a segunda parte da obra tem o dobro da extensão da primeira, o que dificulta a definição sobre quem de fato é o personagem principal dessa história.

Após uma breve digressão sobre a mencionada existencia de outros monges que teria visto nos confins do deserto sírio e que compõe o final do sexto capítulo, Jerônimo sentencia o arremate para o retorno de sua narrativa: "mas voltando ao ponto de onde me desviei" (*Sed ut ad id redeam unde digressus sum*) (*Vit. Paul. 7,* 1). Contudo, o autor não retoma os acontecimentos da chegada de Paulo ao deserto, e sim salta dezenas de anos no tempo focando-se agora no personagem de Antônio, fazendo do primeiro monge apenas o alvo de sua busca. Além do sobressalto, Jerônimo é taxativo ao estabelecer para o leitor uma desigualdade e rivalidade construtiva entre ambos, uma vez que durante uma peregrinação ascética do primeiro para o interior do deserto foi-lhe relevado que "havia outro muito melhor do que ele" (*esse alium [...] multo se meliorem*) (*Vit. Paul.* 7.2-3), que deveria ser rapidamente encontrado.

Essa razão é suficiente para justificar a missão de Antônio e, portanto, a futura convivência de ambos e a produção de exemplos evitará a necessidade de uma argumentação sobre a superioridade de Paulo.

Nos dois capítulos seguintes Antônio prosseguirá sua peregrinação divina rumo ao deserto, onde encontrará o sobrenatural e o fantástico. Esses componentes são pertencentes tanto na tradição literária greco-romana quanto na hagiografia cristã de Atanásio sobre Antônio, por exemplo. Todavia, se para este autor as histórias de encontros de santos com animais reais ou demoníacos servem para afirmar a fé do eremita e sua ligação com Deus, Jerônimo oferece a estas criaturas um próposito diferente. A primeira aparição assim se dá:

> Não longe dali, ele avista um homem misturado com um cavalo, a quem a opinião dos poetas deu o nome de Hipocentauro. Ao vê-lo, Antônio arma a testa com o sinal da cruz e diz: "Ei, você, em que parte habita o servo de Deus?" Mas ele, rangendo algo bárbaro e quebrando as palavras em vez de pronunciá-las, buscou um diálogo bastante afável, apesar de sua aparência aterrorizante. E, estendendo a mão direita, indicou o caminho desejado e, assim, atravessando os campos abertos com uma fuga veloz, desapareceu dos olhos do admirado Antônio. Se o diabo simulou isso para assustá-lo ou se (como é comum) o deserto, fértil em animais monstruosos, também gerou essa criatura, não sabemos ao certo (*Vit. Paul.* 7).[5]

Para Fenelli (2013, p. 38-9), a descrição da criatura alterna entre detalhes realistas e elementos ambíguos sobre sua existência e seu propósito como guia de Antônio no deserto. Isto é um artifício literário para induzir gradualmente o leitor a aceitar um elemento que, à primeira vista, parece imaginário, pois o segundo encontro - igualmente contraditório e quase imediato - com um sátiro corrobora a função de ambos:

> Sem demora, entre um vale rochoso, ele vê um homenzinho com narizes aduncos e testa áspera com chifres, cuja parte inferior do corpo terminava em pés de cabra. Surpreso com esse espetáculo, o bom

5 *Nec plura his, conspicatur hominem equo mixtum, cui opinio poetarum Hippocentauro uocabulum indidit. Quo uiso salutaris impressione signi armat frontem et 'heus tu,' inquit, 'quanam in parte Dei seruus hic habitat?' At ille barbarum nescio quid infrendens et frangens potius uerba quam proloquens, inter horrentia ora satis blandum quaesiuit adloquium. Et cum dexterae manus protensione cupitum indicat iter, ac sic patentes campos uolucri transmittens fuga ex oculis mirantis euanuit. Verum hoc utrum diabolus ad terrendum eum simulauerit, an (ut solet) eremus monstruosorum ferax animalium istam quoque gignat bestiam, incertum habemus.*

> guerreiro pegou o escudo da fé e a couraça da esperança. Mesmo assim, o animal mencionado ofereceu frutos de palmeira como provisões, quase como um símbolo de paz. Compreendendo isso, Antônio se aproximou e, perguntando quem ele era, recebeu a seguinte resposta: "Sou mortal e um dos habitantes da eremida, que a gentilidade, enganada por vários erros, adora como Faunos, Sátiros e Íncubos. Estou em uma missão em nome do meu grupo. Rogamos que intercedas por nós junto ao nosso comum Senhor; sabemos que a salvação do mundo já veio e que 'seu som se espalhou por toda a terra" (*Vit. Paul.* 8)[6].

O sátiro e o centauro aparecem na história como os 'restos' de um mundo clássico e pagão que, graças às ações evangelizadoras dos eremitas do deserto, se direciona ao Cristianismo. Seus corpos monstruosos são prova dos perigos ocultos do deserto e da capacidade do anacoreta – através de sua mera presença – de salvar todos os seres humanos e convertê-los à palavra cristã. O centauro e o e sátiro não têm conotação negativa: ambos dominam a linguagem humana, tornando-os mais próximos a nós do que os animais. Trata-se, também, de uma reflexão teológica que, mediante o encontro entre o homem de Deus e a figura monstruosa, restaura o profundo significado da vida dos eremitas do deserto (Fenelli, 2013, p. 39-40). E como recurso retórico, Jerônimo atesta a historicidade do fato, ao afirmar que durante o governo de Constantino um homem com tais características foi levado vivo (*istiusmodi homo uiuus perductus*) a Alexandria e exibido ao público, para que depois seu corpo conservado em sal fosse transportado a Antioquia para que o Imperador pudesse vê-lo (*Vit. Paul.* 8).

Os animais também desempenham a função de guiar Antônio na perdição do deserto. Assim, ao avistar uma loba que o encarou durante o amanhecer, e que depois escondeu-se em uma caverna, a curiosidade do monge o levou àquele lugar para, finalmente, encontrar Paulo (*Vit. Paul.* 9). Em outra passagem adiante, veremos também um corvo que aparecerá para fornecer pão a ambos - em uma clara alusão

---

6 *Nec mora, inter saxosam conuallem haud grandem homunculum uidet aduncis naribus, fronte cornibus asperata, cuius extrema pars corporis in caprarum pedes desinebat. Et hoc adtonitus expectaculo scutum fidei et loricam spei bonus praeliator arripuit. Nihilominus memoratum animal palmarum fructus ad uiaticum, quasi pacis obsides, offerebat. Quo cognito gradum pressit Antonius, et quisnam esset interrogans hoc ab eo responsum accepit: 'Mortalis ego sum et unus ex accolis eremi, quos uario delusa errore gentilitas Faunos Satyrosque et Incubos colit. Legatione fungor gregis mei. Precamur ut pro nobis communem Dominum depreceris; salutem mundi olim uenisse cognouimus, et "in uniuersam terram exiit sonus eius."'*

bíblica discutida - e, por fim o aparecimento de dois leões durante o sepultamento do velho eremita trará uma importante carga imagética para o leitor. Nesse sentido, já no antepenúltimo capítulo Antônio, desesperado por perceber que não possuía um sárculo (*sarculum*) para cavar a terra e enterrar o corpo de Paulo, receberá ajuda: "eis que dois leões, correndo da parte interior do deserto, eram carregados com as crinas voando pelos pescoços" (*talia eo animo uoluente ecce duo leones ex interioris eremi parte currentes uolantibus per colla iubis ferebantur*) (*Vit. Paul.* 16).

Assim, os leões demonstraram docilidade com Antônio e escavaram a terra para fazer um túmulo, que os abençoou antes de partirem: "Senhor, sem cujo sinal nem uma folha de árvore cai, nem um único passarinho desce à terra, concede-lhes como Tu sabes" (*Domine, sine cuius nutu nec folium arboris defluit nec unus passerum ad terram cadit, da illis sicut tu scis*) (*Vit. Paul.* 16). Os animais se aproximam do eremita, em momentos fundamentais, ao mesmo tempo que parecem distantes. Jerônimo busca demonstrar que o asceta tem o poder de domar o selvagem, ora afastando criaturas ferozes, ora as utilizando em tarefas complexas. Neste contexto antropocêntrico, em que o eremita é sempre o ator principal, as feras e os animais destacam as virtudes extraordinárias do santo, sempre movidos pela vontade divina. Ademais, embora compartilhe uma 'vida selvagem' com as criaturas, o eremita tem o poder de transformar a natureza, convertendo seres ferozes em amigos dóceis e até mesmo companheiros, partícipes de uma experiência quase limítrofe entre o humano, o não-humano e o fantástico (Fenelli, 2013, p. 42-3).

Esses aspectos ilustram e enriquecem um dos principais fios condutores da obra, que é a exaltação da relação bíblica entre Antônio e Paulo. Os dois monges, seguindo a visão de Jerônimo sobre a relação mestre-discípulo, compartilham todas as atividades, mantendo um equilíbrio entre imitação e união (Bret, 2021, p. 361-363). Paulo, mais experiente e mesmo isolado, sabia da visita do discípulo e do futuro compromisso de orientar Antônio, mesmo que por pouco tempo:

> Há muito tempo, irmão, eu sabia que você habitava nessas regiões, há muito tempo Deus havia prometido a mim o meu companheiro. Mas, como o tempo da minha morte já chegou, e como sempre desejei partir e estar com Cristo, tendo completado a corrida, resta para mim a coroa da

> justiça; você foi enviado pelo Senhor para cobrir meu corpo com terra, ou melhor, devolver a terra à terra[7] (*Vit. Paul.* 11.3).

A conexão entre um mentor e seu discípulo é recorrente mediante diversas alusões ao Velho e ao Novo Testamento. A primeira aparecerá já no supracitado primeiro capítulo, quando Jerônimo menciona a possibilidade de o monaquismo ter se iniciado com Elias. Em seguida, uma analogia entre Elias e Paulo é tecida quando este e Antônio compartilham uma refeição no capítulo dez:

> Durante essas conversas, eles avistam um corvo pousado em um galho de árvore, que então, voando suavemente, depositou um pão inteiro diante dos olhos maravilhados deles. Após a partida do corvo, Paulo disse: "Eia, o Senhor nos enviou uma refeição, verdadeiramente piedoso, verdadeiramente misericordioso. Já faz sessenta anos que sempre recebo um pedaço de meio pão, mas com a sua chegada, Cristo dobrou a ração para seus soldados"[8] (*Vit. Paul.* 10.3).
> Você beberá do riacho, e dei ordens aos corvos para o alimentarem lá. Ele fez o que o SENHOR lhe tinha dito. Foi para o riacho de Querite, a leste do Jordão, e ali ficou. Os corvos lhe traziam pão e carne de manhã e no final da tarde, e ele bebia água do riacho (1*Reis* 17:4-6 NVI).

Adiante, essa conexão é reforçada no trecho que narra a iminente morte de Paulo. Após consolar Antônio a esse respeito e demovê-lo da ideia de falecer junto do monge, o moribundo eremita pede um favor que o surpreende e é assim narrado por Jerônimo:

> Mas também é conveniente para os outros irmãos, que ainda sejam instruídos pelo seu exemplo. Por isso, por favor, se não for incômodo, vá e traga o manto que o bispo Atanásio lhe deu, para envolver meu corpo. O bem-aventurado Paulo pediu isso não porque se importasse muito se seu cadáver apodreceria coberto ou descoberto (visto que ele se vestia há tanto tempo com folhas de palmeira entrelaçadas), mas para aliviar a tristeza de sua morte ao partir. Antônio, então, estupefato com o

7 *Olim te, frater, in istis regionibus habitare sciebam, olim conseruum meum mihi promiserat Deus. Sed quia iam dormitionis meae tempus aduenit, et quod semper cupieram dissolui et esse cum Christo, peracto cursu superest mihi corona iustitiae; tu missus a Domino es, qui humo corpusculum tegas, immo terram terrae reddas.*

8 *Inter has sermocinationes suspiciunt alitem coruum in ramo arboris consedisse, qui inde leniter subuolans integrum panem ante mirantium ora deposuit. Post cuius abscessum: 'Eia,' inquit Paulus, 'Dominus nobis prandium misit, uere pius, uere misericors. Sexaginta iam anni sunt quod dimidii semper panis fragmen accipio, uerum ad aduentum tuum militibus suis Christus duplicauit annonam.*

> que ouvira sobre Atanásio e seu manto, vendo como se Cristo estivesse em Paulo e venerando Deus em seu coração, não ousou responder mais nada[9].

Perante a conjunção de vários componentes estilísticos e literários diferentes, e face ao sucesso que Paulo encontrou na posteridade cristã após sua publicação, a *Vita Pauli* poderia ser lida como um exemplo de "hagiografia" no sentido pejorativo, caracterizando-se por relatos biográficos que parecem tendenciosos e pouco críticos. Leitores que não compartilham dos princípios do texto podem achar difícil engajá-lo devido à sua formulaicidade, alegações de historicidade questionável e insistência em uma leitura de mundo específica. A principal diferença entre uma "boa" biografia e uma "má" hagiografia seria, tradicionalmente, sua precisão histórica, mas para o texto jeronimiano a forma de apresentação pode ser uma perspectiva de análise adequada para a percepcão de atitudes hagiográficas, como neste caso. Antes de qualquer outra definição, a *Vita Pauli* surgiu como uma resposta à rivalidade literária de Jerônimo com Atanásio de Alexandria. Em vários momentos do texto, o 'eu' narrativo é semelhante ao do autor em suas *Epístolas*, com transições sutis entre discurso direto e indireto. O discurso mimético é evidenciado quando a perspectiva dos personagens é apresentada diretamente em alguns capítulos, enquanto o discurso diegético cria distância ao refletir sobre e analisar os eventos. Diante dessas oscilações, o texto tende a ser mais propagandístico quando a perspectiva não é claramente atribuída, limitando a interpretação crítica e podendo falsear a primazia monástica de Paulo (Gray, 2017, p. 109-115). A complexidade destas interseccionalidades pode ser extraída do capítulo nove, abaixo traduzido e logo adiante detalhado mediante análise de Gray (2017, p. 115-117):

> Mas para prosseguir com o objetivo: Antônio seguia pela mesma direção, apenas observando as pegadas das feras e a vasta desolação do deserto.

---

9 Expedit quidem tibi sarcina carnis abiecta Agnum sequi. Sed et caeteris expedit fratribus, ut tuo adhuc instituantur exemplo. Quamobrem, perge, quaeso, nisi molestum est, et pallium quod tibi Athanasius episcopus dedit, ad obuoluendum corpusculum meum defer. Hoc autem beatus Paulus rogauit non quod magnopere curaret, utrum tectum putresceret cadauer an nudum (quippe qui tanti temporis spatio contextis palmarum foliis uestiebatur), sed ut a se recedenti moeror suae mortis leuaretur. Stupefactus ergo Antonius, quod de Athanasio et pallio eius audierat, quasi Christum in Paulo uidens et in pectore eius Deum uenerans ultra respondere nihil ausus est,

> O que ele faria, para onde deveria ir? Já havia passado um dia. Restava apenas um, para que ele não confiasse que pudesse ser abandonado por Cristo. Ele passou a noite inteira em oração, e com a luz ainda incerta, não muito longe, vê uma loba ofegante pela sede rastejar até a base de uma montanha. Seguindo-a com os olhos e próximo da caverna, quando o animal se afastou, aproximando-se, ele começou a espreitar, sem que sua curiosidade fosse proveitosa, com a visão bloqueada pelas trevas. Mas como a Escritura diz, 'o amor perfeito expulsa o medo.' Com o passo suspenso e a respiração controlada, o astuto explorador entrou, e, avançando lentamente e parando frequentemente, ouvia atentamente os sons[10] (*Vit. Paul.* 9).

Neste trecho, observa-se a interação entre a apresentação próxima e distante. O narrador, ao retornar à narrativa principal, adota uma postura autoral "para prosseguir com o objetivo" (*sed ut propositum persequar*). A mudança de perspectiva para Antônio, com a expressão "pela mesma direção" (*coepta regione*), reflete sua determinação em continuar sua jornada. A frase "apenas observando as pegadas das feras e a vasta desolação do deserto" (*ferarum tantum uestigia intuens et eremi latam uastitatem*) mostra a visão subjetiva dos obstáculos, enquanto "o que ele faria, para onde deveria ir?" (*quid ageret, quo uerteret gradum?*) expressa sua dúvida e confusão. Já a citação de João 4:18, "como a Escritura diz, 'o amor perfeito expulsa o medo.' (*uerum, ut Scriptura ait, "perfecta dilectio foras mittit timorem"*), ilustra a aplicação da linguagem bíblica ao contexto da história, fazendo de Antônio um imitador de Cristo. Esta citação combina elementos diegéticos e miméticos, refletindo empatia e onisciência narrativa, e é concluída mediante a combinação da focalização através de Antônio e uma avaliação externa do narrador, que o descreve Antônio como "astuto explorador" (*callidus explorator*).

Assim, a estratégia argumentativa da *Vita Pauli* se divide de dois modos: em primeiro, após um breve preâmbulo que contextualiza a fuga de Paulo para o deserto, boa parte da narrativa é deslocada para a perspectiva de Antônio, cuja empatia do narrador torna-se evidente

10 Sed ut propositum persequar, Antonius coepta regione pergebat, ferarum tantum uestigia intuens et eremi latam uastitatem. Quid ageret, quo uerteret gradum? Iam altera effluxerat dies. Restabat unum, ut deseri se a Christo non posse confideret. Pernox secundas in oratione exegit tenebras, et dubia adhuc luce haud procul intuetur lupam sitis ardoribus anhelantem ad radicem montis inrepere. Quam secutus oculis et iuxta speluncam, cum fera abiisset, accedens, coepit introspicere, nihil curiositate proficiente, tenebris arcentibus uisum. Verum ut Scriptura ait, 'perfecta dilectio foras mittit timorem.' Suspenso gradu et anhelitu temperato callidus explorator ingressus est, ac paulatim progrediens saepiusque subsistens sonum aure captabat.

quando o monge se perde no deserto durante sua peregrinação. em segundo, o narrador ocasionalmente se descola de Antônio para tecer considerações, e sua intepretação torna incerta qual perspectiva está sendo adotada, uma vez que os ensinamentos bíblicos, a determinação do personagem e o didatismo do autor coincidem. Consequentemente, a aplicação entrecruzada destes métodos podem se destinar à impor uma interpretação "hagiográfica" ao leitor, já que a avaliação autoral é sustentada emocionalmente por perspectivas empáticas (Gray, 2017, p. 116-118).

Por fim, os narradores jeronomianos são multidimensionais e polissêmicos. Antônio é imperfeito pois é conflituoso e falível, embora sua fraqueza não impossibilite a realização de um propósito divino, enquanto Paulo modela a perfeição que é admitida por Antônio, dispensando maiores argumentos por parte do narrador. Jerônimo conseguiu um grande feito ao convencer - durante vários séculos - parte de seus leitores e a própria Igreja da historicidade de Paulo, a despeito dos elementos hagiográficos e fantásticos. A veneração cultual de Paulo ultrapassou a memória coletiva e foi canonizada mediante os escritos deste autor. Consequentemente, estes acabaram alinhados com uma definição de hagiografia baseada em motivações externas e sua função eclesiástica, e obscureceu o feito imaginativo de seu autor ao mascarar a natureza essencial desses textos como obras de ficção competitiva, cujos elementos hagiográficos foram determinados por suas qualidades literárias (Gray, 2017, 125).

A trajetória e as obras de São Jerônimo exercem uma influência duradoura na formação da literatura cristã e na promoção dos ideais ascéticos. Sua contribuição vai além da tradução das Escrituras para o latim, abrangendo a criação de uma rica tradição literária que integra a erudição clássica com a espiritualidade cristã, como exemplificado na *Vita Pauli*. Ao retratar a vida dos primeiros eremitas, Jerônimo não apenas exaltou o ascetismo, mas redefiniu a forma como a santidade seria representada na literatura hagiográfica. Suas obras estabeleceram uma ponte entre o legado cultural greco-romano e a nova ética cristã, preservando elementos clássicos ao mesmo tempo que promovia uma visão espiritual inovadora. A influência de Jerônimo atravessou os

séculos, consolidando-o como uma figura central no desenvolvimento teológico e literário do cristianismo.

Referências bibliográficas

BRET, Florence. "Fondation et transmission dans la Vita Pauli et la Vita Hilarionis". **Bogoslovni vestnik/Theological Quarterly**, v. 81, n. 2, p. 357-367, 2021.

FARMER, David Hugh. "Paul the First Hermit". **The Oxford Dictionary of Saints Fifth Edition**. Oxford: Oxford University Press, 2003. p. 416.

FENELLI, Laura. "From the Vita Pauli to the Legenda Breviarii: real and imaginary animals as a guide to the hermit in the desert". In: GARCIA GARCIA, Francisco (org). **Animals and Otherness in the Middle Ages: Perspectives across disciplines**. Oxford: Archaeopress and the individual authors, 2013. p. 35-47.

GRANDI, Giorgia. "Narrating the Ascetic Model, Its Context and Its Hero(in)es: A New Proposal for Jerome's Letters and Lives". **Bogoslovni vestnik/Theological Quarterly**, v. 81, n. 2, p. 391-401, 2021.

GRAY, Christa. "Holy and pleasing to God': a narratological approach to hagiography in Jerome's Lives of Paul and Malchus". **Ancient Narrative**, v. 14, p. 103–128, 2017.

REBENICH, Stefan. **Jerome**. London: Routledge, 2002.

STAAT, K. „Late Antique Latin Hagiography, Truth and Fiction: Trends in Scholarship". **L'Antiquité Classique**, v. 87, p. 209-224, 2018.

ŠUBRT, Jiří. «Narrative Discontinuity in Jerome's Vita Pauli Primi Eremita». **Acta Universitatis Carolinae, Philologica**, v. 3, p. 39–48, 2012.

WILLIAMS, Megan Hale. **The monk and the book: Jerome and the making of Christian scholarship**. Chicago: The University of Chicago Press, 2006.

História social do crime e das práticas de justiça

O PAPEL DOS OUVIDORES RÉGIOS NO ORDENAMENTO URBANO DA FRONTEIRA MERIDIONAL DA AMÉRICA PORTUGUESA (SÉCULO XVIII): UMA COMPARAÇÃO ENTRE NORMATIVAS URBANAS IBÉRICAS

Aluísio Gomes Lessa[1]

Durante o século XVIII a incorporação da fronteira meridional aos domínios da América portuguesa demandou esforços de diversos personagens, desde os enviados pela Coroa como parte de sua política expansionista rumo ao Rio da Prata, passando pelas autoridades locais e ainda a atuação de particulares em expedições à região. Entre eles, a historiografia destaca especialmente o papel de governadores e líderes militares no processo de expansão e manutenção destes domínios em disputa com os castelhanos.

O objetivo deste artigo, de forma mais ampla, é mostrar a importância dos ouvidores régios nesse mesmo processo. E de forma mais específica, demonstrar que essa atuação dos ouvidores neste esforço de incorporação territorial não se deu apenas no sentido de definição de fronteiras, como aquelas demarcadas pelos tratados de Madri e Santo Ildefonso, mas também em nível local, através de ordenamentos urbanos diretamente conectados com as intenções da Coroa portuguesa para garantir a

1 Doutor em História. Lattes: http://lattes.cnpq.br/0866083882857151. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-6287-5473. Email: aluisiolessa@gmail.com

soberania na região. A análise desses ordenamentos será realizada a partir de uma comparação entre as normativas urbanísticas espanholas e lusitanas para seus domínios na América. Dois documentos serão centrais para essa comparação: as Ordenanzas de descubrimiento, nueva población y pacificación de las Indias dadas por Felipe II (1573) e os Provimentos do ouvidor Rafael Pires Pardinho para as vilas meridionais da América Portuguesa (1720-1721).

Cabe também compreender o papel ampliado dos juízes nas sociedades de Antigo Regime, cujas atribuições eram bastante mais amplas daquelas propriamente jurisdicionais que serão definidas a partir do século XIX. Os magistrados nestas sociedades modernas, como era o caso do império português e seus domínios ultramarinos, eram postos da mais alta importância, devido a centralidade da administração da justiça, vista desde o medievo como uma atribuição central dos próprios monarcas. Com o passar do tempo, os magistrados, que ficaram responsáveis por essa nobre missão, passaram a ser vistos como auxiliares essenciais dos monarcas, seus "olhos e ouvidos" onde o rei não poderia chegar.

I. Os ouvidores como ladrilhadores

Maria Fernanda Bicalho e Renata Araújo (2017) exploraram de maneira inovadora o papel dos juízes letrados enviados pela Coroa para as possessões ultramarinas, transformando-os em profundos conhecedores, transformadores e construtores do território. As escritoras, ao revisitar a amplamente discutida (e frequentemente superada) definição dos tipos ideais de "semeadores e ladrilhadores" de Sérgio Buarque de Holanda (2016), acabam por caracterizar esses magistrados letrados da América portuguesa, devido à sua atuação em questões territoriais e urbanas, através da ideia de "ouvidores como ladrilhadores".

As comparações entre os desenvolvimentos urbanos da América portuguesa e hispânica entre os séculos XVI e XVIII estão presentes na historiografia brasileira ao menos desde a clássica formulação dos tipos ideais dos semeadores e ladrilhadores apresentados por Sérgio Buarque de Holanda no quarto capítulo de Raízes do Brasil (Holanda, 2016). É uma questão que, mesmo sofrendo importantes avanços interpretativos ao longo das décadas "continua a nos assombrar, sem uma resposta

adequada", como afirmou em 2011 Nestor Goulart Reis Filho ao tratar das dificuldades em definir os "ladrilhadores", em seminário que discutia exatamente a atualidade de Sérgio Buarque de Holanda (2012, p. 43).

A ideia dos semeadores e dos ladrilhadores, portanto, não só segue assombrando como mostrando diferentes possibilidades explicativas na tentativa de compreender o que aproxima e o que distancia a história destas duas américas. É neste ponto então, que cremos ser possível realizar a análise aqui proposta: verificar as potencialidades explicativas ao analisar a questão dos paralelos entre os desenvolvimentos urbanos na Iberoamérica por meio de uma perspectiva de história global. E com isto, analisar essas histórias urbanas ocorridas em dois diferentes impérios ultramarinos não de forma isolada, mas sim conectada, pensando de um modo integrado, e não necessariamente oposta, os fluxos e intercâmbios de normativas que versavam sobre a organização urbana.

Um recente exemplo de um conjunto de trabalhos que se propuseram a pensar a história urbana no período moderno é o dossiê Rio de Janeiro e a Cidade Global: Histórias comparadas de cidades na Era Moderna da Globalização, publicado em 2020 na Revista Almanack, o que demonstra a atualidade destas discussões aplicadas também ao recorte cronológico aqui em questão. Em seu texto de apresentação, Mariana Dantas e Emma Hart (2020) abordam O Urbano e o Global na Era Moderna em uma perspectiva comparativa. Nele, destacam o valor das comparações como forma de superar aqueles estudos individualizados de cidades que tendem a destacar muito mais as excepcionalidades e ignorar as conexões mais amplas em que se integram. A história global assim, pode contribuir para contornar tais problemas na medida em que estimula as comparações e contextualizações, ampliando as análises de forma a ultrapassar os tradicionais limites e fronteiras dos impérios e das nações.

Partindo deste sentido então, é que serão analisados alguns parágrafos selecionados de duas normativas aparentemente distantes, tanto no tempo como no espaço. Através desses trechos se buscará indícios de que normas originalmente pensadas para o universo hispânico também poderiam acabar circulando no universo lusitano, encarando assim, os fenômenos urbanos dos dois lados dessa fronteira não como fenômenos isolados, mas sim como parte de um fenômeno maior, de larga escala.

Desde sua primeira publicação em 1936, as interpretações trazidas em Raízes do Brasil sofreram algumas importantes mudanças de perspectiva, o que incluí a oposição entre os ladrilhadores, associados ao "zelo urbanístico" dos castelhanos e os semeadores, ligados a um suposto "desleixo" (no sentido de ausência de método) com que os portugueses organizavam suas cidades na América. A começar pelo próprio autor, que doze anos depois lançaria uma segunda edição, revisada, de Raízes do Brasil com significativas alterações de suas ideias originais de sua interpretação como um todo, em que obra acabaria perdendo sua ambição inicial de "definir o caráter do brasileiro" em busca de sua marca de origem presente na primeira edição, passando por um processo de fortalecimento do "argumento sociológico da mudança estrutural brasileira", o que levaria então, em certo sentido, a uma "diluição" do sentido inicial da cordialidade brasileira, segundo Robert Wegner (2016, pp.471-7). Segundo Feldman (2016), esta mudança no conceito de cordialidade também explica o porquê de na passagem da edição de 1936 para a de 1948, Raízes do Brasil ter se tornado um livro progressista, na medida em que passou assumir contornos mais construtivos, o que no plano cultural, apontava para uma possibilidade de superação da chamada "herança ibérica". E, na medida em que se alterava e se diluía o sentido original da cordialidade apresentada no quinto capítulo como "uma espécie de síntese do legado colonial" visto ao longo dos capítulos anteriores, estes outros aspectos também não deixariam de ser impactados por essa mudança de perspectiva. Assim, unido ao personalismo do primeiro capítulo, a aventura do segundo e o ruralismo do terceiro, também o "desleixo" dos semeadores do urbanismo português estava inteiramente ligado a esta cordialidade que agora, na passagem da primeira para a segunda edição, sofria algumas modificações em seu sentido mais amplo (Feldman, 2016).

No que diz respeito especificamente ao capítulo que compara o semeador ao ladrilhador, o próprio título com o qual este quarto capítulo ficaria conhecido só passou a ser adotado a partir da segunda edição, sendo antes uma continuação do capítulo anterior (Wegner, 2000, p. 124). Em ambos os capítulos, assim como ao longo de todo o livro, o "espírito de aventura", em contraste com a ética do trabalhador que se esforça em busca de consolidação e segurança, aparece como uma

característica central para definir a colonização portuguesa, inclusive o seu próprio urbanismo aparentemente sem método: "o interesse do português pelas suas conquistas foi sobretudo apego a um meio de fazer fortuna rápida, dispensando o trabalho regular, que nunca foi virtude própria dele", na leitura que Antônio Cândido fez da obra (2016, pp.355-368). Há porém, uma importante mudança na análise que é introduzida neste caráter aventureiro da colonização lusa a partir da segunda edição, que exemplifica bem como esta revisão feita pelo autor acabou alterando o sentido original de alguns de seus posicionamentos. Segundo Wegner (2016), a obra passou por um processo de "sociologização" do argumento, o que pode ser visto, por exemplo, na análise que o autor faz dos motivos para os portugueses terem abandonado o arado em troca de práticas agrícolas indígenas: na primeira edição é visto como um retrocesso e mais um exemplo da busca por ganhos rápidos e pouco esforço, enquanto a partir da segunda passa a ser apontado como uma escolha por um método que os colonizadores perceberam ser mais adequado à realidade do novo mundo.

Todas essas nuances e camadas de interpretação que foram se construindo ao longo de décadas, inclusive pelo próprio autor, servem de alerta para uma análise mais cuidadosa do sentido dos "semeadores" e dos "ladrilhadores". É o que nos apontam Bicalho e Araújo (2017, pp. 238-9) ao abordarem a necessidade de desconstrução "da leitura de certo modo radicalizada (e eventualmente redutora) que por muito tempo se fez desse trecho de Sérgio Buarque de Holanda". Autores como Nestor Goulart Reis Filho, Murilo Marx e Roberta Marx Delson, então, vem renovando essa visão, ao demonstrarem que por mais que houvesse claras diferenças entre as vilas e cidades de um e de outro império colonial, isso não significaria uma falta de rigor ou planejamento por parte dos lusitanos.

Em Reis Filho, por exemplo, já está colocada desde 1968, na primeira edição de sua Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil a existência de uma política urbanizadora por parte da coroa portuguesa. Assim, a administração lusa "dentro de seu programa mais estreito de controle da vida colonial, chama a si as inúmeras responsabilidades da urbanização"; com isto o autor afasta-se da ideia de uma falta de método por parte dos portugueses na construção de seus centros urbanos (Reis

Filho, 1968, p. 75). Já Murillo Marx, por sua vez, avança neste sentido, por exemplo, ao decodificar o ritual de fundação que era seguido para o estabelecimento de novas vilas na América portuguesa ao longo do século XVIII, que se iniciava com a definição do território da nova vila (a delimitação do termo), seguindo pela delimitação de seu rossio (que acaba tendo impacto direto no traçado das ruas que se seguiriam a partir dele) e do "erguimento do símbolo de autonomia municipal então alcançada, o pelourinho", além da demarcação dos terrenos em que seriam construídas a casa de câmara e a cadeia. (Marx, 1991, p. 62). Roberta Marx Delson (1992) também trouxe um avanço importante ao mostrar como o ordenamento urbano português era fruto de um esforço racional e organizado, o que está expresso já no subtítulo de sua obra Novas Vilas para o Brasil-Colônia: Planejamento espacial e social no século XVIII, apontando para a existência de um programa oficial da Coroa portuguesa para a criação de novas povoações em seus domínios por meio de um modelo a ser seguido.

Alguns recentes trabalhos na área, ao mesmo tempo que se utilizam desta renovada visão sobre o urbanismo português não deixam de considerar, no entanto, a importância de um certo resgate a ainda ser feito dos clássicos conceitos presentes em Raízes do Brasil, por exemplo, na definição dos esforços urbanísticos dos ouvidores também como um trabalho de um "ladrilhador" (Bicalho; Araújo, 2017). Há também o caso da tese de Maria Fernanda Derntl (2010, p. 8), que ao estudar a organização urbana na capitania de São Paulo, aponta para uma reavaliação do legado do clássico ensaio de Holanda, ao mesmo tempo em que considera a importância de todos esses avanços historiográficos que ressaltam o esforço urbanizador dos portugueses. Segundo a autora, "os paradigmas tradicionais de interpretação parecem já superados, mas, isso não quer dizer que Sérgio Buarque de Holanda estivesse simplesmente equivocado", apontando assim para as possibilidades de resgate que ainda são possíveis dos conceitos por ele criados, na medida em que "as imagens do semeador e do ladrilhador não tinham mesmo pretensão de dar respostas conclusivas, mas foram concebidas como tipos ideais que estabeleciam polos comparativos, um esclarecendo o outro e assim lançando luz sobre o tema a partir de diferentes ângulos".

Assim, Derntl, na esteira de outros autores, também nos conduz a perceber os ladrilhadores e semeadores a partir da própria lógica em que os conceitos foram criados, como tipos ideais, que talvez muito mais do que definir com precisão o que era ser um hispânico ou um lusitano em termos de criação de políticas urbanísticas, buscasse, através dos contrastes, compreender o universo mais amplo do legado ibérico do qual ambos faziam parte. Se em um primeiro momento tais tradições urbanísticas foram lidas, a partir de Holanda, como polos opostos, há agora esse resgate com um olhar renovado da obra do autor que nos aponta para a possibilidade de compararmos estes modelos urbanísticos não mais a partir da simples oposição. Mas sim, como Dentrl deixa claro, a partir do que um pode esclarecer sobre o outro, enquanto partes integrantes de um mesmo legado ibérico, como o próprio Sérgio Buarque apresenta em outros momentos de seu ensaio quando busca apontar para uma herança ibérica em comum entre a América hispânica e portuguesa.

II. Aproximações entre normativas urbanísticas na América hispânica e portuguesa

Na busca por este legado ibérico em comum e pelas convergências entre os dois impérios, o período filipino, entre 1580 e 1640 (em que Portugal esteve integrado ao grande conjunto da monarquia compósita hispânica) aparece como um momento particularmente interessante para se analisar essas questões. Tal conceito de "monarquia compósita", consagrado por John Elliot (2002) em seu clássico artigo A Europe Of Composite Monarchies, originalmente publicado em 1992, nos diz muito sobre conexões. Desenvolvido como um contraponto a ideia de que o estado nação unitário seria o único destino a ser seguido pelas monarquias da Europa moderna, o autor nos mostra em realidade que a maioria dos reinos do período formavam uma forma distinta de organização política, composta, em que um único mandatário reinava sobre mais de um país. Ao mesmo tempo, a relação entre as diferentes partes que compunham as monarquias compósitas não era sempre de dominação, mas sim regulada, como no caso da integração portuguesa, por acordos que visavam garantir que seus direitos tradicionais não fossem desrespeitados. Elliot, assim, ofereceu uma fundamental

colaboração para se pensar os diferentes reinos que integravam essa grande monarquia católica como componentes integrados a um mesmo conjunto imperial.

Ao mesmo tempo em que Portugal se manteve como uma entidade política ao ter suas prerrogativas resguardadas quando se integrou à monarquia compósita dos Habsburgo espanhóis, compartilhava o mesmo monarca com Castela, o que nos aponta para os diálogos e trocas entre os dois lados da linha de Tordesilhas, havendo inclusive uma "uma integração técnica do corpo de engenheiros militares e arquitetos que foi proveitosa em ambos os sentidos" (Rocca, 2015, p. 68).

Autores que recentemente se debruçaram sobre o período de união dinástica das coroas ibéricas vêm apontando, também, as potencialidades de o estudar sob uma ótica mais ampla. Em seu trabalho sobre a São Paulo na órbita do Império dos Felipes, José Carlos Vilardaga (2010, p.198), analisa as conexões castelhanas de uma vila da América portuguesa durante a União Ibérica (1580-1640). Ao comparar o desenvolvimento de São Paulo o do Paraguai, destacou que "o contraste entre estes dois modelos – castelhano e português – não deve, portanto, ser absolutizado. Não são verdadeiramente esquemas estanques, mas apontam tendências de desenvolvimento de práticas de colonização dos impérios ibéricos". Como possibilidade de escapar desses "esquemas estanques" aponta as histórias conectadas de autores como Gruzinski e Subrahmanyam, por conta do enfoque a múltiplas formas de conexão que apresentam em suas obras.

Sanjay Subrahmanyam (2017, p. 231-2), inclusive, observa como o mundo ibérico moderno e todo o seu ultramar deve ser visto não apenas como objeto de estudo dessas abordagens mas como parte das próprias origens historiográficas de análises em perspectiva global. Para isto, o autor demonstra como autores humanistas portugueses, partindo do exemplo de João de Barros, se abriram para registros não-europeus como fonte para seus escritos, "favorecendo uma história global e cumulativa construída através de conexões". Suas obras circulavam para além das fronteiras portuguesas, atingindo o mundo ibérico como um todo, sendo citado inúmeras vezes, por exemplo, por Bartolomé de las Casas. Isso fazia com que, em termos historiográficos, portugueses e espanhóis do século XVI formassem parte de um mesmo conjunto de autores,

que "liam as obras uns dos outros, inspiravam-se no outro e, por vezes, esforçavam-se ara sintetizar suas obras e, assim, ir além da famosa linha de Tordesilhas". Assim, para muito além de uma simples oposição, o que muitos autores vêm apontando é exatamente para as convergências e conexões entre os dois lados do meridiano de Tordesilhas.

E nesse sentido, mesmo com todas as divergências que envolvem os semeadores e ladrilhadores, seu autor não deixa de ser citado como exemplo por estudiosos que vem trilhando essa busca por conexões entre polos aparentemente opostos. É o caso de Serge Gruzinski (2001, p.176), que em "Os mundos misturados da monarquia católica e outras connected histories" cita como exemplo de história comparada Raízes do Brasil, definindo-o como "ensaio pioneiro" e uma "obra tão brilhante quanto isolada no panorama da produção latino-americana", devido às comparações entre as colonizações espanhola e portuguesa serem ainda bastante raras. O autor também aponta para as potencialidades de se estudar a Monarquia Católica Hispânica – o que inclui nela o período filipino da história portuguesa que mencionamos – por ser, ela mesma, além de uma "realidade preexistente no espaço tempo", um recorte geográfico e cronológico já bem definido para ser estudado em âmbito global (2001, p. 179). Segundo o autor, este "aglomerado planetário" torna-se um rico campo de observação das conexões entre diferentes partes do mundo, sendo possível analisá-lo tanto do ponto de vista político, quanto econômico, e ainda em termos culturais. Poderíamos ainda acrescentar a história urbana como uma das possibilidades de análises globais da Monarquia Católica e do período filipino, já que "no curso do século XVI difundiu-se um primeiro urbanismo ibero-americano nas suas variantes portuguesa e castelhana" (Gruzinski, 2001, p. 181). É neste contexto apontando pelo autor, então, que surge o primeiro dos documentos com normas urbanísticas que apresentaremos, as Ordenanzas datadas de 1573.

III. As Ordenanzas de Descubrimiento, nueva población y pacificación de Las Indias (1573) e a América portuguesa

Luisa Durán Rocca, em "A cidade colonial ibero-americana", trouxe importante contribuição para as aproximações entre as cidades hispânicas e portuguesas ao selecionar vinte e um assentamentos, localizados dos

dois lados do meridiano de Tordesilhas, e compará-los a partir de suas malhas urbanas. Ao buscar conexões entre os traçados urbanos de núcleos tão variados como Potosí, Salvador, Buenos Aires, Diamantina, Colônia do Sacramento e Bogotá, por exemplo, constata "o predomínio das similaridades pelo fato de terem a malha como denominador comum", observando que as diferenças mais marcantes giravam em torno das adaptações a contextos específicos, mas que não constituía "fator determinante serem elas espanholas ou portuguesas" (2002, p.12). De certa forma então, Rocca traz um importante complemento (e não necessariamente superação) ao ensaio de Sérgio Buarque de Holanda, realizando um grande estudo comparativo para verificar, em cada caso, o que afinal unia e o que separava, em termos urbanos, essas duas Américas. Para além disso, na mesma obra há ainda uma importante hipótese em subcapítulo denominado a possível aplicação da das ordenações de Felipe II ao Brasil (2002, p. 190). Para isso são retomadas retoma algumas ideias de Paulo Azevedo (1998, pg. 57-9) que havia apontado para o fato de que "cidades de traçado regular são construídas, coincidentemente com o período de união das Coroas portuguesa e espanhola e da vigência das Ordenações de Povoação de Felipe II (1573)". Azevedo havia alertado, contudo, para as diferenças entre essas cidades e aquelas que seguiam as normas filipinas, como, por exemplo, a inexistência de uma praça central nos núcleos portugueses, mas sim duas, uma representando o poder civil e outra o religioso. Mesmo ao encontrar entre os núcleos fundados no período o caso de São Luís do Maranhão, com "um plano em quadrícula quase perfeita" o autor considera que tentar explicar essa regularidade "como resultante da aplicação das Ordenanças de Felipe II parece-nos no mínimo simplista", após observar cidades como Salvador, cujo plano regular original é anterior à criação das Ordenanzas.

Rocca, porém, demonstra que tal normativa publicada por Felipe II não criou o traçado regular, mas sim normatizou e ampliou o seu alcance, sendo possível verificar traçados regulares anteriores a 1573 tanto na América hispânica quanto na portuguesa. Segundo a autora, tais normas eram ao mesmo tempo políticas e urbanísticas, sendo consideradas inclusive a pioneira das leis urbanísticas da idade moderna. Tiveram como antecessoras algumas leis dispersas como as instruções dadas por Fernando, o rei católico, para a fundação da cidade do Panamá utilizando

uma malha quadricular (1519), as Ordenações de Carlos I, que são pioneiras em definir um traçado ortogonal para as povoações (1523) e ainda o protótipo de plano de cidade elaborado pelo Conselho das Índias (1524). Porém seria somente com Felipe II que estas longas Odenanzas datadas de 1573, compostas de 148 parágrafos que regulamentavam a fundação e o planejamento dos novos assentamentos, tomam sua forma definitiva. Esses parágrafos relativos ao urbanismo reapareceriam ainda um século depois, com a publicação integral das Leyes de Indias, em 1681 (Rocca, 2002, p.174-6). Assim, ao traçarmos um paralelo entre este documento, que possuiu versões prévias e adaptações posteriores, e os Provimentos que o ouvidor de São Paulo, Rafael Pires Pardinho deixou ao passar pelas mais meridionais vilas sob sua jurisdição, nosso objetivo não é estabelecer uma influência direta do primeiro sobre o segundo. E sim observar os paralelos entre ambos, selecionando o documento de 1573 pelo seu caráter paradigmático como apontado acima. E ainda levando em conta que a possível influência que ele tenha exercido sobre os Provimentos de Rafael Pires Pardinho, se de fato houve, possa ter se dado indiretamente através de outros documentos, que por essas Ordenanzas foram inspirados, ou que ainda reproduziram seus princípios de organização urbana, como o caso da Leyes de Indias, compiladas em 1681 durante o reinado de Carlos II e que incluíram em seu livro terceiro as Ordenanzas de Nueva Población de 1573 (Rocca, 2015, p. 67)

Em 2015, Rocca (p. 66), ampliou a verificação da hipótese da influência dessas normativas hispânicas na América portuguesa, focando não nos traçados regulares de cidades anteriores ao período filipino (como Salvador), mas sim naquelas criadas ou elevadas a condição de vila especificamente entre 1580 e 1640, chegando a um total de quatorze núcleos analisados. Para isso, a autora partiu tanto da" sistematização e observação das plantas dos núcleos iniciais" quanto da "interpretação de dados históricos e de referências técnicas", e concluiu que é possível sugerir, a partir de elementos comuns, "a existência de um modo particular de projetar cidades e a referência à normativa urbanística hispano–americana contida nas Ordenanzas de Población (1573) decorrente da integração política e técnica que caracteriza o período." Tal referência às normas hispânicas seria vista, por exemplo, nas praças de oito das vilas

analisadas (São Cristóvão, Gurupá, Cametá, Ubatuba, Mogi das Cruzes, Santana de Parnaíba, Cananeia e São Sebastião), que possuem "formato sensivelmente retangular e tem um dimensionamento constante", o que se aproxima das medidas estabelecidas para as praças dos assentamentos menores pelas Ordenanzas, em seus parágrafos 114 e 115. Já a influência do parágrafo 119, que estabelece para a igreja, monumentalizada, "um perfil isento e de frente para o litoral", foi verificada em sete das vilas analisadas (Penedo, Gurupá, Cametá, Angra dos Reis, Ubatuba, Cananeia e São Sebastião (Rocca, 2015, p. 74-5).

IV. Ordenamentos Urbanos Lusitanos: o papel das vilas meridionais

Para compreender a trajetória dos ordenamentos urbanos portugueses, por seu turno, é necessário retornar ao período manuelino, em que pela primeira vez foram sistematizam os tradicionais forais medievais portugueses, ao mesmo tempo em que ocorreu uma "grande transformação da imagem urbana" Isto se deu tanto por meio das Ordenações Manuelinas (1521) mas também por uma série de outros documentos como os livros de posturas (Rossa, 2002, p. 241). Tais normativas, no entanto, estiveram mais focadas em aspectos específicos como estéticos, sanitários e funcionais do que com um plano urbano global, o que continuou a se verificar com as Ordenações Filipinas. A preponderância das Ordenações portuguesas, abrangendo tanto o reino quando seus domínios ultramarinos, seria então a principal diferença da gestão urbana lusitana, ao contrário da hispânica, que possuía normas específicas para o ultramar, como é o caso das Ordenanzas de 1573. Além disto, enquanto as primeiras são casuísticas e pontuais, as segundas apresentam "uma concepção global a partir de um modelo de cidade ideal", influenciadas pelo pensamento urbanístico renascentista (Rocca, 2015, pp. 67-8).

Há, no entanto, para a América portuguesa, outros documentos que trazem normativas urbanísticas além das ordenações, como é o caso das cartas régias para criação de vilas emitidas pelo conselho ultramarino a partir de 1736. Elas apresentam um texto com certa padronização marcado pela prescrição de regularidade e simetria para essas novas povoações. A respeito delas Bicalho e Araújo (2017, p. 242) observam

que "não se conhece nenhum tipo de normativa anterior que estabelecesse procedimentos específicos para a fundação de vilas". As autoras, no entanto, encontram certos elementos de ordenamento urbano presentes nessas cartas também nos provimentos que o ouvidor Rafael Pires Pardinho deixou nas vilas meridionais pelas quais passou em correição entre 1720 e 1721 (Laguna, São Francisco, Curitiba e Paranaguá, além da Ilha de Santa Catarina), que na década anterior já traziam "alguns dos elementos que se sintetizam também no texto das cartas régias para a criação das vilas" (2017, p. 249). E entre os conselheiros ultramarinos envolvidos na criação das cartas para criação de novas vilas estava Rafael Pires Pardinho, o que aponta que sua experiência prévia enquanto ouvidor de São Paulo poderia ser uma das origens desta forma de pensar o território das cidades que seria consolidado a partir da década de 1730. Além disso, a comparação de tais melhoramentos urbanísticos com os que eram feitos até então em outras partes da América portuguesa, como os registrados nos autos de correições do Rio de Janeiro (Tourinho, 1929) ou ainda nos livros da câmara de Salvador (Reis Filho, 1968, p. 121), aponta que estes provimentos apresentam certa distinção por aparecem sistematizados de uma maneira que até então não se observava, com muitos parágrafos exclusivamente dedicados à ordenação urbana.

A partir desses elementos, observa-se que as cartas régias para criação de vilas, os provimentos de Rafael Pires Pardinho que as antecederam possuem um certo caráter paradigmático nas normativas urbanas da América portuguesa. Por outro lado, as Ordenanzas de 1573 também tiveram um aspecto bastante paradigmático para o ordenamento urbano hispânico, e como demonstrou Durán, também em certo sentido para o próprio urbanismo da América lusa, ao menos no período filipino. Levando estes aspectos em consideração, observaremos alguns aspectos dos Provimentos de Rafael Pires Pardinho e das Ordenanzas buscando apontar possíveis pontos de convergência entre ambos.

Uma primeira aproximação possível de ser feita entre as Ordenanzas de 1573 e os provimentos meridionais de Pardinho diz respeito à extensão de cada um deles. O primeiro é formado por 148 ordenações ou parágrafos, que se iniciam tratando dos descobrimentos, passam para as diretrizes para os assentamentos (entre os parágrafos 32 e 137) e finalizam com a regulamentação das negociações com os nativos. Focaremos

aqui, portanto, em alguns capítulos da parte central do documento, que trata especificamente do ordenamento urbano. Um ponto a se notar é a extensão deste documento, composto por 148 parágrafos, o que se aproxima dos provimentos de Pardinho, que vão de 100 (Laguna e Desterro), passam a 129 (Curitiba) e atingem seu tamanho máximo com os 178 capítulos de Paranaguá. Este último, por conta de sua maior extensão, e por ser um dos únicos se encontram completos, será utilizado nas comparações que seguem. Entre os pontos em comum entre os documentos, por exemplo, está a menção à construção e o cuidado com os prédios que sediam os poderes municipais em cada um dos impérios, que se expressa nas Ordenanzas da seguinte maneira:

> 121. Señalase luego sytio y solar para la cassa real, cassa de concejo y cavildo, y aduana y ataraçana, junto al mesmo templo y puerto, de manera que en tiempo de ne¬cesidad se puedan favorecer las unas a las otras. El ospital para pobres y enfermos de enfermedad que no sea contagiossa se pon¬ga junto al templo y por claustro del; para los enfermos de enfermedad contagiossa se ponga ospital en parte que ningún viento dañosso passando por él vaya a herir en la demás población; y si se edificare en lugar lebantado será mejor (Ordenanzas, 2015, p. 73).

Tratando destes mesmos temas, mas para uma vila da América portuguesa, os provimentos deixados pelo ouvidor Rafael Pires Pardinho em Paranaguá estabelecem o seguinte:

> 80. Proveu [...] que os Oficiais da Câmara, que ora são, e ao diante forem observem o contrato que se fez com o Mestre pedreiro Agostinho Gomes da Silva nas notas do Tabelião desta Villa para fabricar os alicerces de três casas e levantar a do meio, que embaixo sirva de enxovia, e em cima para Sala de audiências, para as Casas do Conselho, sub as penas impostas na mesma escritura: e acabada a obra, que fica contratada, mandaram logo levantar a segunda casa da parte do Norte, na qual a face da rua fiquem duas cadeias, e no vão de seu fundo se façam dois segredos, e em cima destes um corredor em que fiquem três portas para as três cadeias levantadas dez palmos do seu pavimento, e para cada uma sua vigia com grades de ferro, algum tanto saídas, para a todo tempo, e hora se poder ver o que os presos nelas fazem, para o qual corredor ficará um alçapão na saleta, que se há de fazer no sobrado da casa de cima, com serventia para a sala grande, tudo na forma das plantas e risco, que ele Ouvidor geral lhes deixa feitas na área do Conselho, e mão do dito Mestre, e por último mandaram levantar a terceira casa, que em cima servirá para o despacho do Conselho, e embaixo para armazém, ou açougue, para que se extinga

> a indecência de casinha, que agora serve de Conselho, e cadeia, e possa esta Villa como principal de suas circunvizinhas ter casas de Conselho, que justamente mereçam o nome de proteção real (Provimentos, 2000, p. 115-6).

Nota-se, entre o parágrafo 121 das Ordenanzas e o 80 dos Provimentos, ao mesmo tempo semelhanças e diferenças entre os dois documentos: o primeiro trata-se de uma normativa genérica que visa orientar a construção de diferentes povoamentos, e não de um assentamento em específico; já o segundo trata-se da criação de uma norma para um caso concreto, para uma vila que já existente, a de Paranaguá, e que agora precisa se adaptar às normas deixadas por um magistrado enviado pelo reino. Assim, embora ambos tratem de um mesmo tema e tenham um mesmo propósito – o de garantir a construção de prédios públicos seguindo regras pré-estabelecidas, o documento português apresenta um nível de detalhamento sobre como deverá ser esta obra, inclusive mencionando o nome do pedreiro, que seria impossível para as Ordenanzas de Felipe II, que foram escritas em Castela não visando nenhuma povoação em específico. Já a Carta Régia para criação da Vila Bela de Santíssima Trindade, datada de 1741, por também trazer normas para organização de uma povoação ainda não existente, assim como as Ordenanzas, apresenta também semelhanças com a normativa hispânica:

> O sitio que se eleger para a fundação da dita vila seja o mais saudável, e em que haja boa água para beber, e lenha bastante; e se determine o lugar da praça, no meio da qual se levante o pelourinho, e se assinale área para o edifício da Igreja, capaz de receber competente número de fregueses quando a povoação se aumente; e fareis logo delinear por linhas retas a área para as casas se edificarem, deixando ruas largas, e direitas, e em primeiro lugar se determine nesta área das casas, as que se devem fazer para a Câmara, Cadeia, e Casa das Audiências, e mais oficinas públicas, e os oficiais da Câmara depois de eleitos darão os sítios que se lhe pedirem para casas e quintais nos lugares delineados, e as ditas casas em todo o tempo serão feitas todas no mesmo perfil no exterior; ainda que no interior as fará cada morador à sua vontade; de sorte que em (todo o tempo) se conserve a mesma formosura da terra, e a mesma largura das ruas. (Bicalho; Araújo, 2017, p. 241)

Outro elemento em comum entre os documentos são o estabelecimento de normas para as ruas das vilas e cidades, o que também presente na carta régia acima. Segundo Rocca (2015, p. 68) as diretrizes castelhanas para o planejamento urbano, apresentam uma concepção "prefigurada e estruturada por uma malha urbana ortogonal, originada a partir da plaza mayor". Assim, há nas Ordenanzas capítulos que fazem menção a um princípio ordenador (neste caso, as praças) para a delimitação das ruas, e uma preocupação ao mesmo tempo estética e com a defesa e comodidade dos moradores:

> 117. Las calles se prosigan desde la plaça maior, de manera que aunque la población venga en mucho creçimiento no venga a dar en algún inconviniente que sea causa de afear lo que se oviere rehedificado o perjudique su defenssa y comodidad. (Ordenanzas, 2015, p. 73)

Encontram-se nos provimentos um paralelo através da menção a um princípio ordenador das ruas, que neste caso de Paranaguá é a igreja matriz, de onde sairia uma rua principal. Novamente percebe-se que as informações, aplicadas a uma vila já existente, são muito mais detalhadas do que no caso da norma acima:

> 85. Proveu, que defronte da porta principal desta Matriz se povoe a rua, que agora mandou abrir direita ao Rio; que ao menos terá quarenta palmos de largo, por ficar assim mais decente, e vista a mesma Igreja: e outro sim faram povoar a rua que fica na baixa do meio da Villa, com casas de uma, e outra banda, e fiquem fechados os quintais, que a estes se der, como os das casas, que já há nas outras ruas, e faram com que se entulhe alguns charcos, que na dita baixa há, e a dita rua corra da travessa, que lhe fica em cima, direita ao rio, a qual se mandara calçar primeira que outras algumas ruas, para que as águas, que para ela correm no tempo das chuvas, lhe não leva a terra, e entulhe as casas, que ficam no fim (Provimentos, 2000, p. 118).

Este capítulo dos provimentos complementa-se, com o seguinte e assim como o trecho acima das Ordenanzas, trata não apenas dos arrumamentos, mas da necessidade de se buscar uma organização das construções que garanta também a segurança dos moradores:

> 84. Proveu, que nenhuma pessoa daqui por diante com pena de seis mil reis para o Conselho faça casas de novo sem pedir licença a Câmara, que

> lhe dará, e mandara ao arruador, que para isso tem nomeado, lhe assine chãos, em que as faça, continuando as ruas, que estão principiadas, e em forma, que vão todas direitas por corda, unindo-se umas casas com outras, e não consintam, que daqui por diante se façam casas separadas, e desviadas para os matos, e sós, como se acham algumas, porque além de fazerem a Villa, e Povoação disforme, ficam os vizinhos nelas mais expostos a insultos, e desviados dos outros vizinhos para lhe acudirem em qualquer necessidade, que de dia ou de noite, lhes sobrevenha, e é melhor, que em pouco terreno esteja a Villa bem unida, do que em largo com tantos despovoados (Provimentos, 2000, p. 118).

Através destes breves parágrafos apresentados observamos que ainda que os dois conjuntos de normas apresentados tratem-se de textos com inúmeras diferenças, possuem um mesmo estilo de recomendações em relação às novas povoações a serem fundadas. Compartilham, dessa forma, de alguns temas como a preocupação com a segurança, a largura e o ordenamento das ruas, o que demonstra que ao contrário de representarem modelos opostos de organização urbana, tais ordenamentos apontam para a possibilidade de convergências e diálogos entre os urbanismos dos dois impérios ultramarinos ibéricos.

Considerações finais

Ao longo desse artigo apresentamos como há quase um século a historiografia brasileira vem lidando com as diferenças e as similaridades entre as formas de organização urbana desenvolvidas durante o período moderno na América hispânica e na América portuguesa. Apontamos como o impacto inicial da oposição entre semeadores e ladrilhadores criada por Sérgio Buarque de Holanda acabou por apresentar uma aparente distância radical entre essas duas formas de planejar e organizar cidades. Ao prosseguirmos na análise, porém, pudemos observar o quanto a historiografia buscou afastar da caracterização do urbanismo português o tipo ideal de "semeador", demonstrando o quanto a história das cidades portuguesas na América estava, em realidade, repleta de "ladrilhadores procuramos". Este movimento, demonstrar, acaba por dialogar com uma história que mira o global e as conexões entre diferentes partes do globo, o que traz ainda mais possibilidades de definir de maneira menos radical e mais ponderada as correlações entre os desenvolvimentos urbanos ibero-americanos.

Ao final desta dessa revisão, observamos algumas possibilidades de aproximação entre dois documentos, realizando uma breve comparação entre as Ordenanzas de descubrimiento, nueva población y pacificación de las Indias dadas por Felipe II (1573) e os Provimentos do ouvidor Rafael Pires Pardinho para as vilas meridionais da América Portuguesa (1720-1721). Por fim, pensamos que esta comparação, antes de nos distanciar cada vez mais dos tipos criados por Sérgio Buarque de Holanda, possa em realidade reaproximar o autor de todas essas discussões mais recentes, como fizeram Bicalho e Araújo (2017) ao denominar os ouvidores do mundo português também como ladrilhadores.

Referências

ARAUJO, Renata. **A urbanização do Mato Grosso no século XVIII**: discurso e método. Tese (Doutorado em História da Arte), FCSH, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2000.

AZEVEDO, Paulo Ormindo de. Urbanismo de traçado regular nos dois primeiros séculos da colonização brasileira: Origens. In: CARITA, Helder; ARAUJO, Renata (Coord.). **Universo urbanístico português, 1415-1822**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998. p. 39-70.

BICALHO, Maria Fernanda; ARAÚJO, Renata Malcher de. O ouvidor como ladrilhador: O papel dos oficiais régios na urbanização do Brasil, século XVIII. In: BICALHO, Maria Fernanda; ASSIS, Virgínia Maria A.; MELLO, Isabele. **Justiça no Brasil Colonial**. Agentes e Práticas. São Paulo: Alameda, 2017, pp. 233-255.

CANDIDO, Antônio. O significado de Raízes do Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Edição crítica. SCHWARTZ, Lilia Moritz; MONTEIRO, Pedro Meira (orgs). São Paulo, Companhia das Letras, 2016, pp. 355-368.

DANTAS, Mariana; HART, Emma. O Urbano e o Global na Era Moderna em uma perspectiva comparativa. **Almanack**, Guarulhos, n. 24, ed00119, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/alm/n24/pt_2236-4633-alm-24-ed00119.pdf. Acesso em 28.06.2020.

DELSON, Roberta Marx. **Novas Vilas para o Brasil-Colônia**: Planejamento espacial e social no século XVIII, Brasília: Edições ALVA-CIORD, 1997.

DERNTL, Maria Fernanda. **Método e arte**: criação urbana e organização territorial na capitania de São Paulo, 1765-1811.Tese (Doutorado em História e Fundamentos de Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

ELLIOT, John. P. Una Europa de monarquias compuestas. In: **España en Europa**. Estudios de historia comparada. Valência: Universitat de València, 2002, pp. 65-93.

FELDMAN, Luiz. Contraponto e Revolução em Raízes do Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Edição crítica. SCHWARTZ, Lilia Moritz; MONTEIRO, Pedro Meira (orgs).São Paulo, Companhia das Letras, 2016, pp. 439-447.

GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados da monarquia católica e outras connected histories. **Topoi**, Rio de Janeiro, p. 175-195, mar. 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/topoi/v2n2/2237-101X-topoi-2-02-00175.pdf. Acesso em 01.07.2020.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O semeador e o ladrilhador. In: **Raízes do Brasil**. Edição crítica. SCHWARTZ, Lilia Moritz; MONTEIRO, Pedro Meira (orgs). São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

LACERDA, Arthur Virmond de. **As Ouvidorias do Brasil Colônia**. Curitiba: Juruá, 2015

LESSA, Aluísio Gomes. **Os olhos do rei nas terras do Sul**: ouvidores e a incorporação da Fronteira Meridional da América Portuguesa (1608-1808). São Leopoldo: Oikos, 2024.

MARX, Murillo. **Cidade no Brasil, terra de quem?**. São Paulo: EDUSP: Nobel, 1991.

ORDENANZAS de descubrimiento, nueva población y pacificación de las Indias dadas por Felipe II, el 13 de julio de 1573, en el bosque de Segovia. In: ARIAS POLO, David Alfonso. **Ciudad Importada**. Modelo orgánico en ciudad americana, s.XVI. Barcelona: Universidad Politécnica de Cataluña, 2015, pp.65-75. Disponível em: https://wwwaie.webs.upc.edu/maema/wp-content/uploads/2016/11/ARIAS_David.pdf.

PEREIRA, Carlos da Costa. **História de São Francisco do Sul**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

PROVIMENTOS DA VILA DE PARANAGUÁ, 1721. In: SANTOS, Antônio Cesar de Almeida (org.). **Revista Monumenta**. Curitiba, vol. 3, nº 10, inverno/2000.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil**. São Paulo: Pioneira,1968, p. 75.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Sobre o Semeador e o Ladrilhador. In: MARRAS, Stelio (org.). **Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 2012, pp.41-49.

ROCCA, Luisa Durán. **A Cidade Colonial Ibero-Americana**. A Malha Urbana. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura/UFRGS. Porto Alegre, 2002. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/3132/000382512.pdf. Acesso em 30.05.2020.

ROCCA, Luisa. Assentamentos urbanos do Brasil ibérico: 1580-1640. **Arquisur revista**. Argentina. n.8, 2015. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/141927/000989531.pdf. Acesso em 30.05.2020.

ROSSA, Walter. **A urbe e o traço**: uma década de estudos sobre o urbanismo português. Coimbra: Almedina, 2002.

SILVA, José Gonçalves dos Santos. **Subsídios para a história da Província de Santa Catarina**. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2007.

SILVA, Maria Beatri Nizza (Org). **História de São Paulo Colonial**. São Paulo: UNESP, 2009.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. Em busca das origens da história global: aula inaugural proferida no Collège de France em 29 de Novembro de 2013. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.30, n.60, p.219-240, janeiro-abril 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/eh/v30n60/0103-2186-eh-30-60-0219.pdf. Acesso em 29.05.2020.

TOURINHO, Eduardo. **Autos de Correições de Ouvidores do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Diretoria de Estatística e Arquivo da Prefeitura do Distrito Federal, 1929 – 1931. 3 volumes.

VILARDAGA, José Carlos. **São Paulo na órbita do Império dos Felipes**: conexões castelhanas de uma vila da América portuguesa durante a União Ibérica (1580-1640). Tese de doutorado, FFLCH/USP. São Paulo, 2010. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-06092012-171107/publico/2010_JoseCarlosVilardaga.pdf. Acesso em 30.07.2020.

WEGNER, Robert. **A conquista do Oeste**: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

WEGNER, Robert. Doze anos que abalaram as raízes do Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Edição crítica. SCHWARTZ, Lilia Moritz; MONTEIRO, Pedro Meira (orgs). São Paulo, Companhia das Letras, 2016, pp.471-477.

CONTORNOS DE VIOLÊNCIA E HONRA: CRIME DE ESTUPRO E MATRIMÔNIO A PARTIR DA ANÁLISE DO CASO DO HOTEL POPULAR (SANTA MARIA /RS/1925)

Bárbara Gonçalves Textor[1]

No presente trabalho busco tecer algumas considerações a partir de uma ocorrência criminal de estupro, datada de 1925 e ocorrida na cidade de Santa Maria/ RS, a qual nos permite verificar uma série de questões pouco vislumbradas em pesquisas do tema. Uma vez que tais análises usualmente se centram conjuntamente nos crimes sexuais de defloramento e estupro, conforme o Código Penal de 1890, e não primam pelo viés da tipificação do delito e suas implicações, suprimindo particularidades, sobretudo no que diz respeito às linhas tênues existentes entre tais crimes sexuais, ao que o último perde em projeção. Assim, análise empreendida se centra em um caso aparentemente destoante e de maior teor violento (dentre as ocorrências amplamente verificadas para tais crimes na época,) e, entendido como revelador para apreensão de outras dimensões da racionalidade de época e dos usos e aplicações dos dispositivos legais existentes, e faz parte de um estudo de escopo maior que consiste em minha dissertação de mestrado (Textor, 2019).

1 Doutoranda em História, na Universidade Federal de Santa Maria. Lattes: lattes.cnpq.br/5996372787958878

Questões em torno de que brechas legais os dispositivos da lei abriam, em especial o de reparação pela via matrimonial, o que abarcariam, como, e por quem poderiam ser utilizados em processos criminais de estupros são o mote da reflexão. Verificando como poderiam agir operadores da lei e populares, como coexistiram tais elementos e foram administrados tais fatores. Demonstrando os possíveis desdobramentos de casos concretos que envolveram noções de honra e violência caracterizada para além da presunção por idade, diante das complexas possibilidades que a lei carregava, já que no período aludido o casamento civil do réu com a vítima, entendido como "reparação", poderia colocar fim no processo ou mesmo na imposição da pena privativa de liberdade.

Envolvendo um homem na casa dos vinte anos de idade e uma menor impúbere, que contava dez anos de idade, e ambientado em um hotel central da cidade nos anos vinte, tal violência lança luz, a partir do aparentemente excepcional, para questões amplas que evolvem aspectos sociais e culturais do horizonte moral de uma época. Podendo contribuir em discussões historiográficas que tangem noções de honra e violência do período e seus embates por meio da lei.

O crime de estupro (art. 268), conforme o Código Penal de 1890, era, então, definido como:

> **Art.268.** Estuprar mulher virgem ou não, mas honesta: Pena – de prizão cellular por um a seis annos [...] § 1. Si a estuprada fôr mulher publica ou prostituta: Pena – de prizão cellular por seis mezes a dous annos [...] § 2. Si o crime fôr praticado com o concurso de duas ou mais pessoas, a pena será augmentada da quarta parte [...]. **Art. 269.** Chama-se estupro o acto pelo qual o homem abusa com violencia de uma mulher, seja virgem ou não. Por violencia entende-se não só o emprego da força physica, como o de meios que privarem a mulher de suas faculdades psychicas, e assim a possibilidade de resistir e de defender-se, como sejam o hypnotismo, o chloroformio, o ether, e em geral os anesthesicos e narcoticos [...] (Soares, 2004).

Também quanto à lei que definia o estupro, de imediato já precisamos enfatizar que a diferenciação de penas conforme a presença da honestidade, ou não, coloca no foco a conduta de mulheres, mesmo em se tratando de crimes sexuais que admitem ou podem apresentar maior teor violento e nos quais homens são réus. A honestidade, ou o que se depreende por tal para época não sairá de "julgamento", ainda que

tal fator não seja necessário para configuração do crime, e, sim, "apenas" para cômputo de penas e possível dote.

Da lei de estupro e de suas articulações com os demais artigos que poderiam lhe incidir entendemos que podemos extrair uma série de reflexões e observações com inúmeras potencialidades que envolvem embates entre noções de violência e honra, como foi instrumentalizada a noção de honestidade em casos mais violentos, ou mesmo às noções relacionadas à categoria de prostituição citada na lei. Bem como, claro, a possibilidade do casamento como uma reparação para o crime de estupro e qual o alcance de tal dispositivo previsto na lei.

Uma vez já estabelecida a definição dos crimes que serão abordados, passamos a pontuar de maneira sucinta como obras historiográficas se posicionaram em suas análises diante de tais crimes e das narrativas presentes, ou seja, o que encontraram e como trataram tais ocorrências. A partir de tais apontamentos estaremos expondo e justificando a defesa, e motivação da pesquisa, sua pertinência e relevância.

Em obras historiográficas basilares e consagradas acerca do tema, crimes sexuais no início do período republicano, a exemplo das produções de Esteves (1989) e Caulfield (2000), podemos perceber que o crime de estupro costuma ser tratado em tais estudos conjuntamente com o crime de defloramento (e atentado ao pudor) e suprimido diante da representatividade numérica de ocorrência do primeiro, que as autoras enfatizam. Além do que, destacamos que questões implicadas nos crimes sexuais, como os valores morais e noções de honra, que emergem de tal tipo de documentação ganham projeção nas pesquisas referidas. Remetendo a assuntos como virgindade, honra feminina e masculina, noções de honra popular, moralidade, condutas femininas e masculinas estimuladas ou censuradas, cotidiano, motivações de interesse público por agentes da lei no que tange ao controle social, e motivações de interesse privado dos envolvidos. E, claro, o matrimônio civil, visto como meio de "reparação" capaz de extinguir o processo penal ou condenação e imposição de pena, nos dois crimes, conforme aquelas leis em vigência[2].

2 E que obras em consonância referendam como as autoridades legais tinham ínfimo êxito em oficializar casamento civis por meio dos processos e prisões, apesar de grande parte das queixas serem motivadas pela tentativa de "reparação" do dano causado pela via matrimonial.

Assim, entendemos que a expressividade numérica de defloramentos, os problemas centrais que foram estipulados pelas autoras, e a subsequente análise acadêmica que prima por trilhar os elementos que eram mais centrais em tais documentos para indivíduos da época, anteriormente citados (e primordiais as dinâmicas do crime de defloramento), contribuem para a visibilidade comprometida das reflexões em torno da violência empregada/ e ou caracterizada por meio do enquadramento do delito. Como também destacamos que nesses estudos existe a verificação de que grande parte dos crimes de estupros foram assim definidos pela chamada violência presumida, conferida mediante idade da vítima.

Tal constatação também acabou gerando respaldo em tais pesquisas de que casos de estupros puramente violentos e apartados da perda da virgindade foram inexpressivos em processos criminais do período, e que grande parte dos processos de estupros possui a mesma lógica do que usualmente é encontrado para o crime de defloramento. Constatação que também legitima a proeminência de análises de defloramentos em detrimento de casos de estupros. Pois, ao adentrarmos nas análises dos processos referentes ao crime de estupro, em grande parte de violência presumida, cairíamos basicamente nas mesmas discussões que pautam o crime de defloramento, algo que parece amplamente difundido nas entrelinhas das relevantes pesquisas de Esteves (1989) e Caulfield (2000), certamente influenciando outras produções.

Dessa maneira, o mesmo é observado para as teses de Vannini (2008), Sanches (2010), Grosso (2014), e Vasconcelos (2018), ou as dissertações de Reichert (2012), Balbinot (2014), Fagundes (2018)[3]. Defendemos que este é o padrão reiteradamente encontrado, em suma, análises focam o defloramento ou sedução (conforme Código Penal em vigência), destacam a sobreposição numérica dos mesmos que encontraram, e os estupros serem presumidos.

No entanto, frisamos que a caracterização do crime de estupro de violência presumida exigia uma apreciação do delito diversa, uma vez que os elementos constitutivos do crime são outros. Inclusive saindo de cena fatores como virgindade prévia e necessidade de sedução para

3 Teses e dissertações relativamente recentes, centradas em diferentes estados e provenientes de diversos Programas de Pós-graduação em História. Com tais estudos estabeleceremos o diálogo, por ora.

configuração do crime. Ainda que as circunstâncias de acontecimentos e a avaliação conduta da vítima fossem essenciais para cômputo de penas, segundo o Código Penal, Soares (2004). E, assim, temos de imediato a constatação de que não só a idade de vítimas é diversa em tais casos. Contudo, tal questão não parece suficientemente explorada, e seguramente possibilita outros questionamentos que nos geram inquietações. Também estabelecemos a crítica da ausência de atenção destinada a casos excepcionais, diferenciados, de maior teor violento, e potencialmente reveladores.

> Em dezeseis de Julho de 1925, ás 16 horas no Forum, presente o Sr. Dr. Celso Affonso Pereira Juis Districtal, compareceram Aurelio V. e sua mulher dona Amabile V. acompanhando a menor Maria S., orphã de pae e mãe e confiada á guarda do casal e disseram que vinham apresentar queixa crime contra o indivíduo João do C., bagageiro da Viação Ferrea por haver, no dia 4 ou 5 do corrente, em um dos quartos do hotel popular, de propriedade dos queixosos estuprado a referida menor Maria S. [...].[4]

Ouvido a respeito, o proprietário do aludido Hotel, Aurelio V., italiano, de 31 anos, casado, declarava que o crime ficaria encoberto, caso a vítima pudesse ocultar "os soffrimentos que lhe causava a brutalidade que contra ella fora praticada". Todavia, sendo impossível, "a pobre creança caminhava de pernas abertas e com difficuldade". Que, notando isso, mandou que sua esposa examinasse a menina.

O depoimento da esposa do proprietário seria revestido de maiores detalhes:

> Disse chamar-se Amabile V., com vinte cinco annos casada, serviços domesticos residente nesta cidade. Aos costumes disse que tem sob sua guarda a offendida e prestou compromisso de lei. Inquirida sobre o facto incriminado disse: Que ha um mez e meio a pedido de Luis Herculano, morador em Villa Clara, municipio de São Vicente, recebeu em sua casa a menor Maria S. de dez annos de idade para cuidar da sua educação; que antes de ir para a companhia da declarante essa menor estava em casa de Antonio A. residente á rua 7 de Setembro nesta cidade, onde a depositou o mesmo Luis Herculano, que dahi a retirou para casa da declarante, por não ser ali bem tratada; que segundo informações de Herculano, a menor Maria é natural de Jaguary, tendo lá estado entregue aos cuidados de Antonio B., sendo órphã de pae e mãe; que no dia onze do corrente,

4 BR RSAHMSM FCSM-PCRIM-PROC328

> como visse a declarante que Maria estava caminhando com difficuldade perguntou-lhe o que tinha, dizendo-lhe ella que estava com as partes genitaes inflamadas, passando a declarante a examinal-a verificou que a menor se encontrava com [sinais] visiveis de ter sido violentada por um homem; uzando de brandura e muito penalisada obteve de Maria a confissão de que no dia 4 ou 5 deste mez o bagageiro João do C., conduzindo-a para um dos pequenos quartos que ficam nos fundos do hotel popular, de propriedade da declarante e do qual o referido individuo era freguez, ali uzando de violencia, chegando a amordaçal-a com o vestido para que não gritasse abusou da sua innocencia; que deante disso communicou o facto a seu marido, indo ambos a Policia dar queixa e apresentar a menor offendida; Que ao que consta a declarante o individuo João do C. esta com doenças venereas, que transmittiu a offendida. [...].[5]

O caso expõe novamente a vítima que silencia e que se encontra em uma certa situação vulnerável e de desamparo. Fica evidente a circulação entre diferentes residências que vivenciou a menor, locais nos quais executava serviços domésticos. Maria S., se tratava de uma órfã que fora depositada por seu tutor na casa de terceiros, em Santa Maria, onde alegou maus tratos. Então, sendo depositada no denominado "Hotel Popular", local onde residia e também trabalhava. O caso congrega, portanto, elementos que já salientamos como o silenciamento da vítima perante a ação violenta e a mobilidade desde a tenra infância e a decorrente vulnerabilidade de menores vítimas da violência sexual, em casos onde o teor violento, ou seja, uma propensão à associação entre a figura da criada "filha de criação", atividade laboral e abuso sexual. Quando questionado à Amabile e aos demais empregados se viram o acusado atrair para seu quarto a vítima, ou se perceberam alguma vez que ele pretendia praticar o intento, tais testemunhas eram unânimes em dizer que nada viram nem nunca perceberam nele a intenção criminosa.

O exame de corpo de delito apontava que examinando a paciente, verificava ser uma menina bem "proporcial", aparentando dez anos de idade, púbis sem pelos. Os órgãos sexuais, ainda de desenvolvimento incompletos, que se achavam lacerados, sangrentos e inflamados. A membrana hímen completamente rota em vários pontos, e ainda não cicatrizados. Ruptura da vagina, da fúrcula, do períneo, e as lesões atingiam o ânus. A vítima apresentava escoriações na parte superior

5 BR RSAHMSM FCSM-PCRIM-PROC328

e interna das coxas. De maneira que o perito respondia ter ocorrido defloramento e estupro, sendo recente.

> [...] a menor offendida que declarou chamar-se Maria S., com dez annos, natural de Jaguary filha de paes desconhecidos; que ha mais de um anno trazida por Antonio B. e Luis Herculano veio para esta cidade, ficando em casa de Antonio A., onde ficou ajudando nos serviços domesticos; como fosse ali maltratada pediu a Luis Herculano que a retirasse, sendo attendida e depositada pelo proprio Antonio A. em casa de Aurelio V., onde foi muito bem acolhida; há quatro ou cinco deste mez estando na cosinha do hotel popular, que é residencia e propriedade de Aurelio V., com quem móra, o hospede do hotel João do C., pegando-a pelo braço levou-a para o quarto que fica no fundo do hotel, ali, deitando-a sobre uma cama, e tirando-lhe a calça, subiu para a cama e colocando-lhe na bocca o seu proprio vestido, causou-lhe uma grande dôr, demorando-se algum tempo em cima da respondente, que não pôde gritar por estar com a bocca tapada; depois sahiu de cima da respondente e com um panno limpou-lhe o sangue que tinha nas coxas, dizendo-lhe: "Si tu contares eu te surro", sahindo em seguida, levando o panno; que a declarante não contou o succedido à dona Amabile com medo de ser repreendida, mas dias depois interrogada por esta confessou o que lhe havia feito João do C. [...].[6]

O delegado ao ouvir o acusado ressaltava, em seu relatório, que o mesmo com a "maior calma" e "sorrindo" declarava que não havia "deflorado" a menor Maria S., "[...] e que apenas della se servira, introduzindo-lhe o pênis entre as coxas, [...]".

> Perg. Qual o seu nome idade, estado naturalidade residencia e tempo della no logar designado? Resp. chamar-se João do C., com vinte e um annos que completou em Maio proximo findo, solteiro, natural de Jaguary, residente há tres mezes nesta cidade; que é de profissão bagageiro da V. Ferrea. Inquirido sobre o facto incriminado disse: Que é hospede do hotel popular em companhia de cujos proprietarios vive a menor Maria S.; que vivia a importunar o respondente, acompanhando-o para qualquer logar da casa e sempre aos empuxões; que no dia 4 ou 5 deste mez estando o depoente a beber café na cosinha Maria S. ficou ao lado seguindo depois o respondente quando este se recolheu ao seu quarto; que ali estando o depoente as escuras, chegou Maria S. que estava sem calças e logo se deitou na cama e o respondente levantando-lhe os vestidos encetou relações carnaes que mal haviam começado foram interrompidas por que o declarante ouviu a dona da casa tossir no quarto

6 BR RSAHMSM FCSM-PCRIM-PROC328

> visinho; então o declarante suppondo que Maria S. tivesse sangue nas pernas, tomou dum panno limpou estas, mandando-a embora e dizendo-lhe que não contasse nada a ninguem; que na madrugada seguinte seguiu para Marcellino Ramos tendo deixado o panno no quarto; que ao regressar de Marcellino Ramos, em conversa com Baptista V., primo de Aurelio V. e empregado da V. Ferrea, Baptista lhe disse que havia tido relações carnaes com a mesma menor; que ao que sabe essa menor está com doenças venereas e como o respondente esteja bom e Baptista V. sempre se queixasse de estar doente, tem que ser verdade o que elle lhe confessou. Mandou o Juis [...].[7]

A prisão preventiva do acusado foi decretada com brevidade no caso. Baptista V., citado por João, também prestou depoimento. No entanto, referiu que só soube do caso por intermédio de seu tio e mulher, proprietários do hotel, que lhe contaram a respeito, sendo que nada sabia antes. Trata-se de um depoimento muito sucinto. Podemos também perceber uma intenção no depoimento de João de censurar o comportamento da vítima, que teria entrado no seu quarto às escuras e sem calças. Mais uma vez identificamos a tentativa de atribuir à vítima, ainda que muito jovem, as alegadas razões da violência ao serem censuradas condutas, e ao distorcer comportamentos femininos que poderiam remeter à infância em atitudes imorais ou desonestas, que em última instância tolhiam a proteção legal de mulheres.

Dias após a prisão do acusado era anexado aos autos o depoimento de Angela G. residente em "Jaguary", e mãe de Maria Angelina G., que se dizia noiva do indiciado. Relatou Angela que tendo descoberto que sua filha se encontrava grávida "a pôs em interrogatório", a usual dinâmica de tantos casos de defloramento, diga-se de passagem, colhendo a informação de que o autor do defloramento havia sido seu noivo João. E que este prometera reparar a falta casando com a ofendida. Diante de tal promessa, a progenitora afirmou que esperou que João regressasse para Jaguari a fim de cumprir a promessa. Como foi tardando e sabendo que ele residia em Santa Maria, resolveu ir ao encontro do mesmo. Assim, chegando em Santa Maria por volta das 12 horas se dirigiu ao hotel popular à procura de João, sabendo ali, por meio da proprietária do local, que o mesmo se encontrava preso por haver estuprado há alguns dias uma menor. Indo a Polícia foi aconselhada a prestar queixam momento

7 BR RSAHMSM FCSM-PCRIM-PROC328

em que ressaltou conhecer o indivíduo João "desde guri", e que o mesmo era de maus precedentes. Tendo até ciência de que João algumas vezes foi chamado à polícia por ser acusado de crime de roubo. Tal testemunha continuaria prestando depoimentos por precatórias em Jaguari. No entanto, não consta que Angela prestou a queixa do defloramento de sua filha.

> [...] Se a depoente queria o casamento de sua filha com João do C.? Respondeu que não queria o casamento por só encontrar na pessoa de João do C. qualidades pessimas, mas que depois de ter tido conhecimento do que se passou com sua filha, estava de accôrdo com o casamento por dessa maneira salvaguardar a honra da sua filha. Disse mais a depoente, que tem em seu poder, algumas cartas que o accusado mandou á sua filha, ás quaes a requerente remettera ao Juiz pedindo juntada aos autos. [...].[8]

Maria Angelina G. confirmava ser noiva do indiciado, há mais de um ano, e, que, sob promessa de casamento, o mesmo abusou da sua virgindade tendo com ela várias relações "carnaes", do que resultou estar grávida.

Já Maria S., a vítima do presente caso, por se achar hospitalizada não comparecia para prestar outros depoimentos e o processo seguia tendo seu curso:

> João do C. vem dizer e requerer a V. S. o seguinte: que, o supplicante se acha preso na cadeia civil desta cidade, accusado de haver deflorado a menor. que, porem o supplicante para evitar a imposição ou o cumprimento da pena criminal deseja casar-se com a referida menor, [...] para o que já obteve o consentimento de seu tutor Cel. Bento José do C.; que, assim vem requerer a V. S. que ouvido o representante legal da offendida e supprindo V. S. o consentimento da mesma, procedida a necessária habilitação, visto occorrer motivos urgente que justifique a immediata celebração do casamento, independentemente da publicação dos proclamas haja V. S. de determinar a celebração do acto, e ordenar a separação dos corpus até que a menor alcance a edade legal, como preceitua o art. 214 § único.[9]

8 RSAHMSM FCSM-PCRIM-PROC328

9 RSAHMSM FCSM-PCRIM-PROC328

Pelo trecho acima se faz evidente que a motivação para o casamento é evitar o cumprimento da pena criminal. Na capa do processo consta defloramento e estupro, no entanto este caso difere dos demais ao ser utilizado o termo estupro por populares, como os proprietários do hotel, e mãe da jovem que se dizia grávida de João, por exemplo. Bem como, o casal de proprietários enfatizava a violência presente no crime, termos como brutalidade, violência e estupro percorrem o processo. As autoridades legais envolvidas no caso também não titubeavam em tacharem a ocorrência de estupro. Contudo, o assessor de João C. utiliza o termo defloramento, o que certamente foi uma opção pensada.

No que toca ao requerimento, Aurelio V., proprietário do hotel e queixoso, em agosto de 1925, na qualidade de representante legal da menor Maria, que se encontrava sob sua guarda, negou o consentimento ao casamento. Alegando além de razões de ordem moral, se tratar de uma menor impúbere de apenas dez (10) anos de idade, sinalizava com ênfase.

Ocorre que Aurelio não era o representante legal da vítima, de maneira que (ele e sua esposa) nem mesmo retiraram a mesma do Hospital de Caridade. Amabile confirmou seu primeiro depoimento, e acrescentou que como não era tutora da ofendida não a retirara do hospital onde se encontrava à disposição do Juiz de órfãos.

Se inicia uma certa confusão na busca de quem seria o tutor legal da Maria S., e Antonio A. de L., trinta e quatro anos, casado, ferreiro, inquirido sobre a denúncia disse nada saber. Mas que, a pedido de Luis Herculano, teve a ofendida em casa de sua família por período de um ano e dez dias. Que sendo muito desobediente e não se adaptando ao regime de sua casa o depoente a entregou novamente a Herculano. Na sequência o mesmo depoente apontaria Antonio B. residente em "Jaguary" como o pai de Maria S., salientamos o quanto é notável a enorme imprecisão acerca de quem seriam os pais ou tutores da órfã violentada, que aos dez anos já tinha vivenciado tamanha circulação entre residências.

Conforme atestava Aurelio V., proprietário do hotel no qual se registrou o crime, fora Luis Herculano quem deixou, em casa dele, a ofendida Maria S. "até lhe dar destino". Ressaltando que a ofendida, em consequência da violência sofrida, foi recolhida ao Hospital de Caridade onde ainda se encontrava. Que não tendo nenhum compromisso como

tutor ou responsável pela menor, iria comunicar a Luis Herculano para ir retirá-la do hospital.

O processo prossegue e Walter Jobim passa a ser o patrono do réu. Aurelio, que inicialmente foi intransigente à possibilidade de uma reparação por casamento era novamente questionado:

> [...] Dada a palavra ao patrono do réo requereu: Si o deppoente é o responsável legal da offendida? Resp. que o depoente não é nem foi, que a menina é filha de Antonio G. residente em Jaguary. Perg. Si o depoente não julga preferivel a menor casar com o réo e ficar sob a guarda dos paes de creação do mesmo que são pessoas abonadas do que ficar abandonada? Resp. que acha que o melhor remedio no caso é o casamento, porem quem deve resolver isso é Antonio B., que é pae da menor. Mandou [...].[10]

O homem que inicialmente entendeu tal possibilidade como imoral, além de também se tratar de menina impúbere, estava sendo dissuadido. Ou, ainda, se vendo sem poderes já se esquivava.

O réu já se encontrava, em tal momento, pronunciado para ir ao Tribunal do Júri. Bem como, a acusação que seria formulada pelo promotor e apresentada aos jurados já se encontrava preparada e anexada aos autos, a fim de pedir a condenação do mesmo em grau máximo nas penas do artigo 268 e 272, estupro e presunção de violência. O promotor defenderia que houve cópula carnal com a ofendida, menor de dezesseis, honesta e virgem. Note-se que o juiz entendeu a denúncia procedente para pronunciar e não para condenar, apesar de se tratar de uma quase confissão por parte do réu, e ainda que o promotor caracterizou a presunção, além do estupro, mesmo se tratando de caso que contava com lesões corporais que atestavam a violência empregada, o que também não descartamos se tratar apenas de um rigor técnico.

Nesse ínterim, Antonio B., sendo localizado em Jaguari, se apresentou como o tutor legal da ofendida, e concedeu o provimento para o casamento, esclarecendo que, de fato, se tratava de uma órfã de mãe e pai, e ocorre que Jobim também passa a atuar como procurador de tal tutor.

10 BRSAHMSM FCSM-PCRIM-PROC328

Ao réu:

> Perg. Si sabe que casando com a menor ficará della separado até attingir a idade legal e obrigado a reparar contribuindo com alguma cousa para sua educação e manutenção, e si a sua intenção é viver com ella assim que fôr possivel? Resp. Que sabe, que sua intenção é casar e viver com a menor logo que a lei o permitta e se obriga a concorrer com o que for possivel para a sua educação e manutenção enquanto estiver separado; que quer casar para reparar o mal comettido. Dada a palavra ao Dr. Promotor nada requereu. Dada a palavra ao Dr. Jobim procurador do tutor da menor requereu: Si não foi o accusado creado pela familia do Coronel Bento José do C., como si seu filho fosse, permanecendo em casa do mesmo até ser empregado na Viação Ferrea? Resp. Que sim, que foi. Perg. Si depois do facto essa familia não acolheu ao seu seio a menor que se achava desamparada no hospital desta cidade? Resp. que sim, e ainda lá está até hoje. [...].[11]

Vejamos que a versão do réu se alterou, provavelmente instruído, e assessorado por outro profissional "mais sutil", o mesmo não mencionava o casamento para não cumprimento de pena, e sim, evocava a "reparação do mal", em sua narrativa. E como a progenitora da jovem que se dizia grávida de João não prestou queixa de defloramento, não existia impedimento para o casamento do mesmo com Maria. Quais os motivos a levaram a não prestar queixa-crime permanecem ocultos, não sendo inviáveis, porém, as hipóteses de que não almejava mais que sua filha fosse esposa de João, ou, ainda, um acordo extrajudicial "sem envolver autoridades", proposto pela família do réu a fim de que o mesmo pudesse efetuar o casamento com Maria e não cumprir pena.

Já para Maria S. foi perguntado:

> Maria S., dez annos, solteira, serviços domesticos, residente em Jaguary actualmente nesta cidade, onde residia ao tempo do crime. Perg. Para onde foi depois de sahida do hospital, onde esteve dois mezes primeiros? Resp. Que após os dois mezes de hospitalização, foi para casa do Cel. Bento do C., onde ainda se acha. Perg. Si é bem tratada pelas pessoas da familia e si deseja continuar lá? Resp. Que é bem tratada por todos e deseja permanecer lá. Dada a palavra ao Dr. Promotor requereu: Si sabe que vae casar com o dennunciado e delle vae ficar separada até attingir

11 BRSAHMSM FCSM-PCRIM-PROC328

> a idade legal? Resp. Que conforme o Juis explicou ficou sabendo agora. Dada a palavra ao procurador do curador da menor nada requereu. [...].[12]

Em três de março de 1926, era estabelecido que nos termos do artigo 214 do Código Civil e 276 § único do Código Penal era deferido o suprimento de consentimento para que a menor Maria S. pudesse contrair matrimônio com João do C., que deveria pagar as custas do processo. No dia 4 de março de 1926 era certificado que o réu compareceu no Fórum e foi posto em liberdade, casou com a ofendida, e se retirou, ficando esta em poder do tutor que a depositou em poder de Coronel Bento José do C.

Ao longo do processo Maria S. figura como uma menor de dez anos de idade, impúbere, órgãos genitais de desenvolvimento incompletos, e lesões que atestavam a violência empregada. Já no ofício que define ser seu tutor Antonio B., requisitado e utilizado para fins de que fosse efetuada a autorização para o casamento civil, consta que a mesma teria treze anos. Seria autêntico? Pelos demais elementos do processo, acreditamos que não. De acordo com a lei que versava sobre o casamento civil, a idade prevista para que mulheres pudessem contrair matrimônio era de quatorze anos, enquanto para os homens a idade prevista era dezesseis anos. No entanto, os menores, ou seja, aqueles com idade inferior a vinte e um anos necessitavam da autorização dos pais ou responsáveis (Brasil, 1916). De tal maneira, podemos compreender que a prevista separação de corpos poderia perdurar por cerca de um ano para Maria S., até seus quatorze anos. E ademais, certamente, que diante dos contornos que se mostram no caso era passível de suspeição que João não ficasse longe da mesma até a idade legal, sendo razoável que a integridade física de Maria estivesse sendo posta em risco, e não fosse o elemento central do processo.

Assim, cabe salientar que se trata de uma ocorrência verificada, que aparentemente excepcional em sua resolução, é portadora de potente significado para uma questão que emerge nesta pesquisa a partir da definição da lei de estupro, conforme o Código Penal de 1890, e seus dispositivos. Tal questionamento reside na indagação e inquietação em torno de que brechas legais tais dispositivos abriam, o que abarcariam,

12 BRSAHMSM FCSM-PCRIM-PROC328

como, e por quem poderiam ser utilizados. Fica evidente que a reparação suprimiu o crime violento, sendo válvula de escape ao agressor. E se colocou no sentido de privilegiar o réu e não a vítima, proteger o réu e não a vítima, expondo que os alicerces para tal possibilidade estavam na ideia de mácula advinda do estupro e não na violência empregada.

No entanto, não podemos minimizar os relevantes condicionantes que levaram a este desfecho. A situação de desamparo e vulnerabilidade da menor, a orfandade, a ausência de um responsável legal interessado em seu bem-estar ou vínculos familiares perceptíveis, o fato de ser constantemente alocada em casas de terceiros onde exercia serviços domésticos, vivenciando desde a tenra infância a incerteza da mobilidade infantil e maus tratos. Além disso, as redes de apoio que encontrou, como os donos do Hotel, estavam fragilizadas visto que não eram tutores legais.

Também acrescentamos à condição de Maria a falta de possibilidades e alternativas e, possivelmente, a própria infantilidade, imaturidade, propiciada pela idade da vítima, o que lhe tolhia o poder de decisão consciente em relação ao casamento e seu destino. Devemos lembrar que a presunção de violência demarcava que existia em menores de dezesseis anos a impossibilidade de um consentimento livre e verdadeiro em caso de sedução/relações sexuais. E o mesmo Código Penal estabelecia que para que o casamento fosse efetuado seria preciso que a ofendida consentisse livre e espontaneamente. Como poderia a menor não ter consentimento livre para relação sexual, mas sim para casamento?[13] Bem como, salientamos que a jurisprudência presente no Código Penal (Soares, 2004) recomendava que a oposição ao casamento podia ser justificada quando por algum motivo particular de honra ou falta de qualidades morais do sedutor, de tal modo Viveiros de Castro aconselhava que o juiz tivesse em tais questões critério e prudência. As a conduta duvidosa João não lhe impediu o casamento.

13 Publicada lei que proíbe casamentos de menores de 16 anos (ROVER, 2019). Abrimos um parêntese para destacar que em março de 2019 foi publicada uma lei que proíbe o casamento de menores de 16 anos no Brasil. Jovens de 16 e 17 anos ainda podem casar desde que autorizadas por pais. O projeto de lei se baseou em dados fornecidos por estudos da ONG Promundo,2015, que concluiu que o Brasil é o quarto país no mundo em números absolutos de casamentos infantis. O estudo indicou que 877 mil mulheres brasileiras se casaram com até 15 anos e que, atualmente, existiriam por volta de 88 mil meninos e meninas (de idades entre 10 e 14 anos) em uniões consensuais, civis e/ou religiosas no Brasil.

O casal de italianos não almejou uma reparação quando prestou a queixa-crime, a vítima Maria não objetivou e possivelmente nem vislumbrou um casamento, mas conseguiu. De modo que, para além de pairar sobre vítimas de crimes sexuais do período a suspeição de que existiria por trás do processo movido unicamente a intenção da concretização do casamento por parte das mesmas, poderia ainda pairar sobre aquelas que não queriam um casamento tal possibilidade de resolução. Assim jovens violentadas poderiam ser "brindadas" com um casamento legal diante de fatos concretos que expunham a violência. Algumas disseram não para tal resolução, em nossas fontes, já Maria não teve tal percepção.

De acordo com as fontes percebemos que alguns homens acusados de serem sedutores e incursos nos crimes de defloramento, que eram via de regra relações sexuais consentidas, passaram certo tempo na cadeia civil da cidade e depois algum tempo reclusos na Casa de Correção de Porto Alegre. No entanto, o agressor estuprador João não foi sentenciado.

E, por outro lado, em oposição à situação da vítima, podemos verificar um réu que contava com o apoio de pessoas influentes, detentoras de prestígio social, capital econômico, segundo a própria fonte, e talvez até político. As indicações que perpassam o processo dão conta de que João possui pais de criação que são pessoas abonadas, "[...] o accusado creado pela familia do Coronel Bento José do C., como si seu filho fosse, permanecendo em casa do mesmo até ser empregado na Viação Ferrea [...]", nunca sendo revelado qual o grau de parentesco que o réu possui com o coronel, ainda que possuindo o mesmo sobrenome. Seria filho ilegítimo? A família do Coronel, que provavelmente pagou assessor e custos do processo, se deslocou até Santa Maria para retirar Maria do Hospital, lhe abrigaram e, de acordo com Maria, lhe tratavam bem. Portanto, demonstravam muito interesse em João. É um caso interseccionado por questões de posição social dos envolvidos. Também fica sinalizado o empenho de famílias influentes para que tais questões não viessem a público, não chegassem ao Tribunal do Júri.

Nesse sentido, não podemos condicionar unicamente o desfecho à elevação da honra e tolerância à violência no presente caso, embora este seja um dado que entendemos que emerge sistematicamente dos processos criminais que envolveram crimes sexuais da época, e, logo,

"crimes contra a segurança da honra", acima, de "crimes contra a violência carnal". Ou seja, ainda que, tal constatação seja proveniente dos mais diversos envolvidos que povoam os autos.[14] Contudo, o dispositivo que possibilitou tal desfecho, fazendo de Maria casada aos dez anos com seu agressor, foi pautado em noções de honra, moralidade e virgindade. Tais questões povoando crimes violentos poderiam impedir punições, este é o ponto-chave.

Os dados extraídos nesta pesquisa, a partir das fontes documentais, apontam justamente para um quadro de ofuscamento, apagamento da violência em si, diante de tantos outros aspectos mais relevantes para época e das possibilidades abarcadas pelos dispositivos legais. Bem, como entendemos que o mesmo se reflete na pesquisa acadêmica que pautou tais crimes, não no referente a elaboração dos Códigos ou jurisprudências, ou seja, violências estruturais e institucionais. Mas na falta de visibilidade para violência em casos concretos abarcados por tais leis. Percebemos como crucial para entendimento do tratamento concedido aos crimes sexuais no contexto analisado a visibilidade dos padrões de violência de casos violentos. E sustentamos com base nos processos analisados que seguramente a honra e suas implicações dificultavam a aplicabilidade da lei e a punição de casos violentos, o que ilustra o sistema de valores.

Logo, como seria trazida a questão do casamento diante de estupros, sobretudo os que não são puramente amparados na presunção da violência, era uma inquietação que surgia. Bem como, instigava a verificação de se existiria qualquer dilema aparente quando a violência mais demarcada/incontestável e a possibilidade de reparação se confrontavam. Sendo que o silenciamento apontado no Código Penal de 1890 para tal questão já parecia indicar que não, cabendo investigar com base nos processos o que acontecia. E como observa Fausto (1984), a preocupação com a regularidades não significa o abandono do excepcional, já que não só

14 Dos populares, aos operadores da lei e jurados. Estando na vítima que silenciou e tinha lesões corporais, bem como referiu perguntar ao estuprador se o mesmo iria casar, ao advogado que sustenta que o hímen não foi rompido visto que tal homem parou sua ação por ser virgem demonstrando, assim, que não ocorreram maiores danos, e os jurados que absolvem. Nos crimes de presunção que não tiveram a devida aplicabilidade da lei que mereciam, o que passou pelos operadores desta, e assim por diante.

fatos desta ordem podem ser o sal de uma demonstração, como podem ser reveladores de dimensões não apreendidas de outra forma.

Na análise de caso exposta o ideal de reparação explicita seu alcance, e o que a lei poderia contemplar diante de casos concretos. O processo em apreço é emblemático ao demonstrar a isenção da punição da ação violenta. De modo que a ocorrência aponta para as possibilidades abertas naquele horizonte moral, e a experiência de Maria provavelmente não é um caso isolado. Jamais saberemos qual seria a percepção dos jurados diante do caso exposto. Mas o destino de Maria S. foi selado pelos operadores da lei, ainda que esta pesquisa demonstre que os jurados mais propiciavam absolvições que condenações, enquanto juízes protagonizavam condenações. E como vimos, por meio de acusações desenvolvidas em Santa Maria, podiam arvorar-se como defensores da honra enquanto denunciavam a piedade dos jurados que a Justiça desconhecia.

Resta indagar a quais homens estavam servindo os dispositivos da lei. Pois, se os operadores da lei não conseguiam estimular ao casamento civil os "sedutores", talvez conseguissem com os agressores. Restando compreender quais usos esse dispositivo ganhou em espectro amplo para casos que destoam e nos quais violência empregada se faz mais perceptível. O emblemático caso ocorrido no Hotel Popular provavelmente não é isolado.

Para uma das perguntas que motivavam o empreendimento de tal análise estava a verificação do que ocorria em casos concretos que envolveram noções de honra e violência caracterizada para além da presunção por idade, diante das complexas possibilidades que a lei carregava. Nos questionávamos como agiram operadores da lei e populares, como coexistiram tais elementos e foram administrados tais fatores. O presente processo demonstra que possibilidades estavam abertas e o que a lei abarcava, seu alcance e amplitude. A possibilidades estavam postas.

Fonte

BRSAHMSM FCSM-PCRIM-PROC328

Referências

BALBINOT, Elizete Carmen Ferrari. **Moral e sedução:** o discurso do judiciário nos processos de defloramento na Comarca de Caxias do Sul. -1900-1950. 2014. 213p. Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra**: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas: Unicamp, 2000.

ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FAGUNDES, Marluce Dias. **Honra, moral e violência nos "anos dourados"**: discursos jurídicos em crimes sexuais – Porto Alegre (1948-1964). 2018. 163p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

GROSSO, Carlos Eduardo Millen. **Cotidiano do amor em Porto Alegre**: disputas sobre honra, sexualidade e relações afetivas nos processos de defloramento (1890-1922). 2014. 249p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

REICHERT, Emannuel Henrich. **Sedução e casamento nos processos-crime na comarca de Soledade (1942-1969)**. 2012. 139p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2012.

SANCHES, Maria Aparecida Prazeres. **As razões do coração**: namoro, escolhas conjugais, relações raciais e sexo-afetivas em Salvador 1889- 1950. 2010. 400p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

TEXTOR, Bárbara Gonçalves**. Trilhos de Honra e Violência em Santa Maria da Bocca do Monte:** defloramentos, estupros e raptos (1910-1939). 2019. 408 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria,2019.

VANNINI, Ismael Antônio. **História, sexualidade e crime**: imigrantes e descendentes na (RCI) região colonial italiana do Rio Grande do Sul (1938/1958). 2008. 248p. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

VASCONCELOS, Tania Mara Pereira. **"Sertanejas defloradas" e "Dom Juans" julgados:** Relações sexoafetivas de mulheres pobres em processos de crimes contra os costumes em Jacobina- Bahia (1942-1959). 2018. 329p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

"ESTA CASA DE REPENTE HÁ DE VOAR PELOS ARES": UM ESTUDO SOBRE ESCRAVIDÃO POR MEIO DE UM PROCESSO CRIMINAL (SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA, 1862-1865)

Douglas Reisdorfer[1]

Introdução

Neste trabalho, procuro investigar as relações entre senhores e escravizados no município de Santo Antônio da Patrulha, em meados do século XIX. Mais especificamente, debruço-me sobre um crime ocorrido na Fazenda de São José do Rolante entre novembro de 1862 e março de 1863: o assassinato de infantes – livres e escravizados – que moravam naquela propriedade. Aquelas terras situavam-se nas proximidades do rio Rolante, onde os corpos das crianças foram encontrados, e pertenciam à família do finado José Rodrigues Garcia. Administravam-na sua viúva, Doroteia Maria do Nascimento; e seus três filhos, José Rodrigues Garcia Filho, Luiz Rodrigues Garcia e Rodrigo José Garcia. O crime deixou todos os moradores da região aterrorizados,

1 Graduado em licenciatura em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), mestre e doutorando em História pela mesma instituição. E-mail para contato: dglsreisdorfer@gmail.com. Currículo lattes: http://lattes.cnpq.br/1680560964516728. Orcid: https://orcid.org/0000-0003-0894-3743.

e prontamente levou à instauração de um inquérito para averiguação – e eventual punição – dos responsáveis. As vítimas eram três crianças escravizadas, pertencentes a Rodrigo José Garcia; e duas crianças brancas da família – netos do falecido senhor daquelas terras. Entre as testemunhas que depuseram, havia um consenso: apenas pessoas da propriedade (familiares ou trabalhadores escravizados) teriam condições de cometer o crime sem deixarem rastro algum; qualquer estranho teria dificuldade de fazê-lo.

Os interrogatórios levaram a três principais suspeitos. Venâncio José de Oliveira era genro da família, casado com Tereza Rodrigues Garcia, uma filha do defunto Garcia. Muitas testemunhas apontaram o fato de que ele tinha severas desavenças com sua sogra Doroteia Maria do Nascimento e com seu cunhado Rodrigo José Garcia, suscitadas pelas brigas familiares tão recorrentes em partilhas de bens de um inventário. Os outros dois eram trabalhadores cativos da propriedade. Antônio Nagô fora visto brincando com uma das crianças assassinadas pouco tempo antes de ela ter desaparecido e ter seu corpo encontrado à beira do rio. Por isso, fora incluído no rol de suspeitos. Bartolomeu, por outro lado, falou demais. Contava a todos uma história um tanto inusitada, que lhe garantiu um lugar entre os réus do processo: atribuía o crime à "alma" de seu finado senhor, o já mencionado José Rodrigues Garcia, que teria retornado dos mortos para se vingar. A vingança era por sua viúva não ter respeitado seus últimos desejos, entre os quais estava a manumissão dos escravizados mais velhos da fazenda.

Este texto é parte de pesquisa maior, desenvolvida como doutorado em História junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (PPGH/UFPel). Nela, busco investigar questões como o gênero, a escravidão e a criminalidade – e as interseções existentes entre estas temáticas – através da trajetória de Maria Cabeça, uma escravizada que cresceu na Fazenda de São José do Rolante. O crime descrito acima pode parecer desconectado desta pesquisa, mas a menina Maria testemunhou nos autos, e foi até figura importante nas maquinações de um dos réus – o seu senhor, Venâncio José de Oliveira. Além deste, ela apareceu em outros quatro processos-crime, dessa vez,

como ré – um deles ainda em Santo Antônio da Patrulha, os outros três na cidade de Rio Grande.[2]

Aqui, entretanto, não farei uma incursão exaustiva sobre sua história. Desejo explorar outras questões. Em particular, duas. Através dos depoimentos de Bartolomeu, quero abordar a crença no além, no pós-vida, no retorno dos mortos em busca de reparação. Trabalho com a hipótese de que a história contada pelo escravizado, embora não descarte a influência combinada de diferentes tradições religiosas e culturais, relacionava-se com as concepções sobre morte e além-vida oriundas do catolicismo. Entretanto, a incorporação de tal religiosidade não ocorria sem mediações, de modo que africanos e seus descendentes as ressignificavam a partir de sua própria experiência social. Ainda por meio de seus testemunhos, analiso a centralidade das mulheres mina-nagô na reiteração de expectativas do cativeiro, especialmente no que se refere aos anseios de liberdade.[3]

Finados retornam do além para se vingar: senhores e escravizados no Rolante

O finado José Rodrigues Garcia era senhor de uma propriedade localizada às margens do rio Rolante, chamada pelas partes e testemunhas de Fazenda de São José do Rolante. O território onde se encontrava a propriedade – e o próprio rio – pertencia então ao município de Santo Antônio da Patrulha, localizado na província de Rio Grande de São Pedro, sul do Brasil. Há poucas pesquisas específicas sobre esta localidade, à exceção do estudo de Sherol dos Santos (2009) sobre escravidão e família escravizada. Contudo, sabemos que se tratava de uma região bastante rural e com uma população pequena, situada nas proximidades de Porto Alegre, capital da província.

2 Já abordei a história de Maria em outros textos, nos quais expus, em linhas gerais, sua trajetória. Ver: Reisdorfer (2023, 2024).

3 Vale dizer, do ponto de vista teórico-metodológico, esta pesquisa parte dos pressupostos da história social da escravidão, delineados a partir da década de 1980. De modo geral, este campo de estudos considera a escravidão um resultado das negociações, tensões, conflitos, escolhas e decisões existentes entre senhores e escravizados, valorizando a capacidade de agência dos cativos na tecitura da resistência. Sobre o tema, ver: Chalhoub e Silva (2009) e Reis e Silva (1989). O uso da documentação criminal, principal fonte deste trabalho, já é bastante consolidado na historiografia. Emprego-a para colher indícios, vestígios e rastros dos mundos social e cultural de trabalhadores escravizados, inspirando-me na micro-história italiana. Ver: Chalhoub (2012), Ginzburg (1989) e Levi (1992).

Imagem 1 – Localização do município de Rolante, Rio Grande do Sul.[4]



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Rolante

Quando era vivo, José Rodrigues Garcia possuía um conjunto nada insignificante de escravizados. O inventário aberto após seu falecimento – em 1862 – nos aponta um total de 21 escravizados, sendo 16 homens e 5 mulheres.[5] Acresce, ainda, o fato de que outros cativos labutavam em sua propriedade, como alguns dos que pertenciam ao seu genro Venâncio José de Oliveira. Como podemos caracterizar esta propriedade? Comparando com a província como um todo, Rodrigues Garcia encontrava-se no escalão dos médios senhores – acima dos pequenos proprietários, mas abaixo de grandes escravistas[6] como eram alguns dos

4 Insiro a localização do município de Rolante ao invés de Santo Antônio da Patrulha, já que o primeiro se emancipou.

5 A lista de cativos pertencentes a José Rodrigues Garcia pode ser encontrada em: RIO GRANDE DO SUL (Estado). *Documentos da escravidão*: inventários. O escravo deixado como herança. Vol. III. Porto Alegre: CORAG, 2010. p. 491.

6 Naturalmente, há divisões mais elaboradas e mais complexas, mas, para o que nos interessa aqui, estas três categorias são suficientes. Podemos considerar pequenos proprietários os que possuíam de 01 a 10 escravizados, os médios os que detinham entre 11 a 50 cativos, e os grandes

charqueadores de Pelotas, que, em alguns casos, chegaram a ter mais de cem escravizados (Vargas, 2013, p. 122-123). Contudo, trazendo a comparação para outros contextos, é possível visualizá-lo como um dos maiores proprietários de sua localidade, se considerarmos que tinha suas terras em Santo Antônio da Patrulha, onde os planteis não eram tão vastos quanto os de outras partes da província.[7] Alguns anos depois, em 1875, foi aberto o inventário de sua esposa, a viúva Doroteia Maria do Nascimento. Nele, constavam 11 escravizados: 7 homens e 4 mulheres. Difícil dizer se a diminuição se deveu a uma decadência econômica da família Rodrigues Garcia ou à tendência mais ampla de concentração da propriedade escravizada na parte mais ao topo da estrutura de posse – um fenômeno observado em várias regiões. De toda forma, a fazenda que antes abrigava mais de 20 escravizados passou, na década seguinte, para 11.

O inventário de Rodrigues Garcia foi, ademais, mote de grandes desavenças familiares. Como mencionei na introdução, a partilha de bens cindiu a família, colocando o genro Venâncio José de Oliveira contra sua sogra Doroteia Maria do Nascimento e seu cunhado Rodrigo José Garcia. Além das discordâncias havidas em função da divisão do butim do finado, algumas testemunhas mencionaram a existência de cizânias políticas – sem detalhar quais – e conflitos quanto ao dia a dia da lavoura. É em partes por causa destes desentendimentos que Venâncio foi incluído entre os réus: tinha motivações para querer se vingar de sua sogra e de seu cunhado, ainda que fosse necessário mais do que intrigas familiares para justificar tamanha acusação. A hipótese de sua culpabilidade ganhou mais substância com o depoimento de Antônio Comprido, escravizado da fazenda. Segundo seu testemunho, logo depois do falecimento do velho Rodrigues Garcia, Venâncio lhe perguntou se "tinha ânimo de fazer uma empresa". A empresa, supôs Comprido, era contra Doroteia e Rodrigo, devido à raiva que o genro

eram aqueles que ultrapassavam os 50. Este critério foi retirado do trabalho de Pessi (2012).

7 Uma outra definição do que eram pequenos, médios e grandes proprietários inspira-se em Osório (2004) e Scherer (2008). Para os propósitos deste trabalho, não farei uma análise mais minuciosa acerca da estrutura de posse de escravizados em Santo Antônio da Patrulha. Menciono a quantidade de escravizados que José Rodrigues Garcia detinha para situar esta família senhorial no conjunto dos proprietários da região. Uma análise da estrutura de posse da escravidão naquela localidade ainda está para ser feita.

lhes nutria. O escravizado não quis se envolver no empreendimento, e por isso Venâncio "ficou com muita raiva dele".[8]

O segundo réu a ser assim considerado pelas autoridades foi Antônio Nagô. Escravizado de Venâncio, algumas testemunhas o viram brincando com a "mulatinha" Maria – outra, não a Maria Cabeça – pouco tempo antes dela desaparecer. De acordo com João Cândido do Reis, lavrador, de 27 anos, Antônio Comprido o contara que Antônio Nagô estava na horta "agarrando nos braços da mulatinha Maria, como espécie de brinquedo", quando Comprido o avistou e lhe questionou sobre o fato. O africano respondeu que Maria era sua sobrinha, e estava apenas brincando. Em um de seus depoimentos, contudo, ele negou que tivesse qualquer parentesco com a menina, procurando afastar qualquer vínculo que tivesse com a vítima.[9]

Dos três réus, Bartolomeu foi, sem dúvida, o mais intrigante. De acordo com José Cardoso dos Santos, o escravizado tinha uma explicação um tanto quanto interessante para os assassinatos que estavam sendo perpetrados na Fazenda de São José do Rolante. Atribuía-os a forças do além:

> Respondeu que fez ontem oito dias que o preto Bartholomeu escravo da mesma casa, no terreno de seu sogro José Ramos Nunes, lhe dissera a ele respondente, e João Soares Cardoso, que as crianças da casa de sua senhora tinham sido mortas pela alma do falecido seu senhor José Rodrigues Garcia, porque este tinha deixado quatro de seus escravos dos mais velhos forros, e que a viúva sua senhora e seus filhos tinham queimado os papeis, e que isto, o mesmo preto lhe dissera que quem o tinha dito eram umas pretas que vieram para casa do Tenente Coronel Carlos Torres, para serem vendidas [...].[10]

Bartolomeu reputava o crime à "alma" do finado Rodrigues Garcia, que teria retornado dos mortos para se vingar. Que vingança era essa? Ora, sua viúva Doroteia Maria do Nascimento – e seus filhos, embora não esteja claro se se trata de todos ou de apenas alguns – desrespeitara seu desejo de libertar os escravizados mais velhos da propriedade, e Bartolomeu, naturalmente, era um deles. Além disso, dizia o escravizado

8 APERS, Santo Antônio da Patrulha, Processo Crime, Vara Cível e Crime, Auto 1822, 1863.

9 APERS, Santo Antônio da Patrulha, Processo Crime, Vara Cível e Crime, Auto 1822, 1863.

10 APERS, Santo Antônio da Patrulha, Processo Crime, Vara Cível e Crime, Auto 1822, 1863.

– segundo outro testemunho, o do lavrador Antônio José da Cunha – que morreriam um por um, "que principiava pelos pequenos e acabava pelos grandes". Por causa destas curiosas declarações, Bartolomeu foi considerado um dos principais suspeitos pelo assassinato das crianças.

Há muito para se pensar com este depoimento. Para começar, a alma do falecido patriarca retornando dos mortos. O cativo acreditava fervorosamente no que contou para os habitantes da fazenda ou se tratava de uma artimanha para despistar sua participação no crime? Impossível saber, mas acredito que a segunda alternativa é muito improvável: caso quisesse afastar de si a culpabilidade, narrar aos moradores da localidade a existência de uma assombração vingativa e homicida teria suscitado o efeito oposto ao desejado; estaria, assim, atraindo todos os holofotes das autoridades para si. Por outro lado, é bem sabido que, ainda no século XIX, a crença no além se fazia muito presente: almas penadas, assombrações e fantasmas povoavam o imaginário popular, manifestando-se especialmente nas zonas rurais. E isto, ao que parece, provinha de diferentes matrizes, como o catolicismo, as crenças indígenas e as religiosidades africanas.

Teria sido a primeira vez que afirmou saber da existência de "almas penadas" entre os vivos? Pelo que os depoimentos informam, não. Segundo o lavrador João Rodrigues da Siqueira, Bartolomeu já teria presenciado um causo de espírito vingativo, que retornou do além para fazer valer seus desejos testamentários:

> [...] o réu presente dissera a ele [...] testemunha que aquelas crianças eram mortas pela alma de seu falecido senhor visto que este tinha aparecido ao meio dia à sua senhora, por que já tinha acontecido um caso idêntico na casa do seu primeiro senhor, que tendo este falecido e deixando umas rezes para um filho a viúva não fez entrega, veio então a alma do marido deu muita bordoada nela, a ponto de quebrar-lhe um braço, e que sendo socorrida pelo subdelegado, foram presos alguns vizinhos, desconfiando o subdelegado que fossem estes os autores do delito, quando depois reapareceu a alma dizendo com voz muito grossa: 'que seus vizinhos não eram os que tinham dado em sua mulher, e sim ele, a alma do outro mundo - a do marido – visto que a mulher não tinha cumprido a promessa e que assim estava acontecendo em casa de seus presentes senhores [...].[11]

11 APERS, Santo Antônio da Patrulha, Processo Crime, Vara Cível e Crime, Auto 1822, 1863.

Assim, na casa do senhor que primeiro serviu, Bartolomeu foi testemunha de uma vingança do além. Há diferenças notáveis entre as duas histórias. Destaco-as. Na primeira, não houve assassinato, e sim uma agressão contra a viúva do finado; além disso, a vinda do morto não fora ocasionada pela alforria de escravizados, e sim por algumas rezes, destinadas a um dos filhos, não ficando claro se o anseio fora expresso por escrito – em testamento – ou oralmente, no leito de morte. Todavia, também há semelhanças entre os dois casos. Tanto no primeiro quanto no segundo, são as mulheres – as viúvas – que provocam a ira das assombrações; e em ambos o frenesi vingativo foi provocado pelo descumprimento de uma promessa – qualquer que tenha sido o contexto de sua efetivação.

Aos olhos do ceticismo contemporâneo, a historieta pode parecer absurda. Todavia, naqueles tempos, a relação com os mortos, com o além e com o pós-vida era muito presente. Mesmo a ideia de assombração, que a nós parece extraordinária e pitoresca, era levada a sério. Como podemos pensar a crença nas assombrações? Que tipo de situações, na visão das pessoas daquele período, poderiam levar à aparição de fantasmas, almas penadas e demais manifestações fantasmagóricas? Vejamos:

> Acreditava-se que podiam virar almas penadas os que morressem devendo promessa a santos e dinheiro a vivos, e os que ficassem insepultos, aqueles cujas famílias não se pusessem em luto, sobretudo os que fizessem a passagem em circunstâncias trágicas, ou subitamente, ou sozinhos, sempre sem a devida assistência religiosa, sendo condenados a errarem pela terra como fantasmas (Reis, 2022, p. 284).

De acordo com Reis, a circulação dos mortos entre os vivos era suscitada por uma gama variada de situações. A morte prematura, súbita, causava temor entre os oitocentistas, e poderia ser causa de espírito entre os vivos. O não cumprimento da ritualística fúnebre – como o devido enterro e o enlutamento da família – também era ocasião para o retorno do falecido, que poderia voltar para assombrar seus parentes. Por fim, as dívidas, a santos ou a vivos, também provocavam a presença dos mortos na terra. Naqueles tempos, portanto, acreditava-se que espectros poderiam caminhar entre o mundo dos vivos: assombrando, atemorizando, vingando-se de desafetos, implorando sufrágios para sua salvação ou cobrando de parentes rezas, missas e a consecução de

promessas – como a alma do finado Rodrigues Garcia, que, segundo a imaginação do escravizado, teria aparecido para sua viúva ao meio-dia.

De onde Bartolomeu teria extraído este credo? De qual tradição cultural ou religiosa teria retirado a ideia de um retorno dos mortos? Como já sugeri, diversas influências culturais poderiam trazer a crença em fantasmas e assombrações. No caso do catolicismo, a ideia de alma penada relaciona-se intimamente com a noção de Purgatório, surgida ainda no medievo. A doutrina Purgatório emergiu no cristianismo a partir do século XII, e configurava-se como um espaço intermediário entre o Paraíso e o Inferno. Enquanto estes eram eternos – e as almas que para eles se destinavam ali permaneceriam para sempre –, o *purgatorium* era passageiro. Um tempo de purgação, de limpeza das impurezas da alma, depois do qual as almas poderiam rumar enfim para o Paraíso (Le Goff, 1981). De certa forma, com esta doutrina, a Igreja disciplinava a consciência e a postura dos fiéis, caracterizando-se como uma "pedagogia do medo" que empregava a morte e a expectativa de punição no além-túmulo (Rodrigues, 2007). A permanência neste espaço particular da geografia do além poderia depender tanto de sua postura em vida (o cômputo de suas ações boas ou maléficas e seu arrependimento na proximidade da morte) quanto das atividades de seus parentes, destinadas à sua alma – como missas e esmolas, por exemplo.

É com o advento do Purgatório que a possibilidade de almas vagarem entre os vivos se consolida na tradição cristã. Quando os ritos não eram cumpridos, as dívidas não eram pagas e a alma sofria a purgação, o finado poderia aparecer para seus parentes exigindo-lhes que fizessem o que era necessário para salvá-lo. A validação dos relatos espectrais, naquele contexto, relacionava-se com o interesse da Igreja em organizar a relação entre vivos e mortos, em atrair doações, em incentivar a prática da piedade e em reforçar a liturgia dos mortos. Embora tenha emergido no período medieval, a noção de Purgatório – e seu corolário, a de fantasma – perdurou durante o período moderno e chegou até o século XIX – mesmo que tenha se abalado com as críticas do protestantismo e com as mudanças sociais (Le Goff, 1981; Schmitt, 1999). Isto, é claro, do ponto de vista da Igreja; no que se refere à crença popular, é possível encontrar a ideia de alma penada até os dias de hoje.

De que modo a crença nas aparições espectrais aparecem na cultura brasileira? Teria ela se consolidado no mundo rural? Há, no folclore, alguns exemplos específicos de como mortos-vivos foram pensados nas comunidades rurais brasileiras. Uma das mais características concepções é a do "Corpo Seco". Segundo esta lenda – presente no folclore de várias regiões do Brasil, como o Sul, o Sudeste e o Nordeste –, o "Corpo Seco" era similar a um morto-vivo, múmia ou assombração. Originava-se de um morto cujo corpo secou e não conseguiu se decompor; mas, diferentemente de outra situação presente na tradição cristã, na qual a não decomposição é sinal de santidade, o "Corpo Seco" é maléfico e aterrador, um defunto que nem a terra quis. O que produzia este destino tão cruel? Entre as várias versões desta lenda, aparecem tanto a ausência da devida ritualística fúnebre – como um enterro adequado – quanto as ações do finado quando em vida, como maltratar e desrespeitar mãe e pai, praticar malvadezas, incesto, avareza, entre outros (Filho; Rodrigues; Santos, 2022). Não há semelhanças notáveis entre esta lenda e a narrativa contada por Bartolomeu. Não encontrei nenhum conto de alma penada, assombração ou fantasma que tenha as características específicas do que se apresenta aqui – ao menos não entre os folcloristas mais conhecidos.

Penso que o escravizado tenha, mesmo, incorporado crenças do catolicismo sobre a morte, o além ou o destino da alma ainda presentes no Oitocentos. E, de fato, se mantinham grande parte de suas tradições culturais na diáspora,[12] escravizados africanos e crioulos também se assenhoravam de alguns aspectos da religiosidade branca. A morte parece ter sido um tópico particularmente forte de introjeção. Cláudia Rodrigues (2007) investigou as apropriações da morte católica por africanos e seus descendentes no Rio de Janeiro durante do século XVIII. Trabalhando com testamentos de libertos africanos ou crioulos, a autora identificou uma forte dramatização da culpa e da punição divina na hora da morte: clamavam por salvação, expressavam remorso pelas ações em vida e arrependiam-se delas. Contudo, o temor expresso nesta documentação era muito mais forte no caso dos testadores negros, o que denota uma

12 Diversos viajantes estrangeiros observaram a presença de elementos culturais africanos em funerais, festividades e outros tipos de rituais nas ruas de cidades brasileiras. Cantorias, danças e outras práticas especificamente africanas eram bastante recorrentes. Mesmo quando os funerais eram organizados sob preceitos cristãos, o ritual era marcado por tambores, palmas e cantos da África. Para mais informações, ver: Reis (1997).

particularidade no modo como aquelas pessoas se apropriavam das concepções católicas de morte e de pós-vida. Segundo a autora, isto pode ser explicado em partes pelo catecismo especificamente destinado à população negra. Tal catecismo advinha do intento mais amplo de justificar a escravidão negra, associando-a ao pecado: a escravidão era uma purgação para os africanos, que eram vistos com pecadores por excelência (Rodrigues, 2007, p. 441-442).

Mas a catequese destinada a africanos e crioulos não eliminava as concepções trazidas da África. Em muitos aspectos, elas convergiam, na medida em que tanto o catolicismo quanto as religiosidades africanas tinham fortes preocupações com o morrer (Reis, 1996). Acrescento mais um aspecto: mesmo quando a espiritualidade africana não estivesse tão presente, como parece ter sido o caso de Bartolomeu, a interpretação do além-túmulo cristão não ocorria de modo transparente e unilateral. Escravizados e libertos tinham plenas condições de assimilarem a morte católica segundo sua própria realidade social. E os depoimentos do escravizado de Rodrigues Garcia são uma evidência disto. Ao apontar a existência de uma alma penada de seu senhor, que aparecia aos vivos para cobrar a alforria de seus escravizados de mais idade, Bartolomeu integrava uma parte da escatologia católica – a circulação de almas penadas do purgatório entre os vivos – às suas próprias expectativas acerca do cativeiro. De certa forma, Bartolomeu apropriou-se das noções cristãs de além, morte e pós-vida, colocando-as contra o mundo senhorial. Para ele, os escravizados que durante mais tempo serviram aquela família senhorial mereciam a liberdade em troca de seus serviços: do contrário, resultava punição macabra.

Nesse sentido, é bem provável que Bartolomeu acreditasse fielmente no retorno da alma de Rodrigues Garcia. É possível que o cativo visse na promessa inconclusa de alforria – caso tenha mesmo lhe sido feita por seu senhor – um motivo forte para a assombração vingativa, a cobrar de sua viúva a sua realização. Trata-se, portanto, de uma alma penada por dívida: devia a liberdade para seus fâmulos, os quais, já velhos, o serviram fielmente. A punição pela promessa desfeita era descrita em termos quase apocalípticos. Como a viúva e seus filhos tinham – supostamente – destruído os papéis, os moradores da casa haviam de cair um por um, principiando pelas pequenas crianças da casa e terminando com os

grandes. A casa iria "voar pelos ares", como Bartolomeu contava aos seus parceiros de cativeiro.[13]

As "Negras Nagoas" de Porto Alegre: gênero e africanidade no Brasil meridional

Bartolomeu era de Cabo Frio. É difícil e infrutífero especular sobre suas raízes africanas, se foram seus pais ou seus avós que vieram da África; muito menos saber de qual parte do continente africano vieram. Mesmo assim, qualquer que tenha sido sua origem, uma vez no Brasil, tanto as tradições culturais e religiosas quanto as fronteiras identitárias se reorganizavam. Quais podem ter sido as "influências africanas" de seu depoimento? Propositalmente, não mencionei um aspecto. Podemos vê-lo agora. De acordo com Bartolomeu:

> Respondeu que é certo que disse a todas as pessoas mencionadas que as almas de outro mundo é que talvez tivessem feito estes delitos, como também disse às mesmas pessoas que o falecido seu senhor tinha deixado quatro escravos dos mais velhos forros, mas isto foi pelo dito de umas negras nagoas que vieram de Porto Alegre para a casa do Tenente Coronel Carlos Torres na passagem que foram para a mesma casa, que disseram a alguns de seus parceiros que também falam a língua daquelas negras.[14]

Que havia dito a todos a respeito da alma de seu senhor, já apontei; também já mencionei as alforrias dos cativos de mais idade da fazenda. O que não havia ainda mencionado era de onde o escravizado tirara esta informação. Aqui, ele aponta: de "umas negras nagoas", que estavam para ser vendidas a um dos senhores da região. Ressalto duas coisas neste depoimento. Primeiro, o cativo não conhecia a "língua daquelas negras"; foram seus parceiros – provavelmente africanos mina – que lhe informaram o que aquelas mulheres disseram. Portanto, Bartolomeu não compartilhava dos significados mais profundos da cultura africana iorubá, seja porque era crioulo e não havia aprendido os valores dela, seja porque no entorno onde cresceu – seus pais, seus avós ou seus parceiros de cativeiro – outra cultura africana era mais predominante (como o tronco

13 APERS, Santo Antônio da Patrulha, Processo Crime, Vara Cível e Crime, Auto 1822, 1863.

14 APERS, Santo Antônio da Patrulha, Processo Crime, Vara Cível e Crime, Auto 1822, 1863.

linguístico e cultural banto, da África Central-Atlântica, por exemplo). Em segundo lugar, o termo que ele utiliza para se referir às africanas: nagô. Como é bem conhecido, no sul do Império, os africanos da África Ocidental eram mais comumente referidos por uma designação mais ampla – a de africanos "mina", que engloba os escravizados que eram embarcados na região da Costa da Mina e poderia incluir diferentes grupos étnicos.

Que ele tenha usado este termo, não é pouca coisa. Como se dava a presença dos africanos minas no sul do Brasil? Vejamos. Entre o final do século XVIII e o começo do XIX, a maior parte dos escravizados que rumavam para a província de Rio Grande de São Pedro eram da África Centro-Ocidental (Berute, 2006). Todavia, a partir das décadas de 1840 e 1850, o número de africanos de origem mina cresceu, o que foi demonstrado para diferentes localidades (Pinto, 2012; Scherer, 2008). Há diferentes formas de averiguar este crescimento. Marcelo Matheus (2020) analisou o tráfico atlântico de escravizados para a província através dos batismos de escravizados, concentrando-se na "macrorregião" porto-charqueadora (que engloba capelas com as de Rio Grande, Pelotas, São José do Norte, Taim, Estreito, e Povo Novo). De acordo com o autor, também nesta documentação pode-se notar um expressivo aumento dos africanos ocidentais: enquanto nas décadas de 1810, 1820 e 1830 eles foram, respectivamente, 15%, 12% e 16% dos africanos traficados, na década de 1840, compuseram o montante de 38% daqueles que foram à pia batismal. Este número, sem dúvidas expressivo, torna-se ainda maior quando são considerados somente aqueles africanos que tiveram sua nação designada no registro de batismo, alcançando a cifra de 63% (Matheus, 2020, p. 295).

O que explica o crescimento da presença dos africanos mina nas décadas de 1840 e 1850? Há algumas razões. A nação mina era a mais importante entre os escravizados traficados para a Bahia. Esta província tinha fortes vínculos comerciais com o Rio Grande de São Pedro, os quais se intensificaram a partir da década de 1830. Segundo o trabalho de Albertina Vasconcelos, uma parte expressiva dos cativos africanos comercializados da Bahia para a província sulina eram minas e nagôs: 50% se consideramos todos os africanos, 70% quando contabilizados somente os que tiveram sua nação registrada (Vasconcelos, 2005).

Outra explicação para a forte presença – e protagonismo – dos africanos ocidentais nestas paragens do Império encontra-se no processo de produção identitária. Ora, como se sabe, as identidades africanas aqui estabelecidas foram construídas na diáspora – e, portanto, não dependiam apenas das fronteiras étnicas trazidas da África, mas também de sua reorganização no Brasil. Assim, é possível que o crescimento dos africanos mina em diferentes instâncias da sociedade sul-rio-grandense se relacione com a incorporação cada vez maior de sujeitos de diferentes identidades étnicas ao guarda-chuva "mina". É o que argumentou Jovani Scherer (2008), em trabalho sobre a conquista da liberdade na Cidade de Rio Grande. De acordo com o autor, a presença da África Ocidental no cômputo geral dos escravizados africanos aumentou consideravelmente nas décadas de 1840 e 1850. Além disso, em Rio Grande, os escravizados da Costa da Mina alforriaram-se a uma taxa superior à de sua presença demográfica, um indício de uma grande capacidade para obter a liberdade. Este processo pode ser explicado por dois fatores principais: a ampliação do guarda-chuva identitário "mina", cada vez mais incorporando sujeitos de diferentes grupos étnicos; e a forte inserção daqueles africanos nas atividades urbanas e mercantis, favorecendo a acumulação de pecúlio e a compra da manumissão.

Que a Costa da Mina se fazia presente no sul do Império, já apontamos; mas e o termo "nagô"? Por que seu uso é tão interessante? No Rio Grande de São Pedro, a designação que mais aparece na documentação é a de "mina"; o termo "nagô" era muito mais utilizado na Bahia do que por aqui. De acordo com Scherer (2008), esta segunda designação começa a aparecer na documentação a partir de 1835, ano da Revolta dos Malês, que assombrou as autoridades públicas e as elites econômicas do Império. O medo de insurreições acometia também os senhores escravistas sul-rio-grandenses,[15] que estavam atemorizados com a possibilidade de que escravizados envolvidos no levante malê fossem parar aqui. O termo nagô era empregado para se designar os escravizados do tronco linguístico e cultural iorubá, da África Ocidental. O termo mina era mais amplo, abarcando também outros grupos

15 E não estavam totalmente errados. Em 1848, foi descoberto e desmantelado um plano de insurreição nas charqueadas de Pelotas, no qual os africanos minas desempenharam um importante papel. Ver: Vargas (2024).

étnicos, como os jeje. Assim, o fato de que Bartolomeu empregou esta denominação não é insignificante; mais ainda, o fato de que tenha se referido a uma língua que desconhecia, sinal de uma cultura que lhe era estranha, como já apontei acima.

Não é possível descortinar quais teriam sido as palavras ditas por aquelas escravizadas. Também não sei até que ponto os parceiros de cativeiro de Bartolomeu – e quais deles – eram conhecedores do idioma daquelas africanas. Caso tivessem um conhecimento superficial ou insuficiente, a tradução conteria problemas. Mas jamais poderei sanar estas questões, somente especular. Quer tenham sido bem compreendidas, quer tenham existido ruídos de comunicação, um aspecto é notável: a relevância cultural atribuída às escravizadas nagô. E a confiança com que Bartolomeu confiou no que lhe contaram é evidência disto. As "negras nagoas" eram de Porto Alegre, e estavam no município para serem vendidas. Ao que tudo indica, não tinham nenhum contato que lhes garantiria informações privilegiadas a respeito do que pensava e fazia o velho Rodrigues Garcia; muito menos saber se ele manumitiu os escravizados mais velhos da fazenda. Quiçá, a informação de que alguns papeis tinham sido queimados lhes foram fornecidas pelos próprios cativos de São José do Rolante. E, de fato, alguns documentos foram para a fogueira: de acordo com um dos depoimentos de Venâncio José de Oliveira, sua sogra havia queimado o registro de batismo de seu marido, logo depois de morrer. Pode-se imaginar que algum dos trabalhadores da casa o presenciou, informou aos demais (talvez ao próprio Bartolomeu) e a história ganhou maiores contornos. Ou as alforrias existiram e foram mesmo destruídas. Mas tudo isto não passa de imaginação, por mais crível que seja. O que posso apontar é que as africanas minas desempenharam um papel central na reiteração dos direitos esperados, das prerrogativas e das concepções acerca da escravidão – neste caso, de que os mais idosos mereciam a liberdade.

O protagonismo que as africanas minas ocuparam na conformação de concepções acerca do cativeiro para Bartolomeu não é surpreendente. Em verdade, em diferentes contextos, as "pretas minas" tinham grande influência. No contexto urbano, ocupavam as ruas, os mercados e as praças a vender seus quitutes. Não raro, suas atividades mercantis lhes

possibilitavam comprar a alforria; em alguns casos, conseguiam ascender socialmente, adquirir escravizados e construir uma pequena fortuna (Farias, 2020; Matheus, 2020). De onde veio tal predisposição para o comércio? Em partes, da cultura que trouxeram da África:

> Nas sociedades iorubás antes da ocupação colonial inglesa em meados do século XIX, o trabalho seguia uma rígida divisão de gênero, com os homens responsáveis pela agricultura e pelo artesanato, e as mulheres, à frente da produção de alimentos e do comércio. Predominantemente femininas, as atividades mercantis se caracterizavam também por suas múltiplas faces, refletindo os papéis sociais e geracionais que as mulheres desempenhavam. (Farias, 2020, p. 435).

Evidentemente, a herança cultural africana não chegava aqui sem adaptações, mudanças e reelaborações – no Brasil, os homens africanos também desempenhavam atividades comerciais do tipo, flexibilizando a divisão de tarefas entre os gêneros. De toda forma, uma vez trazidas para este lado do Atlântico, as mulheres nagôs tinham grande capacidade para obter notoriedade entre os seus – fosse por sua capacidade econômica, fosse pela relevância sociopolítica que adquiriam.[16]

Mas isto é do ponto de vista social. E no que se refere à religiosidade? Que lugar as mulheres ocupavam nesta dimensão da cultura? A historiografia e a memória das religiões afrobrasileiras trazem exemplos para pensar o tema. Na formação do Batuque de Nação do Rio Grande do Sul, destaca-se a figura da Mãe Emília de Oyá Ladjá, que foi matriarca das nações Oyó e Nagô. A tradição oral lembra dela como princesa africana, uma figura mítica na constituição das práticas religiosas de matriz africana nestas partes do sul do país. Scherer e Oliveira (2024) investigaram sua trajetória, mostrando que esta importante personagem nasceu no Brasil, mais precisamente em Rio Grande, em 1863, e depois rumou para Pelotas e Porto Alegre, onde foi sepultada, em 1932. Ao que

16 Na verdade, a importância das mulheres na preservação de tradições culturais e na constituição identitária das comunidades negras ultrapassa o âmbito específico das nações africanas, constituindo um importante eixo de solidariedade, memória e identidade também no meio rural. Um exemplo disso são as comunidades quilombolas situadas no Rio Grande do Sul. No litoral negro, analisado por Molet (2019), a figura de Chica Brincuda, central para o parentesco matrilinear da região e rememorada pelas comunidades que a habitam. Outro trabalho refere-se à tese de Weimer (2013), que investigou a comunidade quilombola do Morro Alto, mais particularmente o casal de escravizados Manoel Inácio e Felisberta, perseguindo sua descendência até o começo do século XXI.

tudo indica, seus contemporâneos não se referiam a ela como princesa. Mesmo assim, não se deve deslegitimar a forma como ela é presentemente lembrada. Independentemente das diferenças entre a tradição oral e o que aparece na documentação, o fato é que Emília ocupa lugar central na memória acerca da formação do Batuque no Brasil Meridional. O título de princesa africana "funciona como recurso de legitimação de um vínculo ancestral com o passado africano ocidental" (Scherer; Oliveira, 2024, p. 252).

Em outras regiões do Brasil, esta importância das mulheres no âmbito da espiritualidade também se faz presente. É o caso da história e da memória oral do candomblé *Ilê Iyá Nassô Oká*, o terreiro da Casa Branca do Engenho Velho, em Salvador. Rememora-se a mítica viagem à África realizada pela ialorixá Iyá Nassô, sua sucessora Marcelina da Silva e a filha desta, Maria Magdalena da Silva. Castillo e Parés (2007) debruçaram-se sobre o tema e levantaram inúmeras informações acerca da trajetória de Marcelina da Silva, identificando, inclusive, a mítica viagem à África, que teria ocorrido em 1837. A memória coletiva atribui o retorno para o continente africano ao intento das sacerdotisas de aprimorar sua religiosidade; sem negá-lo, os autores explicam-na pelo contexto de repressão que acometia os africanos de Salvador, pouco tempo após a Revolta dos Malês. De uma forma ou de outra, estes dois exemplos ilustram a notoriedade e o prestígio de que mulheres nagôs dispunham entre os seus – nesse caso, no que concerne à espiritualidade. Não há, é claro, nenhuma evidência explícita de que o prestígio daquelas mulheres para Bartolomeu fosse especificamente espiritual. Entretanto, o fato de que confiou em suas palavras, quando se referiam a assuntos da vida privada dos Rodrigues Garcia – aos quais certamente não tinham acesso –, é indício de que sua influência era enorme.

O processo-crime aberto para investigar os assassinatos foi parar no Tribunal da Relação e perdurou até o ano de 1865. Contudo, Bartolomeu não chegou a presenciar seu desfecho. Em ofício do dia 14 de outubro de 1863, as autoridades anunciam seu falecimento. Jamais saberei se o escravizado estava mesmo envolvido no crime. Diante da ausência de maiores evidências, nenhum dos réus arrolados no documento foi condenado. Ao final, um documento foi anexado aos autos. Nele, Desidério José Corrêa atesta que, ao ser preso, Bartolomeu o havia

confidenciado ter participação no crime. De acordo com o testemunho, ele, Antônio Comprido, João Fuá e Domingos Baiano, todos escravizados da fazenda, teriam assassinado as crianças para se vingar pela queima de suas alforrias, feita por sua senhora Doroteia Maria do Nascimento. Assim, o mistério parece ter se solucionado. Ao menos para satisfazer as dúvidas das autoridades, para as quais as explicações sobrenaturais não tinham nenhuma validade.

Conclusão

Neste texto, procurei expor parte da pesquisa que desenvolvo no doutorado em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Nela, busco analisar questões como gênero, escravidão e criminalidade através da trajetória de Maria Cabeça, que viveu na segunda metade do século XIX em cidades como Santo Antônio da Patrulha, Porto Alegre e Rio Grande. Nascida em uma propriedade denominada de fazenda São José do Rolante, ela deixou registros em cinco processos-crime ao longo da vida: um como testemunha, quatro como ré. No primeiro, Maria testemunhou acerca dos assassinatos ocorridos no Rolante, cujas vítimas foram crianças brancas e escravizadas residentes daquela propriedade. A devassa aberta para investigar o caso abre espaço para diferentes análises acerca das relações entre senhores e escravizados no município; aqui, voltei-me sobretudo para um dos suspeitos do crime: o escravizado Bartolomeu, que narrava aos vizinhos e demais moradores da fazenda sua curiosa explicação para as mortes que ocorriam.

Segundo seu testemunho, o autor dos homicídios era seu finado senhor, José Rodrigues Garcia, que retornara dos mortos para buscar reparação: logo antes de morrer, ele havia libertado os quatro escravizados mais velhos de suas posses, mas as cartas de alforria teriam sido queimadas por sua viúva, Doroteia Maria do Nascimento. A crença no além, no retorno dos mortos, em assombrações, em fantasmas e em almas penadas não era nada estranha aos que viviam em uma localidade rural no Brasil Imperial. Procurei argumentar que a história de Bartolomeu constitui uma importante evidência de que as concepções sobre morte e além-túmulo do catolicismo foram incorporadas por africanos e seus descendentes. Todavia, não o foram sem ressignificações e reelaborações,

tecidas a partir de seus próprios valores e entendimentos acerca do tema. No caso de Bartolomeu, sua interpretação acerca da "alma penada" de Rodrigues Garcia combinava-se com suas expectativas, os seus anseios e as prerrogativas às quais – assim acreditava – tinha direito, fosse ou não o autor do crime.

Destaco, por fim, a importância que a africanidade mina-nagô parece ter exercido no modo como Bartolomeu encarava seu cativeiro. Em especial, das mulheres nagô, que parecem ter exercido importantes funções na reiteração de expectativas de liberdade, de concepções do que era justo ou injusto nas relações entre senhores e escravizados. Para além dos resultados desta pesquisa, ressalto que se trata de trabalho ainda em seu início. Há muitos aspectos para serem mais bem desvendados. Menciono, em primeiro lugar, o lugar da africanidade em Santo Antônio da Patrulha, tema que ainda precisa ser melhor investigado. Aqui, explorei-o através de abordagem qualitativa; entretanto, há que se investigar o peso das diferentes nações entre a população escravizada como um todo, além de sua importância em outras dimensões do cativeiro, como as manumissões. Outra temática a ser melhor examinada refere-se ao lugar de escravizados mais velhos naquela sociedade, e a especificidade de sua experiência na escravidão. Neste trabalho, não foi possível adentrar estas duas temáticas, mas acredito que apontei algumas questões a partir das quais se pode aprofundar a discussão.

Fontes

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Santo Antônio da Patrulha, Processo Crime, Vara Cível e Crime, Auto 1822, 1863.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). **Documentos da escravidão**: inventários. O escravo deixado como herança. Vol. III. Porto Alegre: CORAG, 2010.

Referências Bibliográficas

CASTILLO, Lisa Earl; PARÉS, Luis Nicolau. Marcelina da Silva e seu mundo: novos dados para uma historiografia do candomblé ketu. **Afro-Ásia**, n. 36, p. 111-151, 2007.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cadernos AEL**, v. 14, n. 26, p. 14-45, 2009.

BERUTE, Gabriel Santos. **Dos escravos que partem para os portos do sul**: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790- c. 1825. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

FARIAS, Juliana Barreto. No governo dos mercados: experiências e representações de 'pretas minas' no Rio de Janeiro dos séculos XIX e XX. In: RODRIGUES, Aldair; LIMA, Ivana Stolze; FARIAS, Juliana Barreto (orgs.). **A diáspora Mina**: africanos entre o golfo do Benim e o Brasil. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2020. p. 413-444.

FILHO, Lúcio Reis; RODRIGUES, Cláudia; SANTOS, Cícero Joaquim dos Santos. Assombrações, catolicismo e "não morte" nas narrativas do "Corpo Seco". **Revista Brasileira de História das Religiões**, n. 42, p. 29-68, 2022.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LE GOFF, Jacques. **O nascimento do purgatório**. 2. ed. Lisboa: Estampa, 1995.

LEVI, Giovani. Sobre micro-história. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p. 133-161.

MATHEUS, Marcelo Santos. Os africanos minas no sul do Brasil: tráfico, liberdade e produção identitária na diáspora (Rio Grande do Sul, século XIX). In: RODRIGUES, Aldair; LIMA, Ivana Stolze; FARIAS, Juliana Barreto (orgs.). **A diáspora Mina**: africanos entre o golfo do Benim e o Brasil. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2020. p. 279-322.

MOLET, Cláudia Daiane Garcia. Chica Brincuda, a última a ficar nestas terras de escravos?: mulheres negras no Litoral Negro do Rio Grande do Sul. **Revista Mundos do Trabalho** (online), v.11, p. 1-20, 2019.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Justiçando o cativeiro: a cultura de resistência escrava. In: PICCOLO, Helga; PADOIN, Maria Medianeira (dir.). **História Geral do Rio Grande do Sul**: Império. Vol. 2. Porto Alegre: Méritos, 2006. p. 215-230.

OSÓRIO, Helen. Esclavos en la frontera: padrones de la esclavitud africana en Río Grande del Sur, 1765-1825 In: BETANCUR, Arturo; BORUCKI, Alex; FREGA, Ana. **Estudios sobre la cultura afro-rioplatense, Historia y presente**. Universidad de la República, Departamento de Publicaciones Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2004. p. 7-15.

PESSI, Bruno Stelmach. **Entre o fim do tráfico e a abolição**: a manutenção da escravidão em Pelotas, RS, na segunda metade do século XIX (1850 a 1884). Dissertação (Mestrado

em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

PINTO, Natália Garcia. **A benção compadre***:* experiências de parentesco e liberdade em Pelotas/RS, 1830/1850. Dissertação (Mestrado em História) - Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.

REIS, João José. Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão. **Tempo**: Revista do Departamento de História da UFF, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 7-33, 1996.

REIS, João José. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). **História da vida privada no Brasil***:* Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 95-141.

REIS, João José. **A morte é uma festa***:* ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito***:* a resistência negra no Brasil escravista. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1989.

REISDORFER, Douglas. A trajetória de "Maria Cabeça": escravidão, gênero e liberdade entreSanto Antônio da Patrulha e Rio Grande (1850-1893). **Faces de Clio**, v. 9, n. 18, p. 143-169, 2023.

REISDORFER, Douglas. **Um porto negro ao sul do Império***:* estudo sobre escravidão e criminalidade em Rio Grande (1850-1888). Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2024.

RODRIGUES, Cláudia. Apropriações da morte católica por africanos e seus descendentes no Rio de Janeiro setecentista. **Cadernos de Ciências Humanas – Especiaria**, v. 10, n. 18, p. 427-467, 2007.

SANTOS, Sherol dos. **Apesar do cativeiro**: família escrava em Santo Antônio da Patrulha (1773- 1824). Dissertação (Mestrado em História) - Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

SCHERER, Jovani de Souza. **Experiências de busca de liberdade***:* alforria e comunidade africana em Rio Grande, séc. XIX. Dissertação (Mestrado em História) - Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

SCHERER, Jovani; OLIVEIRA, Vinícius Pereira de. Os dois lados da realeza do Batuque: Princesa Emília de Oyá Ladjá e Príncipe Custódio de Sakpatá. In: MATHEUS, Marcelo Santos; MÜGGE, Miquéias Henrique (orgs.). **Africanos minas-nagôs no Rio Grande do Sul (séculos XVIII, XIX e XX)**. São Leopoldo: Oikos, 2024. p. 241-268.

SCHMITT, Jean-Claude. **Os vivos e os mortos na sociedade medieval**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

VARGAS, Jonas Moreira. **Pelas margens do atlântico**: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). Tese (Doutorado em História Social) - Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

VARGAS, Jonas Moreira. "Os implicados naquela insurreição": africanos minas, escravidão e revolta nas charqueadas de Pelotas (1790-1850). In: MATHEUS, Marcelo Santos; MÜGGE, Miquéias Henrique (orgs.). **Africanos minas-nagôs no Rio Grande do Sul (séculos XVIII, XIX e XX)**. São Leopoldo: Oikos, 2024. p. 77-110.

VASCONCELOS, Albertina L. Tráfico interno, liberdade e cotidiano de escravos no Rio Grande do Sul: 1800-1850, **Anais do II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, Porto Alegre, 2005.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **A gente da Felisberta**. Consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral sul rio-grandense nós pós-emancipação. (c.1847-tempo presente) Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2013.

MULHERES COMO RÉS EM PROCESSOS-CRIME NOS MUNICÍPIOS DE BAGÉ E JAGUARÃO ENTRE OS ANOS DE A 1872 A 1890

Geza Guedes[1]

Introdução

Este artigo pretende analisar os documentos judiciais nos quais mulheres foram acusadas de crimes e em alguns casos, configuraram como rés em processos judiciais, ocorridos na região da fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai, entre os anos de 1872 e 1890. No que tange ao recorte espacial serão analisados os documentos relativos a Bagé e Jaguarão.

Os anos finais do século XIX foram marcados por movimentos abolicionistas, o fim do Império e início da República. Os documentos que se pretende tratar nesse artigo tem como marco inicial o ano de promulgação da Lei nº 799, de 25 de outubro de 1872,[2] quando da criação da Comarca de Jaguarão. O ano de 1890, marco final da análise, diz respeito ao Código Penal (Soares, 1910, p. 1)[3], cuja competência

1 Doutoranda do PPGH UFPEL gezaguedes@gmail.com; http://lattes.cnpq.br/7693945823554343

2 Conforme o site do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul-TJRS. BRASIL, Evolução Histórico Administrativa das Comarcas. Disponível em: <https://www.tjrs.jus.br/novo/institucional/1o-grau/evolucao-historico-administrativa-das-comarcas/> Acesso em: 08/01/2024.

3 Promulgado em 11 de outubro de 1890, O Código Penal da República passou a vigorar 6

para legislar fora estabelecida sob um ideal Republicano numa sociedade não mais escravista.

Além disso, os distritos de Arroio Grande e Herval nesta época, faziam parte do território da Comarca de Jaguarão, embora em alguns processos a descrição do cabeçario tenha o nome dos respectivos distritos, estes documentos judiciários estão localizados no fundo de pesquisa Jaguarão no Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Já a Comarca de Santa Vitória do Palmar foi criada em 07 de maio de 1878, estando antes sob jurisdição das Comarcas de Rio Grande.

A fronteira como tema tangencia as linhas de tempo e do espaço, pode ser o limite entre diversidades econômicas, sociais e de gênero. Uma faixa territorial que separa, mas por vezes aproxima, por permitir relações de troca e cooperação.

O poeta Manoel de Barros que cresceu no território entre a Bolívia e o Brasil compreendia a fronteira menos como uma linha que um espaço. Em sua poesia sensivelmente expressou o que lhe era familiar: "O menino contou que o muro da casa dele era da altura de duas andorinhas", não existe limite para duas andorinhas, muito menos limites que seja capaz de separá-las. Assim como Manoel de Barros, se pretende compreender como estes sujeitos da fronteira se relacionavam com *O muro* que os separa e ao mesmo tempo a liberdade do céu que lhes permite voar. As pessoas e os lugares aqui apresentados são parte desse mundo da vida que emerge nas terras entre Brasil e Uruguai.

O final do século XIX foi marcado por diversos eventos nas regiões fronteiriças do Rio Grande do Sul. Em 1860, o Uruguai foi dividido em dois grupos políticos, os *Colorado* e os *Blancos*. Os *Blancos* representavam os interesses dos proprietários rurais, especialmente no interior do Uruguai, e tinham uma base de apoio conservadora. Os *Colorados*, por outro lado, eram apoiados pelas elites urbanas de Montevidéu, com uma postura mais liberal e progressista. Em 1860, o presidente Atanasio Aguirre, do partido *Blanco*, iniciou conflitos civis com o Brasil que levaram à Guerra de Aguirre (1864-1865).

meses depois em, 12 de abril de 1891, por esse motivo foram incluídos na pesquisa, os crimes ocorridos até 12 de abril de 1891.

Os fazendeiros exigiram uma solução para a violência e o roubo no limite entre os dois países (Souza, 1995, p. 132).[4] O governo Imperial ordenou que soldados brasileiros atacassem o Uruguai, resultando na retirada de Aguirre do poder. Este conflito perturbou Solano Lopes, que sentia que a situação política nos países do Rio da Prata era desequilibrada (Piccolo, 1992, p. 56).[5] Vale ressaltar que a região da Bacia Platina ainda era frágil, e em todas as guerras que o Rio Grande do Sul participou foi um "guardião da fronteira", inclusive fornecendo capital para as forças militares do Império.

As semelhanças nas paisagens, as fronteiras invisíveis, elementos propiciavam a circulação de pessoas, indivíduos do campo ou da cidade, escravizados, escravizadas, libertos, libertas e livres que transitavam na região. Bagé era a maior cidade da região sul, de acordo com o censo de 1872, composta pelas freguesias de São Sebastião de Bagé e Nossa Senhora do Patrocínio de Dom Pedrito, com 15.037 habitantes, livres e escravizados, distribuídos em 1.662 domicílios. Santa Vitória do Palmar possuía 4.287 livres e escravizados e 475 casas. Jaguarão incluía as paróquias do Espírito Santo de Jaguarão, Nossa Senhora da Graça do Arroio Grande e São Batista do Herval, com uma população de 8.076 pessoas vivendo em 1.011 casas (Brasil, Censo de 1872).

Sobre o clima político-partidário dos anos 1870, deve-se ressaltar que o Partido Liberal ascendia, politicamente. Durante o ano de 1872, dois presidentes da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul foram nomeados, Jerônimo Martiniano Figueira de Melo (1871-1872), do partido Liberal e José Fernandes da Costa Pereira Junior (1872), do Conservador. De acordo com Helga Piccolo "a cisão entre os Conservadores, no Rio Grande do Sul, foi fatal as pretensões políticas do partido na província. Dividido não conseguiu frear o partido Liberal na construção de sua hegemonia" (1992, p. 59). Além disso, naquele mesmo ano os Liberais, conquistaram a maioria na Assembleia

4 De acordo com Susana Bleil o contrabando na fronteira pressupunha a participação de homens fortes e de valentia, em geral jovens, que se esquivavam na calada da noite. Como forma de locomoção usavam cavalos, cortavam cercas de aramado e invadiam as fazendas.

5 Helga Piccolo afirma que 'É de salientar que a mobilização militar exigia do Rio Grande do Sul para que o império pudesse fazer frente a Solano Lopez, também foi questionada sob argumento de que a guerra não dizia respeito à província. Afinal, os sul-rio-grandenses ainda não eram proprietários de terras no Paraguai".

Legislativa provincial, regra que se seguiu nos anos posteriores. No cenário nacional o Rio Grande do Sul manteve uma posição política marginal, essa realidade se prolongou durante todo o Período Imperial. Segundo a mesma autora, "nem mesmo um presidente do Conselho de Ministros tivemos" (Piccolo, 1992, p. 63).

Nas polarizações partidárias presentes nas páginas dos jornais da fronteira e que resultou em processo crime, é de referir o evento ocorrido no periódico Argos de Santa Vitória do Palmar. O referido jornal autointitulado, órgão do partido Conservador teve seu proprietário e redator Joaquim Candido de Freitas Noronha, acusado de injúria por Horácio Olindo do Espirito Santo juiz da comarca e notoriamente Liberal. O fato que antecede ao início do processo foi descrito da seguinte forma: na noite de 26 de dezembro de 1884, foi disparado um tiro pelo oriental Pedro Pimenta, contra a janela da residência de Joaquim Cândido, segundo o redator foi a mando do *digníssimo juiz.* Em resposta no dia 30 de dezembro foi publicado um longo artigo em que é citado o nome de Pedro Pimenta e Horácio Olindo do Espirito Santo, como responsáveis pelo tiro que atingiu a mesa de trabalho de Joaquim Cândido de Freitas Noronha. Indignado o redator alerta que por sorte do destino salvaram-se as "sete inocentes crianças e duas senhoras honestas", "me tome para inimigo, mas não minha família", visto que "tal postura só é próprio dos vilões".

Vale ressaltar que a violência crescia principalmente em virtude de três componentes; o aumento da população, a desigualdade econômica e os recursos destinados à polícia entre os anos de 1878, 1879 e 1888, os quais permaneceram praticamente os mesmos. O que justificava os argumentos apontados nos Relatórios de Presidente de Província, os quais indicavam como principal motivo da criminalidade a precariedade da força policial (Moreira, 1995, p. 59)

Já no censo de 1890 é possível um maior detalhamento com os dados estatísticos distribuídos por gênero; Bagé, por exemplo, tinha uma população de 22.692, sendo destas 10.762 mulheres; nesta época a paróquia de Dom Pedrito que integrara Bagé, já estava emancipada. Em Jaguarão residiam 7.870 indivíduos e destas 3.787 eram mulheres. Santa Vitória do Palmar, nesse momento emancipada de Rio Grande, cresceu

em termos demográficos, ao ponto de ter 6.583 indivíduos sendo que destes, 3.196 eram mulheres (Brasil, Censo de 1890).

No que diz respeito a distribuição da população por gênero no ano de 1890 é possível verificar um maior número de homens, sendo um dos fatores a quantidade maior de escravizados que escravizadas vindos para o Rio Grande do Sul. As reflexões de Ondina Fachel sobre cultura e identidade masculina no pampa apontam caminhos para pensar, afinal, "para ser gaúcho, precisa ser homem". Se trata de "um sistema simbólico- [onde] são constituídas [cultura e identidade] tendo o homem como referência central" sendo o eixo sua corporalidade e sua virilidade (2021, p.191). Neste espaço sociocultural, ser mulher não teria a mesma importância dentro dessa hierarquia de gênero.

O aumento demográfico exigia um investimento em políticas que consolidassem a presença institucional e o controle social. De acordo com a historiadora uruguaia Gisela Sediellan, as medidas de controle social em meados de 1870 eram para vigilância das fronteiras, com repressão aos indígenas, apropriação das suas terras, criação de penitenciárias, estruturação da polícia e descentralização da justiça, através de juizados (2008, p. 173).

Para Elizabeth Cancelli (2001, p. 23-25) e Sidney Chalhoub (2001), a última década do século XIX foi considerada a mais importante para a implantação da ordem burguesa e, portanto, momento decisivo para a implantação do controle social, associado à ética do trabalho. Na obra *A cultura do crime e das leis*, Elizabeth Cancelli critica as pesquisas que procuram respostas para o comportamento criminoso da sociedade em elementos exógenos a ela, defendendo que se trata de uma análise profunda do corpo social. Para a autora falta ainda à historiografia o levantamento sobre o que se relaciona efetivamente a esse mundo criminal.

Os estudos criminológicos desenvolvidos no século XIX foram os responsáveis por explicar as causas dos delitos, usando de método científico e meios para prever e combater o crime. Um dos principais teóricos pensadores da Antropologia Criminal foi o médico italiano Cesare Lombroso que lançou em 1876 o livro *O Homem Delinquente*; fez parte da Escola Positiva que se opunha as reflexões da Escola Clássica (Soihet, 1989, p. 85). Bem como Lombroso, o jurista Enrico Ferri (1881)

também fez parte da Escola Positiva, a qual considerava o crime como um fenômeno natural, que deve ser determinado por múltiplas causas naturais. Sendo assim, o objetivo era investigar o crime e não o criminoso, tomando o delito cometido como o único indicador do poder malévolo de quem o faz (Ferri, 1885, p. 6). Em 1885 o jurista Rafaelle Garafalo (1885) iniciou a sua obra *Criminalità*. O grupo de pesquisadores teria se reunido em Turim em 1884, e em Roma, 1885, com o intuito de trocar experiências e realizar estudos de peças e coleções médicas. Os anos de 1880 foram importantes para a ascensão das teorias que constituíam o criminoso como uma espécie à parte, como uma sub-raça, marcada pelo determinismo que o predestinava para o crime. A obra *La femme criminelle et la prostituée,* já em 1895, descreveu o que supunha ser o comportamento de crueldade da mulher, afirmava que a necessidade de fazer sofrer era uma das características dos crimes cometidos por mulheres (Soihet, 1989, p. 85). As teorias lombrosianas provavelmente influenciaram as condutas de médicos e juristas, dos mais diferentes recantos do Brasil.

Margareth Rago destaca que as teorias lombrosianas foram apoiadas por médicos, policiais e advogados como: Cândido Motta, Viveiros de Castro e Leonídio Ribeiro. Em *O Papel da Mulher na Etiologia do Crime*, Viveiros de Castro defende a tese de inferioridade da mulher e acreditava na estreiteza da inteligência das criminosas (Rago, 1991, p. 161-162). O discurso médico no mesmo período reforçou o papel da mulher como "guardiã do lar" (Rago, 1991, p. 162) com a missão sagrada de procriar, tal recurso foi utilizado para reforçar um modelo normativo de mulher, todas aquelas que conduzissem suas vidas de forma desviante estariam condenadas. Vale frisar que novas abordagens têm sido discutidas pelos estudos de gênero, no que tange às teorias pós-coloniais (Mcclintock, 2010) as quais discutem que não se trata de utilizar nas pesquisas contemporâneas apenas um modelo de mulher, mas tentar compreender as interseccionalidades que atravessavam essas personagens da história respeitando suas subjetividades.

Boris Fausto defende que a segregação social teria produzido a elevação nos índices de criminalidade, excluindo indivíduos considerados perigosos, para manter a ordem nas cidades. Sobre a criminalidade das mulheres, o autor defende que deva ser estudada sob um enfoque mais

amplo, cruzando com as reflexões sobre a inserção da mulher no mundo social (2001, p. 69).

Rachel Soihet (1989), ao analisar a Condição da mulher e formas de violência no Rio de Janeiro de 1890 a 1920, destaca que teve o objetivo de recuperar a história das mulheres dos segmentos populares, porque as mesmas predominavam nos processos criminais durante a execução do estudo. A autora pesquisou mulheres pobres, em sua maioria, moradoras de cortiços e de outras habitações coletivas. Além disso, apontou inúmeras vezes que se trata de um exagero o estereótipo do marido dominador e da mulher submissa, uma vez que, no século XIX, os casais se separavam porque os gênios não combinavam, sendo esse um indicativo suficiente para admitir que muitas esposas não se sujeitavam ao poder absoluto dos maridos. Vale destacar que os estudos de Raquel Soihet, foram influenciados pelo trabalho de Heleieth Saffioti, na obra: *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, conforme menciona em entrevista (Guerellus; Freire, p. 2011).

Os respectivos estudos permitem conjecturar que as mulheres que moravam na *zona da fronteira* vivenciavam também, essas relações de conflito. Juan Garavaglia trabalha com o conceito de *"realidad violenta de la frontera"*, o autor se refere a hostilidade própria dos moradores desta região, trata-se da *"situación fronteriza inestable e violenta*" (1999, p. 72).

Por conseguinte, durante a seleção dos processos realizada para esta análise, com o objetivo de seccionar os documentos judiciais envolvendo mulheres foi possível observar as possibilidades de *"la frontera",* em virtude da facilidade em obter substâncias ilícitas ou que exigiam sigilo na sua obtenção. Para este fim, os autos criminais, por sua singularidade permitiram captar e registar as nuances e tensões sociais que envolveram as relações assimétricas de gênero e os mecanismos impulsionadores dos conflitos, conforme o caso que será apresentado.

No município de Jaguarão em 1889, na fronteira com a antiga Villa de Artigas, atual Rio Branco no Uruguai, foi obtido o veneno que matou Joaquim dos Santos Souza, a compra foi feita por uma liberta de nome Theodora, a qual semanalmente entregava a Leonor Pereira de Souza, uma pequena porção da substância em garrafa e que era paulatinamente

administrada na alimentação da vítima[6]. O veneno mencionado foi trazido para o Brasil de forma discreta e sigilosa, um contrabando que não era descoberto provavelmente pela quantidade e pela forma como era transportado. As doenças causadas pelo veneno iniciaram em 1886, em 1887 a vítima piorou recebendo tratamento médico, mas os cuidados continuavam sendo feitos exclusivamente pela esposa, Leonor Pereira de Souza que posteriormente foi acusada do homicídio de Joaquim dos Santos Souza. As testemunhas afirmam que não existia nenhum problema de trazer "águas envenenadas, [que] vinham todos os dias às 13h00" do lado uruguaio, o demostra a frouxidão das alfândegas.

A criada da casa Maria Joana da Conceição temerosa de ser acusada do crime, denunciou que tinha encontrado pó branco no fundo do prato que veio do quarto de seu patrão. Foram consideradas cúmplices do crime "Firmina de tal, Theodora e Genara Lopes". O uso da Micro-história, com a metodologia de cruzamento de fontes permite que seja delineada quem eram essas mulheres que estavam envolvidas nos crimes, suas relações de compadrio e parentesco.

De acordo com Mariana Thompson Flores que analisou os contrabandos na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, a falta de estrutura de trabalho nas alfândegas não eram o único problema, a corrupção entre os empregados e as alianças de interesses também eram comuns (Flores, 2009, p. 118). Theodora certamente se utilizou da negligência e precariedade na fiscalização dos produtos que passavam na Villa de Artigas, o que fica muito claro é que atravessar o rio Jaguarão era mais fácil que comprar o veneno na comunidade local.

Assim como Theodora, Marcelino José dos Santos também tentou a sorte no contrabando em 1877, mas ao contrário da *mulata* foi pego. No Serro Largo para o Passo do Valente em direção a Bagé, Marcelino José dos Santos foi interceptado com caixas de chá, 1 cobertor, 6 dúzias de baralho, 2 chambres para senhoras, 1 dúzia de cortinas, 1 colcha, 4 camisas.[7] A descrição dos itens permite aventar que não se tratava de

6 APERS, Processos-crime, Jaguarão, I Vara Cível e Crime,1888, Processo nº 2746, maço 85, estante 99.

7 APERS. Processos-crime Bagé, I Vara Cível e Crime. 1877. Processo nº 3998, maço 104, estante 43.

um contrabando destinado a venda, mas muito provavelmente, refere-se a produtos adquiridos para o uso.

A configuração histórica desta região foi estabelecida como o lugar de contrabando, de abigeato e o chamado comércio ilícito. Conforme Mariana Thompson Flores, houve o contrabando de mulas, gado, erva, fumo, manufaturados, mas pouco se reflete sobre como, quando e através de quais agentes eles ocorriam (2007, p. 10). O conceito de fronteira manejada defendido pela mesma autora, agrega outras nuances do espaço fronteiriço como: "lidar com essas descontinuidades, para manejá-las. Diversas pessoas desenvolveram partes importantes de suas vidas no outro lado ou, pelo menos, contavam de alguma forma com aquele espaço nas suas estratégias sociais", não se tratava, portanto de um lugar apenas de conflitos, mas de manejos, negociações (Flores, 2014, p. 2). O conceito de fronteira manejada, desenvolvido pela autora, auxilia para compreender essa fronteira para além dos embates, mas como um local de negociações econômicas, políticas e sociais.

Luís Farinatti ressalta que, a partir dos anos 1990, uma corrente historiográfica vem tentando explicar os confrontos dessa sociedade desigual da primeira metade do século XIX, na região fronteiriça. Para o autor "Essa desigualdade e essa conflitividade podem ser melhor explicadas se abandonarmos os esquemas demasiadamente mecanicistas e abrirmos caminho para questões que interroguem a complexidade daquele mundo" (2014, p. 76-77). De forma a observar as relações de poder e força que permeavam as estruturas dessa sociedade patriarcal e agrária.

Sob uma perspectiva teórico conceitual o trabalho de Frederick Turner, em *A fronteira na História Americana*, o autor afirma que "seu objetivo é simplesmente chamar a atenção para a fronteira como um campo fértil de investigação e sugerir alguns dos problemas que surgem em relação a ela"[8], conforme apontou no estudo da ocupação do Oeste dos Estados Unidos quando da expansão da *frontier* (1921, p. 4).

Vale ressaltar as abordagens do autor sobre a *frontier thesis* no que tange a força militar, a resistência, a persistência dos homens e das

8 Para Turner o conceito *frontier* e *border* são diferentes de forma que é preciso ter cuidado. Border é utilizado pelo autor para descrever a fronteira adquirida por compras ou guerras por território, já o termo *frontier* é utilizado por Turner para definir essa expansão territorial feita de forma lenta e gradual, como um processo da própria colonização.

mulheres que viviam na transitoriedade dos limites fronteiriços, à medida que salienta uma ideia de vigor dos personagens da *frontier*. Turner pensa a história Norte Americana do final do século XIX não apenas como uma continuidade da dominação inglesa, mas uma expansão de domínios com identidade própria do modelo Norte Americano. Uma questão bastante interessante na sua análise foi a variedade de fontes utilizadas na pesquisa, incluindo o censo de 1890 que foi potencialmente revelador para Turner.

No que tange as fronteiras do Rio Grande do Sul, tem se discutido como estas configuraram-se como espaços transitórios, demonstrando sua característica instável e, por vezes, conflituosa e violenta. Dessa forma, os confrontos estiveram presentes não apenas nos momentos de Guerras,[9] mas constituíram-se como parte do cotidiano daqueles que moravam no limite entre dois países. Além disso, as relações de família e parentesco transcendiam as delimitações territoriais, mesmo em países diferentes, indivíduos se relacionavam, estabeleciam ligações e tinham divergências. Dessa forma, torna-se relevante compreender quem são os indivíduos que ocupavam e transitavam nesses territórios, mas principalmente quem são estas mulheres que se envolveram em crimes em tais regiões do Rio Grande do Sul, qual suas ocupações; quais as teias de relações sociais que estabeleciam; quais crimes cometeram e de que forma cometeram; delinear os caminhos que percorreram para que configurassem como acusadas em processos judiciais.

Ao longo desta pesquisa também foram encontrados documentos judiciais envolvendo mulheres como vítimas. Em Jaguarão no dia 6 de setembro de 1877, ocorreu um crime que envolveu vários moradores da rua das Andradas, situado no prolongamento do talvegue do Rio Jaguarão que separa Brasil do Uruguai. No homicídio de Maria Michaela a liberta de 36 anos foi assassinada a facadas por seu amásio, o também liberto Alberto Gonçalves de 54 anos, pardo que logo após cometer o crime, se suicidou. Maria foi encontrada no chão do corredor de sua casa, vestindo apenas uma camisa.[10] O conflito ocorreu na casa de

9 Guerras pelas Independências-1810, Guerra da Cisplatina 1825-1828, Revolução Farroupilha de 1835 a 1845, Guerra Grande entre 1839-1851 e Guerra do Paraguai de 1864 a 1870.

10 APERS, Processos-crime, Jaguarão, I Vara Cível e Crime,1888, Processo nº 3017, maço 96, estante 99.

uma vizinha do casal, sendo relatado como um evento brutal. Alberto Gonçalves decidiu pela morte de sua vítima, de modo que passou a ocupar o papel de agente da ação violenta, utilizando-se da sua condição poder. Quanto à condição de liberdade não foi possível verificar as cartas de liberdade de ambos, o que leva a crer que poderiam ser uruguaios.

Matheus Batalha Bom realiza uma reflexão densa em sua tese sobre o conceito de liberdade nos documentos de Jaguarão e seus desdobramentos entre 1870 a 1905. Com o objetivo de analisar o sentido de liberdade compreendido por liberto(a)s e negro(a)s livres através de três eixos temáticos principais, sendo eles: o crime, o trabalho e o gênero (Bom, 2022). O autor alerta para "mobilidade espacial dos escravizados, considerando as tramas relacionais que teciam com negros livres e libertos" (Bom, 2022, p. 84). Sendo assim, seria possível pensar que a circulação desses libertos se tornou corriqueira, não sendo contida pelos limites internacionais.

Além disso, muitas vezes em campo aberto, com paisagem geográfica que pouco diferenciava os limites entre os países, local em que era possível acessar facilmente o outro lado, pelos rios ou por terra. Por muitos anos a historiografia de vertente americanas justificou conceitualmente que a fronteira se tratava de um território estritamente militar (Turner, 1921). Mas esta definição não dá conta da porosidade que pode representar este espaço geográfico.

Nos limites de Bagé ocorreu o crime que se pretende discutir. No dia 20 de março de 1887, as 9 horas da manhã. José Chrispim estava retornando à casa em que residia com sua amásia há 2 anos, a lavadeira Maria Cipriana Cornélia. Indignada ela o questionou porque não aparecia em casa há 4 dias, o mesmo retrucou que não lhe interessava. Entre eles ocorreu uma troca de ofensas que resultou em uma luta na qual José Chrispim agrediu Maria Cipriana Cornélia, com um relho que o mesmo trazia na cintura, instrumento de trabalho que utilizava na lida com os animais. Em resposta a amásia agarrou José Chrispim pelo poncho e infringiu lhe uma facada no lado esquerdo do peito, encerrando assim o espancamento e resultando na morte de José Chrispim. Maria Cipriana Cornélia, nascida no Matta-Olho, departamento de Salto no Uruguai teria vindo para o Rio Grande do Sul, nos anos de 1880 e afirmou que "há muito tempo era maltratada, [pelo amasio] por andar

com outra mulher, não viviam muito bem". Quais seriam os motivos que fizeram com que Maria Cipriana viesse tentar a vida como lavadeira no Brasil?

O trabalho desempenhado pelas mulheres das classes populares, muitas vezes, era executado dentro das suas próprias casas e apresentava similitude com os afazeres que desenvolviam em seu cotidiano. Sendo assim, lavar, passar, arrumar e cozinhar se configurava como alternativa de subsistência. Em alguns casos, a família contratava os serviços da lavadeira temporariamente, sem estabelecer laços ou vínculos. Como muitas trabalhadoras não possuíam água encanada em casa, recorriam aos chafarizes ou cacimbas de rua a fim de desempenharem suas tarefas.

Ao analisar a violência conjugal Carla Barbosa discutiu as relações de gênero na fronteira sul, entre os anos de 1889 a 1930, no período republicano. Embora com recorte temporal diferente, finda por contribuir para este trabalho à medida que apresenta a vida conjugal da fronteira, a partir do conceito de "drama social" do antropólogo Victor Turner (2015, p. 17).

Para esta pesquisa a Micro-história foi a vertente mais adequada, por fornecer os instrumentos para análise da fonte, sob uma perspectiva do paradigma indiciário. De acordo com Giovanni Levi, a Micro-história é para o historiador, como o *zoom* é para o fotógrafo, ou seja, focar em parte da imagem não é perder a visão sobre o que a circunda. O autor afirma que essa metodologia possui um patamar muito específico, dentro da chamada, Nova História Cultural (1992, p. 136). O modelo epistemológico da microanálise surgiu no início dos anos 1970, com uma corrente historiográfica que buscava novos modelos explicativos para eventos históricos. Em oposição as análises macrossociais, que moldaram até então a historiografia. No mesmo período, a pesquisadora Luisa Accati escreveu na revista *Quaderni Storici* sobre o movimento camponês, na tentativa de fornecer questionamentos sobre a história das mulheres e da experiência feminina no contexto da história (Lima, 2006, p. 104).

A utilização deste referencial teórico tem crescido no Brasil e na América Latina e surge, como uma alternativa contrária a análise com grandes recortes cronológicos, foca no indivíduo e nas relações que estabelece na teia social, com investigação partindo de nomes

encontrados nos documentos judiciais, foi possível elaborar estratégia de aproximação a itinerários individuais e coletivos. Dessa forma, ao ler a documentação de determinado sujeito social, é possível a partir das narrativas esboçar os ambientes que estes indivíduos frequentavam, seus comportamentos e ações sociais.

Uma série de publicações foram dedicadas ao papel da mulher no final do século XIX e início do XX,[11] pesquisas que servem de referência para as investigações recentes. Sandra Graham (1992, p. 17-21), por exemplo, ressalta que seu trabalho não trata apenas de falar sobre mulheres livres e escravizadas, seus ofícios, mas sua ambição sempre foi compreender as experiências dessas mulheres.

Carlo Ginzburg salienta que iniciar uma pesquisa partindo de um indivíduo é também falar de uma sociedade (1989, p. 175), possibilitando recuperar ao menos parte do que por ele fora vivido. Dessa forma, sair em busca dos rastros de mulheres como Maria Cipriana, Maria Michaela, Adilie Cusin entre outras é compreender um pouco da violência e a vida social nesta sociedade de fronteira do final do século XIX.

Louise Tilly, aponta que uma das questões que diferencia a história das mulheres dos demais estudos é o formato de movimento social, herança do contexto político de que foram fruto nos anos 1970 e 1980. A autora afirma que Joan Scott, em seu texto *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, aponta um distanciamento entre a alta qualidade dos trabalhos produzidos nesse campo de estudo da história das mulheres e o estatuto marginal que ainda ocupava no conjunto das disciplinas dentro das Universidades. Em contrapartida Louise Tilly critica a posição de Joan Scott, caracterizando sua visão como "geral e globalizante" (1994, p. 31).[12] As divergências entre as duas autoras se devem ao que Joan Scott aponta como limite desse campo historiográfico, no qual a história social pouco ultrapassou as fronteiras da mera descrição. As contribuições de

11 Os trabalhos brasileiros ligados à história social os quais lançaram olhar sobre a história das mulheres são destacados: Maria Odila Leite da Silva Dias, Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX (1984); Rachel Soihet, Condição feminina e formas de violência. Mulheres pobres e ordem urbana, 1899-1920. (1989); Marta de Abreu Esteves, Meninas perdidas. Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da belle époque. (1989); Sandra L. Graham, Proteção e obediência. Criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910. (1992); Sueann Caulfield. Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação do Rio de Janeiro 1918-1940. (2000).

12 Joan Scott destaca que este campo de estudo, de gênero não requer somente uma narrativa linear, mas um relato mais complexo.

Eleni Varikas indicam alguns caminhos para ultrapassar as abordagens meramente descritivas, as quais Joan Scott criticou. A solução seria realizar abordagens orientadas na direção de solução de problemas, vincular as problemáticas a outros domínios históricos, além de questionar-se "Qual é a contribuição da história das mulheres à história em geral?" (Varikas, 1994, p. 65).

Neste sentido não se trata apenas de descrever como ocorreu o crime que poderia ter cometido Serafina, mas compreender a complexidade desta mulher, bem como os limites que tinha enquanto escravizada. Serafina, solteira, preta, de 22 anos, cozinheira, que pertencia a Crispiniana Gonçalves da Cunha foi acusada de matar, em março 19 de 1881, em Arroio Grande, uma mulher branca de nome Tulia Gonçalves da Cunha, filha de sua senhora. De acordo com os autos, Serafina atirou a vítima no poço e submergia a cabeça toda a vez que a vítima tentava levantar. No inquérito, a ré defendeu o argumento que o ato praticado ocorreu porque a senhora maltratava, a ela e a seus filhos. Entretanto no júri, informou que cometeu o homicídio auxiliada pelo também escravizado Mathias e "a mandado de seu senhor moço Miguel". Quando questionada sobre o fato de ter mudado o depoimento, respondeu que precisou manter o sigilo sobre o fato em virtude da promessa que receberia a sua carta de liberdade.

Em pesquisa sobre as mulheres rés em processos judiciais em Pelotas (Guedes, 2017, p. 165) o caso da escravizada Maria Mercedes e Sarafina podem ser aproximados, não somente no que diz respeito a profissão, mas principalmente na luta pela liberdade que ambas precisaram enfrentar. Maria Mercedes, 20 anos, natural de Canguçu, solteira, cozinheira e trabalhadora da roça, propriedade de Quintiliano V. da Rosa teria no dia 19 de janeiro de 1885, na colônia São Domingos matado Henrique Menegoni (9 anos). Uma série de eventos anteriores ao crime levavam a crer que teria sido seu senhor o responsável, mas foi a escravizada que precisou responder judicialmente pelo crime. O elemento que liga a história de Serefina a Maria Mercedes refere-se a promessa de liberdade. A Carta de Liberdade da escravizada de Pelotas, data de 5 de maio de 1885, quatro meses após a morte de Henrique Menegoni e reforça a hipótese de que a ré havia negociado seu silêncio em troca da

"liberdade", a qual poderia ser frustrada pela condenação. O documento mencionava:

> Quintiliano Vieira da Rosa, morador de Canguçu que havendo liberto sem condição alguma a sua escrava Maria Mercedes, com da carta junta, quer juntar com o respectivo processo que a mesma move a Justiça Pública, no crime de homicídio, a referida carta, para os efeitos legais[...][13]

Para Sandra Graham, poucas eram as famílias que, no final do século XIX, possuíam uma copeira responsável exclusivamente por servir e cuidar da louça. A maioria das residências mantinha apenas a cozinheira, que além de realizar serviços, como preparar os alimentos e cuidar dos utensílios, agregava as tarefas de servir, cuidar da louça e da prataria. Para a autora, "cozinheiras, amas-de-leite, mucamas e costureiras - todas elas pertenciam aos domínios do trabalho portas adentro", ofício que as tornava testemunhas e, muitas vezes, participantes na vida diária do senhor e da senhora (Graham, 1992, p. 45-51). Assim, Serafina e Maria Mercedes foram dessas criadas, sua vida se dividia entre os afazeres da cozinha, tarefa que possivelmente desempenhavam no interior do lar e em contato direto com a família dos senhores.

Rachel Soihet, alerta para a visão reducionista que defende uma passividade da mulher, destacando que isso não foi uma regra no Brasil Imperial, nem no início da República. Para a autora, as mulheres pobres que, na maioria das vezes, desempenhavam seus ofícios em suas residências eram vítimas preferenciais da violência, mas isso não as tornou inertes, pelo contrário, assumiram, em alguns casos, atitude reativa ao invés de se deixar dominar (1989, 161-162). Para além da esfera do privado, as mulheres pobres ocupavam outros cenários, o espaço da rua.

Considerações Finais:

Além de discutir sobre as diferentes formas de violência que estão direta ou indiretamente incidindo sobre as mulheres, no momento histórico de 1872 a 1890, na região da fronteira, nos municípios de Bagé

13 APERS, Processos-crime, Pelotas, I Vara Cível e Crime,1888, Processo nº 1258, maço 37, estante 36.

e Jaguarão. A análise demonstrou que a mulheres insubordinadas, ao contrário disso,

As questões levantadas ao longo do artigo tiveram a intenção de extrapolar a simples narrativa dos casos e compreender as estratégias de resistência utilizadas pelas mulheres no combate as assimetrias de gênero. Imbricados nos papéis de gênero crescem atores dessas histórias condicionados aos modelos de masculino e feminino, arquétipos lapidados pela família, sociedade e cultura. Mas o impasse inicia quando a mulher desafortunada contribui igualmente para a subsistência da família e ocupa um papel de protagonismo no arranjo familiar.

Em 1831, a ativista americana Maria Stewart, defendia que ser mãe pode ser uma luta política, afinal "almas lhe foram confiadas" e é a partir dessa condição de maternidade que seria possível transformar os Estados Unidos em um país menos machista (Collins, 2019, p. 35). Patrícia Hill Collins salienta que Stewart, foi uma das primeiras ativistas negras a defender educação para mulheres negras, mais instrução significa, mais poder (2019, p. 35).

Referências bibliográficas

BARBOSA, Carla Adriana da Silva. Violência conjugal e relações de gênero na fronteira sul do Brasil (RS, 1889-1930). **OPSIS**, v. 11, n. 1, p. 98-110, 2011.

BARBOSA, Carla Adriana da Silva**. "José casou com Maroca e Antônio casou-se com Fina"**: relações de gênero e violência afetivo-sexual no Sul do Brasil RS, 1889-1930. 2015. 301 f. Tese Doutorado em História - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

BOM, Matheus Batalha. **Liberdades Racializadas:** gênero trabalho e crime na fronteira Meridional (Jaguarão, 1870-1905). 2022. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Universidade do Vale dos Sinos, Porto Alegre, 2022.

BRASIL, Evolução Histórico Administrativa das Comarcas. Disponível em: <https://www.tjrs.jus.br/novo/institucional/1o-grau/evolucao-historico-administrativa-das-comarcas/> Acesso em: 08/01/2024.

BRASIL. Censo de 1872. Biblioteca do IBGE, Disponível em: <http://memoria.org.br/pub/meb000000359/recenseamento1872bras/>, Acesso em: 10/01/2024.

BRASIL. Censo de 1890, Biblioteca Digital do Senado, Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/227299?show=full, Acessado em: 10/01/2024.

CANCELLI, Elizabeth. **A cultura do crime e da lei:** 1889-1930. Brasília: UnB, 2001.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim:** o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas: UNICAMP, 2001.

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro:** Conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

FARINATTI, Luís Augusto. Elite agrária e hierarquia social na fronteira (1801-1850). In: NEUMANN, Eduardo S.; GRIJÓ, Luiz Alberto (Org.). **O Império e a Fronteira:** a Província de São Pedro no Oitocentos. São Leopoldo: Oikos, 2014, p. 76-77.

FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano:** A Criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: EDUSP, 2001.

FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. **Contrabando e Contrabandistas na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul (1851-1864)**. 2007. Porto Alegre, 2007. 208f. Dissertação (Dissertação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

GARAVAGLIA, Juan Carlos. **Poder, conflicto y relaciones sociales:** el Rio de la Plata, XVIII – XIX. Rosário: Homo sapiens Ediciones, 1999.

GAROFALO, Rafaelle. **Criminologia.** Roma/Torino/Firenze: Fratelli Bocca, 1885.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como. In: **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p.175.

GRAHAM, Sandra L. **Proteção e obediência**: Criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910. São Paulo: Companhia das Letras. 1992.

GUEDES, Geza Lisiane Carús. **Criminalidade feminina:** mulheres negras e os homicídios em Pelotas (1880-1890). Pelotas: Editora da UFPEL, 2017.

GUERELLUS, Natália Santanna; FREIRE, Rebeca Sobral. História das Mulheres: uma entrevista com Rachel Soihet. **Revista de História**, v.3, n.1, p. 120-124, 2011. Disponível em < https://portalseer.ufba.br/index.php/rhufba/article/view/27906> Acesso em 15/01/2023.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. (Org.). **A escrita da história:** novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992. p. 136.

LIMA, Henrique Espada. **A micro-história italiana.** Escalas, indícios e singularidades. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.

LIMA, Henrique Espada. E.P. Thompson e a micro-história: trocas historiográficas na seara da história social. **Revista Esboço (UFSC)**, Florianópolis, n. 12, p. 53-74, 2004.

MCCLINTOCK, Anne. **Couro Imperial:** raça, gênero e sexualidade no embate Colonial. Campinas: Editora Unicamp, 2010.

MOREIRA, Paulo. E a rua não é do rei – Morcegos e populares no início do policiamento urbano em Porto Alegre–século XIX. In: HAGEN, Acácia Maria Maduro; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. (Orgs.). **Sobre a rua e outros lugares reinventando Porto Alegre**. Porto Alegre: Caixa Econômica Federal. 1995.

PICCOLO. Helga. Landgraf. **Vida Política no Brasil XIX:** da descolonização ao movimento republicano. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1992.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite:** prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SCOTT, Joan Wallach. História das mulheres. In: BURKE, Peter. (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.

SEDEILLAN, Gisela. La sanción del código penal en la província de Buenos Aires: ¿Un antes y un después en la administración judicial? In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; GAYOL, Sandra (Org.). **Sociabilidades, justiças e violências**: práticas e representações culturais no Cone Sul (séculos XIX e XX). Porto Alegre: UFRGS, 2008.

SOARES, Oscar de Macedo. **Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil Commentado**. Rio de Janeiro: Livraria Garnier. 1910.

SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência:** mulheres pobres e ordem urbana 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SOUZA, Susana Bleil de. Os caminhos e os homens do contrabando. In: CATELLO, Iára Regina et al. (Orgs.). **Práticas de integração nas fronteiras:** temas para o MERCOSUL. Porto Alegre: UFRGS/Instituto Goethe/ICBA, 1995, p. 126-139.

TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. **Caderno Pagu**: Universidade Estadual de Campinas, Campinas, v. 3, n. 1, p. 31, 1994;

TURNER, Frederick Jackson. **The frontier in American History**. New York: Henry Hold and Company. 1921.

VARIKAS, Eleni. Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott. **Caderno Pagu**: Universidade Estadual de Campinas, Campinas, v. 3, n. 1, p. 65, 1994.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

APERS, Processos-crime, Jaguarão, I Vara Cível e Crime,1888, Processo nº 2746, maço 85, estante 99.

APERS. Processos-crime Bagé, I Vara Cível e Crime. 1877. Processo nº 3998, maço 104, estante 43.

APERS, Processos-crime, Jaguarão, I Vara Cível e Crime,1888, Processo nº 3017, maço 96, estante 99.

APERS, Processos-crime, Pelotas, I Vara Cível e Crime,1888, Processo nº 1258, maço 37, estante 36.

"COLONIZADORAS DO PARAÍSO": PARTEIRAS ITALIANAS E CIRCULAÇÃO TRANSNACIONAL NO ATLÂNTICO SUL[1]

Maíra Ines Vendrame[2]

Introdução

A segunda metade do século XIX é marcada pelo início da imigração italiana em grande escala para a América. É um período em que o espaço Atlântico passa por uma intensa mobilidade de pessoas, da Europa para os Estados Unidos, a Argentina e para o Brasil, motivadas pelo desejo de "fazer a América". Deslocamentos individuais e em grupos eram realizados a fim de buscar novas oportunidades de trabalho, atraídos pelo desejo de se tornarem proprietários de terras e conseguirem constituir um capital em país estrangeiro. Atraídos pela propaganda e incentivo financeiro do Império do Brasil, nas últimas décadas do oitocentos, os italianos irão se deslocar para as regiões de colonização com o objetivo de ocuparem lotes de terras e fundarem novas comunidades no além-mar, bem como para as fazendas de cafés que demandavam mão-de-obra estrangeira. No entanto, a busca por

1 O presente artigo foi publicado em 2024 na revista *Studi Emigrazione*, n. 234.

2 Professora do Programa de Pós-graduação em História da UNISINOS. Doutora em História pela PUCRS. Bolsista Produtividade CNPq nível 2. http://lattes.cnpq.br/2473094071164088. https://orcid.org/0000-0001-5658-076X. E-mail: mairavendrame@gmail.com

trabalho também irá atrair estrangeiros para centros urbanos, onde passarão a desempenhar atividades diversas.

Em território brasileiro e argentino, os imigrantes italianos irão se estabelecer tanto nos espaços urbanos como nos rurais, passando a atuar em atividades variadas. Os deslocamentos intensificados impactam na presença de profissionais estrangeiros de ambos os sexos, na difusão de saberes e conhecimentos técnicos, bem como na ampliação da oferta de serviços e na demanda por determinados trabalhos. Com o aumento da presença de imigrantes nas capitais brasileiras, surge a preocupação das autoridades públicas para com os indesejados. A intensificação das migrações propicia o surgimento de novos cenários sociais marcados por experiências transnacionais de mulheres e homens que passam a exercer atividades diversas em capitais brasileiras e portenhas, circulando entre as principais cidades em busca de melhores oportunidades de trabalho ou fugindo de perseguições.

Localizada no extremo sul do Brasil, na província do Rio Grande do Sul na década de 70 do século XIX a presença de imigrante italianos se intensificou drasticamente, especialmente devido a fundação de núcleos coloniais em terras públicas do Império do brasileiro. O fenômeno da "Grande Emigração"[3] irá fomentar a presença de estrangeiros em centros urbanos, especialmente em algumas capitais brasileiras. Para as cidades se destinaram principalmente imigrantes que possuíam alguma qualificação profissional ou experiência no ramo do comércio. O domínio de determinadas técnicas e saberes artesanais era um aspecto que marcava a presença de estrangeiros de locais específicos do contexto europeu, tendo sido os deslocamentos marcados por uma transferência em rede e cadeias migratórias.

Na segunda metade do século XIX, a presença de estrangeiros oriundos do continente europeu era um aspecto que marcava o cotidiano das relações na cidade de Porto Alegre, capital da província do Rio Grande do Sul. Africanos, portugueses, alemães, franceses, austríacos, italianos e espanhóis faziam parte da população residente, indicando, portanto, para a diversidade étnica presente no referido espaço urbano.

3 O período da "Grande Emigração" é compreendido entre os anos 70 do século XIX até início do XX, momento em ocorreu o deslocamento de massa de imigrantes italianos para a América foi mais intenso.

Perdendo apenas para a população de origem africana e portuguesa, os imigrantes provenientes da Alemanha somavam o terceiro grupo com maior presença no referido contexto[4]. O número de estrangeiros passou a ser mais significativo nas últimas décadas do século XIX, com a chegada de grupos de italianos e italianas que tinham como principal destino as áreas de coloniais fundadas no território sul-rio-grandense.

A partir dos anos 70 do oitocentos, o Império do Brasil começou apoiar a imigração italiana para alguns estados brasileiros, demarcando espaços que deveriam ser colonizados, investindo na propaganda e viagem de transferência de famílias italianas até os locais de fixação. No do território brasileiro, o apoio a imigração italiana tinha por objetivo propiciar a ocupação de terras públicas, assegurar a defesa das fronteiras e incentivar a produção agrícola para o mercado nacional através da importação de imigrantes. Buscar atender as demandas por trabalhadores "brancos" para as regiões cafeeiras, como as existentes no Estado de São Paulo, bem com propiciar o branqueamento da raça e progresso do país, são aspectos motivadores do apoio as políticas migratórias da Itália para o Brasil na segunda metade do oitocentos[5]. Italianos e italianas, acompanhados de familiares, conhecidos ou sozinhos, irão aportar em portos brasileiros, com o objetivo de se tornarem proprietários de terras nas áreas de colonização, se empregar nas fazendas de café ou se dedicar algum tipo de trabalho nos centros urbanos. Assim, camponeses, artesões, comerciantes, parteiras, médicos, padres e mulheres que desempenhavam atividades diversas vão se estabelecer em áreas coloniais, bem como em capitais como Porto Alegre.

A diversidade étnica, a existência de negócios e atividades profissionais realizadas pelos estrangeiros eram aspectos que marcavam a vida na capital do Rio Grande do Sul. Homens e mulheres de origem alemã, italiana, portuguesa por exemplo, realizavam diversos trabalhos ligados ao comércio nas principais ruas do centro de Porto Alegre[6]. O presente artigo irá analisar experiências vivenciadas por mulheres imigrantes

4 Informações do censo de 1872 da população residente em Porto Alegre.

5 Sobre a relação entre a política migratória e o projeto de branqueamento da população brasileira na segunda metade do século XIX, ver: Andrews (1998), Truzzi (2021).

6 Sobre a presença dos imigrantes alemães no espaço urbano de Porto Alegre, com significativo envolvimento em atividades comerciais na segunda metade do século XIX, ver: Gans (2004).

que residiam e trabalhavam no espaço urbano porto-alegrense, entre os últimos anos do século XIX e início do XX. Tomamos como fontes processos-crime em que parteiras aparecem sendo investigadas como rés em investigações judiciais. A análise qualitativa de casos específicos que têm como rés mulheres parteiras, será utilizada como escolha metodológica. Entende-se que essa decisão permiti apreender contextos e refletir sobre problemáticas que marcaram as realidades vividas pelas imigrantes europeias no campo profissional, bem como a maneira pelo qual buscaram garantir inserção social e trabalho nos novos locais de destino, como também apoio, proteção e segurança para desempenhar determinadas atividades profissionais. As escolhas e estratégias acionadas para propiciar controle sobre situações prejudiciais, que traziam insegurança e causavam prejuízos materiais e imateriais, é algo que o estudo de percursos específicos permite problematizar, conforme se verá na presente pesquisa.

Neste artigo, as fontes criminais – processos-crime – se tornam fontes privilegiadas para refletir sobre as maneiras de agir, se relacionar e pensar das pessoas que compartilhavam do mesmo grupo étnico, profissional, parental e de amizade. Além disso, tais registros documentais, mais que apenas apresentar fragmentos do passado, são produtos e produtores de contextos socioespaciais que precisam ser problematizados. Os significados, desdobramentos e legitimidades que determinadas ações e práticas assumiam localmente, para os diferentes atores sociais, é algo importante de ser analisado, uma vez que permite questionar o contexto de produção das fontes.

Buscar apreender as percepções e usos que as mulheres imigrantes irão fazer da justiça e de outros recursos oficiais de controle e assistência, são questão que já ganharam destaque em pesquisas realizadas sobre espaços rurais marcados pela imigração europeia.[7] Porém, no que se refere às experiências sociais de estrangeiras em contextos migratórios urbanos, tomando como fonte principal os processos criminais, é algo que ainda não ganhou atenção do(a)s pesquisadores. A ideia principal é perceber os recursos acionados pelas parteiras imigrantes para obter

7 Os usos do recurso da justiça do Estado por parte de grupos de imigrantes europeus, em região de colonização do Rio Grande do Sul, é um tema presente no livro *O poder na aldeia* (Vendrame 2016; 2020).

reconhecimento, constituir uma determinada imagem pública, alcançar prestígio e segurança no contexto da sociedade de fixação. Para isso serão analisadas as experiências vividas por algumas italianas que aparecem como rés em processos-crime.

Parteiras "habilitadas"

Na Porto Alegre das últimas décadas do século XIX, as mulheres imigrantes aparecem à frente de atividades comerciais, gerindo casas de negócios e "escolas para moças", destacando-se também em trabalhos ligados ao parto, reprodução e saúde feminina. A presença de comerciantes é uma questão constatada através do número de estabelecimentos comerciais 'geridos por homens e mulheres de origem alemã. As estrangeiras surgem também de forma significava realizando o ofício de parteiras (Gans, 2004, p. 52-72). As duas primeiras parteiras diplomadas que passaram a atuar na Porto Alegre da segunda metade do oitocentos eram imigrantes alemães, e obtiveram habilitação profissional na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro tempos depois de sua chegada ao Brasil. Mesmo tendo migrado como diploma expedido na Europa, o reconhecimento da titulação se tornou algo necessário para garantir atuação reconhecida em solo brasileiro das parteiras imigrantes diplomadas no exterior.

As referidas estrangeiras, Joanna Mehnert[8] e Helena Mierisch[9], logo após terem obtido reconhecimento das habilidades profissionais no Rio de Janeiro, se deslocaram para Porto Alegre, onde passaram a trabalhar como parteiras. Em diferentes momentos, ambas haviam chegado ao Brasil na década de 80 do século XIX, casando-se posteriormente na capital do Rio Grande do Sul onde fixaram residência. No entanto, o fato de serem diplomadas não irá impedir o aparecimento das referidas parteiras como rés em processos-crime. Os trabalhos realizados pelas parteiras diplomadas eram bastante heterogêneos, atendendo enfermidades femininas variadas e clientes de diferentes grupos

8 Nascida em Kappel, na Alemanha, em 1849, Joanna casou-se com Carlos Augusto Mehnert, em Altona, no ano de 1873, três anos antes de imigrar para o Brasil. Se diplomou como parteira pelo Instituto de Partos de Dresden, localizado na capital da Saxônia. Processo Judicial, Arrolamento, nº 248, testador Carlos Augusto Mehnert, 1916, Porto Alegre, APERS.

9 Helena Mierisch chega ao Brasil em 1883 como parteira diplomada na Antuérpia.

sociais (Vendrame 2021). Seus saberes provinham de uma mescla de conhecimentos científicos e populares, aspecto esse que caracterizava as práticas realizadas pelas mulheres em diferentes lugares no decorrer do século XIX e XX (Campos, 2007a). Na sequência, analisar-se-ão acusações contra as parteiras imigrantes por comportamentos e serviços realizados entre a população urbana de Porto Alegre.

Apesar de não ser um indicativo da totalidade das estrangeiras que se dedicavam especialmente à arte de partejar e as enfermidades femininas, o número de profissionais registradas na Diretoria de Higiene permitem pensar que o mencionado campo de trabalho era marcado pela presença significativa de imigrantes. Em algumas capitais brasileiras, como São Paulo, muitas imigrantes passaram a atuar como parteiras, tendo já chegado com diploma. As estrangerias, especialmente as italianas, irão aparecer entre as alunas das primeiras turmas de obstetrícia em centros urbanos (Mott, 1994, 2001; Mott et. al 2007).

Na última década do século XIX, a Diretoria de Higiene[10] procurou estabelecer iniciativas para organizar e controlar os serviços sanitários no Rio Grande do Sul. O estabelecimento do registro junto a tal órgão de médicos, farmacêuticos, parteiras e dentistas permitia que obtivessem autorização oficial para atuar. Toda(o)s a(o)s profissionais registrada(o)s deveriam respeitar as determinações do regulamento da Diretoria, e em caso de denúncia por descumprimento, seriam multada(o)s. Em 1890, foi divulgada uma lista pela Inspetoria de Higiene de todos que "achavam legalmente habilitados para exercerem as respectivas profissões neste Estado". Duas parteiras constam na lista, sendo uma delas, D. Joanna Emma Henriqueta Melmonto e a outra D. Henriqueta Helena Mierisch[11]. É certo que a primeira se tratava da já referida Joanna Mehnert, nome esse que passou a usar após seu casamento. Ambas as parteiras imigrantes aparecem nos registros documentais utilizando a insígnia Dona. O uso do prefixo "D." na frente de um dos nomes, que significava "Dona", marcava marcar o prestígio e distinção delas. De um modo geral, as mulheres que buscavam e desejavam marcar certo

10 Na última década do século XIX, através da criação da Diretoria de Higiene foram instituídas iniciativas para organizar os serviços sanitários na capital Porto Alegre, bem como controlar as atividades dos médicos, parteiras e farmacêuticos.

11 "Inspectoria de Hygiene", o secretario Manoel Joaquim de Freitas Junior. Jornal *A Federação*. Porto Alegre, 17 de fevereiro de 1890, p. 2, HDBN.

reconhecimento e autoridade na sociedade porto-alegrense e no Estado como um todo, faziam uso da referida insígnia.

Decorridos cinco anos da primeira publicação, em junho de 1895, o número de parteiras reconhecidas como aptas, segundo o regulamento da Diretoria de Higiene, aumentou para o total de cinco. Porém, uma nova classificação apareceu na relação das parteiras registradas: as "diplomadas no exterior e habilitadas na faculdade de medicina do Rio de Janeiro" e as "não diplomadas". Faziam parte do primeiro grupo, as estrangeiras Henriqueta Helena Mierisch Wagner – agora usando o sobrenome do marido – e Joanna Mehnert – que também usava o sobrenome do companheiro. Já entre as quatro "não diplomadas", duas delas eram imigrantes italianas[12].

A presença de estrangeiras habilitadas para atuar como parteiras no Rio Grande do Sul sugere alguns questionamentos. O que explica o maior número de mulheres imigrantes autorizadas a partejar pela Diretoria de Higiene? É um indicativo de que existia um domínio por parte das estrangeiras no referido campo profissional? Ou seria apenas uma sinalização de que a habilitação conferia vantagens para as mulheres de origem europeia que desempenham a arte de partejar?

Na relação de profissionais divulgada pela Diretoria de Higiene, em novembro de 1904, no Jornal *A Federação*, é constatado um aumento significativo no número de parteiras habilitadas no Rio Grande do Sul. Constam o registro de setenta e nove parteiras, sendo treze delas diplomadas, que se dividiam em: formadas em "faculdades estrangeiras", com diploma reconhecido no Brasil; pela "Escola de Medicina e Pharmacia de Porto Alegre; e com diplomação apenas no exterior. A maior parte compunha o grupo das que "não exibiram título de habilitação". Entre as diplomadas, novamente se destacam as imigrantes. Com exceção de Helena Mierisch, as outras duas parteiras diplomadas no exterior e habilitadas no Brasil – Joanna Mehnert e Maria Boccoli – irão aparecer como rés em processos-crime, por conta de acusações devido atividades no seu campo profissional. O mesmo ocorre com outras estrangeiras habilitadas pela Diretoria de Higiene, conforme foi possível constatar através da pesquisa nas fontes criminais.

12 HDBN, "Directoria de Hygiene", secretaria da diretoria de higiene em Porto Alegre, 20 de julho de 1895, p. 5.

Assim, ressalta-se que, através dos sobrenomes, é possível identificar o quanto era significativo o número das estrangeiras que buscaram habilitação junto ao órgão público de higiene do Estado[13]. Somente três mulheres[14] haviam obtido diplomação junto a Escola de Medicina e Farmácia de Porto Alegre[15], sendo duas delas de origem estrangeira. É certo que o registro das parteiras junto a Diretoria de Higiene conferia maior segurança, reconhecimento e legitimidade para exercerem o ofício de partejar, porém ele não impedia o surgimento de denúncias e investigações judiciais. A existência de conflitos entre as estrangeiras diplomadas e não diplomadas por clientes, diferenciação e estabelecimento de hierarquia, também fica bastante evidente ao se analisar as escolhas da trajetória da parteira alemã Joanna Mehnert, acusada de receitar "remédios abortivos" entre as mulheres que residiam em Porto Alegre. O desrespeito às determinações legais que regulavam a atuação profissional na área da saúde e assistência fizeram com que a referida parteira fosse, algumas vezes, multada por práticas realizadas na última década do século XIX e início do XX. Nesse período, conforme constatou-se através da pesquisa as divergências se davam entre imigrantes de origem europeia, e descendentes, por conta de disputas, impasses, estabelecimentos de diferenciações e hierarquias, bem como acusações que afetavam o prestígio e afetavam as atividades das parteiras (Vendrame 2021).

A presença significativa de parteiras imigrantes que se registrara junto a Diretoria de Higiene, nas primeiras duas décadas da República, é um indicativo da relação das estrangeiras com as instituições públicas. É certo que o registro de habilitação profissional conferia garantias e proteções para as profissionais de provinham do além-mar. Entende-se que uso que os estrangeira(o)s passam a fazer dos recursos oficiais, sejam

13 O número de setenta e nove parteiras habilitadas é constatado na relação da Diretoria de Higiene do ano de 1904. Dentre elas, considera-se que não mais de vinte eram nacionais, sendo o restante composto por imigrantes europeias e descendentes. HDBN, "Directoria de Hygiene", 19 de novembro de 1904, o escriturário Romão de Jesus Bidari. Jornal *A Federação*, Porto Alegre, 22 de novembro de 1904, p. 4.

14 Dessas três parteiras, duas delas tinham sobrenome de origem europeia.

15 No ano de 1897, foi criado junto a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre o primeiro curso para formar parteiras. Logo na sequência, surgiu o curso de obstetrícia junta a Faculdade de Medicina, porém a procura por parte mulheres foi baixa. A média de formadas por ano na primeira década do século XX foi de apenas duas por ano (Brandão 1998, p. 95).

eles administrativos, assistenciais, judiciais, de controle e criminalização, é algo que precisa ser problematizado, já que possibilitam compreender os caminhos escolhidos e estratégias acionadas para propiciar maior segurança e prerrogativas, bem como inserção social e oportunidades de trabalhos nos locais de instalação.

Pensar como era a vida da parteira imigrante em realidades urbanas marcadas pela imigração europeia, bem como que tipo de atividades podiam realizar, que conflitos, controles e disputas acabavam se envolvendo, são questionamentos que surgem ao se analisar as experiências vivenciadas por algumas mulheres que aparecem nas fontes criminais. Independente das especificidades de cada percurso individual ou situação vivida, o que interessa é apreender os contextos sociais diversos nos quais as parteiras estiveram presentes e como reagiram aos controles e conflitos ligados as atividades que realizavam.

Para analisar o desempenho de mulheres que tinham suas vidas marcadas pelas migrações transnacionais, apresentar-se-á na sequência a experiência vivida por uma imigrante italiana na Porto Alegre do início do novecentos. Como já destacado, os processos-crimes, somado as notícias existentes na imprensa e registros junto a Diretoria de Higiene, surgem como fontes privilegiadas para apreender as experiências individuais das parteiras estrangeiras em contextos migratórios urbanos do Brasil. A ideia não é tomar um caso ou percurso feminino como representativo, mas sim, a partir deles, refletir sobre as possibilidades de trabalho existentes as imigrantes, as escolhas e estratégias acionadas pelas mesmas para garantir sobrevivência e controle sobre situações prejudiciais atuação profissional.

Uma "audaciosa aventureira"

Em outubro de 1904, é apresentada denúncia contra a imigrante Laura Gualdini Pozzioli, "parteira diplomada no Rio de Janeiro e Buenos Aires", moradora de uma das principais ruas do centro de Porto Alegre. A denunciada, que há dois ou três anos se encontrava na capital do Rio Grande do Sul, era conhecida também como "condessa de Gualdini" e se declarava "parente muito próxima do general Júlio Roca, presidente da República da Argentina". Sobre ela passou a recair a acusação de se aproveitar da "simplicidade nascida dos incautos [para lançar] a pérfida

semente de seus planos ignóbeis". Segundo denúncia, Pozzioli colocava em prática suas "torpes explorações de ladra astuta e consumada" à medida que ia ganhando a confiança das vítimas. Com "sua atividade de audaciosa gatuna obtida por meio de fraude", a parteira, que afirmava possuir "poderes sobrenaturais", foi acusada de extrair dinheiro das pessoas com falsas promessas. Sobre ela recaiu a denúncia de crime de estelionato, pois usava da "boa fé" para obter "para si lucro e proveito"[16].

Decorrido algum tempo da abertura da investigação criminal, a parteira, acompanhado de um "menor que dizia ser seu filho, tomou furtivamente passagem a bordo do Itapema para Rio Grande, com o nome de Cecília Geppe". Na referida cidade portuária, local de circulação de muitos estrangeiros, seria ela recebida por italiano que é apontado como seu "amante e cúmplice Cavour Brazil Cattaneo", conforme informações das autoridades presentes na investigação[17]. Laura Gualdini Pozzioli saiu da capital Porto Alegre meses depois de ter sido denunciada pelo crime de estelionato e frente a eminência de ser presa. Como não se apresentou à justiça para responder pela acusação, não foi possível confrontar algumas informações presentes na denúncia e nem saber a origem exata da imigrante. Porém, de acordo com o sobrenome da parteira, é provável que fosse de nacionalidade italiana. Outro fator que reforça essa ideia está ligado ao fato de ter passado pela Argentina, pais esse que recebeu muitos imigrantes italianos na segunda metade do século XIX. Existia um trânsito de estrangeiros entre o Rio Grande do Sul e a Argentina, onde homens e mulheres circulavam em busca de melhores oportunidades de trabalho. As redes de contatos entre conterrâneos que viviam nos dois países criavam pontos que permitiam a conexão e circulação dos imigrantes[18].

16 O artigo número 338 do Código Penal da República era referente ao crime de estelionato. O inciso 5º "Usar de artificios para surpehender a boa fé de outrem, illudir a sua vigilancia, ou ganhar-lhe a confiança; e induzindo-o a erro ou engano por esses e outros meios astuciosos, procurar para si lucro ou proveito". Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Disponível: https://www2.camara.leg.br. Acessado 03 de dezembro de 2022.

17 Processo judicial, Sumária, nº 115, maço 6, estante 29, 1904, Porto Alegre, APERS.

18 Através das cartas que circulavam entre os imigrantes italianos que se encontravam no Brasil e familiares na Itália, é possível perceber que tomar o caminho para Argentina e posteriormente para o sul do território brasileiro, eram escolhas pensadas e articuladas por aqueles que tencionavam imigrar em busca de oportunidades de trabalhos. Sobre essa questão ver: Vendrame, 2016.

As pessoas atendidas por Laura Gualdini Pozzioli, que prestaram depoimento na investigação, eram, na sua maior parte, imigrantes originários da península itálica. Esse é outro indicativo que reforça a hipótese de que a nacionalidade da parteira era italiana, tendo se fixado temporariamente em lugares onde havia uma concentração significativa de italianos. No entanto, é preciso destacar que os conterrâneos não foram os responsáveis por apresentar a denúncia às autoridades policiais. As notícias sobre as atividades da parteira somente chegaram à justiça porque informações sobre o comportamento dela chegaram até um redator do Jornal *Gazeta do Comércio*, que, na sequência, comunicou o caso ao delegado de polícia. Logo em seguida, foram convocadas diversas pessoas que haviam sido "engadas" pela "admirável aventureira".

Constata-se que das oito testemunhas - seis mulheres e dois homens – que prestaram depoimento, apenas uma era brasileira, sendo o restante imigrantes italianos e descendentes. Declarando-se domésticas, as depoentes destacaram o fato de terem concedido dinheiro para Laura Gualdini que afirmava ser "filha do Bom Pastor", o que faria "aumentar a fortuna" dos atendidos por ela. Alguns, inclusive, venderam bens para conseguir pagar pelos atendimentos. Destacando possuir "poderes sobrenaturais, a parteira permanecia sozinha com os seus clientes nas sessões que realizava, tomava o "baralho", "pronunciava palavras sem nexo" e depois de um tempo voltava-se para a "vítima" "dizendo-lhe que sua felicidade estava assegurada". Também afirmava que "mantinha as mais íntimas relações com o bispo, a quem entregava fielmente todas as quantias que lhes eram dadas para obtenção da sorte grande". Apresentava-se, portanto, como portadora de poderes sobrenaturais conferidos "pelos espíritos superiores", existindo no "mundo inteiro apenas três mulheres" com tais faculdades.

Mais que isso, a imigrante Laura Gualdini também distribuía "pequenas gravuras coloridas de contos, com recomendações especiais de como deveriam ser guardadas e veneradas"; utilizava um livro no qual lia algumas palavras em espanhol, pronunciando no decorrer da leitura as "palavras – 500 contos, 50 mil pesos, 100 mil pesos, etc.," conforme promessa realizada. Em outros momentos se mantinha imóvel na cama e, ao despertar, afirmava ter "estado em comunicação com os espíritos superiores que lhe haviam assegurado o bom êxito da promessa da

sorte grande". Nas sessões, também utilizava "cerimoniosamente" de paramentos eclesiásticos e uma "estola", do qual afirmava ter recebido de Dom Cláudio, bispo do Rio Grande do Sul.

Portanto, colocando as pessoas atendidas por Laura Gualdini como "vítimas da audaciosa aventureira", as autoridades públicas buscaram criminalizar o comportamento da estrangeira[19]. A denúncia crime apresentava prejuízos à reputação e liberdade de circulação da parteira, ao mesmo tempo em que representava a imposição de limites aos serviços que realizava para pessoas que viviam no espaço urbano de Porto Alegre. Laura Gualdini, através de suas atividades, oferecia esperança aos imigrantes que chegavam à cidade, alimentando o sonho da fortuna e enriquecimento no país de acolhida. O desejo de "fazer a América", através do melhoramento da situação econômica, fazia parte das expectativas e anseios dos estrangeiros que chegavam ao sul da América. Como uma imigrante, provavelmente a parteira, que também aparece realizando atividades que conferiam esperança e confiança, carregava consigo a vontade de melhorar a própria sorte em terras no além-mar. A denúncia aponta para o quanto poderiam serem diversos os trabalhos que as parteiras imigrantes estrangerias poderiam realizar entre a população estrangeira, indicando ainda para os desejos, sonhos e sentimentos daquelas pessoas que atravessam o Atlântico nas últimas décadas do século XIX e início do XX, e as maneiras que buscavam contornar as dificuldades e reforçar as esperanças para realização dos projetos e expectativas.

Entende-se que a denúncia contra Laura Gualdini funcionou como um recurso de exposição pública e controle das atividades e promessas realizadas pela parteira. Por conta da proteção, apoio e amizades entre as pessoas por ela atendidas, as investigações não avançaram, sendo interrompidas e, algum tempo depois, os autos dos processos arquivados.

Não foi possível localizar informações sobre Laura Gualdini Pozzioli após a fuga da capital para a cidade portuária de Rio Grande. Porém, é preciso destacar que a mobilidade de curta e longa distância, a passagem por diferentes realidades migratórias em busca de trabalho, a necessidade de encontrar rapidamente meios para garantir inserção social e a sobrevivência nos lugares de chegadas, foi algo que marcou a trajetória

19 Processo judicial, Sumária, nº 115, maço 6, estante 29, 1904, Porto Alegre, APERS.

da referida parteira, bem como de muitas outras mulheres e homens que tomaram o caminha da imigração transatlântica para países da América do Sul, como o Brasil e Argentina. A possibilidade de circulação de um lugar para outro, aqui no caso entre os referidos países, tanto por via marítima ou terrestre, aparece como algo recorrente entre os imigrantes italianos nos primeiros anos da chegada deles nos novos contextos. A passagem por diferentes lugares, certamente, fez também com que os estrangeiros ou estrangeiras fossem acumulando conhecimento, experiência, técnicas no campo profissional e vislumbrando novos tipos de serviços que poderiam realizar.

Declarando-se parteira, Laura Gualdini se utilizou do reconhecimento e distinção que essa condição conferia às mulheres para ampliar seu campo de trabalho. Como pode-se conferir, o uso do título de parteira para obter confiança das pessoas lhe possibilitou realizar outras atividades que iam além das ligadas a arte de partejar e aos tratamentos das enfermidades femininas assim que que chegou em Porto Alegre. Se colocava, portanto, como portadora de conhecimentos especiais, afirmando, inclusive, possuir poderes sobrenaturais, para fazer com que os pedidos dos que a procuravam se tornassem uma realidade. As parteiras em diferentes contextos, de um modo geral, além de dominar saberes e técnicas que conferiam certa distinção e despertavam confiança se utilizavam de práticas mágicas e religiosas nos atendimentos às parturientes, bem como em outros trabalhos que realizavam (Weber, 1999; Campos, 2007).

Através de um telegrama publicado no Jornal *A Federação*, em 1902, é possível identificar que dois anos antes da acusação de crime de estelionato, Laura Gualdini Pozzioli se encontrava em Caxias do Sul, cidade localizada numa das principais regiões de colonização italiana do Rio Grande do Sul. Sobre a passagem da mesma pelo referido lugar, Helena Mierisch aponta ter conhecido "pessoas fraudadas" pela imigrante Laura[20]. Essa informação permite pensar que, além de ter trabalhado em diferentes locais marcados pela presença de imigrantes europeus, o deslocamento constante era uma escolha necessária para a realização dos serviços que a parteira oferecia. Nesse sentido, é provável

20 Processo judicial, Sumária, nº 115, maço 6, estante 29, 1904, Porto Alegre, APERS.

que antes da fuga de Porto Alegre, a parteira também tenha se evadido da cidade de Caxias por conta de possíveis perseguições e denúncias.

Em novembro de 1905, um ano antes de ser acusada de crime estelionato, Laura Gualdini Pozzioli aparece entre as sete parteiras "diplomadas em faculdades estrangeiras" inscritas como habilitadas pela Diretoria de Higiene do Rio Grande do Sul[21]. Não é possível saber qual o momento exato que Laura Gualdini, usando nome falso, embarcou num navio com destino para a cidade portuária de Rio Grande[22]. Contudo, é certo que a fuga não ocorreu logo que o promotor público apresentou denúncia, pois a parteira contava com a proteção de conterrâneos e pessoas por ela atendidas. A notificação no jornal *A Federação*, em outubro de 1904, da acusação de estelionato, certamente, levou a acusada a tomar a decisão de desaparecer da vista das autoridades públicas[23], adotando posteriormente a estratégia de trocar de nome para fugir para o país vizinho. É possível que a substituição de nomes tenha sido uma escolha recorrente e vantajosa para mulheres imigrantes que se viam envoltas em denúncias policiais ou judiciais, especialmente para aquelas que desejava continuar ofertando os mesmos trabalhos, como os que eram criminalizados pelas leis nos países de chegada. A adoção de nomes falsos aparece inclusive como um problema de pesquisa ao se analisar trajetórias de imigrantes, pois indica para uma escolha recorrente de estrangeria(o)s que vistos como aventureira(o)s que aplicavam golpes e cometiam delitos, buscando ganhar a vida através de trabalhos criminalizados.

Independente da conclusão da investigação, a abertura do processo e divulgação na imprensa eram decisões que acabavam prejudicando a(o)s denunciada(o)s, restringindo sua liberdade de circulação e trazendo prejuízos no campo no trabalho e em relação ao prestígio. Para além dos resultados, algumas práticas e escolhas, como a produção de determinados registros documentais e divulgação de fatos, reforçavam controles, prerrogativas e a necessidade punir e expor de algum modo os comportamentos da(o)s estrangeira(o)s nos espaços urbanos onde passavam a viver. O caso aqui apresentado é um exemplo disso.

21 Diretoria de Higiene, Jornal *A federação*, Porto Alegre, 22 de novembro de 1904, HDBN.

22 Processo judicial, Sumária, nº 115, maço 6, estante 29, 1904, Porto Alegre, APERS.

23 "Secção Judiciária", Jornal *A federação*, Porto Alegre, 19 de outubro de 1904, HDBN.

As experiências vivenciadas por Laura Gualdini Pozzioli permitem lançar questionamentos sobre a ligação entre determinados trabalhos e o fenômeno das migrações transatlânticas das últimas décadas do século XIX e início XX, bem como a relação entre atividades laboriais, estratégias de sobrevivência, agência e a circulação de imigrantes entre países do sul da América. Casos excepcionais possibilitam refletir sobre problemáticas que não são possíveis de serem apreendidos através de abordagens mais gerais. Trajetórias e situações particulares analisadas através de uma documentação excepcional podem ser reveladoras de práticas sociais, contextos e normas que são recorrentes, porém, aparecem frequentemente invisibilizadas, e, por isso, não são facilmente apreendidas. Além disso, ressalta-se como importante atenção para uma leitura atenta da documentação, que leve em conta indícios e aspectos marginais como ponto de partida para lançar problematizações relevantes para a compreensão mais complexa de questões mais gerais, como aquele da inserção social e trabalhos realizados pelas estrangeiras em contextos urbanos, que migravam para a América com alguma qualificação profissional.

Em uma perspectiva microanalítica, segundo ideia defendida por Edoardo Grendi (1977), deve-se considerar o documento excepcional/normal como revelador de frequências e de normalidades. Partindo dessa reflexão, a adoção da perspectiva da micro-história, especialmente o estudo de um caso anômalo, aparece como a melhor estratégia para construir uma generalização. Uma experiência individual e casos atípicos podem sugerir novos questionamentos para a compreensão de processos históricos mais amplos. Nesse sentido, a escolha por uma abordagem micro, não significa tratar de "coisas pequenas", circunscritas e particulares. Pelo contrário, a especificidade de casos concretos, analisados em suas complexidades e contradições, se apresentam como o caminho para chegar a questões mais gerais e contextos não apreendidos através de outras abordagens (Ginzburg, 2015; Levi, 2020). Nesse caso, a adoção de uma perspectiva micro não se opõem a global, elas não devem se excluir, mas se complementar[24].

24 A micro-história enquanto um método de análise é um modo de ler, questionar e construir o objeto de estudo. Olhar através do microscópio um fato permite apreender problematizações gerais negligenciadas sobre um determinado fenômeno ou processo histórico (Levi, 2016, 2020).

* * *

As migrações transatlânticas como uma via que possibilitava atuação em determinado campo profissional, bem como a qualificação como um aspecto que viabilizava a rápida inserção social no mercado do trabalho e construção de um capital material e imaterial, são questões que marcaram a trajetória das parteiras estrangerias que passaram a trabalhar em contextos migratórios urbanos, como cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Buenos Aries. O surgimento de rotas de fuga no espaço do Atlântico Sul, que conectava algumas das principais cidades do território brasileiro e seus portos a outros centros urbanos de países vizinhos, como a capital portenha da Argentina, aparecem como caminhos seguidos por mulheres e homens imigrantes para poderem continuar realizando as atividades profissionais e fugir das perseguições policiais.

Um exemplo da possibilidade de circulação das parteiras imigrantes entre o Brasil e Argentina devido o surgimento de investigações criminais, pode ser percebida através da trajetória da italiana Natalina Rosati. Formada em obstetrícia na Itália, em 1886, Rosati oferece seus serviços em São Paulo no início do século XX. Com "especialidade em casos de abortos", divulga o seu trabalho e valor das consultas para "pobres" na imprensa paulista (Mott 2007: 89). Em 1902, após ser denunciada por crime de aborto e conseguir sua liberdade, encaminha uma carta para o jornal *O Estado de São Paulo*. Nela destaca que "todas as torpes acusações" lançadas contra ela haviam caído, e afirma já perdoado os seus "acusadores gratuitos" que "desrespeitosamente me caluniaram nos seus depoimentos"[25]. Posteriormente, Natalina Rosati voltaria às páginas dos jornais por conta da acusação de cometer novos abortos. Denominada nas reportagens como a "colonizadora do paraíso", a parteira é acusada de realizar abortos em moças solteiras e seduzidas, prostitutas, mães de família e esposas. Em 1913, torna-se em novo processo-crime, porém agora, após um período desaparecida, Natalina Rosati é presa e condenada a cinco de prisão. Antes disso, "a célebre parteira", com nome falso, fugira para Buenos Aires, onde passará alguns meses (Mott, 2007, p. 89-92).

25 Carta de Natalina Rosati, 15.07.1902, Jornal *O Estado de São Paulo*. In: Mott (2007, p. 90).

Existem muitos elementos comuns entre as duas parteiras apresentadas. Apesar de Rosati não estar sendo acusada de estelionato, ela, como a imigrante Laura Gualdini Pozzioli, se utilizando de nome falso fugira para a capital da Argentina por conta de perseguições policiais ligados as atividades realizadas no campo profissional. Parteira diplomada, Rosati, se tornou "célebre" por realizar abortos e denominada nas páginas de jornais paulistas como a "colonizadora do paraíso". É provável que tenha retornado para São Paulo devido a impossibilidade de se manter na capital portenha, onde também havia sido denunciada pela prática de aborto.

Nos anos 1913 e 1914, são divulgadas informações na imprensa sobre o caso em que Natalina Rosati era ré, bem como a seguinte notícia: "A polícia de Buenos Aires pedia a esta capital a prisão da parteira Natalina Rosati que foi ali condenada a 42 meses de prisão celular por crime de provocação de aborto"[26]. Tendo sido ela já presa em São Paulo, responderia no Brasil pelo mesmo delito cometido na Argentina. É provável que o contato da "parteira extraditada", conforme aparece denominada na imprensa, com a capital portenha, fosse bastante frequente, tendo ela em outros momentos migrado para Buenos Aires a trabalho, onde certamente possuía amigos e conhecidos. Há indicações de que o diploma de parteira expedido na Itália havia sido reconhecido no Rio de Janeiro e em Buenos Aires, conforme anúncio em 1919[27].

Considerações finais

Antes mesmo de tomar o caminho da imigração para a América, muitas mulheres já haviam vivenciado experiências migratórias temporárias, de curta ou longa distâncias. O deslocamento para se profissionalizar como parteira e, posteriormente, para trabalhar, parece ter sido uma realidade que marcou, de diferentes maneiras, a vida das imigrantes europeias analisadas no presente artigo. As mobilidades espaciais eram condições necessárias para a constituição profissional e oportunidades de trabalho. No caso das vidas marcadas pelas migrações transnacionais, a atuação como parteira diplomada nos lugares de

26 *Correio da Manhã*, 30 de novembro de 1913, p. 3; *A noite*, 28 de abril de 1914, p. 3. *Gazeta de Notícias*, 29 de abril de 1914, p. 7; *O Imparcial*, 29 de abril de 1914, HDBN.

27 Jornal *O Estado de São Paulo*, 21 de novembro de 1919, HDBN.

destino, demandava o estabelecimento de estratégias variadas para garantir inserção social e segurança para poder exercer as atividades profissionais, bem como garantir a sobrevivência no novo local de destino. E a possibilidade de circulação por diferentes países, por vias terrestres e marítimas, aparece como uma alternativa para garantir a própria realização de certas atividades e trabalhos.

As migrações em massa da Europa para os países da América do sul, especialmente na segunda metade do século XIX, irá criar nos locais de recepção um espaço para atuação profissional ampla e diversa, principalmente em centros urbanos e rurais. Além de camponeses/artesãos, migraram pessoas com qualificações profissionais diversas. Para algumas capitais brasileiras, como São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, destinavam-se estrangeiros que tinham algum tipo de qualificação profissional e buscavam trabalhos em centros urbanos, especialmente atividades ligadas ao comércio. Estudos indicam que, principalmente na segunda metade do século XIX, as imigrantes europeias aparecem de forma significativa oferecendo os serviços de parteiras, buscando inclusive, diplomação ao frequentarem cursos de obstetrícia. Nas três primeiras décadas da República, o número de estrangeiras registradas que buscaram se registrar junto aos serviços públicos cresce sensivelmente.

É certo que o trabalho como parteira se apresentava como promissor e preferencial para aquelas mulheres diplomadas que haviam imigrado para os países da América do sul, com alguma experiência ou não. A formação no exterior, as técnicas e saberes transplantados do velho continente, certamente, conferiam às parteiras estrangeiras certo diferencial, que, muitas vezes, podiam ser usadas pelas mesmas para marcar certa diferenciação.

Desse modo, alfabetizadas, diplomadas e dominando a arte da escrita, as parteiras imigrantes analisadas neste artigo buscaram se inserir no mercado de trabalho e conquistar clientela, ao mesmo tempo em que procuraram garantir certa segurança para o exercício das suas atividades profissionais. Essa questão pode ser percebida através da procura pela revalidação do diploma e habilitação profissional, enquanto maneira de reforçar a legitimidade dos trabalhos realizados, demandar amparo e assistência das instituições estatais de regulação e controle.

O surgimento de denúncias e incriminações por procedimentos abortivos foram situações que as parteiras imigrantes também estiveram envolvidas. Apesar da revalidação do diploma no Brasil, exercendo a profissão legalmente, as parteiras estrangeiras se tornaram alvo de investigações devido a serviços realizados, como práticas abortivas. O campo de atuação das referidas profissionais era bastante amplo, dedicando-se não apenas ao parto, mas também as enfermidades femininas, gestações indesejadas e outros cuidados ligados ao corpo da mulher. A disputa no universo do trabalho e a busca por reconhecimento, somado ao estabelecimento de diferenciações, são questões que marcam as relações entre as parteiras imigrantes nos novos locais de destino. E a busca pela demarcação de prerrogativas, constituição de pertencimentos e redes protetivas, é algo que deve ser entendido como uma construção que ocorreu através de ações cotidianas concretas entre as imigrantes, suas clientes, com outros profissionais, e com as próprias instituições públicas. Vínculos sociais conformam espaços, legitimam práticas, reforçam direitos e obrigações dos indivíduos e grupos, porém não impediam o surgimento de conflitos e o oferecimento de denúncias criminais. As redes interpessoais, fundadas a partir de vínculos étnicos e de amizade, funcionavam como recursos protetivos quando as parteiras se tornavam alvos de perseguições e investigações criminais.

A condição de parteira imigrante tornava necessário e urgente o estabelecimento de estratégias que garantissem certa segurança para o exercício da profissional, especialmente quando receitavam remédios abortivos e realizavam abortos. Nesse sentido, a constante circulação entre diferentes lugares aparece, portanto, como algo necessário para atuação profissional mais ampla das estrangeiras. É certo também que algumas parteiras imigrantes diplomadas obtiveram mais sucesso, ou seja, se destacaram na realização de procedimentos abortivos e no atendimento as mulheres que desejavam encontrar uma solução para uma gravidez indesejada. Por conta disso, tornavam-se alvo de frequentes denúncias, o que demandava o estabelecimento de estratégias para contornar situações prejudiciais e dar continuidade aos trabalhos oferecidos.

Por meio das experiências sociais analisadas no presente trabalho além de possibilitar novos questionamentos para pensar fenômenos de alcance global, permitem acessar contextos pouco conhecidos, como

aquele das rotas, circulações e estratégias adotadas por imigrantes parteiras criminalizadas por suas práticas, saberes e comportamentos em contextos urbanos migratórios. A mobilidade aparece como condição essencial para a realização de determinadas atividades por parte das estrangeiras diplomadas que se dedicavam a realização de certos trabalhos que eram criminalizados.

Bibliografia

ANDREWS, George Reid. **Negros e brancos em São Paulo**. Bauru: EDUSC, 1998.

BRANDÃO, Nadja dos Santos. **Da tesoura ao bisturi, o ofício das parteiras – 1897-1967**, Dissertação de mestrado. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, 1998.

CAMPOS, Maria Soledad. **Dar a luz en Chile, siglo XIX**. De la "Ciência de Hembra" a la ciencia obstétrica, Chile: Ediciones Universidad Alberto Hurtado – Centro de Investigaciones Diego Barros Arana – Dibam, 2007.

CAMPOS, Maria Soledad. De partera a matrona. Hacia la asistencia profesional del parto en Chile en el siglo XIX, **Revista Calidad en Educación**, N° 27, Consejo Superior de Educación, diciembre 2007a., p. 283-297.

CARRILLO, Ana María (1999). Nascimento y muerte de una profesión. Las parteras tituladas em México, **Dynamis**, n° 19: 167-190.

GALEANO, Diego. **Criminosos viajantes**. Circulações transnacionais entre Rio de Janeiro e Buenos Aires, 1890-1930, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2016.

GANS, Magda. **Presença Teuta em Porto Alegre no século XIX**, Porto Alegre: Editora da UFRJ/ANPUH/RS, 2004.

GINZBURG, Carlo (). Microhistory and world history. Bentley, Jerry; Subrahmanyam, Sanjay., Wiesner-Hanks, Merry (a cura), **The Cambridge World History**, VI: The construction of a Global World, 1400-1800 CE, parte 2: Partterns of Change. Cambridge: Cambridge University Press, 2015, p. 447-473.

GRENDI, Edoardo. Microanalisi e storia sociale. **Quaderni Storici**, 35, 1977, p. 506-520.

LEVI, Giovanni (). 30 anos depois: repensando a Micro-história. VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre; MOREIRA, Paulo Roberto Staud. (orgs). **Ensaios de micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Oikos, 2016, p. 18-31.

LEVI, Giovanni. Micro-história e história global. In. VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre (org.). **Micro-história**: um método em transformação, São Paulo: Letra e Voz, 2020, p. 19-34.

MOTT, Maria Lucia. Madame Durocher, modista e parteira. **Revista de Estudos feministas**, Florianópolis n. 2, 1994, p. 101-116.

MOTT, Maria Lucia. Fiscalização e formação das parteiras em São Paulo (1880-1920). ***Revista da Escola de Enfermagem da USP***, n. 1, 2001, p. 46-53.

MOTT. Maria Lucia. Parteiras: o outro lado da profissão. **Gênero**, Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero, Niterói, v. 6, n. 1, 2005, p. 117-140.

MOTT, Maria Lucia; MUNIZ, M. A.; ALVES, O. S. F.; SANTOS, A. P. F.; MAESTRINI, K., SANTOS, T. "As Parteiras eram "tutte quante" Italianas (São Paulo, 1870-1920)". **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 47, 2007, p. 65-94.

MEDEIROS, Helder Renato; CARVALHO, Diana Maul; TURA, Luiz Fernando Rangel. A concorrência na arte de partejar na cidade do Rio de Janeiro entre 1835 e 1900. *História*, **Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.25, n.4, 2018, p. 999-1018.

ROBLES, L. C. D.; SANDOVAL, L. O. Las parteiras de Guadalajara (México) em el siglo XIX: el despojo de su arte, **Dynamis**, nº 27, 2007, p. 237-261.

TORRE, Angelo (). *Percorsi della pratica* 1966-1995. *Quaderni Storici*, Vol. 90(3), 1995, p. 799- 828.

TORRE, Angelo. A produção histórica dos lugares. In. VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre (orgs.). **Micro-história, um método em transformação**, São Paulo: Letra&Voz, 2020, p. 69-101.

TRUZZI, Osvaldo. **Migrações internacionais no interior paulista**. São Paulo: EdUFSCar, 2021.

VENDRAME, Maíra Ines. **O poder na aldeia***:* redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil-Itália), São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre: ANPUH-RS, 2016.

VENDRAME, Maíra Ines. **Power in the village**. Social networks, honor and justice among immigrant families from Italy to Brazil, London and New York, 2020.

VENDRAME, Maíra Ines (). Parteiras imigrantes: atuação, conflitos e redes de apoio no campo profissional (Porto Alegre, final do século XIX). **Anuario de Historia Virtual**, Año 12, nº 19, 2021, p. 70-97.

VENDRAME, Maíra. Spazio di diritti. Violenza e pratiche di giustizia nei luoghi di colonizzazione europea del Brasile meridionale tra la fine del XIX e l'inizio del XX secolo. **Quaderni Storici**, n. 167, 2, Il Mulino, 2021a, p. 537-565.

VILLEJO, Mauro. **Nerviosos y neuróticos em Buenos Aires (1880-1900)**. Entre médicos, boticários y mercadores, Buenos Aires, Argentina: Niño y Dávila Editores, 2021.

WEBER, Beatriz (1999). **As artes de curar**: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense – 1889-1928, Santa Maria: Ed. da UFSM; Bauru: EDUSC.

WITTER, Nikelen; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Costuma fornecer a diversas pessoas drogas abortivas: O ofício das parteiras, disputas profissionais e sociabilidades femininas. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianopólis, v. 12, 2020, p. 1-22.

SILVA, Antonio de Moraes. **Diccionario da Lingua Portuguesa**, Tomo 1, Rio de Janeiro: Oficinas da S. A. Litho-Litotipographia Fluminense (Edição fac-símile da 2ª edição, de 1813), 1992.

SCHETTINI, Cristiana. Exploração, gênero e circuitos sul-americanos nos processos de expulsão de estrangeiros (1907-1920). **Tempo**, Dossiê: História do Trabalho e dos Trabalhadores: novas abordagens 18 (33), 2012, p. 51-73.

AS DIMENSÕES DO CÓDIGO PENAL DE 1890

Tamara Juriatti[1]

Introdução

Em 1890, o mundo vivia um contexto de intensa transformação social, política e econômica. A industrialização avançava rapidamente, especialmente na Europa e nos Estados Unidos, resultando no crescimento das cidades e da classe trabalhadora. Ao mesmo tempo, a corrida colonial intensificava-se, com potências europeias expandindo seus impérios na África e na Ásia, conforme estabelecido no Congresso de Berlim. Movimentos sociais emergiam, destacando a luta por melhores condições de trabalho e direitos civis, enquanto o socialismo ganhava popularidade em resposta às desigualdades geradas pela industrialização.

O novo regime republicano buscava consolidar a democracia, mas ainda lidava com instabilidades políticas e conflitos regionais, como a Revolta da Armada e a Revolta de Canudos. A economia, majoritariamente agrícola, dependia do café, que era a principal exportação, mas a industrialização começava a ganhar espaço, especialmente nas áreas urbanas. A sociedade era marcada por desigualdades, com uma grande

1 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, Lattes: http://lattes.cnpq.br/0693697304213140, e-mail: tamara.juriatti@gmail.com. O presente trabalho foi realizado com o apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-Brasil. Processo:141867/2023-0

população rural e a persistência de práticas oligárquicas nas elites. A nova Constituição de 1891 estabeleceuum sistema federalista e garantiu direitos civis, embora o acesso à cidadania e à política ainda fosse restrito a uma parcela da população. Essa era uma fase de construção da identidade nacional e de modernização do país. Neste cenário o contexto prisional e penaltambém se modificava, gerando diversos embates que se refletia nas legislações, no presente trabalho destaca-se o Código Penal de 1890 e como ele moldou e foi moldado socialmente.

A partir de 1500 até o tempo presente as pessoas residentes no território brasileiro foram legisladas por quatro documentos que tipificavam crimes e punições. Durante o Período Colonial, era aplicado no território correspondente à colônia, o Livro V das Ordenações Filipinas, que era uma legislação portuguesa que se estendia para seus domínios ultramarinos; no Período Imperial foi elaborado o Código Criminal de 1830, um código que avançava nos direitos liberais, mas ainda mantinha muito da estrutura colonial; na República Velha foi elaborado o Código Penal de 1890, voltado para os valores republicanos e no Estado Novo é elaborado o Código Penal de 1940, que é o vigente até o tempo presente e foi concebido no contexto do Estado Novo.

Neste artigo serão analisadas algumas dimensões do primeiro código da República, o de 1890. O objetivo é formular uma síntese exploratória sobre o tema com base em alguns trabalhos selecionados, passando por pesquisas de historiadores e pesquisadores do direito que o tratam diretamente ou de maneira mais ampla.

No contexto de elaboração do Código estão dois fatos marcantes, primeiramente a abolição da escravidão em 1888, que organizou, de forma gradual, uma nova forma hegemônica de relações de trabalho e, a Proclamação da República no ano seguinte, em 1899 que colocou fim ao reinado de Dom Pedro II. Portanto tratava-se de um momento com uma série de alterações que mobilizavam a estrutura colonial escravista.

Contexto e histórico da criação do Código Penal de 1890

Silva (1997, p. 101) diz que podemos afirmar que a formação jurídica brasileira até o início do século XX, foi composta por três momentos: a herança portuguesa, representada pelas Ordenações Filipinas e pela formação de bacharéis brasileiros através dos cursos de Coimbra; com

a independência, em 1822, surge a preocupação em desenvolver uma intelectualidade nacional; o período posterior à independência tem o protagonismo da Escola de Recife, influenciada pelo Positivismo e pela Escola Criminológica Italiana.

Com a proclamação da República em 1889 e o fim legal da escravidão, o aparato legislativo brasileiro precisava ser revisto, como explicam Alvarez, Salla e Souza (2003, p. 3) esse período lançou, ainda que de maneira limitada, as bases para a concepção de cidadania, ao substituir a legislação que separava os crimes e punições para pessoas livrese escravizadas buscou-se no sistema judiciário a universalidade da lei, onde os crimes e suas sanções valiam para todos os cidadãos.

A noção hegemônica dos legisladores antes do Código Penal de 1890 e durante o Império era que o ato criminoso fazia parte de uma escolha individual, e a punição vinha como expiação, derivado de uma noção cristã de crime e castigo. O castigo tinha como objetivo persuadir o sujeito a não mais delinquir e mostrar para a população que em caso de cometimento de crime haveria uma consequência (Angotti, 2018, p. 42). A pena de morte ainda era aplicável, não abandonando totalmente as noções coloniais presentes na ordenação anterior. A pena de morte seria aplicada após consulta ao Imperador, entretanto, não teve grande aplicação prática, se mantendo muito mais por embates entre liberais e conservadores no poder legislativo (Machado Neto, 1997, p. 66).

Conforme explicam Alvarez, Salla e Souza (ibid.) o Código de 1890 era visto pelas elites republicanas como um momento de viabilizar novas percepções sobre a ordem social e criar mecanismos para a sua administração. Segundo Silva (1997, p. 202-203) o trabalho estava ganhando na concepção penal, uma função pedagógica, onde se visava ensinar ao povo, no caso os pobres e operários, os valores da sociedade industrial nascente. Mas ele ressalta que ao mesmo tempo que o trabalho possuía um viés de recuperação social, no sistema penal ele também ganhava um teor de estigmatização do indivíduo, como sinônimo de trabalho escravo ou servil, por que era manual, rudimentar e mal remunerado.

Donadelli (2014, p. 367) também aborda este período chamando a atenção para aadmiração que a elite local tinha dos moldes civilizatórios das nações europeias, onde as noções de civilização, progresso e

modernização, foram usados em diversos projetos nacionais. Também eram observadas a questão da ordem e do disciplinamento dapopulação, que seria a base para a criação da nação, caracterizando uma incipiente ideologia burguesa.

Donadeli (2014, p. 366) cita uma figura que foi importante na elaboração do código: João Batista Pereira. Ele era um Conselheiro da República e no final do Impériohavia sido designado para a reforma do Código Criminal de 1830, já que, dentre outras questões, a diferenciação entre pessoas livres e escravizadas e a possibilidade da pena de morte, geravam críticas de grupos com ideias liberais e iluministas. Com a proclamação da República, João Batista, é mantido nesta tarefa e elabora então um novo projeto de Código Penal, em vez de reformular o Código do Período Imperial, como era defendido por alguns criminalistas antes da República.

Segundo o próprio João Batista

> [e]ncetei o serviço de revisão com toda boa vontade. Estava já articulada a parte geral do código, quando à 15 de de novembro, um um mez depois, sobreveio inopinada a sedição militar que, com grande assombro da nação, derrocou a monarchia e de improviso fundou a República (1898, p. 16 *apud* Sontag, 2014, p. 178).

Portanto, por mais que o criminalista fosse um monarquista, coube a ele, é claro que em meio a disputas, redigir o novo código criminal. Sontag relata que, poucos meses após a promulgação da Lei Áurea, Joaquim Nabuco, já reconhecido como líder do movimento abolicionista, apresentou um projeto de lei na Câmara dos Deputados. Na sessão de 4 de outubro de 1888, ele entregou à mesa diretora o projeto de lei nº 86/1888,que tinha como objetivo autorizar o ministro da Justiça a preparar uma nova edição do código criminal. Essa nova edição deveria eliminar as disposições relacionadas à escravidão e consolidar as várias leis penais espalhadas. O projeto foi lido em 5 de outubro de 1888 e, surpreendentemente, alguns dias após passar por uma comissão revisora, o Código Criminal foi aprovado no Decreto 847 de 11 de outubro de 1890, antesmesmos da Constituição da República de 1891 ser aprovada.

Mudanças no sistema penal e prisional

De acordo com a pesquisa de Sontag (2014, p. 183-187), João Batista Pereira se opunha à pena de morte, que ele considerava ultrapassada no contexto histórico da época.Em sua visão, a prisão celular, inspirada no sistema progressivo irlandês seria uma alternativa mais adequada. Além disso, Pereira defendia a unicidade da pena, contrastando com a concepção clássica iluminista de multiplicidade das penas em correspondência aos diferentes crimes. No entanto, apesar de sua proposta, o Código Penal brasileiro previa quatro tipos de penas privativas de liberdade, em vez de uma única,como Pereira sugeria. Ainda assim, em comparação ao Código de 1830, que previa onzepenas, das quais apenas duas eram carcerárias, a mudança representava um avanço significativo.

Pedroso (2003, p. 85) explicita que o Código Penal Brasileiro de 1890 estabeleciaas penas de: prisão celular, banimento, reclusão, prisão com trabalho obrigatório, prisão disciplinar, interdição, suspensão e perda de emprego público (com ou sem inabilitação para exercer outro) e multa. Não havendo penas perpétuas ou coletivas, as penas restritivas de liberdade individual eram temporárias e não deveriam exceder trinta anos. A"prisão cellular" seria com isolamento nos dois anos iniciais e posterior convívio para o trabalho durante o dia e isolamento durante a noite; o "banimento", privava a pessoa dodireito de ser cidadão brasileiro e de habitar o território nacional; a "reclusão", deveria ser aplicada em fortalezas, praças de guerra, ou estabelecimentos militares ; a "prisão com trabalho obrigatório", deveria ser cumprida em penitenciárias agrícolas, ou em presídios militares e se destinava aos "vadios", "vagabundos" e "capoeiros"; a "prisão disciplinar",em instituições industriais e destinada a menores de idade; q "interdicção" é a perda do direito da pessoa sobre seus bens ; a "suspensão e perda do emprego público, com ou sem inhabilitação para exercer outro" se aplicava aos funcionários públicos e a "multa" correspondia ao ressarcimento financeiro (Almeida, 2011, p. 51-53).

Alvarez, Salla e Souza (2003, p. 17) explicam que o Código Penal de 1890 introduziu mudanças significativas no sistema prisional brasileiro, ao enfatizar a pena privativa de liberdade. Essa mudança só pode ser compreendida plenamente quando se considera a crítica dirigida ao Código Criminal de 1830, que apresentava uma variedade de penas.

Após 1870, a principal crítica era a ineficácia dessas penas, que incluíam galés, açoites, pena de morte, prisão com trabalho, prisão simples, degredo e multas, sendo vistas como métodos ultrapassados tanto para punir crimes quanto para corrigir os indivíduos.

As instituições prisionais passíveis de implementação no país eram: Colônias de Relegação, que deveriam estar localizadas em uma ilha ou em locais distantes, onde seriam alojados os detentos de péssimos procedimentos, provenientes dos Reformatórios ou Penitenciárias; nas Casas de Detenção seriam alojados os processados que aguardavam sentenças e os condenados que esperavam transferência ou vaga em algum presídio; as Escolas de Educação Correcional eram instituições destinadas aos menores delinquentesde mais de 18 anos e menores de 21 anos e que deveriam proporcionar aos reclusos algumtipo de trabalho; os Reformatórios para homens e mulheres delinquentes eram destinados aos reclusos condenados a mais de 5 anos de prisão; as Casas de Correção eram destinadas aos delinquentes e aos considerados difíceis ou irreformáveis, cujo convívio poderia ser prejudicial aos demais reclusos; as Colônias para delinquentes perigosos eram destinadasaos reincidentes que fossem trabalhar na agricultura; os Manicômios Judiciários eram para aos presos com problemas mentais e os Sanatórios Penais, para tuberculosos,leprosos, toxicômanos e alcoólatras (Pedroso, 2002, p. 122). Sendo que nas sedes dos municípios também haveriam cadeias, que posteriormente a condenação encaminhariam as pessoas condenadas para as instituições devidas (Pedroso, 2002, p. 123).

Souza, Salla e Alvarez, utilizando um texto de Bandeira Filho (1881 *apud* 2003, p.18) explicam que o modelo prisional que era utilizado no Brasil contemplava -pelo menos idealmente- o sistema de encarceramento conhecido como "irlandês" ou "progressivo" combinava elementos dos modelos de Filadélfia e Auburn. Este sistema consistia em três estágios: no primeiro, denominado "penal stage", o preso permanecia em total isolamento, trabalhando e seguindo uma dieta rigorosa. O segundo estágio, "reformatory stage", permitia que os presos trabalhassem em comum durante o dia, enquanto pernoitavam na cela e eram classificados em quatro categorias progressivas baseadas em sua conduta. No terceiro estágio, "testing stage", o condenado era transferido para uma prisão intermediária com mais liberdade, onde trabalhava

em conjunto, tinha vestimentas e habitação diferenciadas, e podia obter concessões de saída e circulação fora da prisão. Dependendo de seu comportamento, o preso poderia receber licença para sair e viver em um local fixo, sob liberdade condicional e apresentando-se regularmente a uma autoridade policial.

Donadeli (2014, p. 370-371) explicita algumas características do Código, principalmente renovações, em relação ao código anterior: a possibilidade de prescrição da ação e da condenação; a noção de reabilitação penal, com um regime penitenciário correcional, estando muito presente a ética do trabalho; a abolição da pena de morte; o abrandamento do rigor penal, mas ao mesmo tempo a penalização e controle social da vadiagem, da mendicância e da invalidez.

Souza, Salla e Alvarez (2003, p. 8-12) abordam outros pontos dissonantes da legislação anterior: a generalidade e a imparcialidade dos critérios penais baseada na garantia dos direitos individuais; a correlação entre medidas punitivas e a retribuição dos danos causados pelo criminoso, prescrevendo penas de acordo com a gravidade do crime; a inimputabilidade de pena para pessoas que se acharem em privação dos sentidos e da inteligência no ato de cometer o crime, estabelecendo ações tutelares; o estabelecimento da ética do trabalho, com a ideia de trabalho universal onde penas de prisão com trabalhonas oficinas dentro das instituições penais eram comuns, bem como a internação de pessoas em mendicância e distinção entre crime e contravenção, abrindo espaço para o controle administrativo das autoridades policiais sobre um número significativo depequenos delitos cotidianos.

Bretas (1991, p. 55) chama a atenção para a caracterização dos crimes sexuais com a tipificação do crime de defloramento, que consta como obter consentimento para um intercurso sexual com uma mulher menor de 21 anos de idade, virgem, mediante engano, fraude ou sedução. Pedroso (2002) mostra que no início do século XX, a prisão passou a ser organizada de acordo com categorias específicas de presos, como contraventores, menores e loucos, com a intenção de aprimorar o controle e a gestão dosindivíduos encarcerados, refletindo uma tentativa de maior especialização e controle sobre a população carcerária.

As escolas de pensamento

Sontag (2014) analisa em seu livro, que até mesmo antes da Proclamação da República, muitos criminalistas discutiam entre a necessidade de reformular o Código Criminológico de 1830 ou criar um novo código, sendo que o debate era protagonizado por duas escolas de pensamento jurídico: a positiva e a clássica. Antes de adentrarmos nesta camada da discussão é importante ressaltar o que Donadeli (2014, p. 364) reflete em seu texto acerca das pluralidades de ideias e escolas de pensamento em um dado momento histórico: apesar de neste momento de transição do Império para a República a cultura política republicana ter sido predominante na aprovação dos projetos legislativos, com seus valores compartilhados de forma ampla, existiam outras culturas políticas, como a a socialista, que buscava uma sociedade sem classes, a político nacionalista, que queria a construção de um Estado autoritário e monárquico e a cultura política católica que buscava a realização do cristianismo com a criação de organizações políticas diversas. Portanto por mais que seja feita uma simplificação entorno de duas culturas que protagonizaram os debates entorno do Código, é importante ter em mente que elas não eram as únicas.

Como expõe Donadeli (2014, p. 367) até o final do século XIX o direito penal brasileiro era orientado principalmente pela Escola Clássica, corrente que se baseava em ideias de cunho republicano, liberal e humanitário, que remetia suas origens à filosofia grega da antiguidade e se apoiava no jusnaturalismo, defendendo uma conexão necessária entre moral, justiça e direito. Ainda para este autor (ibid., p. 368) os ideólogos dessa escola foram influenciados por autores iluministas como Francisco Carrara, que pensava o crime como resultante da força física e moral, ou seja, havia o empreendimento físico, mas também a vontade livre e consciente para tal prática, não se olhava tanto para o autor do crime, como farão depois os positivistas, mas para o ato criminal em si. Para essa escola, a pena pela prática do ato criminoso servia como meio punitivo.

Já a Escola Positiva ganha força no final do século XIX. Donadeli (2014, p. 368- 369) explicita que ela se baseava na investigação experimental, se opondo a indagação racional, acreditava em um determinismo biológico e social. Essa Escola negava terminantemente o

livre-arbítrio e buscava na pena a defesa social, prevenindo assim novos crimes, o que levou muitos positivistas à defesa da individualização penal, sendo a personalidade e a conduta social do agente criminoso como primordiais para o estabelecimento da pena.

Segundo Angotti (2018, p. 44), a Escola Positiva de Direito Penal, também conhecida como Antropologia Criminal, Criminologia ou Positivismo Criminológico, deve ser considerada ao analisar o pensamento intelectual brasileiro do final do século XIX e início do século XX. Influenciada por correntes como o Positivismo de Auguste Comte, o degeneracionismo francês e os estudos biológicos de Charles Darwin, essa escola, surgida na Itália na década de 1870, foi a primeira a desenvolver modelos científicos para a compreensão do crime e do criminoso. Ela buscava estabelecer-se como uma ciência ao utilizar métodos de observação e experimentação para formular leis gerais que explicassem o comportamento criminoso.

Souza, Salla e Alvarez (2003, p. 9) destacam que os debates sobre a legislação penal no Brasil eram frequentemente conduzidos por criminalistas ligados à escola positiva. A introdução da criminologia no país permitiu compreender as mudanças sociais, implementar estratégias de controle social e estabelecer diferentes formas de tratamento jurídico-penal para diversos segmentos da população. A criminologia, como um saber normalizador, buscava identificar e hierarquizar fatores naturais, sociais e individuais envolvidos no crime, oferecendo soluções que as doutrinas clássicas de direito penal, baseadas na igualdade formal dos indivíduos, não conseguiam alcançar. Para adaptar as práticas penais às transformações sociais do período republicano, um grupo significativo de juristas adotou os ensinamentos criminológicos da escola de Lombroso, Ferri e Garofalo.

> A concepção de crime se adapta à teoria da evolução das espécies e ao desenvolvimento da humanidade, identificados através das manifestações de progresso. Ao estabelecer quem eram os mais aptos ao ordenamento social, os positivistas classificaram o criminoso segundo uma biologia médica. A prisão teria por função restaurar esse indivíduo doente e anormal, que necessitava deum certo tipo de tratamento, com o objetivo de voltar ao convívio social. A reclusão foi, assim, proposta como uma forma de profilaxia social. A interpretação da personalidade do criminoso influenciou a modificação do conceito de crime. A penalidade passou

> a ser aplicada segundo o viés do delinquente: suas taras orgânicas, hereditárias e físicas (Pedroso, 2002, p. 66).

Cabe ressaltar que o positivismo com sua ênfase na aplicação do método científico de hierarquização biológica às ciências sociais, teve profundas conexões com o racismo, especialmente através de suas influências na criminologia e na eugenia. Silva (1997, p. 98-99) analisa que o direito que coloca o negro no debate judiciário e penal é o positivo. Somente com o desenvolvimento dessa escola é que o negro passou a ser estudado comoobjeto concreto da ciência, o argumento principal girava entorno do argumento de que opessoas negras eram o impedimento do desenvolvimento da civilização. A partir de 1910a miscigenação passa a ser considerada a purificadora, onde o sangue branco deveria suprimir o negro ou indígena da raça brasileira.

Rejeitado desde a elaboração

Sontag (2014, p. 174) expõe que na comunidade jurídica brasileira o Código de 1890 sofreu da antipatia das mais diversas correntes teóricas, e não só dos adeptos do positivismo. Souza, Salla e Alvarez (2003, p. 3) discutem que o paradoxo do Código Penal de 1890 reside no fato de que, desde sua criação, ele foi criticado por elites republicanas que já estavam se familiarizando com novos discursos criminológicos positivistas. Eles afirmam que a nova legislação, como instrumento de controle do crime,foi considerada ineficaz pelos médicos, bacharéis e juristas envolvidos com questões criminais. Esses grupos, influenciados pela criminologia lombrosiana, promoviam concepções restritivas aos direitos dos cidadãos. Tais concepções foram instrumentalizadas pelas elites brasileiras para justificar mecanismos de repressão e controle do crime, além de limitar a participação política dos indivíduos.

Sontag (2014, p. 64 e 138) relata que na resposta ao parecer da comissão que aprovou o projeto do novo código, o positivista João Vieira, reforça a ideia de que uma verdadeira reforma no Brasil era impraticável, para ele o Código de 1830 deveria ser reformulado para se ajustar aos novos tempos. Ele faz uma comparação com a situação italiana e inclui uma reflexão sobre a escola positiva. Segundo Vieira, o Brasil não tinha condições de realizar tal reforma devido aos "maus

hábitos parlamentares" e à falta de uma cultura jurídica "elevada". Ele também menciona a opinião de Enrico Ferri, que acreditava não ser o momento apropriado para fixar qualquer posição científica. Segundo o criminologista, enquanto os juristas clássicos, ou "metafísicos", não fossem completamente superados, nenhum código seria "digno da atualidade", daí advém a sua crítica à legislação de 1890. Outro ponto que o autor reforça é que os juristas positivistas procuravam linhas "heterodoxas" no Código Criminal do Império para qualificá-las como antevisões do positivismo, sendo forte a opinião de o que deveria ser feito era a reforma desse código e não o que aconteceu que foi a sua substituição.

Donadeli (2014, p. 372) assinala que a legislação só teve uma sobrevida por que foram editadas diversas outras legislações penais paliativas, que impediram a rápida revogação do Código. Mesmo assim, não faltaram tentativas de substituição, a primeira foi em 1893, por João Vieira de Araújo, admirador do positivismo, que criticava o Código mesmo antes de sua elaboração, segundo Sontag (2014) este criminalista era defensor dareforma do Código Criminal de 1830 ao invés da criação de um novo código, já que paraele, a configuração legislativa da época não permitiria que houvessem avanços no tema, somente retrocessos.

Ainda segundo Donadeli (ibid.), em 1913 um outro projeto foi proposto por Galdino Siqueira, que nem chegou a ser apreciado pelo parlamento; em 1928 uma nova tentativa foi feita por Virgílio Pereira, mas foi somente em 1940, no Estado Novo, que oprojeto de Alcântara Machado foi aprovado, passando a vigorar em 1942.

Sontag (2014, p. 127) explica que o código de 1830 tinha grande prestígio entre os penalistas brasileiros. Eles gostavam de destacar que esse código teria influenciado outros códigos penais na América do Sul e até o código espanhol. Por isso, pedir uma nova edição oficial fazia sentido. Em 1888, João Vieira, um positivista, propôs um projeto nos últimos dias do Império. Esse projeto não pretendia mudar o direito penal vigente, mas sim consolidá-lo. Em outras palavras, os juristas brasileiros queriam apenas uma nova edição do código de 1830. Essa atualização deveria mostrar o estado da legislação penal brasileira após a abolição da escravidão e eliminar as punições específicas, que eram especialmente cruéis para as pessoas escravizadas. Quando o novo

Código foi elaborado aos moldes clássicos por João Batista Pereira, os positivistas se mostraram descontes nos pontos já mencionados.

O jurista, identificado com a escola positivista, Aureliano Leal, por exemplo, criticava que a legislação penal republicana havia adotado dispositivos jurídicos que estimulavam a criminalidade ao invés de combatê-la. Para ele a manutenção do júri, a prescrição dos crimes, a fiança, a divisão da ação penal em pública e privada, a anistia, a graça, o perdão do ofendido, o livramento condicional, a impunidade do mandante, a reincidência e as nulidades processuais prejudicavam o combate à criminalidade (Souza; Salla; Alvarez, 2003, p. 6).

O senador Paulo Egídio, do estado de São Paulo, também tecia críticas ao Código, em 1905 ele criticava a falta de sistematização da legislação "(...) é uma obra clássica? Éuma obra neoclássica? É uma obra positiva? É uma obra metafísica? É uma obra inspiradano lombrosismo, no garofalismo, no ferrismo? (...) Ele não tem sistema. (...)" (ASSP, 1905, 511 *apud* ibid.)

Souza, Salla e Alvarez (ibid, p. 3) observam que por mais que a substituição do Código tenha acontecido somente no Estado Novo, as ideias dos criminologistas que se identificavam com o positivismo se alastraram nos órgãos de execução e administração do sistema penal e da segurança pública, influenciando na criação, reforma e funcionamento de instituições como a polícia, as prisões, os manicômios. Britto (1924; 1925; 1926) coloca em seus relatórios de visita as instituições prisionais brasileiras alguns regulamentos que ordenavam estes locais, e é possível ver uma clara influencia positivista no modelo de prisão celular, onde havia a progressão da prisão celular isolada para o convívio com os demais apenados.

Conforme Sontag (2014, p. 206-209) algumas figuras, que não se reconheciam no positivismo também criticavam o Código. Era o caso de João Monteiro, crítico dos positivistas, que fez ácidas argumentações em artigos publicados na Gazeta de Notícias,posteriormente lembradas em introduções históricas de tratados de direito penal brasileiro. Ele argumentava que o novo código era inferior ao antigo de 1830, que mantinha grande prestígio. Essa comparação negativa ajudou a criar uma imagem global desfavorável do Código de 1890. João Monteiro destacava que a falta de circulação do projeto no meio jurídico contribuiu

para sua má reputação. Utilizou o pensamento de Jeremy Bentham, que defendia a simplicidade e clareza das leis, para criticar a complexidade do novo código. Ele também enfatizou a rapidez de sua elaboração como um problema, sugerindo que essa pressa resultou em uma legislação deficiente e sem prestígio. Assim, a crítica ao código não se limitava apenas aos seus defeitos específicos, mas também à forma como foi desenvolvido e à ausência de diálogo com a comunidade jurídica.

O ideal e o real

Pedroso (2002, p. 88-97) argumenta que a persistência na implantação do regimede trabalho nas prisões frequentemente resultava em dificuldades significativas na execução das penas, devido a problemas como desorganização, falta de produtividade e ausência de materiais e utensílios necessários para o labor interno. Esses desafios contribuíam para que analistas da época criticassem que os detentos se tornavam desocupados, promíscuos e preguiçosos, questionando a eficácia do aparato carcerário eo objetivo de recuperar os presos de maneira adequada. Além disso, as colônias para criminosos eram frequentemente vistas como simples depósitos para indivíduos marginalizados, especialmente negros e mulatos, que eram rejeitados pelo contexto econômico-social e relegados a cárceres e asilos. Ainda havia a superlotação das prisões,que prejudicava a qualidade de vida dos reclusos, transformando o presídio em um centro de "promiscuidade". As condições alimentares também eram precárias, com apenas duas refeições diárias e longos intervalos entre elas. Além disso, havia uma clara divisão de classe entre os presos: os abastados desfrutavam de regalias como visitas diárias e alimentação de fora do presídio, enquanto os proletários eram confinados em celas e tinham acesso limitado ao pátio e às visitas.

Analisando trabalhos como o de Britto (1924; 1925; 1926) é possível perceber queas legislações e regulamentos das instituições previam uma disciplina e moralismo que não se alinhavam com a realidade observada. Desde o início do sistema prisional no Brasil, este nunca cumpriu plenamente o papel que lhe foi designado, tendo uma estruturabaseada no racismo e servindo mais para a perseguição racial do que para a resolução daviolência. Segundo Pedroso (2002, p. 38), existem algumas mudanças do conceito de crime no Brasil, refletindo mudanças de longa

duração. Inicialmente, as "heresias", ou crimes, foram tratadas de um ponto de vista religioso-político e, posteriormente, social- político. No entanto, a mentalidade e as formas de violência pouco mudaram até o advento da República, que, embora tenha introduzido novos elementos na discussão, não alterou a persistência de uma mentalidade repressiva e racista, cujas raízes remontam ao período colonial.

A escravidão estava abolida, mas não sem deixar marcas estruturantes no período histórico posterior, com uma crescente desigualdade racial que também se refletiu na construção do sistema legislativo e judiciário, composto majoritariamente por homens brancos de famílias com posses, impactando diretamente no sistema prisional marcado, ao longo de dois séculos, pela grande presença de pessoas não brancas entre a população privada de liberdade. Em dados trazidas por Lemos Britto na década de 1920 do perfil das pessoas privadas de liberdade é perceptível como a população não branca ocupava grande parte das vagas do sistema prisional no país (Britto, 1924; 1925; 1926).

Souza, Salla e Alvarez (2003, p. 13 e 16) complementam explicando que as práticas ilegais de vigilância e prisão continuavam a ser aplicadas, e as pessoas presas acabavam virando mão de obra barata, sendo empregados na construção de estradas de rodagem, remetendo à pena de galés. Como também havia leniência com crimes cometidos por pessoas provenientes de extratos mais abastados da população. Outro ponto que chamou a atenção dos autores foi que a polícia recebia investimentos maiores do que o poder judiciário, gerando uma disparidade entre os poderes. Além disso o Código do processo criminal sofreu mudanças pontuais e não foi reestruturado para as demandas existentes na República.

Conclusão

O Código Penal de 1890, primeiro código da República, representa um marco significativo na história legislativa brasileira, refletindo as transformações sociais e políticas do período. Elaborado em um contexto de grandes mudanças, como a abolição da escravidão em 1888 e a Proclamação da República em 1889, o código buscava alinhar- se aos novos valores republicanos e modernizar o sistema penal brasileiro de acordo com as discussões que embasam outros modelos penais no

mundo, adaptando-os para o caso brasileiro. Contudo a aprovação e implementação do código não aconteceram de forma pacífica, desde sua criação, ele enfrentou críticas de diversas correntes teóricas, incluindo os positivistas, que o consideravam inadequado segundo seus preceitos filosóficos. Mas cabe lembrar que insatisfação e as críticas não se restringiam a uma única escola de pensamento, mas os positivistas representaram um dos grupos com mais influência que produziu material sobre a questão penal e prisional.

A resistência ao Código de 1890 foi evidente desde o início, com tentativas de substituição surgindo já em 1893. A primeira proposta de reforma veio de João Vieira de Araújo, que defendia a atualização do Código Criminal de 1830 em vez da criação de um novo código. Outras tentativas de reforma ocorreram ao longo das décadas seguintes, mas foi somente em 1940, durante o Estado Novo, que um novo código penal foi finalmente aprovado. O Código de 1890, apesar de suas limitações e das críticas recebidas, teve uma sobrevida prolongada graças à edição de diversas legislações penais paliativas que impediram sua rápida substituição. No entanto, a constante insatisfação com o código e as tentativas de reforma refletem a complexidade e os desafios enfrentados pelo sistema penal brasileiro e o pensamento criminológico ao longo do tempo.

Em suma, o Código Penal de 1890 é um testemunho das tensões e debates que marcaram a transição do Brasil imperial para a República. Ele simboliza tanto os esforços de modernização e alinhamento com os valores republicanos quanto as resistências e críticas que surgiram em resposta às suas limitações e escolas de pensamento da época. A análise desse código e das tentativas de reforma subsequentes oferece uma compreensão mais profunda das transformações e desafios enfrentados pelo sistema penal brasileiro ao longo de sua história, onde as ideologias e ordenações enfrentavam uma realidade de super lotação e falta de estrutura no sistema prisional, que se coadunava com a desigualdade social e o racismo.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Bruno Rotta. **Cem anos de prisão**: uma análise comparativa da população carcerária da Casa de Correção e do Presídio Central de Porto Alegre no intervalo de um século. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, 2011.

ALVAREZ, M. C.; SALLA, F. A.; SOUZA, L. A. F. DE. A sociedade e a Lei: o CódigoPenal de 1890 e as novas tendências penais na primeira República. **Justiça e História**, v.3, n. 6, p. 24, 2003.

ANGOTTI, B. **Entre as leis da ciência, do estado e de Deus: o surgimento dos presídios femininos no Brasil**. 2a ed revisada ed. San Miguel de Tucumán: UniversidadNacional de Tucumán. Instituto de Investigaciones Históricas Leoni Pinto, 2018.

BRETAS, M. L. O crime na historiografia brasileira: uma revisão na pesquisa recente. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 32, p. 49–61, 26 jul. 1991.

BRITTO, L. **Os systemas penitenciarios do Brasil-Vol. 1**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924. v. 1

BRITTO, L. **Os systemas penitenciarios do Brasil-Vol. 2**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925. v. 2

BRITTO, L. **Os systemas penitenciarios do Brasil-Vol. 3**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926. v. 3

DONADELI, P. H. M. Cultura Política republicana e o Código Penal de 1890. **História e Cultura**, v. 3, n. 3, p. 360–375, 5 dez. 2014.

PEDROSO, R. C. **Os signos da opressão**: história e violência nas prisões brasileiras. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa oficial do Estado, 2003.

MACHADO NETO, Zahidé. **Direito penal e estrutura social**. São Paulo: EDUSP, 1977.

SILVA, M. L. DA. **Do império da lei** às **grades da cidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS,1997.

SONTAG, R. **"Código criminológico"?** Ciência jurídica e codificação penal no Brasil(1888-1899). Rio de Janeiro: Revan, 2014.

Mundos do Trabalho: classe, raça e gênero na luta por direitos

AS MULHERES "FACA NA BOTA": UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS TAREFEIRAS DAS INDÚSTRIAS DE PESCADO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO NORTE/RS

Alice da Conceição Teixeira[1]

Introdução

No final do século XX, São José do Norte experimentou um próspero momento no setor industrial pesqueiro. O município, cuja matriz econômica sempre foi pautada na pesca artesanal familiar vivenciou uma experiência fabril muito significativa. A mão de obra masculina estava, principalmente, voltada para a pesca, no Oceano ou na Lagoa, restando, em geral, a mão de obra feminina para o trabalho fabril.

Observa-se através das narrativas orais, que a maioria das trabalhadoras possuíam baixa escolaridade e um número elevado de filhos. Na História local essas trabalhadoras são invisibilizadas, não são encontradas nos arquivos e nos registros públicos, tão pouco aparecem nas narrativas oficiais.

Assim, esse trabalho tem como objetivo conhecer as mulheres "faca na bota", ou ainda, as "trabalhadoras do Norte", como ficaram

1 Doutoranda em História na Universidade Federal de Pelotas. Lattes: https://lattes.cnpq.br/2392265309427367; Orcid: 0009-0006-2996-4497, e-mail: teixeiraalice97@gmail.com.

conhecidas essas operárias. Buscando compreender quem eram essas trabalhadoras, e como era o seu cotidiano de trabalho dentro do espaço fabril, até então nunca experenciado na cidade. Além disso, espera-se observar a influência do espaço sobre os corpos femininos e as relações que as trabalhadoras estabeleciam com as/os colegas de trabalho, além de suas estratégias de resistência dentro de um espaço historicamente masculinizado, que é o do trabalho remunerado.

Isso porque o trabalho exercido dentro da fábrica não representa uma novidade para as trabalhadoras, pois por serem "do Norte" a maior parte das trabalhadoras já era familiarizada com as atividades de manipulação de pescado, pois realizavam essas atividades dentro da pesca artesanal. Na fábrica, essas trabalhadoras vão trabalhar por tarefa e serão diretamente remuneradas, o que não as tira da vulnerabilidade e tão pouco as poupam da divisão sexista de trabalho, mas que configura uma outra perspectiva de trabalho, onde o tempo representa dinheiro. Para conhecermos essas mulheres precisamos primeiro perceber o lugar em que estas trabalhadoras estão inseridas.

Um olhar para o lugar

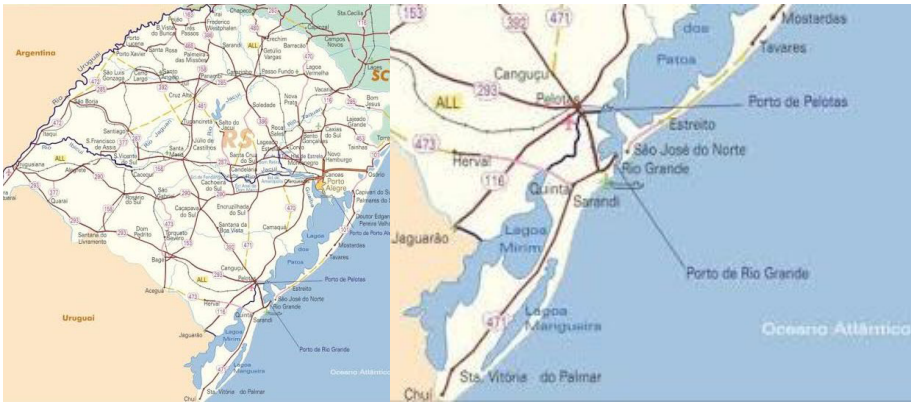
Situado ao extremo sul do Brasil, o município de São José do Norte localiza-se à beira da Laguna dos Patos, e do outro lado do canal, encontra-se o município de Rio Grande. As Figuras 1 e 1.1 apresentam o mapa do Estado do Rio Grande do Sul e um recorte que nos possibilita visualizar melhor a localização do município.

Banhado pelo Oceano Atlântico e pela Laguna dos Patos, o município abrange uma área de 1.118,109 Km^2 e sua matriz econômica ainda se baseia no setor primário, com destaque para as cadeias produtivas vinculadas à pesca e ao agronegócio, especialmente à pecuária e à produção agrícola. A cidade é reconhecida pelo cultivo de arroz e, principalmente, pela cebolicultura[2], recebendo o título de Capital Nacional da Cebola por ter sido considerada a maior produtora do bulbo no país[3].

2 Cultivo de cebola.

3 Os dados e informações utilizadas nesse trecho estão disponíveis no site da Prefeitura Municipal de São José do Norte: <http://www.saojosedonorte.rs.gov.br/sao-jose-do-norte/o-municipio/apresentacao-do-municipio>. Acesso em: 15 set. 2024.

Figura 1: Mapa do Estado do Rio Grande do Sul. Recorte com foco nos municípios do extremo sul do Rio Grande do Sul.



Disponível em: <https://wenttrip.com.br/brasil/brasil-sul/rio-grande-do-sul/mapa-do-rio-grande-do-sul/ >. Acesso em: 11 set. 2024.

Para Ferrari (1999, p. 1):

> A natureza, ao colocar o município de São José do Norte numa faixa de terra estreita e plena, inteiramente formada por solo de aluvião e banhada pelo oceano e pela Lagoa dos Patos, proporcionou aos colonizadores condições ideais para a exploração de duas atividades primárias: a agricultura e a pesca. A agricultura, porque um solo leve e iluminado por dois gigantescos espelhos d'água é muito favorável ao desenvolvimento dos vegetais, e pesca, porque as praias baixas e arenosas facilitam as pescarias.

Ao longo dos anos, a pesca caracterizou-se não só como uma produção econômica no município, mas como uma herança cultural passada de pai para filho, uma atividade familiar que perpassa gerações. Adomilli (2017, p. 37) aponta que:

> Em São José do Norte, os pescadores vivem entre a lagoa, o oceano e seu território terrestre. Atuam em dois mares: a Lagoa dos Patos, chamada de "mar de dentro", e a zona costeira do Atlântico, referência à pesca barra afora. Junto ao território em terra, esses espaços de vida dos pescadores vão além da atividade que envolve o ato de pescar em si, mas diz respeito a um modo de viver, ao ethos de pescador, ao "ser pescador", envolvendo aí não somente os homens em suas pescarias, embora esta seja a atividade que preside a identidade social do grupo,

> mas, também, as famílias e todo o universo de parentesco e sociabilidade que a compõe, bem como outras atividades, como as de redeiro e de carpinteiro naval, configurando assim comunidades de trabalho em torno da pesca artesanal.

Por muitos anos, esse estilo de vida predominou em boa parte da cidade e interior, pois havia uma quantidade significativa de peixe na região. Para Ferrari, é isso que justifica a presença de tantas fábricas de peixe no munícipio: "a fartura de pescados fez surgir a indústria pesqueira", (op. cit., p. 1). O recorte temporal desta pesquisa, entre 1970 e 1995 justifica-se pelo fato de que durante esse período se teve o maior número de fábricas funcionando simultaneamente, além de as entrevistadas também terem trabalhado durante esse período. E nesse setor:

> [...] tivemos funcionando simultaneamente oito indústrias: Martins & Figueiredo, Amaral & Irmão, Napesca, Saraiva & Santos, Humberto Ferrari & Filhos, Eduardo Ballester, J. G. Sequeira e D. X. Pereira. A Amaral cedeu seu lugar para a Nortemar, a Saraiva para a Confrio e, ultimamente Moura, a Ferrari para a Incape e, por fim, Frigoria, que com a Confrio, exportou camarão e pescados daqui para os Estados Unidos, Europa e Japão. (ibid., 1997).

A Figura 2 representa um mapa que mostra a área onde concentravam-se essas fábricas:

Figura 2: Área de concentração das fábricas de peixe em São José do Norte



Fonte: Mapa elaborado pela autora, 2019.

Observa-se que, em geral, as fábricas estavam localizadas no cais do município ou em seu entorno, facilitando o descarregamento dos barcos. Martins aponta que "o território é um agente ativo da definição das ações dessas empresas" (2006, p. 05). Além de configurar-se como um elemento fundamental para que possamos compreender a existência e permanência dessas fábricas no município por mais de duas décadas.

Valendo-se então de suas características ambientais, São José do Norte estruturou-se economicamente e culturalmente através da agricultura e da pesca. Respaldada por questões relacionadas à natureza e ao território, a cidade abrigou, conforme já dito, oito fábricas ligadas ao pescado e compôs, junto a Rio Grande, um polo industrial pesqueiro de relevância nacional. Sobre a indústria do pescado, em Rio Grande e que foram observadas em São José do Norte, através dos relatos orais, o geógrafo Marco Antônio Renner afirma que:

> O peixe destaca-se como matéria-prima principal, porém algumas fábricas processavam também camarões, siris e vegetais. Somando-se à primeira natureza, encontram-se os pescadores com sua técnica para o trabalho. Pequenos comerciantes transformaram seus comércios também em pequenas fábricas de pescado. A organização do processo dá-se em conjunto com a natureza, responsável pela produção e reprodução dos peixes, camarões, siris, bivalvos, necessários para a satisfação das necessidades da sociedade que extrai sua produção (2012, p. 29).

Assim, não só questões ligadas ao meio ambiente foram responsáveis pelo surgimento desse polo industrial pesqueiro no município, mas também uma mão de obra que despendia um menor custo das empresas. Considerando a estrutura familiar e a divisão de tarefas encontrada em várias famílias de pescadores dentro da qual o homem é o pescador, alguém que desenvolve uma atividade fora do lar e gera renda, quem sobrou nas famílias com experiência para trabalhar com pescados e ocupar as fábricas foram, em geral, as mulheres.

Mulheres que, em muitos casos, saíram pela primeira vez de casa para realizar uma tarefa diretamente remunerada, isto é, sem a interferência do marido. Mulheres que, pela primeira vez, deixaram os filhos em casa. Mulheres, também, que foram indicadas por outras mulheres sem saber o ofício de tarefeira e sem conhecimento sobre os pescados, mas buscaram um emprego, uma renda, independência financeira, ou, em

alguns casos, uma forma de sobrevivência. Às fábricas chegaram ainda mulheres separadas, viúvas e solteiras por opção, descritas pelas demais como "as sem marido".

As mulheres das fábricas de pescados são muitas, diversas e plurais, marcadas por inúmeras lutas e abusos, sofrendo várias formas de violência por parte de seus familiares, maridos, patrões e de outras mulheres dentro e de fora das fábricas. Mesmo assim, elas resistiram e ocuparam o espaço fabril.

O que as fez continuar dentro de um ambiente insalubre, violento, perigoso, fedido? A necessidade? A liberdade financeira? Ou ainda a identidade diretamente ligada à pesca artesanal? Essas perguntas norteiam este trabalho, com o intuito de compreender o cotidiano de trabalho dessas mulheres dentro das fábricas.

Entende-se que o trabalho realizado dentro das fábricas não diferia muito do que já era realizado dentro da perspectiva da pesca tradicional, mas na fábrica, por ser feito fora do lar, as mulheres encontravam-se em outra categoria social, não mais como donas de casa, mas operárias peixeiras, dedicando-se a um trabalho diretamente remunerado. Uma renda vinculada ao próprio nome possibilitava outras condições de vida a essas mulheres. Sobre essas trabalhadoras Spolle e Silva destacam que:

> As trabalhadoras das fábricas de pescado são mulheres adultas com baixa escolaridade e alta taxa de fecundidade e começaram a trabalhar muito jovens, nas atividades de apoio à família na pesca artesanal ou nas fábricas de conserva de pescado. O elevado número de mulheres chefes de família que sustentam a casa, inclusive em alguns casos de mulheres casadas, cujos maridos encontram-se sem trabalho, devido principalmente à crise na pesca, a baixa escolaridade e a especialização dos homens no setor, demonstra a importância da atividade feminina nas fábricas para as famílias e a valorização que as mulheres atribuem ao seu trabalho (2013, p. 07).

É preciso destacar também a presença de mulheres trabalhadoras solteiras dentro das fábricas. Como muitas trabalhadoras começaram a trabalhar com idade próxima aos treze anos, algumas chegavam ainda solteiras ao ambiente fabril. A renda gerada por essa trabalhadora pode ser interpretada como um complemento da renda familiar. Mas é preciso evidenciar a dificuldade de fazer um trabalho em que as mulheres comuns sejam as personagens principais, elas não estão nos registros

oficiais, nos arquivos públicos e os arquivos privados das fábricas não foram encontrados. Segundo Perrot (1995, p. 13):

> Faz-se pouca questão das mulheres no relato histórico, o qual, na verdade, ainda está pouco constituído. As que aparecem no relato dos cronistas são quase sempre excepcionais por sua beleza, virtude, heroísmo ou, pelo contrário, por suas intervenções tenebrosas e nocivas, suas vidas escandalosas. A noção de excepcionalidade indica que o estatuto vigente das mulheres é o do silêncio que consente com a ordem.

Assim, esse trabalho contempla a história de mulheres sem fama, e conta com a narrativa de duas trabalhadoras, a primeira interlocutora é Conceição Gautério da Silva, uma mulher branca, analfabeta e mãe de seis filhos. Conceição começou a trabalhar nas fábricas quando tinha treze anos, em determinado momento de sua vida alega ter se afastado por conta dos filhos pequenos, nunca casou oficialmente, mas perdeu o companheiro e pai de cinco de seus filhos muito cedo, quando ficou responsável pelo sustento de sua família. Quando concedeu a entrevista Conceição tinha setenta e sete anos.

A segunda entrevistada, Silva Silva da Conceição, é filha de Conceição, trabalhadora negra, e com o ensino fundamental básico completo. Assim como a mãe, Silvana chegou ainda jovem à fábrica, com quinze anos na época. Segundo ela, a sua mãe era a única pessoa da família que trabalhava na fábrica quando ela começou. Silvana, diferente de sua mãe tinha carteira de trabalho assinada, casou-se legalmente e o seu marido também trabalhava nas fábricas, juntos o casal teve dois filhos. Quando concedeu a entrevista Silvana tinha quarenta e nove anos.

Este trabalho parte de uma pesquisa no Arquivo Público Municipal de São José do Norte e na Biblioteca Municipal Delfina da Cunha, no mesmo município. Além de um estudo na Secretaria Municipal de Planejamento da cidade, onde a autora deste trabalho teve acesso a algumas plantas baixas de fábricas de pescados. Mas sobre as trabalhadoras nada encontrava-se. Michele Perrot (1989, p.10) reflete sobre o silêncio dos arquivos quanto as histórias das mulheres, assim dizendo: "os arquivos públicos, olhar de homens sobre homens, calavam as mulheres" (Perrot, 1989, p. 11). Para ela, a deficiência de registros primários e de fontes escritas que nutrem o nosso campo de pesquisa fazem "surgir o testemunho oral." (*ibid*, p. 15). Assim, torna-se fundamental para esta

pesquisa discutir o método de trabalho utilizado para analisar a história de mulheres comuns.

Um aporte teórico-metodológico

Gill e Silva afirmam que "a História Oral se sustenta, sobretudo, na atividade de rememorar e no jogo entre memória e identidade." (2016. p. 1). Assim, é preciso considerar que o campo da memória é um campo de disputa e que esta ocorre sempre no tempo presente. Logo, "a memória é, acima de tudo, uma reconstrução continuamente atualizada do passado, mais do que uma reconstituição fiel do mesmo" (Candau, 2023, p. 9). E a identidade aqui é compreendida enquanto uma construção social, admitindo que "memória e identidade estão indissoluvelmente ligadas." (*ibid*, p. 10). O autor afirma ainda que:

> A memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa. Ao final, resta apenas o esquecimento. [...] A memória, faculdade primeira, que alimenta a identidade. (*ibid*, p.16).

Candau reconhece que "o jogo da memória que vem fundar a identidade é necessariamente feito de lembranças e esquecimentos." (2023, p.18). Assim, as narrativas orais apresentam também esquecimentos ou silenciamentos acerca do que as trabalhadoras das fábricas não querem lembrar. Como essas memórias são sempre negociadas no presente, eventos do passado que não coincidam com os interesses do presente podem sim ser negligenciados. As narrativas sobre o passado revelam jogos de disputa entre presente e passado, isso porque "o apelo ao passado é um constante desafio lançado ao futuro, consistindo em ponderar hoje sobre o que foi feito e o que poderia ter sido feito." (*ibid*, p. 66).

O roteiro de entrevista elaborado para entrevistar as/os colaboradoras/es deste trabalho foram individualizados e, neste texto, serão abordadas quatro entrevistas, seguindo as premissas da História Oral Temática, na qual o tema central da entrevista é o mesmo e as trajetórias pessoais colaboram de formas distintas com o tema. Logo, o roteiro elaborado para

entrevistar as duas tarefeiras que serão mais diretamente referenciadas aqui, não foi o mesmo para o ex-gerente da fábrica Frigoria e para um secretário da mesma fábrica. Portelli (1997, p. 40) diz que:

> A memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados. Em vista disso, as recordações podem ser semelhantes, contraditórias ou sobrepostas. Porém, em hipótese alguma, as lembranças de duas pessoas são – assim como as impressões digitais, ou, a bem da verdade, como as vozes exatamente iguais.

O intuito de abordar redes distintas como tarefeiras e funcionários de escritório das fábricas é justamente comparar as narrativas pessoais de cada colaborador, buscando as contradições presentes nessas memórias, para compreender o máximo possível do processo e período analisados. Em alguns momentos as perspectivas sobre as fábricas e o trabalho feminino dentro dessas redes se distingue. Amado (1996, p. 132) entende que

> Memória e história conjugam-se também para conferir identidade a quem recorda. Cada ser humano pode ser identificado pelo conjunto de suas memórias; embora estas sejam sempre sociais, um determinado conjunto de memórias só pode pertencer a uma única pessoa.

No entanto, como as vivências e o cotidiano de trabalho dessas mulheres eram coletivos, as memórias narradas pelas colaboradoras são muito similares, ainda que evidentemente apresentem singularidades de cunho pessoal. O que evidencia que as lembranças são individuais mas que a memória é social, construída no tempo presente e perpassada por lembranças e esquecimentos de acordo com o grupo no qual aquele que está rememorando está inserido. "A memória toma as experiências inteligíveis, conferindo-lhes significados. Ao trazer o passado até o presente, recria o passado, ao mesmo tempo em que o projeta no futuro." (*ibid*, p. 132).

Para dialogar com essas memórias e pesquisar sobre o passado fabril de São José do Norte recorro às fontes orais, a partir da qual a manifestação mais conhecida e neste trabalho abordada é a entrevista. Faz-se importante reiterar o caráter social da HO:

> Pode-se dizer que a história oral em sua origem teve uma luta importante que a definiu: superar o exclusivismo da história de figuras exemplares. A inscrição de pessoas comuns foi uma etapa significativa e que serviu de ponto de apoio para a outra tendência, a história de grupos que de alguma maneira ficaram à margem do processo de integração social (Meihy, Holanda, 2023, p. 106/107).

Reconhecida também como história viva, a HO abordada no texto apresenta-se de forma híbrida, possibilitando assim que os relatos orais dialoguem com outras fontes, como documentos iconográficos e registros escritos, em especial matérias do Jornal Folha do Norte, disponíveis no Arquivo Público Municipal. Quanto à formação da rede das entrevistas, Meihy e Holanda salientam que: "a origem da rede é sempre o *ponto zero*, e essa entrevista deve orientar a formação das demais redes." (2023, p. 54). O ponto zero dessa pesquisa foi a interlocutora Conceição Gautério da Silva, atualmente com 82 anos. Como eu não encontrava informações dessas trabalhadoras nos arquivos e registros públicos, iniciei a pesquisa com a minha avó e ela foi me indicando outras trabalhadoras que tinham sido suas colegas, contribuindo assim para a consolidação desta rede. Nessa perspectiva minha relação com as/os entrevistados segue a orientação de Meihy e Seawright:

> Em vez de considerar o entrevistado, ou interlocutor, como "depoente", "ator social" ou "informante", "objeto de pesquisa", a noção de "colaboração" deve estar presente desde a escrita do projeto. A decomposição do termo co-labor-ação é fundamental tanto para o andamento técnico do projeto como para sua função ética, pois remete à mediação, à participação conjunta e comprometida das partes, e também à relação efetuada por presenças que marcam diferenças, ao mesmo tempo em que se garantem buscas por mutualidades (2021, p. 20).

Em seguida apresentarei trechos de algumas entrevistas e poderemos observar as singularidades de cada narrativa o que nos possibilita contestar fatos e relatos.

> Torna-se fundamental considerar que a história oral é sempre narrativa de variante do fato dúbio que comporta versões de quem presenciou um acontecimento ou que, pelo menos, dele tenha alguma alternativa que seja discutível ou passível de contestação. Como a "verdade objetiva" é um elemento exposto à verificação, o entrevistador pode e até deve provocar opiniões contrárias e discuti-las com o emissor com fins de

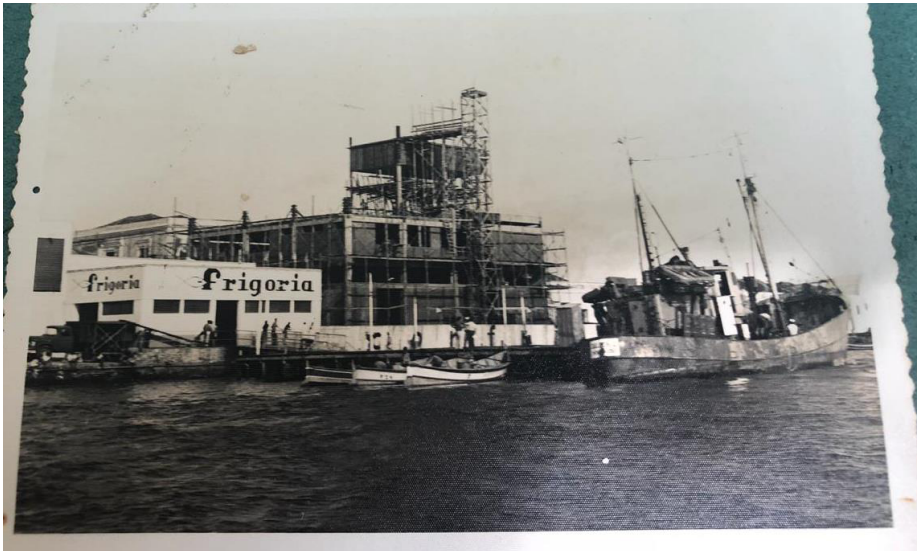
> elucidação de uma versão que é contestável. Não se trata apenas de ouvir "o outro lado da questão" e, sim, de formular argumentos consequentes que serão aliados a outros com finalidade de instruir os repositórios de memória. (*ibid*, p.71).

Esse tipo de variação ficará bastante evidente quando confrontarmos as memórias de um ex-gerente de uma das fábricas aqui discutidas, com as memórias das trabalhadoras.

As fábricas de pescado e as tarefeiras de São José do Norte

A figura a seguir representa fábrica Frigoria, a direita é possível visualizar uma construção, onde foi a fábrica Saraiva e Irmãos, que posteriormente abrigou a Fábrica Confrio e, por último, o complexo Moura. A sua frente é possível observar um trapiche, no qual os barcos descarregavam os pescados.

Figura 3: Fábrica Frigoria



Fonte: Arquivo pessoal, 2019.

Como relatado pelas entrevistadas, o trabalho dentro das fábricas era realizado por tarefa, mas, para que houvesse uma tarefa, era necessária a

chegada de um barco carregado. Através das narrativas das colaboradoras foi possível observar que após a chegada do barco, o peixe era levado para dentro da fábrica (pelas esteiras, para a sala de filetagem), logo em seguida as trabalhadoras realizavam a tarefa (que podia ser separar o tipo e/ou tamanho do peixe, limpar o peixe, filetar o peixe, separar o camarão miúdo do grande, abrir as conchas etc.), e por fim, embalavam e estocavam para a venda.

Conforme citado anteriormente, o material perecível deve ser elaborado junto à sua fonte, e essa elaboração não pode tardar muito a ser feita, pois o produto pode estragar e gerar um prejuízo à fábrica. O que acontecia, então, é que a trabalhadora executava uma tarefa, recebia por ela, e, a princípio, cumpria seu horário de trabalho. No entanto, quando o barco chegava, era necessário que se fizesse a limpeza, separação e o devido acondicionamento do produto, assim, elas precisavam trabalhar até que a carga do barco fosse finalizada.

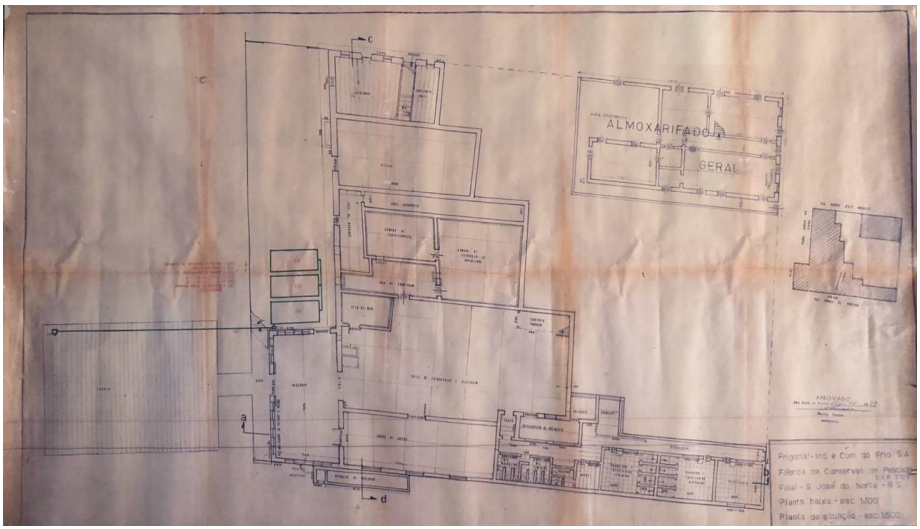
As entrevistadas relatam que, se fossem embora, não seriam mais chamadas, ou seja, a liberdade para decidir seus próprios horários de trabalho, supostamente garantida por seus patrões, na prática, não era uma realidade para essas mulheres. Ao ser questionada sobre os horários de chegada e saída nas fábricas a trabalhadora Silvana Silva da Conceição, relembra uma passagem sua em uma fábrica de pescado na cidade de Rio Grande e diz que: "tinha para chegar, para sair na Pescal não tinha, a gente entrava lá para dentro e saia uma hora da madrugada, duas horas, as vezes virava a noite."

Muitas trabalhadoras afirmaram que chegavam cedo às fábricas e saíam tarde. No município de São José do Norte, podiam usufruir do intervalo para almoçar em casa, mas algumas optavam por fazer suas refeições dentro da fábrica, otimizando o seu tempo, para poder trabalhar mais. Mas quando trabalhavam na cidade vizinha, Rio Grande, levavam a comida e faziam todas as refeições (café da manhã/almoço/café da tarde) em refeitórios, passando o dia inteiro dentro das fábricas, sem outra opção, já que o deslocamento levaria muito tempo.

Como a fábrica ocupava longas horas do cotidiano dessas mulheres, faz-se interessante conhecer esses espaços. A busca pelas plantas baixas dessas fábricas aconteceu através da Secretaria de Planejamento do município de São José do Norte, mas nem todos os documentos das

fábricas foram localizados. A seguir apresento a planta baixa da fábrica Frigoria, pois além de ter relação com a entrevista de um ex-gerente, e, também, da tarefeira Conceição que atuou nesta fábrica, é uma planta que está bastante conservada e legível.

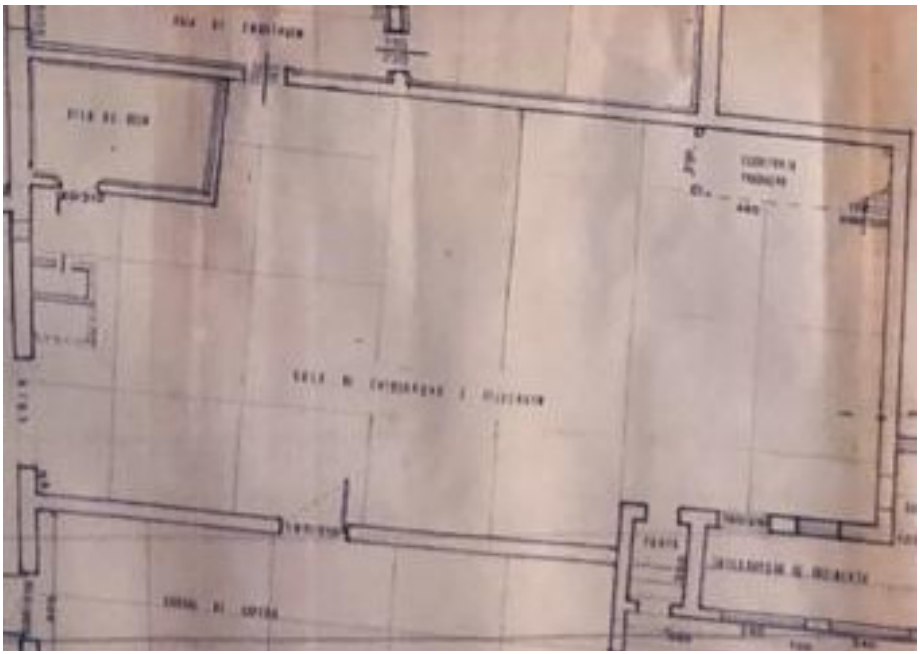
Figura 4: Foto da planta baixa da fábrica Frigoria Indústria e Comércio do Frio S.A., escala 1:100, localizada no município de São José do Norte



Fonte: Arquivo pessoal, 2019.

A próxima imagem (Figura 4.1) é um recorte da imagem anterior, para que possamos observar melhor o espaço descrito na planta baixa como "sala de evisceração e filetagem". Era nesse local que as tarefeiras trabalhavam sob luzes artificiais que, com a ausência de janelas, faziam as trabalhadoras perderem, inclusive, a noção do dia e da noite.

Figura 4.1: Recorte da figura anterior com foco na "sala de evisceração e filetagem"



Fonte: Arquivo pessoal, 2019.

Sabemos que a luz natural é um elemento fundamental aos seres humanos. A Carta de Atenas, publicada em 1933, reconhece a necessidade "em proporção suficiente, de certos elementos indispensáveis aos seres vivos: sol, espaço, vegetação." (Ciam, 1933, p. 7). Compreende-se ainda que os elementos materiais não humanos têm poder de induzir, direcionar, motivar, possibilitar, ou impedir ações e condutas. Assim, a arquitetura dessas fábricas foi projetada tendo em vista estas questões, ainda que seja preciso lembrar que nem sempre ações e/ou reações sejam sempre intencionais. A demarcação do espaço determinava onde a tarefeira deveria estar sem que ninguém precisasse dizer a ela, e até seus banheiros ficavam próximos à sala de trabalho. A fábrica como tecnologia de poder é um lugar pensado para demarcar limites, estabelecer hierarquias e determinar funções e tarefas a serem desenvolvidas. Logo, a estrutura

fabril influenciava diretamente a produção, o ritmo de trabalho e o modo de agir dessas mulheres.

O trabalho dito "feminino" dentro das fábricas estava diretamente ligado às tarefas exercidas pelas mulheres no âmbito familiar, ou seja, na indústria do peixe, as trabalhadoras tinham tarefas, em geral, ligadas à seleção e à preparação de produtos perecíveis, diferentemente das tarefas sob responsabilidade masculina, como a pesca e o descarregamento dos barcos. Ao homem cabe o trabalho reconhecido como pesado, às mulheres o peso do trabalho leve (Paulilo, 1987).

O espaço do homem é representado pelo barco, que viaja, que descobre, que busca e traz mantimentos (homem provedor). Já o espaço da mulher é representado pela fábrica, em especial, pela sala de tarefa (onde se elaborava o produto), fechada, ocupada por outras mulheres, fedida, invisível, desconfortável, esquecida (um espaço que remete à mulher auxiliadora). Nesse sentido, Costa compreende que a arquitetura

> opera no sentido de reforçar o patriarcado e as tecnologias de gênero que atuam na construção da domesticidade feminina, mantendo o status quo dominante. Ora, o seu registro arquitetônico constitui um dispositivo de dominação patriarcal. Saliento, entretanto, que a ordem social da arquitetura é possível de ser burlada. Pois ao mesmo tempo em que a arquitetura impõe uma lógica de poder, ela também pode ser modificada pelas mulheres operárias, que podem vir a utilizar o seu próprio ordenamento para subvertê-la, como uma forma de resistir (2017, p. 47).

Outro ponto que saliento aqui é que, ao longo de toda a pesquisa, não soube de nenhuma mulher que exercesse a função de capataz: supervisor da tarefa, o capataz sempre era homem. A divisão espacial da fábrica é extremamente marcante. Em geral, nas plantas, os escritórios (onde se dedicavam à burocracia da fábrica) eram separados do local onde era realizada a tarefa, ou, quando não eram fisicamente separados, os escritórios encontravam-se na parte da frente, e a sala de tarefa e acondicionamento na parte de trás.

O escritório era um espaço que se contrapunha à sala da tarefa, em geral, grande, fechada, cheia, malcheirosa e ocupada basicamente por mulheres. Nele, o ambiente era menor, ventilado, limpo, iluminado naturalmente pela presença de grandes janelas, ocupado por um número de funcionários pequeno e, em sua maioria, homens.

As fábricas dispunham de banheiros e, obviamente, estes eram separados, ou seja, os banheiros junto aos escritórios contavam com vasos sanitários e cubas de pia, destinados aos funcionários daquele espaço, enquanto as tarefeiras dispunham de outros banheiros, divididos entre e femininos e masculinos. Além disso, os banheiros das tarefeiras, contavam com um item que não era encontrado nos banheiros dos escritórios: o chuveiro.

Outro espaço que tem um forte significado e reflete não só a hierarquia dentro das fábricas, mas também seus dispositivos de opressão, é o curral, que nem sempre aparece nas plantas baixas, uma vez que é um espaço construído e desconstruído mediante a necessidade de armazenamento. Quando aparece, no entanto, localiza-se depois da sala de recepção. Ao lado da sala de filetagem, e atrás de sua parede lateral, encontravam-se os banheiros dos tarefeiros. Sobre o curral a ex-tarefeira Silvana Silva da Conceição relata que:

> O curral era porque não tinha mais onde botar peixe, era muito peixe, não tinha mais onde botar peixe, então eles começavam a botar peixe no chão, fora das câmaras frias né, e ali jogavam peixe e gelo, peixe e gelo, ai quando liberava espaço nas câmaras para gelar, a gelar a gente tinha que tirar os peixes dali, subia pra cima daqueles combros para tirar o peixe. A gente fervia. [...] O dia que me botaram para desmanchar um curral de peixe que era cheio de gelo, eu fiquei assim ó, me deu bastante cólica, bastante dor de baixo da barriga.

Para Kuniochi e Costa "a familiaridade com a pesca favoreceu o trabalho das mulheres nas fábricas de peixe" (2010, p.06). É importante compreender que desde esse momento as mulheres foram inseridas em uma lógica sexista de trabalho em que:

> A presença das mulheres no trabalho produtivo e remunerado está marcada pelas atividades exercidas e apreendidas no trabalho reprodutivo realizado no espaço doméstico e inclui os serviços ligados aos cuidados de higiene e limpeza, de assistência aos filhos e aos idosos e à alimentação familiar. Situação que representa a condição histórica em que o gênero, entendido como uma construção social do feminino e do masculino, é fator determinante para a participação de mulheres e de homens em determinadas ocupações, constituindo-se na divisão sexual do trabalho. Historicamente, as mulheres ocuparam postos de trabalho nos setores de serviços, como educação, higiene e preparação de produtos alimentícios. Na indústria, as mulheres ocuparam postos de

> trabalho nos setores têxteis, de vestuário e de fabricação de alimentos (Spolle; Silva, 2013, p. 1).

"A construção ideológica de gênero mantém a dominação masculina" (Spivak, 2010), por isso, a presença dessas mulheres nas fábricas não pode ser compreendida como uma ocupação natural, pois só se justifica por fatores de desigualdade e subalternidade: a mão de obra feminina é mais barata às fábricas e as condições econômicas dessas mulheres são extremamente vulneráveis, em especial das trabalhadoras que tinham nas fábricas a única fonte de renda familiar. Compreende-se aqui o conceito de vulnerabilidade condicionado à questão financeira, pessoas vulneráveis estão situadas economicamente na pobreza.

> Pessoas, famílias e comunidades são vulneráveis quando não dispõem de recursos materiais e imateriais para enfrentar com sucesso os ricos a que são ou estão submetidas, nem de capacidades para adotar cursos de ações/estratégias que lhes possibilitem alcançar patamares razoáveis de segurança pessoal/coletiva. (Janczura, 2012, p. 304).

O trecho a seguir é parte da entrevista realizada com Guaracy Ferrari, ex-gerente da empresa Frigoria, e ajudará a compreender de forma simples e direta a situação econômica dessas trabalhadoras:

> Interessante é que na época da Frigoria uma firma comprou a empresa do Darci Saraiva (Saraiva & Santos) e fizeram a Confrio. A Confrio dava leite para os funcionários, café com recheada, tudo direitinho. A Frigoria não, só que tinha uma diferença: a Confrio pagava por semana e a Frigoria pagava toda hora. Tinha gente que chegava lá e não tinha dinheiro nem para o pão da manhã, ia lá fazia uma tarefa, ia no escritório entregava a ficha e pegava o dinheiro. Então ia comprar o primeiro pão para a família. Mas a Confrio só no fim da semana, então o que acontecia: muitos iam na Confrio, tomavam o café e depois atravessavam a rua e iam trabalhar na Frigoria.

Quando questionado sobre outros benefícios fornecidos pela fábrica, como plano de saúde Guaracy Ferrari afirma que esses direitos eram "para os de carteira assinada, ou outros não tinha vínculo. Um dia trabalhava em um lado, no outro dia trabalhava no outro. Os da casa tinham toda cobertura.", é importante relembrar que tarefeira é uma pessoa que trabalha por tarefa, logo, a grande maioria das trabalhadoras

destas fábricas, que eram as tarefeiras não possuíam carteira assinada e por conseguinte não tinham acesso ao plano de saúde.

Ainda sobre a ausência da carteira de trabalho paras tarefeiras e sobre o público que trabalhava na fábrica o ex-funcionário Paulo Maio afirma que:

> Eu trabalhava na parte administrativa, mas eu gostava muito de ir para dentro assim do salão, onde as tarefeiras na época, né? Naquele tempo a carteira assinada praticamente não existia, então era uma meia dúzia de funcionários fixos trabalhando dentro da fábrica propriamente dita e o pessoal do escritório que tinha sua carteira assinada e o grosso assim do pessoal todo, homens e mulheres, até jovenzinhos e crianças, eles trabalhavam sem carteira assinada, por tarefa, era o grosso da mão de obra.

A narrativa de Paulo nos permite observar que a maior parte das trabalhadoras das fábricas eram mulheres tarefeiras que não contavam com carteira assinada e nem benefícios, bem como crianças. O que contrapõem de forma intensa a narrativa do ex-gerente Guaracy quando dizia que os funcionários das fábricas tinham acesso, por exemplo, a plano de saúde e remédios. Ainda que de forma avulsa as tarefeiras compunham o maior número de trabalhadoras dessas fábricas e sem seu trabalho a fábrica sucumbe, é o peso da desvalorização sexista, a invisibilização do trabalho feminino e infantil.

Para Guaracy as trabalhadoras não eram sempre as mesmas, como trabalhavam por tarefa elas podiam ter essa flexibilização de não compor sempre o mesmo espaço, mas segundo Paulo: "elas eram sempre as mesmas e eram muitas. E é uma pena que esse pessoal até mesmo para aposentadoria deve ter tido dificuldade para conseguir."

Ao falar sobre sua vida profissional, Silvana relata que: "A primeira vez, com quinze anos, foi na Pescal, trabalhei um ano, depois na Torquato trabalhei sete meses, depois na Furtado três meses, e no Moura acho que dois anos". Essa narrativa evidencia que Silvana era dentro de um determinado período de tempo sempre funcionária da mesma fábrica, o que corrobora com a fala de Paulo e contrapõe a fala de Guaracy.

A ex-tarefeira Conceição segue a narrativa de Silvana quanto ao tempo de trabalho nas fábricas, sempre alegando ficar bastante tempo em determinada fábrica, e fala o mesmo sobre a Frigoria, onde Guaracy

foi gerente, "trabalhei muito tempo na Frigoria". Reforço isso para evidenciar que em geral, as narrativas não apresentam essa rotatividade entre fábricas por parte das tarefeiras, bem como a jornada de trabalho flexível também não é evidenciada, uma vez que o produto perecível precisa ser manipulado para depois armazenado.

Por ser um município de pequeno porte, em São José do Norte, e principalmente no período do apogeu dessas fábricas as pessoas em geral se conheciam, e isso pode, aliado aos discursos saudosistas referentes a esse período criar uma falsa sensação de que o trabalho fabril aqui era menos exploratório, ou ainda, que não era perpassado por desafios e violências. De forma geral, a ex-tarefeiras relembram com saudade o tempo em que trabalhavam nas fábricas, Conceição diz que "sinto muitas saudades, muita falta dos amigos, das amigas, alguns que já se foram, outros que tão aí." Mas esse sentimento de saudade do convívio não pode ser por nós negligenciado, isso porque se reconhecemos a memória como uma construção sempre elaborada no presente, precisamos refletir sobre essa construção fortemente marcada pelo sentimento de nostalgia. Pois, o fato de as fábricas não estarem mais em funcionamento também alimenta esse sentimento de saudade.

Ainda sobre o período em que trabalhou nas fábricas Silvana relata que "era bom, a gente fervia, quando eu não ia trabalhar, chegava atrasada, eles botavam no castigo, nessas coisas que eu te falei, nesses curral, para tirar peixe." Narrativas como essa evidenciam que existia sim um regramento de trabalho e que ao descumprir as regras as trabalhadoras eram punidas, ainda que hoje possamos observar estratégias como essa, faz-se importante destacar a questão dos castigos nas fábricas de São José do Norte, pois por ser um município pequeno, onde a maioria das pessoas se conheciam, existia a ideia equivocada de que todos os colaboradores eram amigos, ou ainda que não havia hierarquia entre os/as trabalhadores/as.

Entre as trabalhadoras o sentimento principal que aparece nas narrativas é o companheirismo, mas existiam casos de desentendimentos entre os trabalhadores, Conceição chega a narrar um desses episódios que ocorreu com um ex-tarefeiro que era seu colega: "tinha um que só queria lavar banheira, com a mangueirinha lavando banheira e as mulheres carregando peso, os lixos de peixe para a rua para despejar

nos tanques e eles ali. [...] Ai teve um dia que eu não estava muito, muito minha, eu peguei e putiei ele, já chamei ele de malandro." Essa narrativa demonstra uma estratégia masculina de auferir proveito sobre as mulheres. Enquanto as trabalhadoras estavam realizando o trabalho pesado, os homens ficavam fugindo desse trabalho, executando tarefas mais leves. Tal estratégia visa o lucro masculino sobre as atividades exercidas por mulheres, como ocorre, comumente, nos espaços privados.

As fábricas de pescado se apresentam enquanto espaços bastante plurais, ocupadas por diferentes trabalhadores e com dois setores fortemente demarcados, funcionários do escritório e tarefeiras, o espaço configura-se de forma distinta em relação a ocupação do/a trabalhador/a dentro do espaço fabril. As questões fora da fábrica implicam ainda dentro desse cotidiano de trabalho, os filhos e os casamentos aparecem ora como motivação para o trabalho, ora como impedimento para o mesmo, segundo Conceição quando: "veio os filhos, ele [o marido] não deixava eu trabalhar, porque tinha que cuidar das crianças, ai depois com o tempo, que estavam todos grandes, ai eu comecei a ir de novo." Isso evidencia que a jornada de trabalho dessas mulheres não estava condicionada somente a fábrica, mas também às demandas familiares, como o trabalho reprodutivo. O que exemplifica o quanto é intensa a relação de trabalho e família nas indústrias de pescado do município, atreladas principalmente ao saber fazer. Aqui o cotidiano de trabalho, perpassa pelo cotidiano familiar, sendo inclusive indissociável.

Considerações parciais

Esse estudo, ainda que seja precedido pelo trabalho "Da rede à fábrica: Uma Arqueologia das mulheres trabalhadoras de São José do Norte – RS (1970-1995)", da autora, encontra-se em nível de pesquisa de doutoramento em estágio inicial, mas algumas considerações já podem ser feitas. As trabalhadoras contam com orgulho suas práticas de trabalho com o peixe, evidenciado o quanto conhecem a matéria prima das fábricas e como sabem manipulá-las com eficiência: "Não tem peixe que eu não conheça"; "A gente separa o peixe no olho, a gente aqui do Norte conhece bem os peixe", "Eles não gostam muito de pegar guria

nova para trabalhar, por que elas não conhecem o peixe"; "Meu pai tinha parelha, a gente se criou com peixe"[4].

As entrevistadas começaram a trabalhar ainda muito jovens, com idade entre treze e quinze anos, o que demonstra a vulnerabilidade de suas famílias. O número de filhos das trabalhadoras é bastante significativo, uma vez que a média de filhos entre as colaboradoras aqui citadas é de quatro filhos por trabalhadora.

A tarefa (atividade exercida por todas as entrevistadas) era, em sua maior parte, cumprida por mulheres, pois trata-se de trabalho de cuidado com os alimentos feito, especialmente, por elas. É inegável que a renda obtida por essas trabalhadoras sustentava suas famílias, como bem evidencia a narrativa de Conceição Gautério da Silva, ex-trabalhadora das fábrica, viúva e mãe de seis filhos.

Para a maioria dessas mulheres, o trabalho na fábrica representava muito mais do que luta e busca por direitos iguais em uma sociedade capitalista e patriarcal, garantindo necessidades básicas da família, como a alimentação. Muitas mulheres optavam pelo trabalho nas fábricas por conta da forma de pagamento imediata, após a realização da tarefa, isso por não possuírem sequer dinheiro para alimentação.

Evidentemente, as lembranças sobre esse período variam de acordo com o/a colaborador/a. Mas existem memórias coletivas envolvidas nesse processo, onde cotidianamente as "trabalhadoras do Norte", como ficaram conhecidas as trabalhadoras de São José do Norte, quando começam a trabalhar nas fábricas do município de Rio Grande, ou ainda "mulheres faca na bota", por portarem uma peixeira[5] dentro das botas, rememoram a sua rotina de trabalho.

Ainda, é importante retomar o papel social da HO, ao possibilitar a pesquisa e construção de um trabalho acadêmico, no qual as personagens principais da história sejam trabalhadoras comuns, historicamente silenciadas e invisibilizadas. Escrever uma história das mulheres trabalhadoras do Norte é, sobretudo, contribuir para o protagonismo daquelas que tanto fizeram pela pesca artesanal e fabril da cidade. É evidenciar o lugar dessas mulheres na história local.

4 Todos os trechos citados foram retirados de entrevistas realizadas.

5 Faca especializada para trabalhar com peixe, ou ainda, adjetivo pejorativo para referir-se as trabalhadoras das fábricas.

Referências Bibliográficas

ADOMILLI, G. K. Pescarias e embarcações: a tradição cultural de comunidades de trabalho da pesca artesanal em São José do Norte/RS. In: **Referências culturais do município de São José do Norte.** Rio Grande: Editora Pluscom, 2017, p.34-52.

AMADO, J. **O grande mentiroso**: tradição, veracidade e imaginação em História Oral. História, São Paulo, nº14, p. 125-136, 1995.

CANDAU, J. **Memória e Identidade**. Editora Contexto. São Paulo. 2023.

CONGRESSO INTERNACIONAL DA ARQUITETURA MODERNA (CIAM). **Carta de Atenas**. 1933. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf. Acesso em: 17 jul. 2023.

COSTA, V. A. **As trabalhadoras resistem**: uma arqueologia das mulheres operárias da fábrica Rheingantz (1884-1919). 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arqueologia) – Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande.

FERRARI, G. **A cidade do já teve**. 1997.

FERRARI, G. **O papel da indústria no desenvolvimento de São José do Norte**. 1999.

GILL, L. A.. SILVA, E. B. **Perspectivas para a História Oral**. Departamento de História: capítulos de livros, disponível em: http://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/8301. Pelotas. 2016, p 01-20.

JANCZURA, R. Risco ou vulnerabilidade social? **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 301-308. 2012.

KUNIOCHI, M. N.; COSTA, A. P. A. Precarização e preconceito: mulheres trabalhadoras da indústria da pesca. **X Encontro Estadual de História**. UFSM/ UNIFRA, Santa Maria. 2010.

MARTINS, C. A. A. **Indústria da pesca no Brasil**: o uso do território por empresas de enlatamento de pescado. 2006. Tese de Doutorado em Geografia – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MEIHY, J.C.S.B.; HOLANDA, F. **História oral:** como fazer, como pensar. 2. ed., São Paulo, Contexto, 2023.

PAULILO, M. I. S. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 28, p. 64-70, jan./fev., 1987.

PERROT, M. Práticas da memória feminina. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.9, nº18, p 09-18, 1989.

PERROT, M. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. **Cadernos Pagu**, 1995, p. 9-28. Disponível em: https://ieg.ufsc.br/public/storage/articles/October2020/Pagu/1995(4)/Perrot.pdf. Acesso em 27 set. 2024.

PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre História Oral. **Proj, História**, São Paulo (15), 1997.

RENNER, M. A. G. **Industrialização do pescado em Rio Grande – RS – Brasil**: as transformações na organização da industrialização de pescado em Rio Grande – RS – Brasil. Novas Edições Acadêmicas, 2012.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar**?. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

SPOLLE, M. V.; SILVA, S. M. V. O trabalho feminino nas fábricas de conserva de pescado: a permanência de uma exploração laboral. **Scripta Nova**, Barcelona, v. 28, n. 464, jan. 2013.

TEIXEIRA, A.C. **Da rede à fábrica**: uma Arqueologia das mulheres trabalhadoras de São José do Norte – RS (1970 - 1995). Monografia. Universidade Federal do Rio Grande, 2019.

Referências Orais

CONCEIÇÃO, S. S. Entrevista realizada em 25/05/2019, na residência da entrevistadora.

FERRARI, G. Entrevista realizada em 31/08/2019 na residência da interlocutora.

MAIO, P. Entrevista realizada em 02/08/2019, na residência da interlocutora.

SILVA, C. G. Entrevista realizada em 25/02/2019, na residência da interlocutora.

NARRATIVAS DOS GUARDIÕES DA MEMÓRIA DA PEDREIRA DO CERRO DO ESTADO: NA MEMÓRIA DE HOMENS COMUNS

Gladis Rejane Moran Ferreira[1]

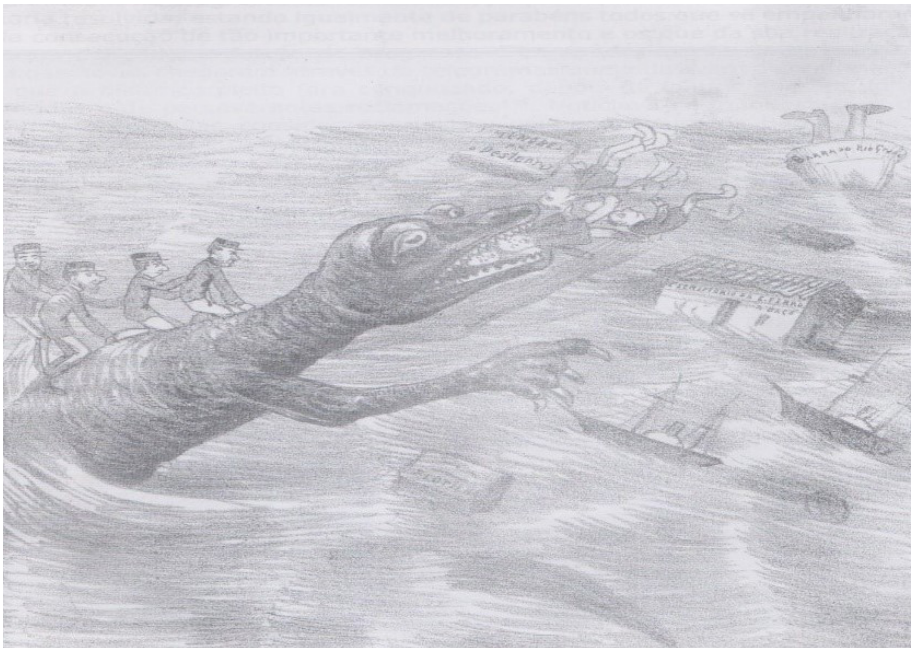
Durante o século XIX, a cidade do Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul, foi rota do transporte marítimo para as outras regiões do Brasil e para o exterior. No entanto, devido a ineficiência do calado do cais do porto para receber navios de maior porte e os transtornos causados pelas correntes marítimas e ventos, que assoreavam o canal de acesso na entrada da barra[2], muitas perdas causadas por acidentes foram registradas, fato que fez com que a barra ficasse conhecida na imprensa local como "Barra Diabólica[3]" ou "Cemitério de Navios" (Figura 1).

1 Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas. UFPEL

2 Entrada de um porto entre duas porções avançadas de terra firme.

3 A origem da denominação "Barra Diabólica" não é clara, mas aparece em termos análogos usados por Silva Paes e pelo governador Gomes Freire de Andrade, ainda na primeira metade do século XVIII (Torres, 2015, p. 14).

Figura 1 – Caricatura da "Barra diabólica" ou Cemitério de navios" retratada na imprensa local



Fonte: Jornal *O Bisturi*, jan. 1890

Com a comunicação pelo mar frustrada devido as condições difíceis de acessibilidade o Governo Imperial necessitava garantir a navegabilidade e algumas medidas foram tomadas. Dentre elas, comissões foram constituídas para estudar e dar segurança para as embarcações. A mais importante delas, criada no ano de 1883[4], propôs a construção de dois molhes[5] convergentes. Um deles, de lado Oeste, na cidade do Rio Grande e outro, de lado Leste, na cidade de São José do Norte.

No ano de 1907 o Governo Federal contrata a *Compagnie Française du Port* do Rio Grande do Sul, com o objetivo de construir os Molhes da Barra e um novo porto, de maior calado, ambos na cidade do Rio Grande. Para que as obras de construção do novo porto e a ligação

4 Ficou conhecida como Comissão de Melhoramento do Porto e Barra do Rio Grande do Sul que era presidida pela engenheiro Honório Bicalho.

5 Prolongamentos de pedras, dispostas na raiz da barra que avançam mar adentro.

deste ao Porto Velho[6] fossem possíveis a companhia francesa comprou extensas áreas de terras na cidade do Rio Grande e duas pedreiras localizadas na cidade de Pelotas, a de Monte Bonito[7] (Figura 2), que posteriormente se tornou insuficiente para a extração das pedras, e a do Cerro do Estado, no lugar conhecido como Capão do Leão[8] (Figura 3). Em ambas foram construídos complexos industriais para a extração do granito suficiente para as obras dos molhes da barra, compostos por uma estrada férrea, moradias para operários e encarregados; usinas elétro-pneumáticas[9]; galpões, que abrigaram as oficinas, as máquinas, a ferraria, a marcenaria e o almoxarifado; também foram construídas a britadeira e montados os equipamentos de trabalho.

Juntamente com a Companhia Francesa chegou mão de obra especializada, formada por engenheiros e técnicos franceses e de outras nacionalidades, principalmente a italiana. Grande parte dos trabalhadores que construíram a estrada ferroviária para o transporte das pedras eram empregados belgas que também foram responsáveis pela construção da estrada de ferro da *Compagnie Auxiliaire des Chemins de Fer au Brésil*[10]. Com a oferta de trabalho nas pedreiras outros trabalhadores chegaram pelos portos de Rio Grande e Pelotas, alguns, oriundos da pecuária e agricultura, sem nenhuma experiência na extração do granito. Também vieram trabalhadores de Portugal, Espanha, Alemanha, Rússia, Hungria, Romênia, Uruguai e Argentina. Os argentinos vieram com muita experiência no trabalho com o granito.

6 Como o porto natural da cidade do Rio Grande passou a ser chamado a partir da construção do Porto Novo

7 Apesar de deixar de ser explorada no ano de 1915 a Pedreira de Monte Bonito continuou a pertencer a Compagnie Française du Port do Rio Grande de Sul e integrou o seu inventário. Posteriormente o Governo Federal retoma a área que deixa de estar sob a guarda do Porto do Rio Grande.

8 Atualmente este local faz parte da cidade de Capão do Leão, que se emancipou de Pelotas em 1982.

9 Processo de geração de energia autossustentável.

10 Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer du Brésil que nesta época era arrendatária de toda a rede ferroviário do Estado.

Figura 2 – Pedreira de Monte Bonito



Fonte: Acervo de Fotos da Compagnie Française du Port do Rio Grande do Sul. Biblioteca do Porto do Rio Grande

Figura 3 – Pedreira do Cerro do Estado. Capão do Leão



Fonte: Acervo de Fotos da Compagnie Française du Port do Rio Grande do Sul. Biblioteca do Porto do Rio Grande

No ano de 1916, logo após a abertura dos Molhes da Barra e a inauguração do cais do Porto Novo, em consequência da I Guerra Mundial, as atividades da Pedreira de Monte Bonito foram suspensas por motivo de redução de despesas. Na sequência, em 1919, o contrato com a *Compagnie Française du Port* do Rio Grande do Sul foi descontinuado e o trabalho nas obras do novo porto e dos Molhes da barra foram encampados pelo Governo Federal que no mesmo ano transferiu a concessão do Porto do Rio Grande para o Estado do Rio Grande do Sul. Dados de 1921 apontam que após a encampação da companhia francesa o número de habitantes na Vila do Capão do Leão era de 915, dos 1400 anteriores, pois a maioria dos funcionários foram exonerados (Dias, 2010). A lavra da Pedreira do Cerro do Estado continuou a ser explorada pelo Governo Estadual até o ano de 1926, quando foi novamente encampada por 13 anos, à Companhia Americana de Construcciones Y Pavimentos S. A[11], com o objetivo de exploração da rocha para a manutenção dos Molhes da Barra e do Porto do Rio Grande. Neste período, a companhia americana diversificou a produção na pedreira, pois, além do fornecimento das pedras, que era cerca de 80% da sua produção, também produziu moirões[12]; pedra britada[13], paralelepípedos[14], argila[15] e pedras especiais[16]. A produção de paralelepípedo serviu para a pavimentação das ruas das cidades de Rio Grande, Pelotas, São Jose do Norte, Montevidéu e Buenos Aires, além de pátios de igrejas, indústrias, e firmas construtoras, de áreas do Exército e da Marinha, e demais serviços gerais de calçamento.

Em 1939 a responsabilidade da Pedreira de Cerro do Estado retornou à administração do Estado do Rio Grande do Sul, sob a guarda da Diretoria de Obras do Porto e Barra do Rio Grande, subordinada à Secretaria de Obras Públicas. No entanto, por motivo do

11 Pertencente a um grupo norte americano, com matriz em Buenos Aires.

12 Estacas, troncos ou vigas, retirados do meio ambiente a partir do corte de árvores para utilização na construção.

13 Tipo de material obtido pela trituração de rochas como granito e utilizada na construção civil.

14 Pequeno bloco esculpido em granito, utilizado em pavimento, calçadas e acabamento.

15 É um mineral de rocha sedimentar, composto de finos grãos.

16 Pedras cortadas em tamanhos especiais, algumas utilizadas para guarnições de monumentos, escadarias e soleiras.

sucateamento deixado pela companhia americana e o reduzido número de trabalhadores, que na época era de 53 funcionários, distribuídos entre a parte operacional e a administrativa, o trabalho de extração e transporte do granito ficou prejudicado, melhorando somente nos anos 40, devido ao aumento do número de funcionários que chegou a 94, em 1945. Em 1951 foi criado o DEPREC - Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais, uma entidade autárquica, ligada a então Secretaria Estadual do Estado do Rio Grande do Sul. Momento de forte investimento no setor de transportes no estado o que repercutiu numa década importante para a Pedreira do Cerro do Estado. Foram contratados novos operários, foi criada uma vila no entorno da área do complexo da pedreira, a Vila Gastal, demandando um crescimento demográfico para a Vila do Capão do Leão, com a ampliação do comércio local e de prestação de serviços.

Neste período os trabalhos na Pedreira do Cerro do Estado contavam com 94 trabalhadores estaduais dos quais somente três vivos, que atualmente tem em média 90 anos de idade e representam a segunda geração de operários que iniciou suas atividades na pedreira na década de 50. Esses operários aposentados narram parte de suas lembranças para o trabalho de tese e são os últimos representantes daquele tempo. Para Bosi (1979, p. 22) nas lembranças das pessoas longevas "é possível verificar uma história social bem desenvolvida; elas já atravessaram um determinado tipo de sociedade, com características bem-marcadas e conhecidas; elas já viveram quadros de referência familiar e cultural igualmente reconhecíveis". Ouvir os últimos trabalhadores desta geração faz com que suas lembranças sejam valorizadas e fortalece a memória coletiva daquele grupo social, pois "a memória do indivíduo depende de seu relacionamento [...], com seus grupos de referência (Bosi, 1979, p. 17). Assegurar a permanência das lembranças deste pequeno grupo, que ingressou no trabalho na década de 50, garante parte da memória herdada por eles passada da primeira geração de trabalhadores em níveis mais ou menos conscientes, por terrem ouvido parentes que os antecederam no trabalho na Pedreira ou colegas de trabalho.

Na década de 80 ingressaram 19 novos funcionários para o trabalho na pedreira. Estes operários são os últimos trabalhadores estaduais, de responsabilidade do Porto do Rio Grande a ingressarem no trabalho na Pedreira do Cerro do Estado. Sete desses trabalhadores, apesar

de estarem igualmente aposentados ainda desempenham atividades na Pedreira Cerro do Estado e herdaram a memória do trabalho dos operários da geração anterior e também são entrevistados para a escrita da tese, compondo um número de dez operários, narradores. Para Benjamin (1994, p. 201), o narrador retira de sua experiência o que ele lembra para narrar, o que ele próprio viveu ou que foi relatado pelos outros e incorpora à experiência dos seus ouvintes. Ao lembrar o que ouvimos na infância, muitas vezes confundimos com nossas próprias lembranças pessoais que se mesclam as lembranças familiares e dos grupos dos quais integramos.

São trabalhadores que não tem seus nomes escritos nos relatórios oficiais da História do Porto do Rio Grande e da Pedreira do Cerro do Estado, são homens comuns apenas representados por fichas funcionais arquivadas pelo Recursos Humanos do Porto do Grande, guardadas na sede administrativa da Pedreira. No entanto suas lembranças e seu "saber fazer" constituem parte do patrimônio imaterial do lugar e também do porto pois a pedreira está diretamente relacionada com sua história. São operários anônimos, a maioria sem estudo, que foram ativos no que receberam por tarefa e no que produziram diariamente, se tornando os narradores e representantes daquele momento da história. São antigos operários, que mesmo invisibilizados na história oficial, fazem parte do murmúrio daquela sociedade e definiram o "lugar (comum) no discurso e o espaço (anônimo) de seu desenvolvimento" (Certeau, 2014, p. 61). Suas narrativas geram o fortalecimento da memória coletiva desse grupo social, integrada por outros indícios e restos do patrimônio industrial do lugar.

A memória, assim, é passada do individual ao coletivo. Para (Jovchelovitch; Bauer, 2002, p. 94) ao contar as histórias os narradores estão, no presente, "próximos dos acontecimentos" do passado. O que é confirmado por (Bosi, 1979, prefácio) ao afirmar que "o tempo de lembrar traduz-se [...], pelo tempo de trabalhar", pois existe um trabalho da memória que é feito no presente sobre lembranças e recordações do passado, que no momento da fala são ressignificadas. E a autora complementa, "se lembramos é porque os outros, a situação presente, nos fazem lembrar" (Bosi, 1979, p. 17).

Ao ouvir os dez trabalhadores durante as entrevistas procurei saber como chegaram ao trabalhado na pedreira, de como era o funcionamento dos equipamentos e ferramentas e sobre a sucessão da aparelhagem que foi trazida pela companhia francesa e substituída por outras modernas na época. Também perguntei sobre o trabalho nas estações, por onde o trem passava na linha férrea, quis saber se houve reaproveitamento das sucatas que estão espalhadas pelo complexo, para fins próprios. Para Certeau (2014, p. 86) "a arte de sucata se insere no sistema da cadeia industrial (é seu contraponto, no mesmo lugar), como variante da atividade que, fora da fábrica (noutro lugar) tem a forma de bricolagem", como se os operários inventassem um espaço na pedreira onde é possível fazer de outro jeito para tirar proveito próprio.

A seguir, serão apresentadas partes dos relatos destes idosos, que a partir de suas narrativas constituem em memória coletiva, que é "um conjunto de representações de memória" (Candau, 2012, p. 304), do individual ao social. Ao compreender a história e seu desenrolar com as redes de sentidos e relações cada entrevista ganhou corpo e alma por constituir uma realidade em si. O primeiro entrevistado foi o senhor Heitor, que no momento da entrevista tinha 85 anos de idade e é nascido na Pedreira do Cerro do Estado, numa família da primeira geração de trabalhadores. Ele me recebeu na sala de sua casa, localizada no Cerro do Estado, na companhia de sua filha e esposa[17]. Seu Heitor me aguardava sentado na poltrona e depois de uma breve apresentação começou sua fala contando que seguiu a profissão do pai, que também era guindasteiro. Então, além de sua memória individual do trabalho diário ele herdou a memória passada por seu pai, pois foi quem lhe ensinou o ofício de manobrar o guindaste para segurar as pedras e as colocá-las no trem. Contou que iniciou o trabalho na pedreira ainda menino, aos 14 anos, ligando a corda ao guindaste elétrico e passou por outros ofícios até se aposentar como maquinista de locomotiva. Iniciou conduzindo as locomotivas a carvão, conhecidas como "Maria Fumaça" que foram trazidas pela companhia francesa no início do século XX e depois sucedidas pelas locomotivas a diesel. Para Ferreira (2009, p. 30) "na reconstrução sentimental do passado as máquinas que no tempo

17 A esposa do sei Heitor é filha do ex capataz da pedreira, já falecido.

do trabalho eram perigosas e cansativas, se transformaram em objetos biográficos". Seu Heitor iniciou sua narrativa contando:

> Nasci no hospital em Pelotas, mas meus pais moravam na Pedreira. Meu pai trabalhava na pedreira... nos guindastes, nos mesmos que eu trabalhei depois. Meu pai me ensinou a trabalhar no guindaste.
> Eu comecei como aprendiz, com 14 anos de idade eu lingava a corda elétrica dos guindastes, depois passei a trabalhar nos guindastes. Trabalhava ligando a corda e quando dava uma folguinha entrava no guindaste pra aprender a trabalhar nele. Não me deixavam entrar era tudo escondido né? Eu era uma criança e o trabalho era muito perigoso.
> Trabalhei nos guindastes trazidos pela companhia francesa e depois comecei a trabalhar numa máquina a carvão, uma Kraft a fogo, que andava nos trilhos e depois mais tarde passei a trabalhar na locomotiva. A máquina Kraft e a locomotiva também eram as máquinas dos franceses.
> No fim, quando eu me aposentei eu trabalhava na locomotiva, nas locomotivas a carvão trabalhei um pouco, as Maria Fumaça, mas por pouco tempo, trabalhei mais nas locomotivas elétricas, nas que substituíram as locomotivas a carvão. Trabalhei nas locomotivas carregando pedras para Rio Grande. (Entrevista do Sr. Heitor Vieira da Fonseca, concedida no dia 05/04/2022).

A narrativa desses operários ecoa e fortalece a memória da terceira geração de trabalhadores, que ainda está em atividade, e de seus familiares e descendentes, São eventos que contam, mesmo quando há vários acontecimentos, dos quais os entrevistados não participaram diretamente, onde o "passado e o presente, [reconciliam] o tempo da história e o tempo da narração" (Portelli, 2010, p. 24) organizando a memória do coletivo.

O segundo entrevistado, o senhor Lauro, com 89 anos de idade me recebeu na varanda de sua casa na cidade do Capão do Leão. Contou que foi maquinista de trem na pedreira e que é natural de Arroio Grande. Lembrou que quando jovem trabalhava no campo com a família e que ouvia de longe o apito do trem, sem saber o que era e que ao completar maior idade foi para cidade servir ao exército, quando conheceu o trem. Contou que aos 19 anos, ao chegar na pedreira já tinha experiência em conduzir o trem, pois havia trabalhado por pouco tempo na Rede Ferroviária Federal, então, devido a sua experiência e a necessidade de ter outro maquinista na pedreira ele foi contratado, mas relatou que no início de seu trabalho também trabalhou como guindasteiro.

> Comecei a trabalhar no DEPREC com 19 anos, nos guindastes, em dois guindastes elétricos. Quando tinha trem para o Rio Grande pros Molhes lá passava as pedras dos guindastes pras máquinas (locomotivas) aí nós levava os trens. Depois só fiquei de maquinista. Aí tinha outra pessoa que trabalhava nos guindastes, o Heitor Fonseca.
> O trem saia do britador[18]... era pesado na balança, a balança era ali... bem ali na praça assim (Seu Lauro gesticula, mostrando onde ficava a direção da balança).
> A gente pesava o trem e saia da pedreira até a Estação de Teodósio e vinha aqui, na Estação de Capão do Leão pra pegar as licenças para ir... pra entrar na linha federal[19]. A gente atravessava a pé de uma estação a outra, pra pedir a licença pra entrar na linha férrea. A gente deixava o trem e andava um quilômetro para pegar a licença. Aí a gente dependia deles porque o DEPREC não pagava pra andar na linha e os outros trens, da Rede, pagavam aí a prioridade era deles de andar na linha e a gente tinha que esperar.
> Nós não tinha horário para trabalhar no trem. Quando tinha trem na linha federal nós não podia entrar com o trem de pedra... nós esperava até um dia ou dois na estação até dar licença pra nós. O trem tinha tudo, cozinha, cama...era muito bonito.
> Se não tivesse trem nós ia direto pra Rio Grande sem entrar em Pelotas... dai ia direto pros Molhes da Barra ou pro Porto Novo. Mas se tivesse trem na linha ai a gente tinha que entrar em Pelotas e esperar. As vezes nós saia daqui de manhã e voltava no outro dia de noite por causa disso. Quando comecei levei as locomotivas a carvão, as Maria Fumaça, e depois passei para as locomotivas a diesel. As locomotivas a diesel, as Toshiba, chegaram aqui nos anos 80. (Entrevista do Sr. Lauro Gonçalves, concedida em 05/04/2022).

Procurei saber se o turno de trabalho, as folgas, e as férias eram respeitados e se eles ainda se reuniam na pedreira para conversar ou confraternizar. Como exemplo, falei sobre a Festa de Natal[20] realizada anualmente, no entorno da capela[21] existente no lugar. Mas também respeitei suas histórias de vida e os deixei falar à vontade, sem interrupções, aguardando o final natural de cada assunto abordado para

18 Lugar onde os rejeitos da pedreira eram triturados para se transformar em pedras menores.

19 Neste período da linha férrea construída pela Companhia Francesa restava somente o trecho dentro da pedreira do Cerro do Estado até a Estação de Teodósio, a partir desta Estação a linha usada passava a ser a linha da Rede Federal.

20 As festas de Natal realizadas na pedreira têm o nome de "Sonho de Natal", se originaram nas encenações do presépio vivo realizadas com as crianças na capela do Cerro do Estado.

21 Em 1947 foi erguida a Capela Santa Luzia, Santa considerada pela Igreja Católica, protetora dos olhos, devido aos acidentes com fagulhas das pedras que muitas vezes causavam acidentes nos olhos dos trabalhadores.

iniciar uma nova fase de questionamentos. Para Bosi (1979, prefácio) "a velhice trabalha para lembrar" e sua função social também é aconselhar, "ligando o começo e o por vir". Não me preocupei com os lapsos de memória ou com os erros individuais do que foi narrado porque esses são menos prejudiciais para a memória do que as omissões caladas pela História Oficial em relação aos grupos sociais, pois a sociedade lhes rouba os suportes materiais de memória, em prol da vitória dos "fortes" sobre os vencidos, que não são somente os velhos, mas os operários e trabalhadores, os anônimos da história. É como se existisse uma eliminação que a memória está sujeita.

> O velho, de um lado, busca a confirmação do que se passou com seus coetâneos, em testemunhos escritos ou orais, *investiga*, *pesquisa*, *confronta* esse tesouro de que é guardião. De outro lado, recupera o tempo que correu e aquelas coisas que quando perdemos nos sentimos diminuir e morrer (Bosi, 1979, prefácio).

O terceiro entrevistado foi o Senhor Nedi, com 86 anos de idade, que nos recebeu na varanda de sua residência no do Cerro do Estado na companhia de dois filhos. Seu Nedi contou que é natural de Piratini e chegou em Capão do Leão com dois anos de idade quando seu pai veio trabalhar em outra pedreira da região[22]. Seu Nedi começa sua narrativa contando:

> Aqui é cheio de pedreira, tem outra até hoje. Eu ainda vou voltar lá no lugar que eu morava com meus pais e que me criei era um rancho de palha. Tem uns pés de palha de Santa Fé, no rancho, lá adiante tinha um poço que tava sempre cheio d'água, lavavam roupa e tudo mais. Eu jogava bola com meus vizinhos.
> Comecei a trabalhar na Pedreira do Cerro do Estado no ano de 1958, no tempo de DEPREC, depois fizemos concursos para passar para CLT. Já levávamos 80 % dos pontos, era só para legalizar o cargo no Estado. Pra entrar pro DEPREC mesmo eu fiz umas continhas lá e aí fui aprovado, era só pra ver que a pessoa sabia ler, escrever e fazer contas. Fizemos um ditado e as quatro operações. O turno de trabalho era das 7:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 e era tudo direitinho, tinha folga, tinha férias.
> Quando eu comecei na pedreira eu fui cortar pedra, porque eles tavam precisando de pessoas pra cortar pedra, pra fazer Moellon[23] pra levar

22 O pai do seu Nedi trabalhou na Pedreira do Cerro das Almas.

23 Pedra cortada de até 30 quilos.

> pro Saco da Mangueira, lá onde tem aquela ponte, lá em Rio Grande e depois foi os blocos, blocos de oito toneladas, sete, pra largar na beira da praia, pra não deixar a água tomar conta, né, lá nos molhes. O trem chegava lá, encostava ali e o guincho tirava e colocava na água, pra conservar os molhes, quando precisava ser reformado. O barulho da dinamite dinamitando as pedras era muito forte e o barulho do martelete para perfurar a pedra também era muito forte e eu trabalhava todo dia, porque tinha que furar a pedra e fazer Moellon (Parte da entrevista do Sr. Nedi Souza, concedida em 05/04/2022).

O quarto entrevistado que será apresentado a seguir é o senhor Jairo Costa, de 64 anos, funcionário aposentado do Porto do Rio Grande e desempenha a função na pedreira de administrador. O senhor Jairo integra a terceira geração de trabalhadores da pedreira e, assim, como o senhor Heitor, além da memória do trabalho diário é herdeiro de uma memória familiar, suas lembranças são traços que ligam a trajetória de pessoas profissional e de vida de outras pessoas a ele e ao grupo que todos integram. Para Meiihy e Seawright (2020, p. 48) esses grupos sociais são submetidos ao isolamento cultural "cujos traços comuns marcam comportamentos amplos que os caracterizam". Ao ser questionado sobre sua chegada para o trabalho junto a Pedreira do Cerro do Estado o senhor Jairo narrou:

> Não eu cheguei antes aqui (neste momento Jairo acha graça e sorri) porque meu avô trabalhou aqui na pedreira antes, depois meu pai, não filho do avô, mas genro do meu avô veio trabalhar aqui na pedreira, meus tios, os filhos do meu avô, minha família praticamente são todos oriundos aqui da pedreira do Cerro do Estado. Meu pai trabalhou e se aposentou aqui e eu em 1981 ingressei aqui no porto e estou até hoje. Trabalhei aqui direto na Pedreira do Cerro do Estado. Meu avô trabalhava de serviços gerais (todo tipo de serviço na pedreira).
> Nasci na casa do porto e moro na casa do porto até hoje. Não na casa que eu nasci porque essa não existe mais porque a pedreira começou a avançar e aí foram obrigados a desmanchar todas as casas do porto e construíram a vila nova do outro lado da pedreira porque todos os dias acontecia o seguinte, sempre que detonava a dinamite na pedreira quebrava os telhados das casas próximas. Sempre que a gente chegava lá e tava tudo furado e todo dia tinha que trocar a telha.
> Aí trocaram a vila toda de lugar. Lá nonde eu nasci que tinha uma vila de casas atrás da pedreira não tem mais nada lá...só campo...
> Como eu ainda lembro o local onde eram as casas eu marquei num programa para fazer uma maquete como era antes. Isso seria uma coisa fantástica, até para nós aqui...de toda a população...meus filhos que não

> conheceram o lugar...como era isso...vão conhecer e saber onde que a gente nasceu e saber como era o Cerro antes nessa localização.

Durante uma visita à pedreira pude perceber o reuso da sucata na casa do senhor Jairo. A casa, localizada dentro do complexo da pedreira e construída pela Companhia Francesa para ser utilizada pelos sucessivos administradores. O senhor Jairo, ao mostrar os objetos reaproveitados, deu destaque para a tampa (Figura 3) da antiga usina e contou que quando a usina foi desmanchada pelo Porto do Rio Grande, e o material levado para ser vendido como ferro velho ele retirou a tampa e a reaproveitou para um tampo de mesa de seu jardim e falou,

> aqui em casa, eu posso preservar parte dos objetos da pedreira, porque eu não tirei da pedreira, eles ainda estão aqui, só que protegidos. Se eu tivesse deixado eles levar, hoje, ela não estaria mais aqui. Eles não viram quando eu tirei, mas eu tirei do monte de ferro (Entrevista do Sr. Jairo Humberto Pereira Costa em 20/06/2023).

Figura 3 – Sucata aproveitada de tampa da antiga Usina, utilizada como tampo de mesa



Fonte: Acervo pessoal da autora

Conclusão

Ao refletir sobre as narrativas dos últimos trabalhadores da Pedreira do Cerro do Estado e, considerando a memória de homens comuns e a "memória de velhos", constatei que as lembranças narradas não estão registradas nos documentos oficiais da Pedreira do Cerro do Estado e do Porto do Rio Grande. Foi lembrado pelos operários como era o funcionamento de antigas máquinas usadas para a extração e para o transporte das pedras e as técnicas de trabalho herdadas de gerações anteriores. Estas lembranças foram narradas com a emoção de quem recupera o tempo, lembrando dos equipamentos que não existem mais e que restam somente nas lembranças, em algumas fotografias antigas ou no inventário da companhia francesa.

Quando foi lembrado sobre o funcionamento do britador pude saber sobre a sua engrenagem, de como os trens entravam e saiam e do tipo de pedra que eles carregam até serem pesados na balança e partirem para o destino. Também tive conhecimento de como era a chegada dos trens nas primeiras estações depois de sair carregado da pedreira. E neste momento querendo saber mais sobre as estações me foi relatado que os operários da linha paravam o trem na Estação de Teodósio e tinham que caminhar um quilômetro desta Estação até a Estação de Capão do Leão, para pegar a liberação para poder entrar na linha férrea, distância relatada pelo seu Lauro, quando na verdade pude comprovar que a distância é de 2,33 quilômetros e que o maquinista e seus auxiliares por vezes tinham que aguardar a liberação da linha por mais de um dia e dormiam dentro do vagão salão e ali ficavam até a linha da federal desocupar, pois nesta época o uso da linha federal era compartilhado com o transporte de pedras e que o transporte de carga e de pessoas tinham prioridade.

Tomei conhecimento que o trem entrava na Estação de Pelotas somente se tivesse que aguardar a liberação da linha férrea, caso contrário, depois de pegar a licença na Estação de Capão do Leão o trem ia direto para os Molhes da Barra na cidade do Rio Grande.

Observei que apesar da idade avançada os trabalhadores mais idosos, da segunda geração de trabalho, lembram com detalhes e emoção e que se esforçam mais para enriquecer as narrativas dos fatos que testemunharam ou que foram personagens na história da Pedreira

do Cerro do Estado e no grupo social formado por eles. Seu Nedi e seu Jairo lembraram dos lugares que nasceram. Jairo, lembrou da casa que foi retirada do lugar, próximo a pedreira e levada para um lugar mais seguro, juntamente com as demais pelo fato de sofrerem riscos da explosão da dinamite. Seu Nedi, lembrou de outro lugar, outra pedreira em que o pai trabalhou e das lembranças de criança. Ambos recordaram do som da dinamite.

Com as narrativas percebi que a memória dos meus entrevistados se constituiu em si mesma, em memórias individuais, do que eles viveram e que há existência de camadas de memória herdada, que são acontecimentos que eles não participaram, mas que retem como se tivessem vivido, mesmo que de outro tempo, que não o deles. Nestas memórias há pontos de coerência, de unidade e continuidade, resultando em uma memória coletiva onde todos são guardiões. Almejo que este trabalho possa contribuir para o seu fortalecimento e preservação.

Referências bibliográficas

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**: magia e técnica, arte e política. São Paulo. Editora Brasiliense, 1994.

BOSI, Ecléa**. Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: T.A.Queiroz, 1979.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

DIAS, Joaquim. **Blog Professor Joaquim Dias**. Disponível em: http://professorjoaquimdias.blogspot.com/. Acesso em 10 jun. 2024.

Estações ferroviárias do Brasil. Capão Seco. Disponível em: http://www.estacoesferroviarias.com.br/rs_bage_riogrande/capaoseco.htm. Acesso em 10 jun. 2024

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. **Entrevista narrativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Patrimônio Industrial: lugares de trabalho, lugares de memória. In. **Museologia e Patrimônio**, v. II, n.01, jan./jun. de 2009. Disponível em: http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus

MEIHY, José Carlos Sebe B.; SEAWRIGHT, Leandro. **Memórias e Narrativas**: história oral aplicada. São Paulo: Contexto, 2020.

PORTELLI, Alexandre. **Ensaios da história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

TORRES, Luiz Henrique. **A Barra Diabólica**: centenário da inauguração dos Molhes da Barra e do Porto Novo do Rio Grande. Rio Grande: Pluscom, 2015.

OS ELETRICITÁRIOS GAÚCHOS NO PROCESSO DE ENCAMPAÇÃO DA ANTIGA CEERG, PELA TRAJETÓRIA DO LÍDER SINDICAL ÁLVARO AYALA

Suéllen de Medeiros Cortes[1]

Este artigo busca situar aspectos centrais de um dos capítulos de minha dissertação de mestrado[2], tendo em perspectiva a complexidade do tema, que visa abarcar a trajetória histórica de Álvaro Leonardi Ayala[3], buscamos lançar luzes para uma maior compreensão sobre este trabalhador político-militante, que permita refletir sobre um cenário significativo da política, da estruturação social e das complexas relações entre Estado, sindicatos e trabalhadores do Brasil pós década de 1950 – período em que os trabalhadores vivenciarem um relativo grau de autonomia frente ao governo após uma vivência de mais de 20 anos de uma política "populista-trabalhista"[4]. Fernando Teixeira

1 Licenciada em História pela UFPel, Mestranda em História pelo PPGH/UFPel, Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/5175049162819332, Registro Orcid: https://orcid.org/0009-0003-3755-9940. E-mail: suka.cortes@gmail.com

2 Que será defendida em 2024/02.

3 Foi um militante operário ligado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e uma liderança reconhecida do Sindicato dos Eletricitários Gaúchos (SENERGISUL), ocupando diversos cargos direção junto ao sindicato e na federação, como delegado dos trabalhadores industriários e urbanitários. No ano em que faleceu, 1999, era o sindicalista mais velho em atividade no Brasil.

4 Nem todo político trabalhista era populista, mas os grupos reconhecidos como "trabalhistas-populistas", eram políticos/trabalhadores que tinham a defesa dos direitos sociais como principal

da Silva (1995) chama este período de "Era de Direitos", um momento de maior conquista de direitos sociais para os trabalhadores urbanos sindicalizados, um dos aspectos centrais desta pesquisa.

A escolha do recorte temporal de 1954 a 1964 se justifica pelas significativas mudanças ocorridas nas relações de trabalho, nas políticas econômicas adotadas pelo Estado brasileiro no período e na própria relação entre o governo e os trabalhadores, uma vez que pós governos Vargas houve um direcionamento da construção da cidadania através do reconhecimento do trabalhador como elemento integrador da sociedade brasileira. Nesse sentido, segundo Braga, 2006, a atuação dos sindicatos foi fundamental: se por um lado o Estado brasileiro buscava aparelhá-los para tentar controlar e canalizar a força operária com o intuito de servir aos objetivos políticos do próprio governo, por outro eles serviam justamente como centros de luta e resistência dos trabalhadores, que usavam suas estruturas internas e suas redes de relações para manter constantes negociações com os governos e, assim, garantir conquistas no campo material e legislativo.

Para melhor compreender a intervenção estatal no movimento operário da época, recorremos à metáfora da "túnica de Dejanira[5]" em Canêdo, 1988, p. 46, onde o autor traz como referência a fala de um sindicalista bancário, em 1932:

> O veneno existente no primeiro decreto sobre a organização sindical brasileira não chegou a matar, [...], mas imobilizou o sindicalismo brasileiro. Por isso, os estudiosos passaram a designá-lo e a mais duas outras leis sindicais que marcaram o processo de intervenção estatal na organização sindical brasileira, como 'camisa de força'. Sobre o fato de esta túnica, enviada pelo governo de Getúlio Vargas, ter sido vestida descuidadamente pelos trabalhadores brasileiros, existem sérias dúvidas. Todos concordam, entretanto, que o decreto teve como objetivo inequívoco, embora não confessado, desmobilizar as lutas operárias.

pauta. O modo como estes políticos se aproximavam de seu eleitorado era a partir da defesa dos direitos sociais.

5 Na mitologia grega Dejanira é esposa de Hércules, que sofre com a insegurança e o ciúme do herói. Ela acaba sendo enganada pelo centauro Nesso, que antes de ser morto por Hércules, deu à Dejanira uma poção, afirmando que ela restituiria o afeto do Herói, caso fosse necessário. Quando Dejanira desconfiou que poderia estar sendo substituída, ela enviou uma túnica embebida na poção com objetivo de salvar seu casamento, mas ao vesti-la Hércules foi tomado por dores terríveis, resultando em seu aniquilamento.

Tal qual a túnica vestida por Hércules, os trabalhadores comunistas compreendiam que as Leis Trabalhistas eram editadas pelo governo federal com objetivo de trazer soluções imediatistas para problemas antigos e apresentar o próprio governo como o responsável por esta solução, o que acabaria por aparelhar os sindicatos, resultando no possível aniquilamento dos movimentos comunistas e anarquistas. Para eles, o sindicato oficial era a própria representação moderna da mitológica "túnica de Dejanira" impedindo sua pronta libertação. É natural, portanto, que Ayala, por sua formação comunista, buscasse lutar contra este aparelhamento; entretanto, como observaremos no decorrer desta pesquisa, as intrincadas relações de poder e as estratégias políticas que se apresentavam viáveis, fizeram com que, por diversas vezes, ele acionasse e mobilizasse suas redes de relações, cerrando fileiras ao lado dos trabalhistas, embora na maioria do tempo fosse seu declarado opositor.

Ao longo deste trabalho buscaremos nos aproximar de uma compreensão sobre as diferenças e as aproximações concretas entre trabalhadores vinculados às ideologias trabalhista e comunista. Muitas vezes observamos que, apesar das diferenças políticas e das variadas perspectivas ideológicas, esses trabalhadores ombreavam em quase todas as reivindicações por direitos e, na prática, a sociedade os via como iguais. Até mesmo os debates políticos demonstravam essa aproximação em alguns casos; contudo, até o momento não fica totalmente claro de que forma e quais elementos estimulavam a repulsa entre os grupos.

É neste sentido que o aporte teórico de E. P. Thompson nos auxilia na compreensão dos movimentos sociais no Rio Grande do Sul, especialmente no período das grandes encampações realizadas pelo governo do estado do Rio Grande do Sul, já que passamos a entender que a classe só pode ser definida se situarmos os indivíduos no tempo, analisando sua posição na estrutura social. Desta forma, é necessário observar as relações entre os indivíduos inseridos nos meios de produção, assim como suas manifestações culturais para compreender a formação da consciência de classe: "Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto da matéria-prima da experiência como na consciência." (Thompson, 1987, p. 9).

Ao nos debruçarmos sobre a trajetória de Ayala, percebe-se que ele fez parte deste autorreconhecimento das ideias de classe e deste fazer-se do operariado brasileiro, sendo mister reconstruir e analisar sua história de liderança para tirar da opacidade essa trajetória de luta e resistência. Assim, faz-se essencial a abordagem de um outro conceito-chave presente em E. P. Thompson, autor fundamental para esta pesquisa: o conceito de militância, ou a "minoria de linguagem articulada" (Thompson, 1987, p. 57). Neste conceito, o militante é o trabalhador que assume um papel atuante, o de articulador dos interesses da sua classe; esses costumam ser os mesmos que representam - ou tentam representar - a classe em suas reivindicações, dirigindo geralmente as ações da mesma.

Em termos metodológicos, este estudo buscará inspiração junto à micro-história italiana para analisar o Sindicato dos Eletricitários através da atuação de Álvaro Ayala no contexto da encampação da CEERG. O método microanalítico nos permite analisar a práxis sindical de Ayala inserida em diferentes contextos e em suas relações, percebendo semelhanças e diferenças para entender, através da redução da escala de análise, processos históricos mais amplos (Karsburg, 2015, p. 32). Esta redução de escala que a micro-história nos proporciona "revela aquelas contradições que só aparecem quando a escala de referência é alterada" (Levi, 1992, p. 155), de modo que alguns olhares poderiam passar despercebidos se utilizada uma análise de escopo mais amplo.

Partindo da ideia de Levi, de que toda ação social é vista como o resultado de uma constante negociação, manipulação, escolhas e decisões individuais, se faz necessário, portanto, observar as entrelinhas para demonstrar a importância do sujeito histórico em um determinado período. Essa é a forma que encontramos para dar voz ao trabalhador através da narrativa, pois para mostrar a presença e relevância de um personagem, o importante é como falar dele (Levi, 2009, p. 13). Além de contar com acervo pessoal de Ayala, foi realizado entrevistas com seus filhos e amigos próximos, o que nos permitiu compreender melhor suas relações pessoais e o impacto da vida política no seu íntimo.

É digno de nota que entendemos a singularidade de nossa fonte de pesquisa, afinal Álvaro Ayala era um importante agente histórico. No entanto, é importante salientar que ele é fruto de seu tempo e que suas ações foram resultado do contexto em que ele estava inserido e,

a partir daí, seu leque de escolhas e suas leituras da realidade partem, inequivocamente, de sua vivência. Fica clara, na análise das fontes, a capacidade de Ayala ser um bom leitor do seu contexto e formular ações a partir de suas análises pessoais, sendo a ação sindical também uma forma de ascensão política e social.

Na trajetória de Ayala podemos perceber uma forte inspiração do conjunto de ideais comunistas em suas ações, sobretudo na relação com os Trabalhistas. Cabe lembrar que Álvaro foi atuante em um contexto em que as ideologias batiam-se com aplicações reais, estando, portanto, marcadas por ressignificações e reinterpretações, todas atreladas à cultura política do país em questão. Suas posições ficam mais claras quando analisamos as entrevistas de sua filha Lúcia, que destacou a influência de seu Avô, também comunista, e contou como seu pai ingressou no Partido Comunista e no Sindicato dos Eletricitários:

> Meu avô era do Partido Comunista. O pai do meu pai, ele era do Partido Comunista e atuava regularmente em reuniões, assim como atuava na estiva dentro dos princípios do Partido Comunista. Então eu acho que o Partido Comunista foi sempre muito próximo do pai, mas ele só entrou no Partido Comunista depois de estar na CEEE.[6]

Observa-se que Ayala, sendo filho de um estivador uruguaio reconhecido por ser uma respeitada liderança comunista na zona portuária porto-alegrense, Ayala viu as ações de seu pai refletirem-se na sua trajetória de vida, como seu ingresso na militância, no sindicalismo e no Partido Comunista.

A partir da década de 1930, os movimentos que colocavam o mundo em profundas transformações políticas e sociais encontraram eco em um Brasil que, com a chegada de Vargas ao poder, passava a olhar para classe operária sob outra ótica. Ainda no início do Governo Provisório de Vargas foi promulgado o Decreto 19.770 de 1931, que reconheceu a formação de sindicatos únicos, por categoria, fiscalizados pelo Ministério do Trabalho. Essa sistematização das normas sindicais, contudo, só foi reconhecida em 1943 quando a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) foi aprovada.

6 Entrevista feita com Lúcia Ayala, filha de Álvaro Ayala, em maio de 2024.

> De acordo com a CLT, caberia aos sindicatos, reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, representar legalmente os interesses de suas categorias profissionais, colaborar com os órgãos públicos e participar de contratos coletivos de trabalho. Somente um sindicato de cada categoria profissional seria reconhecido oficialmente em uma determinada base territorial, tendo que seguir modelos de estatutos propostos pelo Ministério do Trabalho, que igualmente fiscalizaria suas eleições, atividades e gastos orçamentários. Os empregados e empregadores, filiados ou não a esses sindicatos, seriam por eles oficialmente representados, contribuindo financeiramente para seu funcionamento via o imposto sindical. Ademais, os sindicatos corporativistas estariam vinculados a uma federação estadual e a uma Confederação de âmbito nacional. Diversas categorias – patronais e de trabalhadores – se organizaram no meio urbano com base no modelo sindical imposto por esta legislação. (Ramos, 2010, p. 1)

Durante os governos de Vargas (entre as décadas de 1930 e 1950) foi vivenciada a experiência populista de maneira mais evidente, com o governo buscando se aproximar dos trabalhadores e os transformando em agentes políticos capazes de garantir legitimidade ao seu governo, além de dar suporte em suas decisões de Estado. Nesse caso, o operário brasileiro começava a emergir de uma situação de não existência política para ator central das relações de trabalho intermediadas pelo governo, o que lhe conferia cidadania através, excepcionalmente, dos direitos sociais. Vargas estimulou a percepção popular de que ele próprio era um trabalhador, e, além disso, um defensor dos trabalhadores, como forma de garantir, por vezes de forma discricionária, suas intenções.

> Foi justamente no bojo desta nova situação política que anunciava a necessidade de reorientação dos rumos do Estado Novo, que o projeto "trabalhista" passou a ser efetivamente difundido e implementado. Este projeto não foi, portanto, uma decorrência imediata do momento repressivo de combate ao comunismo. Por outro lado, também não foi uma invenção simultânea à orientação política de sancionar e fiscalizar as leis que regulamentavam o mercado de trabalho. O projeto "trabalhista" foi cronologicamente posterior a estes dois acontecimentos políticos, mas manteve com eles laços de inteligibilidade muito fortes (Gomes, 2005. p. 178).

O reconhecimento da cidadania de alguns setores dos trabalhadores brasileiros, que foi protelada – e as vezes negada – através do alijamento político sofrido mesmo depois do novo texto constitucional republicano e do descaso social sofrido por esses mesmos grupos sociais em

diferentes momentos da história do Brasil, só foi observada através do estabelecimento das políticas públicas de inclusão dos trabalhadores ocorrida apenas a partir do governo Vargas. É na conquista dos direitos dos trabalhadores desse período que se observa a ascensão do trabalhismo, pois foi o Estado que promoveu a promoção da cidadania através do reconhecimento dos direitos civis, políticos e sociais.

Após a análise do contexto, se faz importante trazer à luz nosso personagem a ser analisado, visto que foi justamente no ano de 1942, em pleno governo Vargas, que o jovem Álvaro Ayala, então com 18 anos se uniu aos movimentos populares que tomavam as ruas da capital dos gaúchos, pressionando o Presidente Getúlio Vargas a romper com o Eixo durante a Segunda Guerra Mundial. O Brasil vinha sofrendo sucessivas agressões por parte da Alemanha, o que acendeu entre a população um profundo sentimento anti-neutralidade (a postura diplomática assumida pelo Brasil naquele momento); além disso, o assédio dos Estados Unidos para que o Brasil firmasse posição junto aos Aliados e a mudança de perspectiva causada pela entrada da União Soviética no combate no leste europeu criavam, especialmente entre os jovens, expectativas por um novo posicionamento da nação. Assim como muitos jovens que fizeram parte destes levantes, Álvaro Ayala ingressou no Partido Comunista do Brasil (PCB), partido que só conseguiu a anistia para participar das eleições nacionais após a queda de Vargas em 1945 – ano que a militância de Álvaro Ayala se encontrou com a sua atuação sindical, como podemos ver nas palavras do próprio Ayala:

> Comandados pelo Partido Comunista Brasileiro, pedíamos um exército, lutávamos desesperadamente para que se mandasse um contingente à Itália. E cedendo à pressão do povo, o governo – que era fascista – foi obrigado a enviar tropas.[7]

Essa fala de Ayala transparece, ao fazer a leitura do contexto, além de sua própria consciência política, a capacidade de leitura política das posições do governo federal. O reconhecimento do governo comandado por Vargas como "fascista" nos permite interpretar que a ânsia pelo

7 Álvaro Ayala em entrevista cedida para os meios de divulgação do Senergisul no início dos anos 1990, que se encontra na homenagem póstuma "*Tchê! Companheiro e Amigo Ayala"*, impresso em novembro de 1999, logo após seu falecimento, com tiragem de 1000 exemplares pela Federação Nacional dos Urbanitários (FNU/CUT). P. 9. – Acervo Ayala UFPel.

envio de contingentes para a guerra não se dava por apreço ao próprio governo, e sim apesar dele. No mesmo ano em que o Brasil rompeu relações diplomáticas com o Eixo, em 1942, Ayala foi admitido como "leiturista" na antiga Companhia de Energia Elétrica Riograndense (CEERG). Nesta época o sindicato dos eletricitários atuava juntamente com os trabalhadores da Telefônica e da Carris, situação que mudaria completamente com a encampação da CEERG em 1959, dando maior visibilidade para os protestos e para os líderes sindicais da categoria.

> Nossa luta era para que o pessoal se sindicalizasse, era uma luta permanente pela liberdade do movimento sindical e pela liberdade de organização, já que convivíamos com uma repressão violenta que se caracterizava, principalmente, no Rio Grande do Sul (Idem).

Ao observarmos trechos da entrevista feita com o próprio Ayala é possível notar seus comentários sobre sua juventude e sobre o início de sua militância, onde percebemos um atuante e politicamente ativo Álvaro Ayala. Aliás, esse é um traço perceptível em toda sua trajetória de vida. Os dados por nós analisados até o momento – interpretados com o auxílio das fontes até o momento disponíveis - demonstram uma grande propensão para a ação política e para a mobilização, que somada ao contexto em que vivia e a emergência da legitimidade dos trabalhadores como agentes políticos, caracterizaram sua atuação enquanto agente histórico com olhar atento à realidade. Essa organização orgânica e a inerente liderança política de Ayala se assemelham ao grupo de trabalhadores que Thompson relata em seu livro "A Formação da Classe Operária" onde uma "minoria de linguagem articulada" tem a presença de militante com perfil atuante, que passa a ser o articulador dos interesses da sua classe reivindicando em nome dela e muitas vezes a dirigindo (Thompson, 1987, p. 57).

Essa breve trajetória nos ajuda a compreender como partidos de esquerda e aqueles especificamente trabalhistas atuavam nesse espectro de formação política. A rede de relações que o levou a essas agremiações ainda não está totalmente desvelada nesta fase da pesquisa; podemos supor que havia seduções políticas das mais diversas nos ambientes operários que frequentava, mas é perceptível, ao primeiro olhar, que Ayala trilhou caminhos de forma singular, ao mesmo tempo que os caminhos

estavam lá para serem trilhados. A constituição do ser político desse personagem expõe, em um caso individualizado, os conflitos narrativos e ideológicos que se davam no seio da massa operária e que tangenciavam sua atuação dentro das organizações oficiais e não oficiais, bem como afetavam direta ou indiretamente suas vidas pessoais. Essa relação entre o momento histórico e o indivíduo fica evidente já na análise preliminar das fontes.

Essa movimentação de Ayala no seu ambiente político mostra que os trabalhadores, grupo anteriormente compreendido como subalterno e sem impacto decisório, entrou e participou ativamente do jogo político no Brasil no contexto que até o momento nos serve de pano de fundo. Nesse sentido, é importante recorrer a Savage, 2004, quando ele afirma que o que distingue a vida operária seria a sua insegurança estrutural, onde a retirada dos meios de subsistência constrange o trabalhador a achar estratégias para uma vida menos incerta.

> Essa formulação nos possibilita reconhecer certas pressões estruturais sobre a vida operária, embora também pontue a urgência de examinarmos a enorme variedade de táticas que os trabalhadores podem escolher para cuidar de seus problemas – da luta contra seus empregadores à formação de cooperativas, à demanda de amparo estatal, a tessituras de redes de apoio nas vizinhanças [...]. (Savage, 2004, p. 33).

Acompanhamos Savage quando ele fala das tessituras de redes, visto que analisar a trajetória de Ayala é observar estas construções. Um bom exemplo, que será melhor explorado nesta pesquisa à medida que a análise das fontes for avançando e que novas fontes forem trazidas à luz, são as aproximações de Ayala junto à Brizola, que, embora em campos diferentes (sendo um comunista e outro trabalhista), em diversos momentos aproximaram-se e dialogaram, e em outros tantos foram oposição ferrenha um ao outro. Ainda apoiados em Sevage, é possível observar que as escolhas de Ayala não foram movidas apenas por um viés ideológico ou político, mas como um reflexo da insegurança estrutural que os trabalhadores viviam naquele momento, transformando a luta sindical na busca direta por uma melhor condição de vida para si e para seus companheiros e em uma política de conquista de dignidade e direitos.

Para reforçar o exposto e dar sentido à narrativa, é importante reconstruir a trajetória política e social do Rio Grande do Sul – e, em um escopo maior, do próprio Brasil – desde o início do século XX, o que passamos a fazer agora. Nas primeiras décadas do século XX muitos serviços essenciais foram encampados pelo Estado, a exemplo do Porto de Rio Grande (1919) e da federalização da Viação Férrea (1920), entre tantos outros. Um aspecto recorrente nestas encampações foi a forte participação dos trabalhadores sindicalizados. Segundo Axt (1995), em sua pioneira dissertação sobre o tema, 80% da energia elétrica consumida pelos gaúchos em 1952 já era fornecida pela Comissão Estadual de Energia Elétrica (CEEE), autarquia que surgiu em 1943 como uma alternativa ao crítico serviço prestado pelas multinacionais de energia. Já na década de 1950, apenas duas regiões do estado não eram abastecidas pela CEEE: Porto Alegre e Canoas – que estavam a cargo da *Bond and Share* até a sua encampação em 1959 – e a região de Pelotas, que ficou sob controle da *The Rio Grandense Light and Power Syndicate Lilimited* até a década de 1970.

Os altos custos gerados pelos serviços e a má qualidade do que era entregue à população levaram a opinião pública a apoiar a encampação livre de indenização, gerando um consenso político favorável (conforme os Anais da Assembleia Legislativa) e unificando conjuntos políticos divergentes em torno do monopólio estatal do setor elétrico (Miranda, 2006). Foi um movimento político ousado por parte do governo estadual: pouco mais de cem dias separaram o início do mandato de Leonel Brizola como governador do Rio Grande do Sul e a encampação da Companhia de Energia Elétrica Riograndense (CEERG) pela Comissão Estadual de Energia Elétrica (CEEE), em 13 de maio de 1959.

O destaque do Rio Grande do Sul nas encampações desta época se dá devido à própria presença do Vargas e sua influência no PTB local, já que as alianças políticas PTB-PSD que se fortaleciam nacionalmente, não se efetivaram por aqui. O PSD adotou uma postura mais conservadora, o que fez, por outro lado, o PTB abraçar pautas tidas como mais progressistas, especialmente aquelas vinculadas aos direitos sociais. O desencontro dos caminhos dessas duas legendas extremamente relevantes no cenário nacional é mais um dos aspectos que ao longo desta dissertação iremos ampliar.

Pouco antes de Brizola se tornar governador, a oposição sindical liderada pelos sindicalistas Álvaro Ayala e Jorge Campezatto havia sido eleita para a direção do Sindicato dos Eletricitários, ainda no ano de 1956, fazendo destas duas figuras peças importantes da categoria durante o processo de encampação.

> Naquela época em que nós começamos, meados da década de 1950, Porto Alegre era uma aldeia. A gente gritava lá da Rua dos Andradas, quem estava aqui em cima, na Santa Casa, ouvia e respondia. Todos sabiam de todos os acontecimentos da cidade. Os portuários entrevam em greve, o movimento sindical todo se preparava. Estavam todos juntos. Assim como quando a área de energia fazia greve, os outros setores já ficavam na expectativa. A solidariedade do movimento sindical gaúcho sempre foi muito importante. [...] Tanto que nós tínhamos pioneiramente, um comando sindical que quando fazia as passeatas fechava todo o comércio. O comércio fechava mesmo. Formamos uma chapa de oposição à direção daquela época, e vencemos as eleições que se realizaram em 1956. Permanecemos juntos durante oito anos, eu como presidente e Ayala como secretário executivo. Nós dois éramos ainda delegados do sindicato junto à Federação.[8]

Pode-se observar na entrevista cedida por Campezatto a união e articulação de sindicatos de setores essenciais durante a década de 1950, período marcado pela consolidação das Leis Trabalhistas e por encampações que fortaleceram os trabalhadores e melhoraram os serviços para a população. O início de novas tradições políticas iniciadas na década de 1930 e a consolidação da percepção operária sobre sua própria força de ação começavam a reorganizar as relações de poder dentro do Estado brasileiro. Desta forma precisamos voltar ao conceito de tessitura de redes de Sevage, 2004, para melhor analisar a ação de Ayala, pois mesmo sendo oposição do grupo trabalhista que estava no poder, em diversos momentos acabou se posicionando ao lado destes quando o assunto era a defesa dos direitos sociais.

Essa figura política, capaz de articular interesses e dialogar com os diferentes atores do espectro político nacional e de se manter, década após décadas como uma liderança de referência não só para seu sindicato, mas para toda organização sindical brasileira, foi resultado de uma laboriosa e disciplinada formação política e de participações

8 Jorge Campezatto em entrevista cedida em 1999 – Fita cassete - Acervo Ayala - UFPel

ativas nas instâncias representativas dos trabalhadores. Para melhor compreender essa formação da liderança sindical de Álvaro Ayala é importante interpretar a imagem abaixo.

Figura 1 - 1º Congresso dos Trabalhadores Gaúchos



Parte superior mesa diretora com destaque para Álvaro Ayala no centro – Outubro de 1952 – Acervo Ayala – UFPel

A foto acima, do 1º Congresso dos Trabalhadores Gaúchos de 1952, mostra Ayala em destaque na mesa diretora do evento, demonstrando que, além de um agente participativo neste tipo de evento, já era um companheiro reconhecido por seus pares e que ocupava posições de destaque no meio sindical nesta época. Como já citado, sua construção política não começou diretamente no sindicalismo, mas ainda em seu meio familiar, com a influência de seu pai, importante liderança comunista entre os estivadores de Porto Alegre. É possível que Ayala tenha crescido em meio a um espaço de debate político partidário e sindical, o que permitiu que, ainda que muito jovem, ao ingressar no movimento sindical e político, cedo obtivesse destaque e respeito das demais lideranças.

Na mesma época em que Ayala se estabelecia na liderança do Sindicato dos Eletricitários, a CEEE passava por uma grande transformação com a encampação feita por Brizola em 1959. Antes, a CEEE era uma autarquia estadual com funcionários regidos pelo Estatuto do Funcionalismo Público Estadual Civil, onde os funcionários da CEERG não se enquadravam entre os servidores pós encampação. A tentativa do governo estadual de Leonel Brizola, de incorporá-los ao

quadro de funcionários, levou a uma série de desentendimentos com o sindicato e resultou na decisão unânime dos trabalhadores da CEERG de rejeitar todas as propostas da Diretoria Geral da CEEE (Santos, 2002, p. 121). Para encontrar uma saída a esse impasse, o governador Leonel Brizola assinou uma resolução constituindo uma Comissão Especial para mediar as negociações; por aclamação a Assembleia Geral acabou aprovando a proposta conciliatória.[9]

No final de 1959, as conquistas dos trabalhadores do setor de energia elétrica fortaleceram o sindicato, colocando-o como protagonista das greves que ocorreram na sequência, assim como na executiva do Congresso dos Trabalhadores Gaúchos (CTG), onde Álvaro Ayala se destacou como um dos líderes. Na resolução do V Congresso dos Trabalhadores Gaúchos em agosto de 1960, os eletricitários aprovaram uma moção que simbolizava o rompimento com o governo trabalhista de Brizola (Santos, 2002. p. 125).

Figura 2 - V Congresso dos Trabalhadores Gaúchos – Agosto de 1960



Destaque para Ayala discursando – Acervo Ayala – UFPel

Na imagem acima é possível observar Álvaro Ayala discursando em posição de destaque no V Congresso dos Trabalhadores Gaúchos. A

9 Circular Interna CEEE, Porto Alegre, 16 nov. 1959 – Acervo Ayala.

distribuição simbólica dos agentes nessa fotografia nos dá um pequeno vislumbre de como se organizava, hierarquicamente, esse espaço de representatividade operária. Nas laterais do palanque estão posicionados dois homens que fazem a segurança, impedindo que qualquer pessoa não autorizada acesse o espaço destinado aos oradores; ao observar em ângulo aberto se nota que a linha do palanque também faz uma divisão entre aqueles que o acessam e tem direito de fala, pela representatividade, e dos outros trabalhadores que não acessam este espaço, mas que podem votar.

A imagem abaixo estava anexada à foto acima (recém analisada) no Acervo Ayala: ambas foram registradas mesma época e muitas das figuras que estavam presentes no palanque da primeira foto estão junto ao Governador Leonel Brizola na segunda. O V Congresso dos Trabalhadores Gaúchos havia votado por um rompimento com o governo de Leonel Brizola, o que nos leva a crer que a segunda foto seja um momento posterior, onde pode ter havido entrega das resoluções do Congresso, de novas pautas ou até mesmo reuniões de negociação entre as lideranças e o governo. Outrossim, é importante destacar a posição de Álvaro Ayala à direita de Leonel Brizola, local que somente alguém que exercesse uma grande representatividade poderia ocupar, ainda mais em um registro fotográfico.

Figura 3 - Destaque para o Governador Leonel Brizola e Álvaro Ayala ao seu lado



Fonte: Acervo Ayala/UFPel

Reconhecer Ayala como parte desta minoria articulada é observar a sua trajetória neste momento, do início dos anos 1960, sob o prisma da construção de sua imagem de líder, tanto nos momentos em que discursa, quanto quando se posiciona em papel de destaque nas imagens. Na foto acima pudemos observar os trabalhadores que eram capazes de se aproximar do poder depois de participar ativamente de um Congresso que votou pelo rompimento com o próprio governo. Mesmo tendo séria divergências com Brizola, quem está à sua direita é Ayala, representando o grupo, que ora está ao lado do governo, ora contra, conforme a necessidade e a conveniência. Esse contraste, discutido brevemente na análise das fotografias, reforça o argumento de que os trabalhadores se tornavam, no Brasil, uma categoria capaz de articular interesses, identificar no contexto suas possibilidades reais de conquista e usar os espaços deixados pela legislação vigente e sua força de mobilização para pressionar ou cooperar com o governo de acordo com o que fosse mais benéfico para a categoria.

Ascender na política sindical era conquistar a garantia de acesso a espaço e pessoas que não seriam possíveis apenas como "peão de poste"[10]. Esse, entretanto, nunca foi um lugar ocupado por Ayala, que mesmo como funcionário da CEEE, nunca foi um "peão do poste", pois já ingressou na empresa como leiturista, função que na época exigia que o trabalhador utilizasse gravata – o que era, simbolicamente, uma demonstração de hierarquia – e só poderia ser feita por alguém alfabetizado, dado importante se levarmos em conta os altos índices de analfabetismo da época.

Existe, além disso, um fator que possibilitou que Ayala, enquanto representante do Sindicato dos Eletricitários, ocupasse uma posição de proximidade com o governo: o fato de ser um servidor público. Em uma época em que o governo reconhecia a cidadania de alguns grupos de trabalhadores (lembrando sempre que ela está atrelada aos direitos sociais), os servidores públicos estavam no topo deste reconhecimento, garantindo com clareza seu direito de greve e os direitos trabalhistas.

É válido destacar, de maneira a dar sustentação à sua figura de liderança e à sua relevância nas articulações políticas envolvendo o

10 Jargão popular utilizados pelos trabalhadores eletricitários para se referir ao trabalhador mais baixo na hierarquia.

governo, que nas muitas ocasiões em que Ayala exerceu sua liderança sindical e garantiu negociações para o seu setor, estava encabeçando um importante setor estratégico, como podemos ver na entrevista de Victor Nuñes:

> Esse trabalho feito pelo Ayala, ele começou a ser procurado, depois os sindicatos é que começaram a agir coordenadamente e formaram um setor que atingia diretamente o público em qualquer paralisação, era uma intersindical que envolvia ferroviários, o pessoal da energia elétrica, o pessoal da Carris e os servidores públicos, tudo isso aí. Então tinha paralisação, e era uma paralisação para ser sentida, porque não tinha trem, não tinha bonde e a energia elétrica era só das casas, nada das ruas. Então bastava afirmar isso, organizar, anunciar e a paralisação começava. Os sindicatos foram crescendo em prestígio a partir destas manifestações. E, seguida surgiu um organismo mais amplo, o Comando Sindical, foi esta atuação que foi levando.[11]

Era uma importante ferramenta de barganha. Todas as vezes que estes setores estratégicos paravam, a cidade em si era paralisada, provocando uma enorme pressão no governo e garantindo aos sindicatos ou à intersindical uma maior possibilidade de acesso ao núcleo do poder e à garantia de conquistas. Foi dentro dessa realidade que o ano de 1960 se viu marcado por uma agenda de muitas atividades sindicais, dentro e fora do Rio Grande do Sul, como podemos notar no relato abaixo.

> Em 1960, fui a um congresso no Rio de Janeiro, como advogado recém formado. Os pelegos estavam perdendo poder, o pau quebrou e eles se retiraram. Então a oposição tomou conta do congresso, num movimento que levou, pouco a pouco à queda dos pelegos. Álvaro Ayala foi nomeado delegado da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, no Rio Grande do Sul, e me convidou para trabalhar na delegacia da CNTI. Ele fazia o trabalho político e eu o jurídico. Foi um período de muita riqueza, muita expansão. Os pelegos sofreram uma derrota muito grande. É aí que nasce um sindicato do setor de energia elétrica, que elegeu o Campezatto e o Ayala, entre outros. Novamente fui contratado por ele para trabalhar. Houve não só em quantidade como em qualidade, uma melhoria muito grande no movimento sindical do Rio Grande do Sul. E os pelegos perdendo cada vez mais terreno. [...] O Ayala era muito habilidoso para tratar, era bom argumentador, não brigava, não era radical no trato pessoal.[12]

11 Victor Nuñes em entrevista cedida em 1999 – Fita K-7 Acervo Ayala - UFPel

12 Victor Nuñes em entrevista cedida em 1999 – Fita K-7 Acervo Ayala - UFPel

Nesta fala do advogado Victor Nuñes podemos observar o recorrente uso do termo "pelego", que ele usa para se referir aos grupos que anteriormente lideravam o sindicato dos eletricitários e eram ligados ao governo trabalhista, e que foram derrotados pelo grupo político liderado por Ayala nas eleições sindicais. Como já destacado, apesar de em uma das fotografias já discutidas, Ayala estar ao lado de Brizola - gesto que se repetiria inúmeras vezes -, internamente havia disputas bem estabelecidas com os trabalhistas. Essa divisão é um dos elementos fundamentais para compreender os constantes embates políticos que se deu entre estes setores, assim como foi importante a aproximação com o governo em momentos estratégicos, mesmo com a disputa de poder interno.

O início dos anos 1960 foi marcado por muitas greves em todo país e pela integração de diferentes movimentos sindicais. O aumento da força sindical ditava o ritmo das decisões políticas e colocava contra a parede os representantes políticos, que buscavam, estrategicamente, uma forma de canalizar o apoio desses organismos de trabalhadores e suas lideranças, uma vez que a capacidade de mobilização podia representar uma estrondosa vitória eleitoral ou o fim de projetos políticos inteiros. Foi neste cenário que Leonel Brizola, atuando de acordo com seus princípios trabalhistas, se cercou de líderes sindicais e, em 1961, convidou Álvaro Ayala para estar junto da comitiva do Rio Grande do Sul na Conferência da OEA em Punta del Este, onde nas palavras do próprio Ayala:

> Muito esperto, o Brizola leva com ele o presidente da Federação de Indústrias do Rio Grande do Sul, e o presidente do Comando Sindical do Rio Grande do Sul – que era eu – e leva, também, as lideranças estudantis. E se houve ali alguma coisa que o imperialismo entendeu como lição foi: ou eles acabavam com a liberdade na América Latina ou seriam derrubados. A força do discurso do Che Guevara foi fantástica. Eu assisti, eu estava lá! E uma das muitas mágoas que eu tenho da repressão é que eu tinha uma fotografia tirada no *hall* do hotel com o Che Guevara, com o Santiago Dantas, que era Ministro das Relações Exteriores e com o Brizola, e eles queimaram ou botaram fora, sei lá...[13]

13 Entrevista cedida por Álvaro Ayala com gravação em vídeo no ano 1991 (Acervo Ayala) para o Jornal O Eletricitário, órgão de divulgação do Sinergisul – Ano XIV – nº 84 (1998), os fragmentos encontram-se na homenagem *Tchê! Companheiro e Amigo Ayala*, 1999, p. 18.

Este é um dos poucos registros que encontramos sobre a participação de Ayala junto a Brizola neste encontro da OEA no Uruguai. Os relatos apontam que, possivelmente, os registros do sindicalista em sua passagem pelo encontro tenham sido destruídos, assim como a fotografia descrita por Ayala. Álvaro Filho, seu filho mais novo, nos contou sobre o encontro de seu pai com Che Guevara:

> Mas deste encontro o pai me contou como se tivesse sido uma coisa clandestina, que quando ele *tava* lá no encontro esse, que eu acho que é em Montevidéu, ele conta que marcaram um encontro dele com o Che Guevara em uma praça, em um encontro clandestino. Bom, então marcaram esse encontro e ele foi para a praça, encontrou Che Guevara e eles *tavam* conversando, ele não falou sobre o que, mas diz que estavam conversando e que um menino chegou e identificou o Che Guevara. E aí pediu um autógrafo para ele, e aí o Che disse para ele: "olha, eu te dou autógrafo, mas só se tu deixar eu dar uma volta na tua bicicleta". E aí o Che começou dar volta de bicicleta na praça e o pai dizia: "e eu ali sentado na praça olhando o revolucionário dar volta de bicicleta". Era uma história que o pai contava.[14]

Apesar da destruição de fotos e registros, ficaram as memórias e as anedotas preservadas pela família como forma de preservação também da imagem pessoal e política do pai. Ayala, como podemos observar, começa uma das frases anteriores com o termo "muito esperto" ao se referir à Brizola. É um caso claro de um agente político fazendo uma leitura do outro; em vários outros momentos, é ele, Ayala, que se descreve como "muito esperto" por se aproximar do Brizola em momentos estratégicos, conforme o jogo de poder. Podemos observar, portanto, que os trabalhadores eram capazes de realizar uma leitura concreta dos agentes políticos com quem dialogavam, buscando engrenar estratégias que fossem favoráveis aos seus interesses. Partindo desse pressuposto, se torna possível questionar e refletir sobre uma das ideias mais presentes na historiografia, que trata de uma suposta manipulação constante dos trabalhadores, e assim desvelar suas atuações em defesa dos próprios interesses - aspecto que nos chama atenção para uma pesquisa de maior fôlego.

14 Entrevista feita com Álvaro Ayala Filho, filho de Álvaro Ayala, em maio de 2024.

Em entrevista sobre Ayala, o advogado Victor Nuñes destacou um pouco da estratégia do líder sindical:

> Nesse momento é que aparece a figura do Ayala no trabalho, que é ao mesmo tempo um trabalho político, um trabalho do sindicato e um trabalho técnico. Ele era muito habilidoso para tratar, era um bom argumentador, não tinha brigas, não era radical no contato pessoal e isso foi durante, digamos assim, quando chegou a 60, aí o Brizola se elegeu.[15]

Como apontado, ele era um líder habilidoso, foi astuto para estar junto à Brizola quando necessário e soube manter autonomia para questionar o poder instituído. Foi um dos partícipes do jogo político mantendo acesso constante ao governador, como previamente comentado. Como um exemplo dessas aproximações e afastamentos que eram fruto do contexto político, é indispensável ressaltar o episódio histórico da Campanha da Legalidade. No ano seguinte à foto, durante a Campanha, o Sindicato dos Eletricitários atuaria junto aos batalhões populares onde, na fala de Ayala em entrevista cedida ao Jornal O Eletricitário de 1998 do Senergisul, é possível observar a divergência de atuação com o governo de Brizola:

> Fala-se em crise, na crise da legalidade, na liderança do Brizola, mas ninguém conta que os trabalhadores aquartelados no Mata-Borrão[16] garantirão a vitória. Não se fala – e faz-se questão de não falar – dos batalhões populares que saíram para as ruas e, se de alguma coisa eu me orgulho nesta vida, é de ter sido um dos comandantes destes batalhões populares. Nós fomos para rua, nós garantimos. Tanto, tanto, que nos davam tudo, só não nos davam armas. [17]

A declaração de Ayala acima reproduzida é uma das materializações possíveis dessa relação ora conflituosa, ora cooperativa, entre o sindicato e o governo. Embora atuassem do mesmo lado da trincheira – nesse caso, da legalidade da posse de João Goulart – ambos mantinham reservas em

15 Victor Nuñes em entrevista cedida em 1999 – Fita K-7 Acervo Ayala - UFPel

16 Histórico prédio no centro de Porto Alegre, cujo desenho lembrava um antigo mata-borrão, bastante conhecido pelo papel que desempenhou como QG dos sindicalistas gaúchos.

17 Entrevista cedida por Álvaro Ayala com gravação em vídeo no ano 1991 (Acervo Ayala) para o Jornal O Eletricitário, órgão de divulgação do Sinergisul – Ano XIV – nº 84 (1998), os fragmentos encontram-se na homenagem *Tchê! Companheiro e Amigo Ayala*, 1999, p. 20.

relação ou outro, tentando atribuir a si a maior relevância de atuação. O governo, por sua vez, parece, pela declaração de Ayala, receoso em fornecer poder de fogo aos sindicalistas.

Ayala faz questão de destacar os batalhões populares e suas ações no mata-borrão. Victor Nuñes ao lembrar de Ayala destacou em entrevista sobre o assunto:

> Em 61, foi aqui do lado, no chamado Mata-Borrão. Sabe são duas coisas diferentes, uma é a Legalidade, que foi comandada pelo Brizola, onde o mundo oficial tomou uma posição e outra é aqui do lado, onde tinha uma construção em formato de mata-borrão. Quando o movimento do Brizola cresceu, tomou conta disso tudo aqui, mas aqui o que se fez não era legalidade, aqui era o movimento de resistência democrática. Funcionou as mil maravilhas, sem comando, todo mundo trabalhado e sem preocupação de se obedecer a alguém, no máximo se discutiam as coisas. [...] O comando sindical tinha sempre um grupo por ali. Eu até disse pro Ayala: "Ayala, não perde tempo com aquele pessoal lá, vem pra cá, aqui comigo!"[18]

Nuñes destaca vários elementos da autonomia política do "mata-borrão", a ponto de destacar que era um movimento paralelo à Legalidade e que seus objetivos estavam atrelados a formação de um movimento revolucionário. Contudo, percebe-se que, ao tratar de Ayala, Nuñes se refere ao fato dele estar mais próximo da "pessoa de lá", ou seja, do poder instituído no Piratini, e não com o pessoal do "mata-borrão". Ayala fez questão de salientar a importância dos batalhões populares, mas como líder do Comando Sindical Gaúcho à época, sua presença era mais constante junto à Brizola, demonstrando mais um elemento de sua postura de liderança diante do jogo político. Se torna imperativo para essa dissertação, assim, desvelar qual o real papel ocupado por Ayala neste período.

Na imagem abaixo vemos Ayala quase ao lado do Governador Brizola em uma reunião no contexto da Legalidade, mais uma vez demonstrando sua importância enquanto líder sindical e sujeito político inserido no conflito.

18 Victor Nuñes em entrevista cedida em 1999 – Fita K-7 Acervo Ayala - UFPel

Figura 4 - Reunião em 1961, Ayala próximo a Brizola



Fonte: Acervo Ayala/UFPel

É diante da sua inquestionável habilidade política e excepcional formação de redes de atuação e apoio, onde Ayala se destaca como liderança sindical e como homem de referência dentro dos movimentos de trabalhadores, que ele acaba por ser enviado à União Soviética como delegado da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), a fim de participar de um congresso sindical mundial. Aliás, um dos elementos que iremos abordar é sobre sua edificação como liderança sindical, buscando compreender como Ayala acendeu nessa seara política, que pode ter se dado tanto por ações pessoais, como por uma "herança familiar" comunista junto ao PCB.

Para melhor compreender o contexto, cabe ressaltar o relato familiar:

> Ele foi para um Primeiro de Maio como delegado da CNTI em Porto Alegre. No Rio Grande do Sul ele era delegado da Confederação Nacional dos Trabalhadores de Indústria. Tu sabe tão bem quanto eu que a CEEE é indústria, e aí ele foi representando o Brasil nessa. Foi ele e um colega nordestino representando o Brasil para o primeiro de maio na Rússia. [...] Ele fez um diário da viagem, mas a mãe queimou em 64. Que pena, a mãe queimou muita coisa, muito documento, muita coisa em 64. Quando o pai se escondeu ele deve ter pedido para ela dar sumiço e ela queimou. Ela fez um fogaréu no quintal queimou muita coisa e queimou o diário também.[19]

19 Entrevista feita com Lúcia Ayala, filha de Álvaro Ayala, em maio de 2024.

Como devidamente observado e rememorado pela filha Lúcia, sua mãe fez uma grande fogueira porque, mais tarde, essa viagem forneceria materialidade para as acusações feitas pelo comando militar contra ele em 1964. Nas imagens abaixo vemos uma fotografia que sobreviveu à fogueira que destruiu os registros pessoais do sindicalista. Dos materiais acumulados por Ayala durante a viagem, pouca coisa restou. Apesar de não ser possível localizar Ayala na fotografia acima, trata-se de uma imagem de seu acervo pessoal, e faz referência à comemorações do dia 1º de maio na URSS. Abaixo, uma reprodução de seu passaporte com os lugares por onde passou para participar deste evento em maio de 1963 em Moscou. Novamente, sua atuação era de destaque e tentaremos trazer isso à luz dentro da dissertação.

Figura 5 - Foto do passaporte de Ayala com destaque para a viagem à URSS



Fonte: Acervo Ayala/UFPel

Após o golpe de 1964, as divergências internas da esquerda não abrandavam ou agravavam suas penas, estando todos colocados no rol de inimigos do país e subversivos a quem cabia o fim dos direitos políticos e, quem sabe, outras punições ainda mais definitivas. Ayala teve seus direitos políticos cassados e perdeu o emprego, acabando preso, em diversos momentos, a partir do ano de 1964, voltando a trabalhar na CEEE apenas após o processo de anistia colocado em prática no apagar das luzes dos anos setenta. Para melhor compreensão do panorama que

aqui se desenvolve, devemos analisar a entrevista concedida por Jorge Campezatto sobre sua prisão junto ao sindicalista.

> Fomos demitidos juntos em 64, por aquele ato institucional e, em 1967, condenados pela justiça militar a dois anos de reclusão. Ficamos fora da empresa de 1964 a 1979. Tivemos dificuldades de voltar, porque éramos "muito bem quistos" na empresa, que resistiu o mais que pode em nos readmitir. De fato, apesar de anistiados em 1979, nós só fomos ser readmitidos em janeiro de 1981 [...] Antes de 1964, volta e meia nós éramos presos. E o engraçado é que, via de regra, nos prendiam juntos. Normalmente, vinham nos buscar em casa. Iam direto na minha casa e na casa do Ayala. Só teve uma das prisões, depois de 1964, que foi a pior delas, eu fiquei preso 27 dias incomunicável e o Ayala foi avisado a tempo. Quando ele estava entrando na esquina da casa dele avisaram: "a polícia está na frente da tua casa te esperando" Então, ele deu a volta, foi para a casa da irmã e não foi preso naquela oportunidade. Aí, houve o julgamento, na justiça militar, em 28 de março de 1967, e fomos condenados a dois anos e recolhidos ao quartel da Polícia do Exército. Chegamos e começamos a brigar, porque o comandante da unidade era um carrasco. Era proibido receber jornal, ouvir rádio, sair da cela e tínhamos que dormir de luz acesa. A cela só tinha grades, não tinha porta e na frente das grades da cela tinha uma rampa de lavagem de veículos. Ela mandava os veículos serem lavados todos os dias na frente da cela com água e querosene, de maneira que o querosene escorresse para onde estávamos. Isso provocava acesso de tosse e buscávamos proteção nos cantos da cela. Até que nossos familiares fizeram muita pressão e fomos transferidos para a penitenciária estadual, separados dos presos comuns. E aí arrumamos trabalho na penitenciária. O Ayala foi tomar conta da rouparia do presídio.[20]

A partir da fala de Campezatto, podemos observar duas formas distintas da manifestação da consciência política desses autores: primeiro, usando de ironia, destaca como suas atuações sindicais provocavam incômodo na diretoria da empresa, que segundo ele, relutou tanto quanto pôde para aprovar suas reintegrações. Apesar de bem-humorada, essa colocação não é inócua: mostra a capacidade de reconhecer sua atuação como um ato de resistência, quase de classe, ao passo que mostra também a força política exercida pelo sindicato. Depois, sua declaração demonstra que eles tinham consciência que seriam presos, que enfrentar a Ditadura Militar era o preço a pagar por terem liderados movimentos de trabalhadores. Importante analisarmos a fala de Luci, filha de Ayala:

20 Jorge Campezatto em entrevista cedida em 1999 – Fita K-7 Acervo Ayala - UFPel

> Prisão do pai? Teve uma coleção de prisões. Ele foi um cara cassado pela ditadura, então, ele era uma liderança sindical, de esquerda, que tava ali se preparando para tomar o poder, entendeu? Eles tentaram fazer isso da crise da Legalidade, lógico, do jeito que dava, e 64 como o Jango caiu fora eles não tiveram resistência e os militares foram atrás das lideranças à esquerda e o pai era uma dessas lideranças da esquerda. Ele foi, quer dizer, no primeiro mês, ele sumiu, o pessoal o escondeu, ele ficou numa casa de praia um tempão, entendeu? Ele se apresentou porque poderia perder o emprego, se não se apresentasse com 30 dias, aí ele foi preso e cada movimento que aparecia um grupo de rebeldes em algum lugar, o pai era preso também por prevenção, até que ele foi julgado e condenado em 67, aí ficou na penitenciária tal. Ele saiu com o indulto de Natal ainda no ano seguinte, não me lembro, mas era do Costa e Silva o indulto. E aí não foi mais preso, entendeu? Mas continuava cassado e sem emprego então trabalhando em mil coisas de bico, né? [21]

Luci traz elementos importantes para a construção do cenário quando fala sobre o período que seu pai ficou escondido por 30 dias antes de se entregar às autoridades e as inúmeras prisões que ocorreram por poucos dias antes da de 1964. Além disso, o fato de ser preso preventivamente demonstra que Ayala era considerado um líder forte e capaz de mobilizar grupos rebeldes, sendo seus recolhimentos à prisão uma forma, na ideia dos militares, de mitigar o avanço da resistência anti-ditadura. Um destas prisões é descrita por Ayala Filho:

> Uma das vezes que o pai foi preso o pessoal do sindicato dos estivadores, sindicato do meu avô, foi pressionar o delegado. Meu vô ainda era vivo, mas idoso, então uma das vezes que o pai foi preso, o pessoal do sindicato dos estivadores foi pressionar o delegado.[22]

Além da importância da representatividade de Ayala junto ao seu grupo, o relato aqui reproduzido mostra que as relações criadas pelo pai de Ayala provavelmente possibilitaram um maior acesso aos debates comunistas, que ajudaram na sua formação. A formação de sua liderança já contava com um caminho facilitado pelas relações criadas por seu pai, que incluía, além da rede de relações com expoentes do movimento sindical, um domínio razoável do ideário comunista, bem como a capacidade de se adaptar ao meio operário por meio do prévio

21 Entrevista feita com Luci Ayala, filha de Álvaro Ayala, em maio de 2024.

22 Entrevista feita com Álvaro Ayala Filho, filho de Álvaro Ayala, em maio de 2024.

conhecimento dos códigos de conduta e de ação desses trabalhadores. Ao fim, seu pai acabou pavimentando uma parte razoável do caminho na formação de sua liderança sindical, permitindo que ele alcançasse voo mais longos.

Ao analisarmos os documentos do Arquivo Nacional sobre esse período, encontramos, entre outros, dados da agência de Porto Alegre do Serviço Nacional do Informações que, ao acompanhar o movimento sindical no ano de 1966, descreveu Ayala e seus companheiros como "elementos comunistas e brizolistas, membros da extinta 'Intersindical' e fabricantes de greve. [...] um deles é chefe do acampamento dentro do hospital, nessa capital, em nome da 'República Sindicalista' [...] Ayala expurgado da CEEE"[23]. Além dos relatórios supracitados, o nome de Ayala consta em inúmeras listas do Serviço de Inteligência como alguém que está sendo observado por ser comunista.

Na ficha do Ayala do Serviço Federal de Informação e Contrainformação, constam inúmeras listas de participações em eventos como líder sindical, participando ou presidindo atividades, ou ao lado de Brizola, além de recortes de jornais que começam em 1962 e se encerram em 1º de maio de 1964 com a assinatura do ex-Presidente-ditador João Figueredo.[24] É importante neste contexto trazer luz à fala do próprio Ayala sobre o período.

> Eu passei escondido 30 dias. Quer dizer, eu não fui preso, mas a minha família sofreu represálias. Minha casa foi invadida, a polícia e o exército viraram tudo. Na época, uma filha minha tinha 14 anos e a outra, 10. Eles pegaram as roupas íntimas das gurias e abanavam para ver se não tinha documento dentro. O meu quarto era uma peça bem na frente da casa. Eles botavam uma caminhonete da polícia com os faróis bem acesos na janela para assustar minha mulher e botavam um policial caminhando e botando o pé na porta e na janela, como forma de pressionar minha família. Posteriormente foi negociado e nos foi dada a garantia, através da Assembleia Legislativa, de que não seríamos agredidos, já que o chefe de polícia tinha dito que iria nos liquidar. Ele tinha um relacionamento muito longe de parentesco com a minha mãe e disse que ia me liquidar.

23 Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informação. http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/ggg/85011199/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_85011199_d0001de0001.pdf

24 Arquivo Nacional – Fundo: Conselho de Segurança Nacional. http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_n8/0/pro/pai/0203/br_dfanbsb_n8_0_pro_pai_0203_d0001de0001.pdf

> E cometeu um crime terrível comigo: minha mãe. Ele sabia que ela sofria do coração. Ao lado da casa da minha mãe tinha um bar, então ele botou uns policiais a conversar informando que tinham me matado na prisão, que tinham me dado um tiro no olho. Minha mãe teve um ataque às 3 horas da tarde e morreu às 6. Isso eles me devem. Não que eu faça ação em termos de reações pessoais, mas como homem, como cidadão, sou obrigado a registrar isso, até porque este cidadão foi o pior chefe de polícia da história do Rio Grande do Sul.[25]

A situação traumática vivida por Ayala durante a prisão, com as ameaças físicas e a tortura psicológica envolvendo seus familiares, e após a prisão com a consolidação de sua demissão, acabaram por resultar em uma série de problemas físicos e psiquiátricos, conforme parecer psiquiátrico realizado em 1998 anexo ao processo que a família moveu contra o governo.

No registro dos Atos institucionais da Câmara dos Deputados seu nome consta com a Sanção de suspensão de direitos políticos no Diário Oficial de 07 de maio de 1966, p. 4017. É importante observar como o Grupo de Trabalho dos Trabalhadores da Comissão Nacional da Verdade trouxe seu caso.

> Acervo de Memória do Movimento Sindical na CUT-RS
>
> Álvaro Ayala: Eletricitário, militante do PCB, Presidente do Comando Sindical de Porto Alegre em 1959, Membro do Comando Geral dos Trabalhadores, Delegado da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI) foi a Moscou em 1963 como delegado do CGT junto outros líderes sindicais, firmando a "Declaração dos Delegados Latino-americanos da Liderança Sindical Comunista, Dirigente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul; atuou em diversas greves no final da década de 1950 e início dos 1960, participou do Movimento da Legalidade e dos Comícios Pró-Reformas de Base; participou das manifestações de tentativa de resistência ao golpe, no dia 1º de abril, em frente à Prefeitura de Porto Alegre [fls. 78-82, conforme certidão da subsecretaria de Inteligência da Casa Militar]. O DOPS tinha 140 anotações de atividades políticas sindicais de Ayala quando do golpe. Foi preso em 8 de maio de 1964, encaminhado ao DOPS e posteriormente ao SESME, onde permaneceu até 28 de junho, preso novamente no SESME por uma semana em agosto do mesmo

25 Entrevista cedida por Álvaro Ayala com gravação em vídeo no ano 1991 (Acervo Ayala) para o Jornal O Eletricitário, órgão de divulgação do Sinergisul – Ano XIV – nº 84 (1998), os fragmentos encontram-se na homenagem *Tchê! Companheiro e Amigo Ayala*, 1999, p. 21.

> ano, preso novamente em março de 1967, permanecendo do janeiro de 1968 na Penitenciária Estadual. Foi torturado no DOPS, espancado, sua família sofreu ameaças, sua mãe faleceu enquanto estava no DOPS incomunicável. Em decorrência das torturas e da prisão política, sofreu perda parcial da audição e crises de labirintites, depressão, ansiedade (comprovados em laudos médicos, sendo inclusive hospitalizados várias vezes durante a prisão). Foi demitido sumariamente da CEEE e teve seus direitos políticos cassados por dez anos, junto com Jorge Alberto Campezatto e Ottomar Ataliba Dillenburg (também funcionários e lideranças sindicais da CEEE). Foi indiciado em IPM instaurado pelo III Exército, condenado a dois anos de reclusão com base na Lei de Segurança Nacional pelo Conselho Permanente de Justiça do Exército em 1967 (acusado de redistribuir material proveniente do estrangeiro para a infiltração de doutrinas contrárias a constituição), sendo indultado pelo STM no início de 1969. Enquanto preso na Penitenciária Estadual, encaminhou pedido para que sua família não sofresse revistas abusivas para poder visitá-lo no presídio. No documento, relata que sua mulher, inclusive sua filha de 11 anos, eram revistadas de forma diferenciada, abusiva e constrangedora por policiais do sexo masculino, devido a sua condição de preso político. Foi readmitido em 1981, após a Lei de Anistia, seguia atuando no Sindicato dos Eletricitários quando entrou com requerimento de indenização (1998). Teve suas atividades políticas e sindicais vigiadas pelo SNI até 1989.

A ficha citada acima é o levantamento realizado pela CUT junto ao comitê da Memória, Justiça e Verdade. A presença dele em tantos documentos é representativo de uma importante liderança com fortes interações de ordem pessoal, familiar e político dentro de seu contexto. Foram estas relações que garantiram o apoio à família durante a prisão de Ayala.

Há inúmeras lacunas, que foram apontadas ao longo do desenvolvimento do texto, a saber: a ascensão política de Ayala, a trajetória familiar do mesmo e o seu grau de relação com os diferentes grupos sociais, nos quais se encontram trabalhadores de diversas áreas, líderes sindicais e lideranças políticas. No nosso entender, estes elementos permeiam a trajetória desta importante liderança sindical, contribuindo para sua complexa e decisiva atuação à frente de um dos mais destacados sindicatos do Rio Grande do Sul.

Referências bibliográficas:

AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta (orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

AXT, Gunter. **A indústria de energia elétrica no Rio Grande do Sul:** dos primórdios à formação da empresa pública (1887-1959). 155 f. Dissertação (Mestrado em História) –Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995.

BRAGA, Virna Ligia Fernandes. **Entre a honra e o Mercado:** Análise do processo de formação do movimento sindical docente em Juiz de Fora (1934-1964). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juíz de Fora, Juíz de Fora, 2006.

BRANDO, Nova Marques et al. **Catálogo Resistência em Arquivo:** memórias e história da ditadura no Brasil. Porto Alegre: CORAG, 2014.

CANÊDO, Letícia B. **A classe operária vai ao sindicato**. São Paulo: Contexto, 1988.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

KARSBURG, Alexandre. A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias. In: VENDRAME, Maíra et al. **Micro história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Oikos, 2015.

LEVI, Giovanni. **"Sobre a Micro-História".** In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992, p. 133-134.

LEVI, Giovanni. Micro-história e história da imigração. In: VENDRAME, Maíra et al. **Micro história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Oikos, 2015.

MIRANDA, Samir Perrone de. **Projeto de desenvolvimento e encampações no discurso do governo Leonel Brizola:** Rio Grande Do Sul (1959-1963). 142 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

OLIVEIRA, Paulo Affonso Martins de. 2000. **Atos institucionais: sanções políticas**. Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações. http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/6384.

RAMOS, Carolina. A construção do sindicalizamos rural brasileiro. In: **Anais VI Simpósio Nacional Estado e Poder**: Cultura. Universidade Federal de Sergipe. Disponível em <https://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/Grupos.html> acessado em <01 de maio de 2024>

SANTOS, João Marcelo Pereira dos. **Os herdeiros de Sísifo:** a ação coletiva dos trabalhadores porto-alegrenses nos anos de 1958-1963. 236 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

SAVAGE, Mike. Classe e história do trabalho. *In:* BATALHA, Cláudio; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (orgs). **Culturas de classe**: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Ed. da Unicamp, 2004.

SILVA, Fernando Teixeira. **A carga e a culpa:** os operários das docas de Santos: Direitos e Cultura de solidariedade (1937-1968). São Paulo/Santos: HUCITEC/PMS, 1995.

TAVARES, Flávio. **1961: o golpe derrotado:** Luz e sombra do Movimento da Legalidade. 2a ed. Porto Alegre: L&PM, 2012.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**: A árvore da liberdade. 6a Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**: A maldição de Adão. Vol. II. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PARTE II

História Cultural e História Local

História e o Patrimônio Cultural

PATRIMÔNIO CULTURAL EM RIO GRANDE/RS: PERCEPÇÕES A PARTIR DO TOMBAMENTO DA IGREJA MATRIZ DE SÃO PEDRO

Carmem G. Burgert Schiavon[1]

Palavras iniciais

A cidade do Rio Grande é conhecida como a "Noiva do Mar" e esse codinome já deixa claro a relação intrínseca entre a localidade, o mar e as águas da Lagoa dos Patos. E é uma relação antiga, muito antiga... Um namoro por vezes calmo, tranquilo, edificante e, em outros momentos, devastador! A Península por onde a cidade nasceu, cresceu e avançou, sempre teve com as águas algum tipo de relação e se originou a partir do interesse de avanço da coroa portuguesa, em prol do domínio do comércio no Rio da Prata e na Lagoa dos Patos. Nesta Península, estabeleceu-se o primeiro ponto de fixação "colonizatório" português, assim como o primeiro Porto da Província, que se notabilizou não somente pelo transporte de mercadorias, mas também, pelo comércio humano de escravizados. E estes edificaram a

1 Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Professora do Instituto de Ciências Humanas e da Informação da Universidade Federal do Rio Grande (ICHI-FURG). Orcid: https://orcid.org/0000-0001-6515-0227. Endereço eletrônico: cgbschiavon@yahoo.com.br

cidade do Rio Grande. Mais tarde, após um processo abolicionista nada integrador, somaram-se à imensa leva de operários rio-grandinos, que deram uma nova fisionomia ao local, notabilizando-a como uma cidade de feições operárias.

Com base nessa perspectiva, cabe direcionar o olhar a questões importantes que demarcam indagações sobre esta urbe, e tentar identificar algumas das múltiplas peculiaridades e identidades sobre esta complexa cidade. Destas multifacetadas identidades, ao longo da sua história de curta e média duração, se percebe ao mesmo tempo, uma cidade de porte médio, com áreas de práticas cosmopolitas por um lado e, padrões interioranos, de outro. Sim, uma urbe que mescla formas de vida associadas às culturas diversas da zona portuária, que influenciam uma classe média e a classe operária; porém, simultaneamente, uma região fortemente marcada pelo êxodo rural do interior do Estado e de outras regiões platinas, as quais foram se amalgamando na formação das áreas industriais. Esse "cosmopolitismo" se constituirá pelo Porto, pelas estradas de ferro, pela presença da Marinha e, também, pelas estruturas universitárias que na região se fazem presentes. Concomitante à formação destas múltiplas identidades, ainda necessárias de serem estudadas/aprofundadas, passa pela intensa produção e concentração de artistas de diversas linguagens, sobretudo, de músicos e musicistas, fenômeno este típico de cidades portuárias mundo afora, e tangenciando a essas diversas facetas, é necessário relacionar às práticas marítimas e pesqueiras, principalmente, da pesca artesanal, que constituem um cenário de práticas culturais extremamente potentes.

Essa urbe, pequena e contraditória, caracteriza-se como uma zona de pujantes investimentos, ocasionando um alto padrão de PIB, mas contraditoriamente, de baixos índices de IDH. Este cenário fortaleceu e ao mesmo tempo forjou e questionou práticas religiosas africanas e católicas ao longo dos seus quase 300 anos e, mais recentemente, nas últimas décadas, com o surgimento e ampliação de religiões neopentecostais.

Em linhas gerais, estas questões servem como pano de fundo para a reflexão acerca do início da salvaguarda patrimonial no município do Rio Grande/RS, com vistas à discussão do quão complexo é o tema e, principalmente, como determinados interesses foram levados em conta,

já no primeiro tombamento feito em solo rio-grandino: o da Igreja Matriz de São Pedro, no ano de 1938.

Breves considerações acerca do início da preservação do patrimônio, no Brasil

O princípio da discussão referente à proteção do patrimônio, no Brasil, ocorre nos primórdios da República, em meio ao cenário de transformações sociais, culturais e urbanísticas do país, com o movimento modernista tomando forma e impulsionando a adoção de uma política nacionalista. Em outras palavras, os debates referentes à identidade nacional vão se fazer presentes, também, no campo do patrimônio histórico nacional, escolhido/determinado pelo olhar de uma nova elite – de base urbana – em contraposição às elites agrárias, hegemônicas até então.

De acordo com Letícia Julião (2006), desde o início da década de 1920, observam-se esforços no que diz respeito à adoção de uma política de preservação patrimonial. Tanto que, no ano de 1923, foi criada a Inspetoria dos Monumentos e, na década seguinte, mais precisamente no ano de 1934, teve início as atividades do Serviço de Proteção aos Monumentos Históricos e Obras de Arte, órgãos estes "que concebiam o patrimônio e a história como campos voltados para o conhecimento e culto da tradição, [...] em uma visão grandiloquente e ufanista do passado e da nação" (Julião, 2006, p. 23).

Em termos constitucionais, Sandra Pelegrini (2009) evidencia que o patrimônio esteve presente, pela primeira vez, na Carta Magna de 1934, por ocasião da descrição do papel do Estado na defesa do patrimônio. Ademais, Pelegrini também chama a atenção para o fato de que esta proteção foi ratificada, novamente, na Constituição de 1937.

No ano de 1936, Mário de Andrade, diante do convite de Gustavo Capanema (Ministro da Educação), redigiu o anteprojeto para a fundação de um órgão específico de preservação do patrimônio histórico e artístico do Brasil. O documento elaborado por Andrade destaca-se pela sua originalidade quanto ao pressuposto de patrimônio, inclusive, no cenário internacional, haja vista que sua concepção patrimonial era abrangente e articulada, em contraposição, por exemplo, à concepção europeia. Nessa perspectiva, Mário de Andrade inova ao defender

um conceito amplo de patrimônio e lançar o olhar para o seu aspecto educativo e, de acordo com Paula Porta (2012, p. 32), "a preocupação de Mário de Andrade vinha de sua experiência à frente do Departamento de Cultura de São Paulo, pioneiro nessa prática e inspirador do trabalho da Comissão Nacional de Folclore, estabelecida em 1947".

Ademais e fundamentalmente falando, Mário de Andrade também inova ao conceber a criação de um único órgão voltado à proteção do patrimônio nacional: o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)[2]. Contudo, sobre a criação do SPHAN, Fonseca chama a atenção para os seguintes aspectos:

> A criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1936, deve ser analisada à luz de dois fatos que marcaram a vida cultural e política do Brasil na primeira metade do século XX: o movimento modernista e a instauração do Estado Novo, em 1937, corolário da Revolução de 30. A análise do modo como os agentes do Sphan – recrutados, como já mencionei, entre os adeptos do modernismo – lidaram com esse duplo compromisso – com um movimento cultural renovador e com um governo autoritário – é fundamental para se compreender a feição específica que o Sphan assumiu enquanto órgão do Estado na área da cultura (Fonseca, 2009, p. 82).

Dessa forma, observa-se que a concepção de Mário de Andrade incluía uma ideia mais popular de cultura – na contemporaneidade, esta pode ser traduzida pela vertente imaterial do patrimônio cultural. Sob essa ótica, observa-se que, na sua idealização original, o termo patrimônio já estava ligado ao ensino e não, exclusivamente, ao contexto da preservação (Florêncio, 2012). Contudo, estas formulações não se efetivaram na prática, tendo em vista que a concepção original de preservação do patrimônio cultural, no Brasil, nasceu de modo arraigado à materialidade física, isto é, aos bens materiais em si mesmos, notadamente, aqueles considerados de valor histórico ou artístico. Estas foram as bases do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 que, em linhas gerais, não só caracterizam as formas de atuação do SPHAN[3] (na

2 Originalmente, o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), inaugurado em 1937, teve a designação de SPHAN (Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Ao longo de décadas, teve alternância de nomes (e siglas), até que, em 1994, voltou a ser denominado de IPHAN e mantém esta designação até a atualidade.

3 O SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) teve a sua fundação na

atualidade, IPHAN), durante as primeiras décadas do século XX como, também, denotam o quanto o órgão estava direcionado "à proteção de edificações, paisagens e conjuntos históricos urbanos" (Iphan, 2012, p. 18). Dentro dessa perspectiva, conforme dados apresentados por Mário Chagas (2009), numa referência à síntese proposta por Falcão (1984), o início da política de tombamento ocasionada pelo SPHAN, guardava relação com:

> a) monumento vinculado à experiência vitoriosa branca; b) monumento vinculado à experiência vitoriosa da religião católica; c) monumento vinculado à experiência vitoriosa do Estado (palácios, fortes, fóruns, etc) e na sociedade (sedes de grandes fazendas, sobrados urbanos, etc) da elite política econômica do país (Falcão, 1984, p. 28 *apud* Chagas, 2009, p. 106).

Desse modo, o início da preservação do patrimônio cultural, no Brasil, insere-se no contexto de formação da identidade nacional brasileira e, de acordo com Márcia Chuva (2003), figuras centrais na política de preservação do patrimônio como Rodrigo Melo Franco de Andrade, Carlos Drummond de Andrade e Lúcio Costa, tinham uma profunda identificação entre si no que diz respeito à crença na universalidade e origem comum da arte e isto acabou se constituindo em "um ponto crucial na concepção de nação que se consagrou no Brasil a partir do SPHAN" (Chuva, 2003, p. 315), no momento em que o barroco brasileiro foi levado ao posto mais representativo da cultura brasileira, tendo em vista que:

> Para inserir o Brasil na consagrada história da Arte Universal, investiu-se na reapropriação do barroco, que passou a ser visto como um movimento artístico considerado profundamente renovador, que desde a "pureza" e "verdade" das construções gregas jamais havia se repetido e que, a partir do barroco, só teve novo momento renovador com a arquitetura moderna, advinda da revolução industrial (Chuva, 2003, p. 328).

Com base nestes pressupostos, emerge um posicionamento que apresenta uma visão reducionista do patrimônio, demarcada pela perspectiva histórica, com destaque à exaltação dos ditos "fatos

data de 13 de janeiro de 1937, tendo como finalidade a preservação e divulgação do patrimônio cultural, no Brasil.

memoráveis da nação brasileira" e/ou do aspecto artístico próprio e, a adoção destes pressupostos teve como consequência o destaque e a ênfase ao patrimônio cultural de base europeia – numa ideia de euro descendência – na política de patrimônio daquele momento, haja vista que esta base compreendia o "modelo" que se projetava para a nação brasileira que se pretendia implantar.

Contudo, ao se privilegiar um determinado grupo – branco, de origem europeia – a política desenvolvida no SPHAN "elegeu um Brasil antepassado que exclui alguns atores contemporâneos ao delimitar claramente de quem 'descendemos'" (Rubino, 1996, p. 103). Mais do que isso, a narrativa colocada em prática pelo modelo preservacionista "não é um discurso da superioridade branca, lusitana e cristã conferido pela detração do outro e sim pela sua exclusão, por meio da construção de um elo de ligação com o passado que remete bisavós, antepassados e ancestrais dignificados" (idem). Segundo Hugues de Varine, ocorreu um fenômeno essencialmente colonialista, haja vista que "foram os países europeus que impuseram aos não europeus seu método de análise do fenômeno e patrimônio culturais; obrigaram as elites e os povos destes países a ver sua própria cultura com olhos europeus" (Varine *apud* Chagas; Gouveia, 2014, p. 10). Na sequência deste texto, apresenta-se uma breve análise acerca do primeiro tombamento ocorrido na cidade do Rio Grande, em 1938, bem como das polêmicas envolvendo a Igreja Matriz de São Pedro.

O primeiro tombamento na cidade do Rio Grande/RS: a Igreja Matriz de São Pedro

O decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, inaugura o início da preservação do patrimônio histórico, no Brasil. Com base na adoção desta legislação, algumas cidades vão presenciar os primeiros tombamentos, em nível federal, pelo órgão competente (SPHAN). A cidade do Rio Grande/RS será uma delas.

Há alguns anos, costumo realizar uma saída técnica com os meus alunos da disciplina de Educação Patrimonial (a qual denomino de "pé tour", em uma referência clara ao quanto caminhamos pelas ruas do centro da cidade) e, como não poderia deixar de ser, a "Catedral" (forma diminuta e carinhosa pela qual a Igreja é conhecida entre os rio-

grandinos) é um dos "espaços" por onde circulamos. Nestes encontros, fico fascinada pelas expressões dos alunos, pelos olhares, originalmente um pouco "perdidos" e, posteriormente, ávidos por mais e mais, pelas perguntas que, vez ou outra, me pegam de surpresa, inclusive.

Muito embora, a Catedral de São Pedro[4] não seja nenhuma novidade para muitos dos acadêmicos, há sempre algo "novo", algum aspecto que eles não têm a menor ideia e, neste sentido, vem à tona algo muito representativo: a história em torno do tombamento deste templo religioso, em 1938, pelo SPHAN fato que, invariavelmente, é do desconhecimento de todos. Vamos ao desenrolar desta história!

A Catedral de São Pedro, situada em uma região geográfica privilegiada da cidade, ou seja, bem na entrada do "calçadão", no início da rua Bacelar, teve o lançamento da sua pedra fundamental, em 25 de agosto de 1754, e o local representa a primeira Igreja do Estado do Rio Grande do Sul. Contudo, quem adentra o recinto da pequena igreja de estilo românico, não imagina o quanto o espaço já foi motivo de polêmica e de discórdia. De acordo com Alves (2005, p. 21), "esta velha senhora é uma sobrevivente" e, de fato, o é, afinal, serviu como palco de acolhimento à comunidade rio-grandina tendo, inclusive, sido seu templo invadido, pelos espanhóis durante a ocupação destes (1763-1776)[5]; sofreu com as discussões referentes à sua demolição, na década de 40, do século XX e vivenciou um dos primeiros tombamentos federais, feitos pelo IPHAN, no ano de 1938 – assim como também presenciou o desenrolar de uma prática bem pouco usual, o destombamento de parte do seu território, em 1946. Expressando o quanto a Catedral é testemunha da história rio-grandina, Alves destaca que:

> As torres da Catedral presenciaram o alvorecer e o amadurecimento de uma cidade, desde a sua fundação primordial, estratégico-militar, passando pelo essencial papel mercantil, funcionando como a verdadeira porta de entrada da Província e do Estado, chegando à fase do crescimento industrial. Mas conviveu também a Igreja com os vários

4 A Igreja Matriz de São Pedro passou a ser Catedral no ano de 1972.

5 Sobre a invasão espanhola, em 1763, à Igreja Matriz de São Pedro, localizam-se duas posições: uma visão mais tradicional afirma que o templo religioso foi saqueado, destruído e que se tornou até um hospital para os feridos; contudo, Maria Luiza Bertulini Queiroz (1987) e Luiz Henrique Torres (2006) afirmam que a invasão espanhola não implicou em saques e destruição no local e que a Igreja foi encontrada pelos portugueses, sem traços de destruição.

> momentos de dificuldades menos ou mais graves que atormentaram a comuna portuária. Assim, desde os momentos de refluxos, crises e obstáculos, até as épocas de progresso, pujança e esplendor, a Matriz de São Pedro foi testemunha e agente vivo desta história. (Alves, 2005, p. 21)

Ainda, de acordo com Alves, a fundação da Igreja Matriz de São Pedro, em 25 de agosto de 1755, ocorre "através da ação conjunta da população, das autoridades, dos funcionários e dos engenheiros que acompanhavam Gomes Freire no Rio Grande" (Alves, 2005, p. 28). Este aspecto denota o quanto a fundação deste templo religioso guarda relação com os apelos comunitários locais.

Figura 1: Frente da Catedral de São Pedro



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Catedral_de_S%C3%A3o_Pedro_(Rio_Grande)#/media/Ficheiro:Catedral_de_S%C3%A3o_Pedro.JPG. Acesso em 13/03/2024, às 14h e 37min.

A origem do processo de tombamento da Igreja Matriz de São Pedro ocorre antes mesmo da instauração do Estado Novo, no Brasil, e foi encaminhada por Augusto Meyer, em 7 de julho de 1937. Esta solicitação tem origem a partir do conflito estabelecido, no início da

década de 30, em torno da possível demolição da Igreja para dar espaço à construção de um templo maior, no mesmo local.

Por volta de 1935, o tema da possível derrubada da Igreja Matriz de São Pedro se fazia presente nos periódicos locais e, também, na capital do Estado e dividiu muitos paroquianos. Segundo Alves,

> Nesta época, empreendeu-se verdadeiro embate no interior da sociedade rio-grandina, cujo tema básico era, de um lado, a edificação de uma nova igreja, mais vistosa e afeita aos novos tempos de progresso, e de outro, a preservação da "antiga Matriz", levando em conta o que ela representava para a comunidade municipal e estadual e até nacional e mundial (Alves, 2005, p. 76).

Nesta esteira, os dois lados se organizavam. Do lado da manutenção da Igreja, figuravam os historiadores rio-grandinos, Antenor de Oliveira Monteiro e Abeillard Barreto (este, Presidente da Biblioteca Rio-Grandense), o engenheiro Fernando Duprat da Silva e o cardeal dom Sebastião Leme, entre outros. Nessa perspectiva, Monteiro passou a defender a continuidade da Igreja Matriz de São Pedro, nos periódicos rio-grandinos, publicando textos com nítido apelo ao sentimento de ligação da população local com o templo religioso, chamando a atenção não somente para a longevidade da história da Igreja, que era "quase duas vezes centenária, a Matriz de São Pedro é o único monumento histórico da nossa formação e não pode desaparecer" como, também, para os laços de união da população local com aquela estrutura física da Igreja, utilizando-se de argumentos[6] como "aí foi dada a benção matrimonial àqueles que povoaram a terra; aí receberam o batismo os filhos beneméritos e os heróis que a ilustraram e defenderam" (Monteiro, 1935, p. 1).

Por outro lado, na linha de frente da oposição ao projeto de manutenção da Igreja Matriz, figurava o próprio Bispo Diocesano, D. Joaquim Ferreira de Mello, e o padre Eurico de Melo Magalhães, pároco

6 Monteiro, utilizando-se da imprensa rio-grandina como meio difusor de suas ideias, e na tentativa de se fazer ouvir, lança mão dos mais variados tipos de argumento, inclusive, segundo Alves, "demonstrando conhecimento de causa, o historiador rio-grandino afirmava que aqueles que defendiam a conservação do quase bicentenário templo estavam ao lado das leis recentemente decretadas e tinham consigo a opinião mais autorizada no assunto, que seria o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGBS), instituição que ocupava lugar de destaque no cenário historiográfico gaúcho de então" (Alves, 2005, p. 77).

da Igreja de São Pedro, que se utilizava do jornal *Cruzeiro do Sul*, veículo da família católica na cidade do Rio Grande, para difundir seus ideais "modernistas" de construção de um novo – e maior – templo católico, no local. De acordo com Chuva, na defesa de seu projeto de demolição da antiga Igreja Matriz de São Pedro, o Bispo Diocesano utilizava-se de argumentos, como:

> [...] a Matriz estava pequena para o culto, necessitando de reformas para sua ampliação, visto que não seria conveniente trocá-la de lugar, devido às "tradições paroquiais". Duvidada das qualidades arquitetônicas da igreja, afirmando que "não é nenhuma obra de arte, como tal erroneamente dada ao Sphan – são puras paredes sustentando um teto já bastante arruinado (Chuva, 2009, p. 230).

Além dos argumentos descritos acima, Chuva recupera as sugestões apresentadas pelo bispo, ao Sphan, no sentido de se constituir uma "lista de quesitos, claros e precisos, sobre o que pode se constituir obra de arte em arquitetura religiosa, e mande pessoa competente e idônea para examinar se a Matriz de São Pedro corresponde" (Chuva, 2009, p. 230-231).

Contudo, Rodrigo Melo Franco de Andrade rebateu as considerações apresentadas pelo bispo informando as razões da pertinência do tombamento da Igreja Matriz de São Pedro argumentando que:

> [...] sua preservação se impõe tanto mais quanto menos é rico o patrimônio artístico do Estado [...]. A simplicidade de concepção e execução da Matriz não constitui razão suficiente para lhe negar valor como obra de arte [...]. Não seria possível fazer tal lista de quesitos porque a conceituação e especificação dos elementos que possam distinguir [...] não lograram ainda ser apurados, daí a existência do decreto-lei nº 25/1937 (Andrade, Apud Chuva, 2009, p. 231).

Diante dos embates estabelecidos, o prefeito municipal, Dr. Meirelles Leite assumindo posição, num ato claro de adesão ao grupo "pró demolição" da Igreja Matriz de São Pedro, enviou à Câmara Legislativa Municipal, 4 projetos de urbanismo[7] alusivos à construção de um novo

7 Nas páginas 82-84, do livro "Uma igreja, uma comunidade: os 250 anos de história da Catedral de São Pedro", o historiador Francisco das Neves Alves (2005) apresenta uma análise destes 4 projetos.

templo religioso para o padroeiro local. Na defesa da sua posição, o prefeito Meirelles defendia "a necessidade de uma nova Matriz, mais ampla e mais imponente, de acordo com o progresso da cidade, de modo que fora reiniciada a coleta de contribuições para edificar-se o templo no mesmo quarteirão" (Alves, 2005, p. 81), ou seja, no mesmo local da antiga Matriz, fato que implicaria na sua demolição.

Outrossim, os embates entre os dois grupos continuaram a existir, com poucos ganhos – de ambos os lados, vez que outra. E, assim, a novela se desenrolou por mais um tempo até que, o tombamento da Igreja Matriz de São Pedro ocorreu em 17 de maio de 1938[8], tendo sido inscrito sob o número 071, no Livro de Tombo das Belas Artes do SPHAN.

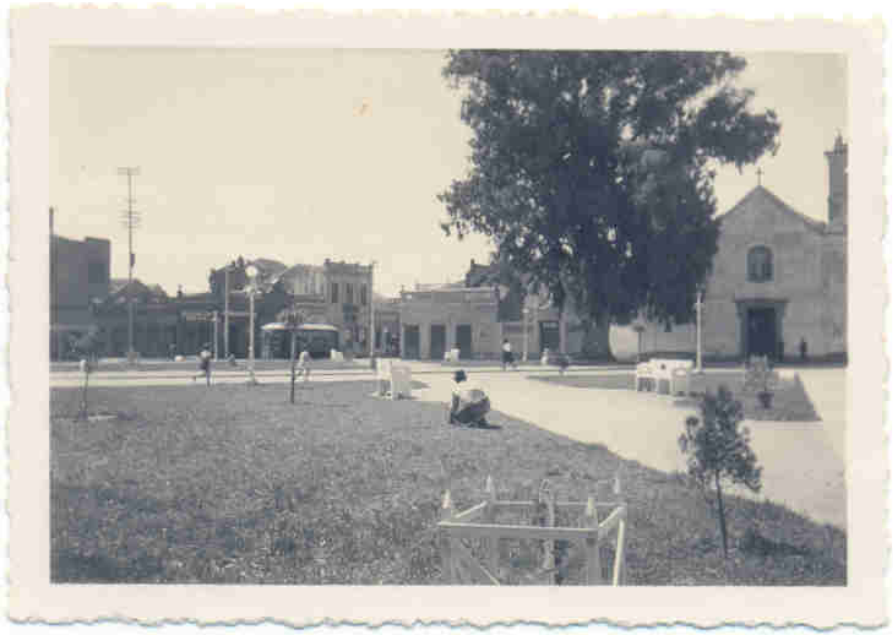
Entretanto, o tombamento, de imediato, não encerrou a questão, tendo em vista que o Pároco local ainda almejava reformar a Capela de São Francisco, a qual, no seu entendimento, não havia sido contemplada no tombamento da Igreja. Porém, após o envio de Paulo Thedim Barreto à cidade do Rio Grande, com o objetivo de verificar, *in loco*, tal situação, ele reafirmou em seu relatório que a demolição da Capela de São Francisco não poderia ocorrer, haja vistas que a mesma era parte do conjunto tombado da Igreja Matriz de São Pedro (Chuva, 2009) e que, portanto, encontrava-se sob a mesma proteção.

De acordo com Chuva, outros interesses – da Prefeitura – se somavam à questão, pois o executivo "também entrava em confronto com o Sphan, porque desejava construir na praça da igreja um prédio de oito andares" (Chuva, 2009, p. 232) mas, este ponto do tema, em questão, foi finalizado mediante a própria intervenção do Bispo diocesano, o qual

8 Na inscrição do Livro Tombo constam as seguintes informações: Tombamento da Igreja Matriz de São Pedro e Capela da Ordem Terceira de São Francisco (Rio Grande, RS), com esta descrição: "Primeira igreja portuguesa no Rio Grande do Sul, construída com projeto do engenheiro militar Manoel Vieira Leão, a Matriz de São Pedro foi fundada em 25 de agosto de 1755. Mais tarde, construiu-se uma capela para a Ordem Terceira de São Francisco de Assis em sua parte posterior, com acesso pela rua de trás. A Catedral de Sã Pedro é uma edificação pequena e sóbria, com duas torres e acesso central encimado por frontão. Em 1737, o Brigadeiro José da Silva Paes, a mando de D. João V, Rei de Portugal, construiu um presídio na foz do Rio Grande de São Pedro, considerado posto militar estratégico para dar apoio à Colônia do Sacramento, povoação fundada em 1680, por portugueses, em território espanhol. A partir de 1752, chegaram à região colonos açorianos, trazidos para garantir a posse daquele território para Portugal, mediante sua ocupação efetiva. O General Gomes Freire de Andrade traçou o plano da nova povoação determinando a construção de uma Igreja, a Matriz de São Pedro. Atualmente, a capela de São Francisco abriga o Museu de Arte Sacra da Cidade". Informações disponíveis em: www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm. Acesso em 12 de abril de 2024, às 21h e 47min.

taxou o assunto como irreversível (Soares, p. 44-45). Neste sentido, a memória rio-grandina, representada pelo seu primeiro templo religioso, venceu a visão modernizadora, mas as comemorações em torno desta vitória, em seguida, serão substituídas por uma nova preocupação: a do possível destombamento do entorno da Igreja Matriz de São Pedro, local que compreendia a Praça Dr. Pio.

Figura 2: "Praça Dr. Pio" (data desconhecida)



Fonte: Acervo da Fototeca Municipal Ricardo Giovannini.

Na figura, acima, percebe-se o quanto o tombamento do entorno da Igreja Matriz oportunizava uma ampla visualização do templo religioso[9]; por outro lado, também é possível perceber o quanto a Praça Dr. Pio constituía um espaço de lazer à comunidade rio-grandina.

9 Se compararmos com a atualidade, observamos o quanto a Catedral fica "espremida" entre duas construções modernas (edifícios). Além do ponto de vista visual, também há que se mencionar o prejuízo destas edificações à Catedral, no sentido da falta de iluminação e, por consequência, difusão de umidade na construção mais do que centenária.

Tais embates explicam uma nova mobilização de parte da população local em prol da manutenção do tombamento original, ou seja, a ideia é que o espaço localizado no entorno da Igreja Matriz de São Pedro, a Praça Dr. Pio, não sofra um processo de destombamento. Tal solicitação ocorreu por parte da Prefeitura e, para tanto, os argumentos do executivo municipal estavam direcionados na liberação de parte do terreno da Praça, para a construção do Prédio dos Correios e Telégrafos, em Rio Grande, conforme trecho de correspondência detalhado, a seguir:

> O Dr. Prefeito Municipal enviou longa e detalhada exposição ao SPHAN procurando demonstrar com plantas, fotografias e abundância de argumentos de ordem técnica, que a construção projetada não prejudica a proteção com que a lei visa cercar o patrimônio histórico nacional, que é, no caso, a velha Matriz de São Pedro, essa relíquia de tão gratas rememorações e tradições para povo de Rio Grande [...] (Jornal *Rio Grande*, em 13/12/1947, p. 2).

A possibilidade de construção do Prédio dos Correios e Telégrafos em parte do espaço da Praça Dr. Pio ocasiona um forte movimento do Monsenhor Eurico de Melo Magalhães, religioso que não irá medir esforços – muito menos textos, no jornal *Cruzeiro do Sul* – para que a referida obra não seja feita nos limites da Igreja Matriz de São Pedro. Neste sentido, concorda-se com a historiadora Olivia Nery, de que este embate em torno da construção do Edifício dos Correios e Telégrafos era, no fundo, uma corrida com fins de interesses políticos, tendo em vista que:

> Até o final de 1947 inúmeros artigos e notícias sobre o prédio dos Correios foram publicados nos jornais Rio Grande e Cruzeiro do Sul, uma gama de telegramas enviados pelos ministérios ora cancelando a obra, ora dando permissão pela sua continuidade. No dia 06 de dezembro de 1947 monsenhor Eurico Magalhães divulga no Cruzeiro do Sul o mesmo telegrama que fora publicado pelo jornal Rio Grande enviado pelo Ministro da Justiça, que expede uma ordem que cancela a construção dos Correios na Praça, logo após escreve acalmando seus leitores, mostrando ainda ter esperanças de que as obras sejam canceladas. (Nery, 2013, p. 39)

Muito embora os esforços e toda a movimentação do Monsenhor Eurico de Magalhães e seus aliados, em março de 1948, um novo

capítulo desta novela ocorreu: o presidente Eurico Gaspar Dutra, utilizando-se dos preceitos do Decreto-Lei nº 3.866/1941[10], adotou uma prática nada usual no Brasil e cancelou o tombamento da Praça Dr. Pio, localizada no entorno da Igreja Matriz de São Pedro que, até então, era parte integrante do seu tombamento. A decisão do Presidente Dutra assim foi descrita, no *Diário Oficial da União*:

> O Presidente da República, apreciando as dúvidas surgidas em relação ao local em que está sendo construída a sede dos Correios e Telégrafos na cidade do Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul, resolveu que fosse cancelado, na forma da lei, o tombamento da Praça Dr. Pio, naquela cidade, como parte integrante da igreja de São Pedro, determinando que o Ministério da Viação promovesse a rápida ultimação das Obras. A decisão presidencial atende, assim, aos desejos das classes representativas daquela cidade, bem como a Câmara do Comércio, Associação de Varejistas, Rotary Clube, Associação dos Empregados no Comércio, Grupo Cultural Riograndense e várias outras entidades de classe e sociais. Igualmente se manifestaram favoráveis à localização da sede onde está sendo construído o antigo Conselho Administrativo do Estado e os Poderes Legislativo e Executivo Municipal (*Diário Oficial da União*, 11/03/1948, p. 2).

Segundo Chuva (2009, p. 233), esta atitude, de destombamento, de uma forma geral, reflete o quanto "o capital do Sphan, nessas disputas, não foi capaz de sensibilizar o executivo federal, na rede de relações tecidas"; entretanto, ao se analisar a justificativa apontada para o ato presidencial (acima), fica claro que venceram os interesses políticos e econômicos locais das "classes representativas daquela cidade". E, com este novo capítulo da história rio-grandina, nasce outra novela, a da construção e, posteriormente, movimento em torno da sua demolição, no ano de 2010, do Prédio dos Correios e Telégrafos da cidade do

10 A política de cancelamento de tombamentos, pelo Presidente da República, foi estabelecida pelo decreto-lei nº 3.866, em 29/11/1941, o qual determina: "Artigo único. O Presidente da República, atendendo a motivos de interesse público, poderá determinar, de ofício ou em grau de recurso, interposto pôr qualquer legítimo interessado, seja cancelado o tombamento de bens pertencentes à União, aos Estados, aos municípios ou a pessoas naturais ou jurídicas de direito privado, feito no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de acordo com o decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937". Informação disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del3866.htm. Acesso em 18/09/2024, às 15h e 23min.

Rio Grande[11]; contudo, isto constitui tema para um novo capítulo relacionado à história da Catedral.

Palavras finais

Em linhas gerais, com o presente texto, buscou-se trazer à tona algumas disputas patrimoniais referentes ao tombamento da Igreja Matriz de São Pedro, primeiro marco de preservação estabelecido no solo rio-grandino. Em outras palavras, visualizou-se que as políticas patrimoniais daquelas décadas iniciais de atuação do SPHAN, acabaram por privilegiar um olhar elitista e excludente que, de forma contraditória, propunha ideias modernistas mas, que acabou colocando em prática um pensamento de bases coloniais, na defesa de uma "civilidade ancestral". E estes parâmetros demarcam boa parte da caminhada da política de preservação patrimonial, no âmbito nacional, e se fazem presentes, inclusive, na cidade do Rio Grande/RS, através do processo de tombamento da Igreja Matriz de São Pedro, em 1938, momento em que o embate em torno de dois projetos distintos, essencialmente políticos, de modernidade x tradição, impactam o cenário rio-grandino.

Nessa esteira, há que se evidenciar que esta política inicial de preservação do SPHAN não se limita a "não representar" o outro (talvez, o termo mais adequado seja "outros"), ou seja, aqueles que não se encaixam no modelo estabelecido, tendo em vista que o sistema também estabelece uma configuração de silenciamentos, ocultamentos e práticas de marginalizações e as consequências se fazem presentes até a atualidade, inclusive, esta conformação manifesta-se em ações de vandalismo[12] quanto à arte, à religião, manifestações plurais, etc., e no município do Rio Grande foi/é diferente, tendo em vista as inúmeras disputas patrimoniais referentes ao tombamento da Igreja Matriz de São Pedro.

---

11 Toda a polêmica em torno da construção do Prédio dos Correios da cidade do Rio Grande, bem como da sua possível demolição, em 2010, constituiu análise do Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado), da historiadora Olivia Silva Nery (2013).

12 Abaixo, à título de ilustração, um exemplo ocorrido na cidade de Veranópolis, no Rio Grande do Sul; entretanto, vale mencionar que este tipo de ação não é exclusividade do Estado gaúcho. https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/ataque-a-templo-de-umbanda-no-rs-alerta-para-o-aumento-da-intolerancia-religiosa-no-estado,b876d1f7c1684b6dfa30115245172406rcxp8skk.html. Acesso em 11 de junho de 2024, às 20h e 22min.

Dessa forma, a análise do processo inicial de preservação do patrimônio cultural, na cidade do Rio Grande/RS, é constituída por disputas, conflitos e embates políticos, os quais, normalmente, fazem parte de um jogo de interesses que acaba constituindo histórias, fisionomias, identidades que silenciam e ocultam outras. No dizer de Alfonso Torres Carrillo (2003), se constroem versões do passado e, a partir destas, ou seja, do controle sobre a memória, estruturam-se identidades e se (re) definem relações de poder. Nas páginas anteriores buscou-se lançar um olhar sobre estas "nuances", no anseio de um aprendizado, afinal, "não se pode fechar os olhos. Não se pode olhar prá trás, sem se aprender alguma coisa pro futuro" (Legião Urbana)[13].

Referências

ALVES, Francisco das Neves. **Uma Igreja, uma comunidade**: os 250 anos de história da Catedral de São Pedro. Rio Grande: Editora da FURG, 2005.

ANDRADE, Mário de. Anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. *In*: **Cartas de trabalho**: correspondência com Rodrigo Melo Franco de Andrade (1936-1945). Brasília: MEC/SPHAN/FNpM, 1981.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 – Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm. Acesso em: 18 set. 2024.

Catedral São Pedro. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Catedral_de_S%C3%A3o_Pedro_(Rio_Grande)#/media/Ficheiro:Catedral_de_S%C3%A3o_Pedro.JPG. Acesso em 13/03/2024, às 14h e 37min.

CHAGAS, Mário de Souza. Memória política e política da memória. *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário de Souza (Orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. **Revista TOPOI**, v. 4, nº 7, jul.-dez. 2003.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.

13 Trecho da canção L'Avventura, do grupo Legião Urbana, pertencente ao disco "A tempestade ou O livro dos Dias", lançado no ano de 1996.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 11/03/1948.

FALCÃO, Joaquim Arruda. Política cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. In: MICELI, Sergio. (Org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984.

Jornal **Rio Grande**, 13/12/1947.

JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a história do museu. **Caderno Diretrizes Museológicas**. Brasília: [s. e.], 2006, p. 19-30.

NERY, Olivia Silva. **O Prédio dos Correios e Telégrafos do Rio Grande**: patrimônio e memória da cidade. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado), do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande, 2013.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio Cultural**: consciência e preservação. São Paulo: Brasiliense, 2009.

PORTA, Paula. **Política de preservação do patrimônio cultural no Brasil**: diretrizes linhas de ação e resultados: 2000/2010. Brasília, DF: Iphan/ Monumenta, 2012.

RUBINO, Silvana. O Mapa do Brasil Passado. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 24, Brasília, 1996, p. 97-105.

MUSEUS E ENSINO DE HISTÓRIA, CONEXÕES POSSÍVEIS

Leticia Brandt Bauer[1]

O presente texto apresenta algumas considerações iniciais relacionadas ao projeto de pesquisa "Museus, espaços de prática profissional de historiadores e historiadoras?".[2] A proposta, que ainda se encontra em desenvolvimento, tem como objetivo geral investigar os limites e possibilidades de caracterizar museus como espaços de produção de conhecimento histórico e de Ensino de História a partir das considerações da história pública, cuja definição será mais bem explicitada ao longo do texto. O presente texto aporta, de forma breve, as considerações teóricas que estão presentes no projeto de pesquisa e

1 Graduada, mestra e doutora em História. Professora do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Link para currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/1487251536172132. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-0312-8179. Endereço eletrônico: leticiabbauer@gmail.com.

2 Para a consecução do projeto de pesquisa, está prevista a realização de entrevistas com historiadores/ historiadoras de museus sediados em Porto Alegre, selecionados com o intuito de reunir instituições públicas municipais, públicas estaduais e privadas, como forma de investigar uma variedade de experiências. No que se refere especificamente às entrevistas, o projeto segue a metodologia da História Oral (Amado; Ferreira, 2006) e toma como orientação os pressupostos da Resolução CNS 510/2016 (BRASIL, 2016). As entrevistas serão semiestruturadas e temáticas, "adequadas para caso de temas que têm estatuto relativamente definido na trajetória de vida dos depoentes, como um período determinado cronologicamente, *uma função desempenhada* ou o envolvimento e a experiência em acontecimentos ou conjunturas específicas" (Alberti, 2005, p. 175, grifo meu). O projeto foi aprovado no Conselho de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, CAAE 81728524.2.0000.5347.

que cercam o objeto de investigação, acionando reflexões da disciplina histórica e, também, da Museologia. Ao final, propõe uma articulação com as possibilidades oferecidas pelas definições de consciência histórica e educação patrimonial.

1 Museus e a história pública

A figura do/a historiador/a não é estranha ao espaço dos museus, arquivos e instituições que se dedicam à salvaguarda do patrimônio cultural material e imaterial. Ela divide (e, em certos momentos, negocia e, até mesmo, disputa) espaço com outros profissionais como arquivistas, museólogos(as) e arquitetos(as). Interessante notar, entretanto, que a discussão sobre a atuação dos historiadores e historiadoras em espaços classificados como não acadêmicos é relativamente recente. Em artigo de 2008, a historiadora Zita Possamai intitulou seu artigo de "O ofício da História e novos espaços de atuação profissional". Aos novos espaços pressupõe-se a existência "dos velhos", identificados, pela autora, com o ensino e a pesquisa vinculada à academia (Possamai, 2008). No mesmo dossiê, intitulado "A História e suas fontes", o historiador Benito Schmidt também debateu acerca das relações entre historiadores(as) e os acervos documentais e museológicos (Schmidt, 2008). A discussão dos textos, em diversos pontos, alinha-se no sentido de pensar esses espaços (então ainda considerados "novos") e a formação profissional dos historiadores. Na primeira década dos anos 2000, no contexto brasileiro, o "Plano B", para utilizar uma expressão que Anthony Grafton e James Grossman utilizaram para se referir à realidade estadunidense, estava sendo alçado a um novo patamar.[3]

Se a realidade profissional norte-americana e a brasileira privam de diferenças consideráveis, a argumentação dos autores e autoras não chega a ser descabida. A ideia do "plano B" não é totalmente estranha aos recém-formados/as brasileiros/as, especialmente nos cursos de bacharelado. Por outro lado, é inegável que a condução das discussões sobre a atuação do historiador em museus, arquivos, memoriais e centros

3 We should not be surprised when students internalize our attitudes (implicit or explicit) and assume that the "best" students will be professors and that for everyone else... well, "there's always public history." Even those who happily accept jobs at secondary schools, for example, describe themselves as "leaving the academy" or "leaving the historical profession." (Grafton; Grossman, 2011).

de documentação, por exemplo, ampliou-se consideravelmente nas duas últimas décadas. Um dos resultados dessa perspectiva é o teor do texto do projeto de regulamentação da profissão do/a historiador/a que prevê e detalha sua atuação nesses espaços.[4]

Esse entrecruzamento entre História e patrimônio cultural constitui um campo profícuo para pesquisa. Mais que isso, ele pode ser identificado desde as primeiras mobilizações sistematizadas para reflexão acerca da história pública no Brasil. Tudo indica que o(a) historiador(a), quando trabalhador(a) de instituições dedicadas a salvaguarda de acervos e bens culturais, reconheceu-se imediatamente na área de estudo e ação que configura a história pública. Basta lembrar que, em 2010, a Universidade de São Paulo (USP) ofereceu o primeiro curso de Introdução à história pública, resultando em um livro de mesmo título foi publicado em 2011 e que pode ser considerado referência central nos debates sobre o tema (Almeida; Rovai, 2011). Nele, um artigo de James Reap trata do patrimônio cultural, além de outros artigos que se dedicam ao tema dos arquivos e centros de documentação.[5]

No ano seguinte, foi realizado na cidade de São Paulo o 1º Simpósio Nacional de história pública, em cuja programação é possível identificar o patrimônio cultural como tema bastante presente. Na apresentação do evento, dentre as diferentes propostas de reflexão, consta uma relativa à "função da história pública na divulgação e no gerenciamento do patrimônio material e imaterial", bem como sobre "o papel do historiador profissional diante de celebrações, comemorações, memoriais". No mesmo evento, uma das mesas-redondas teve como pergunta norteadora "Arquivos e museus são lugares da memória pública?". Além disso, em um universo de 31 sessões temáticas, pelo menos dez abordaram mais diretamente temas relacionados ao patrimônio cultural, indicando que o campo era pauta relevante e que os profissionais e pesquisadores a ele ligados se reconheciam na discussão proposta pela história pública.

4 BRASIL. Senado Federal. Substitutivo da Câmara n.3 ao Projeto de Lei do Senado n. 368/2009. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de historiador e dá outras providências. Disponível em https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4804039&disposition=inline, acesso em 06 set. 2019.

5 Trata-se do artigo intitulado "Conservação do patrimônio cultural: um panorama internacional" (Reap, 2011). Simone Silva Fernandes assina o texto "Fontes orais: Perspectivas para o tratamento em centros de documentação e arquivos" (2011) e Viviane Tessitore o artigo "Arquivos e centros de documentação: Um perfil" (2011).

Embora o termo patrimônio cultural[6] possa servir como "guarda-chuva" para identificar arquivos, museus, centros de documentação e instituições preservacionistas, importa sublinhar que cada um deles possui cadeias operatórias específicas e as possíveis funções e habilidades de historiadores/as em cada um dos referidos locais merece análise mais detida.[7] É partindo dessas possíveis especificidades e tomando como ponto de partida a concepção de que profissionais fazem instituições, mas instituições também fazem profissionais (Lopes, 2005), que o trabalho de pesquisa tem se desenvolvido.

No que se refere à relação entre museus e história pública, cabe mencionar a resposta à questão "Quais dos desafios dos museus em face da história pública?", elaborada pelo historiador Paulo Knauss para a publicação "Que história pública queremos?". Knauss afirmou que história pública e museus podem "ser considerados expressões do mesmo movimento" (Knauss, 2018, p. 145). O estudo da trajetória dos museus permite inferir que as múltiplas relações possíveis de serem estabelecidas situam-se para além de questões exclusivamente ligadas à ampliação de audiências. Dos quatro engajamentos fundamentais que caracterizam a história pública (Santhiago, 2016), dois são especialmente pertinentes ao trabalho nos museus: a história feita **para o público** e a história feita **com o público**. Some-se a isso o contato, por meio do público visitante, com algo próximo à história "feita pelo público", em especial a realizada por pesquisadores autodidatas e divulgada por meio de *blogs*, bem como a especificidade decorrente do trabalho com a materialidade e os processos de pesquisa, preservação, documentação e comunicação que estruturam a cadeia operatória dos museus. Sempre vale lembrar a advertência de Ulpiano Bezerra de Meneses: museus históricos não são aqueles cujos temas são exclusivamente "históricos", mas aqueles que

6 A partir de Pierre Bourdieu, Bernardo Lewgoy define o campo do patrimônio como "um sistema de relações objetivas entre os agentes sociais encarregados das tarefas práticas e simbólicas ligadas ao tombamento e preservação de bens culturais (ou patrimoniais), espécie de elite ilustrada que intenta congregar as qualidades e atribuições da Ciência, da Moral e da Arte, segmento relativamente autônomo no interior do corpo de Estado e lugar onde se constituem trajetórias, carreiras e identidades profissionais específicas". (Lewgoy, 1992, p. 71-72). Ver também Zita Possamai (2000).

7 Em 2012, por exemplo, um documento resultado de evento promovido pela Associação Nacional de História (ANPUH) debateu o perfil profissional dos historiadores "não como usuários mas como profissionais vinculados às entidades custodiadoras de acervos" (ANPUH, 2012), nesse caso, referindo-se especificamente a acervos documentais.

propõem problemas históricos (Meneses, 1992). Sendo assim, qualquer museu, ao se colocar em relação com o tempo decorrido, relaciona-se com o âmbito histórico.

Já em relação à história pública e museus, para além da já comentada ampliação das audiências, vale ressaltar que os engajamentos citados no início do projeto implicam diferenças sensíveis aos processos museológicos. Processos participativos, feitos "para e com" os sujeitos envolvidos diretamente nos temas acionados pelos museus têm se mostrado desafiadores e, ao mesmo tempo, estimulantes. A ampliação do conceito de patrimônio, em diálogo com a participação de grupos e personagens "externos" aos procedimentos institucionais, foi abordado por Bauer e Borges (2018), indicando que o equilíbrio entre experiência dos sujeitos e expertise dos profissionais, por exemplo, coloca-se como pauta relevante para as reflexões da produção histórica contemporânea. De acordo com as autoras, a dimensão colaborativa nesses processos "não é entendida como a busca da unanimidade, da representação apaziguada e da capacidade de formatar uma coletividade ideal" (Bauer; Borges, 2018, p. 50), mas um processo de troca entre os diversos protagonistas do processo.

É possível afirmar que as pesquisas da História e da Museologia, quando existentes, não colocam em diálogo suas perspectivas e, tampouco, valem-se da história pública como filtro interpretativo. Como ocorre a produção das narrativas históricas nos museus hoje? Quais são as especificidades da pesquisa de objetos tridimensionais como documentos? Quais são as referências teóricas e metodológicas da História que instrumentalizam a produção contemporânea dos museus? Como os(as) agentes nessas instituições (possuindo ou não formação em História), pesquisam, interpretam e comunicam as informações relativas ao passado a partir da materialidade? É possível inferir que museus são espaços de Ensino de História? Como se dão as escolhas, projetos e tomadas de decisão na produção de exposições? A partir de quais demandas? É partir dessas indagações acerca da História e dos historiadores e historiadoras contemporâneos que a pesquisa está sendo realizada.

2 Dialogando com outras áreas

O estudo da materialidade como documento é tema bastante explorado na Museologia, especialmente a partir das discussões teóricas que buscam estabelecer seu estatuto científico. A museóloga Waldisa Rússio Guarnieri (2010) propõe a definição de fato museal - compreendido como a relação entre o sujeito conhecedor e a materialidade - e sua especificidade como objeto de estudo da Museologia face a outras ciências que se ocupam dessa relação. De acordo com a autora, o fato museal tem como premissas: o ser humano como ser em constante evolução, dotado de sensibilidade, razão, memória, imaginação e agência; o objeto, situado em contexto espaço-temporal presente, documento e testemunho de uma realidade; o museu, condição para que o fato museal ocorra e possa ser percebido como tal. Rússio também define os objetivos e o método do conhecimento museológico. Segundo ela, o objetivo da pesquisa museológica é o conhecimento do fato museal e das condições nas quais ele se realiza. No que se refere ao método do conhecimento museológico, Waldisa Rússio argumenta acerca da interdisciplinaridade, característica de um sistema que conformaria a pesquisa científica, a formação e o exercício profissional. Nesse quadro, historiadores e historiadoras estariam diretamente relacionados ao fato museal e integrariam ativamente a área interdisciplinar em questão.

Tereza Scheiner (2002), a seu turno, parte do entendimento da natureza fenomênica e semiótica dos museus para explorá-los como criadores de sentido, estruturando discursos. Esses discursos têm, nas exposições, seu principal veículo, construindo representações de mundo por meio de interpretações que apreendem e comunicam o real de determinada maneira. Segundo a autora, é necessário compreender a exposição a partir de uma teoria geral do Museu, conduzindo ao que denomina de "teoria da exposição". Partindo da afirmação de Jean Davallon, para quem a exposição é um meio de presença, Scheiner argumenta que, para além da reunião de pessoas e objetos, a exposição é instância relacional de presentificação da memória do homem que conjuga pessoas de diferentes tempos e lugares. Conforme Scheiner, trata-se de um espaço de impregnação de sentidos no qual a comunicação elabora-se a partir de uma experiência afetiva que mobiliza emoção e mudança. Esse processo envolve a instância cognitiva e, também,

emotiva. Seguindo sua argumentação, toda exposição é a recriação de uma parcela de mundo, metáfora espacial que produz discursos intencionais que, por meio de diferentes linguagens, converterá a exposição em um "espaço emocionante". Na sequência, a autora discorre sobre os sistemas de exposição como falas organizadas e direcionais, tendo o museu (especialmente como espaço e forma expositiva) como emissor central das narrativas. Para Scheiner, torna-se necessário identificar os limites éticos de interpretação da realidade e, também, reconhecer o visitante como emissor de narrativas. Essa ótica plural realiza-se por estratégias narrativas que integram passado e presente e que devem permitir o maior número possível de interpretações. Ainda para a autora, as exposições devem ser concebidas sempre como obra aberta, enriquecida pela reatualização sistemática da relação entre sujeito e objeto. Para Scheiner, entretanto, é a vitalidade das linguagens que permite que as informações estejam em constante fluxo, e não o acervo em si.

O historiador e museólogo Bruno Brulon Soares (2012) discorre acerca do que denomina de "teoria da performance" para os museus. Embasado nos estudos de Victor Turner e Richard Schechner, o autor define performance como experiência social ou individual em que elementos de um passado são reapresentados no presente. Brulon conduz o leitor pelos estudos teóricos e suas relações com o contexto teatral para, em seguida, articular tais argumentos com a experiência dos museus. Ao longo do artigo, o autor coloca em questão os limites da imagem do "espelho" e do "reflexo" como analogia viável à cultura e, por conseguinte, aos museus, potencializando a ideia de culturas não refletivas, mas reflexivas. Esse raciocínio conduz à percepção de que a ideia de real e, consequentemente, de realismo, é uma questão de "artifício" e está diretamente condicionada por definições culturais singulares e diversas entre si. Trata-se não da verdade, mas do que se pensa sobre ela. Reflexidade, afirma Brulon, é artificial, cultural, teatral e, evidentemente, museal.

Segundo o autor, os objetos expostos em museus são apresentados pela performance e colocados em diálogo com aquele que vê. O desejo de real, nesse quadro, é essencial para compreender o processo vivido em um museu. Valendo-se das comparações entre museu e teatro, Brulon argumenta que a performance museal se diferencia da vida real, sem

que isso signifique algo irreal. A musealização, nesse sentido, afirma-se como um processo subjetivo na medida em que retira um objeto de seu contexto anterior e o reapresenta. De acordo com Bruno Brulon, musealiza-se não "a coisa em si", mas todas as relações que ela pode encenar e os valores produzidos por meio da performance. Museus, segundo o autor, acomodam restos e criam novas pontes entre passado e presente, apresentando o que denomina de "ação de natureza regenerativa". Para o autor, museus relacionam-se não com o passado, mas com o que se pode fazer dele em perspectiva direta com o presente e tratam, eminentemente, de representações. São, em sua análise, plataformas para performances com a função de apresentar uma versão reflexiva da plateia. Conforme Bruno Brulon, museus são fenômenos indeterminados, não centros de imposições como tradicionalmente entendidos. Enfrentando o desafio de perspectivar e apresentar "o outro" em sua diferença, os museus contemporâneos se posicionam com "um algo mais acrescentado à realidade" ou, seja, a performance. Ao introduzir o conceito de performance no campo museal, o autor traz ao centro da discussão a relativização do real e as possíveis forma de relação do presente com o passado. Nesse sentido, contribui de maneira efetiva para o entendimento de que os museus, mais que instituições, são fenômenos.

3 Operações e cruzamentos

A existência de coleções de objetos tridimensionais é o que torna os museus singulares em relação a arquivos e bibliotecas e, também, o que constitui sua potencialidade e seu desafio. Anos de aprendizado e experiência orientam historiadores e historiadoras a resistir ao "feitiço" das fontes, para utilizar uma expressão cunhada por Ângela de Castro Gomes (1998) em relação aos arquivos pessoais. No caso dos museus, essa premissa não é diferente e parece não ser exagerado afirmar que a materialidade priva de "encantos especiais". De acordo com Lowenthal, "A história escrita faz a demarcação entre passado e presente; o tempo de verbo claramente distingue o agora do então. Mas os artefatos são, simultaneamente, passado e presente" (1998, p. 165).

Escrito há 25 anos, o artigo intitulado "Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento

histórico", de autoria de Ulpiano Bezerra de Meneses, permanece como desafio e segue apontando caminhos para os estudos acerca das relações entre a produção do conhecimento histórico e os museus. Mesmo que o autor se dedique somente às exposições, seu argumento é válido para o estudo e compreensão da relação da História com todas as etapas do processo de musealização. Segundo o autor, "Tem-se dito, muitas vezes, que a exposição é um discurso ou, mais precisamente, um 'texto'. Aquilo que é a monografia, no domínio da palavra escrita, seria a exposição ('monoplastia'?) no domínio dos objetos - o que, todavia, não pode equivaler a transformar a exposição num trabalho acadêmico" (Meneses, 1994, p. 37).

O espaço híbrido do museu, tanto no que se refere a uma diversidade significativa de profissionais, como no contato direto com a materialidade, realmente parece criar uma arena desafiadora que carece amplamente de pesquisa e teorização em relação às imbricações possíveis (e impossíveis) entre dois campos complementares, porém diversos. Ao que tudo indica, a história pública pode auxiliar nessas relações. Vale somar à discussão a observação de José Reginaldo Gonçalves:

> Percorrendo o circuito das exposições, somos levados a esquecer todo o processo de produção de cada um dos objetos expostos, a história de cada um deles, como chegaram ao museu assim como todo o trabalho necessário à sua aquisição, classificação, preservação e exibição naquele espaço. Os agentes e as relações que tornam possíveis esses processos ficam na penumbra, em favor do enquadramento institucional dos objetos numa determinada exposição (2005, p. 255).

Ainda que possa parecer um tanto enigmático imaginar agentes e relações na penumbra dos bastidores dos museus, é forçoso reconhecer que a imagem elaborada por Gonçalves é recurso pertinente para reflexão. Museus possuem linguagens, recursos e convenções próprias que resultam, na grande maioria das vezes, numa exposição, "produto final" de um longo trabalho empreendido por diferentes profissionais. Grande parte do público, é necessário admitir, não possui o que Ulpiano Bezerra de Meneses denomina de "alfabetização museológica"[8] (1994, p. 24).

8 Segundo o autor, "A primeira orientação que uma exposição deveria ter como meta é a alfabetização museológica. Isso não significa mediação por um monitor, mas a capacitação para o usuário dominar a convenção. Quando lemos não há sempre um alfabetizador presente" (Meneses,

Ao mesmo tempo, são raras (para não dizer inexistentes) as mostras que oferecem o que se poderia denominar de "meta-exposição", uma forma, seja ela qual for, de explicitar ao público "as regras do jogo". Diferem, portanto, de um livro, dissertação ou tese, cuja redação esmerada e um número expressivo de notas de rodapé dá a ver ao leitor os caminhos, as escolhas e os fundamentos daquele conjunto de argumentos.

Existem, no Brasil, diferentes concepções de curadoria e, consequentemente, de curador. Como observaram Bruno Brulon e Marília Xavier Cury,

> Uma delas entende curadoria como pesquisa de coleção e curador como o pesquisador de coleção e, em consequência, aquele que define o conteúdo da exposição. Outra, mais recente, considera curadoria como o processo que integra todas as ações em torno da coleção ou do objeto museológico: aquisição, pesquisa, conservação, documentação, comunicação (exposição e educação) (2013, p. 33).

Sendo assim, propõe-se articular essa noção de curadoria em sentido amplo com noção de operação historiográfica sistematizada por Michel de Certeau, compreendida como combinação "de um *lugar* social, de *práticas* 'científicas' e de uma *escrita*" (2011, p. 47, grifos do autor) com a atuação de historiadores e historiadoras em museus. Entretanto, essa instrumentalização teórica requer ressalvas, como bem apontaram Fernando de Araújo Penna e Renata Aquino da Silva (2016). Como indicam os autores, para Certeau a produção da escrita da História estaria apartada do espaço público, sendo produzida para consumo e validação dos pares. De acordo com Penna e Silva,

> Utilizando uma concepção ampla de texto, poderíamos pensar nos múltiplos textos em cuja produção os profissionais da história estão envolvidos, as metodologias adotadas em suas práticas e a constituição dos lugares sociais nos quais atuam (aulas de educação básica, exposições em museus, roteiros de filmes em firmas de consultoria, caracterização histórica para programas de televisão, *blogs* na internet etc. (...) Cada historiografia seria pensada de acordo com a sua forma de inserção no espaço público, ou seja, seja segundo as suas finalidades específicas relativas ao seu destinatário imaginado no momento da produção (2016, p. 198).

1994, p. 24).

Ao que tudo indica, essa reapropriação sugerida pelos autores consiste em diferencial positivo para a pesquisa em desenvolvimento, convertendo-se em ponto de partida para novas perspectivas. A historiadora Clarissa Sommer Alves (2019) desenvolveu pesquisa sobre as peculiaridades do trabalho de historiadores/as nos arquivos, a partir da definição de operação historiográfica de Michel de Certeau, indicando um número reduzidos de pesquisas que ultrapassam a perspectiva de estudos de caso. Tal como no caso dos arquivos, no campo dos museus também é possível identificar muitos relatos de experiência e estudos de caso, porém poucas reflexões teóricas sobre o tema. Quais são as singularidades da operação historiográfica (Certeau, 2011) nos museus?

Vale lembrar que o entendimento de que instituições e projetos dedicados à preservação do patrimônio cultural produzem e consagram narrativas históricas não é exatamente uma novidade. Pesquisadores e pesquisadoras, desde pelo menos a década de 1990, problematizam tais locais, investigando como tal museu ou a seleção de tal conjunto de bens (materiais ou imateriais) produziu, formalizou e "consolidou" discursos sobre determinado personagem, evento ou período histórico ao longo do tempo. Na historiografia brasileira é possível citar como exemplo Gonçalves (1996), Abreu (1996), Santos (1996), Guedes (2000), Malhano (2002) Nogueira (2005), Fonseca (1997), Chuva (2009), Pinheiro (2011), Chuva e Nogueira (2012), além de um numeroso conjunto de dissertações e teses, como Rubino (1991), Bauer (2006), Lanari (2010), Sena (2011), Reis (2012), Barbosa (2012), Silva (2012) e Braga (2010).

Finalmente, no que se refere às conexões entre ensino e museus, importa ressaltar que parto do pressuposto que Ensino de História difere de aprendizagem escolar de História. Nesse sentido, entendo que as instituições museológicas estão relacionadas às competências narrativas sistematizadas por Luís Fernando Cerri a partir dos estudos de Jörn Rüsen: a competência narrativa da experiência (olhar o passado e resgatar sua qualidade temporal diversa do presente e futuro), a competência da interpretação (por meio da atribuição de significado ao todo temporal) e a competência de orientação, caracterizada por Cerri como *letramento histórico* (relacionada à capacidade de interpretação do tempo e uso desse conhecimento para a vida) (Cerri, 2011), particularmente

quando observamos as propostas e interações decorrentes de exposições elaboradas a partir de problemáticas históricas. Segundo o autor, "Não basta conhecer fatos e processos históricos; é preciso ter capacidade de interpretar o tempo e usar esse conhecimento para a própria vida, agindo em conformidade com os próprios princípios e objetivos" (Cerri, 2011, p. 123). Essas competências, numa expografia, contam com elementos muito particulares de uma linguagem que têm nos objetos seu principal diferencial. Somam-se a eles o percurso, imagens, sons, multimídia, iluminação, cores e possíveis cenografias que trazem possibilidades diversas de outros formatos de ensino. Mais que isso, partindo da perspectiva do objeto gerador, proposta por Francisco Régis Lopes, temos uma importante conexão. Segundo o autor,

> Em sua fundamentação teórica, o trabalho com o objeto gerador tem íntima relação com o ensino de história, mas isso não significa uma restrição ao espaço da chamada educação formal. A pedagogia dos objetos pode ser um veículo de formação do pensamento crítico e atuante em vários outros espaços de convivência (Lopes, 2004, p. 37).

Some-se essa perspectiva à noção de Educação Patrimonial apresentada por Carmen Gil, Caroline Pacievitch e Melina Perussatto e entendida como uma prática que deve estar atenta ao pensar historicamente, desafiando o público situar bens culturais patrimonializados em diferentes tempos e contextos, "para além de apenas identificar que pertencem 'aos tempos de antigamente' e que devem ser preservados por serem velhos" (Gil; Pacievitch; Perussatto, 2022, p. 78).

À guisa de breves (e temporárias) considerações finais

Em que se pese que o projeto de pesquisa ainda está em desenvolvimento, é razoável afirmar que, após a realização das entrevistas, novos elementos poderão provocar novas reflexões. Até o momento, o conjunto de pressupostos teóricos que tem guiado a investigação buscou articular as considerações da história pública com as possíveis especificidades da prática de historiadores/as no espaço museológico.

Se história feita **para o público** e história feita **com o público** são dois dos engajamentos particularmente afeitos ao trabalho de

historiadores/as em museus, é fato que a atividade com objetos e suas articulações em uma expografia que pretende responder à problemáticas históricas ainda não é um elemento comum e consensual na área, merecendo contínua exploração. Neste sentido, a Museologia tem, progressivamente, se mostrado uma valiosa interlocutora para a História ao aportar considerações teóricas pertinentes para o entendimento da materialidade e dos recursos expográficos.

Na dimensão da história feita para o público, busquei recuperar a perspectiva do Ensino de História em espaços não formais de educação, indicando a possível conexão entre instituições museológicas e o valor educativo da História a partir do estímulo à formação de competências narrativas por meio de propostas expositivas que têm como ponto de partida a resposta à problemáticas históricas. É possível, assim, realizar a aproximação com uma perspectiva de Educação Patrimonial mais emancipadora e menos dedicada aos bens culturais como itens desconectados de sua contextualização temporal e social.

Em breve, o projeto de pesquisa ganhará novas camadas com a contribuição de profissionais da História que têm atuado diretamente nos museus de Porto Alegre. Historiadores e historiadoras que, em seu cotidiano, têm experimentado desafios e desenvolvido ações e projetos que colocam no centro do debate nossas habilidades de formação em diferentes cenários. Afinal, como citado ao longo do texto, profissionais fazem instituições, mas instituições também fazem profissionais.

Referências bibliográficas

ALVES, Clarissa Sommer. **Operações historiográficas em arquivos?** : uma análise sobre o ofício de historiadoras e historiadores em arquivos públicos estaduais brasileiros na atualidade. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

ABREU, Regina. **A fabricação do imortal:** memória, histórica e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco; Lapa, 1996.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla (Org.) **Fontes históricas.** São Paulo, Contexto, 2005, p.155-202.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de Almeida; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). **Introdução à História Pública.** São Paulo: Letra & Voz, 2011.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos & Abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BARBOSA, Nila Rodrigues. **Museus e etnicidades** - o negro no pensamento do SPHAN: Museu da Inconfidência - Museu do Ouro - Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) – Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

BAUER, Leticia Brandt. **O arquiteto e o zelador:** patrimônio cultural, história e memória – São Miguel das Missões (1937 – 1950). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

BAUER, Leticia Brandt; BORGES, Viviane Trindade. Outras memórias, outros patrimônios: limites e possibilidades de fazer com e para os sujeitos envolvidos. In: BAUER, Leticia; BORGES, Viviane Trindade (Org.). **História oral e patrimônio cultural:** potencialidades e transformações. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

BRAGA, Vanuza Moreira. **Relíquia e Exemplo, Saudade e Esperança:** o SPHAN e a Consagração de Ouro Preto. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – Programa de Pós-Graduação História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro, 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Resolução 510/2016**. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2024.

CERRI, Luís Fernando. **Ensino de história e consciência histórica.** Rio de Janeiro, FGV, 2011.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória:** sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930 – 1940). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. **Patrimônio cultural:** políticas e perspectivas de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, 2012.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. Tradução e comentários de Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury. **Conceitos-chave de Museologia.** São Paulo: Armand Colin, 2013.

FERNANDES, Simone Silva Fernandes. Fontes orais: Perspectivas para o tratamento em centros de documentação e arquivos. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de Almeida; ROVAI,

Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra & Voz, 2011.

FONSECA, Maria Cecília Londres da. **Patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

GIL, Carmem Zeli de Vargas; PACIEVITCH, Caroline; PERUSSATTO, Melina Kleinert. Pensar historicamente com a educação patrimonial: um não-guia. **Sillogés**. Porto Alegre: Associação Nacional de História, Seção Rio Grande do Sul. Vol. 5, n. 1 (jan./jun. 2022), p. 56-87.

GOMES, Angela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. **Estudos Históricos**, n. 21, Rio de Janeiro, p. 121-127. 1998.

GONÇALVES, José Reginaldo. **A retórica da perda:** os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1996.

GONÇALVES, José Reginaldo. Os museus e a representação no Brasil. **Revista do Patrimônio**, n. 31, Rio de Janeiro, p. 254-273. 2005.

GRAFTON, Anthony; GROSSMAN, James. No More Plan B: A Very Modest Proposal for Graduate Programs in History. **Perspectives on History**, Washington DC, v.9, n.7, 2011, Washington DC. Disponível em: <https://www.historians.org/publications-and-directories/perspectives-on-history/october-2011/no-more-plan-b>. Acesso em: 03 set. 2019.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. Sistema da Museologia. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri:** textos e contextos de uma trajetória profissional. Vol.1, 1.ed., São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado de Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010.

GUEDES, Tarcila. **O lado doutor e o gavião de penacho:** o movimento modernista e patrimônio cultural no Brasil: o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). São Paulo: Annablume, 2000.

KNAUSS, Paulo. Quais dos desafios dos museus em face da história pública?. In.: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (Orgs.). **Que história pública queremos?** São Paulo: Letra e Voz, 2018.

LANARI, Raul Amaro de Oliveira. **O patrimônio por escrito:** a política editorial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional durante o Estado Novo (19371946). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

LEWGOY, Bernardo. **A invenção de um patrimônio:** um estudo sobre as repercussões sociais do processo de tombamento e preservação de 48 casas em Antônio Prado/

RS. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.

LOPES, João Teixeira. Notas conclusivas. Os museus como terceiras culturas. In: SEMEDO, Alice; LOPES, João Teixeira (Orgs.). **Museus, discursos e representações.** Porto: Afrontamento, 2005.

LOPES, Francisco Régis. **A danação do objeto:** o museu no Ensino de História. Chapecó: Argos, 2004.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Projeto História,** São Paulo, n. 17, 1998, p. 63-201.

MALHANO, Clara Emília Sanches Monteiro de Barros. **Da materialização à legitimação do passado:** a monumentalidade como metáfora do Estado (1920-1945). Rio de Janeiro: Lucerna; Faperj, 2002.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. "Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico". **Anais do Museu Paulista.** vol.2, n.1, 1994, 9-41.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. **Por um inventário dos sentidos:** Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2005.

PENNA, Fernando de Araújo; SILVA, Renata da Conceição Aquino da. As operações que tornam a história pública: a responsabilidade pelo mundo e o ensino de história. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). **História pública no Brasil:** sentidos e itinerários. São Paulo, Letra e Voz, 2016.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. **Neocolonial, Modernismo e Preservação do Patrimônio no debate cultural dos anos 1920 no Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ FAPESP, 2011.

POSSAMAI, Zita Rosane. O ofício da História e novos espaços de atuação profissional. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, dez. 2008, p. 201-218.

POSSAMAI, Zita Rosane. O patrimônio em construção e o conhecimento histórico. **Ciências e Letras**, Porto Alegre, n. 27, p. 13-35, 2000.

REAP, James. Conservação do patrimônio cultural: um panorama internacional. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de Almeida; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). **Introdução à História Pública.** São Paulo: Letra & Voz, 2011.

REIS, Luiz Fernando. **O feito e o efeito.** As memórias e as representações da preservação do conjunto urbanístico do Serro – MG. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Programa

de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

RUBINO, Silvana. **As fachadas da História:** os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. **Nasce a Academia SPHAN.** Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n. 24, p. 77-95, 1996.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: alguns comentários sobre a História Pública no Brasil. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). **História pública no Brasil:** sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SCHMIDT, Benito Bisso. Os historiadores e os acervos documentais e museológicos: novos espaços de atuação profissional. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, dez. 2008, p. 187-196.

SCHEINER, Tereza. Museologia e apresentação da realidade. **XI Encuentro Regional del ICOFOM LAM,** Equador, 2002. p. 96-105.

SENA, Tatiana da Costa. **Relíquias da nação**: a proteção de coleções e acervos no patrimônio (1937-1979). Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2011.

SILVA, Roberto Sabino da. **Litígios patrimoniais**: as disputas pela representação do patrimônio nacional (1967-1984). Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2012.

SOARES, Bruno Brulon. Entre o reflexo e a reflexão: por detrás das cortinas da performance museal. **Documentos de trabalho do 21° Encontro Regional do ICOFOM LAM 2012**. Petrópolis, Nov. 2012. p.192-204.

TESSITORE, Viviane. Arquivos e centros de documentação: um perfil. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de Almeida; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). **Introdução à História Pública.** São Paulo: Letra & Voz, 2011.

OS SENTIDOS DA FESTA DE IEMANJÁ NA CIDADE NOIVA DO MAR: FÉ E DEVOÇÃO NO TEMPO PRESENTE

Marcelo Moraes Studinski[1]

Introdução

A cidade do Rio Grande, localizada a 360 km de Porto Alegre, no sul estado do Rio Grande do Sul, tem sua história vinculada às águas: uma planície costeira, limítrofe ao oceano Atlântico e ao estuário da lagoa dos Patos. No século XVIII, a antiga Rio Grade de São Pedro foi palco de disputas territoriais pelas coroas Ibéricas devido a sua estratégica posição geográfica. Por este motivo, Portugal decidiu colonizar a região, com a criação de uma cidade militarizada e povoada por açorianos. Já, ao longo do século XIX, Rio Grande tornou-se a principal porta de entrada de diversas etnias africanas transmigradas, forçosamente, do Rio de Janeiro e estados nordestinos, com vistas a garantir a mão de obra escravizada para o trabalho na lida com o gado nas charqueadas pelotenses. Nesta direção, além de ser parte importante para o desenvolvimento econômico local, o mar integra a história, a

1 Doutorando em História pelo PPGH da Universidade Federal de Pelotas, onde é bolsista CAPES. Mestre e Bacharel em História pela Universidade Federal do Rio Grande. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9381-9733 Lattes: http://lattes.cnpq.br/3748028374432191. E-mail: moraes.studinsky@gmail.com

cultura e a memória dos e das rio-grandinas. Por esta razão, Rio Grande é conhecida na região sul do estado como a "cidade Noiva do Mar".

Já, em relação ao surgimento das religiões afro-brasileiras na cidade do Rio Grande, é oportuno dizer que estes cultos estão presentes no Rio Grande do Sul desde início da colonização e, segundo Ari Pedro Oro (2002, p. 49), "tudo indica que os primeiros terreiros foram fundados justamente na região de Rio Grande e Pelotas" e, destaca também, que no período entre 1870 e 1880, "os jornais desta região apresentam, com alguma regularidade, em suas páginas policiais, matérias sobre os cultos de matriz africanas". Em relação à umbanda, segundo o mesmo autor, a "primeira casa de umbanda no Rio Grande do Sul foi também fundada na cidade do Rio Grande, em 1926" (ORO, 2002, p. 355).

Desta forma, a partir da consolidação dos cultos de matriz africanas na cidade do Rio Grande, umbandistas locais criaram a Festa de Iemanjá[2], uma celebração anual, que acontece na praia do Cassino, desde os anos 1960, na noite de 1º para o dia 02 de fevereiro. Oficialmente, a efeméride afro-religiosa consta no calendário municipal de eventos, desde 1999, tornando-se patrimônio imaterial do município, através da lei 5.770/2003. No âmbito estadual, a lei 12.988/2008 reconheceu a festa como patrimônio cultural do Rio Grande do Sul. O reconhecimento do poder público é resultado da articulação de umbandistas e africanistas locais, representados através de entidades associativas, como a extinta *Liga Espírita de Umbanda Rio-grandina* e a *União Rio-grandina de cultos Umbandistas e Afro-brasileiros Mãe Iemanjá* – URUMI. Esta última associação é a organizadora do evento, desde a década de 1970.

A Festa de Iemanjá foi tema de minha pesquisa de mestrado (Studinski, 2021), realizada através da imprensa local (1975-2005), com vistas a compreender a celebração enquanto festa tradicional, e como esta consolidou-se como patrimônio cultural do Rio Grande do Sul. No presente texto, apresento resultados parciais da pesquisa de doutorado, em andamento, pelo PPGH/UFPEL, realizada *in loco* durante as festividades de Iemanjá, em 2023 e 2024, na praia do cassino, no qual busco compreender os sentidos da Festa de Iemanjá no tempo presente para os sujeitos que participam desta celebração.

2 Ao longo deste texto utilizarei o termo "Festa de Iemanjá", com letras maiúsculas, para me referir ao tema da pesquisa: a Festa de Iemanjá da cidade do Rio Grande.

Neste horizonte, esta pesquisa compreende a cultura como uma teia de significados, e sua análise pautada na interpretação destes significados (Geertz, 2008, p. 15), onde os fenômenos culturais são vistos como formas simbólicas (ou sistemas simbólicos). Ou seja, cultura como um sistema de símbolos e sentidos (significações) partilhados por membros de um determinado grupo social, ou entre diferentes grupos dentro de uma mesma sociedade: "sistema de símbolos e significantes [...] não é apenas um ornamento da existência humana, mas uma condição essencial para ela – a principal base de sua especificidade" (Geertz, 2008, p. 57).

A partir desta concepção de cultura, este estudo é pautado na observação participante, uma metodologia que fundamentada nas "interações sociais intensas, entre investigador e sujeitos, no meio destes, sendo um procedimento durante o qual os dados são recolhidos de forma sistematizada" (Bogdan; Taylor, 1975; Correia, 2009, p. 31). Nesta perspectiva, através das fontes orais e fotográficas, discuto os principais aspectos estruturais da festa oficial, com suas formas de organização e os elementos culturais que compõem a tessitura de sentidos desta efeméride. Desta forma, o texto está dividido em três partes: 1) Festa e História do Tempo Presente (HTP), no qual discorro sobre o conceito de festa religiosa enquanto discurso, um elo que atualiza a relação entre passado e presente. 2) Festa de Iemanjá na cidade Noiva do Mar, onde apresento a estrutura da Festa de Iemanjá, em sua perspectiva oficial, organizada pela URUMI e pela Prefeitura da cidade do Rio Grande/RS. 3) Fé e devoção à Rainha do Mar, onde evidencio que existem outras narrativas desta celebração, para além da sua dimensão institucional, no qual os sujeitos que participam da efeméride expressam sua fé e devoção, por meio de diferentes ritualísticas, individuais ou coletivas, que constituem a chamada "linguagem afro-umbandista".

Festa e História do Tempo Presente

> Retira a jangada do mar
> Mãe D'água mandou avisar
> Que hoje não pode pescar
> Pois é dia de festa no mar
> Ê, ê, ê, ê, Iemanjá
> Ela é, ela é a Rainha do Mar
> Traz pentes, traz espelhos

> Pra ela se enfeitar
> Traz flores, traz perfumes
> Enfeita todo o mar

A citação acima é um "ponto cantado" em louvor à Iemanjá. Ou seja, uma canção umbandista, que é muito recorrente nos terreiros presentes nas festividades na praia do Cassino. Escolhi esta cantiga para compor este texto porque ela sintetiza o ato de festejar a orixá. O modo imperativo de alguns verbos demonstra que a canção é pedagógica, pois, ensina que no dia de Iemanjá o mar, que é lugar da pesca e subsistência, reassume seu sentido sagrado. Além disso, destaca as qualidades da orixá, uma mulher vaidosa e poderosa. Uma rainha que gosta de se enfeitar e ver seu reino enfeitado. Neste horizonte, a canção religiosa inscreve o ato de festejar a Rainha do Mar no tempo presente, pois atualiza "o passado mítico das origens, o tempo hierofânico, criado e recriado, age como modelar para as ações no presente pela memória. É no presente que se busca o sentido de mitos" (Huff Júnior, 2008, p. 61).

Nesta perspectiva, é importante destacar que "as festas não são eventos soltos no tempo e no espaço: ao contrário, seus vínculos espaciais e temporais são profundos" (Sant'Anna, 2013, p. 22). Assim, religiosas ou seculares, as "festas surgem como tradições culturais, regionais e locais, praticadas pela população, fazendo parte da formação cultural de um povo, e se tornando históricas" (Medeiros, 2020, p. 15).

Para o historiador Durval Muniz Albuquerque Júnior (2011, p. 148), as festas não devem ser analisadas apenas pela perspectiva das lutas concretas de grupos e classes, pois elas também são campos de lutas simbólicas, "entre projetos, sonhos, utopias e delírios", porque as festas são "acima de tudo momento de invenção da vida social, da ordem social e da própria festa e seus agentes". Neste sentido, Albuquerque Júnior assinala que a festa é "uma forma de discurso, uma maneira de significar, uma forma de produzir, distribuir, fazer circular e se apropriar de sentidos" (2011, p. 146).

No mesmo sentido de discurso, a antropóloga Rita de Cássia Amaral (1998) destaca que a festa é mediação, uma comunicação intersubjetiva de conteúdos culturais, sociais, políticos e econômicos:

> a festa é uma das vias privilegiadas no estabelecimento de mediações da humanidade. Ela busca recuperar a imanência entre criador e criaturas, natureza e da cultura, tempo e eternidade, vida e morte, ser e não ser. A presença da música, da alimentação, da dança, dos mitos, das máscaras, atesta com veemência esta proposição. A festa é, ainda, mediação entre os anseios individuais e coletivos, mito e história, fantasia e realidade, o passado, presente e futuro, entre "nós" e os "outros", revelando e exaltando as contradições impostas à vida humana pela dicotomia natureza e cultura. Mediando os encontros culturais e absorvendo, digerindo e transformando em pontes os opostos tidos como inconciliáveis. A festa é a mediação; o diálogo da cultura com si mesma (Amaral, 2008, p. 442).

Ou seja, para autora, a festa é um instrumento de mediação porque atualiza as relações entre seus elementos tangíveis e intangíveis; entre aquilo que lhe é objetivo e subjetivo. O que Rita Amaral propõe é que uma das vias de se pensar as festas, é compreendê-las como mediação, a partir do entendimento da relação do universo do discurso sobre a festa e a realidade não-verbal, entre o pensamento e as coisas, entre a significação e a não-significação (Idem).

Neste horizonte, por compreendê-la enquanto discurso, é interessante pensar a festa a partir da História do Tempo Presente (HTP), considerando que o "presente, pensado como tempo histórico, não pode ser reduzido a uma datação cronológica – por mais que esta se faça relevante. Ele é tecido pela imbricação entre o que é experimentado como passado e aquilo que emerge como possibilidade de futuro" (Cubas, 2021, 09).

Para Henry Rousso (2016, p. 16), a história do tempo presente considera "temporalidades diferenciadas e uma dialética particular entre o passado e o presente", onde o desafio do (a) historiador (a) seria "agarrar na sua marcha o tempo que passa, dar uma pausa na imagem para observar a passagem entre o presente e o passado, desacelerar o afastamento e o esquecimento que espreitam toda experiência humana" (Idem). Trata-se, assim, de dar concretude às experiências alvo das investigações, construindo uma historiografia dos vivos e para os vivos (Arend; Lohn, 2022, p. 126).

A historiadora Caroline Cubas (2021), aponta que pesquisar religiões e religiosidades no âmbito da história do tempo presente vai ao encontro da definição de experiências e expectativas proposta por Koselleck, pois o elemento religioso é "constitutivo de passados, presentes e/ou futuros",

no qual "anuncia uma evidente permanência", por meio da evocação de uma memória coletiva:

> Ao observamos diferentes práticas religiosas (como, por exemplo, ocorridas no seio do cristianismo, no judaísmo e no islamismo), essa incorporação de acontecimentos a um passado sempre rememorado e coletivizado se dá através de celebrações, ritos e práticas que se repetem e, assim, presentificam tais acontecimentos, tornando-os experiência para aqueles e aquelas que não os viveram (Cubas, 2021, p. 11).

Nesta esteira, o elemento religioso apresenta-se como uma reatualização do passado no presente. Um imbricamento que, por meio das manifestações ritualísticas de fé e devoção, apontam para uma possibilidade de futuro.

A prática comemorativa, assim como o "elemento religioso", apresenta-se também como uma reatualização do passado no presente. Segundo Christophe Prochasson (2022), a comemoração é mobilizadora de conhecimentos e sentimentos, onde o presente estabelece uma relação acessória com o passado que se transforma em matéria prima de um presente "consumista de memória":

> A prática comemorativa pretende, assim, unir as comunidades, qualquer que seja sua natureza. A investigação de Pierre Nora dizia a respeito exclusivamente à comunidade nacional. Mas outros também estão criando seus próprios "lugares de memória": comunidades religiosas, culturais, militares, regionais ou "inventadas" pelo compartilhamento de uma experiência. Aí são celebradas datas de fundação, aniversários, muitas tragédias são lembradas, despertando a lembrança das vítimas (Prochasson, 2022, p. 215).

Assim, a prática comemorativa é compreendida como um "lugar de memória", evocador das reminiscências do passado nos níveis material, simbólico e funcional (Nora, 1993). Para José D'Assunção Barros (2011, p. 331), as celebrações (datas comemorativas) são lugares de memória porque atualizam a importância de determinado evento para a formação e preservação das identidades coletivas.

Neste prisma, ao analisar a Festa de Iemanjá no tempo presente, considero esta como um "lugar de memória" para os umbandistas, africanistas e devotos da orixá, irmanados por uma memória coletiva (Halbwachs, 2006), que se reflete nos rituais de fé e devoção, onde o

"comemorar não é meramente reviver o passado, é celebrar a festa dentro de um processo ativo, polvilhado de sentidos, narrativas, linguagens e formas diversas de sentir a festa" (Katrib, 2009, p. 25).

Desta forma, ao longo da pesquisa de campo, realizadas em 2023 e 2024, percebi que a Festa de Iemanjá se apresenta como uma tessitura de sentidos, em que diferentes discursos se entrelaçam e compõem uma trama polifônica, "onde coexistem sujeitos, motivações, elementos, estruturas, poderes, tempos e espaços diferentes. Todos eles se distribuem, relacionam, fundem e se comunicam em redes" (Marques; Brandão, 2015, p. 24).

A Festa de Iemanjá na cidade Noiva do Mar

A Festa de Iemanjá acontece na praia do Cassino, na cidade do Rio Grande/RS, desde os anos 1960, e a programação oficial do evento, na edição de 2024, segue os moldes das festas pretéritas, dos anos 1970 e 1980. Ou seja, aborda apenas os aspectos institucionais e o principal meio de divulgação é um folder, sempre distribuído na segunda quinzena de janeiro. Além deste material impresso, nas edições de 2023 e 2024, a URUMI fez a divulgação em suas redes sociais da internet, e nas emissoras locais de rádio e televisão. Conforme consta no folder, a Festa de Iemanjá, em sua perspectiva oficial, acontece em mais de um dia, sendo o dia 1° de fevereiro o ápice da celebração, porque é nesta data, véspera do feriado local de Nossa Senhora dos Navegantes, que acontece as principais atividades, como a "Caminhada da Fé" (procissão) e a abertura do evento no palco, com discursos das autoridades religiosas, políticas e atividades culturais.

Nesta direção, o primeiro dia do evento marca a data de liberação, pela Prefeitura Municipal, do uso do "Campo do Praião", um local de, aproximadamente, 10 mil metros quadrados, ao lado do monumento de Iemanjá, originalmente utilizado para jogos de futebol e outros esportes. Na ocasião da festa, a URUMI se instala naquele espaço público para acompanhar a montagem da estrutura oficial, bem como, para receber as delegações de terreiros, de Rio Grande e de outras localidades, que igualmente montam suas tendas e barracas.

Segundo a diretoria da URUMI, a cada edição da festa, instalam-se em torno de trinta terreiros no campo, sendo a maioria de outros

municípios. Para acampar, não é necessário ser associado à instituição organizadora, pois a utilização do espaço é gratuita, mas somente permitido aos terreiros nos dias da celebração, e cabe a URUMI fiscalizar e organizar o espaço. Após se organizarem, os terreiros possuem autonomia para realizar seus trabalhos afro-religiosos em qualquer dia do evento, tanto no campo, como no monumento ou na beira da praia. Algumas lideranças religiosas preferem, inclusive, realizar sessões somente à beira-mar, e utilizar o campo apenas como acampamento. Outras Mães e Pais de santo, tocam os tambores todos os dias, dedicando seus rituais às diversas divindades afro-religiosas.

Nos anos de 2023 e 2024, a tenda da URUMI foi disponibilizada, gratuitamente, para o comércio de artesanato e artigos afro-religiosos. Segundo a diretoria da instituição, essa iniciativa surgiu em 2019, para que o espaço da tenda não se tornasse ocioso durante os dias do evento. Além disso, os organizadores consideram uma forma de incentivar artesãs e artesãos rio-grandinos e microempreendedores locais, que vivem da comercialização de produtos voltados para os cultos afrobrasileiros.

O comércio de artesanato e artigos religiosos se intensifica no dia 1° de fevereiro, quando a Prefeitura interdita cerca de quatrocentos metros da avenida Rio Grande, com vistas a acomodar artesãos e comerciantes. A via pública é bloqueada por volta do meio-dia e o tráfego é liberado às sete da manhã do dia 02 de fevereiro. Neste período, diversas bancas são montadas no canteiro central da avenida e os principais produtos comercializados são flores, velas, imagens em gesso e resina, defumadores, incensos, instrumentos afro-religiosos, axós (roupas), camisetas, bijuterias, colares e guias de orixás, entre outros. A maioria das mercadorias estão voltadas para o culto à Iemanjá, nas cores desta divindade. No dia 1° de fevereiro de 2023, à tarde, conversei com todos os comerciantes instalados no canteiro central da avenida, e constatei que a maioria destes estão vinculados direta ou indiretamente às religiões afro-brasileiras, pois muitos se autodeclaravam praticantes destes cultos, ou carregavam marcadores sociais que indicavam seu pertencimento, como o uso de guias e colares, turbantes e roupas ritualísticas. Já outros comerciantes declararam que atuavam com a comercialização de produtos voltados para o público afro-religioso, mas não professavam da mesma crença.

Na noite de 1° de fevereiro, a procissão é o ápice da festa, com um percurso de 1,2 km, aproximadamente, ao longo da avenida Rio Grande. Assim como as demais etapas da festa oficial, a URUMI coordena a organização e conduz o cortejo. Os terreiros acampados no "Campo do Praião" não são obrigados a participar da "Caminhada da Fé", mas são convidados pela instituição organizadora. A Associação umbandista também convida seus terreiros associados e os não associados, da cidade do Rio Grande e região. Além disso, independentemente de convite, qualquer terreiro pode participar do cortejo, assim como devotos e fiéis de Iemanjá sem vínculo com as casas afro-umbandistas.

Figura 1: "Caminhada da fé", Festa de Iemanjá, 2023



Fonte: Fotografia de Aguerê[3]

A fotografia acima (figura 1), destaca a procissão realizada anualmente na Festa de Iemanjá, que empresta uma beleza especial ao evento, na qual os adeptos dos cultos afro-brasileiros expressam sua fé e devoção à "Rainha do Mar". Por meio de cânticos e toques de atabaques, exibindo

3 Aguerê produções religiosas. Empresa contratada pela URUMI, para a cobertura fotográfica e transmissão ao vivo, pela *internet*, da Festa de Iemanjá, 2023. Disponível em: https://www.facebook.com/aguereproducoesreligiosas?mibextid=ZbWKwL (Agosto de 2024).

bandeiras, colares e roupas, ao redor do carro que leva a imagem da orixá à frente do cortejo na avenida Rio Grande. Este cortejo é acompanhado pelos fiéis e por um grande público e, segundo Dillmann e Schiavon (2017), simbolicamente, a procissão é momento do encontro entre o sagrado e o humano:

> A saída da procissão e o acompanhamento da mesma, tanto por aqueles que a percorrem por todo o trajeto, quanto para aqueles que apenas a assistem, constitui um dos momentos mais fundamentais e mais público da celebração à Iemanjá. Simbolicamente, a procissão – que é realizada com muitos carros e caminhões que carregam indivíduos, bandeiras e imagens de vários orixás, devidamente decorados com balões, flores, lâmpadas e tecidos – é mais um mecanismo de estabelecimento de contato entre o humano e o sagrado e, também, de contato das religiões de matriz africana com os indivíduos que observam a passagem da procissão (Dillmann; Schiavon, 2017, p. 290).

A partir da citação acima, é interessante refletir acerca a dimensão espetacular da festa afro-umbandista. Ou seja, espetáculo porque as religiões de matriz africana abarcam, em sua ritualística, as dimensões verbais, musicais, estéticas, lúdicas e performáticas, conforme observou a antropóloga Eufrazia Santos (2007, p. 15). Nesta direção, o espetáculo religioso é "a manifestação estética, visual e performática dos rituais que utilizam ações expressivas para comunicar conteúdos religiosos diante de um público" (idem, p. 17). Assim, para autora, tal definição insere o espetáculo religioso como produtor de significados para os sujeitos que participam da efeméride. No caso da Festa de Iemanjá, a dimensão espetacular produz significados tanto para os afro-religiosos e devotos, como para o público, os espectadores.

Quanto mais a procissão se aproxima do final do percurso, mais pessoas se aglomeram nas calçadas da avenida Rio Grande para assistir ao espetáculo religioso, que não se limita ao cortejo, pois continua nas manifestações afro-umbandistas de lideranças religiosas, no palco montado ao lado da escultura de Iemanjá. Neste palco, acontece a abertura oficial da Festa de Iemanjá, com pronunciamento de autoridades e políticas da cidade do Rio Grande e de outras localidades. Esta cerimônia dura, aproximadamente, uma hora e meia, com discursos intercalados por apresentações afro-religiosas, como a execução do hino da Umbanda e cantigas em louvor à Mãe Iemanjá. Este ato encerra-

se com uma oferenda de flores aos pés do monumento à Iemanjá, que marca simbolicamente a abertura da festa, por volta da meia noite do dia 02 de fevereiro.

Ainda em 2023, além da procissão, realizei o registro fotográfico de vários terreiros assentados no "Campo do Praião", com vistas a observar suas práticas rituais. Aqui, cabe frisar que os terreiros e suas respectivas lideranças afro-religiosas acampados têm autonomia para realizar suas atividades ritualísticas sem a interferência das instituições organizadoras. Assim, as Mães e Pais de santo instalam suas barracas e montam seus altares, e nestes espaços organizam suas sessões de Umbandas e Quimbandas ou toques de Batuques para as diversas divindades africanas e afro-brasileiras. Abaixo, apresento três terreiros que selecionei, dentre os observados, que realizaram atividades religiosas entre os dias 30 de janeiro e 1º de fevereiro de 2023. São eles:

- "*Candomblé de Xangô, Ilê de Iemanjá e Bará*", da cidade do Rio Grande, liderado por Iyalorixá Célia de Iemanjá;
- "*Reino Africano Bará Lodê Mogibal*", da cidade do Rio Grande, Babalorixá Marcos do Bará;
- "*Terreira de Vó Maria e Rainha Maria Padilha das Almas*", Florianópolis/SC, liderando por Mãe Cleusa.

Mãe Célia de Iemanjá montou seu terreiro ao lado da tenda da URUMI, no dia 29 de janeiro. No entanto, realizou trabalhos religiosos em 30/01 e 1˚/02/2023. Na primeira noite, a Iyalorixá coordenou a sessão umbandista, dedicada aos caboclos e entidades do mar. Já, na noite de 1º de fevereiro, a mãe de santo homenageou seu orixá, Iemanjá, com rituais de Candomblé, que iniciou após a participação de seu terreiro na procissão. Por ora, não irei discutir as características de cada um dos rituais mencionados, mas cabe destacar que o terreiro de Mãe Célia, cultua duas religiões: Umbanda e Candomblé.

A "Terreira de Vó Maria e Rainha Maria Padilha das Almas", de Florianópolis/SC, é liderada por Mãe Cleusa, que cultua a Umbanda e a Quimbanda. Em 2023, este centro religioso se instalou na praia do Cassino na manhã do dia 31 de janeiro e, na mesma data, à noite, o grupo afro-umbandista iniciou suas ritualísticas com a entrega de oferendas

no monumento, no qual todos os integrantes "bateram cabeça" para Iemanjá. Em seguida, retornaram para a tenda e tocaram uma sessão para a linha de Caboclos.

Já o "Reino Africano Bará Lodê Mogibal", liderado por Pai Marcos do Bará, Nação Jeje-Ijexá, assim como o terreiro anterior, cultua mais de uma religiosidade afrobrasileira. Nos dias da Festa de Iemanjá, pai Marcos realizou sessão de Umbanda em 29/01, para Caboclos e Pretos-velhos. Em 30/01, tocou Quimbanda, homenageando Exu e Pomba-gira e, na noite de 1º de fevereiro, coordenou o Batuque, com um xirê (toque para os orixás) celebrando Iemanjá. Dos rituais realizados pelo Babalorixá, o único que não pode ser fotografado é o xirê, conforme os preceitos do Batuque do Rio Grande do Sul. Mesmo estando em espaço e evento públicos, respeitei a tradição batuqueira.

Por outro prisma, é interessante notar que a realização das sessões ritualísticas dos terreiros, não se limitam ao lugar específico da festa oficial, o "Campo do Praião". Elas acontecem, também, na beira da praia do Cassino, tanto nas mediações delimitadas pela URUMI e pela Prefeitura, quanto distantes deste local, ao longo da extensão deste litoral. Por questões logísticas, o trabalho de campo não deu conta de observar e registrar os terreiros instalados distantes do lugar oficial, mas foi possível acompanhar aqueles que tocaram sessões nas proximidades. Assim, na noite de 1° de fevereiro de 2024, alguns terreiros prestaram homenagens à Rainha do Mar nas areias da escura (sem iluminação pública) praia do Cassino (figura 2):

Figura 2: Terreiros celebram Iemanjá, na praia do Cassino - 2024



Fonte: Fotografia do autor.

Os cultos mencionados acima, realizados nestes outros terreiros presentes na Festa de Iemanjá, compõem a trama das chamadas "religiões afro-gaúchas", "as quais constituem um complexo formado por diferentes expressões religiosas, com destaque para o Batuque, a Linha Cruzada e a Umbanda" (Oro, 2008, p. 10).

> O Batuque representa a expressão mais africana do complexo afroreligioso gaúcho pois a linguagem litúrgica é iorubana, os símbolos utilizados são os da tradição africana, as entidades veneradas são os orixás e há uma identificação às "nações" africanas. A Umbanda representa o lado mais "brasileiro" do complexo afro-religioso, pois se trata de uma religião nascida neste país, fruto de um importante sincretismo entre catolicismo popular, espiritismo kardecista, concepções religiosas indígenas e africanas. Seus rituais são celebrados em língua portuguesa e as entidades veneradas são, sobretudo, os "caboclos" (índios), "pretos-velhos" e "bejis" (crianças), além das "falanges" africanas (Correa, 1994 *Apud*. Tadvald, 2016, p. 50).

A Linha Cruzada "cultua todo o universo de entidades das outras duas modalidades, a eles acrescentando as figuras do exu e da pombagira" (Correa, 1994; Oro, 2008, p. 10). Segundo a bibliografia sobre estes cultos, existem elementos de diferenciação e aproximação entre cada um destes que inscrevem todas essas expressões religiosas nas categorias das "religiões de possessão ou mediúnicas"; "religiões de iniciação"; "religiões mágicas"; "religiões emocionais"; "religiões universais" e "religiões transnacionais (Correa, 1994; Oro, 2002; 2008; Tadvald, 2016). Já Quimbanda seria um termo "ora empregado para se referir a uma vertente autônoma do culto aos exus, ora para descrever uma subcategoria ritual da Umbanda (Linha de exu), na qual aquelas divindades são também cultuadas" (Leistner, 2014; Regis; Lages, 2023, p. 108). Não é objeto deste estudo discutir tais categorias, mas destacar os principais aspectos destas religiões.

Fé e devoção à Rainha do Mar

Figura 3: A mais linda mulher do mundo, de Érico Gobbi, 2023



Fonte: Fotografia do autor.

A imagem acima (figura 3), é um dos elementos fundamentais que compõe a festa afro-religiosa, da cidade do Rio Grande: o monumento à Iemanjá. Uma escultura de 2,10 metros de altura e de duas toneladas, criada pelo artista rio-grandino Érico Gobbi (1925-2009), adquirida pelos umbandistas e africanistas locais e inaugurada na praia do Cassino em 1976. Em entrevista publicada[4] em 2009, pela TV Câmara do município do Rio Grande, Érico Gobbi revela que seu desejo, ao criar a obra, era "esculpir a mais linda mulher do mundo":

Pensando na frase de Érico Gobbi, no depoimento citado acima, de que seu desejo no ato de esculpir era fazer a "verdadeira Mãe Iemanjá", a impressão que tenho é de que a orixá concebeu essa graça ao artista, pois sua obra transcendeu a perspectiva artística e se tornou sinônimo de materialização da Festa de Iemanjá. Nesta direção, durante a pesquisa de campo, por permanecer várias horas no entorno do local da festa,

4 Entrevista de Érico Gobbi concedida à TV Câmara, em 2009. Disponível no *YouTube*: https://www.youtube.com/watch?v=HIKmVguK6cc. Acesso em: maio de 2024.

notei que a escultura se torna em um verdadeiro templo a céu aberto nos dias da celebração, porque todas as ações, institucionais, coletivas e individuais, são direcionadas ao monumento.

Neste horizonte, na noite de 1° de fevereiro de 2024, Mãe Gladis Terezinha[5], liderança do C.E.U. Xangô e Iansã, da cidade de São Borja/RS, realizava homenagens à Iemanjá no monumento, junto aos seus filhos de religião. Naquela ocasião, Mãe Gladis relatou que, embora não monte o terreiro na praia do Cassino, participa desta celebração há 40 anos, e sua ritualística consiste em entregar oferendas na escultura e, depois da meia-noite, continuar seus rituais na praia, na qual realiza as "obrigações de mar" em seus filhos.

Além de Mãe Gladis e seus filhos (as) de santo, é importante destacar que o monumento estava rodeado de pessoas que, igualmente, homenageavam a Rainha do Mar, individualmente, por meio da entrega de oferendas e orações. Estes aspectos reafirmam que o monumento pode ser compreendido como a materialização da Festa de Iemanjá.

Na Festa de Iemanjá, na praia do Cassino, a participação da "sociedade abrangente" é expressiva. Para se ter uma noção de público, o extinto jornal *Agora*[6], em 2020, anunciava que "cerca de 100 mil pessoas são esperadas no balneário", segundo informações das instituições envolvidas na organização da celebração oficial e órgãos de Segurança Pública. Obviamente, estes números são uma projeção, mas expressam que a festa mobiliza muitas pessoas à cidade do Rio Grande durante os dias do evento. Em relação ao público participante, Mauro Dillmann e Carmem Schiavon (2017) destacam que:

> Os periódicos locais garantem que o número de pessoas que comparecem à festa de Iemanjá na praia do Cassino, estimando, nos últimos anos, algo entre 100 e 130 mil pessoas. Na noite da festa, após assistirem a procissão, a carreata e os discursos de religiosos e de políticos, muitas pessoas percorrem a praia ou visitam os barracões, montados nas imediações, para assistirem ou participarem das ritualísticas desenvolvidas. Esses instantes de aproximação social constituem a festa e configuram-se como possibilidades de construção de múltiplas identidades da festa. Se nossa ênfase, neste artigo, recai sobre os aspectos relativos ao sagrado da festa

5 Gladis Terezinha de Melo Dias, 68 anos, São Borja/RS. Entrevista concedida a Marcelo Studinski, 1°/02/2024.

6 Jornal *Agora*, 1°/02/2020, p.03. O jornal funcionou entre 1975-2020.

> e de seu sentido patrimonial para os cultos afro-brasileiros, é preciso considerar que tal festa não "pertence" apenas aos religiosos, mas a todos que a constituem, que lá estão, de diferentes formas, participando, como devotos, curiosos, comerciantes e/ou turistas (Dillmann; Schiavon, 2017, p. 279).

Desta forma, os autores observaram que o tempo da festa é mediado pela dinâmica das trocas simbólicas entre os humanos (religiosos e leigos, ricos e pobres, umbandistas e batuqueiros etc.), e entre estes e Iemanjá (idem). Nestas trocas simbólicas estão implícitos os sentidos da festa, sobretudo naquelas "entre os humanos e a orixá". Por essa razão, é necessário perceber as ações individuais dos sujeitos que, mobilizados pela fé, expressam sua devoção à Mãe D'água.

É interessante observar que o próprio monumento de Iemanjá apresenta vestígios dessas trocas simbólicas, materializadas por meio das placas de mármore ou cerâmica fixadas no pedestal que sustenta a escultura. Nestas, estão contidas mensagens sucintas de agradecimentos pelas graças alcançadas, relacionadas aos diversos seguimentos da vida pessoal e coletiva. Aqui, reproduzo algumas destas frases, contidas nas placas: "Salve Iemanjá! A senhora é a luz, é a glória. És a força divina. T.E.C. Santa Catarina – 1976-2003"; "Agradecimento do ano de proteção, saúde e bênçãos recebidas. Salve Rainha! R.V.I. 2022"; "Agradeço por esta graça tão sonhada. G.T.D. 30/01/2010"; "Agradeço pela cura de todo mal. S.B.F. jan/2019"; "Pessoas felizes não têm tudo o que sonham, mas sabem agradecer por tudo o que recebem. Obrigado Iemanjá! Welington Ferreira Batista"; "Agradecemos por uma graça alcançada" (esta placa contém uma chave fixada, o que indica que a graça alcança seja a aquisição de uma casa própria).

Outras manifestações individuais acontecem ao longo de todos os dias da celebração, mas se intensificam a partir da manhã do dia 1° de fevereiro, quando milhares de pessoas se mobilizam até a praia do Cassino para expressar, de diversas formas, sua fé e devoção à Rainha do Mar. Muitas dessas manifestações acontecem, como mencionado anteriormente, diante da escultura, no qual os fiéis entregam oferendas e estabelecem íntimas conexões com a orixá, conforme imagem a seguir (figura 4):

Figura 4: Devotos expressam sua devoção à Iemanjá, 2024



Fonte: Fotografia do autor.

É a partir da manhã do dia 1° de fevereiro que começam a chegar ao monumento diversas pessoas que caminham, aproximadamente, 20 km, entre o centro urbano da cidade do Rio Grande e a praia do Cassino. Estas pessoas chamo de "peregrinos de Iemanjá". São mulheres e homens que fazem promessas à Rainha do Mar e, em reconhecimento e devoção, realizam este trajeto que, a cada ano, agrega mais pessoas. Por essa razão, nas últimas edições da efeméride, a Prefeitura Municipal montou alguns "pontos de apoio" ao longo do percurso, com vistas a fornecer suporte para os fiéis, com distribuição gratuita de água, bem como, acesso a banheiros e serviços.

Embora o mar seja a morada mítica de Iemanjá, observei que para a maioria dos peregrinos a escultura seja o principal ponto de conexão entre estes e a orixá. Ao chegarem, alguns se prostram de joelhos na frente do monumento, outros permanecem em pé, mas todos realizam preces e/ou orações. Além disso, alguns trazem consigo garrafas de espumante, flores e velas, que são depositadas neste local. Notei, ainda, que após esse momento de fé, muitas dessas pessoas realizam uma fotografia (selfie) na estátua da Rainha do Mar, como uma forma de registrar não

apenas a devoção, mas celebrar a conquista de ter cumprido a promessa e concluído o longo percurso. Dentre estes peregrinos de Iemanjá, estava Maiara[7], de 28 anos, natural do Rio Grande, que realiza a caminhada entre o centro urbano e o Cassino há 17 anos:

> Eu faço essa caminhada há 17 anos, mas há 10 anos atrás eu fiquei muito doente, não conseguiam um diagnóstico, estava descreditada de tudo e só acreditava em Deus e Iemanjá. Então, sempre quando eu sentia muita dor, eu chorava e pedia para Iemanjá me carregar nos braços dela como uma filha, e cuidar de mim como uma mãe cuida. Então eu prometi que durante toda minha vida, enquanto eu tiver saúde e conseguir caminhar, sempre vou vir agradecer e fazer essa caminhada de fé. [...] Deus e Iemanjá significam tudo pra mim. Iemanjá significa acolhimento, afeto, carinho. Eu me sinto segura e, apesar de ter a minha mãe física, terrena, Iemanjá é a mãe que eu sempre corro pra ser acolhida.

O depoimento de Maiara se assemelha a outros que coletei durante o trabalho de campo, nos quais muitos peregrinos apontam as graças alcançadas por intermédio de Iemanjá, nas questões de saúde pessoal ou de familiares, emprego, a conquista da casa própria, entre outros.

Outro aspecto importante a ser destacado é que, apesar do monumento ser o ponto de convergência das homenagens, o mar é o reino mítico de Iemanjá em terras brasileiras. No balneário Cassino, é durante a noite de 1° de fevereiro que os devotos ocupam as areias da praia, seja para realização de trabalhos espirituais dos terreiros, como mencionei no início deste capítulo, ou, por meio de práticas individuais, em que as pessoas ofertam flores e acendem velas.

A Festa de Iemanjá encerra na tarde do dia 02 de fevereiro. Neste dia, muitos terreiros afro-religiosos realizam suas homenagens à Rainha do Mar na beira da praia do Cassino. Em 2024, acompanhei o terreiro C.E.U. Jurema da Marola, da cidade do Rio Grande, liderado por Mãe Maria da Oyá, atual presidenta da URUMI, instituição organizadora da festa. Na ocasião, a Mãe de Santo realizou uma sessão umbandista na beira da praia, para marcar o encerramento oficial do evento. Nesta celebração, destaco as oferendas e o altar montados na areia da praia:

7 Entrevista concedida a Marcelo Moraes Studinski, em 01/02/2024.

Figura 5: Oferendas e altar na beira da praia do Cassino, 2024.



Fonte: Fotografia do autor.

Ao longo da pesquisa de campo, pude observar que os símbolos afro-umbandistas, como trajes, colares, bandeiras, imagens religiosas, tambores, cantigas, barquinhos com flores e toda sorte de oferendas, alimentos, peregrinação, promessas, procissões, altares na areia, tantas outras manifestações de fé e devoção à Rainha do Mar, são parte indissociáveis da Festa de Iemanjá. E todos estes aspectos compõem a tessitura polifônica da festa enquanto discurso, que possui uma forma de significar, produzir, circular e se apropriar de sentidos, conforme explica Durval Albuquerque Júnior (2011).

Nesta direção, estabeleço nesta análise uma reflexão sobre a "linguagem afro-umbandista", apreendendo-a como expressão cultural que materializa as memórias que sustentam os sentidos coletivos e individuais da Festa de Iemanjá, que fortalece os vínculos identitários e atribuem novas dimensões à história da festa, a partir das experiências e vivências dos sujeitos que dela participam (Katrib, 2009, p. 33). Desta forma, interpreto este universo festivo repleto de simbologias e significados que reforçam e aproximam as relações religiosas assentadas na devoção e na fé, que só podem ser observadas no Tempo Presente. Ou seja, tempo e espaço da festa.

Considerações finais

Ao longo deste texto, busquei evidenciar a Festa de Iemanjá, no Tempo Presente. Ou seja, a festa religiosa entendida como imbricamento que, por meio das manifestações ritualísticas de fé e devoção, apontam para uma possibilidade de futuro, onde a prática comemorativa, assim como o "elemento religioso", apresenta-se também como uma reatualização do passado no presente.

Nesta direção, considerando a festa enquanto discurso, "um diálogo da cultura com si mesma" (Amaral, 2008), por meio da pesquisa de campo, realizada nas edições de 2023 e 2024 da Festa de Iemanjá, compreendi que existe um discurso oficial, aquele construído pelas instituições organizadoras do evento, a URUMI e a Prefeitura Municipal do Rio Grande/RS, bem como, outras narrativas de fé e devoção que independem desta institucionalização da celebração. A estas narrativas, chamo de "linguagem afro-umbandista", um conceito que se aplica a todos indivíduos, sejam estes afro-umbandistas ou não, uma vez que o "sistema simbólico" presente na celebração analisada é fundamentado na prática umbandista e afro-brasileira, pois mesmo que muitos devotos de Iemanjá não professem nenhuma religião, conforme seus depoimentos, percebi que em seus gestos e formas de agradecer à orixá, existe uma simbologia pertinente ao universo umbandista e africanista. Desta forma, a "linguagem afro-umbandista" é entendida como um "processo constituído não só pela linguagem oral, como também gestual e simbólica, utilizada pelos sujeitos como forma de comunicação prática, aplicada às comemorações festivas" (Katrib, 2009, p.34).

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. As sombras brancas: trauma, esquecimento e usos do passado. In: VARELLA, Flávia Florentino [et al] (Org.). **Tempo presente e usos do passado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

AMARAL, Rita de Cassia de Mello Peixoto. **Festas, festivais, festividades: algumas notas para a discussão de métodos e técnicas de pesquisa sobre festejar no Brasil**. In: Anais do II Colóquio Festas e Sociabilidades – CIRS/CASO/CEFET. Natal, 2008.

AREND, Silvia Maria Fávero. LOHN, Reinaldo Lindolfo. Nas margens do tempo: a contribuição da Udesc para a história do tempo presente no Brasil. IN: MÜLLER,

Angélica. IEGELSKI, Francine (org). **História do tempo presente**: mutações e reflexões. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022. p.107-132.

BARROS, José D'Assunção. **Memória e História**: uma discussão conceitual. Revista Tempos Históricos, v. 15, 2011. p. 317-343. Disponível em: http://erevista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/5710/4287 Acesso: Dez/2023.

CORRÊA, Norton F. **O Batuque do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1994.

CORREIA, Maria da Conceição Batista. **A observação participante enquanto técnica de investigação**. Pensar Enfermagem, Vol. 13 N.º 2 2º Semestre de 2009.

CUBAS, Caroline Jaques. **Religião, tempo e memória**: interfaces para o estudo da História do Tempo Presente. Tempo e Argumento, Florianópolis, e0107, 2021. Número especial.

DILLMANN, Mauro. SCHIAVON, Carmem G. B. "**É só um agradecimento pelo que os Orixás e os espíritos fazem por nós**": patrimônio e religiosidade afro-brasileira na festa de Iemanjá no Sul do Brasil – Rio Grande/RS. Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais V.6, Dossiê: Religiões e Religiosidades na Modernidade Tardia, p. 269-298, Dez, 2017.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HUFF JÚNIOR, Arnaldo Érico. **Campo religioso brasileiro e história do tempo presente**. CADERNOS CERU, série 2, v. 19, n. 2, dezembro de 2008.

KATRIB, Cairo Mohamad Ibrahim. **Foi assim que me contaram**: recriação de sentidos do sagrado e do profano do Congado na Festa em louvor à Nossa Senhora do Rosário (Catalão/GO – 1940-2003). Tese. Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Brasília. Brasília, 2009.

MARQUES, Luana Moreira; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **As festas populares como objeto de estudo**: contribuições geográficas a partir de uma análise escalar. Ateliê Geográfico - Goiânia-GO, v. 9, nº 3, p. 7-26, dez/2015.

MEDEIROS, Fabrícia E. A. **Patrimônio, festa e tradição**: a cavalgada de São José no distrito de São José da Mata – Campina Grande, PB (1995 – 2020). Monografia (Especialização em Estudos de História Local, Sociedade, Educação e Cultura) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2020.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUCSP. São Paulo, 1993.

ORO, Ari Pedro. Religiões afro-brasileiras do Rio Grande do Sul. **Debates do NER**, Porto Alegre, v. 9, n. 13, p. 9-23, 2008.

ORO, Ari Pedro. Religiões afro-brasileiras do Rio Grande do Sul: passado e presente. **Estudos AfroAsiáticos**. 2002, v. 24, n° 2, pp. 345-384. Epub 16 Dez 2002.

PROCHASSON, Christophe. O passado no presente: historiografia e política. IN: MÜLLER, Angélica. IEGELSKI, Francine (org). **História do tempo presente**: mutações e reflexões. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022. p.213-234.

REGIS, E.; LAGES, REGINA CÔRREA. O ANIVERSÁRIO DO EXU REI DAS SETE ENCRUZILHADAS E AS FACAS DE BOI: CELEBRAÇÕES AFROGAÚCHAS. Caminhos - **Revista de Ciências da Religião**, Goiânia, Brasil, v. 21, n. 1, p. 103–123, 2023. DOI: 10.18224/cam.v21i1.13179. Disponível em: https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/13179. Acesso em: 26 abr. 2024.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe**: a história, o presente, o contemporâneo. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

SANT'ANNA, Márcia. A festa como patrimônio cultural: problemas e dilemas da salvaguarda. **Revista Observatório Itaú cultural**, n° 14, São Paulo, Itaú Cultural, p. 21-30, 2013.

STUDINSKI, Marcelo Moraes. "**Um mar enfeitado de flores**": a Festa de Iemanjá da cidade do Rio Grande/RS sob a ótica da imprensa local (1975-2005). Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Programa de PósGraduação em História. Rio Grande: 2021.

TADVALD, Marcelo. O Batuque gaúcho: notas sobre a história das religiões afrobrasileiras no extremo sul do Brasil. In: DILLMANN, Mauro (Org). **Religiões e Religiosidades no Rio Grande do Sul.** Vol. 4. Matriz Afro-brasileira. São Paulo: Anpuh, 2016, p. 141-168.

O PAPEL DO DIÁLOGO NO ENSINO DE HISTÓRIA: RELAÇÕES ENTRE O PENSAMENTO HISTÓRICO E O PENSAMENTO CRÍTICO ATRAVÉS DE GRUPOS DE DEBATE

Nícolas Rodrigues de Mello[1]

Introdução

É através das aulas ministradas, dos conteúdos ensinados e da forma em que os propomos que, como professores e professoras, podemos contribuir para a formação dos e das estudantes. Os caminhos que levam a tal objetivo, no entanto, são os mais diversosNas escolhas de palavras, temas, abordagens, currículos e atividades podemos observar que a formação do pensamento histórico é, sempre, política. É neste sentido que, em acordo com Santisteban Fernández (2010), advogo o trabalho nas aulas de História com questões que demonstrem os diversos conflitos vivenciados em nossos cotidianos. Conflitos que emergem durante as aulas como parte do todo que compõe a sociedade e que possibilitam caminhos para a elaboração do pensamento crítico através do desenvolvimento do pensamento histórico, que de acordo com a historiadora Sonia Regina Miranda (2013), é capaz de não apenas suscitar sensibilidades históricas, mas, também, formá-las.

1 ProfHistória UFRGS http://lattes.cnpq.br/1093182191385290

O ensaio de experiência descrito aqui teve como objetivo refletir a respeito da ocorrência de elementos do pensamento crítico nos discursos históricos produzidos pelos e pelas estudantes durante debate em sala de aula com Questões Socialmente Vivas (QSV), questões que, segundo Simonneaux e Pouillot (2017), por sua contemporaneidade e historicidade suscitam debates, consensos e dissensos na sociedade. No caso de países colonizados, a escravização de pessoas negras, o genocídio indígena e as ditaduras são colocados por Gil e Mesquita (2020) como essenciais para se compreender os diferentes processos históricos e sociais vivenciados hoje.

Assim, ensinar assuntos controversos é um dos pilares de uma educação pautadapela democracia, o que passa necessariamente pelo incentivo à participação dos e das estudantes nos questionamentos trazidos por professores, professoras e colegas. Isto, porém, nem sempre é tarefa fácil. A participação ou não, segundo o educador Hunter Gehlbach (2011), incluem aspectos de ordem individual, tais como medo, coragem, ansiedade, desinibição e inibição, bem como de ordem social, como o desestímulo adiscussão de temas ligados à política, religião, gênero e raça. Assim, pergunta-se: o que seproduz na aula de História quando o debate é proposto para provocar o pensamento crítico?

Objetivando a formação destes pensamentos, é importante que nos perguntemos quais relações se estabelecem entre eles como duas áreas que apesar de compartilharem objetivos em comum possuem suas especificidades enquanto campos de pesquisa independentes. Afinal, o que é formar para o pensamento crítico através do pensamento Histórico? Será que minhas práticas de formação do pensamento histórico se efetivaram na formação do pensamento crítico?

Tais dúvidas surgem pois a sala de aula, para a historiadora Ana Zavala (2012), é um local onde saberes tanto acadêmicos quanto subjetivos são mobilizados na fala, gestos erecortes feitos por professoras, professores e estudantes, e que, portanto, colocam em movimento seus conhecimentos não apenas lógico-racionais, mas, também, os resultados de suas diferentes vivências, de seus afetos. Sendo assim, é difícil identificarmos e elencarmos quais aspectos dos discursos produzidos pelos e pelas estudantes, e por eu mesmo, nos permitem

avaliar que tipo de pensamento crítico está sendo formado ou se, consoante a educadora bell hooks (2020) o pensamento crítico não é elaborado justamente na união de elementos tanto emocionais quanto lógico-racionais. Todavia, critico desde já a ideia de que o pensamento crítico possa ser formado direta e exclusivamente como habilidade per se, sem levar em consideração aspectos históricos locais e que marcam terreno de disputa narrativa e emocional.

Do território da prática: uma paragem localizada sócio-espaço-temporalmente

Segundo o Projeto Político Pedagógico da escola, realizado em 2019, a filosofia da escola procura a formação da cidadania através de uma abordagem humanística e filosófica, tornando o e a estudante capazes de se apropriarem dos valores construídos historicamente pela humanidade, tendo como visão a atuação no mundo de maneira crítica, humana, ética e social, valorizando estes como sujeitos de sua própria aprendizagem. Tais proposições se mostraram conectadas aos do ensaio de prática realizado, no sentido de estimular a participação nos debates de maneira ética, crítica e responsável, respeitando as diferentes visões de mundo que compõem a sala de aula. Sendo assim, o ensaio se conectou à realidade escolar e à práxis cotidiana pela qual o funcionamento da instituição se pautava. Os objetos de debate escolhidos sugeridos giraram em torno do período da 2ª Guerra Mundial e por assuntos relacionados a dilemas morais, política e História do Brasil. A turma contava com 12 educandos entre 13 e 16 anos em sua maioria autodeclarados como pardos (50%), complementados por 41,7% de brancos e 8,3% amarelos. Com relação às impressões vinculadas a prática de debate, eles e elas relataram que ao escutar a expressão, associavam a percepção de troca de ideias (66,7%), conversa (41,7%), diálogo (33,3%), briga ou disputa (16,7%), acordo (16,7%) e construção (16,7%). Ao serem questionados como reagiriam a um possível desacordo, a maioria respondeu que dependeria da situação (83,3%) e alguns reagiriam bem (16,7%). Quanto à importância de debater assuntos considerados polêmicos, 41,7% relataram que talvez fosse importante a discussão, 33,3% que sim, 16,7% não e 8,3% que dependeria do assunto.

Já quanto à crença na existência de temas que não deveriam ser discutidos, 50% relatou talvez, 41,7% sim e 8,3% não. A maioria dos estudantes concorda que é possível mudar de opinião através de um debate (41,7%), seguidos de 33,3% que estão abertos a essa possibilidade. Entretanto, consideráveis 25% opinaram que não se pode mudar de opinião em um debate. Felizmente, pode-se observar ao final do debate que o nível de conscientização dos e das estudantes a respeito do racismo no Brasil mostrou que este percentual de 25% não se refletiu na realidade. Os e as alunas ainda relataram que em sua maioria acreditavam que estudar História e o passado contribuíam para o presente (58,3%) não havendo respostas negativas.

Assim, o cenário para o trabalho que foi desenvolvido parecia animador. Apesar de alguma resistência, a maioria do grupo parecia aberta ao formato escolhido. Esta foi uma maneira de direcionar o exercício de encontro aos interesses e universo dos e das estudantes, bem como de conhecer melhor algumas características dos e das integrantes.

O relato da prática: um documento histórico produzido dialogicamente

A primeira parte deste trabalho de análise diz respeito ao relato do ensaio da práticade ensino de debate com QSV no intuito de contar a experiência do ocorrido. Este primeiromovimento procura produzir um texto com a capacidade de restituir a presença de um evento ausente, em um não tempo que poderá ser revisitado em outros instantes, trazendo-o ao presente e dando vida a este relato.

O percurso do ensaio teve duração de seis meses, entre aulas expositivas, materiais de apoio e o debate formal a respeito do racismo no Brasil. A primeira parte da sequência didática foi composta por aulas expositivas onde apresentou-se de forma introdutória os antecedentes da Segunda Guerra Mundial (1938-1945), suas causas, os países integrantes, o seu desenvolvimento e suas consequências, dando ênfase à ascensão dos regimes nazi-fascistas no cenário e contexto europeu, bem como suas práticas de genocídio de populações e seus ataques ao regime democrático.

Como forma de complementar esta primeira rodada de explicações, foi disponibilizado material de apoio com um resumo da matéria

trabalhada e um mapamental. Foi então solicitado que os e as estudantes identificassem, comparassem e debatessem através de fotografias e trechos de historiadores elementos de significância do evento. Após uma primeira discussão sobre as fotografias e os trechos, foi solicitado que os e as discentes escrevessem um pequeno texto respondendo a seguinte questão: porque o evento estudado é considerado historicamente significativo e qual a importância de seu estudo para os dias de hoje?

As respostas dos e das estudantes pareceram indicar a percepção da significância do conflito para a história da humanidade, ressaltando o número de mortos, os traumas que o evento deixou para os envolvidos e a posterior formação da ONU como forma de evitar outra tragédia do gênero. O estudo do evento pareceu relevante, fato demonstrado no destaque da importância de estudar o passado para pensar nos traumas sociais e pessoais, ocasionando diversas mudanças no mundo que seguem marcando as sociedades do presente, tais como o medo de uma terceira guerra mundial, o uso de bombas atômicas. Os e as discentes interseccionaram de igual forma o conteúdo com suas histórias de vida, relacionando as discussões com questões de gênero, masculinismo e raça. Umas das estudantes comentou um caso de violência doméstica envolvendo sua mãe, em aparente conexão com os traumas vividos por pessoas que vivenciaram a guerra. Outra discussão que os e as motivou foi relacionada a sua cor de pele, ao qual alguns pareceram questionar algumas de suas impressões a respeito do tema, perguntando se poderiam ser considerados negros ou negras, procurando identificação com aspectos contributivos de afro-brasileiros, tal como os da música rap.

Na aula específica a respeito dos Regimes Nazi-Fascistas (Totalitários) e suascaracterísticas, uma estudante pareceu incomodada com as relações estabelecidas em aula. O fato ocorreu pois alguns dos atributos trabalhados se assemelhavam muito a características vividas em momento recente da História do Brasil, como o culto ao grande líder, o militarismo e a criação de um inimigo comum a sociedade, a exemplo de comunistas, ciganos, judeus e negros. O incômodo motivou os responsáveis a irem à escolareclamar com o diretor de uma pretensa "ideologização" nas aulas dadas, fato que foi relatado pelo diretor ao

professor em conversa posterior. Segundo os reclamantes, o problema não era o conteúdo, mas o tom inflamado utilizado.

A segunda parte da sequência didática procurou trabalhar de forma mais aprofundada os temas do racismo científico, do anti-semitismo e da eugenia, tentando estabelecer relações entre os três movimentos. Explicou-se por meio de aula expositiva queo racismo científico criado no século XIX na Inglaterra procurou articular ciência, política, raça e nacionalismo como forma de justificar o domínio imperialista europeu sobre outras localidades no mundo, criando hierarquizações baseadas na hereditariedade genética e no evolucionismo social. Estas ideias se disseminaram não apenas pelo continente europeu, mas, também pelos países dominados neste sistema mundo.

Dois exemplos da difusão destas ideias racistas, como lembra Silvio Luiz de Almeida (2018), foram o anti-semitismo e o movimento eugenista, que no Brasil teve forte influência na formação de uma elite intelectual que procurou articular ideias raciais a medidas de higienização e medicina social.

De maneira a complementar as discussões a respeito do tema, foi entregue um segundo material de apoio. Ele contava com cartazes, disponíveis no US Holocaust Memorial Museum, produzidos durante o regime nazista e que mostravam pessoas judiasde forma preconceituosa e estereotipada. Estas imagens foram relacionadas a texto escrito por uma das figuras centrais do movimento eugenista no Brasil, o médico Renato Kehl, no Boletim de Eugenia, informativo que tinha por objetivo divulgar os estudos eugenistas aquiproduzidos.

Por fim, solicitou-se que os e as discentes escrevessem um pequeno trecho que relacionasse os conceitos trabalhados em aula com os problemas sociais enfrentados hoje no Brasil, relacionando racismo, anti-semitismo e eugenia. Algumas das respostas relacionaram os temas explicando que tanto racismo, eugenia e anti-semitismo tinham em comum a discriminação e o ódio por pessoas diferentes dos padrões estéticos, religiosos e valorativos vigentes na sociedade, seja hoje ou no passado. Em interessante resposta, um dos alunos afirmou que estas práticas eram a forma de colocar a culpa dos problemas enfrentados por uma nação nos grupos considerados inferiores, buscando reprimir qualquermanifestação destes. Em suas palavras, “O racismo no geral

é uma forma de por a culpa dos problemas sociais de uma nação em um pequeno grupo. Reprimindo qualquer característica diferente dos demais, assim também acontece com o antisemitismo e a eugenia que prega que haja uma raça superior mandante em um país".

Na terceira parte do percurso procurou-se complementar a discussão anterior por meio do uso de filme. A produção escolhida foi Medida Provisória, dirigida por Lázaro Ramos, lançada no ano de 2020. O material de apoio relacionado ao filme pareceu sensibilizar de maneira mais intensa os e as estudantes, que relataram desconforto, ódio, tristeza, insegurança e vontade de chorar com algumas cenas envolvendo a prática do racismo, demonstrado em algumas respostas aqui transcritas: "que os negros tem que ser respeitados, a cor da pele não interessa. Me senti desconfortável em algumas cenas, e tive vontade de chorar quando o André e Santiago morreu, e raiva da Isabel e principalmente dona Izildinha, e alegria quando no final deu tudo certo". O engajamento com o filme foi demonstrado por meio de algumas perguntas finais, tais como: se as pessoas deportadas[2] não tiveram nem tempo de pegar seus pertences. Neste ponto, foi sugerido que pensassem se negros e negras africanas trazidas de maneira foraçada para trabalharem como escravizadas no Brasil colônia tiveram este tempo.

Na quarta e última parte do percurso foi proposta a atividade de debate formal com as alunas e alunos, que se dividiram em grupos para pesquisar e debater formas de combater o racismo na sociedade brasileira. O objetivo da prática de ensino foi desenvolver a capacidade de relacionar os conteúdos trabalhados previamente, bem como exercitar sua capacidade de argumentação e formação do pensamento crítico. Desta forma acreditou-se poder explorar os temas através de abordagens plurais e que valorizassem a formação do pensamento histórico, auxiliando na discussão e estabelecimento de pontos comuns de debate que partissem de ideias que concatenassem as diferentes demandas sociais representadas pela pluralidade de visões que constituíam a sala de aula e que, portanto, foram ser abordadas de maneira plural.

A turma foi então dividida em quatro grupos de menor tamanho e solicitado que pensassem em medidas de combate ao racismo. Como

2 Pequenas correções ortográficas foram realizadas nos trechos contendo as respostas dos e das estudantes, sendo possível encontrar a resposta original em apêndice ao trabalho

material de pesquisa, os e asestudantes utilizaram notebooks disponíveis na escola e que continham acesso a internet. Além disso, puderam consultar os materiais de apoio trabalhados de maneira prévia, devendo ao final entregar relatório contendo suas principais discussões e que pontos gostariam de abordar nas aulas seguintes.

Uma das estudantes levantou questionamento quanto a vídeo assistido na plataforma YouTube, em que o ator Morgan Freeman relatava não entender a importância da criação do Dia da Consciência Negra. Como forma de questionar esta informação, foi sugerido que se pensasse qual o contexto espaço-temporal da produção do vídeo e se esta discussão era passível de ser aplicada também a sociedade brasileira. Além disso, foi problematizado se não falar sobre o racismo resolveria a questão, o que a levou a pesquisar mais a respeito da criação do Dia da Consciência Negra. Apesar da discussão, a aluna não pareceu ter alterado sua percepção a respeito do dia, seguindo em sua convicção na resposta dada pelo ator.

A definição das abordagens escolhidas pelos grupos se deu no encontro posterior. Um dos grupos, ao qual irei chamar de Grupo Educação, para fins de melhor identificação, iria focar nas questões educacionais, ao qual foi sugerido que pesquisassem mais a respeito da Lei 10.639/03, que versa a respeito da obrigatoriedade do ensino de História e cultura afro-brasileira para todas as modalidades da Educação Básica no Brasil, que investigassem a respeito do Dia da Consciência Negra, data que se aproximava e que foi posteriormente melhor trabalhada na escola. Ainda se aconselhou analisar a diferença de reprovação e evasão escolar entre brancos e negros, bem como sobre o Ensino das Relações Étinico Raciais e valorização dos conhecimentos afro-brasileiros.

O outro grupo, ao qual irei me referir como Grupo Dados, já havia optado por pesquisar acerca da formulação de bases de dados. Sugeriu-se que procurassem qual a relação entre algoritmos de internet e racismo. A escolha do grupo foi condicionada por notícia da prefeitura da cidade de Belo Horizonte (MG), que tentava criar base de dados que corrigisse a desproporção entre brancos e negros no funcionalismo público. Sendo assim, foi aconselhado que pesquisassem a respeito da história da cidade e qual a importância que o Estatuto da Igualdade

Racial tem para esta discussão. Deveriam de igual maneira pensar como seria possível o aumento de parlamentares negros e negras no Brasil.

No encontro seguinte, os grupos iniciaram o debate formal. O primeiro grupo a expor seus argumentos foi o relacionado à educação (Grupo Educação). Os e as estudantes explicaram e abordaram em sua fala a importância da lei 10.639/03, do Dia da Consciência Negra e expuseram dados relacionados à diferença racial de reprovação e evasão escolar, sendo este um problema ainda a ser resolvido no Brasil. Após o intervalo, o grupo requisitante pediu melhores explicações a respeito do Dia da Consciência Negra e questionou que o Grupo Educação não havia explicitado o que era racismo e discrimação racial, e nem ficou claro como o problema seria resolvido por meio da educação. Foi criticado, também, como o grupo pensaria na melhor inclusão de pessoas negras no Brasil. Durante a tréplica foi ressaltada a importância do dia da Consciência Negra e do Grupo Palmares, fundado na cidade de Porto Alegre (RS) e que no ano de 1975 escolheu o dia 20 de novembro como símbolo da luta e cultura afro-brasileira. Alguns membros do grupo ressaltaram a importância de lembrar que todo dia deveria ser dia da consciência negra, e não apenas um.

Posteriormente, inverteu-se a ordem dos grupos, o Grupo Dados iniciou a exposição de seus argumentos elucidando a importância do Estatuto da Igualdade Racial e relatou o ocorrido na prefeitura municipal de Belo Horizonte, que segundo o censo de 2022 possuía população de maioria negra, o que não se expressava na ocupação de cargos no poder público, preenchidos majoritariamente por brancos. O grupo destacou ainda que segundo a lei 7716/89 racismo é considerado crime no Brasil. Outro ponto salientado durante aexplanação trouxe informação de que apenas após a abolição da escravização de negros e negras no país foi permitida a instrução pública a esta população, fato que não se efetivou na prática, pois inumeras pessoas seguiram sem acesso a educação, que ainda era restrita a minoria da população.

Durante o intervalo foi problematizada a diferença do racismo no Brasil e nos EUA,ao qual o professor respondeu, com base nos escritos da filósofa Djamila Ribeiro (2019), que o racismo é um processo que se particulariza em espaços e tempos diferentes. No Brasil, o racismo se mascarava por meio da Democracia Racial e a imagem de um país

miscigenado construído de maneira harmoniosa. O Grupo Educação assumiu a réplica, solicitando melhores explicações a respeito da diferença de escolaridade entre brancos e negros no Brasil. Durante a tréplica, o Grupo Dados respondeu que um dos demonstrativos do racismo no Brasil estava no futebol, lembrando que em 1917 foi divulgada a Lei do Amadorismo, que proibia de maneira velada negros de jogarem futebol.

Por fim, foi realizado um momento de comentários posteriores ao debate em que os e as alunas puderam expressar suas impressões, opiniões e emoções acerca da prática. Neste momento, uma das alunas relatou que na empresa em que sua irmã trabalhava os cargos mais altos e que necessitavam de maior tempo de escolaridade eram todos ocupados por pessoas brancas, episódio que havia marcado ela. Outro estudante relatou que ao passear com sua família no shopping Iguatemi, localizado em zona privilegiada economicamente da cidade de Porto Alegre, notou que em sua volta havia apenas pessoas brancas, ao que o estudante relatou achar "até meio chato". Por fim, o professor colocou que era importante que os casos ali relatados fossem nomeados pelo nome da prática social que hierarquiza e inviabiliza o acesso de pessoas negras a certos lugares e cargos, e o nomedisso era racismo.

Como conclusão e forma de sintetizar os assuntos debatidos durante o ensaio da prática, foi solicitado aos grupos que escrevessem um relatório do debate. Os relatórios produzidos pareceram ir ao encontro do debate estabelecido durante a atividade. Eles foram divididos em título, introdução, referências, desenvolvimento, conclusão e sugestões. O Grupo Educação retomou os pontos abordados durante o debate e deu especial ênfase ao Dia da Consciência Negra, deixando como sugestão a necessidade de se debater mais em sala de aula questões relacionadas ao racismo. Como conclusão, o grupo destacou que a conscientização e o diálogo são essenciais para o combate ao racismo, ressaltando que este é um problema a ser enfrentado por todos, na busca de uma sociedade mais justa e inclusiva. Em suas palavras: "Concluímos que a conscientização, educação e o diálogo são essenciais para combater esse problema social. Promover a igualdade, reconhecer privilégios e trabalhar juntos são passos cruciais para contribuir para uma sociedade mais justa e inclusiva.".

O Grupo Dados também optou por destacar a importância que a educação tem para o combate do racismo em seu relatório final, concluindo que para tal é necessário uma educação pautada em valores éticos e que inclua a multiplicidade de manifestações e contribuições que compõem a sociedade brasileira, transcritos aqui: "Chegamos a conclusão de que é preciso uma educação em valores éticos, e o trabalho sobre o racismo na educação para que tenha diferentes culturas, identidades, singularidade e respeito.".

Ao final do percurso, os e as estudantes pareciam felizes com o trabalho desenvolvido, tendo percebido a importância de trabalhar o assunto, que se conectou à realidade dos e das participantes. Pode-se observar que ao final do trabalho a turma parecia mais preparada para ter discussões a respeito desta QSV, acontecimento que se observou nas aulas seguintes por meio da sugestão de outros temas para discussão, como a demanda por uma explicação melhor da relação entre a questão racial e o samba no Brasil, bem como que fosse realizada uma aula sobre religiões de matriz africana, pedidos que foram atendidos nas aulas posteriores e que contaram com boa participação dos e das estudantes.

Conclusão

O relato do percurso das aulas que se sucederam anteriormente, bem como situar espaço temporal onde o ensaio das práticas de ensino foram realizadas, apresentaram uma primeira abordagem da pesquisa sem, segundo Zavala (2012), constituir ainda a investigação prática da prática de ensino proposta. A tarefa que empreenderei a partir de agora diz respeito ao trabalho de interpretação do sucedido em aula com a intenção de avançar por sobre o primeiro relato, compreendendo este uma análise mais superficial. O intuito é superar a verificação e o recontar. Procurarei me debruçar sobre aquilo que foi re-presentado, um não lugar, um segundo texto que vai falar em nome do ocorrido e que busca dar vida ao lugar que situamos como passado, dando sentido ao momento presente. Este momento onde o encontro do passado e do futuro se torna possível, entre o nascimento e a morte, o medo e a esperança que motiva o trabalho de construção de relações mais justas e igualitárias (Araújo, 2012). Partamos, agora, as reflexões, que estarão divididas como elementos que, segundo a análise, parecem importantes

elementos da conexão entre o pensamento crítico e o pensamento histórico.

A Construção Coletiva e Crítica

O ensaio de prática deixou a impressão de que um conteúdo construído de maneira conjunta e que contou com a participação dos e das estudantes deu maior relevância e significado para seu estudo. Este pareceu ser um demonstrativo positivo de conscientização e desenvolvimento do pensamento crítico, o que nos pareceu mais profícuo do que a mera habilidade de enxergar por meio de diferentes pontos de vista, como destaca também Willingham (2008). Assim, foi na materialidade da vida e das relações sociais que buscou-se ensaiar uma prática que funcionou de maneira dialógica, valorizando os conhecimentos portados pelos e pelas discentes como caminho das mudanças que se fazem no devir das demandas progressistas e emancipadoras, tal como o combate do racismo. Ficou a impressão de que para além de métodos ou cartilhas procedimentais, o pensamento crítico demanda uma clara intencionalidade, sem a qual a capacidade de leitura por meio de diferentes pontos de vista não se concretizam efetivamente em pensamento crítico, o que nos leva a uma segunda reflexão.

A Intencionalidade

Acredito que é na intencionalidade que o pensamento crítico e histórico ganham sentido. Na busca de uma sociedade mais justa e que consiga ensinar o respeito à diversidade e a capacidade de enxergar as particularidades culturais de negros e negras, silenciadas em suas vivências devido a nosso passado colonial e pela constituição de uma história eurocentrada, que insiste em excluir suas contribuições culturais e sua história.

Foi por meio da intenção e curiosidade de compreender estes mecanismos de dominação que os conhecimentos foram mobilizados e desenvolvidos não apenas pelos e pelas estudantes, mas, também, pelo professor. Estes saberes de ordem objetiva e subjetiva, possibilitaram pensar a práxis da aula como forma de enxergar o mundo. Afinal, é importante que como professores consigamos refletir a respeito da intencionalidade para além dos conteúdos (Miranda, 2013), ao projetar

que não basta que tenhamos uma visão crítica do racismo, mas que tenhamos atitudes que sejam anti-racistas, intervindo na realidade construída e vivida (Ribeiro, 2019).

O processo educacional analisado aqui se mostrou uma via de mão tripla, como destaca Silva (2007), entre o aprender, ensinar e aprender, possibilitado pela maior flexibilidade a qual se propôs o ensaio, ocasionando mudanças observáveis não apenas nos e nas estudantes, mas, também, no professor, que teve de redefinir em partes sua própria identidade profissional por meio da melhoria de sua capacidade de escuta, palavra que ganhou um novo significado, demonstrando a necessidade de aprendermos com o outro e não para o outro (Freire, 1996).

A Autonomia

A terceira reflexão que gostaria de desenvolver diz respeito à tentativa de desenvolver maior autonomia nos e nas estudantes. Ressaltamos aqui que por autonomia nos referimos a formação de uma autonomia que seja crítica e ética e para a qual a formação do pensamento crítico é essencial. Este foi um ponto importante da prática, pois foi também um dos principais fatores motivadores e produtores de sentido para o trabalho desenvolvido com a turma. Este foi um dos quesitos de análise que ao primeiro olhar pareceu falho. O que se observou é que os momentos em que os estudantes se sentiram mais à vontade para partilharem seus conhecimentos e posicionamentos se deu quando houve a mediação do professor, não tendo se estabelecido de forma tão orgânica entre os e as estudantes. Contudo, ao realizar uma análise mais aprofundada do acontecido, o ensaio de prática revelou algo que pode parecer evidente, mas é importante de ser destacado: a centralidade do professor na tarefa educacional. Professor mediador que tem o potencial de incentivar e energizar a participação dos e das estudantes nos debates propostos.

A Sensibilização

A quarta reflexão diz respeito à formação de sensibilidades nos e nas estudantes, gerando maior empatia entre eles, elas, e o mundo que as e os cerca. Na relação entre os saberes e as sensibilidades é possível enxergar o momento da aula como um lugar de memória onde narrativas legítimas são formadas. Este elemento ganha relevância também nos

escritos de hooks (2020) para explicar a importância de construir uma educação que nos faça perceber que é possível aprender por meio do diálogo com o outro, nos retirando do projeto isolacionista neoliberal, que insiste em individualizar por meio da competição pessoas que passam a não enxergar mais a cooperação e a troca como elementos constitutivos da própria humanidade, elementos tais como o amor e o carinho,característicos da condição humana.

O Tempo

A sexta reflexão que gostaria de desenvolver diz respeito à discussão temporal, um dos principais temas de debate da produção historiográfica e do ensino de História. Uma das impressões resultantes do ensaio de prática foi de que a aula construída por meio dos diálogos estabelecidos não determinou um ensino estanque, mas sim pautado naquilo que Pacievitch (2021) chama de ensino da Utopia, uma aula inacabada. Os saberes expostos e mobilizados demonstraram que o contato com diferentes temporalidades e espacialidades que partiram de um problema presente na sociedade brasileira, mas que dialogam com o passado, potencializam o entendimento de que existem diferentes formas de pensar.

A Cidadania

A sétima e última reflexão concerne ao papel do ensino de história e do pensamento crítico para a formação da cidadania. Por meio do pensamento histórico e crítico é possibilitado partir do mundo do e da aluna, da história não linear, não estatal, enfatizando que outros futuros são possíveis, criando utopias (Fontana, 2003). Uma das pistas para tal nos é dada por Santisteban Fernandez (2010) ao destacar a importância de trabalhar nos e nas estudantes a capacidade de realização de sua própria representação do passado, contextualizando e julgando os eventos históricos e auxiliando na formação da cidadania democrática. Isto faz com que assumamos papel na formação da memória pública e local, que por sua vez influencia sua produção e seus objetos de estudo, bem como suas abordagens (Batista, 2019).

Referências

ARAÚJO, Valdei Lopes de. A aula como desafio à experiência da história. In: GONÇALVES, Márcia Almeida [et al.] (orgs.). **Qual o valor da história hoje?** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte(MG) Letramento, 2018.

BATISTA, Felipe. **"Clima de guerra"**: o que dizem professores acusados de doutrinação e o fim do Escola Sem Partido. https://www.ufrgs.br/humanista/, 2019. Disponível em: https://www.ufrgs.br/humanista/2019/08/01/clima-de-guerra-o-que-dizem-professores-acusados-de-doutrinacao-e-o-fim-do-escola-sem-partido/. Acesso em: 20 de julho de 2022.

FONTANA, Josep. ¿Qué historia enseñar?. Dossier. La enseñanza de la historia en España hoy. **Clío & Asociados**. **La Historia Enseñada**, n. 7. p. 15-26, 2003. In.: https://bibliotecavirtual.unl.edu.ar/publicaciones/index.php/ClioyAsociados/article/view/1578/2492. Acesso em: 18 de fevereiro de 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura)

GEHLBACH, Hunter. Making social studies social: Engaging students through different forms of social perspective taking. **Theory into Practice 50**, no. 4: 300-310, 2011.

GIL, Carmem Zeli de Vargas; MESQUITA, Ilka Miglio de. Ensino de História com Questões Sensíveis. **Pensar a Educação em Revista**, Florianópolis/Belo Horizonte, ano 6, vol. 6, n. 2, jun-ago 2020. Disponível em: https://pensaraeducacaoemrevista.com.br/2021/04/05/pensar-a-educacao-em-revista-ano-6- vol-6-n-2-jun-ago-2020-2/. Acesso em: 16 de agosto de 2022.

hooks, bell. **Ensinando pensamento crítico**: Sabedoria prática. São Paulo: Elefante Editora, 2020.

MIRANDA, Sonia Regina. Formação de professores e ensino de História em limiares de memórias, saberes e sensibilidades. **Revista História Hoje**, v. 2, nº 3, p. 149-167 - 2013. Disponível em: https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/73/58. Acesso em: 11 de agosto de 2022.

PACIEVITCH, Caroline. Utopias na docência em História: diálogos com professores franceses. EDUR, **Educação em Revista**. 2021; 37. In.: https://www.scielo.br/j/edur/a/3WDBcKjLgD5rcGmM5d5JKPs/. Acesso em 17/06/2022.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTISTEBAN FERNÁNDEZ, Antoni. La formación de competencias de pensamiento histórico. **Clío & Asociados** (14), 34-56. En Memoria Académica, 2010. Disponível em: http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.4019/pr.4019.pdf. Acesso em 22 de agosto de 2022.

SIMONNEAUX, Laurence; POULIOT, Chantal. Les Questions Socialement Vives (QSV) ou Socially Acute Questions (SAQ). **Sisyphus**: Journal of education. Instituto de Educação Universidade de Lisboa, Vol. 05, Issue 2, 2017. In.: https://revistas.rcaap.pt/sisyphus/issue/view/660, Acesso em: 20 de julho de 2022.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Educação**, Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 489-506, set./dez. 2007

ZAVALA, Ana. **Mi clase de historia bajo la lupa**: Por un abordaje clínico de la práctica de la enseñanza de la historia. Montevideo: Ediciones Trilce, 2012.

WILLINGHAM, Daniel T. Critical Thinking: Why Is It So Hard to Teach? **Arts Education Policy Review**, 109, 4, p. 21-32, 2008.

História, Imagem, Imprensa e Mídias

AS FOTOGRAFIAS DA ESCOLA DE BELAS ARTES DE PELOTAS DURANTE O PERÍODO DA DITADURA CIVIL-MILITAR: MEMÓRIA E COTIDIANO

Guilherme Susin Sirtoli[1]

Introdução

Em um mundo onde o visual predomina cada vez mais, as imagens permeiam tanto as redes sociais quanto os espaços urbanos que habitamos, de forma incessante e cotidiana. Surge, assim, a necessidade de refletir sobre o impacto dessas imagens e o que elas podem nos dizer sobre nosso entorno em determinados contextos. Annateresa Fabris (2007) ressalta que a crença na palavra, antes considerada a forma mais elevada das práticas intelectuais, vem sendo gradualmente questionada ao longo das décadas. Mitchell (2006) também reforça essa perspectiva, argumentando que, na contemporaneidade, observamos "novas e elevadas formas de consciência emergindo da abundância de imagens e meios visuais" (Mitchell, 2006, p.9).

1 Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (PPGH/UFPel). Bolsista pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Lattes: http://lattes.cnpq.br/5116776218195450. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-8373-6456. E-mail: guisusinsirtoli@gmail.com

A cidade, por exemplo, pode ser interpretada como um verdadeiro texto não verbal, dado o vasto conjunto de visualidades que ela apresenta: "A cidade, enquanto texto não-verbal, é uma fonte informacional rica em estímulos criados por uma forma industrial de vida e de percepção" (Ferrara, 1993, p. 19). Neste trabalho, priorizamos as fotografias e o que as mesmas podem nos comunicar (Ferrara, 1993). Reconhecemos as fotografias como documentos ativos, essenciais para compreender hábitos, modos e percepções, de modo a construir uma historiografia e uma memória crítica (Richard, 2010) que vão além da palavra escrita.

Consideramos aqui o campo de estudos da cultura visual, marcado pelo que alguns autores denominam como 'virada visual', entre eles Mitchell (2006) e Mirzoeff (2015). Nas últimas décadas, tanto acadêmicos quanto indivíduos fora da academia têm percebido que as disciplinas tradicionais que abordam as imagens não são suficientes para lidar com os cruzamentos e fluxos visuais que permeiam a vida contemporânea. Dessa forma, a cultura visual emerge como um campo interdisciplinar que resulta de tais cruzamentos e questionamentos: "A cultura visual ganhou certo destaque porque muitos artistas, críticos e acadêmicos sentiram que a nova urgência do visual não pode ser totalmente considerada nas disciplinas visuais estabelecidas" (Mirzoeff, 2002, p. 6).

No que tange à história, é fundamental compreender as imagens como fontes históricas, capazes de gerar questionamentos e novas interpretações sobre o passado, estabelecendo diferentes e múltiplas conexões com o presente. Sabemos que, além das 'verdades absolutas' e das 'versões oficiais', existem diversas formas de observar, analisar e refletir sobre o passado por meio da análise das imagens. Essas abordagens oferecem possibilidades de leitura mais complexas e multifacetadas.

Neste sentido, buscamos estabular conhecimentos sobre as fotografias remanescentes da Escola de Belas Artes de Pelotas D. Carmen Trápaga Simões (EBA), datadas do período da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). A EBA foi uma instituição de ensino superior em Artes situada na cidade de Pelotas (RS), em funcionamento entre 1949 e 1973, tendo como finalidade "ministrar ensino superior em Artes Plásticas" (EBA, 1965, p. 1). Em 1973, ocorreu sua fusão com a Universidade

Federal de Pelotas, criada em 1969, resultando no que hoje conhecemos como Centro de Artes (CA) da referida universidade.

A Coleção EBA da Fototeca Memória da UFPel possui cerca de 235 fotografias (Dias, 2012). A sistematização deste acervo fotográfico foi realizada por Dias (2012). Sobre a coleção de fotografias, a autora expõe que: "as fotografias em questão foram colecionadas ao longo da história da EBA graças a iniciativas pessoais de professores, alunos e funcionários, bem como da direção da escola" (Dias, 2012, p. 49) Ao se atentar para as imagens fotográficas produzidas no contexto dessa instituição, podemos entabular conhecimentos visuais. Segundo Sontag (2004), as fotografias possibilitam a criação de um 'inventário', comunicando e redefinindo o conhecimento que temos do próprio mundo: "A visão 'realista' do mundo compatível com a burocracia redefine o conhecimento - como técnica e informação. As fotos são apreciadas porque dão informações. Dizem o que existe, fazem um inventário" (Sontag, 2004, p. 32).

A EBA, entre 1964 e 1973, foi atravessada pela ditadura civil-militar brasileira e, consequentemente, pelas imposições ditatoriais, que geraram impactos diretos e indiretos nesta instituição. Este trabalho faz parte de uma pesquisa maior que se encontra em andamento, com o objetivo de mapear tais impactos e reações do contexto ditatorial na EBA de Pelotas e, posteriormente, no Instituto de Artes, já vinculado à UFPel. Para perceber esses impactos por meio das imagens, buscaremos analisar algumas fotografias que integram o acervo fotográfico remanescente desta instituição, atualmente pertencente ao Fundo Arquivístico Escola de Belas Artes, vinculado ao Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (MALG/UFPel). As imagens foram inteiramente digitalizadas e disponibilizadas para este trabalho pela Fototeca Memória da UFPel, vinculada ao Instituto de Ciências Humanas (ICH/UFPel).

Compreendemos que, por meio das imagens fotográficas, é possível estabelecer determinados conhecimentos sobre o cotidiano e a memória da instituição, evidenciando como a EBA desempenhou um papel importante na criação da UFPel e foi impactada diretamente pelo período ditatorial. Tais questões acarretam consequências diretas e indiretas para a forma como a instituição operou e para a produção artística desenvolvida nesse espaço educacional.

Apesar das relações intrínsecas com o período da ditadura civil-militar no Brasil, essa questão pouco aparece nos trabalhos desenvolvidos até o momento sobre essa instituição, muitas vezes figurando apenas em breves menções ou notas de rodapé. Compreender a EBA inserida no contexto da ditadura civil-militar brasileira nos ajuda a situar a instituição em seu próprio tempo. Nesse sentido, as ideias de Michel de Certeau (2003) são fundamentais para a análise:

> [...] os 'objetos' de nossas pesquisas não podem ser destacados do 'comércio' intelectual e social que organiza as suas distinções e seus deslocamentos. Ao 'esquecer' o trabalho coletivo no qual se inscreve, ao isolar de sua gênese histórica o objeto de seu discurso, um 'autor' pratica portanto a denegação de sua situação real (Certeau, 2003, p. 110).

Através de uma metodologia qualitativa que combina procedimentos vinculados à micro-história em confluência com a história global (Conrad, 2016), buscamos compreender as relações estabelecidas entre o micro e o macro, em suas conexões com âmbitos maiores. Alguns pesquisadores associados à metodologia micro-histórica buscam uma aproximação com a perspectiva global (Levi, 2020; De Vito, 2020). Christian G. De Vito (2020) propõe uma abordagem que prioriza a espacialização da micro-história, a fim de compreender seus entrelaçamentos globais, definindo "os delineamentos de uma abordagem historiográfica capaz de desconstruir a pretendida universalidade das categorias microanalíticas utilizadas para descrever fenômenos históricos" (De Vito, 2020, p. 101). Mais do que simplesmente 'reduzir a escala', se mostra necessário observar minuciosamente como determinados comportamentos, escolhas e cooperações se originaram: "a complexidade da análise, da renúncia às leituras esquemáticas e gerais para poder observar realmente como se originavam comportamentos, escolhas e solidariedades" (Levi, 2016, p. 21). A seguir, buscaremos compreender a EBA por meio de algumas fotografias, analisando como o contexto ditatorial reverbera através das imagens.

O golpe de 1964: entre relatos e uma fotografia remanescente

A ditadura civil-militar brasileira teve início com o golpe de Estado de 1964, que depôs o presidente democraticamente eleito João Goulart

(1919-1976) durante os eventos ocorridos entre 31 de março e 1.º de abril daquele ano. O golpe resultou em uma mudança radical no sistema político vigente, impactando direta e indiretamente a vida de muitos brasileiros. As motivações do golpe militar e suas consequências são amplamente debatidas na historiografia nacional e internacional. Entre os diversos fatores que contribuíram para o golpe, destacam-se a organização de movimentos sociais no início da década de 1960 e a reação de determinados setores da classe média e empresarial, que se sentiam 'ameaçados' por essas mobilizações:

> Na lógica particular da classe média brasileira, a ascensão dos 'de baixo' é sempre vista como ameaça aos que estão nos andares de cima do edifício social. Como os que estão na cobertura têm mais recursos para se proteger, quem está mais perto da base da pirâmide social se sente mais ameaçado. Não por acaso, o fantasma do comunismo encontrou mais eco nestes segmentos médios (Napolitano, 2018, p. 48).

As motivações golpistas não visavam estabelecer uma ditadura duradoura, mas sim promover um combate necessário aos chamados 'comunistas', ou seja, ao 'perigo vermelho', amplamente divulgado entre setores da classe média brasileira (Motta, 2021). Assim, essas parcelas da sociedade acabaram endossando a retaliação contra os "comunistas, as demais organizações de esquerda e os movimentos sociais" (Motta, 2021, p. 69). Estas foram algumas das principais motivações daqueles que apoiaram a narrativa autoritária de 1964. Sabemos que muito do conhecimento construído no âmbito acadêmico sobre a ditadura ainda centra-se nas grandes metrópoles do sudeste brasileiro. Embora os estudos sobre o golpe militar e a ditadura, para além das regiões do Sudeste, tenham avançado nas pesquisas acadêmicas das últimas décadas, entendemos que ainda há muito trabalho a ser feito. Assim, acreditamos ser necessário um olhar especial para as instituições e os espaços ao nosso redor.

Assim, chegamos à Escola de Belas Artes de Pelotas. Essa instituição, vinculada a formas de conhecimento que buscavam uma estética mais conservadora no contexto das artes visuais (Diniz, 2014). Essa instituição, desde sua concepção, acabou atendendo aos interesses do capital cultural de uma parcela da população de Pelotas, associando-se a uma elite intelectual da cidade, conforme exposto por Magalhães

(2013). Nesse sentido, aproximamos as motivações e o funcionamento desta instituição do conceito de capital cultural, cunhado por Bourdieu (2007). O capital cultural refere-se a formas de conhecimento, habilidades e processos educativos que podem ser tanto herdados quanto adquiridos ao longo da vida, destacando certos indivíduos em contextos sociais, políticos e culturais específicos. Desde seus primórdios, a EBA foi concebida como uma instituição "espelho" de uma determinada elite, refletindo-se inclusive na maneira como organizava e difundia certos modelos educacionais voltados para a arte acadêmica[2], considerada a arte desta elite (Magalhães, 2013).

A inspiração da EBA remonta aos conhecimentos difundidos pelas Academias de Arte, inspiradas na Academia Imperial de Belas Artes do Rio de Janeiro[3], fundada em meados do século XIX. A EBA de Pelotas inspirava-se em modelos artísticos herdados do século XIX (Magalhães, 2013), que acabavam delineando a forma como se dava seu ensino através de determinadas regras canônicas das artes visuais. Estes moldes acabavam afastando trabalhos que visassem uma estética diferenciada daquilo que era difundido, acabando por 'estagnar' a instituição: "qualquer possibilidade de ruptura, querendo ser perene e eterna, sem perceber que a ausência de dinamismo, determinada pela repetição das mesmas expressões plásticas, terminava por condená-la à estagnação" (Diniz, 2014, p. 70).

Por mais que a EBA tenha endossado o academicismo, que acabou sendo adotado como o estilo artístico próprio da elite cultural de Pelotas (Magalhães, 2013), veremos que ao longo dos anos em que esteve em funcionamento, algumas iniciativas e obras artísticas atuaram de forma resistente a tais moldes. Particularmente durante o contexto ditatorial, diferentes jovens artistas propuseram uma ruptura com o modelo tradicional de fazer artístico, buscando uma estética modernista que dialogasse com questões relativas ao momento histórico em que estavam vivendo.

2 A arte acadêmica ou o academicismo nas artes, está relacionado ao estudo originalmente concebido no âmbito das Escolas de Belas Artes ou Academias de Artes, baseado em uma estética de origem classicista ou neoclássica, fruto de referências greco-romanas e renascentistas, formalizado e ministrado no âmbito de tais instituições.

3 Atualmente, Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (EBA-UFRJ).

Além das fotografias, sabemos que o impacto do golpe militar reverberou de inúmeras formas no âmbito da EBA, seja pelas menções ao mesmo nos diários publicados de D. Marina de Moraes Pires[4], diretora da instituição (Franco, 2008) ou mesmo por conta de conflitos explicitados através das Atas da Direção da Escola de Belas Artes (Eba, 1964a). Compreendendo estas questões que dizem respeito à memória da própria instituição, buscamos compreender como o golpe e a ditadura reverberaram através de fontes visuais especificamente. Frente a isso, chegamos em uma fotografia que data de 1964 (Figura 1), presente no Fundo Arquivístico Escola de Belas Artes e posteriormente, digitalizada e sistematizada pela Fototeca Memória da UFPel.

A fotografia retrata em primeiro plano, duas alunas da EBA durante o chamado 'trote estudantil', também conhecido como 'trote dos bixos'. Essa é uma prática comum de universidades e demais instituições de ensino, onde alunos veteranos promovem atividades de recepção para os ingressantes, chamados de calouros. Podemos perceber que uma das alunas, possivelmente uma ingressante, está vestindo uma fantasia que remete a indumentária do Antigo Egito. Chamamos atenção especificamente pela coroa utilizada na cabeça da estudante[5]. Neste adereço é possível perceber o desenho de uma paleta de tintas, fazendo uma alusão direta ao curso de pintura e as 'Belas Artes' e também parte escrita da palavra 'Bicho'.

4 Marina de Moraes Pires (1896-1983) foi uma artista e professora pelotense, vinculada à uma elite intelectual da cidade em meados do século XX. Criadora, professora e diretora da Escola de Belas Artes de Pelotas, fundada através de seus esforços, com vias de propiciar um espaço para o ensino das artes na cidade. Durante sua vida, reuniu um expressivo arquivo documental acerca da EBA, que teve parte incorporada ao acervo do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (MALG), vinculado à Universidade Federal de Pelotas.

5 O adereço utilizado na cabeça da estudante possivelmente faz alusão a chamada 'coroa azul' ou 'nemés', adereço utilizado na cabeça por alguns nobres do Egito Antigo, exemplificado na famosa estátua de Nefertiti. No caso de Nefertiti, o adereço específico que ela usa é conhecido como coroa modius ou coroa plana, que tem um formato alongado e cilíndrico, associada ao poder e à realeza. Diferente do nemés, que era uma peça de linho com listras usada por faraós, a coroa de Nefertiti é mais singular e decorativa, enfatizando sua posição de destaque e sua importância na sociedade egípcia.

Figura 1: Calouros de 1964. Arquivo digital de referência da Escola de Belas Artes. 1964.



Fonte: Fototeca Memória da UFPel (ICH/UFPel).

Relacionando essa fotografia com parte das memórias da artista Lenir de Miranda[6], aluna da instituição entre os anos de 1964 até 1967. Lenir havia sido aprovada para ingresso no curso de graduação da EBA em 1964 e uma de suas significativas lembranças sobre a instituição envolve o dia do golpe militar no Brasil. Ramos (2019), em cronologia escrita sobre a artista e sua obra para o livro 'Pintura Périplo', publicado em 2019, escreve: "A 31 de março de 1964 [...] comemora o ingresso na Escola de Belas Artes. Ela e outros colegas estão na Praça

6 Lenir Garcia de Miranda, conhecida como Lenir de Miranda, nasceu no ano de 1945 na cidade de Pedro Osório (RS). É uma artista visual gaúcha com reconhecimento internacional. Formou-se na Escola de Belas Artes D. Carmen Trápaga Simões em 1967, onde realizou sua primeira exposição na Galeria Crítica Nova. Desde o final dos anos 1960, participa de exposições e conquista premiações nacionais e internacionais. Integrou o corpo docente da Universidade Federal de Pelotas entre 1979 e 1996. Em 2019, as professoras e historiadoras de arte Icleia Cattani e Paula Ramos publicaram um livro dedicado à sua obra. Para mais, ver: CATTANI, Icleia Borsa; RAMOS, Paula (orgs). Lenir de Miranda: Pintura Périplo – Odyssey Painting. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2019.

Coronel Pedro Osório, no centro da cidade, quando a diretora manda parar tudo" (Ramos, 2019, p.256). Em relato concedido, ampliando as lembranças sobre o período, Lenir expõe que estava fantasiada de 'Nefertiti' quando foram avisados de que a comemoração deveria ser interrompida: "Lembro que estávamos fazendo um trajeto no centro da cidade, em torno da Praça Coronel e eu fantasiada de Nefertiti. De repente, fomos avisados que devíamos voltar para a escola, terminar a passeata dos calouros.... e depois não voltamos a fazer mais passeatas" (Miranda, 2024a, informação verbal[7]).

Enquanto os calouros comemoravam o ingresso na EBA através de um 'trote', um ritual organizado pelos alunos veteranos do curso de artes, o golpe civil-militar estava sendo implementado no país. Nas palavras de Lenir, naquele momento, apesar da ênfase da diretora da escola (D. Marina), os envolvidos não tinham dimensão do que estava acontecendo: "Ninguém sabia o que estava acontecendo, mas a diretora tinha sido tão enfática que a gente terminou a festa. Recolhemos as coisas, fomos para casa e, só depois, ficamos sabendo que os militares tinham dado o Golpe de Estado" (Ramos, 2019, p.256). Em 1º de abril de 1964, considerando os acontecimentos que envolviam o país, a diretora da escola registra: "Levante do II Exército em Minas contra o Governo constituído [...]. Assembleia dos alunos para discutir, em assembleia, os rumos atuais do país" (Franco, 2008, p. 369).

Os relatos de Lenir mostram-se bastante significativos, visto que podemos associar as memórias da artista ao contexto político e institucional da época, percebendo questões que dizem respeito também ao cotidiano da própria EBA. A interrupção forçada da passeata e o comentário acerca do fato de que nunca mais voltaram a realizar esse tipo de evento acaba revelando o impacto duradouro da ditadura militar na instituição e na sociedade brasileira. Sabemos que a ditadura acabou configurando o espaço público e as atividades coletivas nestes espaços, impondo censura e medo em muitos sujeitos. Dessa forma, ao nos depararmos com a fotografia pertencente ao acervo remanescente da EBA retratando o 'trote dos calouros' de 1964, podemos fazer um elo

7 Lenir de Miranda. Relato concedido a Guilherme Susin Sirtoli em 25 de set. de 2024. Não publicado.

entre o cotidiano dos alunos e os eventos externos, em específico, com o golpe militar no Brasil.

Além disso, podemos perceber que as memórias individuais da ex-aluna da EBA, acabam se juntando a outras memórias e fontes históricas, possibilitando a gênese da 'memória social', de acordo com Catroga (2015). A memória social acaba sendo formada por inúmeras memórias coletivas:

> As memórias colectivas, com as suas pluralidades muitas vezes conflituosas e irredutíveis, comparticipam da memória social, substrato adquirido e matricial que, mesmo quando aquelas se extinguem, permite acreditar na continuidade do tempo social e possibilitar a gênese de novas memórias coletivas e históricas (Catroga, 2015, p. 15).

O momento de euforia vivenciado pelos alunos ingressantes na EBA acabou coincidindo tragicamente com a interrupção abrupta da normalidade na vida cotidiana devido ao golpe civil-militar, possibilitando ampliar as memórias sobre este período no sul do Brasil. Podemos compreender a tentativa de encerrar a comemoração estudantil por parte da instituição como uma medida frente ao contexto de instabilidades que encontrava-se no país naquele momento. A seguir, buscamos abordar algumas transgressões possibilitadas por alunos vinculados à representação estudantil da instituição, através de determinados fatos históricos e da análise de duas fotografias do ano de 1967.

O Diretório Acadêmico Pedro Américo e reações ao conservadorismo vigente

Sabemos que diversas instituições de ensino e universidades tornaram-se alvos de intervenção pelo novo governo golpista, poucas semanas após o golpe militar: "Nas primeiras semanas após o Golpe, várias entidades estudantis sofreram intervenção" (Konrad et al., 2013, p. 70). Na EBA, a situação não foi diferente, visto que essa Escola de Artes no sul do Rio Grande do Sul também acabou sofrendo intervenções ditatoriais. Wilson Marcelino Miranda[8], aluno da Escola entre 1963

8 Wilson Marcelino Miranda ingressou na Escola de Belas Artes em 1962 e graduou-se em Pintura no ano de 1966. Posteriormente cursou Arquitetura na UFRGS, ingressou como professor

e 1966 e presidente do Diretório Acadêmico Pedro Américo durante parte desse período, relata uma invasão no Diretório Acadêmico da EBA:

> A direção vendo o Diretório sem chefia, procurou entusiasmar alguém para assumir a vice direção. Vai me desculpar, mas eu esqueci o nome da diretora [do Diretório Acadêmico] na época. Então, eu fiquei na vice-direção do Diretório Acadêmico, mas posteriormente acabei dirigindo o Diretório, porque a presidente acabou não assumindo na época. O que aconteceu foi uma invasão. Pegaram todos os livros e apontamentos e atiraram tudo no pátio. Quando chegamos lá, na segunda-feira, estava tudo arrebentado. Foi considerado subversivo (Miranda, 2024b, informação verbal[9]).

A representação estudantil foi criada dois anos após a fundação da EBA: "No ano de 1951, foi criado o órgão de representação dos estudantes" (Diniz, 1996, p. 51). Entre o final de 1964 e o início de 1965, o antigo Centro Acadêmico Pedro Américo se adequa a chamada Lei Suplicy de Lacerda (Lei 4.464), implementada com o objetivo de padronizar as representações estudantis em todo o país, com vias a cercear a liberdade de expressão no contexto do movimento estudantil já nos primeiros suspiros da ditadura. No artigo 14 da referida Lei é expresso a proibição de assuntos políticos: "É vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de carácter político-partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares" (Brasil, 1964, p. 1).

Em depoimento presente no livro 'A Escola de Belas Artes', publicado em 2014, o professor aposentado José Antônio Alves Tavares[10] comenta sobre a invasão ao Diretório e menciona uma possível 'queima de arquivo' dos documentos relacionados à representação estudantil da instituição:

na Universidade Federal de Pelotas em 1973 e se aposentou no ano de 2014. É no âmbito da graduação na EBA que os colegas de faculdade Wilson Miranda e Lenir Garcia (posteriormente Lenir de Miranda) iniciam seu relacionamento (Ramos, 2019).

9 Wilson Marcelino Miranda. Entrevista concedida a Guilherme Susin Sirtoli entre abril e maio de 2024. Não publicado.

10 José Antônio Alves Tavares foi aluno da EBA, ingressando na instituição em 1965. Em 1974 ingressou no Instituto de Letras e Artes (ILA) da UFPel como professor de escultura, posteriormente ministrando disciplinas no Curso de Arquitetura e Urbanismo da referida universidade. Passou a fazer parte da Faculdade de Arquitetura, onde se aposentou no ano de 2009.

> [...] sob pressão do 'DOPS' (Departamento de Ordem Política e Social), no período da ditadura militar, foi solicitada à Direção da Escola a queima de todos os documentos, arquivos e registros do Centro Acadêmico Pedro Américo e a extinção do mesmo. Foi então criado o Diretório Acadêmico, presidido pelo meu prezado Wilson Marcelino Miranda (Tavares, 2014, p. 182).

Tanto o relato de Miranda (2024) quanto de Tavares (2014) ressaltam aspectos da repressão ditatorial no âmbito da EBA. O ocorrido na instituição nos ajuda a perceber determinados impactos, exemplo do que ocorreu em outras instituições de ensino e universidades, que, nas semanas após o golpe, passaram a ser monitoradas e invadidas pelo governo militar. Além disso, vale ressaltar o caráter controlador da Lei Suplicy de Lacerda, implementada ainda no primeiro ano de vigência do regime ditatorial, buscando "eliminar a representação estudantil em nível nacional na sociedade, bem como qualquer tentativa de ação política independente por parte dos estudantes" (Lira, 2009, p. 2).

Devemos considerar que a repressão direcionada às entidades estudantis fazia parte de um projeto maior de controle social e político, em que o ambiente acadêmico, por ser um espaço de debate e formação crítica, era considerado uma ameaça ao regime ditatorial. Esses relatos ajudam a perceber determinadas formas de violência simbólica, na medida em que a memória e as narrativas desses movimentos são apagadas ou distorcidas, evidenciando a necessidade de uma memória crítica (Richard, 2010) nos estudos sobre este momento histórico. Assim, aproximamo-nos do conceito de memória crítica, cunhado pela teórica cultural chilena Nelly Richard (1948), que expõe que: "Uma vez evidentes os abusos criminosos da ditadura militar, tornou-se essencial abordar a memória e os usos públicos da história como um campo de problematizações críticas agudas em torno da política da memória" (Richard, 2010, p. 240[11]).

Em 1966, estudantes vinculados ao Diretório Acadêmico criam a Galeria Crítica Nova, uma iniciativa pioneira voltada para uma 'revitalização' da criação artística no âmbito da instituição, possibilitando transgredir determinados cânones e regras academicistas amplamente

11 Do original: "Una vez evidenciados los abusos criminales de la dictadura militar, se volvió indispensable abordar la memoria y los usos públicos de la historia como un campo de agudas problematizaciones críticas en torno a las políticas del recuerdo".

difundidas pela Escola[12]. A iniciativa durou apenas dois anos, até meados de 1968, não sendo possível encontrar indícios que explicam o encerramento da Galeria. Buscando no acervo fotográfico remanescente da EBA, encontramos uma fotografia datada de 1967, vinculada ao Diretório Acadêmico da Instituição (Figura 2). No ano em que a fotografia foi capturada, a Crítica Nova já estava em vigência.

Figura 2: Diretório Acadêmico Pedro Américo. Arquivo digital de referência da Escola de Belas Artes de Pelotas. Coleção EBA. 1967.



Fonte: Fototeca Memória da UFPel (ICH/UFPel).

A imagem em questão retrata três jovens alunas da escola em uma cena que parece ter sido encenada. Presumimos que a imagem possa ter sido cuidadosamente orquestrada, considerando a pose e o ar 'complacente' da imagem. Vemos duas jovens atrás de uma escrivaninha. Elas se encaram sorrindo, enquanto uma das alunas está sentada e

12 A Galeria visava estimular a crítica, como sugere seu nome, e servia ao mesmo tempo como espaço expositivo para os estudantes da EBA e também visava trazer exposições de artistas de outras regiões do Brasil e exterior, com vistas a movimentar a cena artístico-cultural de Pelotas. A Crítica Nova funcionava em uma sala da Escola de Belas Artes de Pelotas, situada na época na R. Marechal Floriano, n. 179.

parece escrever em um livro de atas, possivelmente indicando atividades relacionadas à administração do Diretório Acadêmico. A terceira aluna na imagem está sentada diante da escrivaninha, observando as duas colegas. Estudando sobre a performatividade inerente da linguagem fotográfica, Barrilo (2019) propõe uma reflexão sobre a câmera o sujeito fotografado, expondo que a fotografia é uma criação e presume uma performatividade inerente:

> É na conjunção da necessidade de presença mútua da câmera e o objeto que foi fotografado com um resultado final que é necessariamente uma manipulação do que foi presenciado, onde pode morar, assim, o aspecto trágico da fotografia. Ela não é em sua totalidade evidência porque foi manipulada, por maior estado de crueza em que se apresente. Mas também não aconteceria sem a presença física dos elementos a serem fotografados, por mais que esses elementos não sejam o que parecem ser no resultado final (Barillo, 2019, p. 286).

Além disso, devemos considerar que a fotografia é sempre arbitrária (Sontag, 2004; Dubois, 1993). Segundo Dubois (1993, p. 53), as imagens fotográficas são interpretações-transformações da realidade, ou seja, são passíveis de manifestação de diferentes ideologias através de um sistema de códigos: "qualquer imagem é analisada como uma interpretação-transformação do real, como uma formação arbitrária, cultural, ideológica e perceptualmente codificada", assim, devemos considerar que as fotografias não são neutras. Ao olhar para a fotografia em questão, um pequeno detalhe nos chamou atenção. Ao fundo das duas figuras atrás da escrivaninha, podemos notar um detalhe de um trabalho artístico com estética modernista, destacando-se das representações acadêmicas tradicionais produzidas na EBA.

Embora a imagem pareça ter sido encenada de acordo com as convenções da Escola, o detalhe da obra de arte presente na sala do Diretório Acadêmico ao fundo sugere uma sutil subversão das normas artisticamente estabelecidas pela EBA, relacionando-se com a criação da 'Galeria Crítica Nova' um ano antes e também com questões próprias da juventude do período. Devemos considerar que a década de 1960 protagonizou inúmeras mudanças no âmbito estético-social ao redor do mundo. Tais mudanças estiveram intrinsecamente ligadas à juventude, através dos ideais contraculturais que acabaram se consolidando neste

período. As posturas contraculturais emergem das respostas de uma juventude insatisfeita com os valores conservadores presentes em diversos aspectos da vida social e da cultura em geral:

> Manifestada na Contracultura, a perspectiva crítica se voltou contra os padrões estéticos, comportamentais e políticos vigentes, herdados da tradição, do passado e dos modos de vida impostos pela burguesia e pelas classes médias estadunidenses e europeias entre meados do século XIX e meados do século XX (Napolitano, 2023, p. 10).

As atitudes contraculturais de recusa das normas vigentes no âmbito artístico aparecem presentes em outras imagens do período, como é o caso da fotografia da exposição de final de ano de 1967 (Figura 3). Na imagem, podemos perceber inúmeras pessoas, entre elas estudantes e professores da EBA, bem como demais cidadãos visitando a tradicional exposição de final da Escola. A exposição remete diretamente às práticas das academias de arte que inspiraram a instituição (Santo, 2014), contando com obras desenvolvidas pelos alunos durante o ano e ocorria juntamente com o Prêmio de Estímulo às Artes, instituído desde 1952. Nas pinturas presentes na exposição de 1967, podemos perceber inúmeras 'transgressões' do academicismo. Algumas das obras sugerem traços expressionistas, bem como uma mistura de abstração com figuração, diferenciando-se do que era comumente difundido pela EBA.

Próximo ao lado direito da imagem, ao fundo, podemos perceber a obra 'O Retrato de Ana Luiza Renck Reis' (Figura 4), de autoria do artista e ex-aluno da EBA, Luiz Carlos Mello da Costa[13]. O trabalho foi pintado em 1967 e retratada a jovem artista, à época aluna da instituição, Ana Luiza Renck Reis[14]. Vale ressaltar que ambos artistas

13 Luiz Carlos Mello da Costa (1947-1993) foi um artista pelotense. Ingressou na Escola de Belas Artes de Pelotas no ano de 1962, na qual se graduou em pintura em 1967, recebendo o Prêmio Estímulo às Artes. Em 1968 radica-se no Rio de Janeiro, onde cursou o Atelier Livre do Museu de Arte Moderna do RJ, sob a orientação de Ivan Serpa. Nos anos 1980 volta a residir em Pelotas, onde continuou produzindo. Possui uma extensa obra, que figura coleções públicas e privadas no Rio Grande do Sul e no resto do Brasil.

14 Ana Luiza Renck Reis (1949-1970) foi uma artista pelotense. Era filha da professora Luciana Renck Reis, idealizadora e uma das fundadoras do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (MALG/UFPel). Ex-aluna da Escola de Belas Artes de Pelotas, faleceu precocemente, aos 21 anos de idade, em um acidente de carro entre Brasília e Goiânia. Estava radicada em Brasília para estudar Arquitetura e Urbanismo. Parte de seus estudos e obras remanescentes pertencem hoje ao acervo

integraram a iniciativa da 'Galeria Crítica Nova', em meados de 1966. Na produção do artista, podemos perceber um traço expressionista e um fundo abstrato, sugerindo uma 'ruptura' dos padrões artísticos vigentes na Escola. Além disso, as cores que predominam são tons terrosos e ocre, característicos da pintura do artista neste período (Koch, 2024).

Figura 3: Exposição de 1967. Arquivo digital de referência da Escola de Belas Artes. 1967.



Fonte: Fototeca Memória da UFPel (ICH/UFPel).

da família Renck Reis.

Figura 4. Luiz Carlos Mello da Costa. Retrato de Ana Luiza Renck Reis. Pintura a óleo. 1967.



Fonte: Acervo particular de Delfina Renck Reis.

O artista é um dos importantes nomes contraculturais da arte de Pelotas, mesmo assim, parece não figurar em muitos trabalhos acadêmicos, como sugere Koch (2024). Mello da Costa possuía um estilo próprio e buscava dissidências estéticas em seu trabalho artístico, flertando com os ideais contraculturais do período. Sua produção artística acabou transformando determinadas concepções pré-estabelecidas na sociedade daquele momento histórico, principalmente se nos atentarmos para os

contextos artísticos majoritariamente difundidos na EBA de Pelotas. Em 1968, ajuda a fundar a Feira Hippie de Ipanema[15](Koch, 2024), uma das grandes feiras de arte a céu aberto, sugerindo a afinidade do autor para com os movimentos contraculturais da década de 1960, marcados pela "convergência de várias experiências comportamentais e com a adoção de estilos de vida alternativos" (Napolitano, 2023, p.58). Produziu intensamente até seu falecimento, em meados de 1993.

Perspectivamos que a escolha em retratar Ana Luiza, uma colega que propunha trabalhos com uma linguagem mais modernista no contexto da EBA e também integrante ativa da 'Galeria Crítica Nova', demonstra um diálogo próximo e colaborativo entre os artistas que resistiam ao conservadorismo acadêmico da época. A utilização de tons terrosos e ocres, típicos de outros trabalhos de Mello da Costa desta fase, evidencia uma busca por um distanciamento das práticas estéticas acadêmicas, em diálogo com as posturas contraculturais do período. Ao analisar as imagens, tanto a fotografia quanto a pintura de Mello da Costa, podemos perceber novas posturas e uma tomada de consciência para além do que era amplamente estabelecido. Assim, consideramos que as imagens podem suscitar pensamentos críticos, para além do puramente visual: "a tomada de consciência da realidade oculta e o sentimento de culpa em relação à realidade negada" (Rancière, 2017, p. 30).

Além disso, podemos perceber que a Escola acabou 'absorvendo' esses trabalhos que diferiam do que era majoritariamente endossado neste espaço, uma vez que muitas dessas produções eram exibidas nas exposições anuais da instituição, como mostram as fotografias. Essa prática não apenas evidenciava a diversidade das produções artísticas do período, mas também refletia um momento de efervescência cultural, no qual a EBA se tornava um espaço de experimentação e contestação por parte de alguns jovens artistas, em diálogo com as práticas contraculturais difundidas no Brasil e em outras partes do mundo.

Os trabalhos de Mello da Costa, evidentes nas imagens, acabam posicionando o artista, junto de outros colegas, como uma figura

15 A Feira Hippie de Ipanema ocorre desde meados de 1968 na Praça General Osório, situada no bairro de Ipanema (RJ). A praça tornou-se um ponto de encontro para artistas e artesãos, principalmente hippies e mochileiros que vinham de diversas partes do Brasil e do mundo envolvidos com o movimento Hippie da época. Desde 1990 é tombada como patrimônio imaterial da cidade do Rio de Janeiro.

importante na redefinição de determinados caminhos da arte pelotense durante o período ditatorial, possibilitando reflexões sobre o conservadorismo vigente. Isso diz respeito não apenas às transformações propostas pelos estudantes da EBA de Pelotas, mas também a questões maiores, que se estendiam para além dos muros da instituição.

As fotografias da EBA, dessa forma, podem atentar para outras imagens e fontes, expandindo determinados conhecimentos que dizem respeito somente à instituição, mas também sobre os contextos históricos e sociais em que a mesma estava inserida, considerando o contexto ditatorial que pairava no país. Ao olharmos com atenção para as fotografias, podemos perceber detalhes que poderiam passar despercebidos à primeira vista. Entre tais detalhes, citamos determinadas formas e composições visuais, postura de determinados sujeitos e outros elementos que podem sugerir questões ocultas, para além do que está visível. Essas fotografias funcionam como documentos visuais que registram não apenas os eventos e os atores envolvidos, mas também os traços sutis de resistência, adesões e acomodações durante a ditadura, sendo estas categorias propostas por Motta (2021).

A visita de um Ministro da ditadura: benefícios para EBA e federalização à vista

Sabemos que, ao lidarmos com o contexto da ditadura civil-militar brasileira, o silêncio frequentemente se torna predominante. Muitas pessoas ainda estão traumatizadas pela repressão e violência que marcaram esse período nefasto de nossa história. Esse silêncio, no entanto, não é apenas uma ausência de voz; ele pode resultar na imposição de uma memória coletiva oficial que muitas vezes reflete a narrativa que o Estado deseja comunicar como 'história'. Essa narrativa oficial pode simplificar ou até mesmo distorcer a complexidade das experiências vividas por aqueles que sofreram as consequências da repressão, criando um espaço onde as vozes dissonantes e as memórias individuais são silenciadas. Segundo Pollak (1989):

> A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária

> ou o Estado desejam passar e impor. Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado (Pollak, 1989, p. 6).

A forma como lembramos ou esquecemos eventos históricos pode ser influenciada pelas condições sociais e políticas atuais. Assim, buscamos através das imagens, perceber determinadas narrativas que podem ter ficado 'eclipsadas' durante décadas. Em 1969, ocorreu uma solenidade oficial no âmbito da EBA: a condecoração de Sócio Benemérito da Escola de Belas Artes ao então Ministro da Educação e Cultura, Tarso Dutra (Figura 5). Na imagem, podemos observar cerca de 12 pessoas, figuras masculinas e duas mulheres em evidência. Os trajes, tanto dos homens quanto das mulheres, parecem atentar para a formalidade da situação. No centro da imagem, destaca-se o então Ministro da Educação e Cultura Tarso Dutra. Ao lado esquerdo de Dutra, é possível identificar D. Marina de Moraes Pires, utilizando um vestido estampado. O homem vestindo trajes claros é o presidente da EBA, o vereador e jornalista Jaime Wetzel[16]. Do lado direito encontram-se o professor e escultor Antônio Caringi e a professora Luciana Renck Reis.

Dutra, nascido em Porto Alegre, foi advogado e político (PSD, Arena, PDS). O político foi previamente deputado estadual pelo Rio Grande do Sul e foi eleito deputado federal já durante o governo ditatorial. Assim, devemos considerar que este foi um período de recrudescimento da ditadura, onde as perseguições e a censura foram intensificadas. Foi na gestão do Ministro Dutra em que o MEC teve um forte controle das universidades e travou inúmeros embates violentos contra o movimento estudantil brasileiro (Timm, 2023).

16 Jaime Gonçalves Wetzel foi vereador na cidade de Pelotas, presidente da Câmara Municipal no período 1956-1959. Esteve à frente da presidência da instituição Escola de Belas Artes durante cerca de 12 anos. Vale destacar que a instituição era organizada através de uma presidência e uma diretoria, cujas funções se alicerçam mutuamente. Para mais, veja: LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mario Osório (orgs.). Dicionário de História de Pelotas. Universidade Federal de Pelotas, 2017.

Figura 5: Solenidade de entrega de diploma de sócio benemérito a Tarso Dutra. Arquivo digital de referência da Escola de Belas Artes. 1969.



Fonte: Fototeca Memória da UFPel.

Juntamente com Jarbas Passarinho[17], entre outros ditadores, foi um dos signatários do fatídico Ato Institucional N.5 (AI-5) de 1968[18], promulgado um ano antes da cerimônia na EBA, durante o governo Costa e Silva. Ressaltamos que Jarbas Passarinho e o ditador que sucedeu Costa e Silva, o general Emílio Médici foram outorgados como doutores honoris causa pela UFPel e recentemente tiveram seus títulos cassados. A Universidade Federal de Pelotas, em março de 2024, através de Ata do Conselho Universitário (Consun) resolveu "cassar os títulos de Doutor Honoris Causa dos ditadores Jarbas Gonçalves Passarinho e Emílio Garrastazu Médici" (UFPel, 2024, p. 2), de modo a ressignificar a memória da instituição, em busca de verdade e justiça. Esse fato

17 Jarbas Gonçalves Passarinho foi coronel do Exército Brasileiro. Apoiador do golpe civil-militar de 1964, foi nomeado a ocupar diversos cargos de destaque no período da ditadura, entre eles governador do Pará, senador e ministro do Trabalho, da Educação e da Previdência Social.

18 O AI-5 foi um instrumento jurídico que suspendeu as liberdades políticas no país e intensificou o autoritarismo do governo ditatorial.

acabou sendo significativo e acabou gerando a instituição da Comissão Universitária da Verdade da UFPel[19], em abril do mesmo ano.

A UFPel havia sido criada no mesmo ano em que a EBA condecorou Dutra, em meados de 1969, e podemos perceber que a homenagem foi motivada por questões intrínsecas aos interesses da Escola. Em março ocorre a homenagem e no mês seguinte a EBA já entrou em contato para solicitar a inclusão da instituição nas unidades agregadas à recém criada UFPel: "O título a lhe ser outorgado seria o de Sócio Benemérito (Ata no. 68). Um mês depois, a diretoria da Escola solicitou ao Ministro a inclusão da Escola de Belas Artes D. Carmen Trápaga Simões às entidades agregadas à Universidade (Magalhães, 2013, p. 147).

As menções a Tarso Dutra aparecem em diferentes Atas da Direção da Escola de Belas Artes. Ainda em 1964, quando Dutra já era deputado federal, o presidente da EBA, Jaime Wetzel, comunicou que "[...] havia encaminhado ao Deputado Tarso Dutra um detalhado e fundamentado expediente, pleiteando a inclusão da "EBAP" na Universidade do Sul do Estado, projeto dêsse preclaro representante do Rio Grande do Sul na Câmara Federal" (Eba, 1964b, s/p). Após isso, D. Marina expõe que desde meados de 1964 já era pensada a agregação da EBA à 'futura' universidade federal: "Pedindo a palavra a Sra. Marina Moraes Pires comentou a oportunidade e relevância da ideia da criação da entidade congregadora das Escolas Superiores desta zona e a conveniência de se conseguir o interesse do eminente homem público" (Eba, 1964b, s/p).

Ao analisar o documento e perceber atentamente a fotografia da solenidade de 1969, que ressalta a importância do ministro da ditadura no âmbito da EBA, podemos conjecturar que a influência política já estava diretamente presente nas decisões e direcionamentos da instituição. No mesmo ano do golpe militar no Brasil, já é evidente o esforço da direção da EBA em se articular com Dutra, que, além de deputado federal, possuía forte atuação nos círculos políticos do Rio Grande do Sul do Brasil ditatorial. O presidente da EBA, Jaime Wetzel, ao enviar um expediente a Dutra, demonstra a tentativa de alinhar os interesses da Escola com os projetos políticos do parlamentar, que já estava envolvido na criação da Universidade do Sul do Estado. As atas

19 Para mais, ver: UFPel institui Comissão Universitária da Verdade: https://ccs2.ufpel.edu.br/wp/2024/04/12/ufpel-institui-comissao-universitaria-da-verdade/.

sugerem, portanto, um contexto de possível dependência institucional em relação ao poder político. A figura de Tarso Dutra emerge como um mediador entre os interesses educacionais da EBA e o novo cenário político instaurado pelo regime ditatorial.

Podemos observar, através da solenidade institucional, bem como através das menções ao Ministro nas Atas da EBA que a atitude da Escola em condecorar o Ministro estava alinhada ao interesse de integrar a EBA à UFPel. Devemos ter em mente que a ditadura foi um período complexo na história brasileira, assim, práticas que envolvem resistências, acomodações ou adesões às imposições do governo autoritário não eram algo simples. Quando estudamos se alguma instituição ou sujeito aderiu, resistiu ou se acomodou à ditadura, primeiramente devemos considerar que as classificações em si são extremamente complexas, como destaca Motta (2021): "Naturalmente, algumas pessoas e instituições promoveram ações classificáveis em dois ou mesmo nos três tipos, em momentos diferentes ou simultaneamente - reiterando que havia também os indiferentes e excluídos" (Motta, 2021 p. 152).

Além disso, muitas das adesões à ditadura não estavam diretamente relacionadas à identificação com as formas repressivas e conservadoras do governo autoritário, mas sim, a modos de sobrevivência frente ao contexto e as dificuldades que se apresentavam: "Muitas pessoas evitaram os polos e procuraram maneiras de se acomodar, sem que isso significasse, a seus olhos, compromisso com a ditadura" (Motta, 2021, p. 166). No caso da EBA de Pelotas, essa situação é ainda mais complexa. Sabemos que a instituição enfrentava constantes dificuldades financeiras, situação que a tornava vulnerável e dependente das decisões políticas do momento (Magalhães, 2013).

Segundo Michelon (2014), a própria insustentabilidade da EBA, após o início do funcionamento do Instituto de Artes da UFPel em meados de 1971, foi um dos fatores que ajudou sua absorção federal. Em 1972, D. Marina se exonera do cargo de diretora da EBA e alguns meses depois "consumou-se a fusão pela qual o Instituto de Artes absorveu a Escola de Belas Artes" (Michelon, 2014, p. 125). Logo, podemos perceber que as adesões ao regime ditatorial não podem ser compreendidas apenas como um fenômeno de apoio à ditadura, mas como um reflexo das pressões sociais, econômicas e institucionais,

evidenciando a complexidade das ações que moldaram as decisões dentro da EBA.

Considerações Finais

De acordo com Richard (2010), buscamos construir uma memória crítica da Escola de Belas Artes de Pelotas, ressaltando a importância de revisitarmos a história da EBA, entendendo-a não apenas como uma instituição educacional, mas como um espaço onde se cruzavam diferentes âmbitos da arte, política e luta pela sobrevivência em tempos repressivos. A ditadura no país impactou inúmeras instituições, reverberando em seus cotidianos, como se mostra evidente ao estudarmos o caso da Escola de Belas Artes, no sul do país.

Ao nos voltarmos para as imagens e demais fontes históricas, podemos perceber que tais registros podem acabar sendo ignorados em seus contextos. Sabemos que as imagens são capazes de comunicar, não sendo percebidas enquanto meros testemunhos ou pedaços do passado, mas sim enquanto elementos ativos na construção de uma memória que desafia determinadas narrativas oficiais e hegemônicas. Embora muitos indivíduos afirmem que "aqui não houve ditadura" ou que "não sentimos nenhum impacto da ditadura", as análises demonstram o contrário. Por meio das análises de fotografias em conjunto com outros documentos tais como atas, memorandos, entrevistas e demais menções que surgiram no contexto da EBA, é possível identificar as tensões entre os jovens artistas, os professores e o conservadorismo dominante, revelando diferentes formas de ação e posicionamento dentro desses cenários.

Ao reconhecer a importância de revisitar criticamente o passado para compreender as complexidades inerentes aos tempos de opressão em regiões distantes do Sudeste brasileiro, podemos refletir sobre os impactos e reações à ditadura civil-militar brasileira. Dessa forma, se faz possível expandirmos nossos conhecimentos sobre esse contexto, que é fundamental para entendermos nosso presente, especialmente diante da ascensão de partidos e políticos de extrema-direita no mundo. Assim, a Escola de Belas Artes de Pelotas não apenas refletiu as transformações políticas e sociais, mas também se tornou um espaço de contestação e acomodação de interesses, mantendo relações significativas com o presente brasileiro.

Referências

BARILLO, Maíra. Fotografia ficção: sobre a fotografia de performances e performatividades. **Conceição**. v.8, n.2. jul-dez 2019. pp.276-297.

BRASIL. **Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964**. Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos estudantes e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 1964. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4464-9-novembro-1964-376749-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 16 de set. de 2024.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**. São Paulo: Edusp, 2007.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: As Artes de Fazer (vol. 1). Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

CONRAD, Sebastian. **O que é a História Global?** Lisboa: Edições 70. 2016

DE VITO, Christian G, (2020), Por uma micro-história transnacional (micro-spatial history). In: VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre (orgs). **Micro-história**: um método em transformação. São Paulo: Letra e Voz, 2020. pp.101-120.

DIAS, Katia Helena Rodrigues. **Fotografias para memória**: a Escola de Belas Artes de Pelotas através do seu acervo documental (1949-1973). Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural). Instituto de Ciências Humanas: Universidade Federal de Pelotas, 2012.

DINIZ, Carmen Regina Bauer. Escola de Belas Artes: Sistematização e desenvolvimento do ensino da arte em Pelotas. In: SANTO, Anaizi Cruz Espírito; DINIZ, Carmen Regina Bauer. MAGALHÃES, Clarice Rego (orgs). **A Escola de Belas Artes de Pelotas**: Memória e História. Pelotas: Editora da UFPel, 2014. pp.58-81.

DUBOIS, Philippe. **O Ato Fotográfico e Outros Ensaios**. Campinas: Papirus, 1993.

ESCOLA DE BELAS ARTES (EBA). **Ata n.38 de 11 de abril de 1964.** Livro de Atas da Direção da Escola de Belas Artes de Pelotas. 1964a. Fundo Arquivístico Escola de Belas Artes. Acervo do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo. Documento não publicado.

ESCOLA DE BELAS ARTES (EBA). **Ata n. 41 de 20 de novembro de 1964**. Livro de Atas da Direção da Escola de Belas Artes de Pelotas. 1964b. Fundo Arquivístico Escola de Belas Artes. Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo. Documento não publicado.

ESCOLA DE BELAS ARTES (EBA). **Cópia de ofício enviado do Deputado Ary Rodrigues Alcântara, datado de 7 de maio de 1965.** 1965. Fundo Arquivístico Escola de Belas Artes. Acervo do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (MALG). Documento não publicado.

FERRARA, Lucrécia D.'Aléssio. **Leitura sem palavras**. São Paulo: Editora Ática. 1993.

FRANCO, Janice Pires Corrêa. **Memórias de Marina**. Pelotas: Editora Mundial. 2008.

KOCH, Jandiro Adriano. **Mello da Costa:** adeus à pudicícia. Jornal MATINAL. 19 de set. de 2024. Disponível em: https://www.matinaljornalismo.com.br/parentese/ensaio-parentese/mello-da-costa-adeus-a-pudicicia/. Acesso em 30 de set. de 2024.

KONRAD, Diorge Alceno; LAMEIRA, Rafael Fantinel; LIMA, Mateus da Fonseca Capssa. Ditadura Civil-Militar e Historiografia: Repressão e Resistência no Rio Grande do Sul. In: PADRÓS, Enrique Serra (org.). **Cone Sul em Tempos de Ditadura**: reflexões e debates sobre a História Recente. Porto Alegre: Evangraf - UFRGS. 2013. pp.49-82.

LEVI, Giovanni. 30 anos depois: repensando a Micro-História. In: VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre de Oliveira; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (Ed.)**. Ensaios de micro-história, trajetórias e imigração**. Oikos Editora, 2016. p.18-31.

LEVI, Giovanni. Micro-história e história global. In: VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre (orgs). **Micro-história**: um método em transformação. 1a. Ed. São Paulo: Letra e Voz, 2020.

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. Reflexões sobre a legislação de educação durante a ditadura militar (1964-1985). **Histórica** – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, nº 36, 2009. pp.1-10. Disponível em: http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao36/materia01/#:~:text=A%20Lei%20n%C2%B0%204.464,dos%20Estudantes%20(DCE)%2C%20no. Acesso em 24 de set. de 2024.

MAGALHÃES, Clarice Rego. **A Escola de Belas Artes de Pelotas** (1949-1973): Trajetória institucional e papel na História da Arte. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas. 2013.

MICHELON, Francisca Ferreira. A Meta da Federalização e o Ingresso da Escola de Belas Artes na Universidade Federal de Pelotas. In: SANTO, Anaizi Cruz Espírito; DINIZ, Carmen Regina Bauer. MAGALHÃES, Clarice Rego. **A Escola de Belas Artes de Pelotas**: Memória e História. Pelotas: Editora da UFPel, 2014. pp.118-129.

MIRANDA, Lenir de. **Relato concedido a Guilherme Susin Sirtoli em 25 de set. de 2024**. 2024a. Não publicado.

MIRANDA, Wilson Marcelino. **Relato concedido a Guilherme Susin Sirtoli entre abril e maio de 2024.** 2024b. Não Publicado.

MIRZOEFF, Nicholas. **How to see the world**: an introduction to images, from self-portraits to selfies, maps to movies, and more. Reino Unido: Pelican Books. 2015.

MIRZOEFF, Nicholas. The subject of visual culture. in: MIRZOEFF, Nicholas (org). **The Visual Culture Reader**. Londres: Routledge. 2002. pp.3-23.

MITCHELL, William John Thomas. Mostrar o ver: Uma crítica à cultura visual. **Interin**, vol. 1, núm. 1, 2006, pp.1-20

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes:** o golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2021.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2018.

NAPOLITANO, Marcos. **Juventude e Contracultura**. São Paulo: Contexto, 2023.

POLLAK, Michael. Memória, silêncio, esquecimento. **Estudos históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RAMOS, Paula. Cronodisseia de Lenir de Miranda, uma aprendiz de sinais. In: CATTANI, Icleia Borsa; RAMOS, Paula (orgs). **Lenir de Miranda**: Pintura Périplo - Odissey Painting. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2019. pp.45-179.

RANCIÈRE, Jacques. **O espectador emancipado**. São Paulo: WMF Martins Fontes. 2017.

RICHARD, Nelly. **Crítica de la Memória (1990-2010).** Santiago: Ediciones Universidad Diego Portales, 2010.

SANTO, Anaizi Cruz do Espírito. As Exposições Anuais da Escola de Belas Artes. In: SANTO, Anaizi Cruz Espírito; DINIZ, Carmen Regina Bauer. MAGALHÃES, Clarice Rego (orgs). **A Escola de Belas Artes de Pelotas**: Memória e História. Pelotas: Editora da UFPel, 2014. pp.96-117.

SONTAG, Susan. **Sobre Fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

TAVARES, José Antônio. Depoimento concedido sobre a EBA em 2010. In: In: SANTO, Anaizi Cruz Espírito; DINIZ, Carmen Regina Bauer. MAGALHÃES, Clarice Rego (orgs). **A Escola de Belas Artes de Pelotas**: Memória e História. Pelotas: Editora da UFPel, 2014. pp.182-186.

TIMM, Paola Robaski. **As representações acerca dos(as) jovens no discurso do ministro da Educação e Cultura Tarso Dutra (1967-1968)**. Monografia (Graduação em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2023.

Universidade Federal de Pelotas. Conselho Universitário. **Resolução nº 112, de 04 de setembro de 2024.** Cassa os títulos honoríficos de Doutor Honoris Causa concedidos a Emílio Garrastazu Médici e a Jarbas Gonçalves Passarinho. Pelotas: Conselho Universitário (Consun), 2024. Disponível em: https://ccs2.ufpel.edu.br/wp/wp-content/uploads/2024/09/SEI_23110.035867_2023_39.pdf. Acesso em 30 de set. de 2024.

Agradecimentos

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa concedida em nível de doutoramento, possibilitando o desenvolvimento e a escrita deste trabalho.

REGISTROS FOTOGRÁFICOS DO HOTEL SPERB EM TRAMANDAÍ (1900-1930)

Lilian Oliveira Trevisan Lima[1]

Introdução

A relação das sociedades ocidentais com a praia como é realizada na atualidade é tão internalizada no imaginário das pessoas que por muitas vezes é encarada como algo da própria natureza humana. Contudo, assim como todo e qualquer aspecto cultural, ela também é uma invenção (Wagner, 2017). Antes do século XVIII, o pavor dominava o entendimento ocidental acerca do mar, a imensidão das águas remetia a punição divina aos pecadores, como já referenciado na Bíblia com o fenômeno do Dilúvio (Corbin, 1988). Isto posto, a contribuição teórica de Alain Corbin para esse trabalho é fundamental, sobretudo no que diz respeito ao que ele definiu como "invenção da praia" no último capítulo de seu livro "O território do Vazio: a praia e o imaginário ocidental" (1989).

Todavia, a Inglaterra pós-Revolução Industrial viveu o avanço de enfermidades como a histeria, a ansiedade e a melancolia dentre a elite

1 Mestranda (CAPES) no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Graduada em História Licenciatura pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Lattes: http://lattes.cnpq.br/1318188903018957. ORCID: https://orcid.org/0009-0002-4283-4102. E-mail: lilianotl@hotmail.com

e, na tentativa combater essas patologias, diversos médicos ingleses passaram a prescrever banhos terapêuticos como uma alternativa de tratamento (Freitas, 2007, p. 109). Esse discurso científico, impulsionado pela aristocracia e burguesia ascendente, fez com que ir ao litoral passasse a ser uma necessidade para quem buscasse reafirmar seus valores sociais (Ferreira, 2012, p. 47), fato que impulsionou o desenvolvimento da vilegiatura[2] marítima. Perante a esse contexto, houve a necessidade das primeiras estações de cura precisaram se adaptarem aos padrões de vida da elite aristocrática, fazendo com que fossem construídos hotéis que eram muito mais do que um lugar de estadia, mas também espaços de sociabilidade e de prolongamento do lazer proporcionado pelo banho de mar (Enke, 2013, p. 128).

O fato de a vilegiatura ter surgido como uma atividade destinada a uma elite culta e viajada foi essencial para que ela rompesse as fronteiras da Inglaterra e se espalhasse por toda a Europa (Briz, 2007). Os imigrantes europeus estimularam a sua difusão para o restante do mundo ocidental, inclusive para o Brasil. No litoral do Rio Grande do Sul essa prática desenvolveu-se a partir do século XIX, quando médicos europeus que imigraram para o Brasil e médicos brasileiros que se formaram na Europa passaram a recomendar os banhos de cura em águas marítimas, assim como já ocorria no outro continente desde o século anterior (Schossler, 2010).

Assim como ocorreu na Europa, o primórdio da vilegiatura no litoral norte rio-grandense também está diretamente relacionado ao surgimento de hotéis nos primeiros destinos escolhidos pelos veranistas. Portanto, o presente trabalho tem como objetivo analisar o papel que o Hotel Sperb e o ramo hoteleiro desempenharam no desenvolvimento do veraneio em Tramandaí nas três primeiras décadas do século XX. A análise ocorreu sobretudo a partir fotografias que retratam o Hotel Sperb entre os anos de 1900 e 1930, pertencentes ao acervo do Museu Histórico Municipal Professora Abrilina Hoffmeister (MHMPAH), estas que foram analisadas seguindo metodologia histórico-semiótica proposta por Ana Maria Mauad (Mauad, 1996). Um dos principais passos dessa metodologia é acomodar as fotografias utilizadas como fontes em séries fotográficas separadas por suas características e

2 Temporada que se passa fora das grandes cidades, geralmente no campo ou na praia.

obedecendo uma cronologia (Mauad, 2008). Ao refletir sobre séries iconográficas enquanto fontes históricas, Ulpiano Meneses salienta que:

> As séries iconográficas (porque é com séries que se deve procurar trabalhar, ainda que se possam ter imagens singulares que funcionem como pontos de condensação de séries ideais) não devem constituir objetos de investigação em si, mas vetores para a investigação de aspectos relevantes na organização, funcionamento e transformação de uma sociedade. Dito com outras palavras, estudar exclusiva ou preponderantemente fontes visuais corre sempre o risco de alimentar uma "História Iconográfica", de fôlego curto e de interesse antes de mais nada documental. Não são pois documentos os objetos da pesquisa, mas instrumentos dela: o objeto é sempre a sociedade (Meneses, 2003, p. 27-28).

De acordo com Lopes (2022, p. 22), "os registros fotográficos atestam a materialidade de um passado" e segundo Kossoy (2008, p. 41) "o ato do registro, ou o processo que deu origem a uma representação fotográfica, tem seu desenrolar em um momento histórico específico". Nesse sentido, as fotografias se tornam um instrumento para o estudo do veraneio em Tramandaí entre os anos de 1900 a 1950, sendo essa sociedade desenvolvida ali, durante os meses de verão, o objeto dessa investigação histórica.

Visando alcançar o objetivo proposto, as principais fontes utilizadas foram fotografias que retratam o Hotel Sperb entre os anos de 1900 e 1930, pertencentes ao acervo do Museu Histórico Municipal Professora Abrilina Hoffmeister, além de edições do jornal Correio do Povo correspondentes ao período analisado, disponíveis no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Por fim, ainda foram utilizadas como fonte algumas edições do jornal *Correio do Povo*[3] correspondentes ao período analisado, disponíveis no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

3 É importante ressaltar que as publicações são apenas fontes auxiliares, utilizadas para melhor entendimento do contexto histórico, político, social e cultural no qual as fotografias — principais fontes dessa pesquisa — foram produzidas

Hotelaria e sociabilidade nos primórdios da vilegiatura marítima

A cidade inglesa de Brighton foi um dos primeiros locais equipados para receber os primeiros praticantes da vilegiatura marítima, prática que inicialmente era reservada à elite, fazendo com que essa cidade e as demais pioneiras da vilegiatura tivessem que se adaptar aos padrões de vida exigido pelas classes mais altas. Para Brighton receber os primeiros vilegiaturistas, foram construídos locais indispensáveis para as pessoas "civilizadas"[4], como capelas, bibliotecas, teatros e cassinos (Briz, 2007). Além disso, os hotéis também tiveram um papel fundamental nesse período, sendo os espaços que protagonizavam a maioria dos encontros sociais que ocorriam fora das águas. Os dois principais estabelecimentos de Brighton eram o *Castle Hotel*, fundado em 1776, e o *Oldship*, instalado no ano seguinte. Esses locais possuíam salões de baile, galerias e salas de jogos de cartas que entretinham os hóspedes durante as noites (Corbin, 1989), fazendo com que os hotéis se transformassem em ambientes destinados ao prolongamento do lazer proporcionado pelo banho de mar (Enke, 2013). Assim, em paralelo aos banhos de mar, ocorria a construção da sociabilidade[5] nos hotéis, como espaços mediadores dessa interação.

4 Para Nobert Elias, em seu livro "O Processo Civilizador – Vol. 1: uma história dos costumes", o conceito de "civilização" está diretamente relacionado com a maneira como o Ocidente compreende a si mesmo, ou seja, ele se apresenta em oposição a outras sociedades que para os ocidentais são consideradas "incivilizadas" (Elias, 1994, p. 23). Ainda, Jean Starobinski destaca em "As máscaras da civilização: ensaios" (2001) que na Idade Moderna esse conceito passa a ser empregado para definir a ação de civilizar ou de corrigir costumes numa sociedade (Starobinski, 2001, p.12). Por fim, Bruno Nery do Nascimento salienta em sua dissertação de mestrado que ser considerado "civilizado" no entendimento moderno era relativo a alguns hábitos como o cuidado com a higiene, a saúde e a beleza e a prática de atividades ao ar livre, como o banho de mar (Nascimento, 2016, p. 21).

5 De acordo com Georg Simmel, a sociabilidade pode ser entendida como uma "forma autônoma ou forma lúdica da sociação" (Simmel, 2006, p. 63) e nesse fenômeno, as no fenômeno da sociabilidade, as "formas de sociação são acompanhadas por um sentimento e por uma satisfação de estar justamente socializado, pelo valor da formação da sociedade enquanto tal" (Simmel, 2006, p. 64). Jean Baechler define "a capacidade humana de estabelecer redes, através das quais as unidades de atividades, individuais ou coletivas, fazem circular as informações que exprimem seus interesses, gostos" (Baechler,1995, p. 66). Finalmente, contextualizando no campo da História, Maurice Agulhon compreende sociabilidade como "a capacidade especial para viver em grupos e consolidar os grupos pela constituição de associações voluntárias" (Agulhon, 1988, p. 61, grifos do autor).

Assim como ocorrido na Europa, os primórdios dessa prática no Brasil também estiveram diretamente relacionados ao ramo hoteleiro. No ano de 1906, o antropólogo Edgard Roquette-Pinto passou por Tramandaí, cidade localizada no litoral norte do Rio Grande do Sul, durante uma excursão pelo litoral e região das lagoas desse estado, realizada a mando do Museu Nacional. Como era costume entre cientistas em excursão, e mesmo outros viajantes, Roquette-Pinto registrou aspectos importantes das localidades por onde passou em um diário de viagem, no qual destacou alguns pontos que chamaram sua atenção no município, como a dificuldade que ele teve de encontrar transporte entre a capital e o litoral porque a temporada de veraneio ainda não tinha se iniciado (Roquette-Pinto, 2012, p. 103).

Acerca do ramo hoteleiro que vinha adentrando o município, Roquette-Pinto destacou que durante sua passagem por Tramandaí ele se deparou com dois hotéis, ambos construídos por paredes de tábuas e tetos de palha (Roquette-Pinto, 2012). Apesar de não citar o nome desses estabelecimentos, ele destaca que ficou hospedado naquele de propriedade de Leonel Pereira de Sousa, que além de hoteleiro também era proprietário do principal estabelecimento de preparo do peixe para a exportação (Roquette-Pinto, 2012). Sabe-se que esse hotel era denominado como Hotel da Saúde, enquanto o outro empreendimento era o Hotel Sperb, de propriedade de Jorge Eneas Sperb, um imigrante alemão que residia na cidade de São Leopoldo (Schossler, 2010). As fontes demonstram que nas últimas décadas do século XIX e primeiras do XX, o serviço de transporte de Porto Alegre e região para o litoral norte estava diretamente relacionado com os hotéis — sendo na grande maioria das vezes de responsabilidade dos próprios hoteleiros (Schossler, 2010). Somando essa informação ao fato de que esses empreendimentos geralmente funcionavam apenas de dezembro a março (*Correio do Povo*, 5 de janeiro de 1922, p. 9), explica-se não apenas o motivo de Roquette-Pinto não ter conseguido com facilidade se locomover para Tramandaí fora da temporada de veraneio, como também a importância dos hotéis para a manutenção dessa atividade.

Registros fotográficos do Hotel Sperb e o acervo do Museu Histórico Municipal Professora Abrilina Hoffmeister

Anteriormente a popularização dos hotéis, os veranistas que se dirigiam a Tramandaí não encontravam um local preparado para recebê-los, fazendo-se necessário que levassem consigo tudo o que fosse preciso para passar sua estadia e até mesmo que construíssem lá as suas moradias temporárias. Além do mais, não havia ainda uma estrada que ligasse a capital ao litoral norte, fazendo com que a viagem fosse realizada por caminhos e trilhas e conduzida por guias que conheciam a região. O trajeto era realizado em caravanas que seguiam em carretas de boi e mais tarde em carroções puxados por cavalos, algumas levando as pessoas e outras levando os mantimentos. Como a viagem de Porto Alegre até Tramandaí nessa época levava cerca de oito dias, os viajantes precisavam pernoitar em estabelecimentos localizados durante o percurso (Soares, 2008). Foi a partir dessa demanda que começaram a surgir nessa região os primeiros estabelecimentos hoteleiros, estes que também estavam ligados ao primado terapêutico, como o próprio nome do Hotel da Saúde — primeiro empreendimento do município, fundado em 1888 — sugere.

Um ano após a fundação do Hotel da Saúde, o Hotel Sperb se estabeleceu em Tramandaí. Jorge Eneas Sperb, proprietário desse hotel, já trabalhava há quase uma década com a produção de carroças e, dessa maneira, observou uma alta procura das carroças para a viagem até o litoral, identificando a necessidade que os veranistas tinham de mais estabelecimentos hoteleiros nas cidades do litoral norte rio-grandense (Schossler, 2010).

Dessa maneira, primeiro conjunto fotográfico (Figura 1) apresenta dois registros de meios de transporte utilizados pelo Hotel Sperb para a locomoção de Porto Alegre para Tramandaí. Na primeira fotografia é possível identificar as condições do caminho que era percorrido, uma vez que nesse momento ainda não existiam estradas que ligavam a capital ao litoral, sendo a viagem realizada por caminhos precários (Schossler, 2010), fazendo com que fosse necessário que os veículos fossem puxados por animais para facilitar a travessia de determinadas localidades nas quais existia água e/ou lama. Ainda, esse registro fornece uma informação de extrema relevância e que, infelizmente, não é encontrada

na maioria das fotografias do acervo do MHMPAH: a identidade não somente das pessoas fotografadas, mas também do fotógrafo que registrou esse momento. Assim, de acordo com a legenda presente na imagem, essa fotografia de Jorge Eneas, proprietário do Hotel Sperb, sua esposa Elizabetha e seus filhos Waldemar, Josefina Guilhermina, Elza e Adolfina, foi tirada pela sua filha Alzira.

A segunda imagem do primeiro conjunto retrata a chegada ao Hotel Sperb. Nesse registro de 1918, um grupo de pessoas — incluindo os seis filhos do proprietário do hotel — posa junto a um ônibus, no qual tanto o nome do Hotel Sperb quanto o do munícipio de Tramandaí estão gravados na lataria. Homens, mulheres e crianças aparecem muito bem arrumados, trajando desde vestidos longos até ternos completos com gravata e chapéu — roupas que provavelmente foram escolhidas meticulosamente para esse momento.

Figura 1: Meios de transporte utilizados pelo Hotel Sperb



Fonte: Museu Histórico Municipal Professora Abrilina Hoffmeister.

O plano de fundo dessa fotografia é por uma construção em madeira, provavelmente o salão principal do hotel, permitindo ver dois homens e uma mulher pousados em pé em uma das portas. A mulher veste uma camisa branca com o que parece ser um avental escuro por cima, ao passo que os dois rapazes estão vestidos de maneira idêntica: camisas brancas

sem casaco por cima e gravata borboleta escura. Levando em conta a indumentária e a posição na qual essas pessoas se colocam na imagem: ao fundo dos hóspedes, quase mesclados na construção, como se fossem um elemento da paisagem, elas possivelmente eram funcionárias do hotel.

Já o segundo conjunto (Figura 2) apresenta um conjunto de duas fotografias da fachada do Hotel Sperb. O primeiro registro provavelmente é de um dia considerado especial, talvez o primeiro ou o último da temporada, talvez um feriado ou festividade, o que justifica a necessidade de um número tão grande de hóspedes se reunirem, utilizando roupas elegantes, em frente à fachada do hotel para eternizar esse dia em uma fotografia. Algumas das pessoas estão posicionadas na construção do hotel, tanto na varanda do primeiro andar, quanto na do segundo. Existem dois aspectos que aparecem nessa fotografia que levantam a hipótese de que esse edifício é o principal do hotel, que abrigava a administração e salão de refeições, por exemplo. O primeiro é o fato de esse ter sido o cenário escolhido para o registro desse grande número de hóspedes, enquanto o segundo diz respeito a características arquitetônicas dessa construção, como o fato dela ter dois andares, e também ser bem maior e construída de maneira diferente dos chalés que se encontram ao seu lado, esses que eram as acomodações das famílias de veranistas.

O restante das pessoas está disposto no gramado em frente ao hotel, algumas em pé e outras sentadas no chão ou em cadeiras de madeira. Os hóspedes encontram-se em fileiras — o que permitiu que todos tenham sido captados pela câmera —, com as crianças sendo as que estão mais à frente, uma estratégia para que elas apareçam melhor na fotografia. Ainda, é possível notar um grupo de seis homens sentados na primeira fileira, um pouco afastados das demais pessoas, e cada um deles segurando um instrumento musical em suas mãos, o que indica que provavelmente eles formam um grupo musical. Esse fato ainda é reforçado pelos anúncios do Hotel Sperb no Correio do Povo, os quais apontavam que uma orquestra se apresentava para os hóspedes durante as refeições (Correio do Povo, 29 de dezembro de 1921, p. 13). É imprescindível destacar que o homem sentado na ponta direita desse grupo é a única pessoa não branca que aparece nessa fotografia

e uma das únicas de todas as fotografias do acervo MHMPAH que correspondem ao período estudado nessa dissertação, o que indica um enorme apagamento, uma vez que a maioria das pessoas que praticavam a vilegiatura marítima no litoral norte do Rio Grande do Sul era residente de Porto Alegre e da sua região metropolitana e, de acordo com Vieira (2017), no final do século XIX, 30% da população porto-alegrense era composta por pessoas negras, ou seja, a inexistência dessas pessoas indubitavelmente não era o motivo delas serem afastadas desses espaços. É necessário reforçar que realizar uma viagem ao litoral e ficar dias ali afastadas de seus lares e trabalhos em um período em que a classe trabalhadora ainda não havia conquistado direitos básicos como as férias remuneradas era uma atividade extremamente elitista, além de que nesse contexto do início do século XX, pouco anos após a abolição da escravidão, a elite brasileira era majoritariamente branca. Diante desse contexto, a principal hipótese para a ausência de pessoas brancas nas fotografias do acervo do MHMPAH é a de que essas pessoas, embora constituindo uma parcela populacional significativa da capital, não possuíam recursos para praticar a vilegiatura marítima nessa localidade.

A segunda fotografia da Figura 2 também retratam o exterior do Hotel Sperb, mas dessa vez tendo como cenário os chalés, construídos em madeira e com apenas um andar, ao contrário do edifício presente na fotografia anterior. Nesse registro também se observa alguns hóspedes do hotel e, para pensar a disposição em que eles se encontram na foto, é relevante entender a fotografia como uma escolha dentro de várias possíveis, nesse sentido Mauad destaca que:

> Portanto, o segundo passo é compreender que entre o objeto e a sua representação fotográfica interpõe-se uma série de ações convencionalizadas, tanto cultural como historicamente. Afinal de contas, existe uma diferença bastante significativa entre uma carte de visite e um instantâneo fotográfico de hoje. Por fim, há que se considerar a fotografia como uma determinada escolha realizada num conjunto de escolhas possíveis, guardando esta atitude uma relação estreita entre a visão de mundo daquele que aperta o botão e faz 'clic' (Mauad, 1996, p. 4)

Assim, observa-se que há um grupo pequeno de hóspedes na segunda fotografia, os quais não estão pousados para a fotografia — o que, de acordo com a o estudo de Mauad (1996), não anula o fator

da intencionalidade do fotógrafo. Nota-se que novamente os veranistas não estão utilizando roupas de banho, pois essas eram reservadas apenas para os momentos junto ao mar. É possível observar grupos de hóspedes conversando, um deles inclusive sentado em cadeira de madeira embaixo das árvores, provavelmente protegendo-se dos raios de sol, dado que o hotel ficava aberto apenas nos meses de verão (Correio do Povo, 29 de dezembro de 1921, p. 13).

Figura 2: Hotel Sperb



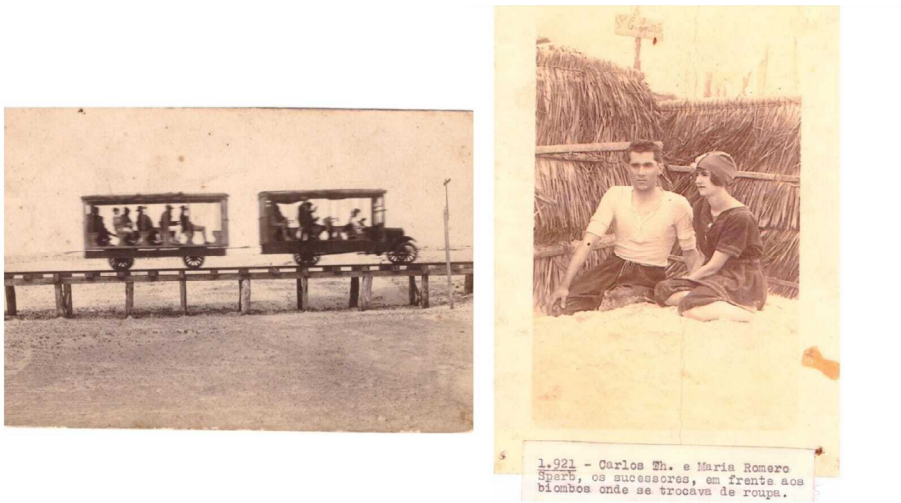
Fonte: Museu Histórico Municipal Professora Abrilina Hoffmeister.

Outrossim, a Figura 3 apresenta um conjunto de duas fotografias que mostram dois espaços de Tramandaí que apesar de não integrem a estrutura do Hotel Sperb, estavam diretamente ligados a ele e serviam aos seus hóspedes. O primeiro registro desse conjunto retrata um bonde que foi implementado nos últimos anos da década de 1920 e que era utilizado para o transporte dos banhistas entre os hotéis e a beira-mar. É possível perceber que os trilhos não estavam diretamente no chão, mas sim suspensos por estacas de madeira, o que possivelmente foi feito com o objetivo de evitar que o bonde pudesse ficar atolado na areia e prejudicar o deslocamento dos veranistas.

A segunda fotografia, por sua vez, exibe um casal cercado por paredes rústicas de palha e de madeira. O espaço no qual os dois jovens estão

pousando para a câmera era um dos diversos biombos construídos pelos proprietários dos hotéis e que ficavam localizados na faixa de areia da praia — destino final do bonde — e que servia para a troca de roupa dos banhistas, evitando que eles precisassem sair dos hotéis utilizando os trajes de banho e/ou ter de retornar com os trajes molhados (Schossler, 2010). É importante destacar que nesse período existiam dois tipos de biombos em Tramandaí: os de palha, como o da fotografia, que eram construídos pelos hoteleiros e destinados ao uso coletivo para seus hóspedes, e os biombos de madeira que, segundo dados registrados no MHMPAH, eram construídos geralmente por algumas famílias para o seu uso individual.

Figura 3: Bondinho e biombos utilizados pelos hóspedes do Hotel Sperb



Fonte: Museu Histórico Municipal Professora Abrilina Hoffmeister.

Outrossim, na primeira fotografia da Figura 4, é pode-se observar um grupo de pessoas jogando uma "pelada", ou seja, uma partida de futebol, enquanto várias outras pessoas se aglomeram nas varandas de chalés de veraneio para assistir ao jogo. É possível identificar que esses chalés são do Hotel Sperb graças a legenda presente na imagem, a qual indica que esse registro se deu na até então Avenida Capitão Mariante

— atual Avenida Emancipação — local onde estava localizado esse hotel. Essa fotografia permite uma visão de como eram as atividades sociais que os hóspedes realizavam enquanto não estavam na praia, já que como a cidade ainda não possuía muitos atrativos nessa época, o entretenimento ficava reservado ao espaço dos hotéis (Schossler, 2010).

A segunda fotografia da Figura 4, por sua vez, apresenta uma visão do interior do hotel, especificamente do salão no qual os hóspedes realizavam suas refeições no ano de 1903. Acerca das refeições oferecidas pelo estabelecimento de Sperb, os anúncios do hotel, publicados no Correio do Povo, destacavam que o hotel dispunha de uma ótima cozinha e confeitaria (Correio do Povo, 5 de janeiro de 1922, p. 9). Nessa fotografia ainda é possível identificar que a iluminação do salão era fornecida por lampiões de acetileno, mas nos anúncios do início da década de 1920, era evidenciado que tanto o hotel quanto os chalés eram equipados com luz elétrica, além de garantir que havia água suficiente para todos os hóspedes, uma vez que o estabelecimento possuía um depósito que comportava 100 pipas de água (Correio do Povo, 5 de janeiro de 1922, p. 9). O salão de refeições também era utilizado pelos hoteleiros para proporcionar atividades de lazer para seus hóspedes, uma vez que os banhos de mar ocorriam geralmente pela manhã e que os banhistas tinham boa parte do dia totalmente livre. Assim, as atividades mais costumeiras a se realizarem nesse espaço eram bailes, apresentações musicais de orquestras e, especificamente no caso do Hotel Sperb, a disponibilização de um piano para os vilegiaturistas utilizarem (Schossler, 2010). Sobre essa questão, Enke destaca que:

> Os hotéis transformaram-se em um prolongamento do lazer após o banho de mar, pois os hóspedes banhavam-se e, ao retornarem ao estabelecimento, recebiam tratamento especial para seu bem estar, usufruindo de massagens, encontros, conversas, em um ambiente dedicado a busca de melhores condições de saúde, diversão ou mesmo, para os que não queriam usufruir destas delicadezas, a apreciação da boa comida local. (Enke, 2013, p. 128)

Ainda, sobre o papel da hotelaria na sociabilidade das pessoas, Müller afirma:

> [...] considero os hotéis espaços intermediários (semiformais) de sociabilidade, pois apresentam, concomitantemente, características formais e informais. Os hotéis eram espaços públicos, mas que pertenciam a um proprietário, possuíam normas de funcionamento que restringiam a entrada de algumas pessoas, quer pelo preço do que ofereciam (bebidas e comidas), quer pela exigência de um padrão de apresentação (nome, conhecimento, cargo). Além disso, havia limites no seu uso: limites temporais (horários de abertura e fechamento) e comportamentais (não correr, não entrar com animais, por exemplo); por outro lado, a sua frequência estava, em princípio, condicionada a um consumo (Müller, 2010, p. 184)

Figura 4: Exterior e interior do Hotel Sperb



Fonte: Museu Histórico Municipal Professora Abrilina Hoffmeister.

Dessa forma, a estadia dos vilegiaturistas possuía uma relação de dependência com os hotéis desde a partida da capital até a volta para casa, sendo todas as atividades realizadas durante a temporada nesse momento coordenadas pelos administradores dos hotéis. Ainda, os hotéis impactaram não apenas na vida dos vilegiaturistas, mas também economicamente na vida das famílias e aqueles que residiam em Tramandaí. Soares destaca que:

> Na temporada de veraneio, as famílias de pescadores trabalhavam nos hotéis. Os homens como garçons, as mulheres como cozinheiras, camareiras, copeiras... Quem não fosse garçom, seria carpinteiro, eletricista, pedreiro, ajudante de pedreiro, cortador de grama. Enfim, no verão, valia a profissão do "faz tudo", sem mão-de-obra qualificada. As famílias que não conseguissem emprego colhiam marisco na praia e

> capturavam siri no rio. Tais frutos do mar, frescos, tão apreciados pelos veranistas, eram caprichosamente preparados e vendidos de porta em porta, acondicionados em um prato, coberto por um pano alvejado (Soares, 2008, p. 29).

Isto é, diversos moradores da cidade trabalhavam nos hotéis durante a temporada de veraneio e outros realizavam atividades como vendas ambulantes para os hóspedes (Soares, 2008), sendo a temporada de veraneio extremamente importante para a complementação da renda das famílias tramandaienses, que no restante do ano viviam basicamente da atividade pesqueira.

Considerações finais

O Hotel Sperb representou um papel fundamental no desenvolvimento e consolidação do veraneio em Tramandaí. As fotografias desse empreendimento que integram o acervo do Museu Histórico Municipal Professora Abrilina Hoffmeister foram doadas pela própria família Sperb, o que demonstra que os hoteleiros também se responsabilizavam por registrar as fotografias, ainda mais levando em conta que no final do século XIX e início do século XX, câmeras fotográficas eram objetos inacessíveis ao público em geral.

A partir das fotografias do Hotel Sperb, foi possível identificar aspectos físicos da construção desse empreendimento, como também dos meios de transporte utilizados pelos veranistas durante a viagem ao litoral, bem como o transporte do hotel até à praia, os biombos que os banhistas utilizavam para as trocas de roupa, além de atividades de sociabilidades que os hóspedes realizavam quando não estavam tomando seus banhos de mar. Ou seja, esse acervo permite uma análise do veraneio que segue os seus praticantes em todos os momentos da temporada.

Por fim, o Hotel Sperb não era o único hotel de Tramandaí nesse período, todavia, é o único que possui registros fotográficos correspondentes ao período de 1900 a 1930 no acervo do MHMPAH, por isso foi o foco central desse período. Todavia, anúncios de outros hotéis são encontrados nos classificados do Correio do Povo durante esse período, sendo os principais o Hotel da Saúde, o Hotel Corrêa e o Hotel Familiar (Correio do Povo, 3 de janeiro de 1920, p. 11), além do

anúncio de diversos serviços de diligência que forneciam transporte de Porto Alegre até o litoral norte, como a empresa de Norberto Honorio (Correio do Povo, 8 de janeiro de 1920, p. 13) que viajava direto a Tramandaí.

Fontes

Acervo fotográfico do Museu Histórico Municipal Professora Abrilina Hoffmeister.

Correio do Povo, 3 de janeiro de 1920.

Correio do Povo, 8 de janeiro de 1920.

Correio do Povo, 29 de dezembro de 1921.

Correio do Povo, 5 de janeiro de 1922.

Referências bibliográficas

AGULHON, Maurice. **Histoire Vagabonde**. Tomo I, Ethnología et Politique dans La France Contemporánea. Paris: Gallimard, 1988.

BAECHLER, Jean. "Grupos e sociabilidade". In: BOUDON, Raymond. **Tratado de Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995. p. 65-106.

BRIZ, Maria da Graça. Vilegiatura balnear – Imagem ideal / Imagem real. **Revista do IHA**, v. 3, p. 254–267, 2007. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/12546>. Acesso em: 01 de fev. de 2024.

CORBIN, Alain. **Território do Vazio**: a praia e o imaginário ocidental. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

ENKE, Rebecca Guimarães. **O espetáculo do mar em uma estação balneária no Rio Grande do Sul:** A vilegiatura marítima na Villa Sequeira/Praia do Cassino (1885-1960). 2013. Tese. (Doutorado em História Social) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilziador** – Vol. 1: uma história dos costumes. Rio de Janeiro, Zahar, 2011

FERREIRA, Felipe Nóbrega. **Ao sul do sul o mar também é pampa:** sensibilidades de verão na Villa Sequeira, Rio Grande/RS (1884-1892). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

FREITAS, Joana Gaspar de. O litoral português, percepções e transformações na época contemporânea: de espaço natural a território humanizado. **Revista da Gestão Costeira Integrada** 7 (2): 105- 115 (2007), p.109-110. Disponível em: http://www.aprh.pt/rgci/. Acesso em: 04 de fev. de 2024.

KOSSOY, B. F**otografia & História**. 4 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

LOPES, Aristeu Elisandro Machado. Mulheres trabalhadoras no Rio Grande do Sul: fotografias 3x4 de solicitantes de carteira profissional (1933-1944). **História** (São Paulo), v. 41, 2022.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história: interfaces. **Revista Tempo**, Niterói, UFF, Relume-Dumará, v. 1, p. 73-98, 1996.

MAUAD, Ana Maria. **Poses e flagrantes.** Ensaios sobre história e fotografia. Niterói: EDUFF, 2008.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual Balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, v.23, n.45, p.11-36, 2003.

NASCIMENTO, Bruno Nery do. **Entre a "Mendigópolis" e o "Recife Novo":** reforma urbana, higiene e políticas de saúde para as mulheres no governo de Sérgio Loreto (Pernambuco, 1922 - 1926). 2016. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2016.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. Relatório da excursão ao litoral e à região das lagoas do Rio Grande do Sul. In: WITT, Marcos**. Fontes litorâneas:** escritos sobre o Litoral Norte do Rio Grande do Sul. 1. ed. São Leopoldo: Oikos e UNISINOS, 2012. v. 1. p. 99-132.

SCHOSSLER, Joana Carolina. **"As nossas praias":** os primórdios da vilegiatura marítima no Rio Grande do Sul (1900 – 1950). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia:** indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SOARES, Leda Saraiva. **Tramandaí – Imbé:** 100 anos de história. Porto Alegre: EST edições, 2008.

STAROBINKSI, Jean. **As máscaras da civilização: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

AS REPRESENTAÇÕES DAS ESTRUTURAS SUBTERRÂNEAS NA ARQUEOLOGIA BRASILEIRA

Juliana Fernandes da Silva[1]

Introdução

As estruturas subterrâneas, utilizadas como habitações por povos indígenas no Brasil e no mundo, vêm sendo objeto de estudos arqueológicos e representadas por meio de ilustrações em livros e pesquisas acadêmicas desde a década de 1960. Na Arqueologia, existem alguns modelos em relação ao desenho técnico e ilustrativo, principalmente quando se refere a peças e artefatos, entretanto, o desenho contempla outras questões de estudo, como a arquitetura de habitações, desenhos de campo, entre outros, servindo como um importante instrumento de auxílio nas pesquisas da área. Refletindo sobre a importância das representações dentro dos estudos arqueológicos, surge o interesse em pesquisar sobre as diferenças, semelhanças e modelos de representações das estruturas subterrâneas na Arqueologia brasileira.

A pesquisa se encontra em desenvolvimento, sob o recorte temporal do século XX, contemplando desde as primeiras representações de

1 Mestranda em História, Programa de Pós-graduação em História/UPF. Bolsista CAPES. Acadêmica de Especialização em Cultura Material e Arqueologia/UPF. Lattes: http://lattes.cnpq.br/2126266064442595 - ORCID: https://orcid.org/0009-0002-0577-8607. E-mail:juliana12087@gmail.com

estruturas subterrâneas até as representações da atualidade, além de estar focada na região Sul do Brasil e nos grupos indígenas denominados Proto-Jê, Jês meridionais, ou Proto-Jê do Sul. As representações das estruturas subterrâneas possibilitam uma base ilustrativa para pesquisas na área da Arqueologia e História, podendo se relacionar com áreas da Arquitetura e Artes Visuais. No presente artigo, será comentado sobre as estruturas como um todo, suas características visíveis de construção e suas funções, além de identificar modelos de representação feitos ao longo dos anos em pesquisas arqueológicas sobre o assunto, retirados em especial, de trabalhos brasileiros. Durante o artigo, será evidenciado se houveram ocorrências de transformações nas representações das estruturas subterrâneas por meio das ilustrações, além de buscar entender como essas representações criaram um imaginário visual para os arqueólogos, pesquisadores e para a população em geral, sobre o que é uma estrutura subterrânea indígena. Com as representações a partir da ilustração na área da Arqueologia, é possível usufruir de imagens que auxiliam no entendimento das culturas ancestrais e suas dinâmicas de vida, além de servir de material educativo para alunos e professores, mesmo esses não possuindo um conhecimento aprofundado da Arqueologia. O trabalho propõe uma leitura crítica e comparada das representações das estruturas subterrâneas, enquanto discute a função das imagens nos estudos arqueológicos e suas relações com a construção de um imaginário sobre o passado, em nível acadêmico e de senso comum.

Estruturas subterrâneas e suas ocorrências

Os povos indígenas que se localizavam no sul do Brasil, utilizaram por longos períodos de tempo as denominadas estruturas subterrâneas, ou semi-subterrâneas, como forma de moradia, locais funerários e depósito de detritos. É interessante perceber que não só no Rio Grande do Sul, mas em algumas partes do Brasil e do mundo, essas estruturas foram importantes para a sobrevivência de diversos povos e grupos humanos, e graças à Arqueologia esses locais puderam ser mapeados e estudados. Copé (2006) destaca que:

> No Velho Mundo, as estruturas semienterradas ou enterradas são registradas desde o pré-mousterirense no paleolítico médio até o

> calcolítico europeu, havendo casos isolados até a Alta Idade Média. Geograficamente, estão presentes desde a Europa Ocidental até o Extremo Oriente. No Novo Mundo, as estruturas semi-subterrâneas foram utilizadas por grupos tribais da América do Norte, Mesoamérica e América do Sul como moradias e, em alguns casos, para fins cerimoniais, e como poços de armazenamento desde 5500 a.C. até a atualidade (Copé, 2006, p. 3).

As estruturas subterrâneas, contando com a possibilidade de moradia e práticas culturais, serviram muito bem em situações de sobrevivência dos grupos humanos ancestrais. Essa forma de moradia se consolidou por grupos de diversas partes do mundo, levando em consideração que elas apresentaram ocorrências em locais bastante distintos, sendo construídas e utilizadas por povos diferentes e sem contato direto. Copé (2006, p. 3-4) comenta a partir da ideia de outros autores sobre as estruturas subterrâneas e onde elas existiam, segundo ela "[...] (J. P. Demoule, verbete in: Leroi-Gourhan, 1988:1143) creditam a grande quantidade deste tipo de habitação, especialmente nas estepes russas, desde o paleolítico superior até o neo-calcolítico, como uma forma de proteção aos rigores das baixas temperaturas.". Inclusive, estruturas subterrâneas semelhantes com as encontradas no Rio Grande do Sul foram mapeadas em outras partes do mundo. Weimer (2010) afirma que havia estruturas subterrâneas por toda a Ásia setentrional, se repetindo no extremo norte da América, do Alasca até a borda oriental da Groenlândia. O autor destaca que as casas subterrâneas feitas pela tribo Ainu, na ilha de Hokkaido (Japão), apresentavam formas semelhantes às do sul do Brasil.

Interessante pensar nas estruturas subterrâneas, além de habitações, como um modo de se proteger de temperaturas mais baixas. Destacando o Rio Grande do Sul como sendo um estado que atinge temperaturas bastante baixas durante o inverno, as estruturas subterrâneas poderiam servir como uma ótima alternativa de moradia e aquecimento durante o ano. Porém, é conveniente destacar que as estruturas não eram necessariamente construídas com o objetivo de se proteger de temperaturas baixas, segundo Copé (2006, p. 4) "[...] estruturas escavadas no solo também estão muito bem representadas no mesolítico e neolítico pré-cerâmico do Oriente Próximo onde as temperaturas não atingem estes frios extremos." Os povos que construíram estruturas

subterrâneas, além da preocupação climática, também pensavam em um local onde fosse possível encontrar recursos para a alimentação, por este motivo, muitas estruturas encontradas estão próximas de nascentes de rios. Schmitz e Becker (2006) afirmam que as estruturas subterrâneas podem aparecer dentro de capões de mato ou campos abertos perto de córregos, nascentes e banhados.

Apesar das ocorrências de estruturas subterrâneas em vários locais do mundo, no Brasil, em especial na região sul, os estudos acadêmicos sobre elas ainda são recentes. Segundo De Marque (2015, p. 30) "A partir da década de 1960, iniciaram-se os estudos das estruturas subterrâneas, quando o arqueólogo Chmyz executa escavações em um exemplar no planalto do Rio Grande do Sul.". Nesta pesquisa, Chmyz (1965) se refere a uma estrutura escavada na região do Vale do Rio das Antas, que houve coleta de materiais arqueológicos no entorno da superfície da estrutura. Na pesquisa, o autor refere-se à estrutura como "buraco de bugre", essa nomenclatura foi utilizada em outras pesquisas feitas por autores diferentes, porém em trabalhos atuais esse nome não é mais utilizado. Segundo Schmitz e Becker (2006) o primeiro a se atentar sobre as estruturas subterrâneas foi Alan L. Bryan, em 1960, indicando a Schmitz um sítio em Fazenda Souza "[...]"muito parecido com as casas subterrâneas dos Estados Unidos e do Canadá", aconselhando sua escavação." (Schmitz e Becker, 2006, p. 66). Os autores afirmam que Chmyz estudou uma casa subterrânea na bacia do rio das Antas, trabalho publicado em 1965, o que se confirma a partir do trabalho citado acima.

As estruturas ou casas subterrâneas foram construídas pelos povos indígenas de épocas mais remotas por meio de escavações no solo, possuindo tamanhos variados. De Marque (2015, p. 30) cita que "[...] o tamanho destas estruturas varia entre 4 e 20 metros de diâmetro e a profundidade entre 1 e 7 metros, ocorrendo em maior número nas áreas altas do nordeste do Rio Grande do Sul e sudeste de Santa Catarina.". De acordo com Schmitz e Becker (2006, p. 73) "O diâmetro dessas escavações aproximadamente circulares vai de 2 a 20 m por uma profundidade de 2,8 a 6m.". Segundo Reis (2007) em sítios mapeados nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, as estruturas subterrâneas circulares teriam entre 2 a 18 m de diâmetro, enquanto as

elipsoides dentre 8 a 10m de eixo maior e 6 a 9 m de eixo menor. Apesar de uma pequena diferença entre as medidas dos três estudos citados, se assemelham suficientemente para serem levadas em consideração.

É possível identificar as estruturas graças a sua composição arquitetônica, bastante evidente na paisagem, e os vestígios deixados por povos que ali viveram. Como afirma De Marque (2015, p. 15) "[...] inicia-se a relação da arquitetura com a Arqueologia. As ações humanas estão interligadas com o espaço físico onde elas ocorrem, uma vez que o caráter físico do espaço determina a maneira como os seres vivos desenvolvem suas atividades.". Pensando no modo como eram dispostas as estruturas na paisagem, se percebeu que muitas eram encontradas próximas umas das outras, em agrupamentos de 2 ou mais casas. No trabalho de Chmyz (1965), onde foi inspecionado uma estrutura subterrânea no Vale do Rio das Antas, Rio Grande do Sul, não foram encontradas outras habitações semelhantes em locais tão próximos, apesar da confirmação por uma fonte oral sobre a existência de outras estruturas afastadas por grandes distâncias entre uma e outra. Schmitz e Becker (2006, p. 73) confirmam que "Embora existam com uma certa frequência casas isoladas, geralmente elas vêm agrupadas, podendo os aglomerados chegar até 36 dessas estruturas de diferentes tamanhos [...]".

As estruturas subterrâneas encontradas no Rio Grande do Sul podem ser consideradas bastante complexas em questões de arquitetura e engenhosidade, bem feitas e planejadas, o que ajudou os povos indígenas a se manterem e sobreviverem. Acredita-se que uma parcela dos povos que viveram no Rio Grande do Sul durante um grande período da história eram chamados de Povos Jê, que atualmente possuem seus descendentes indígenas no Brasil. Segundo Ribeiro (1980) apud Becker (1988, p. 136) Estudos arqueológicos "[...] nos levam a acreditar que estas populações, hoje conhecidas como Kaingáng, sejam os verdadeiros descendentes dos construtores das casas subterrâneas do Planalto do Rio Grande do Sul". Segundo Copé (2013) os grupos da língua Macro-Jê se destacaram pela engenharia de terra a partir das construções das casas semi-subterrâneas, montículos funerários e grandes estruturas anelares cerimoniais. Sobre os Jê, destaca-se:

> No planalto coberto pela floresta subtropical com pinheiros, muitas vezes entremeada de campos, este horizonte cultural Proto-Jê meridional apresenta três tipos de assentamento: 1. casas subterrâneas, acompanhadas ou não por espaços entaipados, túmulos de terra (montículos funerários) ou galerias escavadas no arenito; 2. acampamentos de superfície e 3. raras ocupações de abrigos naturais (Silva, 2001, p. 41).

Modelos e representações de estruturas subterrâneas

As estruturas subterrâneas, no Rio Grande do Sul, tiveram o início de sua trajetória nas pesquisas científicas a partir da década de 1960, junto a isso, surgiram paralelamente representações visuais desses locais. Ao passo que o desenho de artefatos arqueológicos sempre fora uma ferramenta complementadora para as pesquisas, a representação das estruturas conseguiu seguir a mesma linguagem. Para ter sucesso em compor uma imagem visual destas estruturas, compreendê-las tornou-se essencial, sendo possível ter maior clareza a partir do estudo dos grupos indígenas criadores e ocupantes, bem como as motivações e finalidades de construção, e por escavações arqueológicas das mesmas.

As representações na área de Arqueologia são necessárias para uma melhor compreensão dos objetos estudados pelos pesquisadores. Dentre estes objetos, estão as construções arquitetônicas, onde as estruturas subterrâneas poderiam ser incluídas. Nas pesquisas da área da Arqueologia, tratando de pesquisas científicas e objetivas, a representação surge como um modo ilustrativo, geralmente seguindo modelos específicos e de fácil compreensão. Geralmente as pesquisas acadêmicas da área seguem modelos da ilustração científica, onde se estuda o objeto que será representado. De acordo com Correia (2011, p. 226) "Representar graficamente a Ciência implica um estudo, uma pesquisa em que essa ação adote a linguagem estruturante, hierárquica e sequencial do método científico [...]". Além do mais, o mesmo autor comenta teoricamente sobre o processo de interpretação e mentalidade para a produção de uma ilustração científica, segundo ele:

> A processologia deste movimento passa primeiro por interpretar e desconstruir a forma da entidade orgânica (um organismo vivo, por ex.) ou inorgânica (um fóssil, por ex.), segundo o conceito ou teoria (corpo de ideias) que constituem o dispositivo explicativo, para mais tarde sintetizar e materializar ambos (a forma e o conceito) num conjunto articulado de

> traços e manchas de cor (os Significantes), dotado de Singularidade e Significado próprio (Correia, 2011, p. 226-227).

Complementando este pensamento, a ilustração arqueológica acaba seguindo a mesma lógica. Ela compreende não somente a representação de fragmentos de artefatos líticos, cerâmicos, ossos, objetos em madeira, mas a possibilidade de representar reconstituições desses materiais arqueológicos, além deste tipo de ilustração contemplar, também, a arquitetura estudada arqueologicamente. Os desenhos de reconstituição de acordo com Nascimento (2021, p. 25):

> [...] na sua maioria não são designadas de imediato como um tipo de desenho, situação que traduz uma ambiguidade na definição do tipo de representação evoluída. Isto porque se considera que não se trata de um desenho fidedigno de um objeto, ou de uma estrutura arqueológica, mas que na realidade se trata da concretização de um desenho na sua forma mais livre, ainda que baseado em pressupostos que resultam do conhecimento prévio.

Os modelos de desenho arqueológico criados fora do Brasil também passaram a ser utilizados no país por arqueólogos em suas pesquisas, tornando-se algo padronizado. Pode-se dizer que esse padrão serviu para qualquer um que pudesse aproveitar o recurso da linguagem do desenho nesta área, portanto, os pesquisadores seguem as mesmas especificações ao fazer uma representação arqueológica, seja qual for. Sobre o desenho de reconstituição, que diz respeito a artefatos que estão fragmentados, o ilustrador tem o objetivo de recriá-los, reconstruí-los, por meio do desenho, reproduzir como aquele artefato era antes de ser apenas um fragmento. Esses desenhos são baseados em proposições de como poderia ter sido um determinado artefato, do lugar em que este foi coletado, qual o tipo de povo que o produziu, com base em análises de pintura ou decoração no caso das cerâmicas, além do tipo de material que foi feito, entre outras análises. Segundo Lemos (2002) é importante lembrar que o desenho arqueológico não se limita à artefatos e objetos. O autor afirma que o desenho de reconstituição:

> [...] permite ao arqueólogo exprimir as suas próprias interpretações, sejam elas de objectos, elementos arquitectónicos, contextos, ou mesmo de paisagens e meios ambientes que enquadrem uma estação

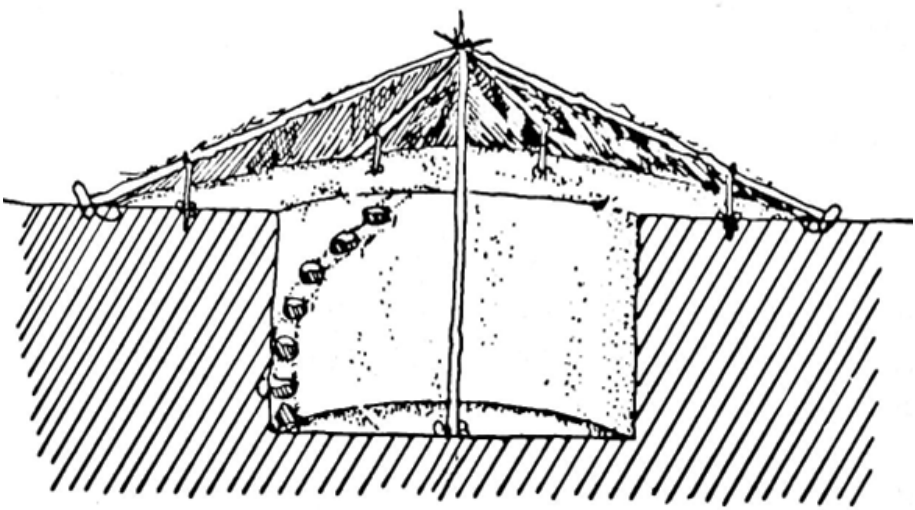
> arqueológica ou uma estrutura. [...] parte-se sempre de uma realidade material estudada para uma possibilidade mais ou menos verosímil (Lemos, 2002, p. 37).

Analisando as referências sobre as ilustrações e desenhos na Arqueologia, é notável que o desenho de estruturas subterrâneas se encaixem na categoria dos desenhos de reconstituição, pois é necessário uma análise apurada dos dados coletados em campo, para entender os elementos da construção da estrutura, que hoje em dia é encontrada em ruínas, e, a partir disso, fazer sua representação de forma a seguir padrões da ilustração científica. As representações das estruturas subterrâneas analisadas e mostradas em seguida, parecem ser esteticamente semelhantes quando são originadas de pesquisas publicadas em periódicos e livros. Quando se trata de ilustrações com outras finalidades, como as feitas para educação ou para o ensino do público geral, as estruturas parecem ser ilustradas de maneira mais criativa, contendo até mesmo uma carga de estereótipos.

Muitos autores e pesquisadores utilizam a ilustração como forma de representação das estruturas subterrâneas, aplicando técnicas do desenho tradicional e, algumas vezes, posteriormente escaneando e refinando o desenho de forma digital. Analisando diversas pesquisas referentes às estruturas subterrâneas no Brasil, mais precisamente da região sul, foi possível perceber que há representações, feitas por Fernando La Salvia, que são utilizadas como exemplo na maior parte dos trabalhos. Pode-se dizer que elas são atualmente uma das principais referências de ilustrações das estruturas, um padrão de representação bastante utilizado por arqueólogos e pesquisadores da área. Os modelos de habitações subterrâneas feitos por La Salvia foram realizados a partir de estudos arquitetônicos das mesmas, desde a construção das paredes e pisos, até os telhados e elementos do interior das casas.[2] Foram representadas segundo o desenho técnico arquitetônico, com um corte transversal que mostra o interior dos locais.

2 Mais informações em: Bertussi, P. I. *et al*. *A Arquitetura no Rio Grande do Sul*, 1983.

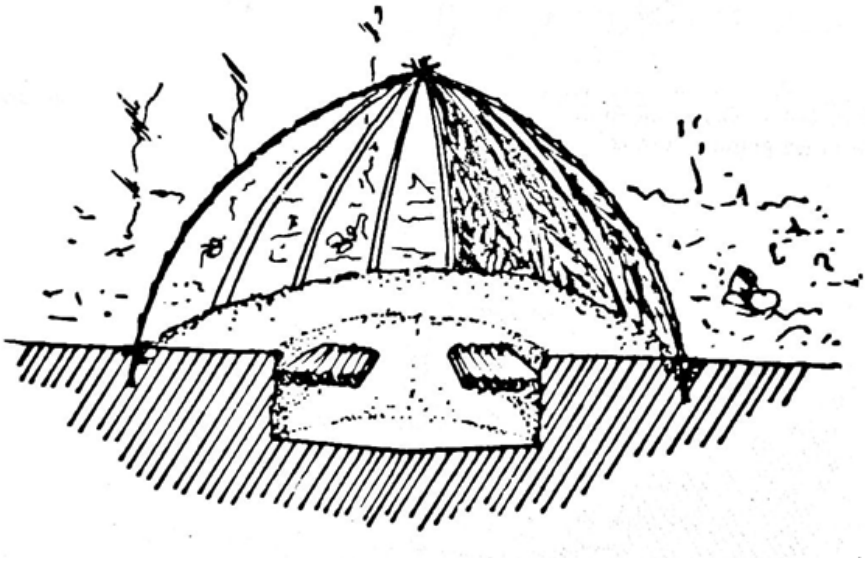
Figura 1 - Habitação subterrânea com esteio central e escada lateral.



Fonte: La Salvia, 1983.

La Salvia se concentrou em representá-las de maneira limpa, esteticamente, possivelmente para uma melhor compreensão. Também é interessante destacar que suas ilustrações, se vistas ao vivo nos livros de referência, parecem ser rascunhadas em papel comum, com lápis grafite. Além disso, outra prática comum nos desenhos é a utilização de um papel manteiga, ou papel com maior transparência, para refinar os traços do rascunho e produzir um desenho mais "legível", diminuindo a quantia de traços rabiscados ou que possam atrapalhar o desenho como um todo.

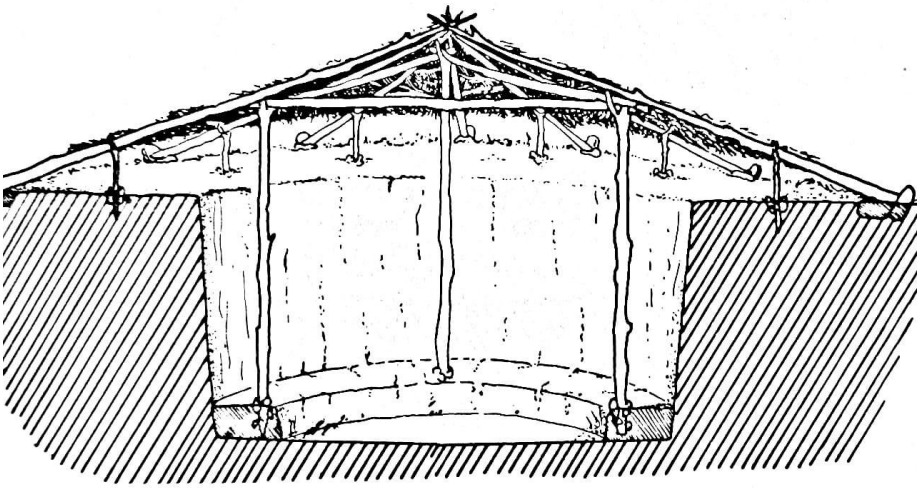
Figura 2 - Habitação semi-subterrânea pequena



Fonte: La Salvia, 1983

Outra ilustração a ser apresentada está demonstrada na Figura 3, onde o mesmo autor das ilustrações anteriores remonta uma estrutura subterrânea com diâmetro grande, sustentando o telhado a partir de três esteios. É interessante perceber traços do desenho técnico e a maneira com que é destacado apenas os elementos essenciais para o entendimento do objeto ilustrado, nesse caso, mostrando uma estrutura subterrânea com a parte interna e a parte do telhado e sustentação do mesmo. A estrutura representada abaixo se assemelha à forma de construção da Figura 1 e se difere da Figura 2.

Figura 3 - Habitação subterrânea grande com três esteios de sustentação do telhado por La Salvia

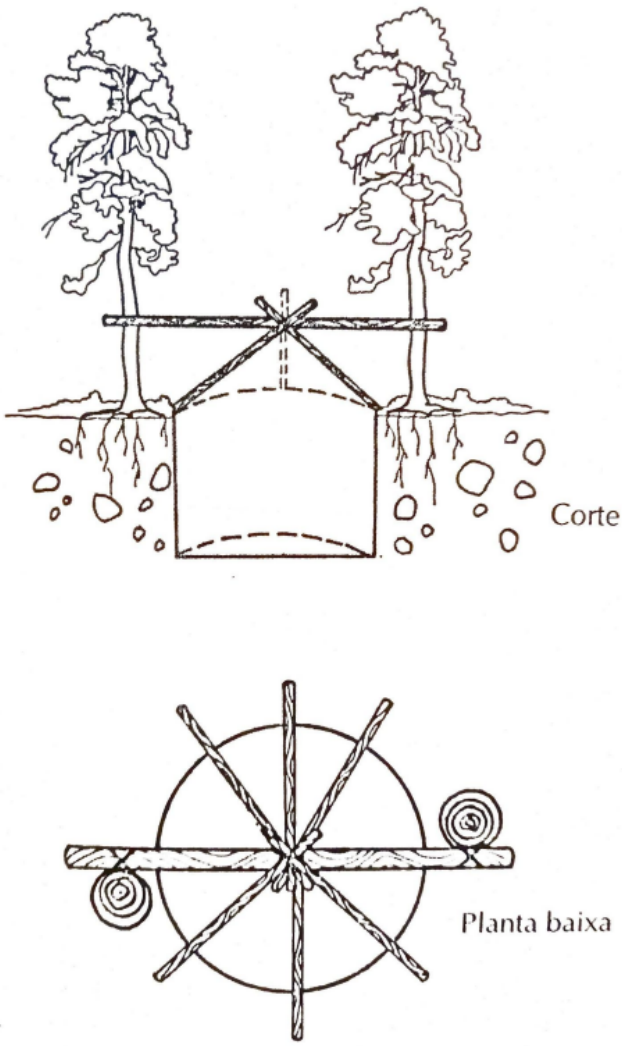


Fonte: La Salvia, 1983.

Os desenhos e ilustrações do autor Fernando La Salvia são recorrentes nas fontes das pesquisas bibliográficas de estruturas subterrâneas brasileiras. Dentre as representações em Arqueologia juntamente com a arquitetura, as estruturas subterrâneas também foram contempladas pelo arqueólogo Arno Kern.[3] As representações de Kern demonstram mais precisamente a formação dos telhados das estruturas, sugerindo sua construção com o auxílio de árvores da paisagem. As ilustrações parecem ter sido feitas a partir do desenho digital, pela precisão do traço e as pelas formas geométricas, representadas de maneira clara e traço limpo.

3 Ver em Reis, J. A. *Arqueologia dos buracos de bugre*: uma pré-história do planalto meridional. 2002

Figura 4 - Habitação subterrânea com duas árvores



Fonte: Kern. Projeto Arqueológico Uruguai/UHE - Barra Grande (1985a) apud Reis (2002, p.47)

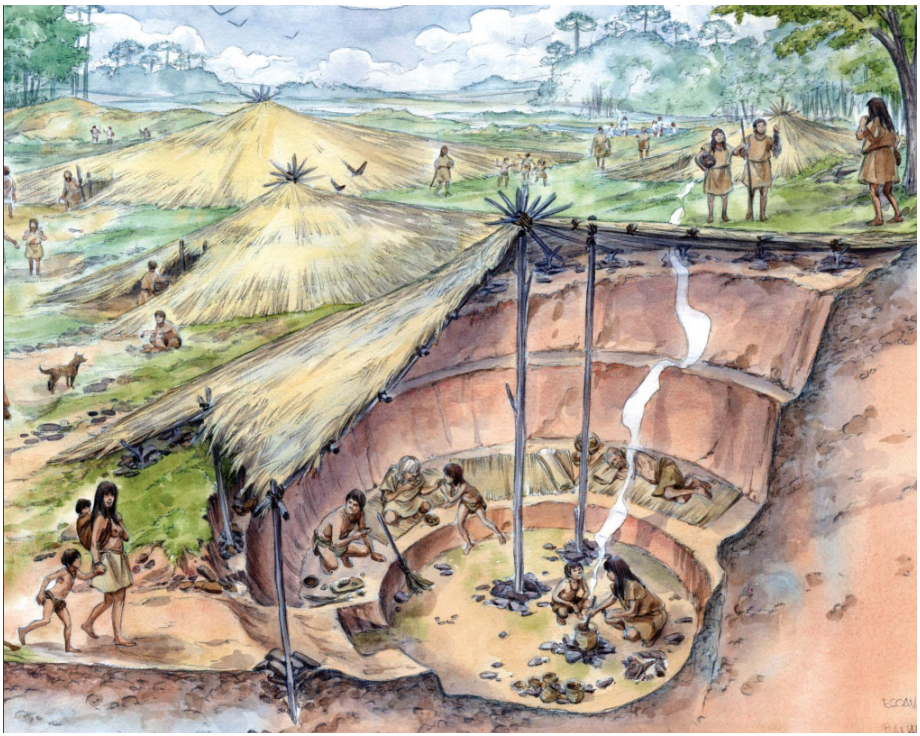
Esses modelos de representações técnicas foram os mais utilizados em trabalhos de pesquisas de estruturas subterrâneas, os dois autores demonstraram um conhecimento de arquitetura e desenho técnico. Ao contrário da reconstituição de Kern, que se concentra mais exclusivamente no estudo da sustentação da habitação subterrânea, mostrando os telhados e apoios para tal, La Salvia, demonstra esses mesmos pontos, mas também abrange elementos os quais são importantes para a existência das estruturas, como banquetas, escadas e paredes do interior das estruturas.

A representação visual na Arqueologia é uma ferramenta de estudo, pesquisa e de educação. Na Arqueologia, com a chamada Educação Patrimonial, é possível realizar breves aulas ou encontros com turmas ou grupos de pessoas a fim de compartilhar conhecimento histórico-cultural, partindo da cultura material dos povos que habitaram ou habitam a região estudada. A educação patrimonial, além disso, visa a construção de uma ideia menos estereotipada dos povos, e a valorização da nossa cultura. Conforme Horta, Grunberg e Monteiro (1999 p.3) "a Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural.". Com o avanço da tecnologia e dos meios digitais, a representação tem o potencial de proporcionar uma conexão com o passado cada vez maior. Dessa maneira, a representação arqueológica visual, seja por meio do desenho tradicional, digital ou modelos 3D, consegue contribuir para o conhecimento que almeja ser passado através da educação patrimonial, além de ser de extrema importância nas pesquisas.

Seguindo esta linha da educação, é importante tratar de representações das estruturas subterrâneas que não seguem os modelos de desenho técnico, mas sim desenhos ilustrativos e criativos, como já havia sido comentado anteriormente. O campo das representações ilustrativas abrange as estruturas subterrâneas em livros educativos, locais e amostras para o público em geral, como exposições referentes ao assunto, além de existirem representações tridimensionais por meio de esculturas, maquetes e reconstituições em escala maior do que um desenho. Uma das representações ilustrativas pôde ser encontrada no catálogo da exposição "12000 anos de história: Arqueologia e pré-

história do Rio Grande do Sul", organizada por Silvia Moehlecke Copé e pelo Museu da UFRGS em 2013, exibida na Figura 5.

Figura 5 - Grupo indígena em estruturas subterrâneas



Fonte: Copé, Barreto e Moreira, 2013. Ilustração de Ana Luiza Koehler.

Nesta ilustração, feita por Ana Luiza Koehler, é perceptível que o desenho técnico para estudos científicos não foi o objetivo, mas sim uma reconstrução imagética dos grupos ancestrais que habitavam as estruturas subterrâneas. Possui uma construção de imagem mais artística e ilustrativa, onde as pessoas do grupo que ocupa as estruturas vestem determinados tipos de roupas, e reproduzem possíveis costumes de convivência. Além da estrutura subterrânea principal da imagem ser mostrada como um corte estratigráfico para a visão de seu interior, semelhante às representações vistas anteriormente. Esta representação foi utilizada em um catálogo de exposição, elaborada por pesquisadores

do Museu da UFRGS, em 2013. Por conta disso, o desenho foi visto pelo público geral, diferentemente dos de La Salvia e de Kern, que possivelmente foram contemplados em sua maioria por pesquisadores da área.

A representação sempre fora essencial para todas as áreas do conhecimento que necessitavam ilustrar algo com o objetivo de tornar mais compreensível e acessível para pesquisadores e demais pessoas. Ajuda no entendimento do estudo, sendo muitas vezes necessária uma ilustração para ter acesso a determinados detalhes do que está sendo alvo da pesquisa. A ilustração de artefatos arqueológicos é uma fonte rica de informações, e não apenas os artefatos, mas se considerarmos o estudo de locais de habitações dos povos ancestrais, como as estruturas subterrâneas, é sempre mais proveitoso que haja uma forma de visualizá-las mais concretamente, pois muitas vezes as visitas de campo podem não ser acessíveis a todos.

Considerações finais

Considerando os estudos apresentados durante o artigo, pode-se perceber que as estruturas subterrâneas começaram a ser representadas por meio de ilustrações a partir da década de 1980, por pesquisadores da área da Arqueologia e Arquitetura. As representações mais utilizadas em trabalhos acadêmicos são as de Fernando La Salvia, as quais se tornaram um modelo e padrão, pelo menos quando tratamos de pesquisas brasileiras. Não pertence ao escopo deste estudo analisar todas as possíveis representações de estruturas subterrâneas dos trabalhos brasileiros, sendo que se constitui uma pesquisa em desenvolvimento.

É profícuo pensar nas representações visuais das estruturas como uma forma de educação patrimonial, que podem ser apresentadas ao público geral como procedimentos científicos da construção de uma representação que serve ao conhecimento do passado. Ao passo que essas representações sejam conservadas e novas venham sendo criadas, avança-se no debate sobre as práticas dos povos indígenas brasileiros. Estudos sobre como os povos ancestrais viviam no território, juntamente com práticas da educação patrimonial e acesso às representações sobre o assunto, contribuem na valorização dos povos indígenas e na compreensão das modificações sociais na paisagem. A Arqueologia,

junto às representações visuais, consegue ser fonte de conhecimento importantíssimo sobre as ancestralidades dos povos originários e com novas formas de tecnologia esse conhecimento pode ser aprimorado para atingir positivamente o público para além da estudos acadêmicos

Referências bibliográficas

BERTUSSI, Paulo I; WEIMER, Gunter (org.) **A arquitetura no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

BECKER, Ítala I. **O Kaingang histórico e seus antepassados**. Documentos 02, Instituto Anchietano de Pesquisas: São Leopoldo, 1988. p. 130 - 140.

BECKER, Ítala I.; SCHMITZ, Pedro I. Os primitivos engenheiros do planalto e suas estruturas subterrâneas: A Tradição Taquara. In. **Arqueologia do Rio Grande do Sul**, Documentos 05, Instituto Anchietano de Pesquisas: São Leopoldo, 2006, 2a. Edição. p. 65 - 90.

CHMYZ, Igor. Prospecções arqueológicas no Vale do Rio das Antas, Rio Grande do Sul (Brasil). **Acta praehistorica (1961/1963)**. Buenos Aires, 1965, p. 35 - 52.

COPÉ, S. M. Arqueologia da arquitetura: Ensaio sobre complexidade, performance e processos construtivos das estruturas semi-subterrâneas do planalto gaúcho. **Anais** [Sociedade Entomológica do Brasil] V Encontro do Núcleo Regional Sul da Sociedade de Arqueologia Brasileira, Rio Grande, RS, 2006.

COPÉ, S, M; BARRETO, J. M.; MOREIRA, M. S. **12.000 Anos de História**: Arqueologia e pré-história do Rio Grande do Sul/ catálogo da exposição organizado pelo Museu da UFRGS. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

CORREIA, F. A ilustração científica: "santuário onde a arte e a ciência comungam. **Visualidades**, Goiânia, v.9, n.2, p.221-239, jul-dez, 2011.

DE MARQUE, M. L. **Arquitetura pré-histórica:** Um estudo sobre a estrutura de cobertura das casas subterrâneas dos Jê meridionais. Dissertação (Mestrado) – Centro Universitário UNIVATES, Lajeado, RS. 2015.

HORTA, M. L. P.; GRUNBERG E.; MONTEIRO A. Q. **Guia básico da educação patrimonial**. Brasília, Museu Imperial/IPHAN-Minc, 1999.

LEMOS, Manuel. Historiografia do desenho arqueológico enquanto técnica aplicada à Arqueologia. ***Ângulo***, Instituto Politécnico de Tomar, n. 1, p. 26-56, 2001-2002.

NASCIMENTO, Paula A. **A evolução do desenho arqueológico:** Das primeiras formas de arte ao grafismo tecnológico. 2021. 209 p. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2021.

REIS, José A. **Arqueologia dos buracos de Bugre:** Uma pré-história do planalto meridional. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.

SILVA, Sérgio B. **EtnoArqueologia dos grafismos *Kaingang*:** um modelo para a compreensão das sociedades Proto-Jê meridionais. 2001. 366 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

REVOLUÇÃO CUBANA, IMAGENS E GÊNERO: UM OLHAR PARA UM LIVRO DIDÁTICO CUBANO[1]

Andréa Mazurok Schactae[2]

Introdução

O Brasil e Cuba possuem políticas públicas de distribuição de livros didáticos para as escolas públicas. As diferenças entre Brasil e Cuba são que: em Cuba, todas as escolas são públicas, enquanto no Brasil existem escolas privadas; os livros didáticos cubanos são produzidos pelo Estado, porém no Brasil a produção fica destinada ao mercado editorial (Porto, 2019).

As políticas públicas de livro didático, bem como, o desejo de dar continuidade as reflexões sobre os estudos de gênero e a Revolução Cubana, iniciados no ano de 2010, direcionaram o olhar para a seleção da fonte histórica: um livro didático distribuído em Cuba, destinado ao ensino pré-universitário. O livro *História de Cuba, nivel medio superior*,

1 O texto é parte do artigo: A Revolução dos Guerrilheiros em Cuba: um estudo de gênero e imagens. **Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura**, São Cristóvão, v. 18, n. 34, p. 156–183, 2024. DOI: 10.61895/pl.v18i34.21052. Disponível em: https://periodicos.ufs.br/pontadelanca/article/view/21052. Acesso em: 25 jul. 2024.

2 Doutorado em História pela UFPR; Professora do IFPR e do Mestrado Profissional em História da UEPG; Pós-doutorado, em andamento, pelo Programa de Pós-Graduação em História da UEPG; pesquisadora do GECIG/IFPR e do NEG/UFPR. Lattes: http://lattes.cnpq.br/5851600582823373; Orcid: https://orcid.org/0000-0002-2597-4472; E-mail: aschactae@gmail.com

é uma segunda edição, publicado no ano 2011 e escrito pelas autoras Susana Callejas Opisso e Francisca López Civeira, e pelos autores Oscar Loyola Veja, Horacio Díaz Pendás e José A. Rodríguez Bem (2011). Vale destacar, que essa edição é utilizada nas escolas de Cuba, na década de 30 do século XXI. Portanto, é uma fonte significativa para a construção de uma análise de gênero sobre a História da Revolução Cubana, destinada as jovens e aos jovens estudantes cubanos.

Os livros didáticos utilizados em Cuba, estão disponíveis na página do Ministério da Educação de Cuba (https://www.mined.gob.cu/). Eles também são impressos e distribuídos para os e as estudantes dos diferentes níveis de ensino. O livro escolhido é destinado ao nível escolar correspondente ao ensino médio brasileiro. Observa-se que existem três livros didáticos de História, destinado ao pré-universitário, um sobre história contemporânea, um sobre história da América e um sobre a história de Cuba.

O livro *História de Cuba, nivel medio superior* (Callejas Opisso, 2011) é constituído por capítulos com textos escritos, imagens (fotografias, desenhos, etc.) e mapas. Este possui uma diagramação simples, com foco nos textos escritos, pois é composto de quatrocentas e setenta (470) páginas. Os capítulos sobre a Revolução Cubana (1954-1959), são dois e constituídos por duzentas (200) páginas, com cinquenta e quatro (54) imagens (todas em preto e branco), mapas e atividades. Considerando as imagens voltamos a atenção para as imagens de pessoas, entre as quais trinta e oito (38) são imagens de homens e de mulheres são apenas sete (07).

Herdeiros e orientadores das construções de práticas e representações, considerando as reflexões de R. Chartier (1991), os livros didáticos constituem-se em orientadores de práticas culturais que definem o lugar dos sujeitos na ordem social, conforme destaca Michel Foucault (1988), o poder disciplinar visa moldar os corpos e ao estabelecer um currículo único. Além do mais, conforme destaca Guacira Louro (1997), a escola sempre teve a função de construir a distinção, um espaço de fabricação de sujeitos generificados. "Currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos, processos de avaliação são, seguramente, *loci* das diferenças de gênero, sexualidade, etnia, classe — são constituídos por essas distinções e, ao mesmo tempo, seus produtores

(Louro, 1997, p. 64)". Portanto, o livro didático, desde o século XIX, estabelece a cultura do "o ensino simultâneo, pelo qual o mesmo professor ensina a mesma disciplina para muitos alunos, ao mesmo tempo" (Munakata, 2016, p. 135), contribuindo para construção de um padrão e de distinções. Portanto, a escolha da fonte permite uma análise de gênero a partir das imagens que constituem uma representação sobre a Revolução Cubana.

As imagens são analisadas a partir da categoria gênero (Scott, 1995), dialogando com os conceitos de representações (Chartier, 1990; 1991) e masculinidade hegemônica (Connell; Messerschmidt, 2005; Connell, 1997; 2005). Vale destacar que a análise é orientada pelas reflexões de autores e autoras que utilizam imagens como fonte histórica (Kossoy, 2001; Mauad, 1996; Stancik, 2014; Burke, 2004).

Considerando que as imagens dos livros didáticos, também são construções discursivas, o objetivo é analisar as imagens como construtoras de uma representação da Revolução Cubana, a qual tende a orientar a construção e reprodução de símbolos, memórias, práticas, realidades sociais e identidades. O livro didático de história, produzido pelo Estado Cubano, no início do século XXI, apresenta uma narrativa que constrói uma história da Revolução Cubana, com finalidade pedagógica. O foco é observar as representações generificadas que constituem a narrativa presente nas imagens.

No início do século XXI, são publicados os primeiros estudos historiográficos sobre a Revolução Cubana, a partir de uma perspectiva de gênero. Entre os primeiros escritos, está o estudo de Abel Sierra Madero (2006) sobre a sexualidade na construção da nação cubana, no qual o autor analisa os discursos do século XIX e do século XX, destacando que, nos anos de 1960 e 1970, o texto homem novo, de Ernesto Guevara, publicado em 1965, foi uma referência para construção de uma masculinidade nacional heteronormativa. Entre os estudos recentes, estão as reflexões as heroínas e o estado patriarcal cubano de Lynn Stoner (2003), o livro de Lorraine Bayard de Volo (2018) e a publicação da *Radical History Review*, no ano de 2020. Entre os estudos realizados no Brasil, estão os estudos de Andréa M. Schactae (2013; 2016; 2020) sobre o ideal de feminino, construído pela Revolução Cubana, e presentes nas publicações do Estado Cubano sobre o *Pelotón*

Mariana Grajales e a heroína Célia Sánchez, e de Igor M. Pereira (2014) que aborda a identidade nacional em uma perspectiva de gênero.

Imagens da Revolução Cubana

A narrativa da história de Cuba, presente no livro didático, é constituída pela ideia da Revolução como uma herança de longa duração. No texto inicial, voltado para os estudantes e para as estudantes, estão descritos os objetivos da obra, entre os quais estão: "*Que la Revolución Cubana es una sola como proceso histórico desde 1868 hasta nuestros días; La necesidad histórica del socialismo y la labor desempeñada en la lucha por su realización por el liderazgo revolucionario, en particular, el del compañero Fidel*" (Ministerio de Educación, 2011). Essa construção narrativa, que significa esse processo histórico, também está presente em produções historiográficas que circulam e Cuba e no Brasil, no início do século XXI (Chomsky, 2015; Fernandes, 2012; Ayerbe, 2004; López, Loyola, Silva, 2005; López Segrera, 2012; Suárez Pérez, Caner Román, 2006).

No texto de apresentação, o qual não é paginado, o Ministério da Educação define os objetivos dos estudos da História de Cuba, entre os quais se destacam a ideia de um processo revolucionário contínuo, iniciado no século XIX e permanente até atualidade, bem como, destaca a figura de Fidel Castro, como um personagem significativo para a História de Cuba. Diante destas ideias que norteiam a construção de uma História de Cuba, voltada para os e as jovens de Cuba, surge a seguinte indagação: como as imagens presentes na obra apresentam uma representação da Revolução Cubana?

A existência do nome de Fidel, na abertura do livro, é um indicativo do caráter generificado da história ensinada nas escolas. Historicamente o Estado e as suas organizações de poder, são espaços construído como pertencentes aos homens. Os seus símbolos e suas práticas são constituídos para se tornarem identificadores de masculinidades. Os heróis tendem a serem homens que pertenceram a instituições armadas e participaram de conflitos armados, e são constituídos em símbolos identificadores do Estado. Os uniformes das instituições armadas e as armas, são identificadores de um ideal de masculinidade caracterizado pela violência, pela força, pela coragem e pela honra. Valores construídos

historicamente e expressos em imagens, práticas, símbolos e leis que organizam e identificam o Estado e suas instituições.

Como está posta na apresentação da obra, a narrativa sobre a Revolução Cubana foi construída como uma continuidade dos movimentos de independência do século XIX. Ao longo das duzentas páginas que compõem os capítulos selecionados: *Cuba entre 1953 y 1958*. "*Dictadura, resistencia y revolución?*" (Callejas Opisso, 2011, p. 257) e "*La Revolución Cubana en el poder*" (Callejas Opisso, 2011, p. 311), observamos que de um total de cinquenta e quatro (54) imagens, sete (07) são de mulheres. A maioria são imagens de homens e correspondem ao número de trinta e oito (38) imagens, cujas vestimentas se destacam como características que constituem um ideal de masculinidade hegemônica. Esse ideal apresenta uma percepção de que a Revolução Cubana e, portanto, a história da construção do Estado Cubano é construída principalmente por homens usando terno e vestimentas militares. Para demonstrar o domínio masculino e o silenciamento das mulheres guerrilheiras, foram selecionadas algumas imagens, considerando a qualidade gráfica e as características simbólicas – entre os quais as vestimentas, as armas e fatos históricos – das fotografias de homens, mulheres, guerrilheiros e guerrilheiras.

A primeira imagem do capítulo, *Cuba entre 1953 y 1958*. "*Dictadura, resistencia y revolución?*" (Callejas Opisso, 2011, p. 257), e tem como legenda o nome Abel Santamaria. Esse jovem participou do ataque ao Quartel Moncada, em 26 de julho de 1953 e é um dos líderes do movimento de estudantes, organizado em Havana, no início dos anos de 1950, contra a ditadura de Fulgencio Batistas (ditadura de 1952 até 1959). A imagem em forma de retrato do busto do jovem homem branco, usando terno, líder de um movimento estudantil é indicativa de uma das características da masculinidade hegemônica que caracteriza a Revolução Cubana. Os elementos simbólicos identificadores do poder masculino, nos anos de 1950 no Ocidente, estão presentes: a vestimenta – símbolo do poder masculino a partir do século XIX –, a juventude, a pele branca, os cabelos curtos e bem penteados. Ele representa a imagem do bom moço, bem comportado e viril, de meados do século XX, na cultura masculina Ocidental.

A juventude masculina, a heterossexualidade e o poder político são características importante para construção da masculinidade hegemônica, que constitui a Revolução Cubana, do livro didático e da historiografia. Outras características são a guerra e a imagem do guerrilheiro, as quais também orientam as construções da história da revolução. Para Abel Sierra Madero (2005) a historiografia cubana, tende a explicar os processos históricos focando na guerra, além do que esse espaço e suas práticas são percebidos como pertencentes ao masculino. Portanto, para o pesquisador, os estudos da História de Cuba, sobre a perspectiva da guerra, reforçam um modelo de cubania heterossexual, patriarcal, sexista e homofóbico (Sierra Madero, 2005, p. 68).

Em Cuba e em outros lugares do Ocidente, entre o final do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX, está se construindo uma nação-sexuada imaginada, os Estados Nacionais silenciam as mulheres e colocam os homens heterossexuais no domínio do lugar público (Corbin, 2013; Sierra Madero, 2005; Páges, 2002). Os mambises que lutaram pela independência de Cuba, do domínio espanhol, são representados na historiografia como heróis e homens heteroxessuais (Sierra Madero, 2005, p. 85).

A foto de guerrilheiros na Sierra Maestra (figura 1), cuja legenda os nomeia como combatentes da Sierra Maestra, coloca Fidel Castro no centro da imagem, mais alto que os demais homens, indicando que ele ocupava um lugar de poder e domínio. Uma imagem que representa o poder dos homens jovens na construção da Revolução Cubana. O texto não apresenta informações sobre a data da fotografia, porém indica que o ano é 1957 e a coloca como uma imagem da consolidação do Movimento 26 de Julho. Portanto, é uma representação dessa organização como um lugar de homens, fardados, armados e aparentemente brancos, com exceção, de um jovem negro que ocupa o lugar de menor poder simbólico, na composição da cena. Ele está à esquerda de Fidel Castro, na parte de baixo e aparece sem arma, embora use um símbolo do comando da guerrilha, a boina. Vale destacar que as armas são símbolos de uma masculinidade hegemônica identificadora da Revolução Cubana, representam a virilidade fálica e do poder dos homens. Outros símbolos que estão visíveis são a vestimenta militar e a barba, os quais foram constituídos também como características da

masculinidade hegemônica identificadora do guerrilheiro da Revolução Cubana.

Figura 1: Homens com vestimentas militares e armas



Fonte: Callejas Opisso, 2011, p. 286.

Voltando o olhar para a construção dos símbolos nacionais, no Ocidente, observa-se que os heróis, tendem a serem símbolos vinculados a masculinidade viril (Girardet, 1987). Constituem-se em representações de um ideal de hombridade caracterizado pelas ideais de força, coragem, valentia, combate e honra (Schactae, 2013, 2020, 2022; Bonino, 2002; Stoner, 2003). O livro didático, em foco, tende a reproduzir essa construção histórica. Apresentando Fidel Castro como o herói da Revolução Cubana.

Historicamente o alto é um lugar sagrado, onde moram os deuses, portanto é o lugar daqueles que são detentores de poder, assim como a guerra é um espaço sagrado do masculino (Hertz, 1980, p. 106-107). Portanto, a guerra e os lugares altos, são espaços de poder e no Ocidente os lugares sagrados foram constituídos como lugares de poder dos homens e as mulheres tendem a serem excluídas deles (Bourdieu, 2007).

Nas imagens Fidel Castro é apresentado em posição de poder e com símbolos de poder político e de masculinidade hegemônica. Ao longo

dos capítulos são identificadas treze (13) imagens dele, somente em três, ele está com vestimentas civis. Elas estão no capítulo cinco (5), que narra o início do processo que produziu o movimento guerrilheiro e o Exército Rebelde. Nas outras imagens ele está usando vestimenta militar.

A primeira fotografia (figura 2), é uma referência ao ataque ao Quartel Moncada, em Santiago de Cuba, em 26 de julho de 1953. Fato que foi constituído no marco inicial da Revolução Cubana e do qual participaram duas mulheres: Haydée Santamaria e Melba Hernandéz. Os sobreviventes foram presos, entre eles Fidel Castro e as duas mulheres. A imagens de José Marti ao fundo e no alto é uma construção narrativa que vincula os ideais do movimento, liderado por Fidel Castro e Abel Santamaria, como uma continuidade dos ideais libertadores do herói Marti, uma liderança intelectual do movimento de independência de Cuba, no século XIX. Essa é uma imagem significativa para a legitimidade do movimento e de Fidel Castro.

Figura 2: Fidel com vestes civis



Fonte: Callejas Opisso, 2011, p. 263, 270, 275.

A imagem do centro (figura 2) é uma representação da liberdade. O grupo sai da prisão e segue para o exilio no México. Os braços levantados e Fidel Castro, em primeiro plano, são elementos da imagem que rementem as ideias de liberdade e da liderança de Fidel Castro. A legenda confirma essa construção do líder, ao afirmar: "*Fidel y sus compañeros saliendo de la prisión*" (Callejas Opisso, 2011, p. 270). Os

companheiros não são nomeados, portanto o foco está na legitimação do líder. O lugar que ocupa, na imagem, também o projeto como aquele que guia o grupo.

A terceira fotografia (figura 2), cuja legenda indica ser uma imagem do exílio, no México. Fidel Castro está no centro, novamente em um lugar indicativo de poder. Os lugares ocupados pelas pessoas, na fotografia é uma construção simbólica que legitima e estabelece poder. Conforme destaca P. Bourdieu (1998, 2007), o poder simbólico ser revela na posição ocupada pelos agentes, portanto presença de José A. Echeverría e René Anillo. Echeverría, ocupava o cargo de presidente da Federação de Estudantes Universitários, morreu em 13 de março de 1957, e Anillo, que também figurava entre os líderes do movimento de estudantes, em Cuba, são agentes que ocupam espaços de poder e constituem a legitimidade a liderança de Fidel Castro. Essas imagens projetam homens brancos como lideranças de um movimento que se iniciou civil, mas que ao longo do processo se tornou militar, reafirmando um ideal de masculinidade Ocidental.

Em seus estudos sobre masculinidade hegemônica, R. Connell (1997; 2005; 2013), observa que o Estado e as instituições armadas possuem um aparato simbólico identificador de um ideal de masculinidade. Um modelo que não é fixo e nem imutável, mas está vinculado a posições de poder e tende a ser reproduzido, o qual é constituído por características que relacionam heranças culturais históricas e adaptações necessárias ao presente e aos diferentes contextos históricos. A força, coragem, bravura, liderança, combatividade, lealdade e heterossexualidade, são algumas características identificadoras de masculinidade hegemônica, as quais tendem a ser constitutivas das representações dos líderes e dos heróis.

Figura 3: Fotografia da Guerrilha



Fonte: Callejas Opisso, 2011, p. 290.

A vestimenta militar e as armas são construções simbólicas do poder masculino e viril. A força, a coragem, a honra e violência, historicamente são definidores de um ideal de masculinidade e de poder, vinculados ao Estado. Apenas uma fotografia apresenta uma mulher, junto dos guerrilheiros. Porém a sua vestimenta é diferente dos homens e não é possível definir se é um uniforme militar. A legenda também não a coloca como guerrilheira, ao afirmar: "*Combatientes en la sierra junto a Celia y Fidel*" (Callejas Opisso, 2011, p. 290). A presença de Celia Sánchez na imagem (figura 4) e ocupando um espaço de poder, no centro, junto com Fidel Castro indica a importância dela na História da Revolução Cubana, narrada no material didático. O fato dela ser nomeada antes de Fidel Castro, é mais um indicativo do poder simbólico atribuído a ela, ou melhor, conquistado por ela. Porém, a seleção da imagem, retirou dela os símbolos da virilidade guerrilheira, a vestimenta e a arma.

A virilidade, para Alain Corbin (2013) e Jean-Jacques Courtine (2013) é um ideal, de modo que as qualidades que determinam o que é viril são reconstruídas ao longo do tempo. O ideal viril de uma sociedade militar é diferente daquele de uma sociedade mercantil, porém ambos são marcados por valores como coragem, força e domínio sexual. Portanto, a virilidade é "o conjunto de papéis sociais e dos sistemas de

representações que definem o masculino e também o feminino e não pode se reproduzir, enquanto tais, senão se a hegemonia virial aparecer como pertencente à ordem natural e inelutável das coisas" (Courtine, 2013, p. 8). A virilidade, isto é, as características identificadoras do viril, em diferentes culturas e sociedades, orientam a invenção dos heróis e de algumas heroínas, legitimando ideais de masculinidade e de feminilidade. Em duas imagens, presentes no livro didático, símbolos da virilidade são apropriados pelas mulheres. No entanto as mulheres que estão nas cenas não são nomeadas. As imagens que elas são nomeadas, reafirmam um ideal de feminilidade que se desvincula de características da virilidade guerrilheira.

Figura 4: Símbolos de feminilidade revolucionária – Vilma, Melba e Celia



Fonte: Callejas Opisso, 2011, p. 338, 387, 397.

Observando as imagens se identifica uma tendência de apenas os homens serem nomeados. A construção simbólica do feminino, construída pelas imagens das mulheres, tendem a se constituir como legitimadoras de um ideal de feminilidade, que historicamente é voltada para o cuidado e para os espaços percebidos como não pertencentes a masculinidade viril, o espaço do privado. Portanto, as imagens das mulheres lembram uma representação da maternidade e de práticas consideradas ideais para as mulheres, nos anos de 1950 (esposa, filhas, mães, avó, cuidadora...). A vestimenta delas é legitimadora dessa representação do feminino delicado, como as flores. As guerrilheiras Vilma Espín, Melba Hernández e Celia Sánchez Manduley (figura

4) são representadas como exemplos de uma feminilidade vinculadas a delicadeza, o cuidado, a simpatia... Somente a Celia é citada em uma imagem da guerrilha (figura 3).

O silenciamento da atuação das mulheres na guerrilha e na construção do Movimento 26 de Julho é percebido nas imagens selecionadas para compor o material didático. Vale destacar que, no ano de 1958, das treze pessoas citadas como membros da direção nacional do Movimento 26 de Julho três são mulheres, isso significa que 23% dos cargos diretivos do movimento pertenciam a representantes do sexo feminino, e segundo afirmações de Yolanda Ferrer (2002), das seis províncias cubanas da década de 1950, três delas (Matanzas, Oriente e Villas) tiveram mulheres como coordenadoras provinciais do Movimento 26 de Julho, o que significa 50% das coordenações provinciais foram ocupadas por mulheres. Contudo, em 1975, durante o primeiro Congresso do Partido Comunista Cubano, estavam somente cinco mulheres entre cento e vinte homens na direção do PCC (Partido Comunista Cubano) (Bohemia, 1975). O que significa que a representação de mulheres em espaços de poder dentro do processo da Revolução Cubana foi maior durante a luta armada. O fim da guerra fez com que o Estado retirasse as mulheres do poder de decisão, conforme se verifica no ano de 1975.

Em setembro 1958 foi estabelecido o *Pelotón Mariana Grajales,* porém, as mulheres já participavam do movimento desde 1953 (Pagés, 1991; 2005). A heroína nacional e que deu nome ao pelotão feminino da *Sierra Maestra* é uma construção simbólica que reafirma a maternidade e detrimento da guerreira. Portanto, embora a figura da guerreira, ou seja, a soldado combatente, esteja presente na construção das narrativas da história nacional de Cuba, ela permanece uma contradição dentre de um espaço identificador e construtor de ideais de masculinidade, o combate e o uso de armas (Schactae, 2016).

A guerrilheira Vilma Espín (figura 4, a mulher à esquerda), aparece em uma imagem que representa uma esposa, mãe e vó feliz. Usando um penteado impecável, brincos e uma roupa identificadora de feminilidade tradicional, com uma legenda que apenas cita o nome dela (Callejas Opisso, 2011, p. 338). A imagem central, na figura 4, novamente a guerrilheira foi apresentada com uma imagem que representa uma avó feliz. Melba Hernandez, que atuou e foi presa, no ataque ao Quartel

Moncada, aparece com vestimenta identificadora do feminino bem comportado, composto por brincos, óculos, uma vestimenta discreta e cabelos grisalhos. As duas são guerrilheiras e atuaram ao longo de todo o conflito armado, de 1953 até 1959, porém a identificação com a guerrilha foi silenciada nas imagens e as duas lembram avós felizes e bondosas.

Outra característica significativa que constitui o feminino, é uma tendência em representar as mulheres paradas (sorrindo, observado os homens, olhado para a câmera), enquanto as imagens dos homens, existe um predomínio deles em situações de ações em espaços públicos (guerra, trabalho, discursando, escrevendo). Uma construção histórica, presente na cultura Ocidental, que define o homem como ativo e a mulher como passiva. Portanto, as representações do corpo feminino e do corpo masculino definem uma ordem generificada que constitui uma narrativa sobre a Revolução Cubana, no livro didático.

Esses modelos de feminilidade e de masculinidade constituem as imagens da Revolução Cubana, em Cuba, no século XXI. Esse acontecimento que marcou o século XX e exportou um ideal de masculinidade para a América Latina, ao mesmo tempo estabeleceu um silêncio, dentro do possível, sobre as mulheres guerrilheiras, é uma construção reveladora de uma herança cultural, de longa duração, que constitui as identificações de gênero, no Ocidente. A representação do feminino é constituída pela passividade, a delicadeza e o auxílio, com exceção a imagem da Celia Sánchez (figura 3 e 4), que também aparece entre os guerrilheiros.

Os homens além de dominarem as imagens, em vinte e duas (22) imagens eles figuram em alguma atividade, com o predomínio de temas vinculados ao combate e discursando, portanto, em espaços de poder e público. Representação que reafirma a guerra e a política como domínio masculino. A palavra pública é negada as mulheres nas imagens do livro didático, um indício que reafirma as reflexões de Michele Perrot (2005), pois para a ela historicamente a política, a guerra e a palavra pública são práticas percebidas e representadas como pertencentes aos homens.

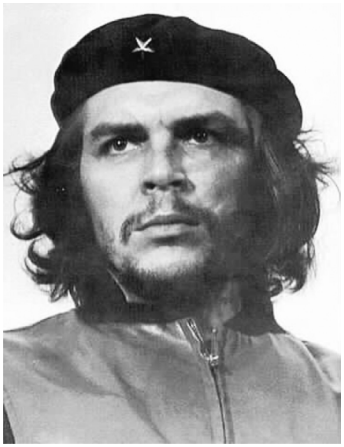
Os homens que representam o modelo de masculinidade da Revolução, considerando o número de imagens, são: em primeiro lugar Fidel Castro; em seguida estão Camilo Cienfuegos, Ernesto Che

Guevara e Raul Castro. Todos figuram em mais de uma imagem, um indicativo que eles representam o ideal revolucionário.

Fechando o livro, a última imagem é um símbolo da Revolução Cubana e de um ideal de masculinidade. A famosa fotografia de Che Guevara, construída por Alberto Korda (Figura 5), a qual ficou conhecida mundialmente e legitima a masculinidade hegemônica construída pela Revolução Cubana. Após a morte de Che Guevara, em 1967, ele se torna um símbolo da Revolução e um exemplo da masculinidade hegemônica estabelecida pelo movimento revolucionário, nos anos de 1950 e 1960. Portanto, os anos de 1970, em Cuba, as ações do Estado foram influenciadas por esse ideal revolucionário masculino, conforme indica Abel Sierra Madero (2006).

Para Matías Alderete (2013), a construção do homem novo, pela Revolução Cubana, é constituída pela "masculinidade revolucionária", (Alderete, 2013, p. 3) e marcada pela homofobia. Prevalece em Cuba o modelo do macho, porém, *"un macho no es homosexual ni heterosexual per se, sino la continua muestra de valores masculinos: ser violento y agresivo, hablar y actuar en forma vulgar y penetrar en la relación sexual"* (Alderete, 2013, p. 6). Para a Revolução o contra-revolucionário é o *maricon*, isto é, aquele que é penetrado e apresenta comportamento percebido como feminino (Alderete, 2013, p. 6-7).

Figura 5: Uma representação do guerrilheiro



Fonte: Callejas Opisso, 2011, p. 455.

Orientando-se por um modelo de cubania constituído por um ideal de macho revolucionário, a Revolução Cubana é um movimento paradoxal, pois ao mesmo tempo que se propõem estabelecer uma ruptura na ordem estabelecida político-econômico-social, ela também re-significou um ideal de masculinidade caracterizado pela virilidade. Um ideal orientado pela força, coragem, bravura e o poder das armas, o qual foi construído no século XIX (Audoin-Rouzeau, 2013) e orienta a construção da masculinidade em Cuba, em meados do século XX.

As imagens do manual didático apresentam um ideal de masculinidade hegemônica da Revolução Cubana. Um modelo masculino viril, que representam os construtores da Revolução Cubana, o qual é revelado no conjunto de imagem com predomínio de rostos de homens, que indicam as características da masculinidade hegemônica revolucionária, percebida nos seguintes elementos do poder simbólicos masculino: as armas, a vestimenta verde oliva, a barba, o charuto, a coragem, a força, o combate armado e o discurso para o povo. O homem ideal e os líderes do povo cubano incorporam esse ideal, revelado nas imagens.

O livro didático constrói uma representação da Revolução Cubana que tende a orientar práticas e identidades, bem como, direcionar a construção dos espaços sociais, com base em uma construção social que define o viril e o masculino como dominantes e construtores da história. As mulheres seguem nas margens. A virilidade feminina é retirada das representações do feminino. A representação da Revolução é a legitimação do estabelecimento de uma ordem masculina, viril, heterossexual, branca e militar, como responsável pela história e pela política.

Ernesto Che Guevara e Fidel Castro, foram constituídos em encarnações do homem novo do socialismo cubano. A última imagem do livro didático é significativa para a representação da masculinidade hegemônica constituída pela Revolução Cubana. Um poder simbólico, presente nas imagens da Revolução, o qual constitui memórias de jovens sobre o passado de Cuba. Porém, as imagens de mulheres na guerrilha, mesmo silenciadas, são uma contradição e uma ruptura o ideal de feminilidade no Ocidente, nos anos de 1950. Mesmo silenciadas, nas imagens do livro didático, elas mulheres participaram com combatentes do Exército Rebelde e como coordenadoras do Movimento 26 de Julho,

portanto romperam com o domínio de homens no processo histórico cubano, de meados do século XX. Todavia, ainda no século XXI, existe uma tendência de construir uma representação da Revolução Cubana, como um espaço constituído por guerrilheiros viris, cuja masculinidade hegemônica é representada pela vestimenta militar, as armas, a barba, a boina, o charuto, o poder da fala, a coragem, a força e o combate.

Referências

ALDERETE, Matías. Masculinidad revolucionaria: la represión de maricones y la construcción del hombre nuevo en Cuba posrevolucionaria. **X Jornadas de Sociología**. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2013. Disponível em: https://cdsa.aacademica.org/000-038/147.

AUDOIN-ROUZEAU, Stéphane. Exércitos e guerras: uma brecha no coração do modelo viril? CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. **História da Virilidade** – A virilidade em crise? Séculos XX-XXI. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 239-268, 2013.

AYERBE, Luis Fernando. **A Revolução Cubana**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

BOHEMIA. **Revista Bohemia**, n. 53, ano 67, 1975.

BONINO, Luis. Masculinidad hegemônica e identidad masculina. **Dossiers feministes** - Masculinitats: mites, de/construccions y mascarades, n. 67, 2002, p. 07-36.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular:** história e imagem. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CALLEJAS OPISSO, Susana [et.all] **História de Cuba, nivel medio superior**. La Havana: Editorial Pueblo y Educación, 2011. Disponível em: https://www.mined.gob.cu/. Acesso em: 15 de abril 2024.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1990.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, 11 (5), p. 173-191, 1991.

CHASE, Michelle; COSSE, Isabella. Revolutionary Positions: Sexuality and Gender in Cuba and Beyond. **Radical History Review**, n. 136, p. 1- 10, January 2020. Disponível em: <DOI 10.1215/01636545-7857211>. Acesso em: 23 jun. 2022.

CHOMSKY, Aviva. **História da Revolução Cubana**. São Paulo: Veneta, 2015.

CONNELL, R. MESSERSCHMIDT, JAMES W. Masculinidade Hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n.21, vol.1: 241-282, 2013. Disponível em: < https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100014>.

CONNELL, R. W. Políticas da masculinidade. **Educação e realidade**. V. 20 n.º 2, 2005, p. 185-206.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. Hegemonic masculinity: rethinking the concept. **Gender & Society**. Vol.19, 2005, <http://gas.sagepub.com>, CAPES acesso 27 de maio de 2009.

CORBIN, Alain (org.). **História da virilidade**: O triunfo da virilidade – século XIX. Petrópolis: Vozes, 2013.

CORBIN, Alain (org.). **História da virilidade**: O triunfo da virilidade – século XIX. Tradução: João Batista Kreuch; Noeli Correia de Melo Sobrinho. Petrópolis: Vozes, 2013.

COURTINE, Jean-Jacques. Impossível virilidade. In: COURTINE, Jean-Jacques (org.). **História da Virilidade***:* A virilidade em crise? Séculos XX-XXI. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 7-12.

FERNANDES, Florestan. **Da guerrilha ao socialismo***:* a Revolução Cubana**.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FERRER, Yolanda. **La mujer en la Revolucion, las concepciones de Vilma, los analisis teoricos de la FMC sobre igualdad de género.** Cuba, 27 de maio de 2002. Conferência. Arquivo FMC, Havana, (mimeo).

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**. Vol. 1: A vontade de saber. 11a ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias políticas.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HERTZ, Robert. A preeminência da mão direita: um estudo sobre a polaridade religiosa. Tradução: Alba Zahuar. **Religião e Sociedade**, n. 6, p. 99-128, 1980.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História***.* 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LÓPEZ SEGRERA, Francisco. **A Revolução Cubana**: propostas, cenários e alternativas. Maringá: Eduem, 2012.

LÓPEZ, Francisca; LOYOLA, Oscar; SILVA, Arnaldo. **Cuba y su historia**. La Habana: Editorial Felix Varela, 2005.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história – interfaces**. Tempo**, v. 1, n. 2, p.73-98, 1996.

MINISTERIO DE EDUCACIÓN. Presentación. In: CALLEJAS OPISSO, Susana [et.all] **História de Cuba, nivel medio superior**. La Havana: Editorial Pueblo y Educación, 2011. Disponível em: https://www.mined.gob.cu/. Acesso em: 15 de abril 2024.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático como indício da cultura escolar. **História da Educação** (Online). Porto Alegre v. 20 n. 50, set./dez., p. 119-138, 2016.

PAGÉS, Julio Cesar G. Género y Masculinidad en Cuba: El outro lado de una historia? **Revista Nueva Antropologia**, n. 61, 2002, p. 117-126. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/159/15906106.pdf>. Acesso em: 18 de junho de 2017.

PAGÉS, Julio César Gonzalez. **Em busca de un espacio**: Historia de mujeres em Cuba. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2005.

PAGÉS, Julio César Gonzalez. **La Republica Femenina**: Organizaciones Revolucionarias de Mujeres 1952-1958. Universidade de Havana: Havana, 1991.

PEREIRA, Igor M. Mambisas, feminismo e a identidade nacional feminina urbana. **Epígrafe**, vol. 1, n. 1, 35-5, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2318-8855.v1i1p35-5>.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Edusc, 2005.

PORTO, Ana Luiza Araujo. **Livros didáticos de História:** uma história comparada entre Brasil e Cuba (2013-2015). Tese apresentada no Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, SE, 2019.

SCHACTAE, Andréa M. "Mulheres guerreiras": mulheres na guerrilha cubana e a construção da heroína Celia Sánchez. In: MOREIRA, Rosemeri; SCHACTAE, Andréa M. (org.). **Gênero e instituições armadas**. Guarapuava/PR: UNICENTRO, 2016, p. 189-215.

SCHACTAE, Andréa M. A Revolução Cubana: representações generificas em um livro didático de História. **Revista Escritas do Tempo**, v. 2, n. 6, out-dez, p. 74-92, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unifesspa.edu.br/index.php/escritasdotempo/article/view/1251>

SCHACTAE, Andréa M. O herói Che: gênero, fotografia e revolução cubana. **Anos 90**, [S. l.], v. 29, p. 1–20, 2022. DOI: 10.22456/1983-201X.117426. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/117426. Acesso em: 6 maio 2024.

SCHACTAE, Andréa Mazurok. A Revolução dos Guerrilheiros em Cuba: um estudo de gênero e imagens. **Ponta de Lança:** Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, São Cristóvão, v. 18, n. 34, p. 156–183, 2024. DOI: 10.61895/pl.v18i34.21052. Disponível em: https://periodicos.ufs.br/pontadelanca/article/view/21052. Acesso em: 25 jul. 2024.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise história. **Educação e Realidade**, n. 20, vol. 2, p.71-99, 1995.

SCOTT, J. W. Prefácio a Gender and Politics of History, **Cadernos Pagu**, nº 3, 1994, p. 11-27.

SIERRA MADERO, Abel. **Del otro lado del espejo**: La sexualidad en la construcción de la nación cubana. La Habana: Editorial Casa de las Américas, 2006.

STANCIK, Marco A. Lina Cavalieri, musa da Belle Époque: representações da feminilidade em cartões-postais. **História**, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 445-469, jul./dez. 2014. Disponível em: https://dx.doi.org/10.1590/1980-436920140002000021. Acesso em: 8 nov. 2020.

STONER, K. L. Militant heroines and the consecration of the patriarchal state: the glorification of loyalty, combat, and national suicide in the making of Cuban National Identity. **Cuban Studies**, v. 34, 2003, p. 71-96. Disponível em: https://muse.jhu.edu/article/52439. Acesso em: 20 dez. 2010.

SUÁREZ PÉREZ, Eugenio; CANER ROMÁN, Acela. **Fidel:** de cinco Palmas a Santiago. Casa Editorial Verde Olivo: La Habana, 2006.

VOLO, Lorraine Bayard de. **Women and the Cuban Insurrection***:* How Gender Shaped Castro's Victory. New York: Cambridge University Press, 2018.

A IMPLANTAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO CEFET/IFSUL DE PASSO FUNDO NAS NOTÍCIAS DOS JORNAIS *O NACIONAL* E *DIÁRIO DA MANHÃ* (2006-2009)

Cibele Barea[1]

Introdução

Através das notícias divulgadas em dois jornais da cidade de Passo Fundo – RS, o jornal *O Nacional* e o jornal *Diário da Manhã*, os quais exercem ou exerceram papel importante na veiculação de notícias para a região, podemos observar como foram tratadas e divulgadas as notícias sobre a implantação e transformação do CEFET/IFSUL de Passo Fundo, no período de 2006 a 2009, a fim de contextualizar e discutir as questões que permearam esse processo, no qual ocorre a criação da primeira instituição de ensino técnico e superior pública em Passo Fundo.

Para tratar desse tema buscamos durante todo o processo dialogar com fontes bibliográficas e documentais a fim de construir significados para o estudo, depois buscamos analisar as fontes jornalísticas e contextualizá-las de acordo com suas características. Por fim, apresentamos os dados coletados nos jornais através da observação e reflexão sobre as notícias

1 Mestre em História e Doutoranda em História pela Universidade de Passo Fundo. http://lattes.cnpq.br/3703289016638556

relacionadas ao processo de implantação e das notícias relacionadas ao processo de transformação de Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFECT).

Diante isso, é importante dizer que a imprensa é uma valiosa fonte de estudo, a qual permite expandir o campo de trabalho no âmbito da pesquisa. Isso porque nos discursos jornalísticos, se encontram várias questões que permeiam o cotidiano de uma determinada região e, também dos mais variados temas discutidos por estados e nações. Nas notícias e discursos jornalísticos é possível analisar, através de uma leitura cuidadosa, muitas tendências de ordem ideológica, social, política e cultural e a maneira como estas são conduzidas.

Sendo assim, destacamos que quanto ao aspecto da análise das notícias entendemos que a as percepções sobre o social não são discursos neutros, mas que geram estratégias e práticas que costumam destacar autoridade, legitimar um projeto ou justificar ações. Nesse sentido, as representações interpostas nas notícias analisadas revelam ideologias e táticas para validar concepções por meio de discursos e conteúdos (Barea, 2016)

As notícias publicadas sobre a implantação e transformação do CEFET/IFSUL em Passo Fundo no período de 2006 a 2009, revelam um tom informativo que representam um projeto reformador e marcam a organização e a concretização de sonho local, mas também evidenciam movimentos que expressam artifícios políticos, autoridade e poder.

Dito isso, podemos destacar que antes de 2006, em Passo Fundo, se discutia sobre a necessidade de uma instituição pública que fizesse a oferta de ensino superior gratuito no município. Essas discussões se deviam dados os problemas de acesso de muitos estudantes ao ensino superior, que não tinha como pagar uma instituição privada e buscavam oportunidades em outros centros regionais que ofereciam ensino superior público. Além dessa realidade que criava desafios significativos para uma parte considerável da população local, também havia os problemas com a falta de mão de obra especializada na área tecnológica, que crescia devido ao desenvolvimento do município (Barea, 2016).

Contudo, em 2005, a partir da Lei nº 11.195 em 2005, o governo federal começou a primeira fase do plano de expansão da rede federal

de educação profissional e tecnológica, onde ocorreu a implantação de 64 novas unidades dos CEFETs e, depois, em 2007, ocorreu a segunda fase do plano que teve por objetivo entregar mais 150 unidades. No movimento dessa política o município de Passo Fundo conseguiu uma unidade do Centro Federal de Educação Tecnológica.

O CEFET de Passo Fundo foi autorizado em 2006 e implantado em 2007 ainda na primeira fase do plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Em 2008, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Passo Fundo foi transformado em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia a partir da Lei 11.892, que criou os Institutos Federais.

Ademais, como a realização desse projeto de ensino em Passo Fundo, assim como o contexto de sua efetivação, também foi permeado pela participação da imprensa, entendemos que o estudo das notícias veiculadas pelos jornais locais no período da implantação e transformação do CEFET/IFSUL, contribuem para uma reflexão a respeito da importância das instituições federais de ensino enquanto instrumentos de desenvolvimento local e também ajudam a compreender os discursos e relações de poder intrínsecas a esse processo.

Sobre a imprensa

A busca por informações sobre a sociedade foram elementos norteadores para criação de sistemas de coletas e divulgação de informações, que levaram à evolução da imprensa. Ainda que no passado se possa localizar outros veículos de comunicação, que tiveram certa equivalência à imprensa, estes antecedentes e suas semelhanças não chegam a ser suficientes para explicar a gênese das práticas jornalísticas. Então, as transformações do mundo moderno e a necessidade de dados informativos e das trocas de informações, desempenharam papel crucial na origem da imprensa (Terrou, 1990).

Rodrigues (1968) ressalta que a valorização do jornalismo como instrumento para pesquisa histórica levou os historiadores a enfrentar obstáculos para se utilizar desse tipo de documentação, pois sofriam com a falta de coleções completas. Nesse processo de valorização da imprensa como fonte, preconceitos foram superados, pois se passou a perceber que através dela se poderia analisar como a sociedade de um

determinado período estava organizada, ou quais os temas estavam em discussão.

No Brasil, a história da imprensa está relacionada ao período da vinda da família Real Portuguesa em 1808. O *Correio Brasiliense*, foi o primeiro jornal brasileiro, embora fosse redigido e publicado na Inglaterra. Nesse primeiro momento, o jornal de Hipólito da Costa desempenhou papel importante no contexto da pré-independência, pois defendia os ideais de liberdade através das páginas do periódico. Com a independência em 1822, aumentaram o número de redações e a circulação de jornais, principalmente no Rio de Janeiro (Lustosa, 2000).

O processo que levou à Independência no Brasil também despertou um grande estímulo à produção de impressos. Jornalistas das províncias foram incrementando a sua produção e com o passar do tempo propiciou tanto o desenvolvimento da imprensa local como a utilização de sua força política. A partir das lutas políticas que acompanharam a Independência, as elites puderam observar a força que a imprensa tinha sobre a sociedade e passaram a utilizá-la como mecanismo de difusão ideológica sobre a sociedade (Rüdiger, 1998).

A análise do processo histórico brasileiro foi desenvolvida principalmente através de estudos que se fundamentaram nas fontes jornalísticas como modo para entender seu passado, pois a utilização dos jornais como fontes de pesquisa histórica propiciaram experiências que somente seriam possíveis através da leitura e pesquisa realizadas nessa fonte. A imprensa, progressivamente, passou a conquistar um papel importante ao embasar pesquisas históricas, uma vez que, a partir do jornalismo, o historiador pode desvendar vários fundamentos e elementos que marcam a existência das sociedades (Alves, 1999).

No Rio Grande do Sul o primeiro jornal do estado foi criado no século XIX, quando antecedeu a Revolução Farroupilha (1835-1845). Em 1827 surgiu o *Diário de Porto Alegre*, que teve como apoiador o então presidente da província brigadeiro Salvador José Maciel, que financiou o jornal para difundir suas posições. Depois do *Diário de Porto Alegre*, mais de trinta outros surgiram, nos oitos anos subsequentes, motivados pela revolução. Foi um período de desenvolvimento da imprensa provincial, que foi interrompido pelo acordo de paz assinado entre as tropas do levante farroupilha e as do Império, visto que os jornais que nasceram

na região não passavam de meios para divulgação ideológica, que com o fim da revolução, ficaram sem propósito (Dornelles, 2004).

Por volta de 1910, ocorreu uma transição para o jornalismo noticioso, mais focado na notícia. Os jornais começaram a utilizar cores nos títulos e ilustrações, além de receberem serviços de agências internacionais. O *Correio do Povo*, fundado em 1895 por Caldas Júnior, foi pioneiro na transição para o jornalismo noticioso. Outros jornais importantes surgiram posteriormente, como o *Diário de Notícias* em 1925 e a *Folha da Tarde* em 1936. Com a industrialização nos anos seguintes, as empresas jornalísticas se desenvolveram, aumentando o público leitor e dependendo cada vez mais da publicidade como fonte de financiamento. A partir dos anos de 1970, houve uma modernização significativa na imprensa gaúcha, com a adoção de tecnologias como computadores e a transição para o jornalismo informativo. Os jornais do interior também passaram por transformações, buscando se tornar empresas jornalísticas e adotando o jornalismo informativo (Dornelles, 2004).

Em Passo Fundo, embora não haja muitas fontes sobre a imprensa, o jornal *O Nacional* de 15 de julho de 1925, traz uma apresentação dos primeiros veículos de comunicação que circularam na cidade. O recorte sob o título de "A Imprensa em Passo Fundo" foi escrito por João D'Outrora. Nele D'Outrora diz que o primeiro jornal que surgiu na cidade chamava-se *Echo da Verdade*, e foi fundado em 1892. Tratava-se de um órgão do Partido Republicano e era uma folha semanal publicado aos domingos e editada pelo advogado Gervásio Lucas Annes, sendo que sua circulação durou apenas dois anos, sendo substituído por outro impresso, o *17 de Julho*, também republicano. D'Outrora relata que os colaboradores do novo periódico eram os mesmos do *Echo da Verdade* e que o jornal teve pouca duração, sendo extinto em 1883, em consequência da revolução federalista. Também surgiram outros jornais, entre os quais o impresso literário, chamado *Violeta*, e depois, *O Palco*, que conservava a mesma abordagem. Ainda segundo o autor, foi em 1900 que nasceu o quinto jornal passofundense, o último antes da chegada de *O Nacional*. O impresso chamava-se *O Gaúcho* e foi publicado até 1920.

Além disso, no século XX a imprensa no Rio Grande do Sul, assim como no restante do país passou por fases marcantes. Durante a ditadura militar, enfrentou forte censura e perseguição aos jornalistas opositores,

mas permaneceu ativa e resistente. Após o regime, com a redemocratização do país e a liberdade da imprensa, houve maior permissão a diversidade de vozes. Ao longo do século, a imprensa passou por transformações tecnológicas, como o uso dos computadores e a digitalização dos meios de comunicação que impactou tanto na produção quanto no consumo de notícias. Foram tempos de resistência, adaptação e transformação, refletindo as mudanças políticas, sociais e tecnológicas.

Na atualidade, a adoção de novas técnicas e tecnologias de comunicação continuou provocando mudanças nos modos de produção, distribuição e consumo da informação. A internet veio para apresentar um aspecto diferente das demais tecnologias do jornalismo onde, é mídia, mas também suporte e ferramenta de trabalho. Ela foi introduzida primeiramente nos processos de produção e apuração do produto jornalístico, mas se tornou também mídia, plataforma de veiculação e distribuição de notícias, levando ao surgimento do chamado webjornalismo. Especialmente no caso da mídia impressa, têm sido frequentes as discussões em relação ao "futuro do jornalismo". As empresas jornalísticas têm discutido mecanismos de geração de renda com a internet e apresentado tentativas de estabelecer novos modelos de negócio (Agnez, 2012).

Os jornais *O Nacional* e *Diário da Manhã*

Fundado em 1925 na cidade de Passo Fundo, o jornal *O Nacional* teve como idealizadores os advogados e empresários Herculano Annes, Theófilo Guimarães, Americano Araújo Bastos e Hiran Bastos. Durante a década de 1940, o periódico foi adquirido por Múcio de Castro, jornalista e ex-deputado estadual. Herdeiro de uma tradição jornalística anterior, *O Nacional* tornou-se uma fonte importante para compreender a história do município de Passo Fundo. É reconhecido como o jornal impresso mais antigo em circulação no município, tendo emergido em um contexto turbulento, onde muitas publicações surgiam e desapareciam em questão de meses (Friderichs, 2010).

Atualmente o grupo editorial *O Nacional* se constitui em uma empresa de caráter privado que têm como principal produto o jornal *O Nacional*, de circulação diária em Passo Fundo e nas principais cidades do Norte do Rio Grande do Sul. Em 2025 o jornal *O Nacional*

completará 100 anos de história. Sob o formato tabloide, está dividido, em oito cadernos, caderno Aniversário O Nacional, caderno Gestão S.A., caderno Destaque Empresarial, caderno Aniversário de Passo Fundo, caderno Anuário Gigante do Norte, caderno Especiais, caderno Saúde em Foco, caderno Projeto Ellas. O *O Nacional* desempenha um papel importante na história de Passo Fundo, pois ajuda a contar aspectos do seu desenvolvimento e transformação. Além disso, também conta hoje, com o site www.onacional.com.br que complementa o jornal impresso (*O Nacional*, 2024).

No que se refere ao envolvimento político, percebe-se que os posicionamentos estão mais explícitos nas páginas de opinião. A função de críticas fica a cargo dos colunistas, espaços pelos quais a empresa jornalística afirma não se responsabilizar. De acordo com a empresa, ela procura manter um vínculo permanente com a comunidade, divulgando notícias e engajando-se nas lutas da sociedade no sentido de registrar a história, fomentar a intelectualidade e produzir materiais literários.

Dez anos após o surgimento do jornal *O Nacional*, em 1935, foi fundado o jornal *Diário da Manhã* de Passo Fundo por Túlio Fontoura. No início da sua atuação, não havia muita distinção entre características gráficas e o material publicado pelo *O Nacional*, conforme as novidades chegavam, eram noticiadas nas páginas do periódico. No entanto, o *Diário da Manhã* foi o primeiro a ser distribuído diariamente na cidade. Como Túlio Fontoura era membro do Partido Republicano e escrevia diariamente os editoriais do jornal, onde ressaltava a ética, a democracia e a liberdade de expressão, suas edições sempre contavam com posicionamentos políticos mais explícitos. Com o falecimento de Túlio Fontoura em 17 de novembro de 1979, assume em seu lugar Dyógenes Auildo Martins Pinto (Friderichs, 2006).

Em 31 de agosto de 2022 o jornal *Diário da Manhã* fez o comunicado aos seus leitores e anunciantes que deixaria de circular tanto na forma impressa, quanto digital, sem mais explicações. O periódico esteve em circulação durante 87 anos. Era publicado em formato tabloide e as notícias estavam distribuídas em nove editoriais: Da Redação, Política, Geral, Cidade, Educação, Esporte, Meio Ambiente, Variedades e Polícia. Apresentava notícias e reportagens ilustradas, divididas entre

as páginas, com impressão coloridas e em preto-e-branco na mesma proporção (Diário da Manhã, 2022).

As informações divulgadas

Os textos analisados nesse item foram retirados dos editoriais, notas e demais matérias dos jornais, relacionados direta ou indiretamente ao processo de implantação e transformação do CEFET/IFSUL em Passo Fundo. Os textos se encontram em todo o jornal, desde extratos de editais, notas pagas de informativos sobre processos seletivos e matérias específicas sobre a temática do estudo[2].

Ao pesquisarmos nos dois periódicos as notícias relacionadas ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no nosso recorte temporal 2006-2009, localizamos 15 matérias relacionadas ao processo de implantação do CEFET em Passo Fundo e o processo de transformação do CEFET em IFSUL. Além dessas matérias especificas, encontramos outras 5 matérias relacionadas ao tema que nos pareceram importantes para compreensão de algumas discussões postas para a sociedade no período de estudo. Essas notícias ajudam a elucidar questões sobre a Instituição e sobre como sua inserção na região foi um tema importante para a sociedade local. Dessa forma, foram analisadas ao todo 20 matérias relacionadas ao IFSul; para as quais foram utilizados como critérios de análise a temática de cada texto e a ordem cronológica com que foram publicados.

Dos textos encontrados sobre a implantação do CEFET em Passo Fundo, a primeira notícia é de 13/02/2006 sob o título "Cefet avança mais uma etapa". É uma notícia publicada pelo jornal *O Nacional*, que prevê a apresentação do projeto do CEFET no plenário da Câmara Municipal de Vereadores e que ressalta a presença do então Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, Eliezer Moreira Pacheco[3] e do diretor geral do CEFET Pelotas, Antônio Carlos Barum Brod[4]. O texto diz que o CEFET "foi uma conquista da comunidade

2 As fontes se encontram no acervo da biblioteca do Campus IFSul de Passo Fundo (2024).

3 Eliezer Moreira Pacheco foi Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação no período de 2005 a 2012.

4 Antônio Carlos Barum Brod foi Diretor Geral do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas no período de 2005 a 2008; e posteriormente Reitor do Instituto Federal de Educação,

passofundense e da região Norte do Rio Grande do Sul, através da administração Dipp/Corralo" e, também, que ainda em 2006 alunos já poderiam qualificar-se para o mercado de trabalho. Na sequência, lemos que o prefeito Airton Lângaro Dipp[5] e o secretário da educação do município Elydo Alcides Guareschi[6] foram até Brasília em 2005 para dar início às negociações de implantação do CEFET em Passo Fundo e também visitaram o campus de Sapucaia do Sul e de Pelotas, esse último enquanto referência em formação profissional.

Na continuidade do texto encontramos referência aos deputados federais Beto Albuquerque[7] e Francisco Turra[8] enquanto facilitadores do projeto para vinda de um centro federal de educação tecnológica a Passo Fundo e a exposição do projeto pelo secretário Eliezer Pacheco aos participantes e especialmente a empresários da cidade. Depois segue o informativo que os cursos a serem ofertados deverão levar em conta as demandas do setor produtivo da região que se caracteriza pelo setor metal mecânico e de maquinários agrícolas. Por fim, destaca-se que a contrapartida do município seria a doação de uma área de seis hectares, localizada junto a BR 285.

A notícia sobre a apresentação do projeto inicial de instalação do CEFET em Passo Fundo foi publicada apenas pelo jornal *O Nacional*, não encontramos registro nesse mesmo período no *Diário da Manhã*. Desse modo analisando o texto enquanto única fonte dessa notícia, observamos que o título da reportagem (Cefet avança mais uma etapa) sugere uma continuidade, algo que já foi amplamente debatido no jornal e/ou sociedade; todavia não encontramos outros textos sobre a temática registrados no jornal nos últimos seis meses antes dessa data. Sabemos também que havia um debate na comunidade local sobre a necessidade de uma instituição federal com oferta de educação superior, mas não sobre uma escola de nível técnico e tecnológico, a qual foi, de certa forma, uma surpresa para região, já que o programa de expansão da rede

Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense no período de 2009 a 2013.

5 Airton Lângaro Dipp foi prefeito do município de Passo Fundo no período de 2005 a 2012.

6 Elydo Alcides Guareschi foi secretário da Educação de Passo Fundo no período de 2005 a 2008.

7 Luiz Roberto de Albuquerque (Beto Albuquerquer) foi Deputado Federal no período de 1999 a 2015.

8 Francisco Turra foi Deputado Federal no período de 2003 a 2007.

federal de ensino tecnológico estava apenas iniciando no Brasil nesse momento.

Podemos observar que o texto se encontra imbuído de um destaque político que enaltece algumas figuras da gestão pública daquele período enquanto principal fonte viabilizadora do projeto. Não há muito respaldo quanto à participação da comunidade e sobre os debates ocorridos na sociedade até aquele momento, apenas a menção "foi uma conquista da comunidade passofundense e da região". Também se percebe que o tempo previsto para abertura de vagas na instituição, onde se ressalta o ano de 2006 como início, não foi concretizado, visto que as atividades só iniciaram efetivamente no segundo semestre do ano seguinte.

Na sequência, as duas notícias seguintes, publicadas no dia 16/02/2006, no *O Nacional* sob o título "Secretário do Mec está em Passo Fundo", e no *Diário da Manhã* "Mec apresenta o Projeto do CEFET em Passo Fundo", os jornais informam sobre a presença do Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação Eliezer Pacheco em Passo Fundo para apresentação do Projeto do Centro Federal de Educação Tecnológica. No jornal *Diário da Manhã* os destaques são que o CEFET beneficiará a população ainda naquele ano e que estariam presentes para a apresentação do projeto, figuras políticas, da gestão pública e empresários da cidade. No jornal *O Nacional*, além dos mesmos destaques para presença de figuras políticas e da gestão pública, também se ressalta a previsão de um curso na área metalmecânica.

No dia seguinte a essas matérias, os jornais publicam novamente artigos referente a implantação do CEFET em Passo Fundo. No *Diário da Manhã* (Unidade do CEFET inicia atividades em 2007) e *O Nacional* (MEC disponibilizou R$ 2,5 milhões para CEFET de Passo Fundo), os textos retomam a apresentação do projeto da instituição no dia anterior e ressaltam o investimento de R$ 2,5 milhões para a futura instituição. Também informam que as aulas devem iniciar no primeiro semestre letivo de 2007 e ainda trazem algumas falas do Secretário Eliezer Pacheco e do Diretor geral Antônio Carlos Brod ressaltando a escolha do curso na área de mecânica industrial em função da necessidade de mão de obra qualificada para a região de Passo Fundo. Os textos também informam que o ingresso no CEFET será por meio de processo seletivo

e que o Deputado Federal Beto Albuquerque foi um dos responsáveis pela conquista de um CEFET para Passo Fundo.

Embora as publicações dos dois jornais acerca da apresentação do projeto do CEFET se resumam a um breve informativo, é possível observar, a partir de elementos do texto, que incluem as falas das figuras públicas e a própria conotação dada pela notícia, que as discussões daquele período sobre a vinda de uma instituição de educação federal visava, além de preencher uma lacuna de mão de obra qualificada, atender às reivindicações e debates da comunidade acerca do ensino superior gratuito na região.

A vinda de uma instituição de educação federal para a região apresenta-se nos textos como o resultado das lutas da comunidade e da administração pública. Todavia, a comunidade só é mencionada quando serve aos propósitos das notícias e não possui lugar de fala. Em contrapartida, nas falas concedidas às figuras públicas, fica claro os poderes presentes na notícia, como o exemplo das escolhas dos recortes, a estrutura a partir da qual foram organizados, o espaço destinado à foto e as falas que compõe o texto. Assim, percebe-se o papel desempenhado pelo jornal e os grupos de interesse aos quais atendia de registrar os acontecimentos conforme as suas ideologias e necessidades.

Em 14 de outubro de 2006 no jornal *Diário da Manhã* foram publicados os extratos dos editais n° 51/2006 e n° 52/2006, nos quais foram divulgados os informativos para o primeiro concurso do CEFET em Passo Fundo, o primeiro para provimento de vagas administrativas e o segundo para vagas docentes. No edital para administrativos foram disponibilizadas doze vagas e no edital docente dezoito vagas. Não foram encontradas notícias referentes aos editais no jornal *O Nacional*, assim como também não foram mais encontradas outras notícias relativas a esse tema nos dias subsequentes. Nesse sentido, o que se pode deduzir é que não houve uma divulgação mais ampla e aberta, nos referidos veículos de comunicação sobre a abertura e possibilidade de empregos ofertados inicialmente pelo CEFET/IFSUL.

Em 21 de junho de 2007 o jornal *Diário da Manhã* publicou a notícia "Beto anuncia liberação de R$ 250 mil", a qual diz que o recurso seria utilizado para conclusão da unidade do CEFET em Passo Fundo. Também informa o número de vagas para os alunos nas primeiras

turmas, que seria inicialmente de 90, foram ampliadas para 160. Além disso, a notícia ressalta que os cursos ofertados inicialmente seriam para mecânica e informática, e que a unidade começaria seu funcionamento em agosto de 2007.

No jornal *O Nacional*, em 22 de junho de 2007 a notícia intitulada "Dias contados para seleção" diz que a obra do CEFET está em andamento na Perimetral leste, entroncamento com a BR 285. Ressalta que o governo Federal já destinou R$2,7 milhões para aquisição de equipamentos e obra e o município cedeu 6 hectares de terra e que as aulas estão previstas para início em 20 de agosto. O texto informa que as inscrições para o processo seletivo começam em 25 de junho e terminam de 25 de julho.

As notícias sobre o início das aulas foram divulgadas no jornal *O Nacional* em 28 de setembro sob o título "Encontro marcado" e no jornal *Diário da Manhã* em 2 de outubro sob o título "160 alunos iniciaram aulas". Na primeira reportagem ressalta-se que após dois meses de atraso, as aulas iniciam no CEFET em 01 de outubro e o atraso foi em função da morosidade no andamento das obras. Também diz que a implantação da unidade do CEFET em Passo Fundo faz parte do plano de expansão da Rede Federal de Educação Profissional Tecnológica do Ministério da Educação. Diz que o processo seletivo foi realizado em julho com 64 vagas para Mecânica Industrial e 96 para Sistemas de Informação. Na segunda reportagem informa-se que os 160 alunos do CEFET iniciaram as aulas em 01 de outubro, e ressalta a fala do diretor da unidade, o professor Luiz Afonso da Fonseca[9], que diz que o corpo docente e administrativo são profissionais de excelente qualidade e os equipamentos são de última geração, o que proporcionaria formação de qualidade aos alunos. Em sua fala o deputado Beto Albuquerque diz que a expansão da educação tecnológica só foi possível depois de se revogar o Decreto n.º 2.028/1997 que instituía a separação entre o ensino médio e a educação profissional e se instaurar o Decreto n.º 5.154/2004 que permite a integração do ensino técnico de nível médio ao ensino médio, o qual propiciou a ampliação dos CEFETs.

9 Luiz Afonso da Fonseca foi Diretor do CEFET e IFSUL de Passo Fundo no período de 2007 a 2013.

Ademais, também observamos nos textos, a forma particular da fala de quem escreve a notícia, a apropriação de uma estrutura narrativa cujo caráter parece informativo por meio da utilização e disposição dos elementos do texto, da ordem com que apresentam os fatos e pelos indivíduos escolhidos para relatar ou se responsabilizar pelas informações. O jornalista, na maioria dos textos, aparece escondido sob a peculiaridade informativa, apenas como um relator, embora isso possa ser questionado ao passo que o texto é produzido a partir de um ponto de vista, de uma ideia de mundo; ou seja, mesmo sendo um relato não é apenas um relato, mas uma construção sob determinada perspectiva que implica dividir ou impor sua ideia sobre tal assunto ao outro, nesse caso, o leitor da notícia.

A inauguração e estruturação do CEFET/IFSUL

A inauguração oficial do CEFET de Passo Fundo ocorrida em 30 de outubro de 2007 ganhou destaque nos jornais *Diário da Manhã* e *O Nacional*. No jornal *Dário da Manhã* de 30 de outubro de 2007 a notícia intitulada "Unidade de Passo Fundo inaugura hoje" o texto ressalta a participação dos então Ministro da Educação Fernando Haddad, da governadora do Rio Grande do Sul Yeda Crusius, do prefeito Airton Dipp e do Secretário da Educação Profissional e Tecnológica Eliezer Pacheco. Também retoma os informativos de notícias anteriores sobre os cursos oferecidos, forma de ingresso e investimentos. Já no jornal *O Nacional* do dia 31 de outubro a notícia intitulada "Oficialmente inaugurada", o destaque é que embora já em funcionamento desde o dia 1º de outubro, foi inaugurada a unidade do CEFET em Passo Fundo. Assim como no outro jornal, este também faz uma retomada sobre cursos, ingresso e investimentos. Também relata que o Ministro Haddad e o Secretário Pacheco não puderam estar presentes na cerimônia em função de não conseguirem pousar no aeroporto de Passo Fundo em virtude do mau tempo.

Quanto ao processo de transformação ocorrido no CEFET em 2008, onde o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) de Passo Fundo foi transformado em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFSUL) a partir da Lei 11.892, que criou os Institutos Federais e foi amplamente debatido no país; o assunto não recebeu

muito destaque na imprensa local. Encontramos apenas três matérias que falam especificamente desse processo, mas não fornecem maiores detalhes de como aconteceria e/ou aconteceu o processo em Passo Fundo. Também é importante relatar que as quatro notícias encontradas sobre a transformação do CEFET em IFET são todas do jornal *Diário da Manhã*.

Na primeira notícia sobre essa temática, intitulada "Eliezer debate novos institutos em Passo Fundo", publicada pelo jornal *Diário da Manhã* em 19/12/2007, o destaque é a visita do Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do MEC, para conhecer a nova unidade do CEFET e efetuar reunião com servidores para falar sobre a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. A notícia também diz que os institutos federais serão instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, sendo constituídas a partir da integração dos CEFETS e das escolas técnicas e agrotécnicas federais, e que no estado deverá haver três IFETS. Também informa que nas vagas ofertadas deverão ser metade destinadas para oferta de cursos técnicos de nível médio e que na oferta do ensino superior haverá destaque para as licenciaturas em ciência da natureza. Finaliza-se a notícia com uma fala do secretário onde este diz que "os institutos, ao identificar as demandas regionais e apontar políticas para as mesmas, a partir de uma perspectiva educativa, darão uma enorme contribuição para o enfrentamento das desigualdades sociais e demarcarão uma trajetória inovadora e de caráter não acadêmico."

Em 20 de dezembro de 2007, o jornal *Diário da Manhã* publicou a notícia "Passo Fundo pode ter campi do IFET", onde destaca que cursos superiores gratuitos nas áreas de licenciaturas, engenharias e tecnólogos são algumas possibilidades a partir de 2009 em Passo Fundo. No texto é informado que o CEFET poderá ser transformado em IFET a partir de 2008, e que com essa transformação haveria mais possibilidades de recursos financeiros e oferta de novos cursos. Relata-se a fala do professor Flávio Luiz Barbosa Nunes, gerente de ensino do CEFET Passo Fundo que diz que com a mudança seria possível ampliar o número de professores e funcionários. Também é informado que os IFETS são uma nova instituição dentro do Ministério da Educação que estão sendo implementados pelo governo federal.

Outra notícia encontrada sobre o processo de transformação de CEFET em IFSUL foi publicada no jornal *Diário da Manhã* em 21 de março de 2008 sob o título "Ação visa impedir mudanças no CEFET", onde destaca-se que o diretor geral do CEFET, Antonio Carlos Brod, esteve participando da sessão plenária da Câmara de Vereadores de Passo Fundo na quarta-feira dia 19 de março, onde falou sobre as possíveis mudanças no CEFET e que a mudança traria maior visibilidade e também melhor possibilidade orçamentária. Todavia, destaca-se na fala do diretor do CEFET que com essa mudança também existe a possibilidade de que o IF de Passo Fundo fique vinculado à reitoria de Bento Gonçalves e não mais de Pelotas devido à localização geográfica de Passo Fundo. Brod propõe uma mobilização para que não haja essa mudança de vinculação de reitoria, pois isso poderia ocasionar um retrocesso nos trabalhos já implementados e mudanças de administração.

Contudo, podemos perceber nos textos, que há uma pré-organização no sentido de informar e relatar aspectos que configuram a formação e características dos Institutos Federais. Os dados parecem reunidos a partir de uma pesquisa de campo, sendo que os elementos que compõem a discursividade das notícias não parecem eventuais, mas selecionados a partir de uma fonte documental ou humana. No que diz respeito às mensagens centrais do texto entendemos que se procurou destacar a importância da vinda do Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do MEC e demonstrar o que são os Institutos Federais. Todavia, embora se tenha escrito que os institutos seriam constituídos a partir da integração dos CEFETS e das Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais, não se esclarece como esse processo ocorreria.

Conforme Foucault (2012), os enunciados são produzidos a partir de um determinado contexto, daí a preocupação centrada na questão da emergência de determinados enunciados separados da situação local. Foucault tenta mostrar que os discursos não se justificam por si mesmo, mas sim, emergem dentro de um campo enunciativo no qual são construídos "[...] essa teoria não pode ser elaborada sem que apareça, em sua pureza não sintética, o campo dos fatos do discurso a partir do qual são construídas" (Foucault, 2012, p. 32).

Desse modo, com as leituras realizadas, observamos nos discursos sobre os processos de implantação e transformação do CEFET/IFSUL

mobilizados pelos jornais pesquisados, uma abordagem habitual onde os sujeitos do processo, gestores e líderes políticos são os protagonistas da fala, embora a "instituição" apareça como a manchete ou destaque, são os sujeitos os atores principais, escamoteados pela proposta de trazerem uma instituição de ensino para a cidade e pela condição que assumem ao lhes ser atribuído a "fama" pela possibilidade de transformação quanto a oferta de Educação Federal para a região de Passo Fundo.

As transformações ocorridas após a implantação

Sobre os assuntos diversos relacionados ao CEFET/IFSUL, exploramos cinco textos de notícias que nos pareceram fundamentais para compreensão sobre algumas transformações ocorridas após o processo de implantação.

O primeiro texto publicado no jornal *Diário da Manhã* nos dias 1 e 2 de dezembro de 2007 sob o título "Um balanço dos investimentos", trata-se de uma publicação onde o então prefeito Airton Dipp, faz um balanço de sua gestão no referido ano, destacando entre os principais acontecimentos a presença do Centro Federal Tecnológico (CEFET) em Passo Fundo e sua importância para a formação e qualificação de mão-de-obra.

Nesta notícia o prefeito ressalta que a "escola pública gratuita veio para preencher uma lacuna na região" e diz que após formados os alunos estarão aptos a conseguir um bom emprego que irá gerar renda e consequentemente retornar aos cofres públicos. Ele também pontua que o CEFET teve um investimento de mais de R$ 2 milhões de reais do governo federal e que a prefeitura, em contrapartida, cedeu uma área de terra para a sua construção.

Podemos perceber que os elementos apresentados novamente levam para o destaque político que enaltece a gestão pública. A notícia não aborda aspectos negativos ou deficiências, mas constrói uma fala na qual as dificuldades e as lacunas já foram superadas: a escola está criada, os cursos já estão em funcionamento, os bons empregos virão e a renda irá aumentar. Toda a comunidade passofundense será beneficiada e o município irá melhorar sua arrecadação.

Segundo Foucault (2012), existem muitos procedimentos de controle e delimitação no discurso, os quais funcionam para classificar, ordenar

e distribuir. No que diz respeito aos discursos prontos e programados para um determinado grupo de interlocutores, a exclusão de alguns temas significa que são perigosos à manutenção da ordem social. Assim, podemos acreditar de fato que a notícia seria apenas para fazer uma retomada dos principais acontecimentos do ano, ou devemos considerar que o discurso pode significar algo mais; como simplesmente mostrar o que se quer mostrar e omitir para não despertar discussões sociais, estabelecendo um cenário desfavorável ao governo.

No final de semana dos dias 1 e 2 de março de 2008 os jornais *O Nacional* e *Diário da Manhã* divulgaram em suas páginas a notícia sobre a possibilidade de abertura de novos cursos no CEFET. Ambos os jornais ressaltaram que o CEFET iria oferecer novos cursos de qualificação no próximo semestre e que no dia 28 de fevereiro foi dado o primeiro passo para a implantação desses cursos através de uma reunião realizada no escritório do deputado federal Beto Albuquerque, onde estiveram presentes, além do próprio deputado, o secretário de desenvolvimento, Claudemir Bragagnolo, o diretor do CEFET, Antonio Carlos Brod, o presidente do Sinduscom, Plínio Donassolo e o presidente da Comovel, Nelson Vopi. Nos dois textos de notícia também foi divulgado que seriam ofertadas 360 vagas distribuídas para o setor moveleiro e da construção civil.

Falas distintas aparecem nos jornais como no *Diário da Manhã* que interpôs à fala do deputado Beto Albuquerque, na qual diz que a falta de mão de obra qualificada é um problemas positivo, pois "demonstra que o país vem crescendo e o setor da construção civil vive um bom momento, o que prova a política correta do governo Lula de incentivar setores fundamentais da economia..." o jornal *O Nacional*, por sua vez, destaca a fala do secretário de desenvolvimento Claudemir Bragagnolo, na qual ressalta que os cursos são de extrema importância para a cidade, uma vez que "estamos construído novas indústrias, em especial, empresas na área de logística e há uma demanda grande de moradias."

Ambos os jornais apresentam a notícia de maneira bem parecida, com as mesmas informações e números. O que podemos perceber é uma ou outra fala posta de maneira distinta, como no caso das colocações do deputado Beto Albuquerque e do secretário Claudemir Bragagnolo, mas que, no entanto, parecem ter o mesmo valor simbólico, ou seja, onde

os papeis de lideranças políticas ficam evidentes e também evidenciam aspectos positivos do governo, mesmo em uma situação que parece em um primeiro momento, uma falha do mesmo poder, como no caso da fala do deputado Beto Albuquerque sobre a falta de mão-de-obra qualificada ser um ponto positivo.

Ambas as notícias, deixam evidente a sua intenção de parecerem imparciais diante da falta de posicionamento sobre qualquer ponto tratado nos textos. Todavia, entendemos que mesmo nos momentos em que o jornalista se mostra como mero transmissor da notícia, este interfere diretamente, pois é ele que organiza e que escolhe o que será noticiado em meio a tudo que lhe foi exposto; dando então sua opinião velada sobre o assunto.

O quarto e o quinto texto sobre as temáticas diversas que foram divulgadas na imprensa no período estudado tratam da primeira ampliação ocorrida no CEFET desde sua implantação. As publicações foram feitas no dia 28 de março 2008 em ambos os jornais. No *O Nacional*, o texto foi publicado sobre o título "Pronto para aumentar" e no *Diário da Manhã* como "CEFET Unidade de Passo Fundo vai ter mais dois prédios".

No jornal *O Nacional* o destaque da notícia diz que a "direção geral do CEFET aguarda licitação para ampliação da unidade de Passo Fundo que passará a atender 500 alunos depois de concluída. Para 2009, a instituição estuda a inclusão de um novo curso." Além disso, o texto também informa que segundo o diretor de ensino Flavio Nunes, serão abertas mais 17 novas vagas para professores e 8 vagas para servidores técnicos administrativos, sendo que a instituição já conta com 224 alunos matriculados.

No jornal *Diário da Manhã*, já com a informação diferente do *O Nacional*, o destaque é que "a contratação de 20 novos professores vai dobrar o número de 77 profissionais" no CEFET e que o "curso de Técnico em Edificações poderá ser um dos oferecidos." O texto se estrutura em quatro tópicos de notícia e esclarecimentos sobre novos cursos, IFET, Unidade e CEFET. Informa que dois novos prédios devem ser construídos ainda em 2008 e também enfatiza que "os CEFETS devem ser transformados em Institutos Federais de Ciência e Tecnologia – IFETS, ainda este ano. A mudança dará autonomia para os campi, que

terão o nível de uma Universidade Federal". Também explica que há três CEFETS no estado do Rio Grande do Sul, com administrações distintas e as quais estão vinculadas unidade de ensino como a de Passo Fundo, que está sob a administração do CEFET Pelotas.

O que se observa primeiro nos textos, é a diferença entre as informações de números de profissionais a serem contratados para atuar na instituição. Depois também percebemos que embora a temática de discussão seja a mesma para os dois jornais, cada um segue padrões de organização bem distintos, o que chamou nossa atenção, pois nos demais textos analisados as informações foram bem parecidas em sua composição. No texto do jornal *O Nacional* as informações foram claras e breves e sempre partindo das falas de um interlocutor, entrevistado ou assessoria de imprensa como na maioria das outras publicações analisadas. No entanto, no jornal *Diário da Manhã* a forma de construção textual foi organizada de forma diferente, dispondo as informações em forma tópicos e dando informações e explicações que deixam o leitor ter uma visão ampla do objeto da notícia. Além de informar sobre a ampliação da instituição ele também traça um perfil dela com suas características e a forma sob a qual está estruturada e sob a qual se pretende estruturar, ou seja, sua transformação de CEFET em IFET; tema esse que foi pouco divulgado em outros momentos pelas mesmas fontes de imprensa.

É importante ressaltar que não queremos com essas colocações dizer este ou aquele jornal é melhor ou pior em suas notícias, mas sim abrir um ponto de discussão e crítica sobre a forma que se organizam as notícias, sem muitas vezes se levar em conta o leitor; sem levar em conta que os acontecimentos de uma determinada situação precisam, antes de tudo, ser contextualizados e esclarecidos para que sejam compreendidos. Também chamamos a atenção para a coerência das notícias que muitas vezes é posta sem antes se ter a exatidão do que se está informando, gerando confusões e levando a ser difundidas de maneira equivocada e muitas vezes sem uma legitimidade.

Diante disso, destacamos que através dos jornais pôde-se ter uma dimensão importante sobre o objeto de estudo e sobre as informações que circularam a seu respeito naquele período. Com relação à utilização desses periódicos como fonte, ressaltamos que foram viáveis à medida que permitiram, mesmo que em alguns momentos de forma parcial,

verificar as informações e discussões sobre o tema. Também, mesmo que as matérias e informações tenham sido, por vezes, tendenciosas, fizeram com que as ideias sobre a educação técnica e superior públicas e a instituição em destaque fossem discutidas e fomentadas.

Ao tratarmos das representações nos textos, podemos perceber que o período onde foram escritos marcava o empenho e a necessidade por um espaço voltado a educação pública de nível superior. Enquanto a cidade foi palco de um movimento que há anos vinha se arrastando para a busca desse projeto, as pessoas da comunidade foram tendo maior contato com as ideias sobre a educação pública superior enquanto ferramenta de acesso para o mercado de trabalho.

Tudo isso nos remete as relações de "poder" que é representado pela postura das fontes, isto é, a construção dos textos de notícia em relação aos sujeitos dessas notícias. Observamos nos textos que há uma série de elementos utilizados que revelam como o poder político se traduz em linguagem: "foi uma conquista da comunidade passofundense e da região Norte do Rio Grande do Sul, através da administração Dipp/Corralo", "o prefeito Airton Dipp e o secretário da educação do município Alcides Guareschi foram até Brasília em 2005 para dar início às negociações de implantação do CEFET em Passo Fundo", "o deputado Beto Albuquerque foi um dos responsáveis pela conquista de um CEFET para Passo Fundo". São os sujeitos representantes da política e do governo quem tem o poder, e querem alimentá-lo; por isso, são eles quem fazem, que relatam, que precisam do apoio da sociedade e logo de seu consentimento.

Contudo, é importante destacar aqui que o discurso segundo Foucault (2012) é uma prática social e histórica que emerge mediante o exercício da análise e não uma mera reunião de enunciados no sentido de fala ou de escrita. O discurso não está dado no que se diz ou se escreve, ele se manifesta através de frases e proposições e não se resume ao conjunto dessas exposições enunciadas por alguém. Define tanto o lugar de sujeito quanto os sentidos possíveis dos enunciados linguísticos; é o que emerge a partir de um trabalho de análise operado sobre textos e falas.

Nesse sentido, entendemos que a notícia é uma configuração discursiva que se constitui a partir de um recorte da realidade, cuja estrutura pode ser reconhecida na notícia, uma vez que cultivam uma

linguagem peculiar e a partir da qual se lê a realidade e falam sobre ela. Sua particularidade foi construída num contexto cultural com características próprias onde sujeitos estiveram envolvidos, então apropriar-se dela significa se comprometer com suas regras, mas, ao mesmo tempo, reconhecer que sua ação pode afirmá-las ou negá-las.

Entendemos também que as fontes analisadas se utilizavam de um discurso noticioso para fazer referência ao CEFET/IFSUL, mas, no entanto, se por um lado, a primeira impressão que temos é de que se tratam de notícias meramente informativas; por outro, percebemos que os elementos utilizados para evidenciar a referida instituição também podem revelar um viés político ao perceber que o texto se encontra imbuído de destaques que enaltecem algumas figuras e o próprio poder público. Contudo, acreditamos que os textos analisados apresentam vários elementos importantes, pois neles descobrimos a afirmação de ideologias, de poder e de subjetividade, sob a ilusão da imparcialidade e sob o pretexto da informação.

Assim, podemos dizer que através das notícias analisadas foi possível verificar muitos debates acerca da implantação e transformação do CEFET/IFSUL em Passo Fundo e a maneira como foram tratados e inseridos dentro de um determinado cenário. Também é importante ressaltar que a seleção das fontes jornalísticas nos permitiu uma visão do cotidiano e dos pequenos contextos que fizeram parte desse processo analisado, preenchendo e reconstruindo memórias, seja através de pequenos fragmentos ou de notícias completas que receberam destaque nesses meios.

Referências

AGNEZ, Luciane Fassarella. Convergência entre meio impresso e digital: reconfigurações nas rotinas jornalísticas da Tribuna do Norte e do Extra. **Intexto**, Porto Alegre, UFRGS, n.26, p. 38-53, jul. 2012.

ALVES, Francisco das Neves. Imprensa, história e política: uma proposta metodológica ao debate sobre o tema no contexto brasileiro do século XIX. **Comunicação & Política**, Rio de Janeiro: v. 6, n. 1, 1999.

BAREA, Cibele. ***CEFET/IFSUL***: a implantação e estruturação de uma instituição de ensino público federal em Passo Fundo (2006-2009). 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo,

Passo Fundo, 2016. Disponível em: http://tede.upf.br/jspui/handle/tede/2401. Acesso em: 27/03/2024.

Beto anuncia liberação de R$ 250 mil. **Diário da Manhã**: 21/07/2007, p. 03. (Acervo da Biblioteca do campus Passo Fundo/IFSUL. Pasta Notícias do CEFET).

BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

BORDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL. Lei n. 11.195, de 18 de novembro de 2005. Dá nova redação ao § 5º do Art. 3º da Lei n. 8.948, de 8 de dezembro de 1994. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 nov. 2005b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004- 2006/2005/Lei/L11195.htm. Acesso em: 23/04/2024.

BRASIL. Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 dez. 2008c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 08/04/2024.

Cefet avança mais uma etapa. **Jornal O Nacional**, Passo Fundo 13/02/2006, p. 07. (Acervo da Biblioteca do campus Passo Fundo/IFSUL. Pasta Notícias do CEFET).

DIÁRIO DA MANHÃ. **Comunicado**. Capa, Ano 86, nº 81, 31/08/2022. Disponível em https://issuu.com/diariodamanha6/docs/diario_nas_ruas_31_agosto_de_2022. Acesso em 29/04/2024.

DORNELLES, Beatriz. Trajetória da Imprensa Gaúcha. In: **Anais do** Congresso Latino-americano de Ciência da Comunicação, da Associação Latino-americana de Pesquisadores em Comunicação (ALAIC). Faculdad de Periodismo y Comunicación da Universidad Nacional de La Plata, Argentina: 2004.

D'OUTRORA, João. A imprensa em Passo Fundo. **O Nacional**, Passo Fundo: n. 8, jul. 1925.

Eliezer debate novos institutos em Passo Fundo. **Diário da Manhã**: 19/12/2007, p. 03. (Acervo da Biblioteca do campus Passo Fundo/IFSUL. Pasta Notícias do CEFET).

FERRARI, Pollyana. **Jornalismo digital**. São Paulo: Contexto, 2008.

FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso. São Paulo: Edições Loyola, 22ª ed. 2012.

FRIDERICHS, Bibiana de Paula. **Jornal O Nacional, Diário da Manhã e Bairro Leonardo Ilha**: contextos e produção de sentido no jornalismo – 2006. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Faculdade de Comunicação Social, Pontifícia Universidade

Católica do Rio Grande do Sul, 2006. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/2265?mode=simple. Acesso em: 29/04/2024.

FRIDERICHS, Bibiana de Paula. **Comunicação**: Discurso, Fait Divers e Poder em O Nacional – uma abordagem dialética – 2010. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Faculdade de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2010. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/2048. Acesso em: 29/04/2024.

LUSTOSA, Isabel. **Insultos impressos**. A guerra dos jornalistas na independência: 1821-1823. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

Mec apresenta o Projeto do CEFET em Passo Fundo. **Diário da Manhã**: 16/02/2006, p. 03. (Acervo da Biblioteca do campus Passo Fundo/IFSUL. Pasta Notícias do CEFET).

Mec disponibilizou R$ 2,5 milhões para o CEFET de Passo Fundo. **O Nacional**: 17/02/2006, p. 09. (Acervo da Biblioteca do campus Passo Fundo/IFSUL. Pasta Notícias do CEFET).

O NACIONAL. Online. Disponível: https://www.onacional.com.br/. Acesso em: 29/04/2024.

Oficialmente inaugurada. **O Nacional**: 31/10/2007, p. 04. (Acervo da Biblioteca do campus Passo Fundo/IFSUL. Pasta Notícias do CEFET).

PACHECO, Eliezer Moreira. **Os Institutos Federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Natal: IFRN, 2010. Disponível em: https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1013. Acesso em 22/04/2024

PARIZZI, Marilda Kirst. **Passo Fundo, sua história e evolução**. Passo Fundo: Berthier, 1983.

Passo Fundo pode ter campi do IFET. **Diário da Manhã**: 20/12/2007, p. 03. (Acervo da Biblioteca do campus Passo Fundo/IFSUL. Pasta Notícias do CEFET).

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História regional: dimensões teórico-conceituais. **História: debates e tendências**, Passo Fundo, v. 1, p. 15-23, 1999.

RODRIGUES, José Honório. **Teoria da História do Brasil**: introdução metodológica. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 3ª ed. 1968.

RÜDIGER, Francisco Ricardo. **Tendências do jornalismo**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2ª ed,1998.

SALDANHA, Nelson Nogueira. **História das ideias políticas no Brasil**. Brasília: Ed. do Senado Federal, 2001.

SANTIN, Janaína Rigo. O tratamento histórico do poder local no Brasil e a gestão democrática municipal. **Revista Estudos Jurídicos (Unisinos)**. v. 40, n. 2, jul./dez. 2007.

SANTIN, Janaína Rigo. **Estado, Constituição e Administração Pública no Século XXI**: novos desafios da cidadania e do poder local. Belo Horizonte: Arraes, 2017.

Secretário do Mec está em Passo Fundo. **O Nacional**: 16/02/2006. p. 08. (Acervo da Biblioteca do campus Passo Fundo/IFSUL. Pasta Notícias do CEFET).

Unidade do CEFET inicia atividades em 2007. **Diário da Manhã**: 17/02/2006, p. 07. (Acervo da Biblioteca do campus Passo Fundo/IFSUL. Pasta Notícias do CEFET).

Unidade de Passo Fundo inaugura hoje. **Diário da Manhã**: 30/10/2007, p. 05. (Acervo da Biblioteca do campus Passo Fundo/IFSUL. Pasta Notícias do CEFET).

VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. História Região e poder: A busca de Interfaces Metodológicas. **Revista de História**. V. 3, n. 1. Juiz de Fora, 1997.

TERROU, Albert, P. **História da Imprensa**. São Paulo: Livraria Fontes Martins,1990.

160 alunos iniciaram aulas. **Diário da Manhã**: 02/10/2007, p. 05. (Acervo da Biblioteca do campus Passo Fundo/IFSUL. Pasta Notícias do CEFET).

FOTOGRAFIAS EM COMEMORAÇÃO À LEI ÁUREA: UMA ANÁLISE ATRAVÉS DA *REVISTA DA SEMANA* (RIO DE JANEIRO, 1901)

Euler Fabres Zanetti[1]

Introdução

A imprensa diária no Brasil experimentou um desenvolvimento acelerado nas últimas décadas do século XIX, representando as mudanças ocorridas na sociedade e nos meios de comunicação. Esse progresso não foi apenas impulsionado por inovações tecnológicas, mas também acompanhou as transformações políticas, sociais e econômicas do país na época (Rüdiger, 2003). Simultaneamente, as revistas semanais desempenharam um papel fundamental nesse contexto, sendo reconhecidas como fontes valiosas de informação. Com um formato mais longo em comparação aos jornais diários, as revistas ofereciam uma análise mais profunda de notícias e temas, possibilitando uma exploração mais detalhada de questões culturais, sociais, políticas e científicas (Luca, 2021).

A Abolição da Escravidão em 1888 e a Proclamação da República em 1889 foram amplamente noticiadas pela imprensa nacional,

1 Estudante de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas. Esta pesquisa foi realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: euler.f.zanetti@hotmail.com

devido ao impacto que tiveram na reorganização do sistema político brasileiro. A imprensa teve um papel fundamental na disseminação das informações sobre esses eventos (Alonso, 2014). Nos anos seguintes, a população, autoridades públicas e entidades privadas celebraram com entusiasmo os aniversários desses marcos históricos em diversas regiões do Brasil, com destaque para o Rio de Janeiro (Domingues, 2011). Essas celebrações não apenas sublinharam a relevância contínua da Abolição e da República, mas também reforçaram a memória coletiva em torno desses acontecimentos (Carvalho, 1990).

O objetivo deste artigo[2] é examinar as comemorações da Abolição da Escravidão, oficializada pela Lei Áurea em 13 de maio de 1888. A pesquisa foca nas celebrações realizadas no Rio de Janeiro, com ênfase na análise da *Revista da Semana*. Essas publicações oferecem perspectivas e opiniões da sociedade da época, proporcionando reflexões importantes sobre como as celebrações eram vistas e interpretadas pelos contemporâneos do período pós-abolição. O ano de 1901 foi escolhido como recorte temporal por ser um momento de transformação no Brasil. Estudar as comemorações da abolição pode ajudar a contextualizar as mudanças sociais, políticas e culturais ocorridas nesse período. Vale ressaltar que as revistas semanais frequentemente traziam conteúdos visuais e literários relacionados às celebrações, permitindo uma análise dos significados culturais associados à abolição, incluindo imagens, poemas e outros elementos que contribuíram para a construção da memória coletiva.

O conceito de comemoração e seus significados

O título deste artigo ressalta o conceito central de nossa pesquisa: a comemoração. O estudo busca entender como a *Revista da Semana* celebrou os aniversários da Lei Áurea por meio de suas edições. Para isso, é essencial compreendermos o significado histórico do conceito comemoração. Conforme argumenta Petrônio Domingues (2011, p. 19-48), comemoração é uma prática social voltada à construção de uma memória coletiva e ao fortalecimento da identidade nacional. O autor examina as celebrações cívicas e religiosas no Brasil desde o século XIX

2 O presente artigo faz parte de uma pesquisa de doutorado, iniciada em 2024, sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas.

até o início do século XX, mostrando como essas atividades serviram para consolidar a unidade nacional e a identidade brasileira. Domingues também enfatiza que as comemorações foram usadas para reforçar a hierarquia social e o poder das elites, que buscavam impor sua visão de mundo e sua interpretação da história. Dessa forma, a prática da comemoração deve ser analisada dentro do contexto histórico e social em que se insere, para que suas funções e significados possam ser plenamente compreendidos. No caso do presente estudo, analisaremos fotografias registradas pela *Revista da Semana* em 1901, na cidade do Rio de Janeiro, capital federal dos Estados Unidos do Brasil, em evento comemorativo aos 13 anos de abolição da escravidão.

Helenice da Silva (2002, p. 425-438) ressalta a relevância das comemorações na formação da memória coletiva e na consolidação do poder político. A autora examina como os governos utilizam essas celebrações para reforçar sua legitimidade e moldar uma narrativa histórica que atenda aos seus interesses. Além disso, Silva enfatiza que as comemorações são também um campo de disputa entre grupos sociais que procuram afirmar sua própria visão de mundo e identidade cultural. Dessa forma, a comemoração desempenha um papel crucial tanto na construção da memória coletiva quanto na legitimação política, evidenciando as disputas em torno das narrativas históricas e das diferentes perspectivas que são expressas nessas práticas.

Fernando Catroga (2005, p. 117-126) define a comemoração como um conjunto de práticas sociais que celebram e rememoram eventos históricos significativos para uma comunidade ou sociedade, com o intuito de representificar um período amplamente reconhecido como o zênite da nação. As comemorações podem envolver cerimônias, discursos, exposições, publicações e outros eventos culturais que destacam a relevância desses acontecimentos e ajudam a preservar a memória coletiva. Além disso, a comemoração pode servir para construir uma identidade nacional ou regional, fortalecendo os laços entre os membros da comunidade e exaltando sua história e valores. Catroga examina de que forma nações como Estados Unidos, França e Portugal desenvolveram mitos e ritos usados em comemorações cívicas e como essas celebrações contribuem para a coesão nacional e para a preservação da memória coletiva. O autor também discute as diferentes abordagens

que esses países adotam em relação à religião e à laicidade na formação da identidade nacional.

Dessa forma, os autores são essenciais para a discussão do conceito de comemoração, pois abordam as características, motivações, formas e objetivos do ato de celebrar. Isso torna suas reflexões úteis e fundamentais como base analítica para as produções publicadas na revista.

As mensagens da imprensa

A metodologia de pesquisa da imprensa, conforme Tania de Luca, envolve uma abordagem crítica e rigorosa que possibilita uma compreensão mais profunda do papel desempenhado pela efeméride na sociedade brasileira. Essa metodologia permite identificar tendências e padrões na cobertura jornalística, compreender como as notícias são elaboradas e disseminadas, além de avaliar o impacto da imprensa na formação da opinião pública e na construção da realidade social (Luca, 2008, p. 111-153). A autora destaca a importância de uma leitura atenta dos textos, considerando não apenas o conteúdo, mas também o contexto histórico e social em que foram produzidos.

A linguagem presente na revista, seja por meio de uma ironia sutil, tom panfletário ou humor ácido, evidencia estratégias discursivas que vão além da simples narração de fatos, buscando influenciar atitudes e percepções. Conforme Heloísa Cruz e Maria da Cunha (2007, p. 259), a imprensa age "como força social na produção de hegemonia", pois, "a todo o tempo, articula uma compreensão da temporalidade, propõe diagnósticos do presente e afirma memórias de sujeitos, de eventos e de projetos", com as quais "pretende articular as relações presente/passado e perspectivas de futuro".

Além disso, a análise da linguagem e dos temas abordados é essencial para uma compreensão mais profunda do material, já que jornais e revistas "não são meros veículos de informações, mas sim instrumentos de manipulação de interesses e de intervenção na vida social" (Capelato; Prado, 1980, p. 19). Assim, examinar a *Revista da Semana* permite uma investigação relevante, revelando as abordagens editoriais e, consequentemente, as diferentes influências que moldaram a opinião pública da época.

Uma revista semanal durante a *Belle Époque*

Durante as primeiras décadas do século XX, as revistas semanais se expandiram significativamente, ganhando importância como espaço para análises críticas, ensaios e debates sobre temas atuais, desempenhando um papel na formação de valores e hábitos de uma camada social mais privilegiada. Intelectuais, personalidades e escritores de renome frequentemente colaboravam com artigos e ensaios, o que aumentava o alcance dessas publicações (Luca, 2021, p. 18).

A *Revista da Semana* foi fundada em 20 de maio de 1900 por Álvaro de Teffé, no Rio de Janeiro. Álvaro era filho de Antônio Luís von Hoonholtz, o Barão de Teffé, e sua família era próxima de nomes muito influentes na capital federal. Sua irmã, Nair de Teffé, por exemplo, é considerada a primeira caricaturista mulher do mundo, publicando sob o pseudônimo Rian (Nair, de trás para frente), na revista semanal *Fon-Fon* (1907-1958). Após três meses de inauguração, o título e as oficinas da revista foram vendidos para o *Jornal do Brasil* (1891-2019), tornando a *Revista da Semana* a edição ilustrada do respectivo jornal, sob a direção de Álvaro de Teffé (Luca, 2021, p. 8).

Fundada poucos anos após o fim do regime escravista, se torna importante por ter um breve distanciamento geracional, o que possibilita encontrar publicações contemporâneas aos recém libertos. Além disso, acompanha o período da história do Brasil de modernização do Estado e na tentativa de se transformar o sistema econômico em uma democracia liberal, inspirada nos países europeus.

A *Revista da Semana* é uma fonte significativa para entender as celebrações dos aniversários da Lei Áurea, pois estava localizada na cidade com maior movimento de relações humanas do Brasil, que foi a Corte do Império e, mais tarde, a capital do Distrito Federal. O periódico acompanhou o cotidiano de indivíduos anteriormente escravizados, então vivendo em liberdade após o fim do regime escravista. Dessa forma, publicava notícias e ilustrações relacionadas a essas pessoas durante as comemorações do 13 de Maio, fossem elas organizadas pelo Estado ou por entidades privadas, como clubes, associações, instituições religiosas, entre outras.

A *Revista da Semana* pode ser facilmente acessada através da Hemeroteca Digital Brasileira, disponibilizada pela Fundação da

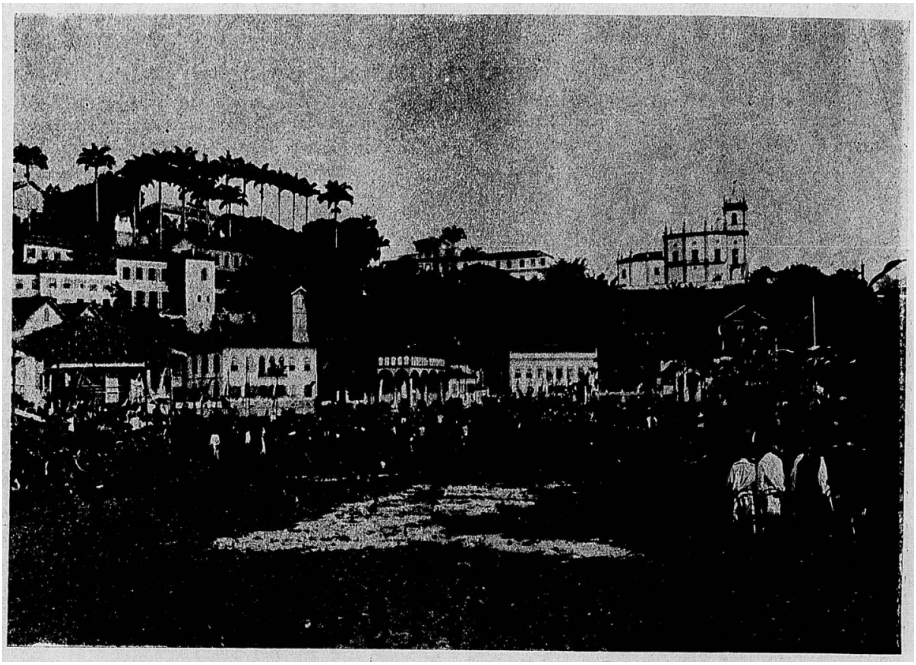
Biblioteca Nacional. Vale destacar que, como a Lei Áurea foi promulgada em 13 de maio, é evidente que as edições consultadas se referem a este mês em específico, visto que o periódico costumava noticiar o evento nessa mesma data a cada ano.

Para a busca de ocorrências na fonte, utilizamos a inteligência artificial presente na própria plataforma da Hemeroteca Digital Brasileira, que realiza pesquisas precisas por meio de palavras-chave. Por exemplo, algumas das fotografias que serão analisadas neste artigo foram localizadas usando a palavra "escravidão" no sistema de busca por palavras-chave do site.

As fotografias do 13 de maio pela *Revista da Semana*

A imprensa frequentemente noticiava os eventos e festividades em comemoração aos aniversários da Lei Áurea, desempenhando um papel crucial na formação e disseminação de ideias e opiniões, especialmente entre a limitada população letrada do país na época. No seu segundo ano, sob a edição de número 54, a *Revista da Semana* divulgou algumas fotografias ligadas às celebrações do 13 de maio. Vamos apresentar as cinco fotografias, descrever cada uma delas e, posteriormente, analisá-las conjuntamente. Vale destacar, também, que as fotografias estão simplesmente publicadas pelas páginas da revista, não havendo nenhum outro texto – imagético ou descritivo – relacionado às fotografias, e somente a primeira contém título, enquanto as outras possuem apenas legenda.

Figura 1: "A comemoração de 13 de maio"[3].



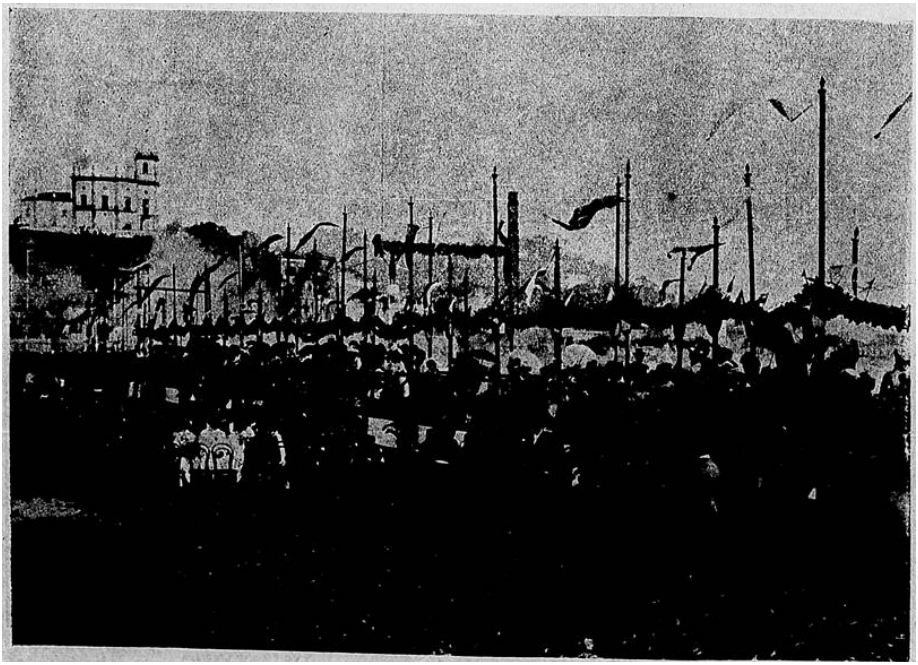
Legenda: A chegada do sr. Presidente da República ao local que se realizou a missa campal no dia 13 de maio.

Fonte: *Revista da Semana*, Rio de Janeiro, 26 mai. 1901, p. 2. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira, Fundação Biblioteca Nacional.

Apesar da qualidade da imagem não estar muito nítida por consequência de ações do tempo, possuindo mais de 100 anos, é possível observar nesta fotografia uma multidão de pessoas próximas às casas, enquanto há um espaço vago no meio e algumas árvores ao fundo. Além disso, conforme a legenda, sabemos que se trata da realização de uma missa campal para a comemoração do aniversário de 13 anos da Lei Áurea, sendo a fotografia realizada no instantâneo da chegada do então presidente da República, Campos Sales, pertencente à elite paulista.

3 A grafia dos textos está com o idioma atualizado.

Figura 2 - Vista geral do palanque

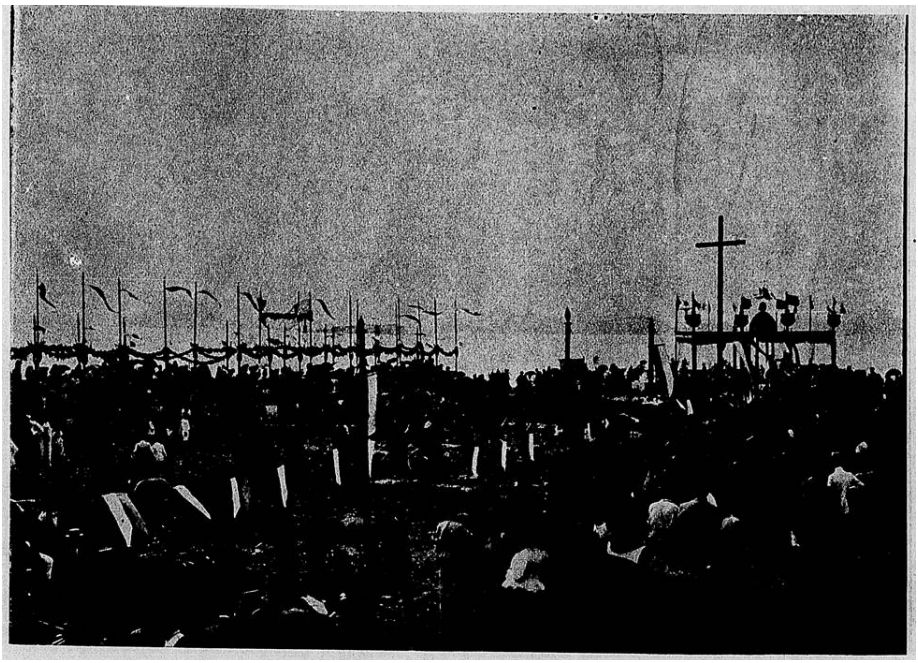


Legenda: Vista geral do palanque de onde o sr. Presidente da República assistiu à missa campal no dia 13 de maio.

Fonte: *Revista da Semana*, Rio de Janeiro, 26 mai. 1901, p. 2. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira, Fundação Biblioteca Nacional.

Na segunda fotografia, também com pouca qualidade, percebemos a multidão de pessoas por outro ângulo, contendo cartazes ou bandeiras erguidas pelas pessoas. De acordo com a legenda da fotografia, sabemos que o fotógrafo realizou uma captura justamente da privilegiada posição em que Campos Sales assistiu à missa campal.

Figura 3 - A chegada das irmandades

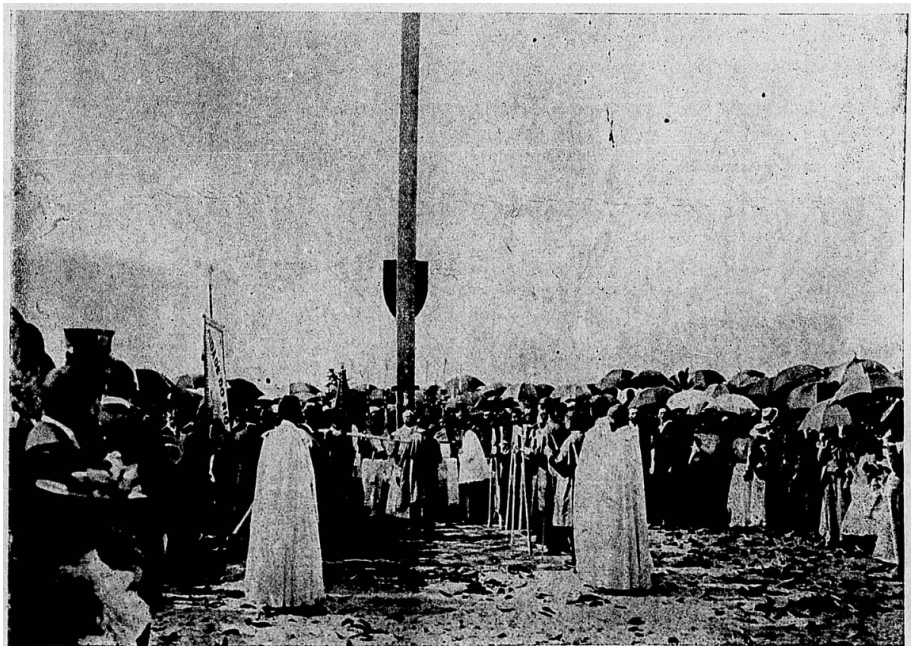


Legenda: A chegada das irmandades ao altar em que foi celebrada a missa campal no dia 13 de maio.

Fonte: *Revista da Semana*, Rio de Janeiro, 26 mai. 1901, p. 3. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira, Fundação Biblioteca Nacional.

Semelhante à fotografia anterior, percebemos a multidão de pessoas erguendo bandeiras, além de uma cruz de tamanho considerável à direita. A legenda informa que a fotografia foi capturada no momento em que as irmandades católicas estavam chegando no altar em que a missa campal foi realizada para comemorar os 13 anos da abolição da escravidão.

Figura 4 - O revmo. padre Colonna celebrando a missa campal no dia 13 de maio

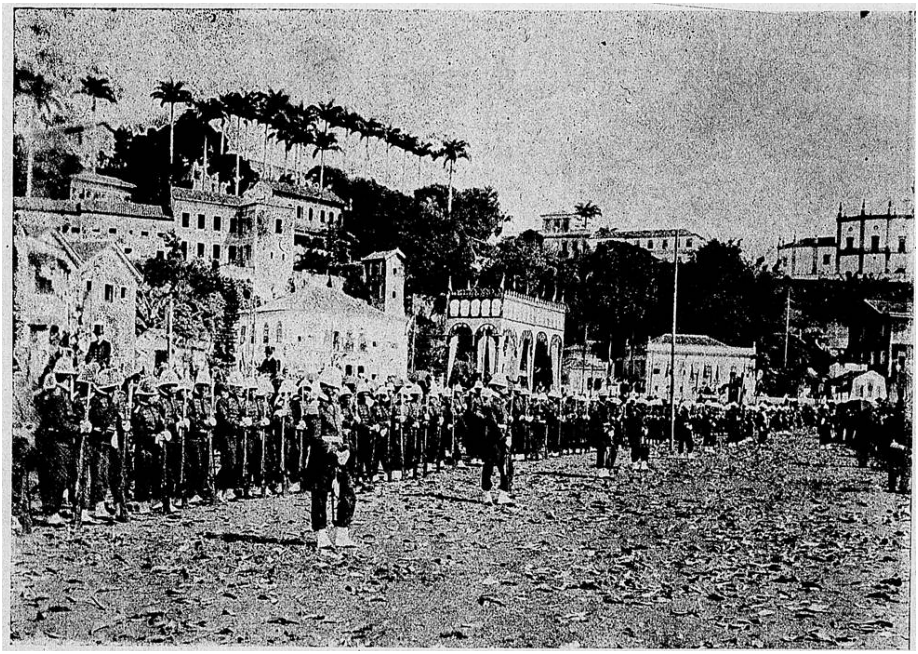


Legenda: O revmo. padre Colonna celebrando a missa campal no dia 13 de maio.

Fonte: *Revista da Semana*, Rio de Janeiro, 26 mai. 1901, p. 3. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira, Fundação Biblioteca Nacional.

Já nesta quarta fotografia, com qualidade mais nítida, conseguimos perceber de fato a multidão de pessoas, desta vez, em volta de um marco centralizado, contendo duas pessoas próximas a esse marco, uma à direita e outra à esquerda. Nota-se, também, a utilização de guarda-chuvas pela população, o que pode indicar um dia de chuva, ou de sol forte. Ainda, é possível encontrar um cartaz sendo erguido, além de um objeto em formato de escudo cravado no marco central. Mais uma vez em razão da legenda, sabemos que se trata da realização da missa campal, ministrada pelo Padre Colonna, que não temos maiores informações.

Figura 5 - O corpo de infantaria de marinha formado na praia do Russel, durante a missa campal no dia 13 de maio



Legenda: O corpo de infantaria de marinha formado na praia do Russel, durante a missa campal no dia 13 de maio.

Fonte: *Revista da Semana*, Rio de Janeiro, 26 mai. 1901, p. 4. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira, Fundação Biblioteca Nacional.

A última fotografia que iremos utilizar está bastante nítida. Além do que já descrevemos nas outras fotografias sobre as construções, a multidão de pessoas e os objetos sendo erguidos, com ajuda da legenda percebemos uma fileira de soldados da infantaria da Marinha realizando a ordem e a segurança do evento.

Com base nestas cinco fotografias apresentadas, levantamos alguns questionamentos: a) por que a presença do Presidente da República é importante? b) por que a Igreja Católica está organizando o evento oficial comemorativo ao aniversário da Lei Áurea tendo em vista que Estado e Igreja foram separados pela Constituição de 1891? c) por que a Marinha está realizando a segurança de um evento em terra, e

não o Exército? d) há uma espécie de rito a ser seguido? Vamos tentar responder essas interrogações.

No Brasil, as décadas de 1880 e 1890 foram profundamente impactadas pela Abolição da Escravidão e pela Proclamação da República. Parlamentares que se opunham ao fim da escravidão argumentavam que a libertação dos escravizados resultaria em "desordem social" (Mendonça, 2001). A elite brasileira, temendo um possível "descontrole social" após a abolição, procurava assegurar uma transição controlada para os recém-libertos, desenvolvendo estratégias para "gerir" e "civilizar" as classes populares (Azevedo, 2004). A ideia de que os pobres tinham tendência à "vagabundagem" estava profundamente ligada à associação entre pobreza e criminalidade, inspirada em modelos franceses que afirmavam que os pobres eram maioria entre os criminosos. Essa percepção reforçou a crença de que a pobreza era resultado de uma suposta "degeneração", levando os mais desfavorecidos a evitar o trabalho e a recorrer ao crime como forma de sobrevivência (Chalhoub, 1996).

Apesar das tensões sociais nas últimas décadas do século XIX, o dia 13 de maio foi celebrado se tornou feriado nacional no Brasil em 1890 por meio do Decreto nº 155-B[4], durante o Governo Provisório da República. O decreto enfatizava a importância das festividades públicas para promover o sentimento de fraternidade universal, considerado essencial para o regime republicano. O objetivo era preservar essa tradição ao longo das gerações. De acordo com Lúcia Oliveira (1989), essas comemorações, organizadas pelos setores mais influentes da sociedade, tinham a intenção de fortalecer a coesão social, moldando o comportamento e a ordem social por meio de símbolos.

Durante o Governo Provisório da República, liderado por Manoel Deodoro da Fonseca, o código penal foi atualizado em 1890 a partir do Decreto nº 847[5], no qual o Capítulo XIII era dedicado à criminalização de determinados grupos sociais, como os "vadios" e os praticantes de capoeira. A capoeira, uma arte marcial de origem africana, foi associada

4 Portal do Palácio do Planalto. Disponível em: <https://planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D155-B.htm>. Acesso em: 20 set. 2024.

5 Portal do Palácio do Planalto. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm>. Acesso em: 20 set. 2024.

a práticas vistas como "perigosas" e "subversivas"[6]. Os artigos 399, 400 e 401 abordavam a criminalização da "vadiagem", englobando pessoas vagabundas, malandras ou desocupadas. Já os artigos 402, 403 e 404 tratavam da proibição da prática da capoeira, considerando seus praticantes como uma ameaça à ordem pública. Esse trecho do Código Penal demonstra uma postura repressiva em relação a esses grupos, em sua maioria negros, classificando-os como criminosos e aplicando punições específicas.

No período de transição entre os séculos XIX e XX, as elites modernizadoras assumiram a responsabilidade de integrar as camadas populares, especialmente os recém-libertos, aos padrões do sistema capitalista, com ênfase no trabalho. O foco era promover a adoção de "novos hábitos" e "pensamentos" alinhados com as aspirações de parte da sociedade (Vargas, 2002). O objetivo era evitar que aqueles considerados "vadios" e "ociosos" fossem atraídos para atividades criminosas, inserindo-os na lógica capitalista do trabalho, além de proibir a prática da capoeira.

A estratégia de modernização no Brasil envolveu diversos setores sociais, com destaque para o fim da escravidão, o aumento expressivo da imigração e a participação crescente de empresas estrangeiras na modernização urbana. A imprensa teve um papel crucial nesse processo, como evidenciado pelo surgimento de periódicos ilustrados com fotografias nas primeiras décadas do século XX. Esses semanários ilustrados "encapsularam os eventos em notícias" (Mauad, Louzada, Souza Jr., 2021, p. 226), criando uma narrativa visual dos acontecimentos, o que demonstra a inserção do Brasil na dinâmica global da modernização capitalista.

Assim, há elementos importantes expostos nas fotografias publicadas pela *Revista da Semana* com possibilidades para a análise da sociedade civil, das autoridades políticas, das entidades privadas e, igualmente, das relações que se estabelecem entre esses grupos.

Conclusão

Mesmo com os novos códigos de conduta estabelecidos pela República, que criminalizavam tanto os "vadios" quanto os "capoeiras",

6 Sobre a capoeira, ver: SOARES, Carlos Eugenio Libano. **A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2001. 606 p.

e a repressão sobre grande parte da população brasileira, o dia 13 de Maio ainda era comemorado. No entanto, conforme percebemos pelas fotografias publicadas pela *Revista da Semana*, essa celebração era imposta de forma hierárquica, de cima para baixo. O Governo Federal disponibilizou tropas da Marinha para garantir a ordem social durante a cerimônia. Será que a presença de "vadios" e "capoeiras" era permitida neste espaço? Talvez por isso a importância da presença do Presidente da República.

Também reconhecemos que as principais forças políticas do país dedicaram considerável esforço na organização das celebrações do 13 de Maio. Percebemos que há uma intenção clara de construir uma memória coletiva em comum sobre essa data, referente à Lei Áurea. É neste sentido que atua a Igreja Católica ao organizar o evento oficial, com um padre pregando uma missa, ou seja, um rito religioso.

De acordo com Álvaro Nascimento, a "maioria dos marinheiros era formada de homens negros e mestiços" (2006, p. 282). Acreditamos que é justamente por esse motivo que a Igreja Católica e o Governo Federal escolheram os soldados da Marinha, e não do Exército, para exercer a ordem do evento, tendo como objetivo a intenção de mostrar aos presentes o exemplo a ser seguido, isto é, a subserviência e o controle social de um grupo e a manutenção do *status quo* vigente.

Por fim, parece haver uma certa liturgia em relação às comemorações quando analisamos todo o contexto. Uma instituição religiosa muito influente no país, a Igreja Católica, organiza uma missa campal para comemorar o aniversário de 13 anos da Lei Áurea, que é um feriado nacional, na capital federal. Esta instituição religiosa convoca o Presidente da República para participar do evento. Dada a estrutura da celebração, é necessário haver segurança, e, para isso, Campos Sales move tropas da Marinha, de maioria negra e mestiça, para contenção e manutenção da ordem durante a cerimônia. Assim, padre Colonna reza a missa para os ouvintes. Dessa forma, a comemoração do 13 de Maio constrói uma memória coletiva, fortalece a identidade nacional, legitima os interesses do governo e cria uma narrativa oficial a ser preservada.

Fontes

A comemoração de 13 de maio. **Revista da Semana**, Rio de Janeiro, 26 mai. 1901, p. 2. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira, Fundação Biblioteca Nacional.

Revista da Semana, Rio de Janeiro, 26 mai. 1901, p. 2. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira, Fundação Biblioteca Nacional.

Revista da Semana, Rio de Janeiro, 26 mai. 1901, p. 3. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira, Fundação Biblioteca Nacional

Revista da Semana, Rio de Janeiro, 26 mai. 1901, p. 3. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira, Fundação Biblioteca Nacional.

Revista da Semana, Rio de Janeiro, 26 mai. 1901, p. 4. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira, Fundação Biblioteca Nacional.

Referências eletrônicas:

Portal do Palácio do Planalto. Disponível em: <https://planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D155-B.htm>. Acesso em: 20 set. 2024.

Portal do Palácio do Planalto. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm>. Acesso em: 20 set. 2024.

Referências bibliográficas:

ALONSO, Angela. Abolicionismo como movimento social. **Novos Estudos**. São Paulo, v. 3, n. 3, p. 115-137, 2014.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco**: o negro no imaginário das elites do século XIX. 2ªed. São Paulo: Annablume, 2004, 250 p.

CAPELATO, Maria Helena. PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino**: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo. São Paulo: Alfa-Omega, 1980, 176p.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, 166p.

CATROGA, Fernando José de Almeida. **Nação, mito e rito**: religião civil e comemoracionismo. (Estados Unidos, França, Portugal). Fortaleza: Edições NUDOC/Museu do Ceará, 2005. 184 p.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CRUZ, Heloisa de Faria. PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**. São Paulo, n. 35, dez. 2007, p. 253-270.

DOMINGUES, Petrônio José. "A redempção da nossa raça": as comemorações da abolição da escravatura no Brasil. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 31, nº 62, p. 19-48, 2011.

LUCA, Tania Regina de. A inserção do registro fotográfico na Revista da Semana: trajetória em 1900. **ArtCultura**. Uberlândia, v. 23, n. 43, p. 7-34, jul.-dez. 2021.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-153.

MAUAD, Ana Maria. LOUZADA, Silvana. SOUZA JÚNIOR, Luciano Gomes de. Das revistas ilustradas ao fotojornalismo independente: itinerários da prática fotográfica no Brasil do século XX. **Fotocinema**, Revista Científica de Cine y Fotografia. Málaga, n. 22, 2021, p. 221-254.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Cenas da abolição**: escravos e senhores no Parlamento e na Justiça. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2001, 119 p.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. Entre o justo e o injusto: o castigo corporal na Marinha de Guerra. In.: LARA, Sílvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Direitos e justiças no Brasil**: ensaios de história social. Campinas: Editora Unicamp, 2006, 544p.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. As festas que a República manda guardar. **Estudos Históricos**, v. 2, n. 4, p. 172-189, Rio de Janeiro, 1989.

RÜDIGER, Francisco. **Tendências do Jornalismo**. 3ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, 144p.

SILVA, Helenice Rodrigues da. Rememoração/comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, n. 44, 2002, p. 425-438.

SOARES, Carlos Eugenio Libano. **A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2001. 606 p.

VARGAS, Anderson Zalewski. A luta contra as liberdades: imprensa, reforma e exclusão social na Porto Alegre do início do século XX. **Claroscuro**, Rosario, n. 2, p. 113-141, 2002.

REVISTA *UNIÃO SOVIÉTICA EM FOCO*: UMA COPRODUÇÃO DO BRASIL E DA UNIÃO SOVIÉTICA1

Larissa Ceroni de Morais[2]

Introdução

A primeira vez que entrei em contato com a revista *União Soviética em Foco* foi durante a minha graduação, pois atuei como bolsista no Núcleo de Documentação Histórica Profª Beatriz Loner da Universidade Federal de Pelotas, onde a revista está salvaguardada. Desde o começo me interessei pela documentação e em 2022 desenvolvi a minha monografia[3] e um ano depois, quando entrei para o Programa de Pós-graduação em História, na Universidade Federal de Pelotas, foi para continuar com a pesquisa.

A ideia desse artigo surgiu ainda no começo da minha análise, pois desde as minhas pesquisas iniciais foi notável a ausência de informações sobre a revista *União Soviética*[4], logo tenho como objetivo apresentar a

1 Este trabalho é um recorte da dissertação que está sendo desenvolvida pela autora.

2 Bacharela em História (mestranda em História), Universidade Federal de Pelotas (UFPel), endereço do lattes: http://lattes.cnpq.br/5203107895429999, Orcid: https://orcid.org/0009-0001-7818-1994, larissa.cermorais@gmail.com. Bolsista Capes.

3 Morais, L.C. Revista União Soviética em Foco: visões soviéticas sobre o Brasil nos anos 1980, (2022).

4 Para melhor compreensão neste artigo utilizarei a sigla URSS toda vez que almejei referir-

documentação, seus contextos, suas sistemáticas e características, assim como a metodologia utilizada para analisá-la e a sua importância para a historiografia. A revista foi uma coprodução entre a Editora carioca *Revan* e a Agência de Notícias *Nov*ósti, que surgiu no mercado brasileiro em 1984 e se manteve ativa até 1990/1991.

Ao estudar esta produção periódica sigo a metodologia de Tania de Luca (2019), que aponta a necessidade de se compreender inicialmente a equipe editorial, para assim, entender a sua produção e situá-la na história da imprensa. Cruz e Peixoto (2009) dialogam com este entendimento, estas análises foram feitas a partir de métodos que respeitam a fonte e suas especificidades. Ao tratar sobre a revista, é necessário entender que a imprensa trará as notícias e informações de modo que denotem as atitudes de seu veículo, organizando os acontecimentos e dados segundo o seu próprio filtro (Zicman, 2012).

As revistas apresentam características culturais em decorrência da sua proximidade com as condições sociais das quais surgiram. Esse aspecto cultural dos documentos estudados traz para o trabalho o entendimento de que a sua interpretação possibilita a compreensão do que está acontecendo em certa sociedade em dado momento. Portanto, as ideologias da cultura da mídia precisam ser analisadas em seus contextos de luta social e do debate político (Kellner, 2001, p. 143). Abrangendo diferentes grupos e temáticas, cada produção expõe ligações editoriais, políticas, ideologias, entre outras. No caso deste objeto de estudo, eu trato sobre tais associações entre o Brasil e a URSS, temática ainda escassa na historiografia sobre a imprensa.

É através da imprensa que a comunicação com uma parcela da sociedade é possibilitada, projetando os discursos presentes em seus periódicos. Fairclough (1989) mostra as diferentes linguagens presentes nas mídias (textual, visual e verbal) e como elas agregam contribuições à mensagem selecionada pelos autores. Além disso, Knauss (2006) agrega ao debate sobre os estudos de imagens, da quais a construção visual do social demarca diferentes experiências visuais conforme o momento da sua confecção, logo, é preciso compreender o contexto da fonte, levantando dados bibliográficos.

me a nação das Repúblicas Socialistas Soviéticas e União Soviética será referido a revista União Soviética em Foco.

Thompson (1998) discorre sobre a participação das mídias na sociedade, levando em conta as relações entre público e privado. Essa dicotomia é representada pelo poder político institucional, estatal versus as conexões pessoais, ambas apresentam características visíveis, compartilhadas e outras ocultas, acessadas por poucos. Assim, o público está ligado ao que é veiculado nas mídias, pois é por meio delas que se permite um acesso às informações. Tendo em vista que o conteúdo presente na fonte difunde uma nova leitura da URSS, elaborada pela agência *Novósti* e propagada através da editora carioca Revan.

Para analisar essa documentação eu parto dos pensadores marxistas alemães Theodor Adorno e Max Horkheimer, que eram integrantes da Escola de Frankfurt e desenvolveram a obra *Dialética do Esclarecimento* (1985), neste livro eles estruturam o conceito da Indústria Cultural. Esse conceito é essencial ao se discutir sobre a formação de consciência coletiva nas massas sociais, pois os meios de comunicação de massas são projetados para se submeterem ao monopólio sistêmico do capital tornando os discursos propagados em informações acríticas, conformistas e palpáveis (Adorno; Horkheimer, 1985).

Cada um destes produtos depende exclusivamente do mercado, da sua rotatividade e predominância, guiando e orientando os interlocutores, para desativar e desarticular qualquer possibilidade de revolta, esta Indústria produz um modelo inabalável e hegemônico de "arte"[5]. Adorno e Horkheimer (1985) ainda sinalizam que mesmo quando há a intenção de se desenvolver uma obra diferente, com outras dinâmicas e princípios acaba caindo na padronização oferecida e estimulada pela indústria, pois para estar no sistema deve-se agradar àquelas consciências habituadas o modelo vigente, é aqui que a revista *União Soviética em Foco* se encontra.

Os autores ainda assinalam que os produtos da Indústria Cultural não são integrantes da cultura de massa, pois essa é oriunda do povo, com seus costumes, regionalizações, perspectivas e sem a intenção de ser comercializada, dessa forma, é por meio da Indústria que se difunde a ideologia das classes dominantes, perpetuando os princípios capitalistas

5 Adorno e Horkheimer (1985) pontuam que toda a produção da Indústria Cultural não pode ser considerada arte, pois está seguindo e reproduzindo um modelo específico dos quais estão desassociados a grupos, o que importa é as possibilidades de lucro e a perpetuação do sistema.

(Adorno; Horkheimer, 1985). Com isto, toda produção cultural carrega características e aspectos dos seus agentes.

Para eles, a cultura transfigura-se em um produto, deste modo, quando o público entra em contato com as obras é de forma passiva, os moldes das produções são tão constantes que gera uma falsa sensação de escolha. Adorno e Horkheimer (1985) ainda escrevem que esse processo de alienação, fetichização e reificação, separando o indivíduo da realidade, manipulando do micro ao macro e restabelecendo o contrato velado entre a classe dominante e as classes dominadas, capturando o lazer, tornando-o em produtos culturais que auxiliam na manutenção da hegemonia, pois tudo é mercadoria para consumo em larga escala.

Como é um produto cultural, a revista terá características derivadas do "conjunto dos comportamentos motores e mentais nascido do encontro do homem com a natureza e com o seu semelhante" (Fanon, 2018, p. 78). Marteleto (1995) é o primeiro momento de conceitualização da informação, sendo um artefato ou processo construtivo. Estas conceitualizações são importantes, pois quando estamos trabalhando com a *União Soviética*, estamos analisando os discursos ali presentes, dos quais provêm das relações e entendimentos culturais.

Bottomore (1988) discute sobre como Marx entende a influência da cultura a dividindo em dois aspectos: o estético (voltado a arte e a literatura) e definindo-a como "todo o modo de vida", ele compreendia a importância desta esfera para o estabelecimento da ideologia. É o marxista italiano Gramsci que irá se debruçar sobre este tema, entendendo a imprensa como um agente para a manutenção ou para a transformação do sistema, quebrando com a hegemonia vigente.

A *União Soviética* estava servindo ao Estado desde o seu princípio, ocupando o seu papel como um agente privado da hegemonia, dentro da trama privada do Estado, a hegemonia foi conceitualizada e pensada por Gramsci que a entendia como uma estrutura social, cultural e política. Antes de ser estabelecida a hegemonia há um efeito de uma classe que é dirigente e dominante, pois dirige as classes aliadas e domina as classes adversárias por uma combinação de força e consenso. Entretanto, a hegemonia é estabelecida no domínio econômico, (Liguori; Voza, 2017, p. 722- 727). A imprensa é um dos maiores propagadores de discurso, Gramsci dizia que a trama privada do Estado trabalha para a sua

manutenção (Manacorda, 2019), logo a revista utilizou um discurso de defesa dos princípios daquele momento.

Unindo diferentes conceitos e momentos históricos, com um estilo propagandeador, a fonte traz para a pesquisa um protagonismo aos soviéticos e a própria equipe editorial, composta por pessoas envolvidas politicamente com a causa comunista. Divulgando certos conceitos e entendimentos, a revista surge em 1984 e durante os anos da sua confecção seu discurso muda, mantendo como um de seus principais pilares a luta contra o capitalismo e o seu caráter educacional contra a opressão de classes.

A vista disso, o materialismo dialético, segundo Marx (1964), considerará que as relações de dominação das classes detentoras de poder podem ser quebradas através do domínio dos meios materiais. A cada período histórico o poder estava centrado em uma esfera material, logo quem a detinha, mantinha a soberania perante os outros, a partir do momento em que as classes dominadas conseguem a sua expropriação, o jogo de poder inverte-se. Este processo é o catalisador da União Soviética e mantém-se em seus discursos durante a sua duração, inclusive na revista *União Soviética em Foco*.

Marx (1962) trabalha com o entendimento dialético, no qual a classe operária compreenderá o seu lugar de exploração e a sistemática capitalista desigual e exploradora de forma gradual, o indivíduo conseguirá assimilar as relações de poder e organizar-se contra o sistema, instalando uma nova estrutura. A propagação deste e outros princípios comunistas, quando relacionada com a imprensa, tem um caráter de arma política e de ferramenta educacional popular, pois é através destas produções que se pode ensinar e propagar (Wolikow, 2013, p. 314)

A revista estava inserida no contexto da Guerra Fria, Arêas (2012) traz que no Brasil, no final do século XX, o país ficou marcado por um otimismo nas forças sociais que se voltaram para a eternização da ordem capitalista, tendo slogans como: "não há alternativas", "fim da História" e "o socialismo fracassou". Ele apresenta a racionalidade do capital, os imperativos do lucro e da acumulação como as melhores bases para a organização social e, com isso, a centralização das defesas do capital, da liberdade e a exclusão das "amarras" estatais sobre as quais a sociedade

deveria se organizar definindo o mercado como falido e inoperante, pois ele existiria somente para defender os seus próprios interesses.

Enquanto isso, Geller (2022, p. 120) manifesta que as variações de liderança na União Soviética formaram marcações de eras, certas estagnações, manutenções de ações administrativas, podendo remeter a uma nova "cristalização" de seus fluxos. Liderando a URSS, Mikhail Gorbachev proporcionou reformas radicais na sociedade soviética. Para ele, o papel do Estado na economia era criar normas e condições para o funcionamento das empresas[6] ao mesmo tempo que deveria empregar um papel de transparência, possibilitando, para os veículos de informação e empresas, uma aproximação com outras nações. (Schnaiderman, 1991).

Fonseca Jr. (1995) mostra que há um bipolarismo internacional no qual duas grandes frentes detém uma enorme capacidade de armamento nuclear destrutiva em seu domínio, assim como uma grande influência política e econômica, personificadas pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e pelo Estados Unidos da América. Logo, esta dicotomia manteve-se em diferentes esferas, construindo um combate entre dois discursos que eram utilizados para a propagação e manutenção de suas influências e estruturas.

Durante o período pós Segunda Guerra Mundial, o Brasil tem suas relações políticas, diplomáticas, econômicas, tecnológicas, sociais e culturais estruturadas com grande atuação dos Estados Unidos da América e manteve-se em um sistema democrático restrito e depois com a ditadura civil-militar iniciada em 1964, no qual apresentou barreiras para a URSS. Munhoz (2002) escreve que a força capitalista instiga nos âmbitos político, social, cultural e diplomático, com políticas econômicas e governamentais voltadas ao controle latino-americano.

Em meio a estes cenários, a *União Soviética em Foco*, buscou um mercado brasileiro e se manteve presente em 14 estados, com vendas em livrarias e por indivíduos interessados. Com a intenção de propagandear o regime socialista soviético, a fonte apresenta uma visão política diferente do discurso anti-soviético, ao propagar um discurso favorável e defensivo sobre a URSS. No Brasil havia um declínio relativo das classes médias e o empobrecimento das classes populares, endureceram as fronteiras socioculturais, com os grupos tentando fugir e/ou evitar

6 Gorbachev, Mikhail. A proposta. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1989.

aqueles em uma posição inferior à sua, assim quando a revista abordava sobre as classes soviéticas e a forma na qual as relações entre distintos grupos ocorrem esse distanciamento era diminuído (Maurin, 2004). Estas diferenças colocam a revista em um lugar de integração, tanto entre as nações e seus regimes, como entre as comunidades abordadas em suas temáticas, possibilitando um contato incomum.

A sua construção foi voltada a levar a URSS para o Brasil, apresentando uma linguagem e uma sistemática de propaganda. As propagandas mudam com o passar do tempo e o público almejado, logo com estas mudanças se altera a forma de propagandear, pois: "o que gera eficiência em um anúncio é o teor de interesse que possui para seu público-alvo. [...] a propaganda, além de informar e promover uma marca ou um produto, tem a obrigação de entreter. É preciso ser interessante." (Ribeiro; Eustachio, 2003, p. 32). Deste modo, a sua produção é direcionada e estruturada com objetivos pré-determinados que neste caso são estipulados em prol de um ideal político e ideológico.

A organização desta linguagem é destinada a criar uma imagem positiva e/ou negativa de fenômenos (podendo abordar pessoas, movimentos, acontecimentos, instituições etc.), ela é desenhada para influenciar as opiniões e ações de certo público ou de uma sociedade total (Bobbio; Matteucci; Pasquino; 2004, p. 1018). Logo, se cria uma argumentação para justificar os posicionamentos políticos, assim como se opor às teses adversárias, possibilitando o combate, encontrando e atacando os pontos fracos do oponente, tais discursos, permitem a condução gradual do público. Domenach (1955) define sete regras importantes: deve-se: apontar as temáticas do adversário (de forma isolada, tornando-as combatíveis), encontrar e atacar os pontos fracos, nunca atacar abertamente a propaganda adversária quando ela for poderosa, desconsiderar e diminuir a importância do adversário, mostrar que a propaganda do adversário contraria os fatos, ridicularizá-lo (seja no âmbito de estilo ou argumentação) e exibir que o seu clima de força por meio da lei de unanimidade.

Agora é importante falar sobre o que é discurso. Charaudeau (2008) trabalha com a análise do discurso a partir do entendimento de que o discurso é um ato de linguagem entre locutores e interlocutores, dos quais, juntos, constroem os sentidos, as relações e os entendimentos

sobre tal. Logo, as produções são desenvolvidas a partir dos contextos de produção e reprodução. Quando analisa-se um texto há as características linguísticas conjuntamente com as características sociais, históricas, econômicas e regionais.

Conversando com esta perspectiva, Mouffe (2017) vai trazer que as sociedades são fundadas com base no antagonismo, um campo sentimental, do qual liga-se ao caráter de decisão. Logo, o âmbito político não é guiado por discussões e racionalidade e sim um grupo domina a outro, utilizando da dicotomia entre amigos e inimigos. Esta característica dualista de nós e eles acabam minando uma visão pluralista, o discurso político traz programas, mas mais que isso, identidades, das quais ajudam as pessoas a compreender o que estão vivendo, lhes dando esperanças ou receios para o futuro.

Assim sendo, o estudo da *União Soviética em Foco* demanda diferentes metodologias e abordagens historiográficas. Rosanvallon (2010) traz que o político abrange a totalidade do social, pois ele precede e ultrapassa todos os modos de vinculação social. Isso é importante, pois durante a transição de uma sociedade corporativista para uma sociedade individualista ocorre um déficit de representação. Logo, o princípio de igualdade fica em destaque, para subverter as diferenças.

O autor define o político como campo e como trabalho, dos quais em um seria o lugar de encontro dos "muitos fios da vida" e o segundo seria o processo em que um grupo adquire características de comunidade e sociedade. O político é como o centro nervoso da sociedade como o mesmo discorre que é falar do poder da lei, do Estado e da Nação, logo se fala da identidade e da diferença, da cidadania e da civilidade Rosanvallon (2010).

O aspecto cultural dos documentos estudados traz para o trabalho o entendimento de que a sua interpretação possibilita a compreensão do que está acontecendo em certa sociedade em dado momento. Divulgando certos conceitos e entendimentos, a revista surge em 1984 e durante os anos da sua confecção seu discurso muda, mantendo como um de seus principais pilares a luta contra o capitalismo e o seu caráter educacional contra a opressão de classes.

A Revista *União Soviética em Foco*

A pesquisa teve início em 2019, quando folheei pela primeira vez os exemplares da revista *União Soviética em Foco*. No mesmo ano iniciei uma troca de *e-mails* com a Editora Revan, que ainda está ativa, solicitando se existiam outros tipos de documentação salvaguardados e/ou outros exemplares. Desde a primeira resposta a equipe foi muito solícita e apontou que não sabiam se ainda estavam em posse de outros volumes, mas disponibilizaram o espaço para que eu procurasse.

De origem carioca, a editora mantém a sua sede na mesma cidade desde o ano de seu fundamento, em 1982, logo era necessário que eu viajasse até o Rio de Janeiro, me planejei para ir na metade do ano de 2020, contudo a pandemia de Covid-19 impossibilitou esse momento. Somente quando comecei a escrever a minha monografia, no ano de 2022, que tentei retomar o contato, mas não fui respondida. Neste meio tempo pude me debruçar sobre a metodologia desenvolvida por Tania de Luca (2010), na qual ela aponta sobre a necessidade em se compreender quem produziu os documentos analisados, como e o porquê.

O grupo editorial Revan tem como sua descrição do *Instagram*[7]*:* "Fundada em 1982, prima pelos estudos críticos de criminologia, direito penal, clássicos da literatura e biografias de grandes personalidades." Presente no universo editorial brasileiro a 40 anos publicou mil títulos, produzidos por diversos autores, incluindo professores de universidades, tais como IUPERJ, UFRJ, ENAP, UnB, FAPESP e FAPERJ, sendo usados nas salas de aulas. Teve a participação de Oscar Niemeyer em seu catálogo, incluindo os títulos *As curvas do tempo e Minha arquitetura – 1937-2005* como é escrito no site da editora[8].

Nas suas plataformas não há dados referentes à produção analisada, auxiliando no esquecimento da revista, durante a troca de *e-mails* com a equipe, a primeira pessoa não tinha conhecimento sobre a *União Soviética,* contudo as demais conversas foram com outro indivíduo mais ciente do histórico da revista. Baseando-se nestas leituras, a metodologia

7 Informação retirada da descrição do perfil da editora no Instagram. Disponível em: https://www.instagram.com/editorarevan/. Acesso em: 01 de outubro de 2022.

8 Informações retiradas da aba "A Editora": https://www.revan.com.br/a_editora. Acesso em: 01 de outubro de 2022.

utilizada neste estudo concentra-se nos traços imagéticos presentes nos artigos da revista *União Soviética em Foco*.

A outra ponta destes documentos é a Agência de Imprensa *Novósti* criada ainda em 1941 era o principal porta-voz da URSS. Três anos depois já contava com 1171 jornais, 523 revistas e 18 emissoras em 23 nações diferentes, voltados à propaganda do regime para países estrangeiros[9]. No caso do Brasil havia a revista *União Soviética em Foco* que tinha como seu principal objetivo, apresentar a sociedade soviética para os brasileiros, durante a década de 1960 tinha uma tiragem de 4.3 milhões de exemplares. Em 1990 criou-se a RIA *Novósti*, sendo um dos principais pilares na imprensa russa até 2013 apontado por um de seus veículos sucessores o Sputnik International (ativo até os dias de hoje).

A imprensa pode ocupar um espaço de conformação ou de confronto com o sistema vigente, no caso da revista *União Soviética em Foco* utilizava-se de perspectivas comunistas que entendem a imprensa de uma forma partidária organizada e propagandista. Fonseca e Rouvinski (2019, p. 25)[10] apresentam sobre uma característica soviética em comunidades e indivíduos que se encontram fora da URSS, na qual adotam uma postura saudosista e retomam a grandiosidade da sua nação de origem de forma patriótica, retomando a sua identidade (composta pela valorização da sua cultura, culinária, arte e literatura).

O autor continua dizendo que esta postura de glorificação está presente nos produtos feitos pelos soviéticos, incluindo os jornais e revistas e ao analisar as criações soviéticas que retornam o patriotismo e à grandiosidade de sua terra originária deve se ter em mente a interligação dos seus sujeitos pelos meios de comunicação, tornando as produções referenciais. O sistema soviético foi inicialmente pensado e articulado para seguir princípios comunistas, contudo durante as suas sete décadas a influência e o domínio capitalista foi desmantelando os pilares pensados após a Revolução de 1917, estruturando um sistema de dominância entre classes, mantendo os padrões esperados das sociedades capitalistas, logo

9 Dados retirados do artigo "Russia country profile" do site da BBC News UK, de 2012. Disponível em: http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/country_profiles/1102275.stm#media. Acesso em: 02 de outubro de 2022.

10 Tradução de Fonseca (Fonseca; Rouvinsi, 2019, p .25).

as produções pensadas e organizadas pela URSS seguirão os padrões da Indústria Cultural:

> sob o poder do monopólio, toda cultura de massas é idêntica, e seu esqueleto, a ossatura conceitual fabricada por aquele, começa a se delinear. Os dirigentes não estão mais sequer muito interessados em encobri-lo, seu poder se fortalece quanto mais brutalmente ele se confessa de público. O cinema e o rádio não precisam mais se apresentar como arte. A verdade de que não passam de um negócio, eles a utilizam como uma ideologia destinada a legitimar o lixo que propositadamente produzem. Eles se definem a si mesmos como indústrias, e as cifras publicadas dos rendimentos de seus diretores gerais suprimem toda dúvida quanto à necessidade social de seus produtos (Adorno, Horkheimer, 1985, p. 114).

Acessei pela primeira vez os trinta e quatro exemplares da *União Soviética* e observei que o primeiro volume disponível era o nº 54, do quinto ano da revista, de junho de 1987 e seguindo a análise inicial (somente das capas) observei que era uma publicação mensal, deste modo calculei que a primeira revista havia sido na última metade do ano de 1984, em agosto. As capas sempre são coloridas, o escritor Anatoli Ananiev presta uma entrevista para Nina Maksakova, funcionária da agência *Novósti*[11] em que fala sobre este padrão nas produções soviéticas, com as capas coloridas e seu conteúdo interno em escala de cinza, seguindo o modelo soviético.

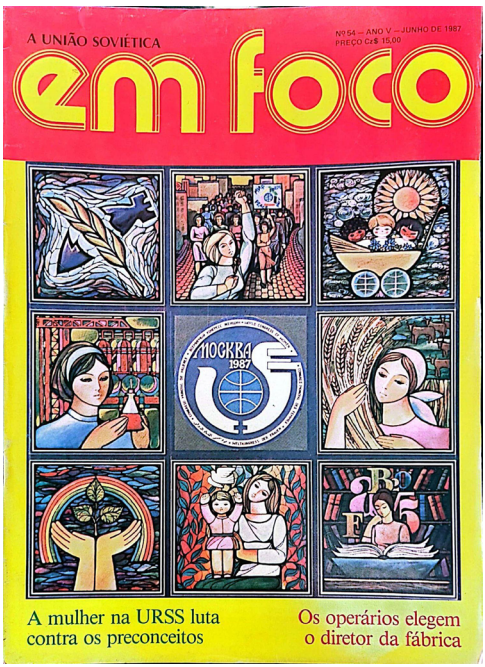
As imagens selecionadas para as capas na maior parte das vezes tinham temática soviética, exceto quando uma figura brasileira viajava para a URSS ou quando havia alguma aproximação com o governo estadunidense. Com artigos de diversas temáticas e uso de imagens utiliza-se a visão de Mondzain (2015) em que discorre sobre o produtor das imagens está posto numa sociedade, da qual tem suas estruturas políticas, culturais e de poder, logo as instituições nas quais detém tal controle desenvolvem opiniões e as consequências possibilitadas.

Desde o primeiro exemplar salvaguardado a capa traz cores vivas, com uma divisão horizontal na parte superior, voltada para as informações dos dados da edição (como número, ano, datação e preço) e com o título da revista: "*A UNIÃO SOVIÉTICA em foco*", por mais que

11 União Soviética em Foco, nº 65, ano VI, maio de 1988, p. 19.

a nação soviética esteja em uma fonte maiúscula o tamanho é discreto destacando o termo “em foco”.

Figura1: Capa da revista.



Fonte: *União Soviética em Foco*, nº54, ano V, junho de 1987, capa.

O conjunto de imagens é a união de nove pinturas que remetem a um mosaico de vidro, apresentando uma coleção de símbolos femininos da *União Soviética*, colocando-as como protagonistas na educação, no mercado de trabalho, na ciência e no centro da família tudo voltado ao símbolo central do congresso mundial de mulheres. O artista plástico Celso Lima e a editora Neide Jallageas indicam que a arte soviética teve objetivos semelhantes aos da sua época mais rica, buscando inspiração em trabalhos antecessores enquanto dialogava com seu caráter revolucionário, se posicionando ao lado dos camponeses, do proletariado e dos estudantes. (Lima; Jallageas, 2020)

Seguindo a ordem dos exemplares da *União Soviética,* a análise do editorial foi fundamental para que se perceber como se estruturava algumas das dinâmicas para a sua confecção. Na primeira página no topo da folha está: "em foco, revista mensal de informação cultural sobre a união soviética" seguido do registro e dos dados da equipe que produziu aquela edição. A equipe editorial é composta por brasileiros e varia conforme as edições, contudo há o arquiteto Oscar Niemeyer (sempre como Diretor-Responsável), que tinha fortes ligações com a URSS, visitando a nação de forma profissional e pessoal. Há uma grande aproximação com os soviéticos pelo seu trabalho arquitetônico, mas principalmente pela sua invariável atitude amistosa em relação à URSS e sua cultura, Niemeyer era retratado como um exemplo de verdadeiro humano. Em carta de Karen Khatchaturov, a vice-presidente da agência *Novósti,* parabeniza-o:

> Prezado amigo Oscar, A agência de imprensa *Novósti* cumprimenta-o calorosamente pela passagem de seus 80 anos. Os soviéticos o conhecem muito bem e o consideram um clássico na arquitetura contemporânea mundial e um grande amigo de nosso país. A medalha de ouro "Pelo fortalecimento da paz entre os povos", do Prêmio Internacional Lênin, testemunha a sua notável contribuição para a causa da paz. Você fez muito pela prosperidade e pelo progresso de sua pátria, sendo ao mesmo tempo o porta-voz permanente da cooperação sovietico-brasileira. Temos em alto apreço o fato de ser o diretor-responsável da EM FOCO, revista que, divulgando a verdade sobre a URSS, reforça a amizade entre nossos povos. De todo coração, querido camarada Oscar, nós lhe desejamos muitas felicidades no seu trabalho, boa saúde e muitos anos de vida (Khatchaturov, 1988, p. 48).

A presença desta mensagem estrutura a visão soviética, na *União Soviética em Foco,* sobre Oscar Niemeyer, um homem que desempenhava um papel fundamental nas relações entre os dois regimes, visualizando a amizade entre os povos. Ainda há outros registros sobre o mesmo. No discurso de Khatchaturov observei um dos pilares no discurso da *União Soviética* a constância dos valores de prosperidade, progresso e cooperação ligadas ao "Prêmio Internacional Lenin", esta associação reforça sutilmente as políticas de abertura ao retorno dos ideais reais soviéticos, que foram perdidos e usurpados com o tempo, mas a URSS estava os reencontrando.

Outro membro é a editora Lilian M.G. Lopes[12] (que ocupou diferentes papéis nas edições participando da edição de textos, coordenação e revisão). O historiador e jornalista Ivan Alves Filho[13] é identificado como editor e fundador da revista e se manteve presente em vinte e sete volumes. Nas equipes ainda há Luiz Mário Gazzaneo (editor); Ezio Speranza (arte e editor), Ângela Maria Alves (arte), Patrícia Monni (arte final); Miguel Villela (revisão); Raimundo Alves de Souza (coordenação gráfica); Gilda Barros Pereira (divulgação e publicidade); Lúcia Cardoso (assinaturas); Michel Elias Jorge (diretor da editora); sobre essas pessoas, não encontrei nenhuma informação adicional.

Há um espaço destinado aos locais de venda da *União Soviética em Foco*, que era feita no território nacional, ela estava presente em:

Tabela 1 - Locais das vendas da revista

Cidade/Estado	Locais
Aracaju - SE	Gervásio dos Santos; Livraria Carvalho; José Emanuel Ferreira Dantas
Barra Mansa - RJ	Casa do Estudante
Belo Horizonte - MG	J.M. Gomes; Livros nacionais e importados
Campinas - SP	Livraria Pontes
Feira de Santana - BA	Sinval Galeão dos Santos
Fortaleza - CE	Livraria Gabriel
Goiânia - GO	Livraria e Editora Cultura Goiana
Itararé - SP	Livraria e Papelaria Jorge Chueri
João Pessoa - PB	Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão
Maceió - AL	Livraria Caetés

12 Não há informações disponíveis sobre Lilian Lopes, somente que estava na equipe editorial de livros publicados pela Revan como os títulos "Brasil e URSS - Parceiros na paz" e "Gorbachov - Reagan: Passo Para a Paz Acordos Sobre a Eliminação de Mísseis Firmados Entre URSS e EUA". Informações retiradas do site https://www.traca.com.br/autores/Lilian%20M.%20G.%20Lopes/. Acesso em: 18 de março de 2024.

13 Produziu outras obras com Oscar Niemeyer, ele trabalhou em diferentes jornais e revistas como o Estadão, Zero Hora, O Globo, Época e Isto É. Participou e produziu diferentes obras sobre a URSS, o comunismo e o Partido Comunista Brasileiro. Informações retiradas do site: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ivan_Alves_Filho. Acesso em: 18 de março de 2024.

Manaus - AM	Pap. Tip.; Papéis e Livros
Niterói - RJ	Livraria Romanceiro; Livraria Espaço Livre
Paulo Afonso - BA	Luís Rubem Ferreira Bonfim
Porto Alegre - RS	Livraria Palmarinca; Livraria e Distribuidora Tecnocientífica Ltda.; Paulo Gomes da Liveira; Editora Unidade
Recife - PE	Dyrce Norma Gwendolin Higgins
Ribeirão Preto - SP	União Cultural Brasil - URSS
Rio de Janeiro - RJ	Livraria Ciência e Paz; Livraria Página; Mestre Jou S/A Importação e Comércio; Rodoviária Guanabara Jornais e Revistas
Salvador - BA	Paulino Vieira; Editora Práxis
São Luiz - MA	Literarte; Literatura e Arte
São Paulo - SP	Livraria Ciência Humanas; Livraria Tecnocientífica
Uberlândia - MG	Livraria Pró-Século XXI
Vitória - ES	Diskardec; Livraria Espírita; Livraria Âncora
Vitória da Conquista - BA	Distribuidora de Publicações Cairo
Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília	Venda nas bancas Fernando Chinaglia Distribuidora S.A.

Fonte: Tabela desenvolvida pela autora.

A sua potência de vendas no país dependia de indivíduos e livrarias interessadas no seu comércio, logo seu mercado estava distribuído em poucas cidades e estados. Quando analisei sua presença nas bancas de revistas isto diminui ainda mais, acontecendo somente em três cidades: Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, por meio de uma mesma distribuidora. No decorrer das 34 edições estudadas pode-se observar e registrar as mudanças de valores, tanto da revista, quanto das assinaturas semestrais e anuais.

Como há um recorte de 3 anos (1987-1990), a moeda brasileira muda duas vezes de cruzado (1986-1989) para cruzado novo (1989-1990) e para cruzeiro (1990-1993). Balassiano e Pessoa (2021) definem que o Brasil passou por dez recessões desde 1980. A determinação da situação econômica de um país depende de variáveis externas (PIB[14]

14 O Produto Interno Bruto é a taxa referente a toda a soma dos bens de serviço produzidos na

mundial, taxa de crescimento dos termos de troca[15] e *gap* de juros[16]) e internas (PIB *per capita* defasado em um ano, taxa de investimentos[17], consumo do governo, juro real considerando a inflação e o juro nominal médio de política monetária, *dummy* nos anos de recessões[18]).

Tais parâmetros estavam em constante análise durante o período estudado, logo a fonte apresenta diferentes valores nas suas edições, reafirmando a situação econômica brasileira, com uma alta inflação, afastando um maior público a consumir artigos não essenciais. A *União Soviética* apresentava três possibilidades de compra: a mensal, com o seu valor na capa; a assinatura anual, pagamento de uma única taxa para as edições do ano, e a assinatura semestral, para seis edições. Estes preços alteram 22 vezes durante os três anos estudados.

A revista estudada ajuda a compreender a URSS no final da década de 1980 e o seu processo de abertura política e econômica, além disso apresenta as sistemáticas dos procedimentos elaborados pela Agência de Notícias *Novósti*. O processo de impressão ficou sob responsabilidade da "Alphaset Gráfica e Editora Ltda" nas três primeiras edições, depois foi para "Gráfica e Editora Setembro" que manteve-se até a edição final.

A parte dos fotolitos[19] ficou sobre o cuidado de três empresas brasileiras diferentes a "L.C.R. Emp. Graf. Ltda", a "Editora Gráfica Sindical" e " Meio Tom Fotolito Ltda". Desta forma, todo o processo de impressão era responsabilidade do Brasil, mas o que ficava com a URSS? O começo da resposta deste questionamento está ainda na ficha editorial, que traz: "Materiais básicos de informações e fotografias

região analisada durante um período. Quantifica a atividade econômica do local, sendo utilizado para análises. (Balassiano; Pessoa, 2021).

15 Para saber mais consulte Alves (2014).

16 *Gap* de juros é a diferença entre o juro real e juro neutro; dois quais o juro real, conhecido como *effective fed funds rate* menos o valor da inflação (PCE); enquanto o juro neutro decorre dos dados de Laubach e Williams. (Balassiano; Pessoa, 2021).

17 Para saber mais consulte Reis, Tiago. Taxa de investimento: o que é e como impacta nas aplicações financeiras?. 2021. Disponível em: https://www.suno.com.br/artigos/taxa-de-investimento/. Acesso em 06 de novembro de 2022.

18 Taxa determinada quando há pelo menos um trimestre de recessão na economia do país (Balassiano; Pessoa, 2021).

19 Lima Filho (1992) explica que os fotolitos tem como função permitir ou impedir a passagem da luz UV, tornando partes específicas insolúveis em água por meio da catalização e emulsão da tela, possibilitando assim a impressão.

fornecidos pela Agência de Imprensa *Novósti* - APN", somente este dado ainda deixa em aberto, mas na edição de Nº54, ano V, junho de 1987 há a entrevista "Correspondentes estrangeiros na URSS debatem as mudanças (transparência)".

O jornal soviético *Literaturnaia Gazeta*[20] promoveu um encontro com correspondentes estrangeiros em Moscou, para falar sobre o processo de mudanças na URSS e a *Glasnost.* Os presentes eram: Giulietto Chinesa *(L'Unità,* Itália), Jerzy Kraszewski (*Trybuna Ludu*, Polônia), Yoshisuke Niizuma (*Asahi Simbun*, Japão), Rajiv Shakh (*Patriot*, Índia), Raitcho Radulov (*Trud*, Bulgária), Geoffrey Trumble (*U.S. News and World Report*, EUA), Martin Walker (*Guardian*, Grã-Bretanha), Bernard Frederic (*L'Humanité*, França) e Uwe Engelbrecht (*Kölner Stadt-Anzeiger*, RFA), bem como Igor Beliaev e Fiodor Burlatski, da *Literaturnaia Gazeta*[21].

Os textos presentes na revista podem ser de quatro tipos: 1) Um texto produzido para a *União Soviética em Foco*, normalmente relacionando com algo relativo ao Brasil; 2) Um texto com uma temática nítida, seguindo uma sistemática mais tradicional; 3) Uma entrevista que poderia ser produzida com um representante da *Novósti* e um convidado, ou a partir de uma entrevista coletiva, na qual uma série de jornalistas reuniam-se com um representante governamental e questionavam coletivamente sobre o assunto combinado previamente e 4) Haviam debates organizados pelo Partido, que selecionava a temática e o grupo de pessoas para discutirem pautas soviéticas. O debate presente na edição de nº 54 está enquadrado no último tipo, com o foco em jornalistas e seu posicionamento sobre a *Glasnost* e como ela influenciará o presente e o futuro soviético.

O francês Bernard Frederic (1987, p. 4) falou que a política de transparência não pode estar separada dos objetivos políticos que a exigem, assim a objetividade da imprensa e o tratamento de problemas podem ser abordados sendo uma das alavancas (possivelmente a principal) da democratização. Uwe Engelbrecht segue a fala do colega

20 Um dos jornais soviéticos mais populares (*União Soviética em Foco*, Nº 54, ano V, 06/1987, p. 04).

21 Há muitos jornalistas ligados aos Partidos Comunistas dos seus países de origem, contudo há também profissionais que não são filiados e tem uma simpatia pelos ideais socialistas.

e pontua que ele, como representante da imprensa burguesa, acha que o "processo renovador" que ocorria na URSS exigia mudanças no método de trabalho:

> Não estamos à altura da nova situação devido a numerosos fatores, principalmente ao dogmatismo. Muitos jornalistas ocidentais sempre defendem a tese da impossibilidade de se realizarem reformas na União Soviética. Existe mais um fator: no Ocidente há descontentes com as transformações. O prestígio da política externa da URSS tem crescido muito. Um jornalista norte-americano chegou ao ponto de afirmar que tudo o que está acontecendo no País é uma catástrofe ideológica para os dirigentes de Washington. Nem todos os acontecimentos na URSS são bem recebidos de imediato no Ocidente. Meus chefes continuam a exigir que eu escreva como antes (Engelbrecht, 1987, p. 04).

Nesta entrevista, o discurso que rege é mostrar a participação de diversas nacionalidades, escutadas na URSS, independentemente se é uma crítica ou um elogio, há falas esperançosas como é mostrado no subcapítulo anterior e, para além disso, evidencia como funcionava uma parte da produção da revista. Uma outra entrevista, feita pela jornalista Ivetta Kniazeva com Aleksandr Aksionov (formado em História, deputado do Soviete Supremo da URSS, membro do Comitê Central do PCUS desde o XXV Congresso, na época era presidente do Comitê Estatal da URSS para Rádio e Televisão desde 1985), sistematiza novos detalhes, mesmo que o objetivo inicial fosse abordar sobre as opiniões referentes ao papel do rádio e da televisão na URSS.

Há uma grande quantidade de textos confeccionados para destacar uma pessoa (por vezes alguém importante para a história soviética, ou quem ocupa um cargo importante ou é um cidadão exemplar) e seu trabalho. A entrevista "O papel e o lugar do Rádio e da TV na União Soviética"[22] é um destes casos, centra-se inicialmente na trajetória de Aksionov, aponta que gostava mais de literatura, que escrevia poemas durante a sua recuperação da Segunda Guerra Mundial, mas acabou trabalhando como professor em curso secundário, organizações juvenis, nas estruturas do Partido e dos sovietes, ocupou cargo diplomático.

Ele segue discutindo sobre o papel da televisão e das mídias, as entende como uma das mais importantes descobertas do ser humano

22 *União Soviética em Foco*, N°64, ano VI, abril de 1988, p. 06.

e identifica que elas influenciam em todos os aspectos da vida social e atuam de modo a alienar o homem, eliminando nele o interesse pelo mundo que o rodeia. Para Aksionov a imprensa deve elevar os prestígios, auxiliar o desenvolvimento e estimular o lazer ativo:

> Pode desviar a atenção das pessoas dos problemas sérios internacionais e nacionais, provocar-lhes o medo e o ódio a outros povos, a arrogância e o chauvinismo; pode favorecer os baixos instintos a pretexto de "satisfazer as necessidades das pessoas". Mas também pode elevar o nível cultural e moral dos indivíduos, fazê-los pensar na verdadeira finalidade do Homem, desenvolver neles a responsabilidade por tudo que acontece no mundo (Aksenov, 1988, p. 07-08).

Ocupando o cargo de presidente do Comitê Estatal da URSS para Rádio e Televisão desde 1985, Aleksandr Aksionov evidencia a consciência do governo soviético e consequentemente dos agentes da *Novósti* sobre a percepção da trama privada gramsciana (Manacorda, 2019, p.138), no subcapítulo anterior, há a intenção de racionalizar a população, ou seja, utilizar das mídias para desenvolver a cultura unificada, que preza pela transformação, mas, no caso da *União Soviética* não é contra hegemônica, pois ela serve a um Estado que não é mais anticapitalista e busca a manutenção do mesmo. Durante o seu discurso há uma fala pontuando que o caminho da democratização é a *Glasnost,* pois ela leva os debates a todos e permite a participação de pessoas que antes não eram alcançadas, deste modo retoma-se novamente como o caminho e o destino da URSS é a democracia, na visão liberal.

Encerrando o texto, o presidente do Comitê Estatal pontua que os jornais e programas de televisão e rádio têm um grande alcance e ao criticarem as pessoas todo o país sabe, por isso não dizem apenas o que é bom ou ruim, mas mostram exemplos do que deve se fazer para viver melhor. Como uma crítica construtiva, a revista segue este mesmo padrão, trazendo pontos positivos, algumas ressalvas e soluções positivas perante as falas anteriores. As informações presentes na revista em grande parte levam a autoria do texto, contudo há uma escolha de divulgação de certas reportagens sem autoria, nestes casos há o uso da terceira pessoa no plural, transformando em um discurso da *União Soviética em Foco*, logo da URSS.

O documento estudado utiliza-se do conceito de democracia para a resolução dos problemas enfrentados pela URSS. A fim de gerar uma concepção de salvação, associavam um futuro melhor com as políticas de abertura, pois prometiam aos soviéticos um horizonte democrático, que resolveria as dificuldades instaladas na nação. A bipolarização estabelecida ainda na década de 1940 resultou em um mundo com diversos conflitos que atingiam várias esferas, incluindo a imprensa.

A linguagem utilizada na revista foi desenhada para positivar o processo de abertura, aproximando as mudanças para o crescimento e melhoria soviética, por causa da *Glasnost* há mais tranquilidade e alegria. Essa lógica é vista na edição de nº71, ano VI, novembro de 1988 com a reportagem fotográfica «Festa da imprensa, festa da «Glasnost», escrita pelo correspondente da *Novósti* Vilnius, que estava na capital da Lituânia. Ele abordou que a URSS tem uma equipe de 100 mil jornalistas soviéticos e milhões de correspondentes *free-lancers* de jornais e revistas, o grupo reunia-se com leitores para discutir sobre os problemas da imprensa com críticas e propostas de como deve ser a sua atuação nos jornais à serviço da *Perestroika*:

> Hoje, a imprensa soviética é um instrumento eficaz da transparência e da democracia. Protege as pessoas de injustiças e perseguições, apoia tudo o que existe de inédito e progressista, atuando em aliança com os partidários da *perestroika* que querem mudar drasticamente a vida social do país. Ultimamente, a imprensa conquistou um incrível prestígio junto aos leitores, o que se reflete no fato de ter aumentado rapidamente a tiragem anual dos jornais em mais de 20 milhões de exemplares. No momento a tiragem de 20 milhões de exemplares. No país ultrapassa 180 milhões de exemplares diários (Vilnius, 1988, p. 09).

Segundo a *União Soviética* a imprensa é o instrumento para a democracia, como a *Glasnost* foi a responsável por liberalizar as falas dos jornalistas, ela foi a causadora do aumento de interesse soviético. Por ser uma fotorreportagem a maior parte das duas páginas é ocupada por uma única fotografia tirada na Festa da Imprensa, com uma grande quantidade de jovens comemorando a festividade, há aproximadamente vinte pessoas em cima de uma edificação.

Figura 2: Comemoração jovem.


glasnost

Festa da imprensa, festa da "glasnost"

A participação dos jovens na festa foi maciça e demonstrou o crescente interesse deles pela imprensa.

Hoje, a imprensa soviética é um instrumento eficaz da transparência e da democracia. Protege as pessoas de injustiças e perseguições, apoia tudo o que existe de inédito e progressista, atuando em aliança com os partidários da perestroika que querem mudar drasticamente a vida social do país. Ultimamente, a imprensa conquistou um incrível prestígio junto aos leitores, o que se reflete no fato de ter aumentado rapidamente a tiragem anual dos jornais em mais de 20 milhões de exemplares. No momento, a tiragem total dos jornais do país ultrapassa 180 milhões de exemplares diários.

Mas o reconhecimento popular pelo trabalho dos 100 mil jornalistas soviéticos e milhões de correspondentes free-lancers de jornais e revistas talvez se manifeste de modo mais impressionante nas festas tradicionais da imprensa que estão sendo realizadas em cidades e povoações do país. Nos últimos anos, o número de pessoas que delas participam cresceu enormemente.

Esta reportagem fotográfica dos correspondentes da Nóvosti em Vilnius, capital da Lituânia, república soviética do Báltico, realizada durante a festa da imprensa na cidade, patenteia essa popularidade crescente.

Desde cedo, a Praça Kutúzov, centro da manifestação, ficou literalmente cheia, reunindo jornalistas e o povo. Nas bancas lindamente decoradas em torno da praça vendiam-se exemplares do jornal local Sovetskaia Litvá (Lituânia Soviética) e dos grandes jornais e revistas nacionais, além de publicações de outras repúblicas soviéticas.

Os jornalistas, reunidos com os leitores, discutiam animadamente os problemas da imprensa, ouviam críticas e propostas sobre como devem atuar os jornais para servirem melhor à perestroika. Na mesma área, os ecologistas instalaram sua barraca, que traza um cartaz pintado com letras enormes: "A Natureza é nossa Casa". Pintores e escritores organizaram mostras de suas obras ao ar livre, e as casas de moda da república promoveram desfiles de seus últimos modelos.

Não faltaram, obviamente, a música e a dança. Durante todo o dia apresentaram-se grupos das mais diversas tendências, do rock ao folclore de várias regiões. À noite, um grande concerto, que reuniu os melhores músicos e intérpretes da Lituânia, encerrou a festa.

8 9

Legenda: A participação dos jovens na festa foi maciça e demonstrou o crescente interesse deles pela imprensa.

Fonte: *União Soviética em Foco*, nº 71, ano VI, novembro de 1988, p. 08-09.

Com música e muitas demonstrações artísticas, há festas para a imprensa em todo o território soviético, chamando os jovens para essa nova fase, aproximando-os com tais ideais. Mesmo com uma fotografia em preto e branco a *Novósti* procura a variedade de estilos, gostos e figuras, todas juntas e envolvidas pelas políticas de abertura.

Na edição de nº 69, ano VI, de setembro de 1988, há a entrevista: "Dina mostra "Glasnost aos brasileiros" relatando sobre a atriz brasileira Dina Sfat que ficou aproximadamente um mês na URSS, para produzir um especial sobre a cultura soviética durante a *Perestroika*. Produzido e transmitido pela TV Globo, a atriz aponta que foi uma descoberta sobre como o novo[23] estava surgindo por causa da liberdade e uma

23 A utilização do termo "novo' é uma escolha sagaz para o discurso, pois possibilita a interpretação do leitor, este novo se refere às políticas de abertura (*Glasnost* e *Perestroika*), contudo ao analisar todo o texto presente o que passa é a mensagem de que por meio da aproximação ao sistema capitalista é que as melhorias chegariam a URSS.

confirmação que este novo retoma a herança legada, via que o seu papel é mais um passo para o intercâmbio de brasileiros e soviéticos nas artes e na cultura "pois é através delas que aproximaremos mais nossos corações" (Sfat, 1988, p. 31).

A utilização do termo "novo"

O especial foi ao ar em junho de 1988 e tinha a previsão de ser lançado em videocassete pelo Globo Repórter, neste intercâmbio cultural a atriz conversou com o diretor de teatro Nikolai Gubenko definido como "um dos mais tradicionais e revolucionários, revolucionário tanto na consciência da arte como na criação" (Sfat, 1988, p. 31). A entrevista descreve que ela falou por horas sobre a viagem, atraída pelos processos que estavam acontecendo:

> À *glasnost*, à transparência que abre os corações e mentes, permitindo a livre circulação de idéias, o debate frutífero, a correção do que está errado e o desabrochar da criação. [...] A *perestroika*, a *glasnost* atraem-me, com toda a carga de democracia e liberdade que elas encerram. Liberdade que para a cultura, para os artistas é como o pão de cada dia (Sfat, 1988, p. 31).

Mouffe (2017, p. 56) diz que o antagonismo e o conflito são categorias centrais do político, os indivíduos colocarão seus interesses, a razão e suas paixões nesse discurso, para comprá-lo como um todo. A democracia ocorre com a despersonificação do poder, ao mesmo tempo em que se faz a historização dos fins da sociedade, colocando o povo como soberano (Mouffe, 2017, p. 83).

Estes dois pontos centrais são observáveis no texto analisado, pois utilizavam de pessoas importantes para o sistema soviético e queridas ao público brasileiro defendendo esse novo momento, que estava sendo pensado para a melhoria da nação. Ao mesmo tempo em que se utilizava da promessa de uma democracia sem detalhes de como seria esse novo momento, retomando a figura de Lenin e como se encaminharam para a verdadeira URSS.

Contudo, o conceito de democracia para as vertentes transgressoras não significa a mesma coisa, podemos observar que o discurso de salvação, de resolução é por meio da *Glasnost* e da *Perestroika* que conseguiriam

melhorar a vida dos soviéticos. Essa associação é contraditória, pois Marx vai entender a verdadeira democracia como o desaparecimento do Estado, mas para existir a democracia, deve existir o domínio de uma classe sob a outra (Bottomore, 1988, p. 161-162).

Enquanto Gramsci entende que a democracia está ligada ao materialismo desde a revolução francesa, mesmo com diferentes discursos e percepções há uma constância no discurso democrático e o liberal (Liguori; Voza, 2017, p. 370). Logo, a defesa e a busca por essa democracia é abrir portas para o capitalismo, colocar de lado a transformação feita no começo do século XX e abraçar-se com os princípios liberais.

As fotografias presentes sempre levam o nome dos fotógrafos, eu tive dificuldade em encontrar informações referentes aos agentes da *Novósti*, busco sobre eles desde 2022, contudo não há informações disponíveis, para além das que estão na própria reportagem. a revista, na segunda e terceira capas, possui propagandas coloridas, já na parte interna existem outras propagandas espalhadas entre as reportagens ocupando um quarto da página, algumas publicidades são de produtos brasileiros (como as tintas Renner e o Café Amigo produzido e importado pela empresa Iguaçu para a URSS), outros são produtos soviéticos (como a joalheria *Charmex*, a companhia aérea *Aerolflot* e os maquinários da Saena Máquinas Oparatrizes) e tem propagandas sobre produtos da Editora Revan e serviços da *Novósti*.

Rocchi (2017) aponta que, a partir dos anos 2000, a agência com a sua equipe editorial opera em diversas línguas nas suas plataformas e produções, propondo uma outra perspectiva para os eventos globais. Loureiro (2015) corrobora com tais levantamentos, apontando ainda que a agência de notícias soviética cedia um aporte financeiro às editoras, para a sua manutenção. Nestes casos, as imagens e matérias são traduzidas apresentando os créditos à *Novósti*, com exemplares das revistas enviadas à embaixada da URSS no Rio de Janeiro e, provavelmente, à Moscou e outras embaixadas soviéticas no mundo. A revista *União Soviética em Foco* seguia tais padrões nas suas reportagens, que eram escritas por agentes soviéticos em sua grande maioria.

Na edição de Nº 91, ano 8, de julho de 1990, a propaganda "Agência de imprensa *Novósti*" discorre sobre o serviço de traduções disponível a

todos, que poderiam ser de materiais escritos (em russo, inglês, francês, alemão, espanhol, português, finlandês, árabe, indonésio, suahili, persa e grego) e simultâneas (em para russo, inglês, francês, alemão, espanhol, português e árabe). A equipe da *Novósti* conta com 200 tradutores, redatores e 20 revisores linguísticos, a agência se prontifica a trabalhar com qualquer temática seja social, política, econômica, financeira, científica, religiosa, cultural ou artística.

O texto continua falando que os profissionais são treinados para traduzir simpósios, seminários, briefings e negociações, e ainda acrescenta:

> O mundo vive na atualidade um boom de informação e aumenta a importância da comunicação em mais de uma língua. O Departamento de Traduções da Agência de Imprensa *Novósti* garante a alta qualidade na informação distribuída a mais de 120 países. E está aparelhado para traduzir sua informação escrita ou oral, dando a seus clientes a possibilidade de manter contatos com países estrangeiros (*União Soviética em Foco*, 1990, p. 40).

A agência tem como objetivo divulgar a URSS para o mundo, ao mesmo tempo que busca a aproximação da URSS com outras nações, um dos meios utilizados é o processo de divulgação das atualizações, discursos importantes, de documentos legislativos e artigos publicados na imprensa soviética feito pelo *The Daily Review*. A *União Soviética em Foco* está inserida nestas sistemáticas, tendo os seus conteúdos produzidos e traduzidos pela *Novósti*.

A revista tem divisões temáticas que variavam conforme a edição: ciência, teatro, artes, mulheres, história, política, comportamento, tv/informação, *Glasnost*, imprensa, tv/opinião, tema principal, espaço e muitos outros, alguns eram fixos como as relações entre Brasil-URSS. O processo da *Perestroika* e da *Glasnost,* aparecem constantemente na revista, existindo casos de em uma única edição tratar de um mesmo tópico seguidamente.

Considerações Finais

A revista *União Soviética em Foco* traz à historiografia um novo olhar, ainda não muito estudado, possibilitando diferentes recortes temáticos aos pesquisadores. Utilizar a imprensa, neste caso uma produção

brasileira e soviética, seguindo uma metodologia que respeite a fonte e observe as sistemáticas, agrega às pesquisas e aos saberes históricos. Por meio da documentação pode-se desenhar uma aproximação entre a URSS e o Brasil, compartilhando um discurso pouco propagado na imprensa brasileira pontuando os assuntos de forma propagandeadora, saudosista e politizada.

Mesmo que seja uma produção soviética, a construção da narrativa segue um modelo da Indústria Cultural, na qual busca uma lógica de consumo, priorizando o lucro e o estabelecimento do sistema capitalista. Este trabalho é um recorte de uma pesquisa em desenvolvimento junto ao curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da UFPel, iniciada em 2023, a qual versa sobre como as relações entre Brasil e URSS e como as políticas de abertura *Glasnost* (política) e *Perestroika* (econômica) são trabalhadas na revista.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**: fragmentos filosóficos. 1ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ALVES, Jeruza Haber, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, março de 2014. **Termos de troca e crescimento econômico:** A relação entre diferentes parceiros comerciais e grupos de produtos no Brasil. Disponível em: https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/3285/1/texto%20completo.pdf. Acesso em 06 de novembro de 2022.

ARÊAS, João Braga. **Batalhas de *O Globo* (1989-2002)**: o neoliberalismo em questão. Niterói, Tese (doutorado), Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2012. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/15987/Tese-joao-braga-areas.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 01 de janeiro de 2023.

BALASSIANO, Marcel; PESSOA, Samuel. **Desempenho da economia brasileira nos últimos oito quadriênios (1987-2018)**. Blog do Ibre. 2021. Disponível em: https://blogdoibre.fgv.br/posts/desempenho-da-economia-brasileira-nos-ultimos-oito-quadrienios-1987-2018#_ftn6 . Acesso em 28 de outubro de 2022.

BCC, News United Kingdom. **"Russia country profile".** Disponível em: http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/country_profiles/1102275.stm#media. Acesso em 02 de outubro de 2022;

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política.** vol 1 e 2. Brasília: L.G.E & Editora UNB: 2004.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar. 1988.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e Discurso**: modos de organização. 2ª edição. São Paulo: Editora Contexto. 2008.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na Oficina do Historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História:** Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 35, n. 2, 2009. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221. Acesso em: 1 de janeiro de 2023.

DOMENACH, Jean-Marie. **A propaganda política**. São Paulo: Ed. Difusão Europeia do Livro, 1955.

FAIRCLOUGH, Norman. **Language and Power**. London, 1989.

FANON, Frantz. Racismo e Cultura. **Revista Convergência Crítica**, n. 13, 2018.

FONSECA JR, Gelson. O Sistema Internacional durante a Guerra Fria. **Revista USP**. São Paulo, p.128-137, junho/agosto de 1995.

FONSECA, Brian; ROUVINSKI, Vladimir. Os Russos da América Latina: Moscou em Busca de Influência sobre as Comunidades de Língua Russa na Região. **Military Review**, Segundo Trimestre, 2019. Disponível em: https://www.armyupress.army.mil/Portals/7/military-review/Archives/Portuguese/Fonseca-Os-Russos-da-America-Latina-POR-Q2-2019.pdf. Acesso em 10 de outubro de 2022.

GELLER JR., Lúcio. Anna Savitskaia: ou, como narrar uma vida na União Soviética (1964-1988). **Revista Aedos**, v.11, n. 25, p.114–139, 2020. Disponível em: https://www.seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/96794. Acesso em: 7 de outubro de 2022.

KELLNER, Douglas. **A Cultura da mídia - estudos culturais**: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. Bauru: EDUSC, 2001

KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual. **ArtCultura**, v. 8, n. 12, 2006. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/1406. Acesso em: 7 de outubro de 2022.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.). **Dicionário gramsciano (1926-1937)**. 1ª edição. São Paulo: Boitempo. 2017.

LIMA, Celso; JALLAGEAS, Neide. **Vkhutemas**: desenho de uma revolução. 1ª edição. São Paulo: kinoruss. 2020.

LIMA FILHO, Gustavo Ribas da Gama. **Sistema de confecção de fotolito utilizando fibras ópticas**: fotoplotter para circuito impresso. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola Politécnica. 1992. Disponível em: https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/11517. Acesso em: 10 de março de 2024.

LOUREIRO, Heitor de Andrade Carvalho. "A voz do povo armênio": imprensa armênia em São Paulo (1940-1970). **Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa**, ano 9, n.9, 2015. Disponível em: http://escritos.rb.gov.br/numero09/cap_07.pdf. Acesso em 08 de outubro de 2022.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi(org.). **Fontes Históricas**. 2.ed. São Paulo: Contexto, cap. 5, p.111-154, 2010.

MANACORDA, Mario Alighiero. **O Princípio Educativo em Gramsci**: americanismo, e conformismo. 3ª edição, Campinas: Grupo Átomo e Alinea, 2019.

MARTELETO, Regina Maria. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. **Ciência da Informação**, v.24, n. 1, 1995.

MARX, Karl. **Marx-Engels-Werke**. Berlim: Dietz, vol. 2, 1962.

MARX, Karl. **Marx-Engels-Werke**. Berlim: Dietz, vol. 3, 1964.

MAURIN, Eric. ***Le ghetto français: enquête sur le séparatisme social***. Paris, Seuil, 2014.

MONDZAIN, Marie-José. A imagem entre proveniência e destinação. In: ALLOA, Emmanuel (Org.). **Pensar a imagem**. Belo Horizonte, MG. Autêntica, p.39-54, 2015.

MORAIS, Larissa Ceroni. **Revista *União Soviética em Foco***: visões soviéticas sobre o Brasil nos anos 1980. Pelotas, Monografia (graduação), Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, 2022.

MOUFFE, Chantal. **Sobre o Político.** São Paulo: WMF Fontes. 2017.

MUNHOZ, Sidnei J. Ecos da Emergência da Guerra Fria no Brasil(1947-1953). **Revista Diálogos**, Maringá, DHI/UEM, v. 6. p. 41-59, 2002. Disponível em https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/37763/19579. Acesso em 27 de outubro de 2021.

RIBEIRO, Júlio; EUSTACHIO, José. **Entenda Propaganda**: 101 Perguntas e respostas sobre como usar poder da propaganda para gerar negócios. São Paulo: SENAC, 2003.

ROCCHI, Denise de. **Sputnik news e o discurso contrahegemônico russo**. Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação). XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, Caxias do Sul - RS. 2017. Disponível em:

https://www.portalintercom.org.br/anais/sul2017/resumos/R55-1306-1.pdf. Acesso em 11 de novembro de 2021.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda Casa Editorial. 2010.

SCHNAIDERMAN, Boris. "Glasnost" e memória cultural. **Revista USP**, junho/julho/agosto, 1991.

THOMPSON, John Brookshire. **A Mídia e a Modernidade**: uma teoria social da mídia. 5. ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 1998.

WILIKOW, Serge. História do Livro e da Edição no Mundo Comunista Europeu. *In:* DEAECTO, Marisa Midori; MOLLIER, Jean-Yves. **Edição e Revolução:** leituras comunistas no brasil e na França. Cotia: Ateliê Editorial e Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. cap. 8, p.313-325.

ZICMAN, Renée Barata. História Através da Imprensa: algumas considerações metodológicas. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 4, 2012. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12410. Acesso em: 4 de janeiro de 2023.

HUMANIDADES DIGITAIS E A INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA: INSTRUMENTALIZAÇÃO DO SOFTWARE OBSIDIAN PARA O ENSINO E PESQUISA CIENTÍFICA[1]

Thiago Noschang Cabral[2]

1. Introdução

O que diferencia a ciência das outras formas de se obter conhecimento em grande parte reside na utilização de um método científico rigoroso. Em acréscimo, Lakatos e Marconi (2003, p. 80) afirmam que a sistematização de saberes de forma logicamente ordenada é uma das principais características do conhecimento científico. Nesse sentido, o método assume um papel central para a produção de conhecimento ordenado e verificável. Nas palavras de Ferrari (1974, p. 8): "A ciência é todo um conjunto de atitudes e atividades racionais, dirigidas ao sistemático conhecimento com objeto limitado, capaz de ser submetido à verificação". Buscando uma definição, pode-se apontar que o método científico pode ser definido enquanto

1 A presente pesquisa foi subvencionada com recursos da bolsa CAPES/DS.

2 Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (PPGH-UFSM). Lattes: http://lattes.cnpq.br/3651200761246160. Orcid: https://orcid.org/0009-0008-4513-7541. E-mail: thiago.cabral@acad.ufsm.br.

> "[um] conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista (Lakatos; Marconi, 2003, p. 83).

No campo das ciências sociais e humanas o método assume características próprias em relação às demais áreas do saber, tendo como um de seus pilares a hermenêutica. Esta é conhecida como a arte de descobrir as entrelinhas do contexto, enfrentando os desafios do mistério da comunicação humana, tornando-se importante no resgate da interpretação criativa (Jesus; Santos, 2024, p. 4-5). Além de ter uma face voltada para a pesquisa, a hermenêutica está profundamente ligada à forma como os alunos obtêm conhecimento em aulas.

Nesse sentido, é interessante o episódio protagonizado por Richard Feynman, após passagem por países da América Latina, o renomado físico norte-americano relatou a sua experiência com o ensino na região.[3] Além de tecer ressalvas em relação à questão econômico-social, Feynman afirma ser a associação entre conhecimento dos livros com a aplicação prática a principal dificuldade dos alunos. Segundo o mesmo, o tradicional ensino voltado para a memorização de conteúdos – denominado por ele como memória mecânica – não é suficiente para que o conhecimento seja devidamente internalizado e replicado em contextos que fogem aos dos apresentados nos textos acadêmicos. Mais importante do que lembrar a definição, é também saber como ela se conecta com o mundo ao redor.

Comparativamente com a passagem de Feynman no Brasil, a professora de sociologia Heloisa Pait (2018) na contemporaneidade aponta para as dificuldades de se romper com esta forma de aprendizado nos dias atuais. Em suas palavras,

> Assim como Feynman, também vejo muitos alunos inteligentes e aplicados, com vontade de compreender e atuar no mundo em que vivem. Alguns chegam com lacunas de aprendizado do colegial, mas não é esse o maior entrave, nem de longe, que encontro nos cursos de metodologia para as ciências sociais, que tenho ministrado nos últimos anos. O maior

3 FEYNMAN, Richard P. The Problem of Teaching Physics in Latin America. [s.n], 1963. Disponível em: http://calteches.library.caltech.edu/46/2/LatinAmerica.htm. Acesso em 23 de fev. 2023.

> entrave é uma espécie de metodologia às avessas que parecem ter aprendido no próprio ambiente acadêmico, principalmente na faculdade, mas, em anos recentes, no próprio ensino médio. Essa **metodologia vai contra tudo o que um bom cientista valoriza: a atenção aos fatos e à experiência; o respeito à lógica e à própria ética de pesquisa – que não se guia, segundo essa metodologia invertida, pela busca da verdade, mas sim deliberadamente por algum resultado dado a priori e obtido sem o aval dos pesquisados** (Pait, 2018, grifo próprio).

Em contraste com a realidade supracitada, Pait (2018) sugere uma abordagem diferente, onde a base do ensino consiste em gerar conexões não só entre os conteúdos, mas como também as vivências que advém de observações da realidade. Mais uma vez, retorna-se à importância da hermenêutica. Nesse cenário, a metodologia não está atrelada unicamente ao processo de pesquisa científica, mas também à maneira como se obtém o conhecimento.

A resposta para a ineficácia da memorização em parte é explicada por uma diferença neurológica que distingue a forma de medir a memória: capacidade de armazenamento e capacidade de recuperar (Birnbaum et al., 2013). Ou seja: a capacidade de armazenamento, a habilidade de guardar memórias, apenas se tornam maiores conforme envelhecemos. Por outro lado, a capacidade de recuperar informações é aperfeiçoada conforme exercitamos, por meio de conexões. Assim, adicionamos mais e mais informação para a nossa memória de longa duração. Dessa forma, é ineficaz uma educação que busca melhorar a capacidade do aluno de decorar informações. Na verdade, o importante é implementar a capacidade de criar pontes e conexões com informações já conhecidas com as novas – e/ou gerar contrastes por meio de aproximação de oposições (Rothenberg, 1971).

Atentando ao mesmo tempo para as dimensões de ensino e pesquisa, o presente artigo almeja a partir do entendimento construído acima direcionar, a partir de agora, perspectivas de pesquisa localizadas na simbiose de métodos e perspectivas epistemológicas tanto da História Digital, quanto História Global, utilizando como meio o s*oftware* de anotações pessoais Obsidian. Para tornar o exemplo mais tangível, dá-se como exemplo a sua utilização voltada para uma fonte que corriqueiramente encontra falhas metodológicas: o trabalho com

periódicos. O objetivo, portanto, é utilizar do meio digital para construir pesquisas a partir de conexões entre diferentes fontes e temática.

2. Levantamento bibliográfico de pesquisas no campo da História com periódicos no primeiro semestre de 2024

A pesquisa em periódicos tem seu marco metodológico no trabalho de Tânia Regina de Luca (2005). No texto intitulado "História dos, nos e por meio de periódico" a autora transcorre sobre não só pela evolução na historiografia relacionada aos periódicos, mas também joga luz sobre como futuros pesquisadores devem se debruçar sobre esta fonte muito popular nos dias de hoje. Todavia, é perceptível a dificuldade encontrada pelos pesquisadores em seguir a heurística de pesquisa de Luca (2005). Com base nas últimas pesquisas elencadas por meio do *software Publish or Perish* foi possível construir um estado da arte de pesquisas que utilizam dos periódicos em 2024. Dessa forma, foi possível construir a seguinte tabela:

Tabela 1 – Tabela da relação entre autores que trabalham com periódicos e os critérios elencados por Luca (2005, p. 142).

Autores / Critérios	Localizar a publicação na história da imprensa	Atentar para as características de ordem material (periocidade, impressão; papel, uso/ausência de iconografia e de publicidade)	Prestar atenção na forma de organização do conteúdo	Descrever o material iconográfico, atentando para as opções estéticas e funções cumpridas na publicação	Identificar os principais colaboradores	Identificar o público a que se destinava	Identificar as fontes de receita	Analisar todo o material de acordo com a problemática escolhida
Anjos (2024)								
Antunes; Gatto (2024)								
Berto; Simões (2024)								
Bica; Santos (2024)								
Borges (2024)								
Carvalho; Silva (2024)								
Castro et al (2024)								
Coelho (2024)								
Gomes (2024)								
Gomes; Miranda; Ribeiro (2024)								
Hayashi (2024)								
Kotlinski; Martins (2024)								
Lucas; Trevizoli (2024)								
Silva (2024)								
Silva; Vieira (2024)								

Fonte: autoria própria (2024). Nos quadros em verde quando os autores preenchem determinado critério e em vermelho quando não.

Com base na tabela acima, fica evidente que uma das maiores dificuldades compartilhadas pelos autores consiste em identificar a materialidade da fonte na qual utilizam. Em parte, essa dificuldade deve-se em parte pela falta de atenção por parte do pesquisador em relação à importância de tais informações. Outro motivo deve-se a que parte dos periódicos consultados são consultados via *web* no formato digital. Brasil e Nascimento (2020) chamam atenção para este fato, afirmando que a digitalização significa uma rematerialização da fonte – tendo em vista que a mesma ocupa espaço nos discos rígidos. Uma vez que o processo de digitalização a fonte perde algumas informações físicas (cor, cheiro, material) é necessário que essas informações sejam integralmente inseridas, quando a mesma passar para um espaço digital, sob o risco de perdas no trabalho historiográfico. Portanto, as novas informações relativas ao documento devem ser levantadas (e problematizadas) tal como fossem impressas.

Por outro lado, as demais dificuldades apresentadas pelo levantamento bibliográfico são geradas por um estudo muito centrado em si mesmo – que não posiciona o mesmo diante de um estado da arte consistente ou até mesmo não delineia os padrões do próprio documento. Uma forma de superar tal obstáculo está em incorporar a perspectiva adotada pela História Global, ou seja, de trabalhar essencialmente com conexões transnacionais por meio da perspectiva metodológica das humanidades digitais, ou seja, a interdisciplinaridade. Por meio das conexões é possível enfrentar os demais problemas, ao mesmo tempo que promove um aprofundamento da pesquisa.

Após transcorrer sobre os desafios encontrados na produção acadêmica baseada no uso de periódicos, o próximo subtópico tem o objetivo de introduzir o debate sobre o que são as Humanidades Digitais – e a História Digital – para , por fim, apresentar uma proposta própria que converse com o debate metodológico que tem sido feito até o presente momento.

3. História Digital & Global: uma aproximação possível

A utilização de ferramentas digitais se apresenta nos dias de hoje com a força de um paradigma nas ciências humanas e sociais (Borbinha; Guerreiro, 2014; Oliveira; Martins, 2017). Nesse sentido,

Brasil e Nascimento (2020) demonstram que as novas tecnologias da informação impõem uma mudança de proporções sociais que também abarca a pesquisa científica. Como resultado, surgiram campos híbridos dentro das ciências humanas, sendo um deles as humanidades digitais. No entendimento de Reis (2023), o campo das humanidades digitais propõem um equilíbrio entre o uso de computadores/ferramentas digitais com o protagonismo da interpretação crítica do pesquisador (hermenêutica).

Oliveira e Martins (p. 11, 2017) percebem que o termo "humanidades" se refere às análises de teor qualitativo que buscam explicar o desenvolvimento da linguagem no tempo e a ideia de mundo que as pessoas fazem para si. Por outro lado, o "digital" refere-se a um conjunto de fontes e ferramentas digitais que catalisam as capacidades humanas de representar suas realidades. Imerso nesse campo encontra-se a História Digital, que busca uma abordagem para examinar e representar o passado que se utilize dos meios digitais.

Ainda segundo os autores supracitados, apesar da utilização de *softwares* para a construção de pesquisas acadêmicas possibilitarem uma maior velocidade e precisão de quantificação de inúmeros dados, a mesma é marcada por obstáculos, na medida em que o autor deixa a sua leitura crítica ser levada pela facilidade com que as ferramentas conduzem a pesquisa. Reis (2023, p. 42) aponta que principalmente que o protagonismo anteriormente mencionado se refere ao pesquisador trazer previamente uma metodologia sistemática e consistente que não caia no erro de manipular os dados, aliada a uma seleção racional dos documentos. Para tanto, compartilho da perspectiva de que a utilização da História Digital seja acompanhada de uma hermenêutica adaptada a essa nova realidade. Portanto, as Humanidades Digitais podem ser vistas como um espaço e um tipo de fonte, que necessita de uma ferramenta metodológica já fundamentada.

3.1 Método Zettelkasten

Uma proposta possível é a integralização da técnica *Zettelkasten* (*slip-box* em inglês, e caixa de notas em português) para o ambiente acadêmico. A técnica do *Zettelkasten* foi criada e desenvolvida por Niklas Luhmann (1927-1998), professor de sociologia da Universidade de Bielefeld entre 1968 e 1993. O sociólogo – que divide espaço com

Max Weber entre os sociólogos alemães mais influentes do século XX – desenvolveu um método de pesquisa que lhe permitiu publicar 58 livros e centenas de artigos em 30 anos, além de cerca de 150 manuscritos não publicados.[4]

Quando criado em 1950, a versão original do *Zettelkasten* de Luhmann consistia em seis caixas de madeira, cada uma com quatro compartimentos (Schmidt, 2013, p. 2-3). Entre esses quatro compartimentos, Luhmann escrevia notas sobre assuntos variados, como sociologia, administração, ciência política e direito. De forma intuitiva, ao procurar as novas em suas caixas organizadas procurava por conexões inexploradas de maneira interdisciplinar. Mais do que apenas um sistema de banco de dados, o *Zettelkasten* funcionava como uma segunda memória para seu criador, onde o método de armazenamento auxiliava no processo de combinação. Ou seja, o sistema – passível de ser reproduzido na atualidade em ambiente digital – consiste em organizar as notas de suas leituras em três níveis distintos, distribuídos em seis caixas (ou pastas) identificadas por uma sequência alfabética alfanumérica (Ahrens, 2017).

No livro "*How to Make Smart Notes*", Sonke Ahrens (2017) explora a história de Luhmann e também instrui sobre como o método desenvolvido pelo sociólogo alemão do século XX pode ser adaptado para o mundo digital do século XXI. Além disso, o autor debate sobre como o conhecimento é gerado e as formas de obtê-lo de maneira mais eficiente do que pela memorização de informações. Ahrens (2017) defende que o acadêmico não deve se reduzir à memorização de dados, datas e locais; mas sim que esteja constantemente buscando criar conexões transdisciplinares.

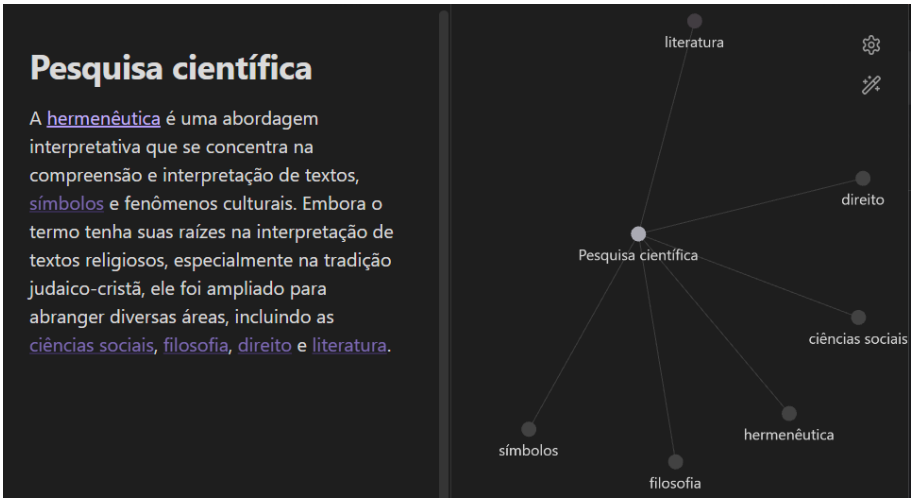
Assim sendo, tanto a abordagem de Luhmann quanto a de Ahrens e – a da História Digital – convergem ao ter como norte a promoção de um sistema de desenvolvimento de leitura crítica e da formulação de novas ideias a partir de conexões interdisciplinares. Suas propostas, têm como base a lógica de que o sucesso na resolução de problemas depende de uma abordagem flexível, que varia de uma mente exploratória e aberta a um quadro analítico (Dean, 2013, p. 152; Vartanian, 2009, p. 57). A discussão mais uma vez retoma o principal desafio epistemológico das

4 Disponível em: http://www.infoamerica.org/teoria/luhmann1.htm. Acesso em 17 de jul, 2024.

humanidades digitais: conciliar os métodos e os conhecimentos advindos das ciências humanas com o mundo digital (Borbinha; Guerreiro, 2014, p. 1).

Imerso nesse contexto, surge como ferramenta metodológica o *software* de anotações pessoais *Obsidian*.[5] Entre suas funcionalidades, destaca-se principalmente a possibilidade de criar *links* internos entre anotações – que podem ser separados em pastas, assim como originalmente realizado pelo sociólogo alemão. O processo de anotação e conexões pode ser visualizado no gráfico abaixo (figura 2).

Figura 2 – Exemplo da utilização do *Obsidian*



Fonte: autoria própria (2024). Texto meramente ilustrativo.

O programa desafia os processadores de texto comuns (como o tradicional *Microsoft Word)*, que frequentemente estão associados ao antigo método de ensino por memorização mencionado anteriormente – conteúdos separados entre si em arquivos independentes. Além de servir como ferramenta de anotação, o software possibilita a abertura de documentos em formato PDF (como livros, artigos e demais extensões), assim como vídeos e áudios em seus respectivos formatos. Dessa forma,

5 Mais informações sobre o programa podem ser acessadas em: https://obsidian.md/.

o pesquisador pode escrever notas enquanto mantém organizada uma multiplicidade de informações passíveis de gerar conexões (Figura 3). Cada nota, arquivo, vídeo e áudio podem ser organizados por meio de pastas, separando as informações por tipo – mas preservando conexões, em um sistema que lembra os *hiperlinks* da Wikipédia.

A partir das funcionalidades supracitadas, percebe-se que o *Obsidian* é um espaço perfeito para implementação do método *Zettelkasten* no meio digital. Se empregada de maneira crítica e consciente – como salientam Brasil e Nascimento (2020) – a ferramenta pode ser incorporada ora na estruturação de projetos de pesquisa científicos, ora no seu desenvolvimento. A título de exemplo, é possível criar um banco de dados transdisciplinar que, na mesma medida que é alimentado, produz uma representação visual no mapa de cada ligação.

A ideia de unir o método de procedimento *Zettelkasten* com o *Obsidian* não é algo novo– sendo um conteúdo amplamente discutido no *Youtube*. Todavia, são poucos os casos de focos voltados essencialmente no rigor da pesquisa científica. Dessa forma, a proposta aqui adotada complementa e expande a discussão ao adotar a união supracitada direcionada à pesquisa acadêmica. Como explorado por Ahrens (2017), o método *Zettelkasten* tem por base uma perspectiva indutiva. Portanto, a adoção do método indutivo[6] – embora não seja obrigatória – é percebida em consonância com o debate aqui apresentado.

6 Aqui entendido enquanto [...] um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas. Portanto, o objetivo dos argumentos indutivos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam (Lakatos; Marconi, 2003, p. 86).

Figura 3 - Compatibilidade multimídia

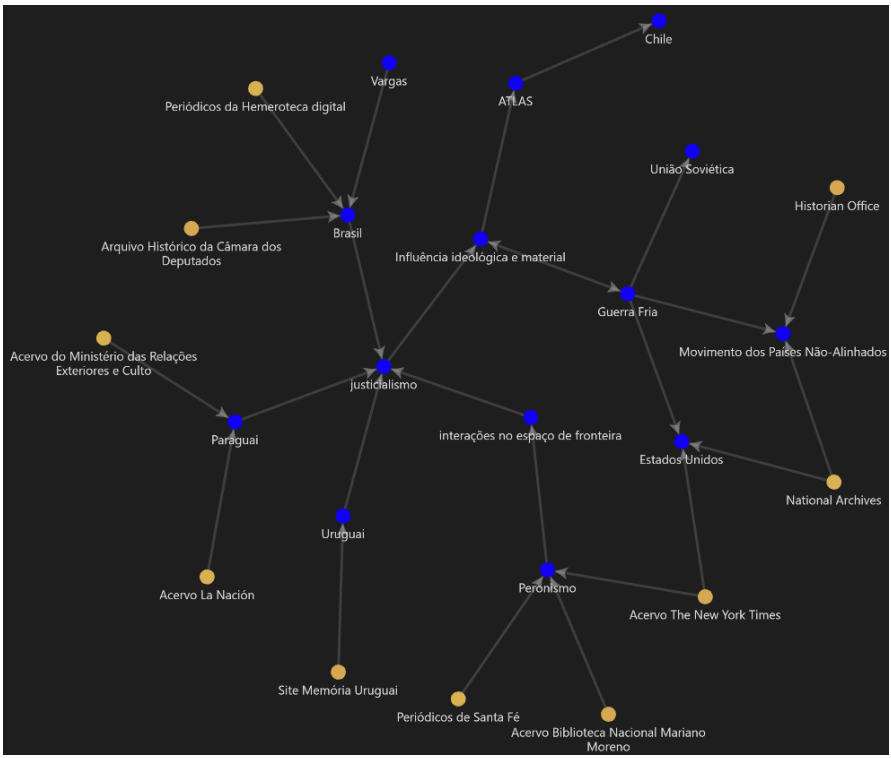


Fonte: autoria própria (2024).

Outro exemplo de utilização do *Obsidian* pode ser visualizado abaixo (figura 4). A ideia principal consiste em identificar assuntos em comum (representados pelos pontos azuis) em fontes diferentes (pontos amarelos). Cada ponto é uma nota que pode ser conectada a outra por meio de *links* criados para ilustrar informações conectadas retiradas das fontes. Além de auxiliar na organização da pesquisa, esse método auxilia no processo de cruzamento de fontes, anteriormente verificado como essencial para a produção de conhecimento científico sólido.

Rheinberger (1997) afirma que, por mais racional e analítica que a ciência almeja ser, não se pode deixar de lado a experiência e a intuição – sendo essas ferramentas essenciais para a criação de conexão dentro do *software* em tela. Da mesma forma, as prerrogativas mencionadas buscam solidificar o que Brasil e Nascimento (2020) e Reis (2023) reiteram sobre as atenções necessárias ao se utilizar da História Digital: o equilíbrio entre uso de *softwares* e métodos quantitativos com a visão de mundo voltada para a subjetividade e análise qualitativa das ciências humanas e sociais.

Figura 4 - Conexões entre fontes primárias e temas.



Fonte: autoria própria (2024)

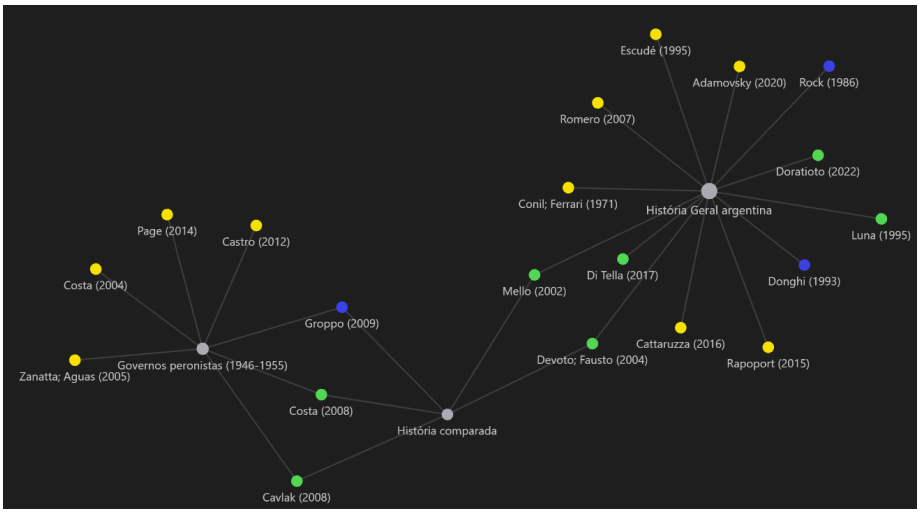
Assim sendo, ao invés de uma pesquisa engessada por conclusões, o objetivo é focar no cruzamento de informações que, por meio do conhecimento acumulado, têm o poder de mudar a direção da pesquisa.

3.2 História Global: contribuições e desafios

Segundo Olstein (2015, p. 58), para pensar a história de forma global são necessárias quatro etapas: conectar, comparar, conceituar e contextualizar. Com base nessas etapas, é possível conciliar a perspectiva apresentada da História Digital para com o da História Global. Assim, configura-se um trabalho guiado por questões que são respondidas a partir da análise empírica das fontes primárias e secundárias, efetuando

comparações entre elas. De modo de se visualizar tais conexões, é utilizado o já mencionado software *Obsidian*. A figura exemplifica a utilização do programa na visualização de um estado da arte:

Figura 5 – Exemplo de construção de estado da arte



Fonte: autoria própria (2024). Os textos em língua portuguesa estão representados por pontos verdes, os textos em espanhol por pontos amarelos e os textos em inglês por pontos azuis.

A figura 4 é resultado do uso do método supracitado em complementação com o *software* de anotações *Obsidian*. Além das redes, é possível criar também anotações – como por exemplo resumos, notas de literatura e transcrição de fontes primárias – e traçar conexões entre cada nota, fazendo com que o pesquisador constantemente adote uma atitude reflexiva frente às fontes.

Na prática, após realizar os fichamentos – simbolizados por cada ponto na figura acima –, foram comparados em quais pontos cada autor diverge ou converge por meio da conexão das notas. No caso acima foram utilizadas ferramentas complementares de personalização do programa para organizar com base nos idiomas dos textos e nas metodologias adotadas. Assim sendo, o *software* viabiliza não só uma

melhor organização da pesquisa, como também um processamento mais eficiente dos dados obtidos. Da mesma forma, a metodologia apresentada está em sintonia com a prerrogativa epistêmica da História Global, na qual dá centralidade à objetos de estudo sujeitos a partir de múltiplas conexões.

4. Conclusão

Por fim, reitera-se a potencialidade do Obsidian como um meio gratuito alternativo aos comuns programas utilizados dentro da academia. Sua capacidade de criar *links* entre notas dá ênfase à possibilidade de transformar o ensino em um acúmulo de conhecimentos por memorização para um exercício focado no processo de conexões. Em sintonia, a História Digital (e o campo das humanidades digitais) ressalta a inescapável realidade do digital na pesquisa acadêmica nos dias de hoje, fornecendo em contrapartida uma visão que reitera a importância da perspectiva crítica e cientificamente rigorosa do pesquisador. Se por um lado nessa realidade existem obstáculos à tradicional hermenêutica de pesquisa – voltada aos impressos – também fazem presente oportunidades para se amplificar a capacidade do(a) pesquisador(a).

Por outro lado, a História Global adentra na empreitada com perspectivas ontológicas que favorecem objetos de pesquisa transversais e de grande complexidade. Nesse sentido, o *Obsidia*n demonstra-se um meio que não apenas favorece pesquisas realizadas diante do paradigma digital que se apresenta, mas também vai ao encontro de um ensino mais flexível e menos dogmático.

A proposta de conciliação entre História Digital e História Global centra-se na na utilização do método *Zettelkasten* no *Obsidian* para viabilizar o cruzamento de diferentes fontes como forma de questionar sua veracidade. A partir desse cruzamento, é essencial realizar um debate epistemológico relacionado principalmente ao discurso contido nessas fontes diplomáticas – retomando a uma das áreas de sustentação das humanidades digitais. Portanto, a História Digital é entendida aqui como um espaço para utilização de uma metodologia baseada em uma hermenêutica digital, onde o protagonismo do pesquisador é o ponto mais importante.

Referências

AHRENS, Sonke. **How to Take Smart Notes:** One Simple Technique to Boos Writing, Learning and Thinking - for Students, Academics and Nonfiction Book Writers. 1 ed. Estados Unidos: CreateSpace Independent Publishing, 2017.

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. Práticas escolares na Escola Parque de Brasília nas colunas da jornalista Yvonne Jean (1962-1963), **Revista Ponto de Vista**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 1-13, 2024. Disponível em: https://periodicos.ufv.br/RPV/article/view/17510. Acesso em 26 de jul. 2024.

ANTUNES, Elton; GATTO, Yasmin. A questão indígena e a inteligibilidade jornalística: permanências e mudanças na cobertura da Edição Folha de S. Paulo no período do Acampamento Terra Livre 2021-2022, **Intexto**, Porto Alegre, n. 56, número e/ou edição, p. 1-25, 2024. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/13384. Acesso em 26 jul. 2024.

BERTO, Rosianny Campos; SIMÕES, Regina Helena Silva. Usos estratégicos do jornal Resumo Escolar no contexto da reforma escolonovista no Espírito Santo, **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 24, p. 1-24, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbhe/a/TgnBb9bvFMdXKTWyjZytLFF/. Acesso em 26 jul. 2024.

BICA, Alessandro Carvalho; SANTOS, Matheus Rodrigues dos. Um estudo sobre a educação em Bagé no período de redemocratização a partir do Jornal Defato (1968-1987), **Revista Educação em Páginas**, Bahia, v. 3, n. 3, p. 1-21, 2024. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/index.php/redupa/article/view/13787. Acesso em 26 jul. 2024.

BIRNBAUM, Monica S.; NATE KORNELL, Elizabeth Ligon Bjork; BJORK Robert A. Why Interleaving Enhances Inductive Learning: The Roles of Discrimination and Retrieval. **Memory & Cognition** v. 41, n. 3, p. 392–402, 2013. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.3758/s13421-012-0272-7. Acesso em 19 de fev 2024.

BORBINHA, José Luís; Guerreiro, Dália. Humanidades Digitais: novos desafios e oportunidades, **Revista Internacional del Libro, Digitalización y Bibliotecas**, Espanha, v. 2, n. 2, p. 1-16, 2014. Disponível em: https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/cadernos/article/view/1060. Acesso em 19 de jul, 2024.

BORGES, Eduardo. "Uma menina baiana, que sabe amar sua pátria": imprensa e gênero na época da independência do Brasil, **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 44, n. 96, tomo (se houver), p. 1-21, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbh/a/Xw5BmP5tB9FX9VhzjBcjd6n/abstract/?lang=pt. Acesso em 20 jul. 2024.

BRASIL, Eric; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. História Digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica, **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 69, p. 196-219, 2020. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/eh/a/XNJJWhFFzPKdkhF6cyj5BJv/. Acesso em 18 de jul, 2024.

CARVALHO, Alexey. **Dilemas da pesquisa científica no Brasil:** desafios para produção acadêmica na graduação. 1 ed. Ponta Grossa - PR: Atena, 2023.

CARVALHO, Maria Elizete Guimarães; SILVA, Fabiana Sena da. Anúncios de livros religiosos N'o Publicador (1864): educação moral e religiosa na Paraíba, **Revista História da Educação**, online, v. 28, p. 1-19, 2024. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/133721. Acesso em 26 jul. 2024.

CASTRO, Suzana da Siva; DOMINGUES, Juliana Pereira; MACHADO, Yndira Yta; OLIVEIRA, Denize Cristina de; SILVA, Keila Pereira da. A representação social da covid-19 veiculada pelo jornal O Globo durante a pandemia, **Revista Eletrônica de Comunicação**, Informação & Inovação em Saúde (Reciis), Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 114-129, 2024. Disponível em: https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/3922. Acesso em 19 jul. 2024.

COELHO, George Leonardo Seabra. Entre a aposentadoria e a morte: Oliveira Vianna nos salões da ABL e nas páginas do jornal Letras Fluminenses, **Revista Interação**, Santa Maria, v. 15, n. 1, p. 1-18, 2024. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/interacao/article/view/86001. Acesso em 23 ju. 2024.

CSIKSZENTMIHALYI, Mihaly. **Beyond Boredom and Anxiety**. San Francisco: Jossey-Bass, 1975.

DEAN, Jeremy. **Making Habits, Breaking Habits:** Why We Do Things, Why We Don't, and How to Make Any Change Stick. Boston, MA: Da Capo Press, 2013.

FERRARI, Alfonso Trujillo. **Metodologia da ciência**. 2. ed. Rio de Janeiro: Kennedy, 1974.

FEYNMAN, Richard P. **The Problem of Teaching Physics in Latin America**. [s.n], 1963. Disponível em: http://calteches.library.caltech.edu/46/2/LatinAmerica.htm. Acesso em 23 de fev. 2023.

GOMES, Maria Elisa Rocha Couto; MIRANDA, Glória Gabrielle Ribeiro; RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes. "Todo homem precisa de uma mãe" mas nem todo merece uma: o cuidado em notícias sobre o sistema penitenciário mineiro, **Revista Latinoamericana Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 40, p. 1-23. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sess/a/QrBk7TvLt65yq3Z58Vmvr9H/. Acesso em 21 jul. 2024.

HAYASHI, Bruno Naomassa. Da imigração indesejada à imigração celebrada: representações da imigração japonesa em três jornais brasileiros no imediato pós-guerra (1946-1958), **Revista Sociologia e Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 1-27, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sant/a/rn43YrV93HvZQzDh6ZgMLgM/. Acesso em 19 jul. 2024.

JESUS, Everaldo Antônio de; SANTOS, José Roberto P. dos. A metodologia científica e sua importância para a pesquisa científica, **Revista acadêmica Online**, DOI: 10.36238, p. 1-14, 2024. Disponível em: https://www.revistaacademicaonline.com/news/a-metodologia-cientifica-e-sua-importancia-para-a-pesquisa-cientifica/. Acesso em 24 de fev. 2024.

KAHNEMAN, Daniel. **Thinking, Fast and Slow**. Reprint edition. New York: Farrar, Straus and Giroux. 2013.

KOTLINSKI, Jaqueline; MARTINS, Valter. Conflito e preconceito: as marcas da Umbanda em Irati/PR, décadas de 1950/60, **Revista Contribuiciones a las Ciencias Sociales**, São José dos Pinhais, v. 17, n. 1, p. 8320-8333, 2024. Disponível em: https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/4863. Acesso em 27 de jul. 2024.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

LUCA, Tania de. Fontes impressas. História dos e nos periódicos, in PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006, pp. 111-153.

LUCAS, Maria Angélica Olivio Francisco; TREVIZOLI, Dayane Mezuram. Concepção de alfabetização e letramento dos leitores do Letra A – o jornal do alfabetizador, **Revista Educação** (do Centro de Educação da UFSM), Santa Maria, v. 49, n. 1, p. 1-26, 2024. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/70378. Acesso em 27 jul. 2024.

OLSTEIN, Diego. **Thinking history globally.** 1 ed. Londres: Palgrave Macmillan, 2015.

OLIVEIRA, Luis Felipe Rosa de; MARTINS, Dalton Lopes. O Estado da Arte em Pesquisas sobre Humanidades Digitais no Brasil, **PRACS:** Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, Macapá, v. 10, n. 1, p. 9-20, jan/jun 2017. Disponível em: https://pesquisa.tainacan.org/repositorio-de-pesquisa/o-estado-da-arte-em-pesquisas-sobre-humanidades-digitais-no-brasil/. Acesso em 18 de jun, 2024.

PAIT, Heloisa. **A experiência de Richard Feynman no Brasil e o atual ensino das ciências humanas**. Estadão, 2018. Disponível em: https://estadodaarte.estadao.com.br/a-experiencia-de-richard-feynman-no-brasil-e-o-atual-ensino-das-ciencias-humanas/. Acesso em 20 de fev 2024.

REIS, Arthur Ferreira. As humanidades digitais no Brasil e no mundo: o estado da arte, **Revista Convergências: estudos em Humanidades Digitais**, Goiás, Brasil , v. 1, n. 1, p. 32-48, 2023. Disponível em: https://periodicos.ifg.edu.br/cehd/article/view/47. Acesso em 17 de jul. 2024.

RHEINBERGER, Hans-Jörg, **Toward a History of Epistemic Things:** Synthesizing Proteins in the Test Tube. Stanford, Calif: Stanford University Press, 1997.

ROTHENBERG, Albert. The Process of Janusian Thinking in Creativity. **Archives of General Psychiatry,** v. 24, n. 3, p. 195–205, 1971. Disponível em: https://dash.harvard.edu/bitstream/handle/1/30203400/The%20Process%20of%20Janusian%20Thinking%20in%20Creativity%20%282%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 23 de fev 2024.

SCHMIDT, Johannes F.K. 2013. "Der Nachlass Niklas Luhmanns – eine erste Sichtung: Zettelkasten und Manuskripte." **Soziale Systeme**, v. 19, n.1, p. 167–83. Disponível em: https://www.uni-bielefeld.de/fakultaeten/soziologie/forschung/luhmann-archiv/pdf/jschmidt-aus-dem-archiv.pdf. Acesso em 24 de fev 2024.

SILVA, Mônica Gomes da. As literaturas de língua espanhola nas páginas da Revista Acadêmica (1933-1948), **Revista Brasileira de Literatura Comparada** (Abralic), Salvador, v. 26, e20240865, p. 1-18, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rblc/a/9fg5hJrpCd3xHNCVVJFPZHR/. Acesso em 16 jul. 2024.

SILVA, Cristiani Bereta da; VIEIRA, Vitor Marcelo. Jornal escolar O Girafinha como vestígio de culturas de escola e de memórias (Maravilha/SC - décadas de 1970-1980), **Revista História da Educação** (Online), Porto Alegre, v. 28, e. 133348, p. 1-26, 2024. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/133348. Acesso 27 ju. 2024.

VARTANIAN, Oshin. Variable Attention Facilitates Creative Problem Solving, **Psychology of Aesthetics, Creativity, and the Arts,** v.3, n. 1, p. 57–59, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/232593415_Variable_Attention_Facilitates_Creative_Problem_Solving. Acesso em 20 de fev 2024.

O ESPIÃO BRITÂNICO VAI À AMÉRICA LATINA: UMA ANÁLISE DAREPRESENTAÇÃO LATINO-AMERICANA NA FRANQUIA 007

Emmanuel Correia[1]

Introdução

Os Estados Unidos e o Reino Unido, durante a Segunda Guerra Mundial, utilizaram seucinema para atacar seus adversários, desenvolvendo o que Ferro (1992) chamou de cinema antieixo. O autor aponta que, durante a Guerra Fria, foi desenvolvidoum cinema que continuou atacando um suposto inimigo que, naquele momento, tornou- se um ex-aliado: os soviéticos, algo que passou a ser presente em produções cinematográficas, especialmente a partir da década de 1950. Entretanto, desde 1939, já havia obras estadunidenses que atacavam a República Socialista Soviética, conforme Valim (2006).

Um fato que impulsionou a popularização desse tipo de produção cinematográfica no caso estadunidense foi a presença de um discurso anticomunista dentro da nação, sobretudo a partir da década de cinquenta

1 Graduado em Relações Internacionais pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) e atualmente mestrando do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Membro do Núcleo de Estudos de História e Cinema (NEHCINE). Lattes: http://lattes.cnpq.br/3819139760304101. E-mail: emmanuelcorreia03@gmail.com. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

e que era motivado pelo medo de que o inimigo soviético e seus ideais estivessem estivessem infiltrados no país (Valim, 2006). Durante esse período, o ideal anticomunista foi impulsionado pelo senador Joseph McCarthy, que criou um circo midiático de investigação a indivíduos que poderiam estar apoiando tais ideais.

Nesse período, o senador iniciou uma série de investigações sobre atores ediretores decinema, contando com o apoio de pessoas de dentro da indústria, como foi o caso de Ronald Reagan, que delatava "colegas" que poderiam ser comunistas (Friedrich,1989 *apud* Valim, 2006). Reagan voltou aos holofotes políticos nos anos sessenta, quando se tornou governador da Califórnia, tendo, na década de oitenta, tornando-se presidente dos Estados Unidos.

Com a sua chegada à presidência houve um "reaquecimento" da Guerra Fria, conforme Munhoz e Rollo (2015), a qual respingou no cinema hollywoodiano do período, especialmente do gênero ação, que foi marcado por trazer em suas narrativas umamensagem anticomunista ede ataque aos soviéticos e a seus aliados. Entretanto, Reagan não foi a única figura política quena década de oitenta propagou um discurso de combate aos soviéticos, pois Margaret Thatcherdifundiu esse mesmo discurso no Reino Unido.

Um gênero que o cinema utilizou para propagar o discurso anticomunista foi o das obrassobre espionagem, apresentando agentes secretos inimigos infiltrados no território estadunidense ou espiões estadunidenses infiltrados em outros países, como na Coréia (Valim, 2006). Contudo, os Estados Unidos não foram os únicos a criar obras cinematográficas sobre espiões durante a Guerra Fria, pois os britânicos também contribuíram, como no caso de James Bond, figura que lutava contra ameaças externas ou internas que poderiam mudar o andamento do mundo.

O agente britânico apareceu primeiramente na literatura com uma série de obras literárias escritas por Ian Fleming, uma figura que durante a Segunda Guerra Mundial chegou a trabalhar para a Agência de Inteligência Naval Britânica. O agente secreto migrou para o cinema e, ao longo de vinte e cinco filmes, enfrentou todo tipo de ameaça e viajou a diversos países ao redor do globo, inclusive para latino-americanos, como o Brasil. Em terras tupiniquinso agente britânico tinha o objetivo

de impedir uma ameaça não soviética, mas sim umempresário que queria construir uma sociedade no espaço.

O presente trabalho busca analisar obras do espião lançadas entre a década de setenta e oitenta, nas quais Bond vem à América Latina com o intuito de intervir e salvá-la de uma suposta "ameaça". Para isso, foram selecionados três filmes, *Com 007 Viva e Deixe Morrer* (1973), *007 - Contra o Foguete da Morte* (1979) e *007 - Permissão para Matar* (1989), obras lançadas em contextos políticos diferentes, como das guerra às drogas, do final da détente[2] e do encerramento da Guerra Fria. Nas respectivas obras o espião vem para locais, como Haiti, Brasil e México/Colômbia[3]. Para a compreensão dosfilmes selecionados, faz-se necessário citar outros filmes da franquia, sejam os lançados antes ou entre as três obras selecionadas.

Desenvolvimento

O cinema de caráter anticomunista se fazia presente nas produções dos anos 1950,sejaatravés de obras sobre monstros gigantes gerados por energia atômica ou através de filmes coma temática sobre espionagem estrangeira em solo estadunidense ou vice-versa (Valim, 2006). A espionagem era um ponto-chave não só das produções cinematográficas do período, mas também na literatura. Não à toa na década de cinquenta criou-se um personagem que viria a solidificar o conceito do espião no imaginário popular mundial, especialmente graças à sua representação nos cinemas iniciada durante a década de 1960.James Bond foi criado por Ian Fleming numa série de livros, durante a década de cinquenta, que ganhou a primeira adaptação para os cinemas em 1962 com *007 Contra oSatânico Dr. No* (1962). A obra do começo da década de sessenta apresentava umcontexto deum cientista que queria destruir o programa espacial estadunidense; deste modo, a franquia do espião trazia menções aos Estados Unidos nas suas narrativas, mesmo o foco sendo um agente britânico.

2 Caracterizado pelas relações de cooperação e de competição simultâneas, com o estabelecimento de padrões aceitáveis para a solução das divergências (Munhoz, 2004 *apud* Munhoz; Rollo, 2015).

3 No caso do filme lançado em 1989, não é especificado o local, possibilitando a percepção de que a narrativa se passa em um dos respectivos países devido ao contexto político da época.

Nas obras de Bond, nos cinemas, os estadunidenses eram coadjuvantes, representados especialmente pela *Central Intelligence Agency* (CIA) e por Felix Leiter, agente da mencionada organização de inteligência inteligência norte-americana e um aliado pessoal do agente britânico. A parceria entre o *Military Intelligence, Section 6* (MI6) – serviço secreto do Reino Unido - e a CIA era algo comum nos filmes da franquiae também na vida real. Essa colaboração entre as duas agências era uma realidade durantea Guerra Fria, como aponta Munhoz (2020), para quem essa cooperação levou à queda degovernos, como o de Mohammed Mossadegh no Irã.

Ao longo dos vinte e cinco filmes de 007, é apresentada uma série de elementos comuns, como um herói que enfrenta terroristas de diversas partes do mundo, que namorabelasmulheres, é sofisticado, bom de briga e que possui acesso aos mais notáveis bens deconsumo (Penteado; Araujo, 2018). Outra característica desses filmes é a presença de vilões com planos de dominância global ou que querem somente ganhar dinheiro.

Entretanto, ainda que os filmes tenham surgido na Guerra Fria, conforme afirma Bennett (2017), nas produções lançados nesse período, o protagonista não enfrentava os soviéticos diretamente. Deste modo, eles eram representados ou como capangas do vilãoprincipal, algo que pode ser visto em *Moscou contra 007* (1963), ou aliados do herói, como é em *007 - O Espião que me Amava (1977).*

Segundo Gelado e Colón (2016), os soviéticos são representados no cinema ocidental de duas maneiras: como maus ou parceiros redimidos. Outra representação dos soviéticos durante a Guerra Fria, de acordo com Valim (2006), mostra-os como espiões perigosos que faziam parte de grandes redes de espionagem.

No caso da franquia do espião inglês durante os anos 1970, fez-se presente a representação do soviético aliado e pertencente a redes de espionagem que auxiliam ingleses em determinados momentos, algo que pode ser visto em 0*07 - O Espião que me Amava* (1979). No caso desse filme, os ingleses e soviéticos se unem para impedir uma "ameaça maior", sendoessa "aproximação" uma representação do contexto político da época marcado pela détente.

Nos filmes de 007 lançados nos anos setenta, o vilão principal era desempenhado não por figuras soviéticas, mas sim por empresários

europeus, como é em *007 - Contra oFoguete da Morte* (1979), no qual o vilão é alemão. Outra "categoria" de vilão que a franquia desenvolveu são os latino-americanos, como é o caso de *Mr. Big*, de *Com 007 Viva e Deixe Morrer* (1973), que é haitiano ou *Francisco Scaramanga,* antagonista de *007 - Contra o Homem da Pistola de Ouro* (1974), que é filho de cubanos e morou inclusive no Brasil, conforme mencionado num diálogo pelo personagem.

Os dois vilões latinos possibilitam a percepção de uma mesma representação na franquia, em que seus respectivos povos estão relacionados ao tráfico de drogas: o de 1974 atua como facilitador para a entrada dessas nos Estados Unidos e o outro é caracterizado como um chefe de uma rede de tráfico que utiliza o território latino- americano para a construção de seu império ilegal.

A primeira representação da América Latina na filmografia do agente britânico é a de que os respectivos territórios eram locais selvagens onde a ordem deveria ser imposta. Essa representação trazia uma visão preconceituosa sobre os latinos, apresentando os países da região de forma estereotipada, como, por exemplo, a forma como o Haiti foi representado em *Com 007 Viva e Deixe Morrer* (1973). Na obra lançada em 1973, o país é apresentado como um local com florestas, animais selvagens, como crocodilos, e os moradores como praticantes ou controlados por magia vodu.

No cinema ocidental, quando há uma selva na narrativa, consequentemente há algum tipo de representação de feitiço ou ritual, sendo isso feito com o objetivo de aumentar o sentimento de perigo desta "terra selvagem". Isso é complementado com a presença de cobras nativas, mulheres parcialmente nuas, dançando ao redor de círculos de fogo e, claro, uma trilha sonora com tambores (Coleman, 2019). O filme de Bond lançado em setenta e três adota essas características, contando inclusive com o capanga do vilão principal desempenhado por um feiticeiro tido como imortal.

Figura 1 - Capanga do vilão de *Com 007 Viva e Deixe Morrer* (1973)



Fonte: IMDB (2024a).

A imagem acima é do Barão Samedi em *Com 007 Viva e Deixe Morrer* (1973). Samedi, na cultura haitiana, é a representação da morte, enquanto no filme de James Bondé apresentado como um líder religioso e auxiliar do vilão. O filme de 1973 apresenta esta figura como dúbia, pois não é definido se ele é um ser humano ou uma entidade, visto que é descrito como imortal, algo que é comprovado no final da obra.

A obra de 007 volta-se à questão do misticismo presente no país, inclusive com oúltimo ato se passando durante um ritual vodu, no qual o interesse romântico de 007 seriamorta por Mr. Big e por Samedi, mas são interrompidos pelo protagonista. Neste encerramento, Samedi é jogado em um caixão preenchido por cobras venenosas eaparentemente morre ao ser picado por elas. Entretanto, na última cena do filme, o personagem aparece vivo, comprovando assim a sua imortalidade

O filme lançado em 1973 acaba por adotar um caráter místico dentro da franquia,considerado como novo em comparação aos filmes anteriores, que traziam a ciência e a tecnologia como uma ferramenta utilizada pelo vilão. Em *Com 007 Viva e Deixe Morrer*(1973) o místico é

apresentado através de Samedi e Solitaire, interesse romântico de Bond que possui o dom de prever o futuro através de cartas de tarô.

As respectivas caracterizações solidificam o pensamento trazido por Coleman (2019) de que, na cultura ocidental, lugares como o Haiti são representados por estereótipos. No caso do filme, o Haiti é apresentado como um local festivo, exótico e "atrasado" tecnologicamente, evidenciado, por exemplo, pelo uso de modelos maisantigos de carros.

Essa representação do Haiti pode ser estendida para uma estereotipação presente sobre a representação da América Latina no cinema comercial ocidental, conforme mencionado por Coleman (2019). A mesma caracterização do Haiti pode ser aplicada também à forma como o Brasil é mostrado em *007 – Contra o Foguete da Morte* (1979). No filme de setenta e nove não ocorre o misticismo como na representação do Haiti. Entretanto, o Brasil, assim como o país caribenho, é caracterizado pelas festas e tambores; neste caso, os instrumentos não foram aplicados a um ritual, mas sim ao Carnaval.

A primeira aparição do território brasileiro no filme de 1979 é na cena na qual Bond pousa no aeroporto do Rio de Janeiro e é conduzido por um motorista pela orla de Copacabana. No entanto, na cena da orla, a obra comete um deslize linguístico, pois o agente solicita ao motorista que o está levando ao hotel para virar à "esquierda", através disso se percebe que Bond acredita que no Brasil o espanhol é a língua principal.

O filme apresenta uma personagem brasileira, Manoela, que, conforme é reveladonum diálogo, é uma agente do serviço de inteligência do respectivo país. O primeiro contato entre os dois é seguido por uma cena em que Bond e Manoela caminham por umarua carioca enquanto ocorre o tradicional carnaval de rua. Nessa cena, o agente britânico destoa das outras pessoas na festa, pois está de *smoking*, enquanto os outros vestem roupascoloridas de carnaval. Na composição da festividade aparecem também os caracertísticos bonecos de Olinda. É possível perceber também algumas palavras em português sendo proferidas por alguns alguns figurantes.

Durante o desfile, o agente britânico consegue uma informação sobre o seu dito "inimigo" e acaba indo para um dos cartões-postais da cidade, o Pão de Açúcar. O agentedirige-se ao local porque o vilão da narrativa possui uma filial de sua empresa na cidade,chamada CW, localizada no

Pão de Açúcar, sendo que a única forma de chegar a ela é por meio dos bondinhos. Entretanto, sua chegada é interrompida pelo capanga do vilão, *Jaws*.

Figura 2 - Cena do Bondinho em *007 - Contra o Foguete da Morte* (1979)



Fonte: IMDB (2024b).

A imagem acima é de uma cena panorâmica da cidade do Rio de Janeiro com a orla. Neste cena, que se tornou uma das principais da obra, o agente britânico luta contrao capanga de seu inimigo.

O interesse pela cidade do Rio de Janeiro pode ser relacionado ao fato de que Bond, como um personagem originado da Guerra Fria, costuma viajar para lugares que, de alguma maneira, podem estar ligados a algo ocorrido nesses locais. No caso da cidade,durante o desenrolar da Guerra Fria, o Rio de Janeiro era uma das principais cidades brasileiras que, segundo Valim (2005), recebiam obras cinematográficas de caráter anticomunista.

Deste modo, percebe-se um interesse estrangeiro pela cidade, seja para desenvolver filmes anticomunistas ou para usá-la como cenário de obras cinematográficas. A narrativa de *007 – Contra o Foguete da Morte* (1979) não se limita ao Rio de Janeiro, incluindo também cenas na parte brasileira da Amazônia, onde é cultivada uma planta chamada Orquidia Negra, que produz um veneno necessário para oplano do vilão.

O filme de 1979 possibilita a percepção de uma segunda categoria de antagonista,que não é latino-americano, mas que se utiliza dos recursos do local para a consolidação de seu plano de dominância. Na narrativa o vilão é apresentado como de origem alemã e dono das Indústrias Drax, uma empresa de tecnologia especializada na exploração espacial destinada à construção de ônibus para a NASA.

Em *007 - Contra o Foguete da Morte* (1979), assim como em *Com 007 Viva e Deixe Morrer* (1973), é adotada uma perspectiva de menor realidade comparada aos filmes anteriores. Enquanto o filme de 1973 trazia magia para a narrativa, no embate finalde *007 – Contra o Foguete da Morte* apresenta armas de raios laser e se passa no espaço.A adoção de elementos de ficção científica na obra do espião britânico, segundo Dalenogare Neto (2020a), foi influenciada pelo sucesso de obras de ficção científica naquele período.

Tal tendência acabou dando certo, pois o filme de Bond, lançado no final da década de setenta, foi um sucesso de bilheteria, sendo uma das maiores da franquia até aquele momento, segundo Dalenogare Neto (2020a), algo que impulsionou uma nova leva de filmes do espião britânico durante a década seguinte. A obra cinematográfica de 1979 pode ser vista como o último filme de Bond que se passa na "primeira fase da GuerraFria", já que, conforme Munhoz e Rollo (2015), esta fase se encerrou entre o final da década de setenta e início da década de oitenta motivada por fatores como a chegada ao poder de Margaret Tatcher e Ronald Reagan.

Durante a década de oitenta, a franquia buscou atualizar-se e inseriu-se no contexto desse "novo" período, trazendo, por exemplo, a questão do Afeganistão; entretanto, ainda com o espião enfrentando ameaças presentes nos filmes anteriores comofiguras vilanescas buscando ganhar dinheiro. Inclusive nos filmes de Bond lançados na década de oitenta, a já mencionada Margaret Thatcher aparece em *007 - Somente para seus Olhos* (1981), no qual é mostrada parabenizando Bond após ele ter impedido um empresário grego.

Figura 3 - Cena de Thatcher em *007 - Somente para seus Olhos* (1981)



Fonte: IMDB (2024c).

Com a eleição de Margaret Thatcher em 1979 e de Ronald Reagan em 1980, as desavenças entre os dois países intensificaram-se, retomando características semelhantesàquelas da fase mais dura da Guerra Fria, que durou de 1947 até 1953 (Munhoz, 2020). Tatcher atacava a détente, como aponta Gaddis (2005), e, segundo ela, o Ocidente deveriaagir, pois ossoviéticos estavam ganhando força. Nesse período, a Guerra Fria iniciou a chamada segunda fase, um período marcado pelo fim da détente e o ressurgimento de umdiscurso anticomunista (Munhoz; Rollo, 2015).

No entanto, a parceria entre soviéticos e ingleses continuou presente na franquia 007durante a década de oitenta; entretanto, havia também uma vilanização do soviético, como informam Penteado e Araujo (2018), conforme pode ser visto *007 – Marcado paraa Morte* (1987). O filme de oitenta e sete traz as duas representações do soviético, a primeira como umvilão representado por meio de um general que quer ganhar dinheiro e de um aliado através dochefe do Comitê de Segurança do Estado (KGB) que auxilia Bond no confronto contra o general. Os filmes de 007 lançados durante a década de 1980, como destacam Penteado e Araujo (2018), passaram a trazer outro contexto político, com Bond atuando contra o tráfico de drogas. No entanto, como mencionado anteriormente, essa temática já havia aparecido na franquia em *Com 007*

Viva e Deixe Morrer (1973), na qual o vilão é um chefedo tráfico de drogas do Haiti.

No caso do filme *007 - Marcado para a Morte* (1987), a questão do tráfico é abordada, mas fora do eixo latino-americano, voltando-se ao Afeganistão, pois o vilão do filme de oitenta e sete queria obter dinheiro por meio da venda dessas drogas obtidas naregião. Entretanto, no filme seguinte da franquia, *007 - Permissão para Matar* (1989), a narrativa volta-se novamenteao tráfico de drogas e à relação deste com a América Latina.O filme *007 - Permissão para Matar* (1989) não adota o conceito de vilões megalomaníacos com planos de dominação global e foca a questão da guerra contra as drogas na América Latina. Essa "guerra" iniciou-se nos Estados Unidos com o governo Nixon, mas ganhou força durante o governo Reagan e Bush, como ressalta Gaddis (2005).Contextualizando, a ideia surgiu em 1972, quando o presidente Richard Nixon anunciouque as drogas eram uma ameaça à sociedade estadunidense e que para combatê- las era necessáriodeclarar uma guerra contra elas (Rodrigues, 2012). Curiosamente, noano seguinte foi lançado *Com 007 Viva e Deixe Morrer* (1973), que abordou essa temática através da figura do seu vilão.

Em 1989, ano de lançamento de *007 - Permissão para Matar* (1989), houve um ponto que merece destaque com relação a essa guerra contra as drogas. Conforme Rodrigues (2012), em 1989, no início do governo Bush, Colômbia, Peru e Bolívia foram listados como os principais fornecedores de cocaína para os Estados Unidos. Nesse contexto, o autor aponta que houve a criação da chamada *National Drug Control Strategy,* que era voltada ao combate ao tráfico de drogas e que levou à prisão de figuras como a do presidente do Panamá, Manuel Noriega.

Tais fatos trazem novamente a questão sobre como a franquia do agente inglês é influenciada pelo contexto político estadunidense e não britânico. Os estadunidenses, inclusiveem *007 - Permissão para Matar* (1989), são representados através da *Drug Enforcement Administration* (DEA), órgão governamental do país responsável pelo combate ao tráfico de entorpecentes.

Em *007 - Permissão para Matar* (1989), não é definido o local onde se passa a narrativa; entretanto, pode-se suspeitar que seja no México ou na Colômbia, teoria que ganha mais força pelo fato de, durante o

período de lançamento do filme, os maiores cartéis de drogas serem desses respectivos países. Conforme Nova (1996), tais filmes podem ser vistos como representação da época em que foram feitos. Esse conceito se aplica à representação do vilão, que pode ser visto como uma personificação dos barões dadroga Pablo Escobar e Miguel Ángel Félix Gallardo, líderes dos cartéis de Medellín e Guadalajara, conhecidos por sua brutalidade, algo presente na caracterização do vilão dofilme.

O vilão Franz Sanchez é representado como uma figura violenta que não tem remorsos e se utiliza de todos os meios para se manter no poder. Tal personagem possibilita a percepção de como o arquétipo do vilão é solidificado na franquia e se estende à maioria dos países ao redor do globo, inclusive aos latino-americanos.

Figura 4 - Vilão de *007 - Permissão para Matar* (1989)



Fonte: IMDB (2024d).

Sanchez é caracterizado como uma figura excêntrica, assim como outros vilões de James Bond, possuindo uma iguana de estimação que ostenta um colar de diamantes em seu pescoço. Além disso, é caracterizado como um vilão brutal frente aos seus inimigos,jogando-os inclusive aos tubarões.

Entretanto, Sanchez não quer destruir o Reino Unido ou os Estados Unidos com um plano mirabolante, mas busca somente ganhar dinheiro com a venda de suas drogas. O antagonista inclusive não conta com uma arma tecnológica para auxiliá-lo em seus planos, ao contrário de outros arqui-inimigos de 007, como é o caso de Hugo Drax, vilãode *007 - Contrao Foguete da Morte* (1979). Sanchez, como um vilão "realista", subornaagentes de algumas agências governamentais e possui uma rede de televisão para auxiliá-lo na venda de sua "mercadoria". Contudo, ele e seu "império" têm o mesmo fim de outros vilões, sendo derrotados pelo agente britânico.

Conforme aponta o crítico de cinema e historiador Dalenogare Neto (2020b), *007*

- *Permissão para Matar* (1989) foi um filme mal-recebido pelo público, tornando-se atéentão a pior bilheteria da franquia. Esse resultado pode ser atribuído ao fato de a obra tersido lançada num período competitivo com outros filmes Blockbusters.

O resultado fraco de bilheteria impactou a franquia, deixando-a sem nenhum lançamento por seis anos, com o décimo sétimo filme sendo lançado em 1995, num mundo em que a Guerra Fria já havia se encerrado quatro anos antes. Curiosamente, a América Latina aparece novamente no filme da década de noventa, com a arma do vilão estando localizada em Cuba. Através disto, novamente um território latino-americano aparece nesta franquia como um local central para o desenvolvimento dos planos do vilão.

Conclusão

As obras de 007, que surgiram na literatura e migraram para o cinema, são vistas comoum fruto da Guerra Fria e se distinguem das estadunidenses, que, na maioria das vezes, somentevilanizavam a figura do soviético. No caso das obras de James Bond, os soviéticos eram mostrados como aliados do protagonista, especialmente as lançadas nos anos 1970, durante a ocorrência da política da détente. Entretanto, os filmes do espião britânico contêm uma série de estereótipos sobre eles, como com a representação destes como indivíduos incapazes de sentir dor ou algum outro sentimento.

A representação estereotipada se estende não somente aos soviéticos, mas também aos latinos, algo que pode ser visto na franquia, inclusive com a representação do Haiti ou do Brasil e de seu povo. No caso dessas duas representações, pode-se aplicar a ideia de Wolff (1982), a qual aponta que uma ideologia é transmitida numa obra por meio de forma estética. A representação latino-americana e soviética pode ser vista como um pensamento ideológico que transcende a obra, pois era algo consolidado na cultura ocidental da época, através da representação desses locais de maneira esterotipada e comerros, inlusive linguísticos, como é o caso de *007 – Contra o Foguete da Morte* (1979), onde se acredita que a língua principal do Brasil é o espanhol.

Chega-se à conclusão de que sobre a América Latina, a franquia possui uma visão preconceituosa e estereotipada, representando esses países como locais atrasados, que possuem criminosos locais ou como territórios com recursos a serem explorados. Haiti, Brasil, Colômbia ou México são mostrados como territórios onde a criminalidade prevalece, como nos casos de *Com 007 Viva e Deixe Morrer* (1973) e *007 - Permissão para Matar* (1989), que representam esses países como centros do tráfico de drogas. Entretanto, o Brasil é apresentado não como um local "criminoso", como ocorre nos outrosdois filmes, mas sim como um lugar onde os vilões europeus se aproveitam para explorarseus recursos, sendo necessário o agente britânico salvar o dia.

Cabe destacar que o Brasil apareceu duas vezes na franquia do espião, primeiro no filme *007 - Contra o Homem da Pistola de Ouro* (1974), no qual é somente mencionado,algo que muda em *007 - Contra o Foguete da Morte* (1979), com o país se tornando o centro da narrativae havendo cenas que se passam inclusive em cidades brasileiras, como o Rio de Janeiro. Um ponto de ligação entre as duas obras é o fato da cidade Rio de Janeiro possuir alguma ligação com os vilões das narrativas, seja para sua "formação" oupara seus planos de dominação global. Por meio disso, percebe-se um interesse das produções estrangeiras pela "cidade maravilhosa", algo que se estende até os dias de hojeem outras produções cinematográficas que representam o Brasil por essa localidade.

Outra percepção advinda da análise dos respectivos filmes de 007 é a de que o vilão latino-americano não possui um plano de dominação global, como acontece com o vilão estrangeiro, especialmente os

europeus, dentro da franquia. O vilão latino quer somente manter seu *status* de poder, "império" e ganhar dinheiro, enquanto o estrangeiro,na maioria dos casos europeus, busca dominar o mundo com algum plano mirabolante.

A franquia 007, se revisitada ou vista pela primeira vez atualmente, permite perceber uma série de problemas sobre a representação feminina e estereótipos sobre os povos, inclusive os latino-americanos. Apesar disso, ainda as obras cinematográficas do agente britânico são populares culturalmente. Não é à toa que os filmes desse espião continuam sendo lançados atéos dias de hoje, num mundo onde a Guerra Fria se encerrou há mais de trinta anos.

Referências

007 – CONTRA O FOGUETE DA MORTE. Direção: Lewis Gilbert. Roteiro de Christopher Wood. Produzido por: Albert R. Broccoli,William P. Cartlidge,Michael G. Wilson. Reino Unido. Distribuição: Metro-Goldwyn-Mayer, 1979. Arquivo AVI (aprox. 126 min), Colorido.

007 – CONTRA O HOMEM DA PISTOLA DE OURO. Direção: Guy Hamilton. Roteiro de Richard Maibaum,Tom Mankiewicz. Produzido por: Albert R. Broccoli, Charles Orme,Harry Saltzman Reino Unido. Distribuição: Metro-Goldwyn-Mayer, 1974. Arquivo AVI (aprox. 112 min), Colorido.

007 – CONTRA O SATÂNICO DR. NO. Direção: Terence Young. Roteiro de Richard Maibaum,Johanna Harwood,Berkely Mather. Produzido por: Albert R. Broccoli, Harry Saltzman Reino Unido. Distribuição: Metro-Goldwyn-Mayer, 1962. Arquivo AVI (aprox. 110 min), Colorido.

007 – MARCADO PARA A MORTE. Direção: John Glen. Roteiro de Richard Maibaum,Michael G. Wilson. Produzido por: Albert R. Broccoli, Barbara Broccoli,Harry Saltzman, Tom Pevsner. Reino Unido. Distribuição: Metro-Goldwyn- Mayer, 1987. Arquivo AVI (aprox. 130 min), Colorido.

007 – O ESPIÃO QUE ME AMAVA. Direção: Lewis Gilbert. Roteiro de Christopher Wood,Richard Maibaum. Produzido por: Albert R. Broccoli,William P. Cartlidge. Reino Unido. Distribuição: Metro-Goldwyn-Mayer, 1977. Arquivo AVI (aprox. 125 min), Colorido.

007 – PERMISSÃO PARA MATAR. Direção: John Glen. Roteiro de Richard Maibaum,Michael G. Wilson. Produzido por: Albert R. Broccoli, Barbara Broccoli, Michael G. Wilson, Tom Pevsner. Reino Unido. Distribuição: Metro-Goldwyn-Mayer, 1989. Arquivo AVI (aprox. 133 min), Colorido.

007 – SOMENTE PARA SEUS OLHOS. Direção: John Glen. Roteiro de Richard Maibaum,Michael G. Wilson. Produzido por: Albert R. Broccoli, Michael G. Wilson, Tom Pevsner. Reino Unido. Distribuição: Metro-Goldwyn-Mayer, 1981. Arquivo AVI(aprox. 127 min), Colorido.

BENNETT, Tony. The Bond Phenomenon: Theorising a Popular Hero – A Retrospective. **The Internacional James Bond Studies**, *[S. l.]*, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/317146724_The_Bond_Phenomenon_Theorisi ng_a_Popular_Hero_-_A_Retrospective. Acesso em: 15 jan. 2024.

COLEMAN, Robin R. Means. **Horror Noire**: A Representação Negra no Cinema deTerror. Darkside Books, 2019.

COM 007 VIVA E DEIXE MORRER. Direção: Guy Hamilton. Roteiro de Tom Mankiewicz. Produzido por: Albert R. Broccoli, Harry Saltzman. Reino Unido. Distribuição: Metro-Goldwyn-Mayer, 1973. Arquivo AVI (aprox. 125 min), Colorido.

DALENOGARE NETO, Waldemar. 007 contra o Foguete da Morte (1979) - Crítica do filme: James Bond no Brasil! **YouTube**, 2020a. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=1SSVsqBwi10. Acesso em: 26 jan. 2024.

DALENOGARE NETO, Waldemar. 007 - Permissão Para Matar (1989) - Crítica do filme!**YouTube**, 2020b. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=NMzYP_IA0ME. Acesso em: 27 jan. 2024.

FERRO, Marc. **Cinema e História**. São Paulo: Paz Terra, 1992.

GADDIS, John Lewis. **História da Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. GELADO, Roberto; COLÓN, Pedro Sangro. Hollywood and the representation of the Otherness. A historical analysis of the role played by movies in spotting enemies to vilify. **Index.comunicación: Revista científica en el ámbito de la Comunicación Aplicada**, [*S. l.*],maio 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/303093147_Hollywood_and_the_representati on_of_the_Otherness_A_historical_analysis_of_the_role_played_by_movies_in_spotting_enemies_to_vilify. Acesso em: 23 jan. 2024.

IMDB. *Internet Movie Database*. **007 Viva e Deixe Morrer (1973)**. 2024a. Disponível em: https://www.imdb.com/title/tt0070328/mediaviewer/rm2271590912/.Acesso em: 18 fev.2024.

IMDB. *Internet Movie Database*. **007 Contra o Foguete da Morte (1979)**. 2024b. Disponível em: https://www.imdb.com/title/tt0079574/mediaviewer/rm236604160/. Acessoem: 18 fev. 2024.

IMDB. *Internet Movie Database*. **007 Somente para seus Olhos (1981)**. 2024c. Disponível em: https://www.imdb.com/title/tt0082398/mediaviewer/rm2526054657/. Acesso em: 18 fev.2024.

IMDB. *Internet Movie Database*. **007 Permissão para Matar (1989)**. 2024d. Disponível em: https://www.imdb.com/title/tt0097742/mediaviewer/rm912636416/.Acesso em: 18 fev. 2024.

MOSCOU CONTRA 007. Direção: Terence Young. Roteiro de Richard Maibaum,Johanna Harwood. Produzido por: Albert R. Broccoli, Harry Saltzman, John Lowry. Reino Unido. Distribuição: Metro-Goldwyn-Mayer, 1963. Arquivo AVI (aprox.115 min), Colorido.

MUNHOZ, Sidnei José. **Guerra Fria**: História e Historiografia. Curitiba: Appris, 2020.

MUNHOZ, Sidnei José; ROLLO, José Henrique. Détente e Détentes na Época da Guerra Fria(Décadas de 1960 e 1970). **Esboços** - Revista do Programa de Pós- Graduação em Históriada UFSC, Florianópolis, v. 21, n. 32, p. 138-158, out. 2015. http://dx.doi.org/10.5007/2175- 7976.2014v21n32p138. Disponível em: https://www.academia.edu/77192608/D%C3%A9tente_e_D%C3%A9tentes_Na_%C3%89poca_Da_Guerra_Fria_D%C3%A9cadas_De_1960_e_1970_?auto=citations&from=cover_page. Acesso em: 20 jan. 2024.

NOVA, Cristiane Carvalho da. O Cinema e o Conhecimento da História. **O Olho da História**, Salvador, v. 2,n.3, p. 217-234, 1996. Disponível em https://www.academia.edu/300773/O_Cinema_Eo_Conhecimento_Da_Hist%C3%B3ria. Acesso em: 07 mar. 2024.

PENTEADO, Claudio Luís de Camargo; ARAUJO, Bruno Novaes. Da Guerra Fria aos dias atuais: James Bond e a naturalização do Homo-Consumericus. **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, v. 40, n. 3, p. 269-293, 2018. Disponível em: https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/8509. Acesso em: 05 fev. 2024.

RODRIGUES, Thiago. Narcotráfico e militarização nas Américas: vício de guerra. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 34, p. 9-41, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cint/a/rwTYjJdcGrnzGjx6r3n46ww/. Acesso em: 21 dez. 2023. Acesso em: 30 jan. 2024.

VALIM, Alexandre Busko. **Imagens Vigiadas:** Uma História Social do Cinema no Alvorecerda Guerra Fria, 1945-1954. 2006. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006. Disponível em: https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese- 2006_VALIM_Alexandre_Busko-S.pdf.Acesso em: 26 jan. 2024.

VALIM, Alexandre Busko. "Os Marcianos estão Chegando!": As divertidas e ImprudentesReinvenções de um Ataque Alienígena no Cinema e no Rádio. **Diálogos**, Maringá, v. 9, n. 3, p. 185-208, 2005. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/41330. Acesso em: 26 jan. 2024.

WOLFF, Janet. **A produção social da arte**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

IMAGENS, CINEMA E PODER: A PERSPECTIVA DO HORROR CINEMATOGRÁFICO PELA LENTE DA CLASSE TRABALHADORA (1968 - 2020)

Gilson Moura Henrique Junior[1]

Introdução

A trajetória do Horror pelo território do medo até tornar-se um gênero ficcional, estabeleceu uma construção que foi do texto para a imagem, descrevendo territórios, personagens e texturas antes de realizá-las como imagens pictóricas, ilustrações e filmes.

A formação da classe e a consolidação do sistema de pensamento e de crenças do século XVIII e XIX são contemporâneas às transformações sociais que tiveram parte na formação do Horror como gênero literário. Este processo integrou os gêneros ficcionais como parte da perspectiva intelectual e de sistema cultural da domesticação da natureza, do tempo e da própria fé. O resultado deste processo foi a reordenação do pensamento em uma organização que separa elementos culturais, dividindo-os entre naturais e sobrenaturais, pelo controle da imaginação investigativa (Braga, 2020 p. 46).

1 Doutorando em História pelo Programas de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5780193157903394>. ORCID:<https://orcid.org/0000-0003-0845-8182>. E-mail: gilsonmhjr@gmail.com;

Estas fronteiras entre natural e sobrenatural se originam na formação de um sistema intelectual organizado e fundamentado na definição de sagrado que excluía os cultos agrários pré-cristãos e os fazia parte do estereótipo do sabá como uma organização, uma seita que dirige um complô urdido por um grupo social hostil e cujas experiências mágicas xamânicas, são lidas como um conjunto de ações anticristãs (Ginzburg, 2012, p. 299).

O estereótipo do Sabá e os tratados a respeito do surto vampírico que gerou os trabalhos de Dom Calmet, entre outros enciclopedistas, foram parte fundamental da base mítica que gerou os personagens ficcionais. Foram trabalhos como o do religioso francês que embasaram a transposição do sobrenatural e experiências a ele ligadas como ataques de vampiros, bruxas e fantasmas ao reino da ficção, cujo processo investigativo a respeito era indigno, estabelecendo um controle da imaginação (Braga, 2020, p. 46).

O controle se organizava pelo debate público, espaço no qual as disputas determinavam a qualidade e a relevância de um bom trabalho, quem mantinha a razão como protagonista de duas reflexões e, quem possuía a legitimidade de portador do discurso da verdade em um sistema de autorização ou não de discursos. Mesmo produções com qualidade metodológica, que seguiam processos ordenados pela ciência como o de Dom Augustin Calmet, foram rejeitados e tratados de forma pejorativa, pois a investigação do mundo natural e seus mistérios era hegemônico, fazendo de um tratado sobre os vampiros algo menor, por ser uma investigação sobre o sobrenatural e crendices (Braga, 2020, p. 45).

A imaginação nesta guinada de perspectiva sobre o mundo era perigosa, pois deformava a maneira pela qual se dava a percepção dos estímulos, afastando a compreensão do real, do natural em sua essência (Braga, 2020, p. 41).

O Horror ficcional nasce neste contexto como gênero, e sua primeira obra é publicada no século XVIII, "O Castelo de Otranto" (1764), de Horace Walpole (Dixon, 2010, p. 1).

A consolidação do gênero pode ser compreendida entre a publicação de "Frankenstein ou o Prometeu Moderno" (1818) de Mary Shelley e a teorização do saber *vampirológico* na ficção efetuada em "Drácula" de

Bram Stoker, publicado em 1897, que bebeu nas fontes dos tratados *vampirológicos* e uniu diversas formas de seres e entidades ligadas ao mito do morto-vivo sugador de sangue em um personagem (Lecouteux, 2005, p. 25).

Como literatura, o gênero criou os primeiros ícones e cânones do Horror, primeiro em texto, mas posteriormente alimentaram a imaginação de cineastas que transpuseram da literatura para o cinema, os monstros que aterrorizam leitores durante o século XIX.

O horror na literatura: Shelley, Stoker, Penny Dreadful, Weird Tales, Stephen King, Shirley Jackson e Robert Bloch

A literatura de Horror consolidou um processo de criação de uma realidade fantástica, estabelecendo padrões de construção ficcional que produzem um choque entre o real e o sobrenatural. Neste embate se funda um efeito de ruptura do horizonte de expectativas do leitor onde se enfatiza de forma artística a distância entre o sujeito e o real (Bessiére *apud.* Roas, 2014, p. 47).

O imaginado foi sendo retirado do plano real, foi posto como sobrenatural fictício, que deixa de ter existência cotidiana. A razão põe o desconhecido em um campo a ser conhecido e não como um terreno portador de explicações mágicas ou míticas, desacreditando a religião e rejeitando a superstição. Esse processo fez com que, os meios de interpretação da realidade passassem a ser aceitos apenas a partir da mensuração pela ciência. O verossímil passou a excluir do natural o mundo sobrenatural, unidos de forma coerente pela religião, causando uma ruptura que os posiciona como opostos e deixando o humano desamparado pela fé e amparado somente pela ciência contra o mundo hostil e desconhecido (Roas, 2014, p. 48).

Importante ressaltar que este processo de perspectiva da ciência como única arma contra o mundo hostil, foi posterior aos primeiros anos, base da ficção Lovecraftiana, onde o choque entre a razão e o inimaginável rosto de uma natureza hostil, muito mais ameaçada e ampla do que a razão pode conceber, torna-se o coração do Horror do século XX.

Com uma produção que construiu os cânones sobre os quais o Horror se mantém fiel até hoje, a literatura do século XIX semeou o que foi posteriormente a base imagética da forma ficcional do medo.

Com obras como a de Edgar Allan Poe (1809–1849) que avança na produção de um estilo de produção literária para além das fronteiras abertas por Walpole, o horror foi criando um caminho para representação do medo na ficção. Em "Frankenstein ou o Prometeu moderno" (1818) de Mary Shelley, o horror galgava mais uma etapa na produção de uma crítica à nova forma cultural do reino da razão, em uma ficção que também acabou estabelecendo um cânone tanto para o Horror quanto para o que viria a ser a ficção científica.

A ficção *vampirológica* tem em "O Vampiro" (1819) de Polidori e "Carmilla" (1872) de Sheridan Le Fanu, os primeiros passos que ajudaram para que "Drácula" (1897) de Bram Stoker produzisse o cânone da ficção de Horror a respeito do *vampírico*. O "duplo" como elemento ficcional aparece em "O estranho caso do Dr. Jekyll e Mr. Hyde" (1887) de Robert Louis Stevenson e "O retrato de Dorian Gray" (1891) de Oscar Wilde, abordando tanto o duplo moral como um duplo que é análoga à decadência aristocrática envolva em ilusões que sustentam uma face falsa de potência e beleza.

A ficção sobrenatural tem em "A volta do Parafuso" (1898) de Henry James e "As Histórias de Fantasma de um Antiquário" (1904) de M. R. James, os marcos da construção do fantasma como parte de uma formulação de Horror psicológico, com uma ambiguidade que faz de seus trabalhos influências até hoje. É deles a ficção fantasmagórica em que os espíritos soam como o passado nos assombra, amaldiçoa, e cuja ambiguidade e sutileza foi criticada por nada mais, nada menos que H. P. Lovecraft, que dizia que Henry James foi "por demais afeito a sutilezas de linguagem para realizar plenamente todo o Horror selvagem e devastador das suas situações" (Lovecraft, 1987, p. 31).

Estes autores são exemplos de uma produção ficcional capaz de estabelecer parâmetros e influência futura nas obras conseguintes de novos autores, a criação de um gênero e de uma nova forma de expressão literária capaz de representar o medo social em forma de ficção.

Tomando o romance de Mary Shelley como base, temos mais de duzentos anos depois obras influenciadas por ela, como o romance recente de Stephen King "Revival" (2015), filmes de Horror cômico como "Lisa Frankenstein" (2024), ou dramas de Horror como "Birth/Rebirth" (2023).

Com uma primeira adaptação cinematográfica no filme produzido por Thomas Edson em 1910 (Gifford, 1973, p. 42), "Frankenstein ou o Prometeu Moderno" tem uma longa carreira cinematográfica, com marcos do cinema na produção da Universal em 1931, uma da Hammer em 1957 e uma série de outras nas décadas seguintes, chegando numa tentativa de releitura fiel em "Frankenstein de Mary Shelley" (1994), em uma homenagem na série de ficção "Penny Dreadful" (2014-2016) e em filmes recentes como "Frankenstein" (2004), "Frankenstein" e "Victor Frankenstein" de 2015 e uma produção de Guillermo Del Toro pronta para estrear em 2025.

Assim como "Drácula" e "O Estranho Caso de Doctor Jekyll e Mr. Hyde", a obra de Shelley marcou profundamente a forma de enxergar o mundo a partir do horror. Sua perspectiva aborda o horror de forma tão fundamental que faz da criatura e do enredo portadores de uma longevidade que se adapta a contextos diversos, dialogando com a crítica à sociedade e com a ruptura que a Modernidade fazia em relação ao mundo anterior.

Vivendo em uma realidade na qual a ciência pondo-se como métrica única a respeito do real, Shelley em sua obra representou como o sistema cultural da inquisição e da ciência Moderna produziu uma monstruosidade, a qual recusa.

A ficção vampírica pode ter começado com Polidori, mas tem na história de Carmilla um marco na forma como os vampiros se comportam diante de suas vítimas, seu poder de sedução e de manipulação de ilusões que possui a vampira que ataca suas vítimas à noite às fazendo pensar que foi tudo um pesadelo, "Carmilla" tem como protagonista Carmilla, Millarca ou Mircalla Karnstein, uma mulher que aparente ter vivência centenária, que não esconde seu apetite sexual e "cujo desejo lésbico por sua amiga Laura constitui o texto, e não o subtexto, da história" (Cardin, 2017, p. 9%).

A Vampira de Karnstein antecipa Drácula como representação do desejo, e influência na guinada que Stoker faria com esse tropo narrativo, sendo o oposto perfeito do domínio másculo da obra do Irlandês. A subversão lésbica de Le Fanu fez de "Drácula" uma obra que tenta "corrigir" a agência feminina e sua sexualidade aberta impondo uma volta ao reino da virilidade masculina, punindo e amaldiçoando

inclusive toda sexualidade feminina por "suas manifestações perversas de apetite sexual" (Cardin, 2017, p. 9%).

A forma como Lucy Westenra é punida é um sintomático exemplo de uma perspectiva misógina e sob controle patriarcal da representação do feminino na ficção *vampirológica*, com ela tendo sido "estacada, decapitada e tem a boca recheada de alho pelos três homens que anteriormente haviam competido por seu afeto (Cardin, 2017, p. 9%).

O Conde Drácula de Stoker é mais do que um domesticador de sexualidades, no entanto, ele é uma espécie de unificador tanto de características dos textos anteriores como uma espécie de tratado ficcional vampirológico que bebe na produção de saberes de Dom Calmet, entre outros, e unifica características de criaturas como *opyr, vârkolac, grobnik, vurdalak, brucolaque, nosferat, murony, strigoi, moroiu, stafia* e *vampir,* fundidos em um só um ente representativo da diversidade de mortos-vivos sugadores de sangue (Lecouteux, 2005, p. 24).

Pensando a monstruosidade vitoriana para além do sobrenatural, do mágico ou do invento científico, passamos a personagens cuja malignidade é humana, bem humana. O duplo ou *doppelgänger* é um tropo que se sustenta na crença na existência de um outro idêntico a nós em algum lugar do mundo, da réplica ou do substituto, cujas raízes nas culturas europeias são anteriores à cristandade.

A ideia de fadas e de outras entidades substituindo bebês, crianças e até adultos, deixando em seu lugar um substituto idêntico, foi causa de crimes ainda na virada do século XIX para o século XX, como o feminicídio de Bridget Cleary (1869-1895), cujo marido Michael Cleary a executou pensando ser ela uma criatura deixada por fadas no lugar de sua esposa depois que ela foi encontrada desacordada no "forte das fadas" que ficava perto da casa do casal (Araujo, 2020).

Doppelgänger é um termo cunhado pelo romancista alemão Jean Paul Richter em 1796, foi usado por E. T. A. Hoffmann em "The Devil's Elixirs" (1814) e no seu conto mais famoso "The Sand-man" (1816), que inspirou Freud na obra "O estranho" de 1919, na qual ele teoriza o duplo "como uma espécie de coisa familiar que se torna enervante ou estranha, como uma boneca realista, um boneco de cera, um autômato, um cadáver, ou outro idêntico" (Cardin, 2017, p. 38%).

Presente em "Nós ("US", 2019) de Jordan Peele, o duplo é fundamentalmente a base das obras primas de Robert Louis Stevenson[2] (1850–1894) e Oscar Wilde[3] (1854–1900), além de ser desenvolvida de forma revolucionária por Edgar Allan Poe (1809–1849) em seu "William Wilson".

A dualidade em "O estranho caso do Dr. Jekyll e Mr. Hyde"[4] (1886) é baseada nas disputas internas no homem, com a dupla presença do bem e do mal no indivíduo transbordando em degeneração, crime e autodestruição (Cardin, 2017, p. 38%). Já em "O retrato de Dorian Gray" o duplo é uma alegoria, é o duplo moral como crítica à decadência aristocrática, e burguesa, mascarada pelos modos de corte (Cardin, 2017, p. 72%). Poe já faz em "William Wilson" um embate vingativo do protagonista consigo mesmo também baseado na dubiedade moral do homem o escritor de Boston retrata a caça do mau pelo bom, e não o inverso (Cardin, 2017, p. 76%).

Não foi nem a primeira revolução nem a última que Edgar Allan Poe (1809–1849) produziu em sua forma de escrever que ergueu o edifício do horror literário, introduzindo inovações sobre o Horror sobrenatural, construindo o Horror psicológico, com uma agudeza que o tornam mito fundador da literatura contemporânea do gênero (Joshi, 2014, p. 19%).

H.P. Lovecraft, que afirmou que Poe "afetou diretamente a história não apenas da narrativa fantástica, mas também a da ficção curta como um todo, e indiretamente modelou os rumos e o sucesso de uma grande escola estética europeia" (Lovecraft, 1987, p. 25).

Sua influência o faz presente em adaptações para o cinema e TV durante todo o século XX e atualmente com várias de suas obras

2 O escritor escocês é um dos que tem a maior variedade de obras de diversos gêneros, entre elas "A ilha do Tesouro" (1883), "A flecha negra" (1883) e "O ladrão de Corpos" (1877), sendo referência em prolixidade e de ir da aventura ao Horror sem problemas.

3 O escritor irlandês publicou somente "O Retrato de Dorian Gray"(1890) como romance e também conhecido como dramaturgo com peça como "Salomé" (1891) e "The importance of Being Earnest" (1895) em que faz uso do duplo sentido do nome próprio e do termo que significa "honesto". Em português esta última é traduzida de forma diversa, seja como 'A importância de ser Prudente", buscando um duplo sentido aproximado ou 'A importância de se chamar Ernesto", em tradução direta. Também escreveu ensaios políticos como "A Alma do Homem sob o Socialismo" (1891) e poemas como "Balada do Cárcere de Reading" (1989).

4 Há outras edições que utilizam o título de "O médico e o Monstro".

inspirando uma minissérie disponível na Netflix[5], que une sobre o título de uma de suas obras, toda uma série de referências à sua vasta obra que foi fundamental para a formação de uma forma de escrever Horror e ficção policial inspirando Arthur Conan Doyle, o supracitado Lovecraft, Mallarmé e Baudelaire (Nestarez, 2020).

Com a literatura de Horror consolidada, era natural que as cidades cada vez mais populosas, com o avanço da economia Capitalista tivesse um público carente de entretenimento e de meios para compra de livros. No contexto do século XIX, surgem as *Penny Dreadfuls* para fornecer livretos de baixo custo e que passaram a ocupar o tempo livre da Classe Trabalhadora e dos estudantes da sociedade vitoriana. Essas publicações formaram uma expressão ficcional que deixou suas marcas e um legado nas revistas de baixo custo como as americanas *Weird tales* e também nas novas formas de "literatura impura" como os quadrinhos de horror americanos dos anos 1950, que também levaram consigo a marca compartilhada com o popular Teatro Grand Guignol de "degeneração da cultura" e de influenciarem violências e suicídios e até de causarem matricídios (Springhall, 1994, p. 343).

O Horror diário da vida da Classe Trabalhadora ganhou nos livretos baratos um entretenimento possível, uma forma de literatura escapista que permitia aos mais pobres o acesso a seus próprios "Frankenstein", cujas críticas ao seu "baixo valor literário" fornecem pistas sobre a moralidade pública vitoriana e como "a cultura impressa, as forças de mercado, a moralidade e a classe operam dentro do contexto da tradição mais ampla da literatura gótica" (Hughes; Punter; Smith, 2016, p. 1722).

As *Penny Dreadful* dominaram as ruas de Londres até o final do XIX com contos sobre crimes comuns, bizarrices e assassinos como "Sweeney Todd", vampiros e entidades sobrenaturais como "Varney, o Vampiro" e "Spring - Heeled Jack" (Dunae, 1979, p. 134). Também são fontes da recepção de obras como "Frankenstein" de Mary Shelley na influência do uso energia elétrica em "A Múmia" (1827) de Jane Webb Loudon (Corstorphine; Kremmel, 2018, p. 173).

Herdeira das *Penny Dreadful*, a *Weird Tales* foi a mais influente revista de um mercado iniciado pela publicação da *Golden Argosy* de

5 A minissérie "A queda da Casa de Usher" foi dirigida por Mike Flanagan e estreou no final de 2023.

1882 (Joshi, 2014, p. 67%). Revistas como a *Weird Tales* estabeleceram o que foi chamado, especialmente a partir dos anos 1930, como "Imprensa do Terror" com títulos que iam de *Weird Tales* a *Black Mask* (King, 2012, p. 34).

Esse nicho cultural influenciou a publicação de tipos diferentes de materiais e mídias, com livretos *pulp* onde reinaram histórias de detetives e policiais que influenciaram o cinema *noir* e constituíram um tipo de literatura fundamental para uma transformação na própria escrita do horror contemporâneo. A literatura fantástica conquistou um mercado profissional de produção literária sem precedentes. Toda uma forma de escrita, que abarcava subgêneros da ficção fantástica como *sword and sorcery*, cujo personagem mais famoso é "Conan" de Robert E. Howard, obras fantásticas e policiais de Robert Bloch, autor de "Psicose" (1960), e o Horror Cósmico de H.P Lovercraft foram parte da produção da literatura *weird* (Collares, 2019, p. 17). A literatura *weird* consistia em um modelo que o editor de uma das revistas, Rogers Terrill, definiu como:

> a um jovem e uma jovem apaixonados, casados ou namorados, e o terror ameaça ambos. O efeito emocional do terror sentido por outra pessoa é muito mais forte do que o medo por si mesmo. Onde uma terrível ameaça ameaça um homem e uma mulher apaixonados, eles lutarão como o inferno um pelo outro. Queremos um tipo de ameaça sinistra e misteriosa, que pode parecer sobrenatural à medida que a história avança, mas que pode ser explicada logicamente no final – ou pode ser definitivamente sobrenatural (Lehninger, 1935, p. 16 *apud* Cardin, 2017, p 74%).

A fórmula era menos uma receita de bolo inicialmente e mais um filtro de seleção das histórias enviadas aos editores, mas acabou criando um modelo de produção que influenciou muito mais do que a produção individual dos autores, mas toda as linguagens que abordavam ficcionalmente a fantasia e o Horror, passou das revistas *weird* e *pulp* para os quadrinhos e depois foram transportadas para o cinema e para a TV.

Autores como Richard Matheson ou Ray Bradbury foram publicados pelas revistas *weird* e foram autores constantes em roteiros de seriados de TV como "Além da imaginação" (1965-1969) de Rod Serling. Matheson foi autor de roteiros para o cinema baseados em seus livros como "A última esperança da Terra" (1971) ou "A Casa da Noite eterna"

(1973). Robert Bloch, além de autor de "Psicose" (1959), adaptado no ano seguinte por Alfred Hitchcock para o cinema, foi consultor e roteirista da produtora Amicus durante as décadas de 1960 e 1970.

Produzindo uma forma nova de escrever, a literatura *weird* também produziu uma nova forma de representar visualmente os medos sociais de sua época, sendo influência intermidiática, com peso na produção de quadrinhos, TV e cinema. Ligando a produção do século XIX (Poe, Stoker e Shelley) a uma nova perspectiva que nasceu no século XX, a literatura *weird* fez uma trajetória de Lovecraft a Victor Lavalle.

Entretendo mestres da ficção de horror como Stephen King e George Romero, e inspirando "O Monstro do Ártico"(1951) que viria a servir de inspiração para a obra "O enigma de outro mundo"("The Thing", de 1982) de John Carpenter, a literatura *Weird* foi parte de marcas na linguagem cinematográfica, como quando o diretor Howard Hawks leu, no intervalo de uma filmagem, o conto "Who Goes There?", escrito sob o pseudônimo de "Don Stuart" pelo editor da revista "Astounding Science Fiction", John Campbell (Philips, 2005, p. 36).

Esse tipo de literatura estabeleceu um mercado duradouro de consumo de literatura de gênero, seguindo a trajetória das *penny dreadful,* fornecendo vazão para a criatividade de escritores e um mercado de trabalho para a escrita fantástica, ampliando seu estilo e influência a outras mídias, tornando possíveis obras de mídias variadas como: "Vampiros de almas" (1956), "A assombração da casa da colina" (1959), "Psicose" (1959), "O colecionador" (1963), "A sangue frio" (1965), "O Bebê de Rosemary" (1968), "A casa infernal" e "O Exorcista" (1971), "Carrie" de Stephen King (1973), "Ghost Story (1974) de Peter Straub, "A profecia" (1976), "O Conto da aia" (1985) de Margaret Atwood, "O Jogo da Perdição" (1985) e "Hellraiser – Renascido do Inferno" (1987) de Clive Barker e a subversão negra da própria literatura *weird* como Victor Lavalle fez em 'A balada de Black Tom" (2016).

A E.C Comics e o cinema a partir da classe: Romero, Carpenter e Peele

A quadrinização do Horror obedeceu a um processo de transformação do literário em imagem que já havia ocorrido na produção cinematográfica, porém nas Histórias em Quadrinhos a base imagética

foi produzida com base numa moldura descritiva textual inspirada no conceito de *weird menace,* diferenciando-se da opção de ambiguidade da ameaça e retirada do peso do sangue e da violência explícita que optaram as produções dos "monstros da Universal", a cinematografia da Hammer ou a alemã dos anos 1920.

Foram várias as editoras de quadrinhos de Horror que fizeram sucesso adaptando histórias para esta mídia impressa, que iniciava desde os anos 1930 uma trajetória de sucessos nos EUA, especialmente com quadrinhos de super heróis.

A primeira editora a publicar histórias de Horror em quadrinhos foi a Gilberton que em Classic Comics #13 (1943), publicou uma adaptação de "O Estranho Caso do Dr. Jekyll e de Mr. Hyde", Robert Louis Stevenson. A Avon Publications publicou em 1947 a revista Eerie #1 onde publicava histórias originais (Cardin, 2017, p. 12%).

A mais famosa editora, no entanto, foi a E.C. Comics, que nasceu em 1933 publicando quadrinhos religiosos com o título de "Picture Stories from the Bible" em 1933. Fundada por Max Gaines (1894-1947), a Educational Comics (EC) tinha como objetivo editorial educar moralmente as crianças. quando Max morre, seu filho Bill Gaines (1922-1992), altera o nome da editora de "Educational Comics" para "Entertaining Comics", e dirige a empresa alterando radicalmente seus objetivos editoriais e perfil, passando a publicar contos de ação e aventura, Horror, ficção científica, guerra e quadrinhos satíricos. Contando com uma consultoria qualificada com autores com vasta experiência e influência no mercado literário, no cinema e na TV como Ray Bradbury, a editora alcançou rapidamente um status de sucesso (Cardin, 2017, p. 12%).

O sucesso comercial chamou a atenção dos conservadores e da concorrência, ampliando uma pressão iniciada com a publicação do livro "A sedução da inocência" (1954) do Dr. Fredric Wertham, Psiquiatra sênior do Departamento de Hospitais de Nova York, que acusava a EC e em seus imitadores de causarem o aumento da delinquência juvenil nos Estados Unidos nos anos 1950 (Cardin, 2017, p. 12%).

Em 1954, um Subcomitê do Senado dos EUA sobre a delinquência juvenil, pressiona as editoras de quadrinhos a começarem um processo de autocensura de publicações para se encaixarem em um protocolo que

buscava evitar a "influência negativa das publicações para a juventude". Mesmo com Gaines se destacando na luta por liberdade de expressão tanto o subcomitê como as editoras concorrentes optaram pelo caminho da censura e se criou o Comics Code Authority (CCA), código de conduta copiando o Código Hays, que censurava filmes. com o CCA. A EC acabou tendo de cancelar a maior parte de seus títulos, mantendo apenas a popular revista MAD. A queda das restrições só ocorreu no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 (Cardin, 2017, p. 12%).

Os quadrinhos explicitaram o Horror, permitindo uma nova forma de produção imagética no cinema, com a exposição de sangue e vísceras, sem o filtro que o cinema de Horror possuía até aquele momento, inspirando diretores que eram leitores de quadrinhos e revistas de fantasia e Horror por nos cinemas o que viam nas HQ, como George Romero expôs em seu "A noite dos mortos-vivos" (1968).

Na escrita, Stephen King foi um dos mais eloquentes e assumidos escritores que utilizam o impacto dos quadrinhos e das revistas de conto sem sua obra, e, descreve uma típica história da E. C. assim:

> a esposa do herói e seu amante estão determinados a matar o herói para que possam fugir juntos e se casar. Em quase todas as histórias em quadrinhos de mistério dos anos 1950, as mulheres são um pouco maduras, sedutoramente carnudas e sensuais, mas, em última instância, malignas: cadelas assassinas e castradoras que, como viúvas-negras, sentem uma necessidade quase instintiva de devorar os parceiros após o sexo. Este rabo de saia, que poderia ter saído em todos os seus detalhes de um romance de James M. Cain, leva o bolha do marido para uma voltinha e o amante lhe mete uma bala no meio da testa. Eles amarram um bloco de concreto às pernas do cadáver e o atiram no rio, de cima de uma ponte. Duas ou três semanas depois, nosso herói, um morto-vivo, emerge do rio, podre e carcomido pelos peixes. Sai cambaleando à procura da sua esposinha e seu amigo... certamente, não para convidá-los à sua casa para uns drinques, dá para sentir. Um diálogo dessa história que eu nunca me esqueci é: "Estou voltando, Marie, mas tenho que voltar devagar... porque pedacinhos de mim ficam caindo pelo caminho...". Em A pata do macaco a imaginação é estimulada por si só. O leitor faz o trabalho sozinho. Nos quadrinhos de terror (bem como nas revistinhas que existiram entre 1930 e 1955), há também as entranhas e vísceras. Como já mostramos, o velho de A pata do macaco é capaz de desejar que a horrível aparição se vá antes que sua franzina esposa abra a porta. Em "Tales From the Crypt" , a Coisa que Voltou do Túmulo ainda está lá, grande como o diabo e duas vezes mais feia, quando a porta é escancarada (King, 2012, p. 29).

No cinema o clássico "A Noite dos mortos-vivos" (1968), quebra a parede que impedia que os corpos, mortos, putrefatos e comendo carne humana, fossem expostos na tela de cinemas (King, 2012, p.126). Com esse filme, George A. Romero põe em perspectiva o corpo como terreno de disputa, unindo elementos do zumbi haitiano com o do vampiro, mas retirando a metáfora do canibalismo, usando a reação das pessoas às rupturas sociais como eixo do subtexto, mas como texto o sangue antes escondido, fazendo uma obra estupenda sobre, como a sociedade lida com a violação das leis naturais e a derrubada de barreiras concretas entre os vivos (Philips, 2012, p. 17).

John Carpenter amplifica essa nova abordagem com seu "Halloween" (1978), completando dez anos da nova forma de um Horror extremamente tributário da literatura popular e dos quadrinhos, e se juntaria ao retorno de Romero ao universo de zumbis, radicalizando os elementos de seu primeiro filme com "Despertar dos mortos" e ampliando imageticamente a revolução cinematográfica em curso desde 1968.

Carpenter põe elementos de diretores italianos como Dario Argento e Mario Bava (eles mesmos abertamente inspirados pela versão italiana das revistas *weird* e dos quadrinhos da E.C comics e livretos *pulp*, os *giallo*) , pondo seu assassino em primeira pessoa, com a perspectiva dele guiando as ações e a narrativa que aterroriza a classe média dos subúrbios americanos, levando mais uma vez para a terra dos homens comuns o medo e o abalo à falsa segurança do sonho americano.

O que Romero faz em "Despertar dos mortos" é não epenas ampliar o discurso político que critica a violência policial, o consumismo, mas ao pôr Ken Foree como um policial da S.W.A.T que enfrenta zumbis em um conjunto habitacional de maioria negra e latina como a polícia enfrenta inimigos nas periferias do mundo, com uma chacina, sai do lugar comum onde a autonomia do homem negro é somente uma liderança "positiva' no sentido maniqueísta. Além disso, a maquiagem e os efeitos de Tom Savini fazem a obra original de 1968 parecer cinema infantil. Aqui o sentido dos quadrinhos E.C. Comics e a linhagem do *Grand Guignol* ganha telas de cinema e membros dilacerados, vísceras expostas e zumbis canibais são construídos aos olhos da plateia, sem tarjas pretas, sem mortes *of screen* e com sangue para dar e vender.

O cinema de Horror depois disso se tornou mais disciplinado nas normas da indústria cultural que retomou o controle criativo de suas obras, com exceções como 'Hellraiser" (1987), e sofreu com o conservadorismo republicano de Reagan, enviando a produção criativa em torno da linguagem inaugurada em 1968 para produções independentes e de baixo orçamento dos anos 1980.

A perspectiva do debate aberto político voltaria aos grandes estúdios com Jordan Peele em "Corra!" ("Get Out!", 2017) e depois com "Nós" ("Us", 2020), onde ele retoma as rupturas pós-1968, fazendo produções que refletem abertamente, indo muito mais longe do que com metáforas e analogias, sobre as relações políticas, de classe e étnicas nos Estados Unidos.

Jordan Peele põe protagonistas negros diante do desafio da pele e da classe em um país cuja branquitude até finge aceitar afro-americanos e cuja condição de classe até pode parecer superada, mas que uma hora um ou outro atinge os negros jogando-os no poço que as opressões causam em sua psiquê ou trazendo do subterrâneo o quanto classe é uma maerca tão permanente quanto a pele preta.

Explicitando as angústias de raça e de classe sem esconder as referências aos cânones do do Horror, trazendo a leitura de realidade que impõe uma nova concepção da própria violência, pondo nas telas, quadrinhos e livros a representação de como a classe enxerga seus medos, a forma como o sangue se tornou elemento natural de seu cotidiano e as tripas expostas a seus filhos nas guerras se tornaram parte também do entretenimento, a imagem torna-se elemento de poder e de disputa política a partir da simbologia, do roteiro e da ficção.

Conclusões finais

A produção cinematográfica de Horror é tributária de uma longa duração de elementos escritos e visuais que fizeram uma base textual para que a imagem ganhasse as telas.

A construção deste processo bebeu em construções mitológicas e religiosas que permaneceram na cultura mesmo depois de todas as transformações socioculturais que o avanço do capitalismo.

A consolidação técnica das produções, da indústria cultural e de um mercado de consumo de produções culturais permitiram uma partilha

do sensível na qual perspectivas de tempos diferentes, elementos visíveis e invisíveis, através da palavra escrita, do som, do ruído que definem um contexto no tempo e no lugar ao mesmo tempo em que explicita o que está em jogo "na política como forma de experiência" (Ranciére, 2020, p. 16). Essa partilha se faz sob o ponto de vista de uma perspectiva de classe cada vez mais presente, e também orientada para o consumo, sustentado numa experiência onde os limites da perspectiva da violência sobrepõe-se a um paradigma de otimismo, pondo em cheque e em crise a perspectiva do futuro, explicitando como as obras conformam informações a respeito da mentalidade e da vida afetiva de suas épocas (Ginzburg,1989, p. 63). A produção imagética é filha de uma trajetória pré-imagem, mas que faz dela uma mediadora entre tempos, que liga signos de diversos contextos e representações (Mauad, 2016, p. 34), ao mesmo tempo que incluía em um contexto do qual é impossível separá-la (Knauss, 2009, p. 5).

Além disso, a produção cinematográfica é intermídia, no sentido em que a relação entre formas de produção midiáticas e as situações que as próprias obras se situam ou compartilham elementos que atuam em convergência entre mídias diferentes (Higgins, 2012, p. 47).

O cinema de Horror contemporâneo pós-1968 une referências entre tipos de cinema, abordagens culturais e geográficas, linguagens e mídias diferentes, juntando fundamentos e elementos dos quadrinhos, da literatura e do rock and roll.

Identificamos nestas produções uma guinada classista que constrói uma representação da Classe trabalhadora que torna a perspectiva do Horror a partir de uma série de experiências ancoradas nas lentes da experiência de classe. Este processo tem como elementos: a escolha do que abordam os protagonistas, o tom duro e cínico, a ausência de redenção e a uma visão ultra naturalista cujo efeito de realidade amplia a presença do concreto no fantástico e amplifica a ruptura que o gênero exige. Além disso, a concretude do corpo como fator determinante para a filmografia pós-1968, em que este emerge como "corpo irrestrito – aquele corpo que não está mais sujeito às normas ou leis que acreditamos constituir nossa realidade" (Phillips, 2012, p. 18).

Esta perspectiva da Classe trabalhadora é um fenômeno que põe literatura, quadrinhos e cinema em relação simbiótica e contemporânea

entre si, ao mesmo tempo traz consigo o legado das *penny dreadful*, na literatura *weird*, nos quadrinhos de horror da E.C Comics e segue uma trajetória até a literatura e o cinema de Horror centrados na perspectiva de Classe, feitos partir da Classe e para consumo da Classe.

Depois de uma trajetória na qual a literatura e cinema da Universal, Hammer, AIP e Amicus representavam o homem comum e do trabalhador como ferramentas e sua relação com o espiritual e aterrorizante como algo típico da "classe mais fraca' ou "*weaker class*" (Philips, 2018, p. 34), a representação da classe trabalhadora se destaca com uma perspectiva ultravioleta que paulatinamente avançavam das cada vez mais explicitas relações do consumo no pós Segunda Guerra Mundial, dos filhos das tensões da Guerra do Vietnam, na qual a violência insinuada torna-se obsoleta diante do aumento da necessidade de consumo de *gore*, que tomam protagonismo na obra de diretores como George A. Romero, John Carpenter e Jordan Peele, que expõem com sangue os problemas da Classe e seu protagonismo no seu enfrentamento.

A perspectiva de classe se constitui também pela forma como os horrores saem dos castelos europeus e passam a habitar subúrbios e cidades pequenas. O Horror também passa a ter problemas corriqueiros, com criaturas que avançam sobre fazendeiros, maldições e assombrações que abalam o sonho da casa própria, assassinos que matam babás em casas suburbanas, monstros que atacam as asas de uma visão na qual um vendedor que está na classe econômica é o único a vê-lo.

O efeito de realidade que a literatura do XIX produziu é outro, era um mal estar com a nova civilização, o Horror do século XX avança sobre as bases construídas pela literatura *weird*, pelo espírito da violência dos quadrinhos de Horror e pela produção independente de horror que testava os limites do cinema de estúdios em crise e que já havia posto seu monstros em situ ações vexatórias, em comédias e pastiches.

O caminho de um gênero que nasce ao mesmo tempo em que uma série de processos radicais transformam a vida dos mais pobres e os põe como parte de uma Classe, é o caminho onde os processos de domesticação do tempo, do corpo, da cultura e da religião em um formato regido pela razão e pela ciência norteiam o novo mundo.

O Horror segue o processo de perspectivas que produz seus cânones e depois suas imagens a partir das referências de quem tinha

acesso à leitura e à produção literária e depois cinematográfica, quem tinha controle hegemônico em um paradoxo que põe a cultura para as massas que provinha "de cima e não suba de baixo" (Eco, 2015, p. 25). Esse processo de nascimento concomitante à civilização do jornal e à civilização democrática, fundamenta a indústria cultural como um sistema que estabelece uma rede de condicionamentos recíprocos que transforma até a noção de cultura (Eco, 2015, p. 14). Neste sistema "o Superman jamais estacionará seu carro em local proibido e nunca fará uma revolução" (Eco, 2015, p. 10).

O mundo desta cultura, porém também estabelece uma cultura da mídia na qual o público tem capacidade de resistir às formas de manipulação de seus interesses pela produção cultural e que pode criar seus próprios significados e usos dos signos que vê na produção cultural (Kellner, 2001, p. 12).

É nesse caminhar que o gênero se produz de uma perspectiva da elite para a Classe Trabalhadora até que a própria perspectiva de Classe assume a forma de produzir cinema, quadrinhos e literatura, criando uma imagética própria e uma simbologia que relê o cânone do gênero a partir de problemas cotidianos do homem-comum.

No mundo da cultura em que o Homem Aranha precisa pagar aluguel, o herói anti zumbis também precisa tomar cuidado com a polícia e o jovem fotógrafo precisa saber ler os sinais sobre uma sociedade secreta que quer sequestrar sua perspectiva, roubando seus olhos.

O Horror como produto da consolidação do Capitalismo, faz seus medos serem os medos sociais da classe que consome os produtos culturais que enriquecem a burguesia, mas também inserem neles elementos de reflexão crítica que potencializa as próprias formas de expressão políticas da classe.

A trajetória destas representações veste-se dos papeis de servo até o macacão do trabalhador que não está mais aprisionado nem mesmo pela morte, quanto mais por limites geográficos ou de Classe.

Referências bibliográfica

ARAUJO, Julio Cezar de. **Bridget Cleary, a aterrorizante história real que virou lenda**. 2020. Site MegaCurioso. Disponível em: https://www.megacurioso.com.br/misterios/114462-bridget-cleary-a-aterrorizante-historia-real-que-virou-lenda.htm. Acesso em: 19 jun. 2024.

ART, San Francisco Museum Of Modern. **The Innocents**. 2019. Disponível em: https://www.sfmoma.org/event/the-innocents/. Acesso em: 29 fev. 2024.

BLOCH, Robert. **The Secret in the Tomb**. 1935. Publicado no site Librarium Chtullius. Disponível em: https://www.cthulhufiles.com/stories/bloch/bloch-the-secret-in-the-tomb.html. Acesso em: 04 fev. 2024.

BRAGA, Gabriel Elysio Maia. **Catálogo do Horror Deu a Louca Nos Monstros**. 2019. Disponível em: https://republicadomedo.com.br/catalogo-do-Horror-deu-a-louca-nos-monstros/. Acesso em: 04 jan. 2024.

BRAGA, Gabriel Elysio Maia. **Vampiros na França Moderna**: a polêmica sobre mortos-vivos(1659-1751). Curitiba: Appris, 2020. 213 p.

CARDIN, Matt (ed.). **Horror literature through history**: an encyclopedia of the stories that speak to our deepest fears. Santa Barbara, California: Greenwood, 2017. 1 v.

COLLARES, Marco Antônio. Representações da imagem de um bárbaro: o personagem conan nas mídias. In: LOPES, Aristeu Machado; RODRIGO FILHO, Artur; COLLARES, Marco Antônio (org.). **A história através das mídias**: representações, personagens, fontes. Curitiba: Brazil Publishing, 2019. p. 15-49.

CORSTORPHINE, Kevin; KREMMEL, Laura R. (ed.). **The Palgrave Handbook to Horror Literature**. Cham, Suiça: Palgrave Macmillan, 2018.

DIXON, Wheeler Winston. **A history of Horror**. Nova Jersey: Rutgers University Press, 2010.

DUNAE, Patrick A. **Penny Dreadfuls**: Late Nineteenth-Century Boys' Literature and Crime. *Victorian Studies*, vol. 22, no. 2, 1979, pp. 133–50. *JSTOR*, http://www.jstor.org/stable/3826801. Accessed 13 Jul. 2022.

ECO, Umberto. **Apocalípticos e Integrados**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

FILM, Perspectives On. **Dr. Jekyll and Mr. Hyde (1920)**. 2018. Disponível em: https://perspectivesonfilm.movie.blog/2018/09/24/dr-jekyll-and-mr-hyde-1920/. Acesso em: 13 fev. 2024.

GIFFORD, Denis. **A Pictorial History of Horror Movies**. Londres: Hamlyn, 1973.

GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989.

GINZBURG, Carlo. **História noturna**: Decifrando o Sabá. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2012.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas e Sinais**: Morfologia e História. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1989.

GLOBO, O (ed.). **As maiores bilheterias de terror da História**. 2020. Disponível em: https://oglobo.globo.com/cultura/filmes/as-maiores-bilheterias-de-terror-da-historia-22010152. Acesso em: 29 fev. 2024.

HIGGINS, Dick. Intermídia. In: DINIZ, Thaís Flores Nogueira; VIEIRA, André Soares (org.). **Intermidialidade e Estudos Interartes**: desafios da arte contemporânea. Belo Horizonte: Rona, 2012. p. 41-50.

HUGHES, William; PUNTER, David; SMITH, Andrew. **The Encyclopedia of the Gothic**. West Sussex, Uk: Wiley Blackwell, 2016.

IMDB. **Michael Ripper**. 2022. Disponível em: https://www.imdb.com/name/nm0728085/bio. Acesso em: 24 abr. 2022.

JAMES, M.R.. **Histórias de fantasmas de um antiquário**. Cotia, Sp: Pandorga, 2021.

JAMES, M.R.. **Outras histórias de fantasmas**. Cotia, Sp: Pandorga, 2021.

JAMES, M.R.. **Um aviso ao curioso e outras histórias**. Cotia, Sp: Pandorga, 2021.

JBOX. **Don Drácula**. 2007. Disponível em: https://www.jbox.com.br/materias/don-dracula/. Acesso em: 18 dez. 2023.

JOSHI, S. T.. **Unutterable Horror**: a history of supernatural fiction. New York, Ny: Hippocampus Pre, 2014.

KELLNER, Douglas. **A Cultura da mídia**: estudos culturais, identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru,Sp: Edusc, 2001.

KNAUSS, Paulo. **Aproximações disciplinares**: história, arte e imagem. Anos 90, [S.L.], v. 15, n. 28, p. 151-168, 13 mar. 2009. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. http://dx.doi.org/10.22456/1983-201x.7964. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/7964. Acesso em: 28 jan. 2023.

KING, Stephen. **Dança Macabra**: o terror no cinema e na literatura dissecado pelo mestre do gênero. Rio de Janeiro: Suma de Letras, 2012.

KING, Stephen. **Sobre a escrita**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

LAVALLE, Victor. **A balada do Black Tom**. São Paulo: Morro Branco, 2018.

LAVALLE, Victor. **Stephen King's Reign of Terror Continues in a New Novel**. 2018. Disponível em: https://www.nytimes.com/2018/05/22/books/review/outsider-stephen-king.html. Acesso em: 18 jan. 2024.

LAVALLE, Victor. **Victor Lavalle**. 2018. Disponível em: http://www.victorlavalle.com/. Acesso em: 19 jan. 2024.

LECOUTEUX, Claude. **História dos Vampiros**: autópsia de um mito. São Paulo: Unesp,2005.

Le Manoir Du Diable, o primeiro curta de terror já criado. Disponível em: <https://medologia.com/post/le-manoir-du-diable-o-primeiro-curta-de-terror-ja-criado>. Acesso em: 3 abr. 2022.

LOVECRAFT, Howard Phillips. **Horror sobrenatural na literatura**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1987.

MAUAD, Ana Maria. Sobre as imagens na História, um balanço de conceitos e perspectivas. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 14, p. 33-48, 21 jan. 2016. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. http://dx.doi.org/10.12957/revmar.2016.20858.

MILICI, Marcelo. **As armadilhas de Jogos Mortais ainda funcionam?** 2023. Disponível em: https://bocadoinferno.com.br/artigos/2023/06/as-armadilhas-de-jogos-mortais-ainda-funcionam/. Acesso em: 04 mar. 2024.

MILICI, Marcelo. **Dois Olhos Satânicos (1990)**. 2014. Disponível em: https://bocadoinferno.com.br/criticas/2014/11/dois-olhos-satanicos-1990/. Acesso em: 28 fev. 2024.

MILICI, Marcelo. **Invasores de Corpos (1978)**. 2023. Disponível em: https://bocadoinferno.com.br/criticas/2023/07/invasores-de-corpos-1978/. Acesso em: 28 fev. 2024.

MILICI, Marcelo. **Invocação do Mal (2013)**. 2013. Disponível em: https://bocadoinferno.com.br/criticas/2013/09/invocacao-do-mal-2013/. Acesso em: 04 mar. 2024.

MILICI, Marcelo. **O Exorcista**: 50 anos da melhor possessão demoníaca. 50 Anos da Melhor Possessão Demoníaca. 2023. Disponível em: https://bocadoinferno.com.br/artigos/2023/04/o-exorcista-50-anos-da-melhor-possessao-demoniaca/attachment/o-exorcista-1973-5/. Acesso em: 13 fev. 2024.

MILICI, Marcelo. **Pânico (1996)**. 2011. Disponível em: https://bocadoinferno.com.br/criticas/2011/03/panico-1996/. Acesso em: 19 fev. 2024.

NESTAREZ, Oscar. **Breve linha do tempo da literatura de Horror**: da repulsa à paixão, os relatos que causam um medo "seguro" mexem com os nossos nervos desde a noite dos tempos. Da repulsa à paixão, os relatos que causam um medo "seguro" mexem com os nossos nervos desde a noite dos tempos. 2016. Disponível em: https://revistagalileu.globo.com/Cultura/noticia/2016/11/breve-linha-do-tempo-da-literatura-de-Horror.html. Acesso em: 5 jul. 2022.

NESTAREZ, Oscar. **Terríveis prazeres**: por dentro de "terríveis mestres". São Paulo: Novo Século, 2020.

PHILLIPS, Kendall R.. **A place of darkness**: the rhetoric of Horror in early american cinema. Austin: University Of Texas Press, 2018.

PHILLIPS., Kendall R.. **Dark direction**s: Romero, Craven, Carpenter and the modern Horror film. Carbondale, Illinois: Southern Illinois University Press, 2012.

PHILLIPS, Kendall R.. **Projected fears**: Horror films and american culture. Westport, Connecticut: Praeger Publishers, 2005.

ROAS, David. **A ameaça do fantástico**: aproximações teóricas. São Paulo: Unesp, 2014.

SHELLEY, Mary. **FRANKENSTEIN**: ou o prometeu moderno. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

SMITH, Andrew. **The Encyclopedia of the Gothic**. West Sussex, Uk: Wiley Blackwell, 2016. p. 614-629.

SPRINGHALL, John. **Disseminating Impure Literature**: The 'Penny Dreadful' Publishing Business Since 1860." The Economic History Review 47, no. 3 (1994): 567–84. https://doi.org/10.2307/2597594.

8 VEZES BRASIL? ALGUMAS FORMAS DE PENSAR O BRASIL SEGUNDO LILIA SCHWARCZ

Hilton Costa[1]

A intenção do presente trabalho é discutir as oito possibilidades interpretativas da história brasileira apresentadas por Lilia Schwarcz no ensaio *Sobre o autoritarismo brasileiro*, sobretudo, mas não somente nele. A autora pode ser considerada uma das principais intérpretes do Brasil na contemporaneidade. As análises e interpretações acerca do país produzidas por Schwarcz têm servido de baliza e referências importantes à construção de outras interpretações - a interpretação que produz interpretações. Com efeito, esta situação nos permite perceber como pertinente investigar suas considerações acerca do Brasil e compreender que país emerge de seus escritos, uma vez que estes fomentam outros escritos.

O trabalho que cá se apresenta se orienta, fundamentalmente, em Manoel Bomfim, John Pocock e Pierre Bourdieu. De Bomfim tomam-se as noções de parasitismo e hereditariedade (social), bastante úteis para compreender a interpretação que Schwarcz faz do Brasil. Dos escritos de Pocock dialoga-se com o contextualismo linguístico e o contextualismo

1 Doutor em História. Professor Adjunto na Universidade Estadual de Maringá (PR), Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. http://lattes.cnpq.br/7623127959387137; https://orcid.org/0000-0002-2140-7729; correio eletrônico: hcosta@uem.br.

social, contribuições relevantes para um melhor entendimento das possibilidades da autora no momento de produção de suas obras. Recorre-se a Bourdieu, notadamente à obra *A economia das trocas linguísticas*, por ela oferecer possibilidades relevantes à compreensão da produção intelectual e sua circulação, inclusive permitindo discutir como as teorias que explicam o mundo contribuem na construção deste mesmo mundo. Autoras como Lilia Schwarcz, possuidoras de uma produção dentro e fora do mundo intelectual, podem ser pensadas nesta chave bourdieusiana.

Do ensaio *Sobre o autoritarismo brasileiro* – essencialmente, mas não exclusivamente - surge o Brasil de Lilia Schwarcz, um país que possui uma sociedade negra e mestiça, mas que se vê como branca. Uma sociedade onde as elites brancas ou que se veem como brancas querem produzir um país branco, seja nas práticas, seja nos corpos. De tal situação emerge uma sociedade que se combate e se autodespreza. O patriarcado, no seu desenvolvimento local, ao se encontrar e se estabelecer na vida política, produz e alimenta a figura das "salvadoras da pátria" ou dos "salvadores da pátria" - seres "iluminados" que "sabem" o que fazem e, portanto, devem ser obedecidos. O Brasil de Lilia Schwarcz é uma sociedade assentada em premissas hierárquicas, praticamente estamentais, formadas no escravismo; o padrão de mando foi constituído na ordem privada, da família; em assim sendo, a gestão da coisa pública e o exercício da política como assuntos de família nada mais seriam que uma consequência lógica. O Brasil teria, portanto, como eixo estruturante fundamental o viés autoritário, patrimônio comum à sociedade brasileira como um todo.

Mídias, cultura pop e atividade intelectual

Lilia Moritz Schwarcz conta com pouco mais de meio milhão de seguidores e seguidoras no *Instagram*[2] e cerca de 55 mil no *Facebook*[3]; estes números podem não parecer muito, se comparados aos de algumas "celebridades": todavia, são números bastantes expressivos por se tratar, em última instância, de uma professora. De fato, poder-se-ia encontrar

2 Informação de 16 set. 24: https://www.instagram.com/liliaschwarcz/?hl=pt

3 Informação de 16 set. 24: https://www.facebook.com/liliaschwarcz/?locale=pt_BR

outras pessoas dedicadas ao ensino com números iguais ou maiores, e a conclusão seria muito semelhante, a saber: uma professora, um professor ativo nas mídias sociais e, porque não, na cultura pop - e, sobretudo, desenvolvendo sua atividade intelectual com e na cultura pop. Como é possível notar no canal do *Youtube* de Schwarcz, que conta com pouco mais de 150 mil subscrições.[4]

Estes dados, bastante descritivos, é fato, foram elencados no intuito de indicar as afinidades eletivas da comunicação *8 vezes Brasil? Algumas formas de pensar o Brasil segundo Lilia Schwarcz* com o Simpósio Temático "ST 05: Explorando Mídias e Cultura Pop na História: Debates e Perspectivas", uma vez que o "simpósio visa contemplar a necessidade de ampliação do debate a respeito das mídias, da cultura pop e do entretenimento na História (...)", sendo esta "escolha de tema (...) embasada na crescente importância de compreender como as mídias e a cultura popular têm moldado nossa sociedade ao longo do tempo", almejando, "portanto, (...) promover um ambiente de debates sobre os mais variados aspectos teóricos e metodológicos das pesquisas sobre mídias, entretenimento e cultura pop."[5]

A autora, conforme aqui se entende, está bastante bem inserida no contexto das mídias e, por que não, na cultura pop, desenvolvendo sua atividade intelectual em diálogo com estas mídias e com a cultura pop. Com efeito, o ensaio que serve aqui como documento base de análise nasce, segundo a própria autora,

> em parte, realizado em diálogo com algumas conclusões e dados que aparecem em *Brasil: uma biografia* (2014), que escrevi com Heloísa Starling. Faço também um uso seletivo de colunas que publiquei no jornal *Nexo* desde 2014 (Schwarcz, 2019, p. 11).

A base do ensaio a ser discutido serem textos publicados em periódico *online*, o *Nexo Jornal*, define, segundo cá se compreende, a possibilidade

4 Informação de 16 set. 24: https://www.youtube.com/@LiliSchwarcz. Quando da elaboração deste texto o X (Twitter) estava bloqueado no Brasil, por isso não constam seus dados aqui.

5 Ementa do ST disponível em: https://www.eeh2024.anpuh-rs.org.br/atividade/view?q=eyJwYXJhbXMiOiJ7XCJJRF9BVElWSURBREVcIjpcIjkzXCJ9IiwiaCI6ImIzYTYxM2VmMzNmMzU2ZGFhMGE5OTQyNjU2ODIxYjZmIn0%3D&ID_ATIVIDADE=93. Acesso em: 25 set. 2024.

de se pensar a obra dentro da chave da exploração de mídias dentro da cultura pop.

O *Nexo Jornal* faz parte do denominado *jornalismo independente*. Com sede em São Paulo (SP), ele nasceu em abril de 2015, obra de Paula Miraglia, Renata Rizzi e Conrado Corsalette, sendo apresentado ao público em novembro de 2015. Ao contrário, pode-se afirmar, de uma tendência vigente no jornalismo das denominadas *grandes empresas*, a abordagem do *Nexo* preza pela contextualização dos assuntos abordados - política, economia, acontecimentos internacionais, cultura, ciência, saúde, tecnologia, artes. A opção por não exibir publicidade leva o periódico a sobreviver por meio de assinaturas. Este modelo de ação tornou-se bastante comum com a popularização do acesso à internet: pessoas, grupos, empresas fornecem amostras de seu conteúdo de modo gratuito e, para o acesso integral, há a cobrança de taxas semanais, mensais, anuais ou ainda *on demand*.

Em grande medida, a fundação do *Nexo* está inserida no cenário de introdução das novas tecnologias de comunicação e de mudanças no mercado de trabalho na grande mídia. As grandes corporações do setor de comunicação certamente não perderam sua capacidade de ação sobre a realidade; todavia, na contemporaneidade o jornalismo alternativo e o independente conseguem maior visibilidade e penetração na sociedade. E, fazendo uso de uma expressão muito pouco usual em textos como este que cá se apresenta, há um número considerável de profissionais do jornalismo em desacordo com o "recorta e cola" bastante presente na "grande mídia", bem como contrários ao superficialismo camuflado de objetividade. Ainda sobre o *Nexo*, ele recebeu premiação da *Online News Association* pela "excelência geral em jornalismo online", Categoria Pequenas Redações, em 2017. O prêmio reconhecia sua ênfase no conteúdo visual, bem como sua dedicação à informação. Desde 2020 o *Nexo oferece* o *Nexo Políticas Públicas*, plataforma acadêmico-jornalística desenvolvida com o intuito de aproximar o debate feito entre pesquisadores e o público.[6]

6 Ver: https://www.nexojornal.com.br/

8 vezes Brasil[7]

Sobre o autoritarismo brasileiro, de Lilia Schwarcz, é um texto passível de ser admitido como um ensaio. Ele está organizado em oito capítulos, a saber: 1. Escravidão e racismo; 2. Mandonismo; 3. Patrimonialismo; 4. Corrupção; 5. Desigualdade social; 6. Violência; 7. Raça e gênero e 8. Intolerância. Por óbvio, a ordem dos capítulos não é aleatória e/ou desprovida de sentido.

Na perspectiva da autora, é viável considerar o escravismo como uma espécie de *fato social total*, tal como definido por Marcel Mauss:

> Este trabalho é um fragmento de estudos mais vastos. Há anos nossa atenção dirige-se ao mesmo tempo para o regime de direito contratual e para o sistema das prestações econômicas entre as diversas seções ou subgrupos de que se compõem as sociedades ditas primitivas, e também as que poderíamos chamar de arcaicas. Existe aí um enorme conjunto de fatos. Fatos que são muito complexos. Neles, tudo se mistura, tudo o que constitui a vida propriamente social das sociedades que precederam as nossas – até às da proto-história. Nesses fenômenos sociais "totais", como nos propomos chamá-los, exprimem- se, de uma só vez, as mais diversas instituições: religiosas, jurídicas e morais – estas sendo políticas e familiares ao mesmo tempo -; econômicas – estas supondo formas particulares da produção e do consumo, ou melhor, do fornecimento e da distribuição -; sem contar os fenômenos estéticos em que resultam esses fatos e fenômenos morfológicos que essas instituições manifestam (Mauss, 2003, p. 187).

Segundo se entende aqui, na perspectiva da autora o escravismo português na América e seu descendente direto, o escravismo do Império do Brasil, podem ser pensados na chave explicativa maussiana. O escravismo brasileiro seria um destes "fatos que são muito complexos", onde "tudo se mistura, tudo que constitui a vida propriamente social". No fato social total que seria o escravismo brasileiro,

(...) exprimem-se, de uma só vez, as mais diversas instituições: religiosas, jurídicas e morais – estas sendo políticas e familiares ao mesmo tempo -; econômicas – estas supondo formas particulares da produção e do consumo, ou melhor, do fornecimento e da distribuição -; sem

7 Este título foi escolhido em referência ao número de capítulos do ensaio *Sobre o autoritarismo brasileiro*, bem como ao livro organizado pela autora e por Lorenzo Mammi, *8 x fotografia*.

contar os fenômenos estéticos em que resultam esses fatos e fenômenos morfológicos que essas instituições manifestam (Mauss, 2003, p. 187).

Escusas pela repetição de parte da citação logo após sua primeira aparição; contudo, entendeu-se ser esta a forma mais nítida de indicar o sentido encontrado para o escravismo na obra de Schwarcz. Eis, portanto, porque o capítulo 1 de *Sobre o autoritarismo brasileiro* é dedicado à escravidão: ela seria, sob outras perspectivas teóricas e metodológicas, a infraestrutura da sociedade brasileira; as demais instituições e arranjos sociais constituem superestruturas, formadas a partir das premissas do escravismo.

Nesta direção, o escravismo produziu, segundo a autora, padrões de socialização que criaram raízes tão profundas na sociedade brasileira que foram capazes de transcender a própria vigência da escravidão. A instituição escravista, por ter tal profundidade, também seria (ou é) responsável pela formulação de um vocabulário normativo das relações sociais, seja de maneira direta ou indireta. Assim, na perspectiva trazida por Schwarcz, as premissas advindas do escravismo não precisam necessariamente ser absolutamente nítidas para se fazerem presentes.

A abordagem da autora acerca do escravismo no Brasil também pode ser pensada tomando em consideração a obra de Manoel Bomfim. Em *América Latina: males de origem* (1905), Bomfim propôs algumas chaves interpretativas das mais interessantes para pensar o Brasil: as noções, ou mesmo os conceitos, de *parasitismo social* e de *hereditariedade social*. Estas ferramentas analíticas foram desenvolvidas para dar sustentação ao argumento de que o "problema" da América Latina, e consequentemente do Brasil, não era de "raça". Algo defendido à época (virada do século XIX para o XX), e que segue ressurgindo no contexto brasileiro nas mais variadas formas e roupagens. Para Bomfim, "o problema" latino-americano e brasileiro não era de raça, mas sim de socialização, de como determinadas "heranças" sociais eram transmitidas geração após geração (Costa, 2021a; 2021b). Bomfim, pode-se afirmar, antecipa em cerca de três décadas o consagrado argumento de Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (Holanda, 1995). Ou seja, Manoel Bomfim, em princípios do século XX, já indicava que a explicação e/ou interpretação do Brasil deveria passar pelos processos de socialização que definiram o *ethos* de nossa sociedade. Para Bomfim, o eixo-mestre da socialização

brasileira, mesmo antes do Brasil ser Brasil, se assentava no parasitismo social. Com efeito, na sociedade brasileira fazia-se (e ainda se faz?) o impossível para viver à custa de outrem. Esta postura e suas consequências fariam parte da herança social brasileira, sendo transmitidas de geração para geração. Ou seja, surgem, por outros caminhos, o escravismo e seus desdobramentos como elementos centrais para o entendimento do Brasil e de sua sociedade (Costa, 2021a; 2021b).

O escravismo como elemento estruturado e estruturante da sociedade é algo presente em inúmeras tradições de interpretação do Brasil. Lilia Schwarcz, ao que tudo indica, está inserida nestas tradições.

Em grande medida, as avaliações da autora sobre o escravismo e suas consequências podem ser apreendidas também na chave interpretativa oferecida por Eric Foner. Este anota, com pertinência, que "nas Américas, em particular, a escravidão na grande lavoura foi ao mesmo tempo um sistema de trabalho, um modo de dominação racial e a base para o surgimento de uma classe dominante bem caracterizada." (Foner, 1988, p. 17). O escravismo nas Américas, portanto, não era tão somente uma forma de produzir mercadorias: ele era algo bem mais profundo (Costa, 2021a; 2021b).

Nas palavras de Schwarcz,

> A escravidão nos legou uma sociedade autoritária, a qual tratamos de reproduzir em termos modernos. Uma sociedade acostumada com hierarquias de mando, que usa de uma determinada história mística do passado para justificar o presente, e que lida muito mal com a ideia da igualdade (Schwarcz, 2019, p. 35).

Eis o ponto chave da argumentação de Schwarcz: "a escravidão nos legou uma sociedade autoritária, a qual tratamos de reproduzir em termos modernos." A preservação da herança social, como sugerido por Manoel Bomfim, por um lado, e, por outro, o escravismo brasileiro sendo, como já destacado aqui, um destes "fatos que são muito complexos" onde "tudo se mistura, tudo que constitui a vida propriamente social".

De modo a ser possível, portanto, considerar o mandonismo, o patrimonialismo, a corrupção, a desigualdade social, a violência, as relações de raça e gênero e a intolerância, tal como historicamente

(e atualmente) presentes no Brasil, como algum tipo de decorrência do escravismo.[8]

Com efeito, a abordagem da autora acerca da forma como a sociedade brasileira se estrutura vai de encontro à ideia de que o surgimento, o desenvolvimento e, substancialmente, a permanência do mandonismo no Brasil se vincularia às bases escravistas da sociedade, por um lado, e por outro, ao latifúndio (que nasceu conjuntamente ao escravismo e a ele transcendeu), marca essencial da construção do país. A figura do ou da proprietária do latifúndio foi consagrada como o poder definitivo dentro de "suas terras". Assim, a administração privada da propriedade rural transcendeu a dinâmica da produção agrícola, chegando à gestão da vida social e íntima das pessoas envolvidas nesta atividade. Desenvolveram-se, em tal ambiente, padrões de mando que se expandiram para a gestão da vida pública (Costa, 2021a; 2021b).

A aceitação, combinada à imposição, desta forma de gestão pela sociedade, aclamou o grande proprietário e a grande proprietária rural como senhoras e senhores da vida social, inclusive para além do mundo rural. Deste cenário emerge, quase como uma consequência óbvia, a ideia do público como extensão do privado. Schwarcz, ao focar no capítulo três o *Patrimonialismo*, traz uma definição um tanto quanto evidente da prática; contudo, esta definição, em grande medida buscada em Max Weber, é altamente coesa com o argumento geral do texto. A autora avalia que no Brasil a "República é frágil", de modo que:

> (...) ela se torna particularmente vulnerável ao ataque de seus dois principais inimigos: o patrimonialismo e a corrupção. O primeiro deles, o patrimonialismo é o resultado da relação viciada que se estabeleceu entre a sociedade e o Estado, quando o bem público é apropriado privadamente. Ou dito de outra maneira, trata-se do entendimento, equivocado, de que o Estado é bem pessoal, "patrimônio" de quem detém o poder (Schwarcz, 2019, p. 65).

8 A discussão a seguir é versão, em alguma medida alterada, das discussões presentes nos textos: COSTA, Hilton. Uma longa viagem ao Brasil: Lilia Schwarcz, uma intérprete da nação. *In*: Simpósio Nacional De História: História, Verdade E Tecnologia, 31., 2021, Rio de Janeiro. *Anais* [...] . São Paulo: ANPUH-Brasil, 2021(a). v. 1. p. 1-17; COSTA, Hilton.. Uma longa viagem ao Brasil: Lilia Schwarcz intérprete do Brasil. *In*: Congresso Brasileiro De Sociologia, 20., 2021, Belém. *Anais* [...] , 2021(b). v. 1. p. 01-19.

Desta análise surge a questão basilar de como isso se formou e se mantém; dentro da perspectiva observada em *Sobre o autoritarismo brasileiro*, a resposta está no retorno ao exposto anteriormente sobre o mandonismo, que tem o seu formato local definido pelo escravismo. Ocorre, portanto, no intuito de explicar o patrimonialismo, o retorno à formação e permanência de uma forma caracteristicamente brasileira de perceber o público e a sua gestão. Ambos seriam observados como extensão do mundo privado, notadamente o mundo elaborado a partir do latifúndio escravista.

Em sendo estes padrões de mando hegemônicos, não fica tão difícil, ou não deveria ser tão absurdamente complicado, compreender o tema do quarto capítulo do ensaio: a corrupção. De modo geral e generalizante, se o público e sua gestão são observados como extensão dos bens privados, a corrupção é socialmente apreendida de que maneira? Se quem detém autoridade a entende como seu patrimônio pessoal, como pensar a corrupção? E, neste caso, pode-se pensar também as atividades para além do âmbito do Estado e da gestão pública. Não parece ser descolado de sentido inferir que a autora permite pensar que a assim denominada *corrupção* é, no Brasil, muito mais que um delito, um desvio de conduta e/ou caráter.

A corrupção, ou aquilo que hoje denominamos de *corrupção*, seria, substancialmente, um elemento da forma como a sociedade brasileira percebe o mundo.[9] Algo perceptível em frases e ditos populares: Quem tem amigo não morre pagão!; Quem tem padrinho não morre pagão!; Para os amigos tudo, para os inimigos a lei! Estes exemplos são reveladores da prática de pedidos, de solicitar favores a pessoas consideradas poderosas para contornar e/ou não cumprir as regras vigentes, mediante ou não pagamento em espécie ou em favores futuros. Sim, isso é corrupção, mas dificilmente a sociedade brasileira, nas suas práticas ordinárias, nota isso como tal.

O tipo de autoridade formada no latifúndio escravista sobrevive ao escravismo, uma vez que o latifúndio permanece intocado: ela combina a força econômica com a força política e com a infraestrutura cultural

9 Na visão de Schwarcz, a corrupção, tal como definida contemporaneamente, não fazia parte do vocabulário do Brasil Imperial; o desenvolvimento do conceito se daria no contexto republicano (2019, p. 96-97).

– o patriarcado, sobretudo. A presença do patriarcado na infraestrutura cultural pode ser atribuída ao processo de formação da América portuguesa que daria origem ao Brasil. A ideia do *pater familias* todo-poderoso pode ter atravessado o Atlântico a bordo dos navios lusitanos, desembarcando na América. Contudo, o desenvolvimento do patriarcado em sua versão brasileira tem vínculos fortes com o modelo de sociedade e de socialização advindo do escravismo, do latifúndio escravista, do mundo criado a partir da grande propriedade rural.

Não é descabido problematizar a seguinte hipótese: o autoritarismo, segundo a autora herdado do escravismo, não se dissipou com o fim da escravidão. Apesar de ser possível localizar uma disputa pelo espólio escravocrata, o mesmo não foi dilapidado. A sociedade brasileira se portou bem: como uma herdeira responsável, não dilapidou o patrimônio herdado, não "gastou" toda a sua herança, não se desfez dela, pelo contrário, investiu nela. Os padrões herdados do escravismo foram se atualizando, se combinando às demandas postas no pós-escravismo. E isso foi possível - ou é possível -, segundo se depreende do argumento de Lilia Schwarcz, porque os processos de socialização se encarregaram de transmitir o autoritarismo de geração a geração, incrustando-o na infraestrutura cultural brasileira (Costa, 2021a; 2021b).

A permanência, bem como as "renovações", da postura autoritária na sociedade brasileira podem ser notadas com destaque ainda maior nos capítulos 5. *Desigualdade social*, 6. *Violência*, 7. *Raça e gênero* e 8. *Intolerância.*

Com relação à desigualdade social, Schwarcz ressalta a manutenção e o aprimoramento de um sistema de ensino focado em sustentar a desigualdade e não em minimizar as diferenças.

> São muitos os fatores que explicam a nossa desigualdade social, mas, entre eles, as políticas educacionais continuam a funcionar como um importante gatilho de reprodução das desigualdades. Atualmente, três em cada dez crianças abandonam a escola e, dessas, quase a totalidade provém de áreas economicamente desfavorecidas (Schwarcz, 2010, p. 149).

Ao interseccionar esta afirmação da autora, notamos que a maioria das pessoas a abandonar a escola, ou que têm acesso a uma educação de baixa qualidade, são pessoas negras, pobres, mulheres e população

LGBTQIAPN+. Na perspectiva trazida a lume por Schwarcz a partir do sistema educacional, fica evidenciada a desigualdade social como um projeto - um projeto que vem sendo bem executado pela sociedade brasileira.

Em termos de projetos bem executados, é possível notar que a violência é outro *case* de sucesso. Tanto a violência real quanto a imaginada. O Brasil tem taxas de homicídios e de encarceramento muito altas.[10] O número de suspeitos mortos pelas forças de segurança também é muito alto. Em suma, a violência real existe e produz efeitos sociais enormes em determinados grupos sociais, permitindo também o estabelecimento de um mercado de segurança gigantesco, que vai das empresas privadas de segurança (legalizadas ou não), passando pela produção e comercialização de equipamentos de segurança (câmeras, cercas, portões, *softwares*, armas, etc.) e pela indústria do encarceramento (construção e manutenção de prisões, aprimoramento da legislação punitiva, etc.), chegando até a bancada da segurança no Parlamento. Esta, em grande medida, está articulada à violência imaginada e/ou ampliada de determinados programas televisivos. Aliás, esse tipo de programa, o programa policial, é um dos principais subgêneros da televisão brasileira. A ação destes programas potencializa o medo e a violência, favorecendo a eleição de pessoas vinculadas à bancada da segurança, bem como de apresentadores, apresentadoras e jornalistas da crônica policial. Esta bancada, por sua vez, quando eleita, destina o máximo de recursos possíveis para combater "o crime", em algo muito próximo à *síndrome do Batman*: o crime deve ser combatido, mas ele não pode acabar, e muito menos diminuir muito, pois, se isso ocorrer, a bancada, assim como o Batman, perde sua razão de ser.

A violência, por óbvio, não se resume aos exemplos aqui mencionados. Todavia, não há na obra aqui analisada, e muito menos neste breve texto,

10 Acerca do ano de 2023: Com uma taxa de 22,8 mortes violentas por 100 mil habitantes, o Brasil está num patamar quase quatro vezes maior do que a taxa mundial de homicídios, que, segundo dados das Nações Unidas, é de 5,8 mortes por 100 mil habitantes. Ver: https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/07/18/brasil-registra-queda-de-34percent-em-mortes-violentas-intencionais-em-2023-aponta-anuario.ghtml Ainda em 2023, o número total de custodiados no Brasil subiu para 650.822 em celas físicas e 201.188 em prisão domiciliar. Ver: https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202403/senappen-lanca-levantamento-de-informacoes-penitenciarias-referentes-ao-segundo-semestre-de-2023

a menor pretensão de passar por suas várias formas. Contudo, os capítulos 5. *Desigualdade social*; 6. *Violência*;

7. *Raça e gênero* e 8. *Intolerância*, em conjunto, nos permitem pensar uma situação que muito provavelmente pode ser interpretada como uma variação da violência.

Para o caso brasileiro, em geral, quando se propõe ou se tenta romper com a forma de mando usual advinda do modelo do *pater familias*, ao se sugerir a abertura de espaços efetivamente iguais para as mulheres e para a população LGBTQIAPN+, emanam as mais intensas reações. Reações não só nos chamados grupos dominantes, mas na sociedade como um todo, de ponta a ponta. O verdadeiro *pavor* presente na sociedade brasileira de um "mundo mais igual" pode ser observado nas ações violentas com que a sociedade reage às medidas de equidade, seja através da violência simbólica, seja da violência física. Esta violência é mobilizada almejando reafirmar a autoridade, o autoritarismo (Costa, 2021a; 2021b).

A equação da sociedade brasileira seria algo da seguinte ordem: a sociedade está assentada em premissas hierárquicas, praticamente estamentais, formadas no escravismo; o padrão de mando é constituído na ordem privada, da família; em assim sendo, a gestão da coisa pública e o exercício da política como assuntos de família nada mais são do que consequências no mínimo lógicas (Schwarcz, 2019, p. 82).

Brasil vezes 8: Considerações finais

Ao se propor a análise de autoras como Lilia Schwarcz, que hoje ocupa uma posição relevante no campo intelectual brasileiro, se faz muito pertinente ter no horizonte a recomendação de Pierre Bourdieu. Este assinala que

> Em resumo, a ciência social deve englobar na teoria do mundo social uma teoria do efeito de teoria que, ao contribuir para impor uma maneira mais ou menos autorizada de ver o mundo social, contribui para fazer a realidade desse mundo: a palavra, ou a *fortiori*, o ditado, o provérbio e todas as formas estereotipadas ou rituais de expressão, são programas de percepção (Bourdieu, 2008, p. 82).

Portanto, na perspectiva de Bourdieu, as teorias que explicam o mundo também colaboram na construção deste mesmo mundo. Autoras do porte de Schwarcz, ao oferecerem sua análise do mundo, interferem na sua construção. Para Bourdieu, não se poderia fazer Ciências Sociais sem ter esta premissa, sempre, no horizonte. No tipo de análise que se buscou fazer aqui, a premissa bourdieusiana se mostra ainda mais significativa.

A autora, ao oferecer a interpretação de que há no Brasil, de longa data, uma cultura autoritária cujas origens remetem ao escravismo, também age para que as pessoas, ao tomarem contato com a sua obra, possam passar a interpretar a trajetória da sociedade brasileira nos moldes propostos pela autora.

Tomando o ensaio *Sobre o autoritarismo brasileiro* como ponto de referência desta argumentação, surge um Brasil visto por Lilia Schwarcz como um país detentor de uma elite que construiu uma imagem de um povo brasileiro na condição de incompleto, indesejável e, por vezes, desprezado, inclusive por si mesmo (Costa, 2021a; 2021b). A partir desta construção emerge a ideia, o *leitmotiv*, de que este povo precisa ser tutelado, controlado com mão de ferro. A força e a eficiência desta interpretação são bastante verificáveis, ao se observar como esta visão de mundo transcendeu as camadas dominantes, sendo, em grande medida, incorporada pelos setores dominados (Costa, 2021a; 2021b). Em outras obras da autora esta interpretação fica ainda mais evidente, tal como em *Retrato em Branco e Negro* (1987), *O espetáculo das raças* (1993), *Brasil, uma biografia* (2015) e *Lima Barreto, triste visionário* (2017).

A sociedade brasileira teve à sua disposição vários momentos para romper de fato com o *ethos* autoritário: a emancipação política de Portugal, o fim do escravismo, a Proclamação da República, o fim do Estado Novo, a Constituição de 1988, para citar alguns. Contudo, a opção sempre foi a de não romper com a tradição, mas sim readequar as antigas premissas às necessidades de cada momento. Não se usou a tradição no sentido sugerido por Theodor Adorno – algo a se conhecer para dali avançar; a tradição foi cultivada mais próxima ao sentido indicado por Arno Mayer: adota-se tudo o que é novo para manter o antigo (Adorno, 2012; Mayer, 1987). E as pessoas seguem, desta forma, sendo socializadas, em essência, dentro das premissas do machismo, do

sexismo, do racismo, do patrimonialismo, do clientelismo, da aversão à equidade nos mais diferentes ambientes (Costa, 2021a; 2021b).

Desta feita, é possível sintetizar as 8 vezes Brasil ou ainda o Brasil vezes 8 de Lilia Schwarcz da seguinte forma:

1. um país que possui uma sociedade negra e mestiça, mas que se vê como branca.
2. Uma sociedade onde as elites brancas ou que se veem como brancas querem produzir um país branco, seja nas práticas, seja nos corpos.
3. De tal situação emerge uma sociedade que se combate e se autodespreza.
4. O patriarcado, no seu desenvolvimento local, ao se encontrar e se estabelecer na vida política produz e alimenta a figura das "salvadoras da pátria" ou dos "salvadores da pátria": seres "iluminados" que "sabem" o que fazem, portanto, pessoas que devem ser obedecidas.
5. O Brasil de Lilia Schwarcz é uma sociedade assentada em premissas hierárquicas, praticamente estamentais, formadas no escravismo.
6. O padrão de mando foi constituído na ordem privada, da família.
7. Em assim sendo, a gestão da coisa pública e o exercício da política como assuntos de família nada mais seriam que consequências lógicas.
8. O Brasil teria, portanto, como eixo estruturante fundamental o viés autoritário, patrimônio comum à sociedade brasileira como um todo.

Com efeito, o Brasil, na interpretação de Lilia Schwarcz, não conduz aos trópicos deslumbrantes de Pero Vaz de Caminha ou de Affonso Celso, mas também não conduz necessariamente aos tristes trópicos de Claude Levi-Strauss (Levi-Strauss, 1996). O Brasil de Lilia Schwarcz remete muito mais a um lugar muito parecido com a Sicília de Lampedusa, o lugar onde tudo muda para que tudo permaneça como está (Lampedusa, 2003).

Referências

ADORNO, Theodor. Em memória de Eichendorff. *In*: ADORNO, Theodor. **Notas de Literatura I**. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2012.

BOMFIM, Manoel. **América Latina, males de origem**. 4. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar o que dizer. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CARVALHO, José Murilo. Entre a liberdade dos antigos e a dos modernos: A República no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo. **Pontos e Bordados**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. p. 83-106.

COSTA, Hilton. Uma longa viagem ao Brasil: Lilia Schwarcz uma intérprete da nação. *In*: Simpósio Nacional De História: História, Verdade E Tecnologia, 31., 2021, Rio de Janeiro. **Anais** [...] . São Paulo: ANPUH-Brasil, 2021(a). v. 1. p. 1-17.

COSTA, Hilton. Uma longa viagem ao Brasil: Lilia Schwarcz intérprete do Brasil. *In*: Congresso Brasileiro de Sociologia, 20., 2021, Belém. **Anais** [...] 2021(b). v. 1. p. 01-19.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** Rio de Janeiro: Difel, 2018.

DAVIS, Angela. **A democracia da abolição**: para além do império das prisões e da tortura. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2019.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LAMPEDUSA, Giuseppi Tomasi di. **O Leopardo**. São Paulo: Nova Cultural, 2003.

LEVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

MAYER, Arno J. **A força da tradição**: a persistência do Antigo Regime 1848-1914. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

MAUSS, Marcel. O ensaio sobre a dádiva. *In*: MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003, p. 185-314.

POCOCK, John G. A. **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo: Edusp, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz. **Retrato em Branco e Negro**: jornais, escravos e cidadania em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1993

SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz. **As Barbas do Imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz. **O Império em procissão**: ritos e símbolos do Segundo Reinado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Lima Barreto**: Triste visionário. São Paulo: Cia das Letras, 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Cia. das Letras, 2019.

SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz; STARLING, Heloísa. (2016). **Brasil:** uma biografia - Caderno de atividades: resumos, atividades propostas e conceitos. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2008.

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. 5. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

BASEBALL E A BOMBA ATÔMICA: O MANGÁ DE KEIJI NAKAZAWA COMO PERLABORAÇÃO DO TRAUMA

Mario Marcello Neto[1]

Introdução

O mangá *Hiroshima Carp: Birth History* de Keiji Nakazawa é uma obra que explora a experiência do trauma da bomba atômica através da lente do baseball, uma metáfora poderosa para a busca de esperança e reconstrução após a tragédia. No entanto, trata-se uma obra desconhecida do grande público. Nakazawa, um dos maiores mangakas do Japão ficou conhecido por sua obra seriada e impactante chamada de "Gen – Pés-descalços", no Brasil. O autor, como sobrevivente da bomba atômica narrou suas histórias misturando-as com elementos ficcionais e criou uma autobiografia de caráter complexo, pesada e crítica não só aos EUA, mas ao militarismo do Japão também.

Aqui, diferentemente do que se percebe comum nos estudos sobre bomba atômica não quero analisar Gen, nem mesmo a história de Nakazawa. Meu objetivo é entender como o baseball, portanto um esporte de origem estadunidense do século XIX, se tornou um elemento de certa coesão nacional e símbolo da reconstrução de Hiroshima através

1 Doutor em História (UFRGS) - http://lattes.cnpq.br/4735353561784450 - https://orcid.org/0000-0002-6493-6487 - mariomarceloneto@yahoo.com.br

da percepção de Keiji Nakazawa em sua obra em dois volumes que narra o nascimento do "Hiroshima Carp".

Sendo assim, vale ressaltar que este texto visa analisar a obra de Keiji Nakazawa *Hiroshima Carp: Birth History* como um testemunho sobre a bomba atômica e como o mangá explora o trauma através do esporte do baseball. Meu objetivo é compreender a representação do trauma na obra de Nakazawa, analisando a história, os personagens e o uso do baseball como uma forma de perlaborar o trauma.

Sobre Keiji Nakazawa e o Hiroshima Toyo Carp

Keiji Nakazawa nasceu em 14 de março de 1939, na cidade de Hiroshima, Japão. Cresceu em uma família típica do interior do Japão durante a guerra, segundo seu próprio relato (Nakazawa, 2010), mas sem grandes recursos. O que marcaria profundamente sua vida foi o bombardeio atômico de Hiroshima, em 6 de agosto de 1945, quando Nakazawa tinha apenas seis anos. Esse evento trágico tirou a vida de grande parte de sua família, destruindo também sua cidade natal. Seu pai, duas irmãs e um irmão morreram no ataque, enquanto sua mãe, grávida, sobreviveu, embora tenha sofrido as consequências físicas e psicológicas pelo resto da vida. Pouco tempo após a explosão, sua mãe deu à luz uma criança que morreu de desnutrição, consequência da extrema pobreza que assolou a família após o desastre.

Essas tragédias marcaram Nakazawa de forma irrevogável, sendo o ponto central de sua vida e obra. A experiência do bombardeio e a perda da família foram feridas profundas que ele carregou consigo. Na infância, Keiji encontrou no desenho uma forma de expressar sua dor e trauma. Mesmo enfrentando grandes dificuldades, ele começou a desenhar, enxergando na arte uma maneira de dar voz às suas lembranças e compartilhar com o mundo as atrocidades que vivenciou.

Na adolescência, Nakazawa decidiu seguir a carreira de mangaká, pois acreditava que os quadrinhos seriam uma forma acessível de contar histórias poderosas. Determinado, mudou-se para Tóquio em 1961 com o sonho de se tornar um artista de sucesso. Inicialmente, ele enfrentou muitas dificuldades, sendo rejeitado por várias editoras e precisando trabalhar em projetos comerciais, produzindo mangás de ação e ficção

científica para sobreviver. No entanto, sempre manteve o desejo de contar a sua história de Hiroshima.

Em 1972, após a morte de sua mãe, que sempre foi uma grande inspiração, Nakazawa decidiu finalmente colocar no papel os eventos traumáticos de sua infância. Assim nasceu o mangá *Hadashi no Gen* (*Pé Descalço Gen*), a obra mais importante de sua carreira. Baseado em sua própria vida, o mangá conta a história de Gen Nakaoka, um menino que sobrevive ao bombardeio atômico em Hiroshima e enfrenta as consequências do ataque. O personagem de Gen é uma representação de Nakazawa, e muitos dos eventos da história são tirados diretamente de suas memórias. Publicada inicialmente em uma revista juvenil, *Hadashi no Gen* chamou a atenção por seu retrato cru dos horrores da guerra.

O sucesso do mangá foi enorme, tanto no Japão quanto internacionalmente. A obra foi traduzida para diversas línguas e adaptada para cinema e animação, sendo usada até mesmo em escolas para ensinar sobre os horrores da guerra. O reconhecimento de *Hadashi no Gen* permitiu que Nakazawa continuasse a explorar o tema em outras obras, como *Kuroi Ame ni Utarete* (*Banho de Chuva Negra*), que aborda os efeitos da radiação.

Apesar de sua fama e reconhecimento, Nakazawa se recusava a participar das cerimônias anuais em memória das vítimas da bomba, realizadas em 6 de agosto no Parque Memorial da Paz em Hiroshima. Para ele, esses eventos haviam se tornado políticos e hipócritas, sem representar verdadeiramente as vítimas. O autor em questão acreditava que essas cerimônias serviam apenas a interesses políticos, sem realmente se preocuparem com os sobreviventes. Essa visão política da bomba atômica, tanto como um fator vitimizador do povo de Hiroshima e Nagasaki, quanto o seu uso como forma de silenciar o governo japonês (sobretudo o imperador) por seus crimes é uma pauta constante para Nakazawa e fator determinante para que a principal figura de Hiroshima, reconhecido internacionalmente, não participasse desta cerimônia e rememoração.

Keiji Nakazawa tinha uma paixão especial pelo baseball e pelo time Hiroshima Carp, fundado após a guerra e símbolo da reconstrução de Hiroshima. O time, que frequentemente enfrentava adversidades, representava para Nakazawa uma trajetória semelhante à sua própria

vida, cheia de lutas e vitórias. Nos últimos anos de sua vida, Nakazawa foi diagnosticado com câncer de pulmão, possivelmente causado pela exposição à radiação em sua infância. Ele faleceu em 19 de dezembro de 2012, aos 73 anos, deixando um legado marcado por sua obra-prima *Hadashi no Gen*, uma das mais importantes criações sobre os efeitos da guerra e a resiliência humana.

Importante destacar que embora tenha prometido inicialmente que nunca falaria sobre a bomba, o evento causador da morte de sua mãe, cujos ossos foram completamente reduzidos a pó durante a cremação devido aos efeitos da radiação, fez com que Nakazawa reavaliasse sua postura. Motivado por essa perda, ele criou várias histórias que retratam a dor e a destruição causadas pela bomba, como a série "negra" iniciada com *Kuroi Ame ni Utarete*.

Essas histórias eram carregadas de uma raiva intensa e uma denúncia poderosa contra os que lucraram com a guerra, sendo rejeitadas por várias editoras por seu tom agressivo e crítico. O nascimento de sua filha Keiko, em 1967, marcou uma nova fase em sua vida, e Nakazawa começou a trabalhar incansavelmente em projetos comerciais, enquanto continuava a desenvolver suas narrativas sobre Hiroshima.

O manga "広島カープ誕生物語" (Hiroshima Kāpu Tanjō Monogatari), traduzido como "A História do Nascimento dos Hiroshima Carp", meu principal foco de análise neste texto, tem como tema principal representar a origem e os primeiros anos do time de baseball Hiroshima Carp, um dos clubes mais icônicos do Japão. Publicado originalmente em 1994 e reeditado posteriormente, o manga oferece uma narrativa que mistura elementos históricos com ficção, apresentando episódios e personagens fictícios que contribuem para a criação e desenvolvimento do time.

A história se concentra na década de 1940 e na fundação do Hiroshima Carp em 1949, seguindo o personagem principal, Susumu Daichi, um órfão da bomba atômica. Susumu, junto com seus amigos, se engaja na luta para apoiar e fortalecer o time, que começa sua jornada em condições muito precárias. O manga explora a paixão dos personagens pelo baseball e a importância do time na recuperação e não só material, mas também do espírito da cidade após a Segunda Guerra Mundial e a catastrófica bomba atômica lançada sobre ela.

Os eventos históricos são entrelaçados com episódios fictícios, como as lendas do "home run de corda", o concurso de "arrancar poste" e as "doações de barris", que são campanhas de financiamento coletivos que ocorreram e na obra foram atribuídos a Susumu e seus amigos, adicionando uma camada de dramatização e emoção à narrativa. A trama também abrange a década de 1970, quando o time finalmente alcança seu primeiro campeonato, refletindo a promessa de Susumu e o apoio contínuo de seus companheiros e da comunidade.

Vale refletir um ponto, quando você escuta o nome Hiroshima Toyo Carp, o que vem à mente? Para aqueles familiarizados com o baseball, o time pode evocar imagens de dificuldades financeiras, falta de suporte empresarial e uma história marcada por desafios. Recentemente, o time tem atraído o público feminino, conhecido como "Carp Joshi", como parte de uma estratégia contemporânea para expandir a base de fãs do famoso time de Hiroshima. No entanto, a trajetória dos Carp começou com seu primeiro técnico, Shuichi Ishimoto, que desempenhou um papel crucial na formação da equipe. Ele, que foi um dos idealizadores da icônica cor vermelha, Rutsu, que o time usa. O desenvolvimento dos Carp está intimamente ligado à reconstrução da cidade devastada pela bomba atômica.

Hiroshima sempre teve uma paixão pelo beisebol, produzindo grandes jogadores como Tetsuo Turaoka do Nankai Hawks e Fumio Fujimura do Hanshin Tigers. Antes da guerra, já havia planos para criar uma equipe na cidade. Em 1949, com a transição do baseball profissional de uma liga única para duas (Liga Oriental e Liga Central), os líderes econômicos de Hiroshima reconheceram a necessidade de oferecer entretenimento saudável à juventude, uma vez que a cidade estava completamente dominada pelo crime organizado (máfia) e pelo mercado clandestino que tomou a cidade no pós-bomba atômica.

A ideia de formar o time foi impulsionada por Noboru Tanikawa, um deputado de Hiroshima, e Isao Yamaguchi, um ex-representante de Nagoya. O time foi nomeado Carp entre várias opções como Atom, Black Bear, Rainbow e Pigeon, No entanto foi escolhido a carpa devido à simbologia deste peixe na cultura japonesa (Haruki, 2019). A carpa simboliza progresso, e a cidade de Hiroshima é conhecida por sua

produção de carpas. O castelo de Hiroshima é chamado de "Ritsujō", que se refere a uma carpa, destacando ainda mais a conexão cultural.

Shuichi Ishimoto, membro do time de baseball japonês chamado Koijoen, aceitou o convite para gerenciar a equipe apesar das dificuldades do pós-guerra. Em dezembro de 1946, o time, então conhecido como Greenberg, participou de um jogo importante em Hiroshima que ajudou a restaurar o moral dos habitantes locais. A disputa acirrada contra os Giants (6-7) foi um ponto alto, inspirando esperança na reconstrução da cidade. Neste evento, no mangá de Nakazawa representa-se um êxtase coletivo, uma celebração de uma derrota que tinha gosto de vitória para um povo que vinha sofrendo tanto nos últimos anos.

Entretanto, a situação econômica era difícil. Em 1947, a empresa-mãe do Greenberg, Japan Sangyo Automobile, enfrentou problemas financeiros e parou de operar. Isso complicou a gestão da equipe e a formação da Federação Nacional de Beisebol. Ishimoto, na versão de Nakazawa (1994), era uma pessoa tomada por um senso de responsabilidade em cumprir seus objetivos, com isso, ele fez um esforço notável para transportar os jogadores para Tóquio e de lá manter o time ativo, enfrentando condições adversas e ganhando respeito por sua determinação.

A equipe enfrentou desafios financeiros e logísticos, com uma crescente crise econômica e a iminente dissolução da liga. Ishimoto procurou novos patrocinadores e conseguiu transformar a equipe. No entanto, a Liga Nacional enfrentou um colapso devido a problemas financeiros e administrativos, levando à falência das equipes e ao fim da liga.

Apesar dessas dificuldades, a experiência adquirida durante a era da Liga Nacional ajudou a salvar o agora nomimado Hiroshima Carp, que se tornou uma parte significativa do cenário do baseball japonês. A luta e o legado de Ishimoto, incluindo a tragédia pessoal com a morte de sua segunda esposa, Rouka, devido ao esforço excessivo durante a guerra, mostram seu compromisso com os Carp, uma vez que aposentado e consagrado não precisaria se submeter a um compromisso deste tamanho durante uma tragédia pessoal. Essa atitude é demonstrada como um fator heroico por Nakazawa (1994) e integrou parte fundamental da narrativa

do mangaká em questão e sua visão sobre o baseball em Hiroshima ser parte fundamental da reconstrução e superação do trauma.

Desde o início, o Carp enfrentou graves dificuldades financeiras. A receita dos ingressos era dividida em 70% para o time vencedor e 30% para o perdedor, fazendo com que a receita esperada de 1.100.000 ienes caísse conforme o desempenho da equipe. Sem uma empresa-mãe, o plano inicial de arrecadar 2.500.000 ienes foi reduzido para apenas 1.000.000 ienes. A equipe enfrentou uma crise econômica apenas três meses após o início da temporada, com dificuldades para pagar salários e comprar uniformes e equipamentos (Haruki, 2019). Além disso, teve problemas para pagar a taxa de adesão de 3.000.000 ienes para a Liga Central. A situação foi tão crítica que a equipe precisou evitar o pagamento à Liga e conseguiu um alívio com a ajuda de um político influente.

Em 1951, a crise financeira se agravou e a Liga Central considerou a dissolução da equipe devido à falta de melhora financeira. O Carp tentou encontrar uma empresa-mãe, mas todas as ofertas foram rejeitadas, incluindo propostas da Suntory, Japan Tobacco e Asahi Beer. A equipe enfrentou a possibilidade de dissolução, mas a intervenção de Ishimoto e o apoio dos torcedores garantiram sua sobrevivência. A simbiose entre a liderança de Ishimoto como um carismático esportista do povo e o a população local que mesmo pobre se esforçou em manter o time em pé contrastam com a arrogância e ganância da elite financeira japonesa, sobretudo de Hiroshima, tão criticadas por Nakazawa (1944a). Houveram episódios dramáticos, como jogadores que, sem dinheiro para transporte, foram incentivados a ir a pé para um jogo em Koshien, mas ao final conseguiram viajar com a ajuda do presidente da equipe e dos cidadãos.

A crise financeira persistiu, e Ishimoto teve que se dedicar à arrecadação de fundos, promovendo eventos e vendendo produtos como lápis do Carp. Apesar das dificuldades contínuas, a equipe conseguiu evitar a punição com uma melhora nas vitórias em 1952, alcançando 37 vitórias e 80 derrotas. A introdução do sistema de franquias ajudou a estabilizar as finanças, permitindo que a equipe se beneficiasse da receita de bilheteira.

O Carp reforçou a equipe com jogadores talentosos, e a introdução do sistema de draft em 1965 foi um ponto de virada, permitindo recrutar talentos promissores como Koji Yamamoto e Tetsuo Kinugasa. Em 1975, o Carp conquistou seu primeiro campeonato, marcando o início de uma era de ouro sob os técnicos Koji Kobayashi, Akira Amano e Koji Yamamoto. No entanto, o Carp enfrentou novos desafios com a introdução de FA (Free Agency) e o sistema de draft reverso em 1993, resultando na perda de jogadores-chave e em uma longa fase de dificuldades, conhecida como a segunda era de trevas. A equipe sobreviveu a tentativas de aquisição e mudanças, e a situação começou a melhorar com o retorno de jogadores como Arai e Kuroda em 2007, além da mudança para o Mazda Stadium, que ajudou a aumentar a popularidade e a estabilidade financeira da equipe.

Análise da Obra

"Gen Pés Descalços" é uma outra obra também feita por Keiji Nakazawa, que como um artista que vivia em Hiroshima no ano de lançamento da bomba atômica, narra suas próprias vivências com o bombardeio atômico que devastou a cidade em 1945. Publicada inicialmente em 1973 sob o título original "Hadashi no Gen", a obra segue a trajetória de Gen Nakaoka, um alter ego de Nakaza, que sobrevive ao ataque e enfrenta as adversidades do pós-guerra após perder grande parte de sua família para a explosão.

No enredo, Gen, então aluno do segundo ano do ensino fundamental, testemunha a explosão da bomba atômica enquanto caminhava para a escola. A vida que ele conhecia, embora marcada por dificuldades, é destruída pela bomba, que o mergulha em uma realidade de extrema miséria. O mangá ilustra a vida das crianças durante a guerra e o impacto devastador do bombardeio atômico. A série explora a experiência das crianças no contexto da guerra e do bombardeio, oferecendo uma visão sobre a imensa destruição e o sofrimento que enfrentaram. Keiji Nakazawa utiliza sua própria história para criar uma narrativa que retrata a crueldade da guerra e a importância da paz. Seu trabalho é um poderoso lembrete da devastação causada pelos conflitos e um apelo para a preservação da paz.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o Japão enfrentou desafios significativos, incluindo a escassez de recursos e o recrutamento de jovens para apoiar o esforço de guerra. Medidas como a mobilização de crianças para projetos de construção civil e a evacuação escolar foram tomadas para lidar com a situação. Após o bombardeio atômico, Hiroshima ficou em ruínas, e a reconstrução das escolas e da vida cotidiana foi um processo lento e difícil. As crianças sobreviventes frequentemente enfrentavam a fome e a necessidade de trabalhar para ajudar suas famílias (Conrad, 2010). Órfãos de guerra foram alojados em lares de acolhimento, enfrentando dificuldades adicionais, mas também recebendo apoio de organizações internacionais e programas de adoção moral. Neste contexto é que o baseball vai funcionar como uma figura de escape a esta realidade e uma forma de inclusão social na cidade devastada pelo poderio atômico dos EUA.

O trabalho de Nakazawa, junto com a história das crianças afetadas pela bomba, destaca a resiliência e o sofrimento desses jovens durante e após a guerra. "Gen Pés Descalços" traz uma visão profunda e pessoal do impacto da guerra e serve como um poderoso lembrete da importância de evitar tais tragédias no futuro, diferentemente do mangá sobre a fundação dos Hiroshima Carp que analisaremos aqui.

Anos após a publicação de sua história sobre o jovem Gen, Nakazawa narra o nascimento do time de beisebol de sua cidade. "Hiroshima Carp: Birth History" relata a criação do Hiroshima Carp em 1949-1950, após a devastação da cidade pela bomba atômica. O mangá mostra como o time, apesar de suas dificuldades e derrotas, simbolizou a resiliência e a recuperação da comunidade de Hiroshima. E, como dito anteriormente, através do apoio fervoroso dos residentes e da superação de crises financeiras, o Carp tornou-se um símbolo de esperança e reconstrução para a cidade devastada.

O foco do mangá é destacar a resiliência e a capacidade de recuperação dos moradores de Hiroshima após a devastação da bomba atômica. O personagem Susumu, no mangá, um adolescente órfão da bomba atômica e apaixonado por baseball, é uma clara representação de a luta e da esperança dos sobreviventes, demonstrando a conexão familiar e comunitária que impulsiona a recuperação e o renascimento da cidade e, por consequência, do Japão.

O mangá gerou frutos como o filme "Kattobase! Dreamers — CarpTanjō", uma animação japonesa que estreou no Japão em 22 de janeiro de 1994. Com 86 minutos de duração, consideramos este filme um modelo clássico de animé que apelou para elementos culturais e emocionais, sendo claramente melodramático e voltado exclusivamente para o público japonês e não para o mercado internacional. Dirigido por Yoshinori Kanemori e com roteiro de Hideo Takayashiki e Tatsuhiko Urahata, o filme contou com uma equipe extensa de profissionais, incluindo alguns renomados como Morio Asaka, Satoru Namekawa, Toshio Hirata e muitos outros. A música foi composta por Jun'ichi Kanezaki, e o conceito original, obviamente, de Keiji Nakazawa.

O manga em questão é notável por sua representação fiel e carinhosa da história e da cultura local, além de trazer uma visão comovente sobre a recuperação e o desenvolvimento do Hiroshima Carp, refletindo o impacto do time na vida dos habitantes da cidade e sua importância como símbolo de resiliência e esperança. O mangá em questão foi publicado pela Shōbunsha e é uma obra detalhada que aborda a fundação e os primeiros anos do Hiroshima Carp.

Como visto na imagem, o início do mangá é destinado a falar quase que exclusivamente da bomba atômica, fator explícito para contextualizar o leitor, mas algo que fica subliminar em praticamente todo o restante da obra. Essa menção direta a bomba no início serve para descrever o personagem Susumu como um sobrevivente e órfão da bomba atômica. Além disso, estabelece a destruição de Hiroshima como o palco pelo qual os Carp irão nascer e florescer. Por se passar no início da década de 1950, após a devastação da Segunda Guerra Mundial e a explosão atômica em Hiroshima, emblematicamente o personagem principal, Susumu Daichi, é um órfão que sobreviveu ao ataque e é apaixonado por baseball, ele se junta a seus amigos em partidas locais enquanto sonha com o surgimento de um time profissional na cidade. Quando o Hiroshima Carp é finalmente estabelecido em 1949, a empolgação dos fãs, incluindo Susumu, é algo construído na narrativa do mangá como sublime, um feito inalcançável para um povo que há pouco havia sido vida de uma das armas mais mortais já produzidas.

Imagem 1: A bomba atômica e os Carp (as 4 primeiras páginas)



Fonte: Nakazawa, 1994ª, p. 1-4

Susumu torna-se membro da família de um proprietário de loja de tofu e continua a apoiar o Carp fervorosamente. Vale destacar que a história conta, também, com personagens como Denzo Ota, o proprietário de uma loja de tofu e um grande fã do Carp. Ele é pai adotivo de Susumo e ex-jogador de baseball e enfrenta dificuldades

físicas após um confronto com bandidos. Ele acolhe Susumu como seu filho adotivo e compartilha o amor pelo Carp com ele.

A narrativa é enriquecida pela figura de Ota, uma vez que a relação entre ele e Susumu bem como o romance entre Susumu e a filha de Denzo, traz um tom mais leve e humano à história, contrastando com a intensidade da paixão esportiva que permeia a obra. O manga apresenta um mundo onde a devoção ao Carp transcende os limites da moralidade e da legalidade, mostrando como Susumu e outros torcedores estão dispostos a ir ao extremo para apoiar seu time, como até cometer pequenos delitos, tentar trapacear os soldados americanos para obterem pequenas vantagens (como equipamentos esportivos) para os treinos dos Carp, entre outros fatores.

A obra não se limita a retratar a realidade esportiva; ela também aborda aspectos da vida cotidiana e as dificuldades enfrentadas pelos personagens. O manga utiliza o baseball como uma metáfora para a luta pela superação e o desejo de realização, refletindo a maneira como o esporte pode influenciar e moldar vidas. Em outra via temos a enigmática Mitsuko Ota, que, por sua vez, é a filha de Denzo e a futura esposa de Susumu. Inicialmente frustrada com o fanatismo de seu pai e do seu futuro marido pelo baseball, ela após um tempo vai se juntar à paixão deles e acaba se casando com Susumu depois de uma longa espera, marcada pela promessa de realizar o casamento somente quando o Carp ganhasse um campeonato.

Aqui, percebe-se em Nakazawa uma tentativa de concentrar dois elementos muito fortes de suas narrativas: o cômico, um humor ácido capaz de gerar empatia e até indignação por acontecer em momentos inoportunos, mas que dão uma suavidade a narrativas tensas e intensas de tragédias e superações; discussões políticas sobre como a ocupação dos EUA entre 1945 até 1952 no Japão afetou a vida das pessoas, criando privilégios de algum setor da elite e relegando boa parte da população para a subalternidade e muitos tendo de recorrer a criminalidade e ao mercado clandestino como forma de sobrevivência (Braw, 1991). Isto fica evidenciado no arco em que Denzo é agredido por bandidos devido a crise social de Hiroshima a partir de ações que contextualizam o porquê daquelas pessoas estarem agindo daquela maneira.

Além de sua veia cômica, Nakazawa traz seu teor político para obra mostrando como a pobreza e a falta de estrutura e apoio governamental alimenta o mercado clandestino, o contrabando, o vício em jogos de azar entre outros fatores sociais que explicitam a debilidade social de Hiroshima no período.

Embora o mangá não tenha sido um grande sucesso de vendas inicialmente, ele encontrou uma audiência apaixonada e ganhou reconhecimento ao longo do tempo. A obra foi reeditada em 2014, e sua popularidade ressurgiu especialmente em 2017, quando o Hiroshima Carp conquistou um campeonato após 25 anos, coincidindo com a data de publicação do mangá. Eventos recentes, como o título do Carp em 2017 na Liga Central (Central League) da Nippon Professional Baseball (NPB), também revitalizaram o interesse pelo mangá, que pode ser considerado como uma representação do impacto cultural e emocional do time na cidade de Hiroshima.

O mangá é tão significativo para a cidade de Hiroshima que transcendeu as páginas, virou uma espécie de lenda urbana que culminou no projeto arquitetônico emblemática na frente do estádio onde os Carp jogam. Este projeto é uma realização que rememora o 70º aniversário do bombardeio atômico de Hiroshima, destacando a importância da equipe de beisebol Hiroshima Carp na história local. Localizado na área de Minami-ku, Nishikanie-cho, o projeto foi concebido pelo escritório de design de arquitetura Nagai Takashi e executado pela empresa IKI Corporation. A construção, finalizada em março de 2015, apresenta uma combinação de texturas, incluindo acabamento em massa de modelagem e pintura de envelhecimento que incorpora pregos antigos, além de azulejos e ladrilhos remanescentes da explosão atômica, junto a estátua dos principais personagens do mangá de Nakazawa. A área externa totaliza 206,1 m^2, incluindo áreas verdes.

Imagem 2: A estátua em homenagem aos personagens de Nakazawa



Fonte: https://www.city.hiroshima.lg.jp/uploaded/attachment/27836.pdf

O projeto é notável por sua capacidade de encapsular a história e o espírito de Hiroshima (na visão de Nakazawa (1994)) através de uma combinação compacta de elementos diversos, criando uma cena com forte narrativa e um toque de personalização local. A obra não só oferece uma estética que melhora com o tempo, mas também serve como um testemunho da recuperação de Hiroshima e do nascimento do time de baseball, tendo um impacto significativo na percepção e na memória das gerações futuras.

Imagem 3: Capa do Mangá analisado



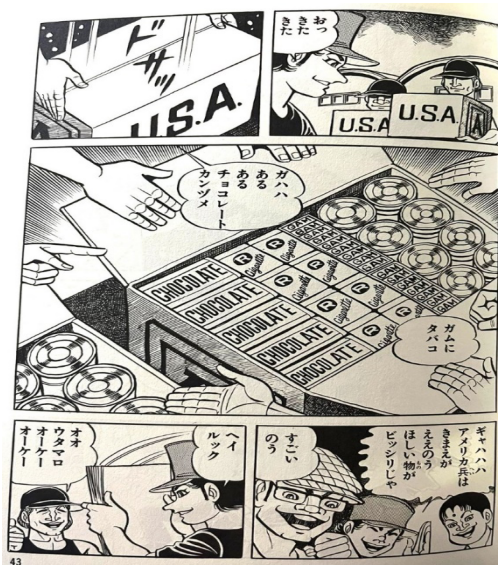
Fonte: Nakazawa, 1994a

A imagem acima é uma das expressões mais evidentes que motivaram a realização desta estátua. Neste monumento, ao exporem a cena clássica da capa do volume 2 com Susumu e seus amigos comemorando uma vitória do Carp, os elementos que compõem o contexto da estátua são formados por tijolos e telhas frutos da destruição causada pela bomba atômica. Estes objetos são elementos de memória, no sentido que aponta Huyssen (2014), importantíssimos que acabam fazendo com que esta estátua seja um ponto de rememoração e reflexão não só de comemoração à obra de Nakazawa, mas sobretudo de celebração da reconstrução de Hiroshima a partir do esforço coletivo gerado pela paixão aglutinadora que o esporte pode gerar

No entanto, a crítica ao manga aponta para um foco excessivo nas dificuldades financeiras enfrentadas pelo time durante a narrativa. Embora o retrato da luta do clube e das adversidades enfrentadas seja fiel à realidade histórica, pode-se considerar que a ênfase repetitiva nesses aspectos pode desviar a atenção das partes mais inspiradoras da história. Essa abordagem pode levar a uma sensação de monotonia em partes do enredo, o que pode desagradar aqueles que buscam uma narrativa mais equilibrada entre os desafios e as conquistas. Essa abordagem aos

problemas financeiros evidencia as críticas de Nakazawa ao governo colaboracionista japonês em relação aos EUA e a política estabelecida pelo Quartel-General Supremo das Forças Aliadas no Extremo Oriente (Supreme Commander for the Allied Powers, SCAP).

Imagem 4: Susumu conquistando "prêmios" dos soldados estadunidenses



Fonte: Nakazawa, 1994, p. 38

Além disso, a obra é notável por sua autenticidade histórica, mantendo-se fiel aos eventos reais e às dificuldades enfrentadas pelo Hiroshima Carp. Apesar das críticas sobre a repetição de certos temas, a pesquisa cuidadosa e a precisão na representação dos eventos são amplamente apreciadas. A narrativa não apenas fornece um olhar íntimo sobre a evolução do time, mas também destaca a importância cultural e simbólica do Hiroshima Carp para a comunidade local, elevando o manga além de uma simples história esportiva para se tornar um tributo à perseverança e ao espírito comunitário. Os mangas de Nakazawa costumam ser militantes, no melhor sentido que o termo pode ter, buscam colocar o protagonismo no povo e nos anônimos, possui uma

acidez crítica, ao *status quo* sobretudo ao governo japonês e ao domínio dos EUA sobre o país nipônico. E neste, isto não foi diferente.

Hiroshima Após a Bomba: Uma Cidade em Ruínas

Após a Segunda Guerra Mundial e a devastadora explosão da bomba atômica, Hiroshima enfrentou um impacto psicológico e social profundo. A cidade foi arrasada, e as suas cicatrizes foram visíveis em cada aspecto da vida cotidiana. A perda de vidas e a destruição generalizada deixaram uma marca indelével na memória coletiva e na psique dos sobreviventes. No entanto, a fundação do Hiroshima Carp em janeiro de 1950 emergiu como um símbolo crucial de esperança e recuperação.

O trabalho de Nakazawa está profundamente em sintonia com as teorias de memória de Paul Ricoeur e a perlaboração do trauma discutida por Dominick LaCapra (1999) Uma vez que narrar o passado traumático permite enfrentá-lo de forma crítica e entender que a dor tem um contexto e um sentido, faz que o passado no qual o trauma ocorreu fique onde devia, no passado e traga para o presente somente a dor deste trauma, mas não seu peso de continuar repetindo em constante sofrimento.

Já Paul. Ricoeur (2007), por sua vez, vê a memória como um processo dinâmico de reconstrução do passado, onde a memória não é uma reprodução fiel dos eventos, mas uma interpretação que reflete a complexidade da experiência humana. Nakazawa faz exatamente isso ao criar uma narrativa que mistura ficção e realidade, permitindo uma reflexão profunda sobre o impacto do trauma e a reconstrução da história. Sua obra exemplifica a memória narrativa, onde o passado é reconstruído e reinterpretado através do significado atribuído a ele. Não é a busca pela veracidade, é a aporia de ser fidedigno que permite a memória, na visão de Ricoeur, ter sua legitimidade. E, neste sentido, a narrativa de Nakazawa é extremamente fidedigna e te permite ao leitor vibrar e se indignar de acordo com os eventos narrados.

"Hiroshima Carp: Birth History" vai além da mera criação do time de beisebol; ele explora a resiliência e a recuperação da cidade. Nakazawa utiliza o esporte e o apoio comunitário como metáforas para a recuperação emocional e a reconstrução da cidade, simbolizando a força da união em momentos de crise. Através de sua narrativa, ele

convida os leitores a refletir sobre a capacidade humana de recuperação e a importância da memória como ferramenta de cura e compreensão. A obra destaca como, mesmo diante da tragédia, o espírito humano pode se elevar e construir um futuro mais brilhante. A integração de memórias pessoais e coletivas com elementos ficcionais e reais permite uma reflexão poderosa sobre a transformação e a recuperação humanas, sublinhando a importância de enfrentar perlaborar o trauma para construir um futuro melhor.

Através da sua narrativa, Nakazawa não apenas recorda os horrores da bomba atômica que devastou Hiroshima, mas também destaca as lutas coletivas e as glórias sociais que emergiram dessa tragédia. Esta dualidade entre lembrar a dor e celebrar a resistência é uma manifestação daquilo que Paul Ricoeur (2007) chamou de memória obrigado, em que sugere que o ato de recordar não é meramente uma revisão do passado, mas uma construção que permite uma nova compreensão das experiências vividas, seja de forma social ou até mesmo imposta, como por políticas estatais ou por pressão de determinados grupos sociais. Nakazawa não fala em nome dos sobreviventes de Hiroshima, mas capitania uma voz dos subalternos da cidade capaz de encontrar na sua narrativa uma identificação. No entanto, sua narrativa é muito mais uma exorcização e uma possibilidade de enfrentar seu passado traumático do que uma obra militante que busca a conscientização sobre este tema.

Ao pensarmos a importância da perlaboração do trauma como um processo que envolve não só a lembrança dos eventos traumáticos, mas também a possibilidade de transformação a partir deles, Lacapra (1999) nos alerta para algo muito comum na obra aqui analisada. O esporte permite uma aglutinação social e uma luta em prol de uma causa que não só sua prática, mas sua estruturação e o senso desenvolvido que a cidade financia o time dá a sensação de pertencimento que é fundamental para a obtenção de uma estrutura de superação da dor por meio da convulsão social coletiva gerada. No entanto, isso, como aponta Freud (1994), é fugaz, acaba rápido e se o trauma não for enfrentado voltará com muito mais força.

Além das reflexões de Ricoeur e LaCapra, a obra de Nakazawa pode ser analisada à luz das ideias de autores como Judith Herman, que enfatizou a importância da narrativa na cura do trauma. Herman

(2015) aponta que a narrativa não apenas documenta o sofrimento, mas também pode promover a cura, ao possibilitar que os sobreviventes compartilhem suas experiências e reconstruam suas identidades.

A escolha de Nakazawa em focar no beisebol como um veículo para essa perlaboração do trauma é significativa. O beisebol, um esporte profundamente enraizado na cultura japonesa, representa tanto a luta individual quanto a colaboração coletiva, refletindo a própria experiência do povo de Hiroshima. Ao apresentar a história dos Hiroshima Carp, Nakazawa oferece um espaço para que os leitores sintam a dor do passado, ao mesmo tempo em que celebram a força e a resistência que surgiram em resposta a essa dor. Assim, sua obra não é apenas uma recordação do trauma, mas um convite à reflexão sobre como a memória pode ser uma força transformadora, capaz de transformar experiências dolorosas em um legado de esperança e resiliência.

Dessa forma, a narrativa de Nakazawa é um testemunho de como a memória e o trauma podem ser perlaborados por meio de formas coletivas de celebração e resistência. O beisebol, nesse contexto, torna-se não apenas um jogo, mas um símbolo de recuperação e uma plataforma para a reconexão com a identidade coletiva de Hiroshima. Através dessa abordagem, Nakazawa nos lembra que, embora o passado traga dor, também oferece oportunidades para a reconstrução de narrativas que promovem a cura e a solidariedade.

A importância do trabalho de Nakazawa reside na sua capacidade de transformar um evento traumático em uma narrativa que ilumina a experiência coletiva e individual do pós-guerra. Ao integrar o esporte e o apoio comunitário como elementos centrais, Nakazawa sublinha a importância de lembrar o passado não apenas para compreender o sofrimento, mas também para valorizar a capacidade humana de recuperação e renovação. Indo ao encontro do que fala Hayden White (2018) e utilizando a história para fins práticos, para construir um passado que nos permita conviver harmoniosamente com o trauma. A obra se torna um testemunho crucial sobre os horrores da bomba atômica e um apelo para a construção de um futuro mais pacífico, enfatizando que o passado deve ser preservado e estudado para evitar a repetição de tais tragédias.

Além disso, "Hiroshima Carp: Birth History" levanta questões profundas sobre a guerra, a violência e o trauma. Através da narrativa do time de beisebol e da reconstrução de Hiroshima, Nakazawa oferece um espaço para reflexão sobre o impacto duradouro da violência e a importância de encontrar esperança e força em momentos de crise. A obra não apenas documenta a recuperação de uma cidade devastada, mas também desafia os leitores a considerar como a memória e o entendimento do passado podem moldar um futuro mais harmonioso.

Por isso, afirmamos que o mangá de Nakazawa serve como um poderoso catalisador para a discussão sobre a natureza do trauma e a busca pela esperança, oferecendo uma visão profunda e significativa sobre a capacidade humana de superar adversidades e construir um amanhã melhor.

Referências

BRAW, Monica. **Atomic Bomb Suppressed**: American Censorship in Japan 1945-1949. New York: M.E. Sharpe, 1991

CONRAD, Sebastian. **The quest for the lost nation**: writing history in Germany and Japan in the American century. Berkley: University of California Press, 2010

FREUD, Sigmund. Recordar, Repetir e Elaborar: Novas Recomendações Sobre a Técnica da Psicanálise II. **Jornal de Psicanálise da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo,** vol. 27, n. 51, 1994.

HARUKI, Hori. **Zumusuta, honjitsu mo man'inorei! Hiroshima Tōyō Kāpu no Kenkyū.** Hiroshima: Tokyo: Mainichi Shimbun Shuppan, 2019. (ズムスタ、本日も満員御礼! 広島東洋カープの研究 - Mais uma vez casa cheia no Zoom-Zoom Stadium! Um estudo sobre o Hiroshima Toyo Carp)

HERMAN, Judith L. **Trauma and Recovery**: The Aftermath of Violence--From Domestic Abuse to Political Terror. New York: Basic Books, 2015.

HUYSSEN, Andreas. **Culturas do Passado-Presente**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

LACAPRA, Dominick. Trauma, Absence, Loss. **Critical Inquiry**. Vol.25, n.4, p.696-727, 1999.

NAKAZAWA, Keiji. **Hiroshima: The autobiography of Barefoot Gen.** New York: Rowman & Littlefield, 2010.

NAKAZAWA. Keiji. **Hiroshima-ryoku tanjō monogatar– Vol. 1**. Hiroshima: Chugoku Shimbun, 1994. (広島力 誕生物語 - História do nascimento do Hiroshima Carp)

NAKAZAWA. Keiji**. Hiroshima-ryoku tanjō monogatar– Vol. 2**. Hiroshima: Chugoku Shimbun, 1994a. (広島力 誕生物語 - História do nascimento do Hiroshima Carp)

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

WHITE, Hayden. O passado prático. **Artcultura**, vol. 20, n. 37, 2018, p. 9 - 19.

História Local: suas escritas e suas práticas

CURANDEIRISMO, MILENARISMO E VIOLÊNCIA EM TANDIL (ARGENTINA, 1872)

Fabian Filatow[1]

Introdução

A análise aqui desenvolvida está direcionada para um acontecimento local ocorrido na cidade de Tandil, na Argentina do século XIX. Antes de avançarmos sobre o fato em si e seus desdobramentos, acreditamos ser conveniente esclarecer como estamos pensando o local. Fazendo uso das reflexões de José D'Assunção Barros, temos "na História Regional ou na História Local, a região, o local – ou o espaço mais específico, enfim – são trazidos de fato para o centro da análise" (Barros, 2017, p. 169). Na História Local o lugar ocupa uma posição importante no cenário da análise historiográfica a ser empreendida (Barros, 2017, p. 169). Neste sentido, "o lugar não é mais apenas um mero local, mas sim um mundo que coloca em jogo as suas próprias regras" (Barros, 2017, p. 170). Geograficamente podemos nos referir ao local como um ponto delimitado por coordenadas geográficas. "Mas um lugar precisa ser nomeado, pressentido por alguém como dotado de uma

1 Pós-Doutorado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor de História na Rede Municipal de Ensino da Prefeitura Municipal de Esteio (SMEE) e na Rede Estadual do Rio Grande do Sul (SEDUC-RS). Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/9807406041359578. E-mail: fabianfilatow@gmail.com

singularidade. O lugar é o local que adquiriu visibilidade para alguém, porque investido de certos significados." (Barros, 2017, p. 170-171) Partindo desta concepção, identificamos o caso de Tandil, um espaço geográfico dentro de limites políticos, porém os crimes o tornaram um lugar singular, colocando-o no centro das discussões. As mudanças que estavam em implantação no decorrer do século XIX na Argentina, como o projeto de nação e de civilização – no qual a imigração teve papel relevante –, estavam presentes em diferentes regiões do país. Porém, em Tandil, o local tornou-se singular justamente por ser o palco de reações únicas frente a tais mudanças. Assim, o "lugar é o espaço ao qual foram agregados novos níveis ou camadas de sentidos" (Barros, 2017, p. 171).

Em suas reflexões, Barros recorre ao geógrafo sino-americano Yi-Fu, autor da obra *Espaço e lugar: uma perspectiva humanista* (1979), o qual declara que o lugar é "uma entidade única, um conjunto especial que tem história e significado, […] uma realidade a ser esclarecida e compreendida sob a perspectiva das pessoas que lhe dão significado." (apud. Barros, 2017, p. 171)

Assim, temos que

> Uma história, entre outros adjetivos, será uma História Local no momento em que o "local" tornar-se central para a análise, não no sentido de que toda história deve fazer uma análise do local e tempo que contextualiza seus objetos (o que é pressuposto de toda História), mas no sentido de que o "local" se refere aqui a uma cultura ou política local, a uma singularidade regional, a uma prática que só se encontra aqui ou que aqui adquire conotações especiais a serem examinadas em primeiro plano. Pode-se dar ainda que, na História Local, o local se mostre como o próprio objeto de análise, ou então que se tenha em vista algum fator mais transversal à luz deste "local", desta "singularidade local" (Barros, 2017, p. 172, destaques no original).

Assim sendo, tanto a região quando o local configuram-se numa construção do(a) historiador(a). Os limites administrativos que delimitam um espaço não necessariamente devem ser restritivos para uma História Local. Este lugar será constituído a partir dos problemas elencados pelo(a) historiador(a).

Enfim, não é só o fato, nem simplesmente o artifício, devemos conceber a região e o lugar como *artefato*. "A palavra arte vem do latim *ars*, que significa talento, saber fazer, e que inicialmente estava associada

à técnica, ou seja, ao que é do domínio humano, social, ao artificial. Artefato, mais literalmente, significa o que é feito com arte, um produto da cultura" (Haesbaert, 2010, p. 111). A definição do espaço que será objeto de nossas pesquisas – lugar ou região – é um produto da cultura e este não pode ser negligenciado pelo(a) pesquisador(a)[2].

Partindo do que foi apresentado acima, é necessário oferecer uma breve compreensão da Argentina do século XIX para, assim, avançarmos nos estudos sobre os acontecimentos de Tandil. Ao longo do século XIX a Argentina vivenciou a implantação de um projeto de nação e de civilização no qual os povos nativos do sul do país não estavam inseridos[3]. Os territórios indígenas eram concebidos como desertos, ou seja, estes estavam abertos para serem ocupados pela marcha civilizatória[4].

Neste contexto, a imigração desempenhou um importante papel além de estar relacionada com os crimes ocorridos em Tandil no ano de 1872. Outras mudanças também podem ser destacadas: alterações na economia local, a ampliação da criação de ovelhas e a consequente indústria da lã; a participação dos imigrantes na política local e o conflito entre a medicina científica e os processos de cura tradicionais.

O exemplo das epidemias que assolaram a Argentina no século XIX contribuem para compreendermos estas mudanças. Em 1851, Urquiza[5], autorizou a livre ação destes curandeiros diante da escassez

2 Estamos cientes do debate historiográfico sobre História Regional e História Local, sobre região e o local. Por motivo de espaço deste texto e seus objetivos específicos, não iremos nos aprofundar nesta discussão. Para um aprofundamento sobre este debate indicamos: Fernández; Corte (2005); Carbonari (1991); Priori, (1994); Silva, (1990); Silveira, (1990); Viscardi, (1997). Donner (2012). Referências completas no final do artigo.

3 Cf. Passetti, 2012. Nesta obra o autor dedica-se ao estudo das guerras de extermínio e as habilidades dos indígenas do sul da Argentina ao lidarem com as novas situações que lhes eram impostas.

4 Entre os anos de 1810 e 1850 existiu um projeto de expansão da fronteira Argentina em direção ao sul. Neste processo muitos indígenas refugiaram-se na região da patagônia argentina. Uma segunda etapa ocorreu a partir da década de 1870. Segundo Lenz, "A expansão territorial que moldou o atual espaço argentino é, sem dúvida, uma das partes mais interessantes da história econômica da Argentina. No século XIX, por volta dos anos 70 e 80, o sul da Província de Buenos Aires estava ocupado pelos indígenas, e a sua expulsão e a consequente apropriação dessas terras para atividades produtivas entraram para a literatura com a denominação de Campanha do Deserto ou La Conquista del Desierto." (2004, p. 565)

5 Justo José de Urquiza y García (nasceu na província de Entre Ríos, no dia 18 de outubro de 1801. Faleceu em 11 de abril de 1870, assassinado no Palácio San José, na cidade de Concepción del Uruguay). Foi um general militar e político. Foi presidente do país entre 1854 e 1860. Para maiores informações biográficas acesse: https://elhistoriador.com.ar/justo-jose-de-urquiza/ (acesso em 15/06/2024)

de médicos na província de Entre Rios, em especial no campo. Esta informação é relevante, porque Solané foi encarcerado e logo expulso da cidade de Azul, por denúncias que provinham especialmente do médico de polícia, contra o "exercício ilegal da medicina"[6].

Assim, quando ocorreram as epidemias de varíola, cólera e febre amarela na Argentina[7], os curadores empíricos, ou seja, aqueles que praticavam curas fazendo uso de ervas e orações sem possuir uma formação oficial na área da medicina, estavam presentes atendendo a comunidade. Porém, num curto espaço de tempo, seu lugar social começou a ser restringido e, por fim, negado.

Na sequência, apresentaremos uma breve revisão historiográfica. Em seguida, o desenvolvimento dos fatos ocorridos que resultaram nos crimes de Tandil.

A historiografia e os crimes de Tandil

No artigo *Inmigración, etnicidad y xenofobia en la Argentina: la masacre de Tandil* (1998), a historiadora argentina Clara Eugenia Lida abordou a imigração, a etnicidade e a xenofobia como causas para os crimes ocorridos em Tandil. Destacou a presença do milenarismo. Segundo a autora, o imaginário *gaucho* interpretava que somente com o extermínio dos estrangeiros seria permitida a realização da utopia milenarista nos pampas argentinos. Este novo tempo colocaria fim aos cercamentos das terras, ao capitalismo agroexportador e cessaria a imigração europeia massiva. Lida identificou a origem do movimento na luta das províncias contra o centralismo de Buenos Aires, dando-lhe um caráter político.

O historiador inglês John Lynch, na obra *Massacre en los pampas: la matanza de inmigrantes en Tandil, 1872* (2001), analisou os assassinatos dos imigrantes em Tandil. A obra pode ser dividida em três eixos temáticos: na primeira parte o autor apresentou a situação do imigrante na Argentina desde o período colonial até o século XIX. Este olhar contribui para localizarmos o processo imigratório ao longo da história Argentina. Lynch estudou o acesso à terra e as relações entre nativos

6 "Gerónimo de Solané, el Tata Dios, había realizado curas milagrosas en Azul y en Rosario y se proclamaba a sí mismo salvador de la huamnidad." (Liscia, 2022, p. 242)

7 Para um olhar comparativo entre Buenos Aires e Rio de Janeiro no contexto da Febre Amarela na década de 1870, indicamos: Rodrigues, 2012.

e estrangeiros. No segundo eixo da obra é analisado o massacre dos imigrantes ocorrido em Tandil. No terceiro, apresentou a Argentina do final do século XIX da perspectiva britânica, analisando o massacre de Tandil do ponto de vista da diplomacia inglesa no Rio da Prata. O autor estudou os usos e costumes dos imigrantes, os lugares ocupados por eles na sociedade argentina, bem como sua presença na política.

Outra linha de análise vincula a imigração com o milenarismo, identificando os imigrantes como causa dos problemas sociais vivenciados pelos nacionais em Tandil. Nesta perspectiva temos a obra intitulada *El Tata Dios: milenarismo y xenofobia en las pampas* (2008), do historiador argentino Juan José Santos. O autor estudou a figura de Tata Dios (Gerónimo de Solané). Santos desfaz o mito da harmoniosa convivência entre nacionais e estrangeiros, recuperando a noção de conflito no processo imigratório argentino.

Também fazendo uso do milenarismo o trabalho do historiador argentino Juan Pablo Bubello. No artigo intitulado *Magia, milenarismo y represión judicial en una sociedad de frontera del norte patagónico: el juicio a Gerónimo Solané (1871-1872)* publicado em 2008, dedicou-se ao estudo da magia na Argentina. Para dar conta da proposta analisou o julgamento de Gerónimo de Solané.

Lorenzo Macagno, argentino graduado em antropologia, mestre e doutor em sociologia, produziu a pesquisa *Mesianismo y ruptura: el movimiento del Tata Dios Solané en Tandil, 1872* (1993). O trabalho foi publicado com o título *Apocalipsis al sur: una protesta contra inmigrantes en el "desierto" argentino"* no ano de 2002. Neste estudo fez uso do messianismo como linguagem para compreender os crimes de Tandil. Analisou os perfis de alguns personagens, dentre os quais Geronimo de Solané, sua trajetória da prática de cura até seu assassinato.

No artigo *La matanza de los inmigrantes en Tandil de 1872. Un Estado Nacional no consolidado* (2007), Nahuel Oddone[8] e Leonardo Granado[9] partiram da perspectiva do Estado Nacional e da análise histórico-econômica para construir suas bases explicativas para o estudo

8 Nahuel Oddone é licenciado em Relações Internacionais (Universidad del Centro de la Provincia de Buenos Aires, Argentina). Mestre em Direito da Integração Econômica pela Universid del Salvador (Argentina) em convênio com a Universidade Paris I, Sorbone (França).

9 Advogado, Universidad de Belgrano, Argentina. Mestre en Direito da Integração Econômica pela Universid del Salvador (Argentina) em convênio com a Universidade Paris I, Sorbone (França).

dos crimes de 1872. Inseriram os assassinatos no contexto do Estado Nacional argentino, que, segundo os autores, ainda não se encontrava consolidado.

Marcelino Irianni, historiador argentino, no artigo *Mariposas en la tormenta. La matanza de extrajeros en un valle pampeano, Tandil, 1872* (2017), listou a imprensa e documentos sobre o acontecimento.

Cláudio Pereira Elmir e Marcos Antônio Witt, historiadores brasileiros, são os autores do capítulo intitulado *Viva la religion!, Mueran los masones!, Viva Jacobina: o massacre de imigrantes na Argentina (1872) e no Brasil (1874)* publicado no Brasil em 2018. Realizaram um estudo comparativo entre os atos de violências cometidos contra imigrantes na Argentina e no Brasil, analisando os crimes de Tandil e os Mucker, respectivamente. O trabalho é uma discussão historiográfica entre a obra de Lynch (2001) e obras que estudaram os Mucker.

A medicina popular e o curandeirismo foram os fios condutores da pesquisa efetuada pela historiadora argentina Astrid Dahhur. No estudo intitulado *Medicina popular y medicina occidental racional. ¿Contradictorias o complementarias? Un estudio de caso de curanderismo en el Tandil de las postrimerías del siglo XIX* (2012) a autora analisou o curandeirismo e sua relevância para compreendermos o caso de Tandil.

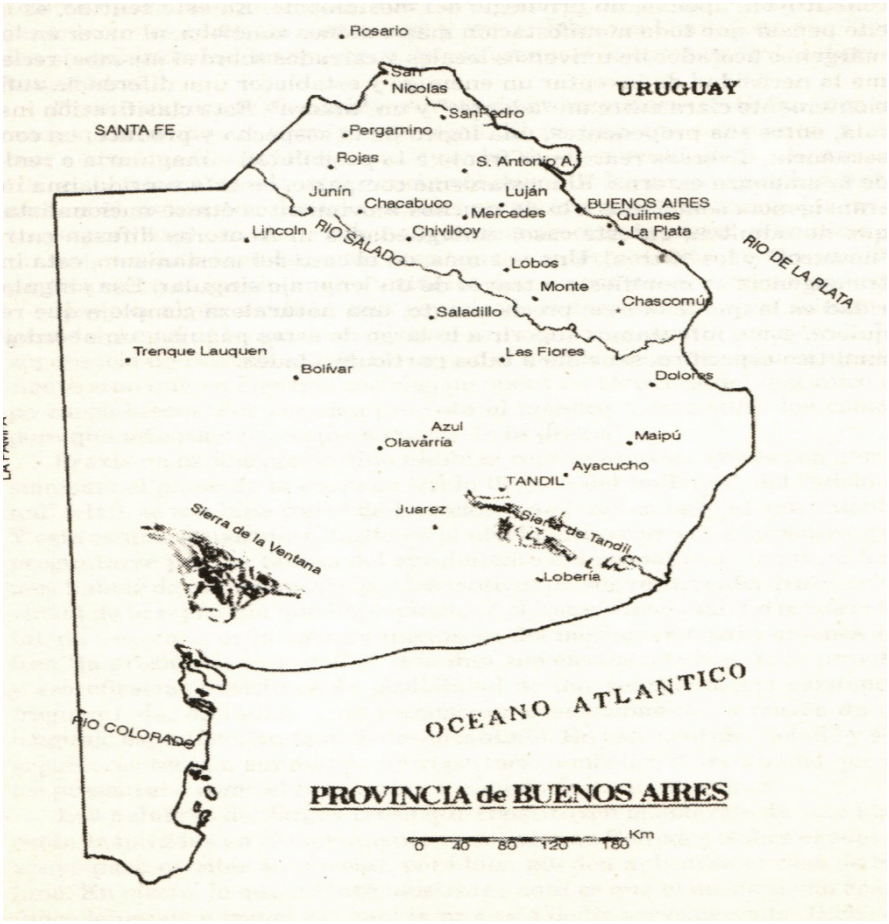
As obras do historiador argentino Hugo Nario nos permitem acessar documentos que foram transcritos. Dentre as obras do autor temos: *Los crímenes del Tandil, 1872* (1983) na qual o autor reuniu documentos relevantes para quem estuda os acontecimentos de Tandil. Em *Tata Dios, el mesias de la ultima montonera* (1976), realizou um estudo sobre o contexto e as mudanças que vinham sendo gestadas na Argentina. Em *Tandil: história abierta* (1995), Nario realizou um estudo geral sobre a história de Tandil.

No rastro de Tata Dios e os crimes de Tandil

Tandil é uma cidade localizada no sul da província de Buenos Aires. Sua origem está associada com a expansão da fronteira Argentina do século XIX. Em 1823 iniciou os preparativos militares para a marcha civilizatória rumo ao sul. Em 04 de abril de 1823 foi fundado o Fuerte Independencia. Seu objetivo era conter os *malones* indígenas. Com sua construção teve origem a cidade de Tandil.

No mapa a seguir, podemos localizar espacialmente a referida cidade de Tandil inserida na Província de Buenos Aires. Para fins de localização, a cidade de Tandil está localizada, aproximadamente, a uns 300 km de Buenos Aires. A cidade de Azul fica próxima a Tandil.

Mapa 1: Localização geográfica de Tandil na Provincia de Buenos Aires



Fonte: Macagno, 2002, p. 132.

Em 1840 foi designado o primeiro juiz de paz para a cidade. Autoridade criada nos tempos de Juan Manoel de Rosas[10], era o encarregado de assumir, nestes pequenos povoados, o governo, a polícia e a justiça. Juan Adolfo Figueroa foi designado como juiz de paz de Tandil em 1869. Figueroa possuía importantes extensões de terras na região (Nario, 1976). Ele estava no cargo durante os acontecimentos de 1872. Ramón Gómez, também dono de terras, integrou a primeira Comissão Municipal de Tandil em 1856. Gómez hospedou, em sua estância, Geróme de Saloné, dando-lhe proteção.

No dia 1º de janeiro de 1872 um grupo de pessoas assassinaram estrangeiros em Tandil. A violência foi praticada contra imigrantes ali residentes, entre os quais homens, mulheres e crianças (Santos, 2008). O grupo que praticou os atos de violência seriam seguidores de Gerónimo de Solané, conhecido curandeiro e profeta. Por suas práticas de cura era nomeado pela população como *Tata Dios* e, segundo a crença, poderia realizar curas com a imposição das mãos (*manosanta*). Fazia uso de ervas para fins medicinais, conhecimento que provavelmente estava inserido numa longa tradição de curandeirismo presente na Argentina do século XIX (Dahhur, 2012; Macagno, 1993).

Segundo a historiografia, Gerónimo de Solané acumulava problemas judiciais em diferentes localidades. Sua chegada em Tandil ocorreu por intermédio de Ramón Gómez. Sua esposa sofria com dores de cabeça. Assim, no final de 1871, o estancieiro mandou buscar o curandeiro que se encontrava encarcerado na cidade de Azul por exercício ilegal da medicina.

> (...) Gómez invitó a Solané a transladarse a su estancia para que pudiera tratar su esposa. El médico aceptó y pocos días más tarde, acompañado

10 Juan Manuel de Rosas (Buenos Aires, Argentina, 1793; Swathling, Inglaterra, 1877). Importante fazendeiro da província de Buenos Aires. Era chefe da facção federal num país que, apenas terminado o ciclo das lutas pela emancipação, ingressa numa fase de prolongados conflitos internos que ficaram denominados de "anarquia dos anos 20". A oposição tratava-se entre os partidários de uma organização político-institucional centralizada (unitários) e os grupos empenhados na consolidação de um regime baseado na autonomia dos estados provinciais (federais). Neste cenário de instabilidade que perdura por toda a década de 1820, Rosas assume pela primeira vez o governo da província de Buenos Aires em 1829, permanecendo no cargo até o ano de 1832. Volta ao mesmo cargo em 1835. Sua gestão somente seria interrompida em 1852, quando foi derrotado na batalha de Caseros pela coalizão argetino-uruguaio-brasileira comandada por Justo José de Urquiza, então governador da província litorânea de Entre Rios. Após ser derrotado, Rosas exilou-se na Inglaterra.

> por sus asistentes y algunos pacientes, instaló su hospital en el puesto La Rufina, perteneciente a la estancia La Argentina (Santos, 2008, p. 141)

Após a a solicitação, Solané obteve a liberdade e dirigiu-se para Tandil, chegando na cidade entre os dias 16 e 17 de novembro de 1871. Estabeleceu-se na estância La Argentina, que era de propriedade de Ramón Gómez e lá instalou um posto médico para atender a todos que o procuravam.

Partindo da fazenda Peñalverde, na madrugada do dia 1º de janeiro de 1872, um grupo de 48 *gauchos* armados de lanças e facas[11] se dirigiu para Tandil. Ao chegarem na parte central da cidade o grupo se dirigiu para a praça e correndo pelas ruas gritavam *¡Viva la religión, mueran los gringos y masones!*.

No itinerário percorrido pelo grupo agressor muitas pessoas foram assassinadas. Esta informação pode ser conferida na tabela a seguir:

Tabela 1: Vítimas

Nacionalidades	Quantidade
Franceses	16
Espanhóis	10
Britânicos	3
Italianos	2
Nacionais (vítimas de uma identificação equivocada)	5
Total	36 vítimas.

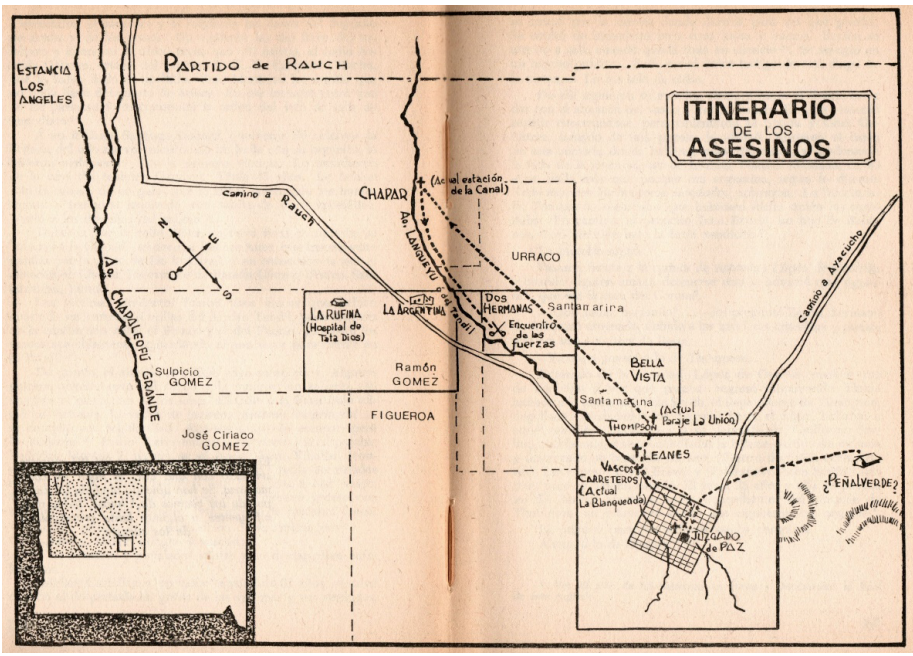
Fonte: Linch, 2001, p. 123. Tabela organizada pelo autor.

No mapa a seguir, podemos visualizar o percurso percorrido pelo grupo agressor. E mais, no mesmo documento, consta assinalado com uma cruz os locais onde foram cometidos alguns dos assassinatos. É possível, igualmente, localizar a fazenda La Argentina e o hopital de

11 O número de envolvidos nos crimes oscila na historiografia. Em algumas obras são mencionados 48 e em outras 50 pessoas.

Geromé de Solané instalado em La Rufina. E o local de saída do grupo, Piñal Verde.

Mapa 2 - Itinerário dos crimes



Fonte: Nario, 1976, p. 104 – 105. Os locais assinalados com uma cruz representam onde ocorreram os assassinatos.

Poucas são as informações disponíveis sobre as vítimas. Apenas para efeito demonstrativo, mencionaremos algumas vítimas, algumas informações pessoais e suas respectivas atividades econômicas e condições sociais[12].

12 Para fins de obter dados quantitativos para pensarmos a sociedade de Tandil, temos a informação do censo de 1869: "Los historiadores Eduardo Míguez y Norberto Álvarez estudiaron la estructura ocupacional de Tandil en 1869 con la información proporcionada en el censo de población de aquel año. Franceses y españoles – la mayor parte procedentes de las regiones vascas – representaban más del sesenta por ciento de los registrados como comerciantes o a cargo de casas de negocio como hoteles, fondas, almacenes, panaderías y establecimientos" (Santos, 2008, p. 107).

> Sólo uno de los asesinatos se produjo en el pueblo. Fue el de Santiago Imberti. Este organillero italiano regresaba de amenizar una reunión y transitaba en las inmediaciones de la plaza en el momento que se produjo el asalto al juzgado. Como consecuencia del terrible golpe que le fracturó la cabeza falleció pocos días más tarde. Las restantes víctimas eran carreteros y comerciantes con sus famílias y peones. Todos eram extranjeros cuyas actividades se relacionaban con el transporte o la comercialización. Nada indica que comulgaran con los ideales de la masonería. (...) Su condición social tampoco era diferente, con la probable excepción de la familia del matrimonio de Juan Chapar y María Fítere, dos vasco-franceses de treinta y treinta y dos años, respectivamente. Su establecimiento, que en algunas fuentes es mencionado como Chapar y Cía., cubría distintos ramos, panadería, expendio de comidas y bebidas y servicio de alojamento. (...) El lugar funcionaba también como posta, lo que contribuía a que fuera conocido en la zona. (...) Los vascos, Antonio García y Vicente Leanis (...) El primero fue uno de los carreteros asesinados mientras acampaba en las orillas del arroyo de Tandil. Era propietario de una de las tropas y de un terreno de quinta en la traza del pueblo. (...) Vicente Leanis, asesinado junto a su peón Juan Zanchi, era un pulpero de condición más modesta aún. (...) Similar posición social tenía el escocés Willian Gibson Smith. Estaba al frente de un pequeño almacén. Allí fue asesinado junto a Hellen Brown, con quien había contraído matrimonio apenas unos meses atrás, poco después del arribo de la joven procedente de Inglaterra. Otro que perdió la vida allí fue el joven dependiente, William Stirling, también escocés (Santos, 2008, p. 106 - 108).

O recrutamento era realizado por Jacinto Pérez. Os recrutados, em cumprimento das profecias, deveriam matar os inimigos da religião. Segundo a historiografia, Jacinto Pérez também praticava o curandeirismo, mas não com a mesma popularidade que Gerónimo de Solané. Jacinto Pérez teve participação direta nos crimes. A imprensa da época insistiu em atribuir a prédica apocalíptica dos eventos a Solané. Porém, foi Jacinto Pérez que exerceu a divulgação apocalíptica e insistiu que Gerónimo de Solané seria um enviado de Deus.

Depois da ocorrência dos crimes em Tandil, a imprensa publicou diferentes versões sobre as origens e andanças de Geromé de Solané. Segundo a publicação do jornal *El Nacional* de 8 de janeiro de 1872, Solané seria chileno de origem. Teria estado em Rosário (Argentina) e andando por algumas cidades fronteiriças. Devido a um homicídio teria sido destinado ao serviço militar. Este seria o motivo de estar presente em Pavón (Batalha de Pavón, 1861), de onde desertou e dirigiu-se para a Bolívia.

Ainda segundo publicação do *El Nacional* do dia 9 de janeiro de 1872, Solané teria retornado para a Argentina como médico adivinho. A mobilidade de Solané nos permite pensar em estratégia num contexto no qual se condenava o curandeirismo.

No periódico *La Nación*, datado de 10 de janeiro de 1872, foi publicada a informação de que Tata Dios era um índio vulgar, devido a um homicídio foi destinado ao serviço militar e teria combatido em Pavón. Teria desertado e ido para a Bolívia, de onde regressou como médico divino, estabelecendo-se em Carmen de las Flores e depois em Azul.

A existência de médicos adivinhos, curandeiros e *tata dioses* não era um fenômeno estranho na província de Buenos Aires. Esta informação é relevante para pensarmos a figura de Saloné naquele contexto, pois ele seria um entre outros curandeiros. Segundo Palermo (1978), o século XIX foi o auge de curandeiros, seres em geral eleitos e chamados a exercer sua carreira por mandatos divinos. Segundo apontou Juan José Santos "En Buenos Aires 127 personas declararon ser curanderos en el censo de población de 1869." (Santos, 2008, p. 135). Ainda segundo esse autor, "sin duda debía haber muchos más, pero el hecho de que más de un centenar hubiera manifestado dedicarse a esa ocupación sugiere que para la abrumadora mayoría de los habitantes no representabla una actividad reprochable". (Santos, 2008, p. 135-135) Foi também no século XIX que se criaram medidas para combater a medicina popular, o que não chegou a impedir a presença de grande número de curandeiros na região da campanha argentina. Em 1851 o governante Justo José de Urquiza y García autorizou a livre ação dos curandeiros diante da escassez de médicos na província de Entre Rios. Esta informação é relevante, porque Solané foi encarcerado e logo expulso da cidade de Azul por denúncias do médico de polícia contra o "exercício ilegal da medicina" (Liscia, 2002, p. 242).

Neste período, *tata dios* e *manosanta* são denominações utilizadas para designar personagens taumaturgos, ou seja, curandeiros que ofereciam curas através do uso de plantas medicinais, rituais e imposição das mãos[13]. Solané destacou-se devido aos seus muitos seguidores.

13 Em seu estudo sobre as artes de curar, a historiadora Betriz Teixeira Weber faz um relato sobre a origem destes curadores na região das Missões, em território brasileiro. Estes faziam uso

Somou-se a sua popularidade a acusação efetuada através da imprensa. Foi atribuída a Solané a inspiração da matança dos imigrantes e os anúncios apocalípticos.

Porém, a leitura das declarações dos implicados oferece dúvidas sobre a participação de Solané nos crimes. No processo judicial, Ramón Gómez foi interrogado acerca das razões que motivaram a ida dos pacientes até La Rufina. Ao ser perguntado se sabia que Solané se dizia ser um ser divino e assim se fazia compreender para a multidão e se o viu falar contra os estrangeiros e maçons incitando que fossem mortos, Goméz contestou que nunca viu Solané fazendo o que estava sendo-lhe perguntado. Declarou que algumas vezes o viu falar dos estrangeiros dizendo que não gostava porque exploravam o país, dos maçons dizia que era uma sociedade que não teria religião. Mas jamais o viu dizer que deviam matá-los (Nario, 1983, p. 36-37).

No testemunho de José Agular, um doente que foi ao hospital de Solané, temos: "nunca foram ditas por Dom Gerónimo ou qualquer de seus companheiros no sentido de rebelião ou agressão contra qualquer pessoa". (Nario, 1976, p. 82) Segundo as declarações de Eufrasio Gómez, Solané se queixava de estrangeiros e maçons, mas não se negava a atendê-los quando estes recorriam ao hospital.

Nas memórias do dinamarquês Juan Fugl[14] temos o relato de alguns milagres atribuídos a Solané. Estrangeiro e protestante se mostra

de ervas, de imposição das mãos, benzedoras. Segundo a autora: "Os curandeiros, que percorriam os campos e as cidades prometendo curas, na região das Missões, eram chamados manosantas ou tatadióses. Eles teriam chegado a exercer o ofício a partir de alguma ocasião em que uma cura havia dado certo, com rezas, benzeduras, sopros ou imposição de mãos. Após terem curado algumas pessoas, corria a fama e proclamavam-se manosantas. Provavelmente, essa era a forma como a maioria dos práticos de cura começou suas atividades" (Weber, 1999, p. 189).

14 Juan Fugl foi um dinamarquês que imigrou para a Argentina no século XIX. Teve sucesso econômico e se destacou atuando na vida política de Tandil. Seus relatos de memória configuram-se em fontes para o estudo dos crimes de Tandil. Porém, devemos destacar que quando do ocorrido Fugl encontrava-se na Dinamarca. Conseguimos localizar duas obras deste personagem: a primeira é intitulada *Memorias de Juan Fugl. Vida de un pioneiro danés durante treinta años en Tandil (Argentina) (1884-1875)*, traducción literal inédita de los manuscritos en danés existentes en la Biblioteca Real de Copenhague, realizada por Alice Larsen de Rabal, s/f. Alguns trechos desta obra está citada na pesquisa realizada por Macagno (1993 e 2002). Foi através deste trabalho que tivemos contato com estas memórias de Fugl. Uma segunda obra é intitulada *Abriendo Surcos: memórias de Juan Fugl, 1811 – 1900*. Buenos Aires: Edicion Altamira, 1953. Este foi consultada diretamente. Está sob a guarda do Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani (UBA-Argentina). Nesta publicação temos o capítulo intitulado "Asesinato de extranjeros" (p, 149 – 152). O autor relata os crimes ocorridos na cidade de Tandil. Agradeço ao prof. Dr. Fernando Seffner (FACED-UFRGS) que intermediou o acesso a obra junto ao Instituto na Argentina. Agradeço, igualmente,

incrédulo frente a tais milagres, mas não deixa de se admirar com o grande número de adeptos que conta Solané. Segundo relatou, as notícias destas curas corriam por toda a região e grande quantidade de pessoas se concentravam diariamente em torno do hospital de Solané. "Esa gente inculta se acercaba con miedo y temblando ante él, y le tenían respeto como a una divinidad..." (Fugl, 1844-1875, p. 409 apud. Macagno, 1993, p. 20). Ainda segundo Fugl, também europeus, incluindo dinamarqueses, se admiravam com as curas milagrosas. É o caso da família Mathiasen, que recorre, em determinado momento, ao hospital de Solané, como relatou o próprio Mathiasen a Fugl e este as registrou em suas memórias (1884-1875, p. 411 *apud*. Macagno, 1993, p. 20).

Após os crimes, a imprensa, as autoridades locais e os estrangeiros residentes na cidade não demoraram em impor a responsabilidade dos acontecimentos a Solané. A imprensa foi além, fez uso dos crimes para reacender velhas disputas ideológicas e conflitos políticos. O jornal *La República*, de Buenos Aires, publicou em suas páginas que Tata Dios era "(...) um agente secreto dos jesuítas, para sublevar a campanha contra os maçons" (*La República*, 10 de janeiro de 1872, p. 1).[15]

Também os *gauchos* que praticaram a violência declararam atuar sob suas ordens. No dia 2 de janeiro de 1872, o Juiz de Paz Figueroa enviou uma carta ao ministro de governo comunicando os fatos. Relatou a origem dos acontecimentos, que pela voz pública, seria atribuída a perversa propaganda de um indivíduo que sob o título de médico Dios se tem apresentado nesta localidade chamando a atenção desde longa distância a pessoas de ambos os sexos que têm ido até ele em busca de remédios que ele ministrava (Nario, 1983, p. 21).

Segundo a historiografia, na manhã dos crimes, Solané encontrava-se na fazenda La Rufina para atender seus pacientes. Teria recebido uma carta de Ramón Gómez. Saindo de La Rufina, Solané dirigiu-se para a casa de seu protetor na estância La Argentina, mas não encontrou Gómez no local. Gómez tinha saído com um grupo de vizinhos, alguns membros da Guarda Nacional e seu irmão, o comandante José

ao setor de referência do referido Instituto pela atenção dedicada quando da minha solicitação de pesquisa.

15 Importante destacar que em Tandil não existia uma Loja Maçônica até a ocorrência dos crimes aqui estudados. A primeira Loja Maçônica, nesta cidade, somente foi fundada meses depois dos acontecimentos. Na cidade de Azul temos informações sobre a existência de lojas maçônicas.

Ciriaco Gómez, a fim de iniciar as buscas pelos agressores. Porém, ao percorrer este trajeto Solané encontra-se com o prefeito (*alcalde*) Teófilo Urraco, que inteirado de que um grupo de *gauchos* estavam matando gringos e maçons em nome de Tata Dios advertiu a Solané. Este negou participação. Solané foi mandado por Urraco a se apresentar a Ramón Gómez (Macagno, 1993, p. 23). Ciriaco Gómez organizou um contra-ataque liderando a perseguição ao grupo que praticava os crimes, resultando na prisão de 28 pessoas (Nario, 1976, p. 151). Nesse intervalo, Solané já teria retornado para La Rufina e, momentos depois, foi conduzido ao tribunal e encarcerado.

No diário de Juan Fugl temos a indicação do pretenso uso de Solané pelas autoridades:

> (...) Después que nosotros viajamos en 1871 llegó de las provincias del norte un curandero que se decía vidente y que podía curar toda clase de enfermedades... Ramón Gómez y Figueroa lo protegían y planearan usarlo para sus propósitos de venganza contra los extranjeros y dar un ejemplo para desalentarlos y detener la inmigración, que iba en aumento (Fugl, 1844-1875, apud. Macagno, 1993, p. 25).

Também após os crimes, a imprensa começou a condenar uma certa tolerância que, supostamente, Solané havia recebido por parte das autoridades locais. Nas páginas do jornal *El Nacional*[16] temos a publicação de uma carta que responsabilizava as autoridades pelos acontecimentos. Nesta é possível ler,

> (...) un bandido que ha conseguido levantar las masas ignorantes contra los extranjeros estabelecidos en nuestras campañas, ha hecho su prédica, no sólo a la vista y paciencia de las autoridades de Tandil, sino bajo la inmediata protección de los mismos (...). Las autoridades no han podido ignorar lo que todo el mundo sabia, que el titulado adivino o Dios hacia arrebatar cadáveres para profanarlos de la manera más inicua, haciendo con ellos las farsas más sangrientas, quemándolos en presencia de todos sus prosélitos, so pretexto de que merecían la condenación del cielo por sus actos en la tierra (...). (*El Nacional*, 9 de janeiro de 1872, apud. Macagno, 1993, p. 24)

16 O periódico tratava-se de um diário da cidade de Buenos Aires. Foi fundado após a queda de Rosas. Sarmiento, presidente da Argentina quando da ocorrência dos casos de Tandil, havia sido um de seus principais colunistas.

A situação em Tandil ficou tensa. Buscando proteção a população estrangeira local organizou um comando armado. (Nario, 1983, p. 43) Mesmo com este cenário, concordaram com Figueroa em deixar um sentinela que faria a guarda do encarcerado Solané. O sentinela foi escolhido entre os estrangeiros. Na noite de 5 de janeiro de 1872 ouviu-se uma detonação proveniente do calabouço no qual dormia Solané. O sentinela Bautista Murgui Urruña, um basco, o encontrou ferido de morte. Gerónimo de Solané foi assassinado na cela na qual encontrava-se preso com 13 tiros.

Apontamentos finais

Nosso estudo voltou-se para os crimes ocorridos no dia 1º de janeiro de 1872 em Tandil. Realizando um estudo de História Local para analisar uma singularidade inserida num contexto nacional que estava em mudança. Neste sentido, buscamos demonstrar a transformação da trajetória de Solané de curandeiro a acusado de mentor dos crimes. A violência praticada em Tandil foi seletiva. Os crimes foram a ponta do *iceberg,* ou seja, outras questões devem ser analisadas daquela sociedade de fronteira da segunda metade do século XIX.

Um contexto que envolve temas como a imigração, disputas pelo poder local – tanto político quanto econômico –, disputas entre diferentes culturas, saberes médicos científicos e populares. Enfim, há mais que apenas um crime em Tandil, e a trajetória de Gerónimo de Solané certamente contribui para avançarmos em sua compreensão. Nosso trabalho não teve a pretensão de esgotar o assunto, pelo contrário, demonstrou que ainda existem muitos pontos a serem investigados.

Referências Bibliográficas

ADAMOVSKY, Ezequiel. **Historia de la Argentina**: biografía de un país – desde la conquista española hasta nuestro días. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Crítica, 2020.

BARROS, José D'Assunção. **A expansão da História**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BARROS, José D'Assunção. **História, Espaço, Geografia**: diálogos interdisciplinares. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BARSKY, Osvaldo; GELMAN, Jorge. **Historia del agro argentino**: desde la conquista hasta fines del siglo XX. 2ª ed. Buenos Aires: Mondadori, 2005.

BASTERRA, Juan. **Tata Dios**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Bärenhaus, 2018.

BEIRED, José Luis Bendicho. **Breve história da Argentina**. São Paulo: Editora Ática, 1996.

BILBAO, Lucas. Gringos en la frontera: los curas del Tandil y el Azul en la segunda mitad del siglo XIX. **Folia Histórica del Nordeste**, Resistência, Chaco, n. 23, julio 2015, p. 243-260.

BUBELLO, Juan Pablo. Magia, milenarismo y represión judicial en una sociedad de frontera del norte patagónico: el juicio a Gerónimo Solané (1871-1872). Faculdad de Humanidades, Universidad Nacional del Comahue. **Revista de Historia**, n. 11, 2008, p. 73-93.

CARBONARI, María Rosa. Algumas considerações sobre o conceito de história regional – um enfoque teórico-metodológico. **VERITAS**, Porto Alegre, v. 36, nº. 142, junho, 1991, p. 269-294.

CERNADAS, Cesar Ceriani. Francisco Ramos Mexía: um profeta milenarista nos primórdios da independência argentina (1810-1821). In: MUSUMECI, Leonarda (org.). **Antes do fim do mundo**: milenarismo e messianismos no Brasil e na Argentina. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004, p. 35-57.

CHIARAMONTE, José Carlos. **Cidades, Províncias, Estados**: origens da nação argentina (1800-1846). São Paulo: Editora Hucitec, 2009.

DAHHUR, Astrid. Medicina popular y medicina occidental racional. ¿Contradictorias o complementarias? Un estudio de caso de curanderismo en el Tandil de las postrimerías del siglo XIX. Faculdad de Ciencias Humanas, UNICEN, Tandil, 2012.

DJENDEREDJIAN, Julio. **Gringos En las Pampas. Inmigrantes y Colonos en el campo Argentino. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2008**.

DONNER, Sandra Cristina. História Local: uma busca sobre possibilidades conceituais e téoricas. **Revista Expedições**: Teoria da História & Historiografia. Universidade Estadual de Goias, Ano 3, nº. 4, Julho 2012. Disponível em: https://www.revista.ueg.br/index.php/revista_geth/article/view/279 (Acesso em: 20/07/2024)

ELMIR, Cláudio Pereira; WITT, Marcos Antônio. Viva la religion!, Mueran los masones!, Viva Jacobina: o massacre de imigrantes na Argentina (1872) e no Brasil (1874). *In*: ELMIR, Cláudio Pereira; WITT, Marcos Antônio; TRUZZI, Oswaldo (orgs.). **Imigração nas Américas**: estudos de história comparada. São Leopoldo: Oikos; Editora da Unisinos, 2018, p. 41-73.

FERNÁNDEZ, Sandra; CORTE, Gabriela Dalla (compiladoras). **Lugares para la historia**: espacio, historia regional e historia local en los estudios contemporáneos. 2ª ed. Rosário: UNR Editora, 2005.

GELMAN, Jorge. **Rosas estanciero**: gobierno y expansión ganadera. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2010.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. Sarmiento e seus monstros: caudilhos, deserto e violência na Argentina do século XIX. **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 7, nov./dez. 2011, pp. 29-55.

GUZMÁN, Yuyú. **Grandes estancieros y estancias del Tandil antiguo**. Ciudad autonoma de Buenos Aires: Claridad, 2016.

HAESBAERT, Rogério. **Regional-Global**: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

IRIANNI, Marcelo. Mariposas en la tormenta. La matanza de extrajeros en un valle pampeano, Tandil, 1872. **Studi Emigrazione**, LIV, 206, 2017, p. 324-337.

LENZ, Maria Heloisa. A incorporação de novos territórios na Argentina, no final do século XIX: a Campanha do Deserto e as estradas de ferro. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 561 – 588, out. 2004.

LIDA, Clara Eugenia. Inmigración, etnicidad y xenofobia en la Argentina: la masacre de Tandil. **Revista de Indias**, 1998, vol. LVIII, n. 214, p. 541-554.

LISCIA, María Silvia di. **Saberes, terapias y prácticas médicas em Argentina (1750-1910)**. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2002.

MACAGNO, Lorenzo. **Apocalipsis al sur**. Una protesta contra inmigrantes en el "desierto" argentino (Hacia 1872). Buenos Aires: Biblos, 2002.

MACAGNO, Lorenzo. **Mesianismo y ruptura**: el movimento del Tata Dios Solané em Tandil, 1872. Dissertação (Licenciatura). Dissertação (Licenciatura en Antropologia), Buenos Aires: Universidad Nacional de Buenos Aires, 1993.

LISCIA, María Silvia di. **Saberes, terapias y prácticas médicas en Argentina (1750-1910)**. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2002.

LYNCH, John. **Masacre en los pampas**: la matanza de inmigrantes em Tandil, 1872. Buenos Aires: Emecé, 2001.

MÍGUEZ, Eduardo. **Historia económica de la Argentina**: de la conquista a la crisis de 1930. Buenos Aires: Sudamericana, 2008.

NARIO, Hugo. **Los crímenes del Tandil, 1872**. Buenos Aires: Centro Editora de América Latina, 1983.

NARIO, Hugo. **Tandil, historia abierta**. Buenos Aires: Ediciones del Manantial, 1998.

NARIO, Hugo. **Tata Dios, el mesías de la última montonera**. Buenos Aires: Plus Ultra, 1976.

ODDONE, Nahuel; GRANATO, Leonardo. La matanza de los inmigrantes en Tandil de 1872. Un Estado Nacional no consolidado. **Entelequia**. Revista Interdisciplinar: Monográfico, n. 4, junio, 2007, p. 29-53. Disponível em: <https://revistaentelequia.wordpress.com/2007/06/01/la-matanza-de-los-inmigrantes-en-tandil-de-1872-un-estado-nacional-no-consolidado/>. Acesso em 10/05/2024.

PALERMO, Miguel Angel. El fin del mundo en Tandil. **Punto de Vista**, Revista de Cultura, Buenos Aires, Argentina, Ano 1, n. 1, marzo de 1978, p. 8-13.

PASSETTI, Gabriel. **Indígenas e criollos**: política, guerra e traição na slutas no sul da Argentina (1852-1885). São Paulo: Alameda, 2012.

PRADO, Maria Ligia Coelho. **América Latina no século XIX**: tramas, telas e textos. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

PRIORI, Angelo Aparecido. História regional e local: métodos e fontes. **PÓS-HISTÓRIA**, Revista da Pós-Graduação em História, UNESP – Assis, vol 02, SP, 1994, p. 181-187.

RODRIGUES, Thiago Dargains. **A febre Amarela no Rio de Janeiro e Buenos Aires em 1870**. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ – Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, 2012. (Dissertação de Mestrado em História)

SANTOS, Juan José. **El Tata Dios**: milenarismo y xenofobia en las pampas. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2008.

SILVA, Vera Alice Cardoso. Regionalismo: o enfoque metodológico e a concepção histórica. In: SILVA, Marcos A. da (coord.). **República em migalhas**: história regional e local. São Paulo: Marco Zero, 1990.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Região e história: questão de método. In: SILVA, Marcos A. da. (coord.). **República em migalhas:** história regional e local. São Paulo: ANPUH e Marco Zero; Brasília: CNPq, 1990, p. 17-42.

SARMIENTO, Domingo Faustino. **Facundo, ou civilização e barbárie**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

TRUEBA, Yolanda de Paz. Masoneria y sociabilidad en el centro y sur de la campaña bonaerense. Fines del siglo XIX principios del XX. **Revista Prohistoria**, 2011, p. 2-10.

Disponível em: <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/37535>. Acessado em 18.07.2024.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. História, Região e Poder: a busca de interfaces metodológicas. **Locus**: Revista de História, Juiz de Fora, vol. 3, nº 1- Jan./jun. 1997, p. 84-97.

WEBBER, Beatriz Teixeira. **As artes de curar**: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense – 1889 – 1928. Santa Maria: Ed. Da UFSM; Bauru: EDUSC – Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.

ZEBERIO, Blanca. Un mundo rural en cambio. In: BONAUDO, Marta (dir.). **Nueva Historia Argentina**. Liberalismo, Estado y Orden Burgués (1852-1880). Buenos Aires: Sudamericana, 1991, t. 4.

HISTÓRIA LOCAL E HISTÓRIA AMBIENTAL: UMA APROXIMAÇÃO A PARTIR DA OCORRÊNCIA DE EVENTOS EXTREMOS NO SUL DO BRASIL

Felipe Nóbrega Ferreira[1]

Introdução

Paita, Pacasmayo, Califórnia, Flórida, Porto Alegre e Rio Grande. O que essas diferentes cidades, localizadas ao longo do continente americano, possuem em comum? Todas elas unidas possuem vínculos e traumas sociais causados por fortes chuvas e enchentes associadas ao fenômeno ambiental El Niño. Caracterizado, entre outros indicadores, pelo aumento da temperatura das águas do oceano Pacífico, que incide em alterações climáticas significativas, através de cenários de tempestades e enchentes, o El Niño é uma questão global ligada às mudanças climáticas. Porém, sua percepção mais sensível se dá, ao rés do chão, na escala local.

Observar a inflexão de eventos extremos na sociedade é, portanto, voltar-se ao território cotidiano, à esfera do local junto às distintas

1 Doutor em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande (FURG); Doutorando em História junto à Universidade Federal de Pelotas (UFPel); Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Lattes: http://lattes.cnpq.br/6744281843415520 ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0342-9331

agências históricas que impactam e dão sentido a forma como histórias são inseridas e se arranjam no imaginário dos sujeitos que convivem com essas situações. Afinal de contas, quando eventos ambientais extremos atingem uma cidade, como contar essa história?

Essa pergunta pode ser feita de forma mais objetiva quando se retoma o caso atravessado pelo Rio Grande do Sul em 2023-2024, momento em que o El Niño destruiu do mapa cidades como Roca Salles, com pouco mais de 10 mil habitantes, e vítima de enchentes constantes originadas pelo excesso de chuvas que identificam esse fenômeno ambiental. O mesmo vale para Rio Grande, localizada ao sul do Estado e que, ao longo das décadas, realiza um enfrentamento sazonal ligado às intempéries dos alagamentos e subida de nível da Lagoa dos Patos.

Como é possível essas localidades deixarem de lado, dentro da forma de narrar a sua história, seja por profissionais da área ou memorialistas, os eventos extremos que as flagelam e dão contornos a sua própria existência como cidades? Lógico que o silêncio é uma opção, só que isso não esconde a existência do fenômeno, tão pouco os registros visíveis que ele deixa em cada local por onde passa.

O presente artigo, então, se ocupa de propor uma aproximação entre a História Ambiental em sua perspectiva climática e a História Local. Especificamente, esse texto aborda a cidade do Rio Grande, localizada no sul do Estado, e que registra, desde a década de 1980 situações de alta vulnerabilidade climática em consequência do fenômeno ambiental El Niño.

A partir do conjunto dos cinco *El Niños* considerados fortes entre 1980 e 2023, o intuito é oferecer um painel de inflexões socioambientais que se vinculam diretamente a um novo arranjo histórico em processo na cidade, quando se verifica, no entendimento desse trabalho, o surgimento de uma "questão ambiental" (Porto-Gonçalves, 2012). Ao acompanhar, através do conjunto de notícias vinculadas pela imprensa local, as manifestações desse fenômeno em cada uma das suas passagens, será possível traçar um primeiro esboço de identificação da inserção do El Niño no contexto histórico da cidade do Rio Grande, e como esse se desdobra no imaginário local tanto como evento exógeno, alheio às vontades dos sujeitos, como também endógeno, quando o mesmo passa a ser inserido como parte de algo a ser contado sobre o local.

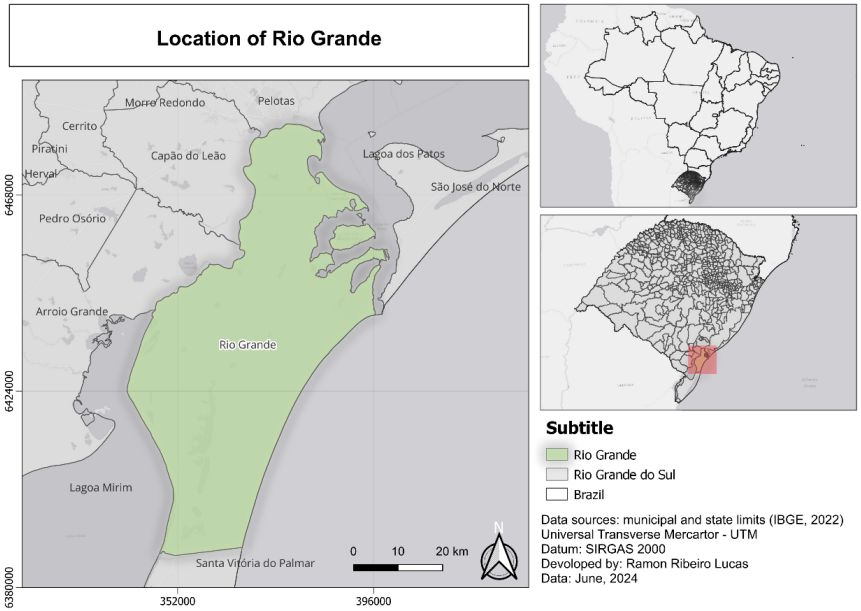
Assim, o artigo está organizado, em um primeiro momento, na proposta de uma História Ambiental Climática (HAC), quando são apresentados os termos de uma aproximação teórico-metodológica da questão do clima no campo da História à luz das emergências socioambientais contemporâneas. Em seguida, a discussão dessa proposta a partir de um conjunto parcial de fontes periódicas primárias já coletadas no âmbito do processo de doutoramento que investiga as influências do El Niño no cotidiano da cidade do Rio Grande, e como esse evento climático passa a integrar uma agenda local desde a década de 1980.

A cidade, o clima e a história do El Niño

A escrita de um trabalho sobre mudanças climáticas, especificamente quando esse se volta às ocorrências no Rio Grande do Sul, deve contemplar uma dimensão do tempo presente inerente. Desde 2023, com maior intensidade em 2024, eventos extremos colapsaram o Estado de diversas maneiras, e de forma contundente é preciso trazer o número de 700 mil pessoas desabrigadas e 183 mortes pelas enchentes de alta magnitude que devastaram cidades.

E Rio Grande faz parte desses números, sendo ela a última cidade atingida dentro de uma perspectiva geográfica, visto que a sua localização no estuário da Lagoa dos Patos faz com que as águas acumuladas nas regiões Centro e Norte "desçam" até o sul em direção à embocadura da barra que desagua no oceano Atlântico. Associado a essa condição que, por si só, já representa perigo dado a formação peninsular do território, da mesma forma as chuvas e tempestades foram incessantes ao longo de todo o mês de maio de 2024 – uma soma de fatores que amplia ainda mais a vulnerabilidade da cidade.

Figura 1: Mapa da cidade do Rio Grande



Fonte: Adaptação dos autores

Como é possível perceber na Figura 1, Rio Grande é uma cidade costeira e portuária, de ligação direta com o oceano, e parte do ecossistema que forma a Lagoa dos Patos em sua área estuarina. A concentração urbana se dá inteiramente em sua porção peninsular, o que faz com que a população habite um espaço conectado à própria lagoa, em uma proximidade histórica, inclusive, de avanço em direção a água em função dos inúmeros aterramentos ao longo do século XX.

Assim, o município do Rio Grande está localizado na planície costeira sul do Estado do Rio Grande do Sul. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cidade possui área de 2 mil km², apresentando uma população atualmente estimada de 212.881 habitantes (2021).

Quando se retorna ao ano de 1982, temporalidade que interessa a pesquisa em andamento como marco inicial de percepção do El

Niño, Rio Grande apresentava uma população de 146.114 habitantes, segundo o censo mais aproximado realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nesse momento, a cidade atravessava um crescimento da sua população urbana, o que é observado pelo aumento do incremento do setor portuário no período em tela (Copstein, 1982, p. 109; Lourenço, 2012).

Rio Grande à época era governada pelo regime militar que, desde 1964, estava instalado no Brasil (1964-1985), sendo fortemente influenciada por este contexto político, acrescido da sua posição geográfica estratégica. Assim, o município, designado como Área de Segurança Nacional, beneficiava-se da conjuntura econômica mundial, que facilitava o influxo de capital estrangeiro (Singer, 1982, p. 10).

No entanto, apesar do impulso industrial e econômico, a qualidade de vida em Rio Grande era desigual. Enquanto alguns setores da população se beneficiavam do desenvolvimento industrial portuário, outros enfrentavam dificuldades socioeconômicas, como acesso limitado a moradia adequada, saúde e educação. Apogeu econômico do setor pesqueiro, operavam nessa época 27 empresas nas diversas atividades, englobando congelamento, salga, enlatamento, feitura da farinha, óleos e gelo. Nesse período, o setor chegou a empregar 20 mil trabalhadores (Martins, 2006, 204).

De forma paradoxal, é esse mesmo grupo de trabalhadores que irá ocupar as áreas ambientalmente mais vulneráveis do município, quando se lança um primeiro olhar sobre os territórios de moradia, e mesmo instalação das empresas. É dentro desse cenário de expansão urbana que inicia um intensivo processo de aterramento com fins de núcleos de habitação nas margens da cidade, o que significa dizer que áreas lagunares se transformam em bairros ao redor da península. Surge uma nova periferia, situada no entorno da Lagoa dos Patos, a mesma que, décadas depois, será significativamente afetada por enchentes e alagamentos regulares causadas pelas chuvas.

Mas se esse é o nosso cenário de partida quanto a uma breve identificação da cidade do Rio Grande, é preciso, agora, pensar como o clima pode ser percebido e trabalhado nos termos que interessam a construção de uma História Ambiental Climática. Essa mesma que, invariavelmente, incide no território, na vida direta dos sujeitos os quais,

no decorrer do tempo, irão criar formas de narrar e salvaguardar uma historicidade desde o local.

De forma a estruturar conceitualmente esse trabalho nos termos da História Ambiental que se volta ao clima, o trabalho desenvolvido por Diogo Cabral (2014) apresenta-se como referência central no sentido de organizar as dimensões técnicas, econômicas e políticas, variáveis que implicam na elaboração de uma narrativa de caráter ecossistêmico. Com a relação homem/natureza historicizada a partir desse novo ponto de vista, a contribuição do historiador Diogo de Carvalho Cabral (2014) está como alternativa epistemológica interessante para a proposição de novas olhares junto à História Ambiental.

Influenciado por uma base do conhecimento interdisciplinar, com destaque à Antropologia sob a perspectiva de Tim Ingold, ele avança em uma concepção de território que propõe:

> ... um campo corpóreo de comunicação e transação que, exatamente por conta de sua extrema fluidez multidirecional, faculta a emergência de diferenciações e individuações (ao nível dos organismos, das espécies, das populações, das culturas). Cada participante individual atua como o ambiente dos demais, criando a si mesmo e aos outros, simultaneamente: algo como uma "tesselação ontogênica" (Cabral, 2014, p. 476).

A perspectiva do autor amplia a compreensão de território, inserindo um olhar ecossistêmico a essa composição dinâmica, e que dá origem ao que entendemos como Ambiente – e também permite uma aproximação com a História Local. Nesse sentido, a Cultura enquanto produção humana é mais um dos agentes que compõem essa tesselação que o autor propõe. Assim, o que surge é uma história que passa a compreender a diversidade de agências no local a ser investigado, a qual é atravessada por organismos vivos de todas as formas, em distintos níveis de integração, onde o ser humano é apenas mais uma das intersecções que concebem uma historicidade ambiental ao território em questão.

Essa, sem dúvida, é uma atualização de uma série de premissas da História Ambiental que, décadas atrás, inicia uma trajetória que pode ser reconhecida desde os trabalhos de Fernand Braudel sobre o Mediterrâneo. No mesmo sentido, o debate iniciado por Emanuel Le Roy Ladurie (1983), quando entende que a inserção de uma história climática possibilita estar "... na linha de frente com os cientistas da

natureza, numa colaboração íntima interdisciplinar" (Ladurie, 1995, p. 13), é fundamental na compreensão do clima na História.

Porém, se Le Roy Ladurie (1983) pensava nos termos de uma história climática sem a presença dos sujeitos, algo que deriva, de certa forma, da longa duração braudeliana, agora se torna inviável pensar nesses termos – mais pela compreensão política contemporânea das atuais demandas climáticas, do que pela impossibilidade de construir esse tipo de conhecimento histórico. Nesse percurso, cabe destacar que é preciso ter a compreensão do papel da História Ambiental como campo aglutinador, interdisciplinar por origem, encaminhando uma discussão em que a presença dos historiadores e historiadoras junto ao tema das mudanças climáticas também se faça presente (Hulme, 2016).

Tal movimento surge de uma necessidade política de engajamento do profissional da História (Hobsbawm, 1998) junto aos esforços científicos frente à emergência climática, e também de uma proposta de renovação dos eixos de trabalho da História Ambiental, no qual o aporte do clima reivindica novos horizontes a serem pensados nessa área de pesquisa.

No que tange aos estudos das mudanças climáticas e eventos extremos no campo da História, o que ocorre, segundo alguns pesquisadores, é a entronização do tema no âmbito de um campo do saber, o das Ciências Natureza. A "modelização climática" que surge desse entendimento abriu espaço para uma complexidade alheia ao campo das Humanidades (Hulme, 2009). Como sugere Bastos *et al.* (2018), os conceitos e objetos científicos ainda se mostram demasiado complexos frente a preocupações cotidianas que requerem atenção, fazendo o conceito de alteração climática parecer um "problema vago" (Bastos *et al*., 2018, p. 105).

No universo de motivos que aqui poderiam ser levantados, fato é que tornou-se impossível, a essa altura do século XXI, deixar de perceber que o Clima é elemento fundamental para compreensão das vidas dos sujeitos em seus territórios. Afetados pelo aumento da temperatura média global, expostos a eventos cujo grau de extremidade aumentam gradativamente - como é o caso do El Niño no Rio Grande do Sul -, e vivendo processos adaptativos de toda ordem no cotidiano, o mundo

real e objetivo dos humanos em suas múltiplas relações apresentam novas demandas a serem inseridas no repertório da História Ambiental.

O Clima está na cidade, ele é parte desse território (Cabral, 2014) seja pela concretude do seu acontecimento, pelo imaginário que emana dentro dela previamente, ou pela memória posterior que pode gerar. É nesse momento que entra em cena a agência humana da Cultura, que produz e reproduz sensibilidades acerca de um determinado evento, no nosso caso, climático.

Para tanto, cabe trazer a dimensão do Clima à História Ambiental a partir da proposta de Michael Hulme:

> As well as describing a physical reality, climate then can also be understood as an imaginative idea - as idea constructed and endowed with meaning and value through cultural practice. Registers of climate can be read in memory, behaviour, text and identity as much as they be measured through metereology... (Hulme, 2009, p. 14).

Como se percebe, o autor sustenta que, para além de suas características objetivas/naturais, o clima também existe em sua dimensão subjetiva/sensível. O imaginário é acionado, práticas culturais estão envolvidas na forma de explicar e conviver com fenômenos climáticos. Na mesma direção, outra síntese pertinente é encontrada nas palavras de Lawrence Culver, quando, sobre o mesmo tema diz: "Climate is an environmental fact but also a cultural construction" (Culver, 2014, p. 321).

Nesse cenário, se reconhece a dimensão ecossistêmica de um trabalho sobre eventos extremos, notadamente o caráter natural a ser compreendido dentro de uma perspectiva histórica, conciliando essa noção ao universo da cultura e o que a incidência de eventos como o El Niño repercutem dentro do cotidiano dos sujeitos em suas práticas e representações na experiência local.

Como as sociedades entendem e explicam a si mesmas sobre o clima é o centro da discussão desses pesquisadores (Hulme, 2009; Culver, 2016). Ressaltando que ambos realizam essa discussão no âmbito de estudos ambientais e, sobretudo, na atual relação das sociedades com as mudanças globais do clima.

Recentemente, alguns autores levantaram problemas semelhantes aos descritos anteriormente ao se interessarem pelas intempéries meteorológicas na história. Esse é o caso de Alain Corbin, quando reflete sobre a existência de um "eu-meteorológico" surgido no século XVIII, sobretudo após 1750 (Corbin, 2020, p. 64). Em seus termos:

A maneira de observar e de sentir em si os efeitos do sol, da chuva, do vento, das neblinas, da neve e da geada torna-se cada vez mais afinada, independentemente do fato que ela venha a traduzir-se por um bem-estar ou um descontentamento" (Corbin, 2020, p. 67).

Anouchka Vasak é outra autora que contribui a esse entendimento com seu artigo "Grandes emoções meteorológicas coletivas" (Vasak, 2020). Em determinado momento ela se pergunta como abordar essas "grandes emoções", entendendo sempre essas na esfera coletiva de geração de memórias e traumas. É nesse ponto que ela traz uma importante contribuição, quando inscreve o Clima na história dos "medos pavorosos".

Nesse caminho, vale lembrar das palavras de Jean Starobinski em 1789 – Os emblemas da razão (1988) ao dizer que:

> O granizo, a tempestade, o gelo significam muito mais que uma catástrofe natural: são as imagens sensíveis através das quais a derrocada ameaçadora, a decrepitude das instituições, a miséria do povo se exprimem na escala do universo físico (Starobinski, 1988, p. 22).

Mesmo que Starobinski não esteja falando diretamente sobre o evento extremo em tela, é possível encontrar nessas referências variáveis climáticas que estão presentes, também, naquilo que compõe o El Niño. E aqui é preciso, então, traçar uma definição desse fenômeno:

> ... consiste em alterações significativas na distribuição da temperatura superficial das águas do Oceano Pacífico Equatorial. Isto ocorre, porque os ventos sopram com intensidade menor no centro do Oceano Pacífico, ocasionado uma diminuição da ressurgência de águas profundas e na acumulação de água mais quente que a temperatura normal na costa oeste da América do Sul. Alterando o clima no Pacífico Equatorial, as massas de ar quentes e úmidas provocam maiores volumes de chuva na costa oeste da América do Sul e secas na Austrália e na Indonésia. Na Região Sul, o fenômeno está associado com o aumento nas chuvas (Torres, 2012, p. 243).

Para Mike Davis, o El Niño é um evento climático de conhecimento histórico. O mesmo autor defende, também, que suas ocorrências podem ser interpretadas em um escopo político, dado o conjunto de tensões que o fenômeno traz consigo quando "envolve a riqueza de impérios e subsistência de milhões" (Davis, 2002, p. 226). Intepretação também presente em Starobinski (1988, p. 22), quando afirma que cataclismos tornam-se emblemas das desgraças dos Estados.

Essa condição de "antigo visitante do Rio Grande do Sul" (Torres, 2012, p. 243), ao contrário do que se poderia imaginar, não resultou em um acúmulo de literatura do ponto de vista das humanidades junto às produções de História Ambiental. Como dito anteriormente, a vitória da modelagem matemática, o protagonismo das Ciências Naturais nas questões climáticas, somados a um "vácuo de informações mais precisas" devido a falta de séries históricas longas (Villela, 2011), faz com que somente agora – quando os eventos se intensificaram no século XXI – esse tema ganhasse atenção.

Assim, brevemente, é preciso dizer que desde 1892, com a publicação do artigo "Contra-corriente marítima, observada em Paita y Pacasmayo" no Boletín de la Sociedad Geográfica, do Peru, o termo El Niño faz parte do vocabulário climático. Em seus termos:

> La contra-corriente observada el verano passado, tuvo su origens sin duda en el golfo de Guayaquil, y por consiguiente sus aguas debieron ser más cálidas que las del oceáno, en las latitudes de Paita y Pacamayo; precisamente, lo contrário de lo que sucede com la corriente polar (Carranza, 1892, p. 344).

Aqui se verifica o reconhecimento de outra corrente marítima, no sentido inverso da corrente de Humboldt, então tomada como referência junto à ciência costeira em curso no fim dos oitocentos. A direção da corrente marítima observada é norte-sul, essa que é reconhecida, então, pelos pescadores peruanos de Paita Pacasmayo, ganhando esse nome devido à proximidade que esse fenômeno possuía com o período de natalino.

Somente na década de 1920, porém, que tal fenômeno iria se internacionalizar a partir do trabalho do ornitólogo Robert Cushman Murphy, conforme podemos observar na seguinte passagem:

> El Niño burst onto the international scientific scene soon after the next major event in 1925-1926, thanks in large part to the work of a single scientific traveler, the U.S. ornithologist and conservationist Robert Cushman Murphy (1887-1973) (Cushman, 2014, p. 65).

No ano de 1926, com o Third Pacific Science Congress ocorrido no Japão, o El Niño se desloca de vez d territorialidade peruana, e passa a ser essa uma questão para além dos interesses nacionais de um país em suas observações da científicas locais, tomando os rumos de uma representação mundial dentro dos termos de uma *Southern Oscilation* proposta por Gilbert Walker, a qual, e sua concepção original: "create an idea of world weather as interconnected between non-adjacent régios" (Adamson, 2019, p. 6).

No Brasil, por sua vez, as enchentes de 1941 ocorridas em Porto Alegre se transformam em um marco histórico desse fenômeno. Ainda sem ser tratado por essa nomenclatura, o El Niño nesse momento que cotas históricas de volume pluviométrico foram alcançados, chegando a 791 milímetros de chuvas na capital do Rio Grande do Sul entre os meses de abril e maio.

Foi preciso um novo evento de alta magnitude, nesse caso as ocorrências climáticas de 1982/1983, para que o tema voltasse a pauta nacional ainda que no âmbito científico – mesmo que os trabalhos publicados por pesquisadores brasileiros fossem escritos, ainda, em língua inglesa. Somente em 1986 seria publicado o primeiro artigo em português sobre o tema, de autoria de Mary Toshie Kayano e Antonio Divino Moura, com o título "O El Niño de 1982/1983 e a precipitação sobre a América do Sul", na Revista Brasileira de Geofísica

Como se pode perceber, a partir das calamidades provocadas pelos alagamentos verificados em 1982 e 1983, o fenômeno não só passou a ganhar visibilidade, como também foi identificado nominalmente. Importante notar que, no caso da cidade do Rio Grande, o primeiro registro do uso desse termo nos periódicos locais ocorre em 22 de dezembro de 1987, quando o Jornal Agora publica, em uma matéria de capa, o texto "Abertura da temporada: confirma-se a previsão de El Niño", o qual informa:

> A temporada de veraneio, inaugurada sábado último, teve um primeiro dia esplendoroso. O domingo começou a confirmar as previsões dos

> meteorologistas, sobre a possibilidade da ocorrência do fenômeno 'El Niño'. Uma incrível variação climática ocorreu no domingo, que teve bandeira vermelha, e ontem obrigou os salva-vidas a hastearem bandeira preta, inviabilizando o banho. (Jornal Agora, 22 de Dezembro de 1987).

Como se pode verificar, o termo é tratado como algo já reconhecido pelo possível leitor do jornal. Não existe qualquer tipo de explicação prévia sobre o que seria o "El Niño", ao contrário, ele já é mostrado como corrente e presente em um senso comum capaz de articular a nomenclatura às suas variáveis climáticas reconhecidas pelos meteorologistas. No caso, a mudança brusca de tempo, quando a força dos ventos e a chegada de uma tempestade trouxe a necessidade de impedir os banhistas de entrarem no mar – o que se confirma pela utilização da bandeira vermelha, que sinaliza perigo e, em seguida, a bandeira preta, que é a proibição por precaução.

É através dessa notícia, que identifica o termo como corrente na cidade do Rio Grande, que se abre uma questão a ser explorada os termos de uma história local capaz de contemplar a categoria climática como uma variável a ser investigada. Notadamente, o El Niño como articulador de uma nova síntese possível, a qual passa a ser capaz de contemplar natureza e cultura dentro de um modelo ecossistêmico em sua abordagem histórica.

Rio Grande: uma forma de contar o local

O período aqui estudado compreende os resultados parciais de uma pesquisa que abrange os cinco eventos de El Niño considerados de categoria *Forte*, os quais correspondem aos seguintes anos: 1982/1983; 1992/1993; 1997/1998; 2015/2016 e 2023/2024. Nesse sentido, a síntese apresentada a esse artigo corresponde aos dados já coletados juntos aos anos de: 1982/1983; 1992;1993 e 1997/1998.

Todo esse material corresponde ao universo de notícias encontradas junto ao Jornal Agora, periódico de maior circulação na cidade, e com o maior número de assinantes, portanto, uma antena social sensível (Pesavento, 2008) de projeção das práticas e representações da sociedade riograndina.

Com a finalidade de organizar um processo metodológico qualitativo desse material, primeiro foi realizada uma pesquisa indiciária na

qual os seguintes termos foram transformados em palavras de busca: Chuva, Vento, Clima, Tempestades, Enchentes e Flagelados. Desse processo, resultaram os seguintes resultados que compõe o cenário a ser interpretado nesse momento:

Quadro 1: Quantificação de textos coletados

ANO	1982	1983	1992	1993	1997	1998
QNTD.	28	45	10	18	43	27
	73		28		70	

Fonte: Jornal Agora

Esses são os números consolidados de uma forma geral, sem a descrição de quantitativos referentes a cada termo específico de busca. Ainda, o conjunto de materiais selecionados compreende a integralidade dos espaços existentes no periódico, os quais dizem respeito desde a capa, encontrando o assunto como manchete principal, passando pelo editorial, carta ao leitor, textos informativos, materiais específicas sobre questões ambientais, além das charges que eram publicadas no Jornal Agora.

Com esse processo de refinamento dos resultados em curso, o que seguirá nas próximas páginas desse trabalho é uma perspectiva exploratória dessa aproximação entre História Ambiental Climática e as possibilidades de uma História Local que se pense a partir do surgimento de uma questão ambiental que incide diretamente no território dos atores sociais da cidade do Rio Grande, e que passa a compor sínteses de memória que atravessam a constituição das representações do seu passado.

O dia 15 de junho de 1982 registra o que, dias antes, parece ter acometido a cidade: "Cidade começa a voltar à normalidade". Essa é a manchete que demonstra alguns sinais que já vinham sendo dados em textos opinativos anteriores, dessa vez com o destaque central do periódico a esse tema:

> Depois de ter sido completamente alagada, quando sofreu a ação de dois temporais, nos finais da manhã e tarde, Rio Grande começou a voltar, hoje, a normalidade. A maioria das ruas alagadas escoou normalmente

> a água acumulada, restando apenas alagamentos na periferia, onde o sistema de esgotos é precário ou não existe. Não houve o registro oficial de flagelados e as famílias que abandonaram as casas ontem, se refugiando em residências de amigos e familiares, retornaram hoje na sua maioria, passando a secar móveis e promovendo limpezas. (Jornal Agora, 15 de junho de 1982)

Chuvas intensas deixariam, como diz a mesma notícia em seguida, a cidade intrafegável. O cotidiano foi afetado ao ponto de, dias depois, o assunto seguir sendo pauta desde o ponto de vista de necessidade de salvaguarda dos eventos climáticos, como estampa outra manchete de capa: "Chuvas – Prefeitura inicia trabalhos de recuperação da periferia e interior" (Jornal Agora, 19 de junho de 1982).

> Algumas famílias que tiveram casas invadidas pela água, se retiraram por conta própria para casas de parentes e amigos, sendo que a maioria prefere permanecer nos seus domicílios com medo de possíveis saques, indefectíveis neste tipo de situação. A Secretaria do Trabalho e a Ação Social de Rio Grande executa um plano de emergência para o controle da situação, já existindo alguns estabelecimentos de ensino programados para o recebimento de flagelados (Jornal Agora, 19 de junho de 1982).

O cenário se assemelha a cenas reconhecidas pelo imaginário da tragédia provocado por enchentes. Alagamentos que precisam de evacuação de moradores, os quais nem sempre estão dispostos a saírem de suas casas – demonstrando aí um ponto importante a ser trabalhado do ponto de vista da política pública. O uso de espaços públicos para uso em alojamentos também é frequente, no caso específico, as escolas.

Esse tipo de matéria será frequente ao longo do ano de 1982, com reiterados momentos de recuperação urbana, especialmente, as vias públicas que passam a ser descritas como intransitáveis, dificultando diversos acessos à cidade. Até que, no último trimestre se acentuam os problemas causados por fortes chuvas, como informa a capa de 04 de novembro de 1982:

Imagem 1: Jornal Agora



Fonte: Acervo da Biblioteca Rio-Grandense

É nesse período do terceiro trimestre que irão se acumular, assim como as águas, as notícias demonstrando os impactos climáticos sofridos pela população. Com o resto do ano evidenciando as soluções que foram encontradas. O ano de 1983, já com essa carga de situações anteriores, aumenta a frequência de textos encontrados no Jornal Agora que demonstram a continuidade do fenômeno em curso.

Imagem 2: Jornal Agora


agora
O JORNAL DO SUL
ANO VIII
CHUVAS INTENSAS PROVOCARAM MUITOS FLAGELADOS
MAU TEMPO CAUSOU A TRANSFERÊNCIA DO CONCURSO DO PRIMEIRO GRUPO

Fonte: Acervo da Biblioteca Rio-Grandense

Dessa vez surgem os "flagelados que são afetados na capa de 17 de fevereiro de 1983, e nas palavras da matéria em tela:

> Mas as chuvas vem e vão junto com os problemas sem soluções deixando desalojados e com prejuízos materiais quanto aos móveis e também sobre as estruturas das casas alagadas que a cada chuva sofrem abalos, perdendo assoalhos e vigas (Jornal Agora, 17 de fevereiro de 1983).

Nesse ano irá surgir uma campanha social, organizada pela iniciativa privada e grupos como *Lions Club*[2] protagonizando ações de assistência

2 Organização internacional de clubes recreativos, voltado de forma específica para associados, os quais trabalham com filantropia como horizonte de trabalho. Notadamente, também se vincula a grupos sociais favorecidos financeiramente, e associados à camadas politicamente conservadoras.

social. Ao longo dos meses a iniciativa 'Irmão ajuda irmão" se torna elemento frequente nas páginas do Jornal Agora. Assim como, será nesse mesmo momento, que debates socioambientais começam a circular no periódico, construindo o princípio de uma agenda ambiental ligada ao clima.

Como antes destacado, ainda não é utilizado o termo "El Niño" em nenhum dos momentos ao longo de 1983. Mesmo que a variável climática passe a ser percebida como um fenômeno ecossistêmico, quando são apresentadas notícias sobre outras regiões do Estado afetadas (Jornal Agora, 18 de fevereiro; 08 de junho; 13 de julho de 1983), como dito antes, apenas quatro anos depois que o nome próprio desse fenômeno irá se popularizar na imprensa.

Confirmando a tendência de Berlato & Fontana (2003), quando informam que os anos de 1992 e 1993 demonstram um menor número de impactos no Estado do Rio Grande do Sul, mesmo sendo considerada uma passagem de categoria "Forte" pela climatologia, o Jornal Agora chega a um número menor de citações sobre eventos extremos se comparamos os anos de 1982 e 1983 – como também 1997 e 1998. Ao total são apenas 28 referências que atendem ao grupo de termos-chaves previamente estabelecidos como indexadores de busca.

No caso de 1992, apenas dez textos refletem situações climáticas extremas, que s eidentificam com as marcas do fenômeno El Niño incidindo na cidade. Porém, ao contrário da última ocorrência, esse período passa a ilustrar as notícias com um maior número de fotos dos alagamentos. Como é o caso da notícia de capa de 31 de agosto: "Mau tempo: choveu cinco vezes mais em três dias do que no mês inteiro", a qual é ilustrada com o seguinte registro:

Imagem 3 e 4: Jornal Agora, 31/08/1993



Fonte: Acervo da Biblioteca Rio-Grandense

Essa passará a ser uma prática comum, o uso das imagens que possibilitam a percepção mais sensível do alcance das calamidades trazidas com os excessos de chuvas no município. Assim como o uso de charges na página 2 do periódico, como é o caso do material publicado pelo artista que assina como Lorde Lobo dentro do Jornal Agora (Imagem 4).

As chuvas passam a integrar o imaginário local para além da experiência individual, do sujeito afetado que, junto com outros moradores do território, convivem com esses fenômenos. Ao ocupar um lugar de cada vez mais de destaque na imprensa, as chuvas ganham projeção no âmbito da representação social, na forma como passam a ser incorporadas pela agenda do território através do texto e da arte visual.

Os anos de 1997 e 1998 seria completamente diferente, e se assimilaria aos anos de 1982 e 1983. Dessa vez, o número de materiais textuais e visuais encontrados no Jornal chega ao número de 70, considerando o ano de 1997 (43) como o segundo maior resultado dentro da série histórica.

Desde junho as notícias sobre as condições climáticas se acentuam. Até que em 20 de agosto desse ano a referência ao El Niño se faz presente no Jornal Agora:

> O fenômeno meteorológico El Niño alegrou o mês de agosto com o calor, que em alguns dias chegou a atingir a temperatura de até 30.5°C, quando

> todos os gaúchos esperavam ainda mais frio. O calor inclusive fez com que o Cassino tivesse a oportunidade de matar a saudade dos dias de verão, recebendo muitos de seus admiradores. Também trouxe chuva, às vezes bastante forte, como a do último fim de semana. (Jornal Agora, 20 de agosto de 1997)

O reconhecimento do fenômeno como motor de situações envolvendo o clima na cidade é colocado no jornal, quando, ao invés das chuvas previstas, "ele" teria dado uma trégua com alguns dias de sol. Essa presença do calor no cotidiano é, então, escrita em tom de comemoração, sendo possível "matar a saudade" do verão – o que logo acaba com novas chuvas que irão ocorrer em Rio Grande.

A presença do fenômeno atinge esferas diversas do cotidiano quando encontra-se, na parte destinada ao esporte, o título: "Sexta rodada depende do El Niño". E logo na primeira frase: "Muita chuva. É a consequência do El Niño, que modifica a temperatura do Oceano Pacífico, tem sido um problema para vários setores, como agricultura entre outros (11 e 12 de outubro, 1997).

Igualmente, em notícias relacionadas à pesca irão trazer as consequências do El Niño, o qual estaria "... provocando perturbações no tempo e na temperatura e já mostra os efeitos negativos também sobre a pesca" (Jornal Agora, 16 de outubro de 1997). Da mesma forma, a safra do camarão irá ser afetada:

> O camarão é o principal produto exportado pelas indústrias da pesca. Lembrou ainda que este não será um problema só de Rio Grande mas de todo o Brasil, porque o fenômeno "El Niño" está atingindo todo o País (Jornal Agora, 19 de novembro de 1997).

É dentro desse contexto que serão encontradas notícias sobre as condições dos bairros da cidade, que sofrem com chuvas incessantes:

> A quantidade de chuva ocorrida nestes 22 dias deste mês já é superior ao normalmente verificado no mês de dezembro de anos anteriores, pois já choveu 130 milímetros, enquanto costumava chover durante todo o mês de 60 a 100 milímetros. Segundo os técnicos, o fenômeno El Niño é que está provocando essa precipitação. A previsão para hoje ainda é de tempo nublado com chuvas. (Jornal Agora, 23 de novembro de 1997).

A presença do fenômeno segue no ano de 1998, com manchetes como "El Niño prejudica a culturas de verão" (Jornal Agora, 17 de fevereiro de 1998), momento em que secretários da Pesca, Agricultura e Meio Ambiente, conjuntamente, se manifestam sobre os impactos dos eventos de chuvas e tempestades na cidade, e quais estão sendo as medidas tomadas pelo poder público. E, de forma objetiva, é dito em julho de 1998: "El Niño é apontado como causador da crise na pesca" (Jornal Agora, 08 de julho de 1998).

Fica evidente, ao observar o conjunto de dados coletados nos anos de 1997 e 1998, a presença constante do fenômeno na agenda municipal, dessa vez como uma questão ambiental propriamente dita. Incidindo em diversas áreas e segmentos da cidade, impactando elementos da economia, do social e da cultura, o evento já reconhecido, agora precisa ser integrado ao calendário sazonal de Rio Grande, que identifica impactos, notadamente, estruturais.

Pouco espaço ainda é dado para os impactos subjetivos dos eventos extremos. O interesse está em demonstrar a magnitude de danos do tecido social, que impedem serviços públicos, e também afetam a vida cotidiana dos sujeitos. A consequência disso, o impacto sensível na vida dos flagelados será um fenômeno registrado somente anos depois nas mesmas páginas desse jornal.

De certo, é possível pensar no surgimento de uma questão ambiental em Rio Grande, essa identificada a partir da presença do El Niño, no ano de 1997. Esse momento parece ser um ponto de virada para a compreensão desse fenômeno, que é percebido no escopo de uma escala global, ao mesmo tempo em que torna-se um elemento inescapável ao local. Portanto, uma questão ambiental que abre uma série de outras situações a serem encaradas tanto pelo poder público em suas formas de resposta a um fato contínuo, como pela população que passa a reconhecer um tipo de sensibilidade climática que atravessa corpos e mentes a cada ocorrência de eventos extremos.

Considerações finais

Como exposto logo no início desse trabalho, os dados aqui apresentados representam a parcialidade do conjunto documental atualmente investigado. Por isso, alguns apontamentos não só serão

ampliados, como outros aprofundados a partir dos pressupostos da metodologia e seus desdobramento no âmbito de uma pesquisa quanti-qualitativa.

Nesse mesmo sentido, cabe também reforçar o caráter de aproximações possível, em curso dentro do universo de referências que aproximam campos, como é o caso de um diálogo com a História Local. Certamente, outras serão necessárias para que se faça valer as premissas de um saber ecossistêmico, que seja capaz de sínteses exploratórias que levem a outras referências e saberes a serem levados em consideração quanto às formas de se narrar uma história que, ao invés de contar *sobre,* se ocupa de uma história *com*.

Talvez, e aqui insere-se o horizonte da posição política frente ao clima, tão necessária quando da reunião dos sujeitos da Ciência e suas responsabilidades frente ao cenário das mudanças ambientais globais, possa ser através de uma História Ambiental Climática, engajada em um horizonte interpretativo de cunho ecossistêmico, que uma contribuição singular possa ser feita pelo campo das humanidades.

Bibliografia

ADAMSON, G. El Niño and society. **Oxford Research Encyclopedia of Climate Science**, 2019. DOI: 10.1093/acrefore/9780190228620.013.720.

BASTOS, R. *et al*. Climate: the greatMaestro of life on Earth. History, Didactics and case studies. In: LEAL FILHO et al. (Eds.). **Handbook of Climate Change Communication**, vol. 3. Springer International Publishing, 2018.

CABRAL, C.C. 'O Brasil é um grande formigueiro': território ecologia e a história ambiental da América Portuguesa, parte 1. **HALA**C. Belo Horizonte, Vol. III, n. 2, mar-ago 2014, p. 467-489.

CARRANZA, L. Contra-corriente marítima observada em Paita e Pacasmayo. **Boletín de la Sociedad Geográfica de Lima**, v. 9, p. 344-346, 1892.

CULVER, L. Seeing Climate throught Culture. **Environmental History**, 19 (2), 311-318, 2014.

CORBIN, A. As emoções individuais e a meteorologia. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, G. **História das Emoções** – das luzes até o final do século XIX. Petrópolis, Vozes, 2020.

DAVIS, M. **Holocaustos Coloniais** – Clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo. Rio de Janeiro, Record, 2002.

HOBSBAWM, E. **Sobre História**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

HULME, M. **Why we desagree about climate change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

LE ROY LADURIE, Emanuel. **Historia del clima desde el año mil**. México, Fondo de Cultura Económica, 1983.

LE ROY LADURIE, Emanuel. O clima: a história da chuva e do bom tempo. In: LE GOFF, J. **História, novos objetos**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1995.

LOURENÇO, A. V. Diretrizes para um plano de gestão ambiental portuário contextualizado nos estágios do ciclo do GCI. Estudo de caso no Porto do Rio Grande. Mestrado. Rio Grande, Universidade Federal do Rio Grande, 2012. Available at: https://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/4019/andreia.pdf?sequence=1&isAllowed=y

MARTINS, S. F. **Cidade do Rio Grande**: industrialização e urbanidade (1873-1990).Rio Grande, Editora da FURG, 2006.

MURPHY, R. C. Oceanic and climatic phenomena along the west coast of South America during 1925.. **Geographical Review**, v. 16, n. 1, p. 26-54, 1925. DOI: https://doi.org/10.2307/208501

PESAVENTO, S. J. **Os sete pecados da capital**. São Paulo: Hucitec, 2008.

PORTO-GONÇALVES, C.W. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro, Record, 2012.

SINGER, P. **A crise do "milagre"**. Interpretação crítica da economia brasileira. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

STAROBINSKI. **1798**: os emblemas da razão. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

TORRES, L.H. Águas de maio: a enchente de 1941 em Rio Grande. **Historiae**, Rio Grande, v. 3, n. 3, 2012, p. 239-254.

VASAK, A. Grandes emoções meteorológicas coletivas. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. História das Emoções – das luzes até o final do século XIX. Petrópolis, Vozes, 2020.

VILLELA, Rubens Junqueira. Fenômenos Extremos no Brasil In: **Scientific American especial Extremos do Clima**. São Paulo: Duetto Editorial, 2011.

REGIONALISMO NA PRIMEIRA REPÚBLICA: ALCIDES MAYA, J. SIMÕES LOPES NETO E ROQUE CALLAGE

Neandro Vieira Thesing[1]

Introdução

Amplamente debatido em décadas anteriores, o termo regionalismo acabou por perder espaço no campo de pesquisas historiográficas. No Rio Grande do Sul, em especial, ao buscar formas de se (re)pensar a produção intelectual, o conceito ganha ares de ubiquidade: está e existe na grande maioria dos esforços compreensivos sobre a produção intelectual e cultural sul-rio-grandense, atrelando-se a determinado repertório de imagens e mitologias, responsáveis por estabelecer as características expressivas típicas, essenciais, da região. Tendo tais ares estruturantes, por que perdeu foco nos espaços de investigação historiográfica? A partir dessa pergunta as intenções envolvendo a presente pesquisa ganharam forma.

1 Docente e Coordenador do CST em Segurança Pública Municipal e do Curso de Ciências Contábeis na Faculdade de Direito de Santa Maria (FADISMA). Professor substituto no Instituto Federal Farroupilha (IFFar) – Campus São Vicente do Sul. Graduado em História - Licenciatura Plena e Bacharelado pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Especialista em História do Brasil pela UFSM. Mestre e Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: nthesing@hotmail.com. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/7922207971381783.

Para aproximar-se com maior atenção sobre o fenômeno e buscar contribuir para o debate, escolheu-se o caminho de ter como objeto o regionalismo literário no Rio Grande do Sul, a partir de três escritores protagonistas da tradição literária: Alcides Maya, João Simões Lopes Neto e Roque Callage. Serão investigadas as posições dos autores sobre o regionalismo, utilizando como fontes as principais obras literárias e artigos publicados na imprensa escrita – Alcides Maya, com *Ruínas vivas* (1910), João Simões Lopes Neto, com *Contos gauchescos* (1912) e *Lendas do sul* (1913) e Roque Callage, com *Terra gaúcha* (1914). Da mesma forma, será considerado o contexto político-social do estado e os debates intelectuais do período.

Como recorte temporal, estabeleceu-se as décadas de 1910 e 1920, quando ocorreu uma aceleração do processo de modernização. Uma das hipóteses é a de que a tradição regionalista ganha espaço em momentos históricos onde o ritmo de transformações sociais se acelera, sendo uma resposta a problemas de longa duração. No século XX, contudo, o regionalismo traz novos padrões de imaginação e de compreensão da realidade social, expressos nas obras de autores vinculados à tradição, e distintos do ocorrido durante sua emergência ainda no século XIX. Embora a escala concentre-se em duas décadas, o período foi decisivo para definição dos rumos tomados pelo debate intelectual ao longo de boa parte do século XX.

A modernidade é definida de acordo com Marshall Berman (2007), cuja obra propõe a centralidade da noção de experiência e condição moderna, ou seja, como aqueles humanos do passado tentaram sentir-se em casa num mundo em constante mutação. Ser moderno é uma perpétua dialética, "viver uma vida de paradoxo e contradição" (Berman, 2007, p. 21). É uma experiência particular diante das mudanças definitivas, dos problemas reais que marcam até hoje a vida mental. O sujeito moderno é aquele que pode conhecer, entender e agir na transformação/crescimento do mundo e de si mesmo – mas ao mesmo tempo pode ser transformado em objeto. Isso, entretanto, é feito ao preço do terror gerado pela desorientação criada com a desintegração de tudo em migalhas e fumaça.

O autor aponta ainda que existe uma distinção entre modernização (economia e política) e modernismo (arte, cultura, sensibilidade, ideias),

ou seja, não existe apenas um único caminho evolutivo de modernização, tampouco uma única forma de modernismo, mas sim modernismos, no plural, a depender de como o processo se desenvolve – em ambos os sentidos, modernização e modernismo – em determinado local.

Além do conceito de modernidade, será utilizada a noção de nostalgia como categoria metahistórica tal como desenvolvida por Svetlana Boym. Para a autora, os nostálgicos não são necessariamente conservadores, revoltando-se contra a ideia moderna de tempo, o tempo da história e do progresso. Assim, a nostalgia não seria necessariamente oposta à modernidade e à responsabilidade individual, mas sim complementar, subdividindo-se em: nostalgia reflexiva e nostalgia restauradora. A condição moderna é atravessada pela dor do deslocamento e da irreversibilidade temporal, gerando um desejo de continuidade, de estabilidade, em meio a um mundo cada vez mais fragmentado.

Para o presente artigo, pode ser uma nova possibilidade de compreensão ver o regionalismo pelas lentes da nostalgia reflexiva, e não da nostalgia restauradora, como foi compreendido majoritariamente até o momento. Ou seja, considerar as obras em suas reflexões sobre a história e a passagem do tempo, assumindo a contingência e não procura deter a mudança; "temporalizar o espaço", nas palavras da autora, vendo num lugar as camadas de tempo e história que se misturam e podem inspirar o novo. O passado é inspiração para um futuro aberto. Enquanto o outro tipo, a nostalgia restauradora: evoca o passado grandioso das idades de ouro nacionais; "espacializa o tempo", reconstruindo transhistoricamente a terra perdida; inscreve no presente a marca de um lugar pretérito hegemônico, sempre idêntico a si mesmo.

A pesquisa vincula-se à história intelectual. Utilizando a interpretação de textos como método-guia, os conceitos têm sentido a partir do uso que se faz deles, sendo parte do mundo e afetando esse mundo, não podendo ser desse modo descarnados, isolados de seu caráter antropológico: não são ideias com existência autônoma, no mundo das ideias. Quem compreende, compreende a partir de algum lugar, um contexto situado. Dessa forma, podemos compreender as disputas de força nas diversas sociedades humanas também por meio dos debates em torno das delimitações conceituais e de interpretação, dos usos da linguagem feitos pelos contemporâneos de então, devido a seus efeitos no mundo,

como sugerido por Reinhart Koselleck (2006), pois toda semântica se relaciona a conteúdos que ultrapassam a dimensão linguística.

Nesta construção discursiva de mundos, é necessário, então, situar as fontes em seu contexto enunciativo. Esse aspecto é responsável pela existência de escolas na história intelectual, suscitando extensas discussões. Neste ponto, o suporte está nas concepções de Dominick LaCapra (1983). Se para algumas escolas o importante é a estrutura interna do texto e para outras o contexto de emergência, LaCapra sugere que não há relação hierárquica entre texto e contexto, mas sim uma interação.

A partir dessa interação nasce a proposta sobre os seis níveis nos quais os textos devem/deveriam ser colocados para análise contextual: 1) relação entre as intenções do autor e o texto; 2) relação da vida do autor e o texto; 3) relação entre a sociedade e os textos; 4) relação da cultura com os textos; 5) relação de um texto com o corpus de um escritor; 6) relação entre modos de discurso e textos. Tais níveis contextuais também serão incorporados na abordagem do objeto, como indicativos e não como uma coerção metodológica, visto que o próprio autor ressalta que não é necessário valer-se de todos os níveis propostos.

O presente artigo está estruturado em quatro partes. Na primeira, são elencados elementos significativos para compreensão do contexto intelectual entre as décadas de 1910 e 1920. Nos trechos seguintes, são analisadas as posições dos autores sobre o regionalismo literário.

1 Os regionalismos no Brasil meridional

Quando dizemos *regionalismo* estamos falando de um fenômeno complexo e de longa duração, concomitante ao processo de construção dos Estados nacionais. Historicamente, algumas interpretações datam o Estado-nação a partir da Revolução Francesa, de 1789 (Carvalho, 2015). O nacionalismo, enquanto ideologia moderna é fruto da industrialização da Europa ocidental (E. Gellner), do Estado francês moderno, da Ilustração e da própria Revolução Francesa (E. Kedourie), ou da Era das Revoluções, a partir de 1830 (E. Hobsbawm).

Ao longo dos séculos, a ideia de nação esteve ligada a um centro de poder (capital) e a uma identidade comum, tanto materiais quanto simbólicos. A região seria tudo aquilo que não seja/esteja (n)esse poder

central. Falar de região, então, pode auxiliar na compreensão sobre as construções simbólicas destes caminhos internos.

No Brasil, o Estado nasceu antes da nação. Antes daquele, a dominação colonial de um espaço. Ao almejar uma nação una, a região tornava-se um espaço de ameaça, evocando estranheza, "estranheza que vem do fato de a palavra estar investida de uma carga semântica que, no mais das vezes, remete a nacionalismos baratos e tacanhos." (Araújo, 2006, p. 113). Para certo nacionalismo, a identidade regional é dada enquanto alteridade da nação. Então, para configurar nações, elaboram-se tanto as fronteiras externas quanto as fronteiras intranacionais e seus significados.

A Literatura, nesse processo de construção das nações feita pelos nacionalismos, teve um papel central, responsável por produzir sentido, tanto temporal quanto simbólico/cultural. Emergindo após 1822, sob as luzes do Romantismo, mas seguindo e ganhando novos elementos ao longo do século seguinte, o regionalismo acompanha e é marcado pelas transformações estéticas e críticas registradas na produção intelectual brasileira. Possivelmente, a noção de que o Brasil era fragmentado por pluralidades culturais, ambientais e socioeconômicas inquietou e ocupou intelectuais mais do que a comparação com outras nações (Vidal e Souza, 2011, p. 299). O regionalismo vai criando as regiões, antes vividas, que passam a ser enunciadas.

Toda interpretação de Brasil assenta-se em uma significação sobre o passado, uma interpretação do presente e futuros possíveis. Nas compreensões/histórias sobre o Brasil, desde a Independência, predominou um "ponto de vista geral", vinculado à noção de "história universal". As narrativas herdaram do olhar europeu um modo de escrita centrado na expansão da civilização europeia, responsável por descobrir e salvar os demais povos do mundo à barbárie.

Este modelo de História contém um sentido e um centro, étnico, civilizacional e racial, ao qual precisaríamos ser também articulados (Reis, 2017). No século XIX, este centro homogeneizador foi o Rio de Janeiro, criando um enredo geral sobre o Brasil, composto por protagonistas, eventos legítimos e datas verdadeiras. Este momento pode ser tomado como o início da invenção das tradições nacionais. No século seguinte, outra cidade tomaria a frente do processo, substituindo a marcha da

civilização pela marcha do progresso: São Paulo passou a ser o modelo para a modernização brasileira.

Segundo Luiz Roberto Pecoits Targa (2003), instalou-se um "paradigma centro-periferia" na construção de uma centralidade da história do eixo Rio de Janeiro-São Paulo nas narrativas em torno da formação histórica do Brasil, um paradigma modernizador e "nacionalizante" na historiografia e nas ciências sociais.

O modelo é aceito generalizadamente pela intelectualidade nacional, coligindo uma constelação de ideias-força em seu entorno, ou seja, estabelece-se um tipo de pensamento que conduz a sociedade em um sentido ou em outro. A contrapartida dessa afirmação (ou hipótese), é a negação da autonomia e individuação de muitas partes do país. A construção da nacionalidade passa pela uniformização.

Em termos literários/de produção intelectual, a Semana de Arte, vista como evento fundador e marco da modernidade intelectual no país passou a ser vista como fruto do "paradigma de 1922", uma construção dos intelectuais e artistas paulistas, atualizada ao longo das décadas de 1930 e 1950 (Velloso, 2010). E adiciona-se: essas concepções também se ramificaram para todas as visões sobre a cultura nacional, incluindo-se as interpretações sobre o Brasil, da História e da Sociologia.

O vazio cultural que assolava o país criou um bloco indiferenciado de correntes de pensamento e sensibilidades estéticas (parnasianos, decadentistas, simbolistas, regionalistas), designado como "antecedentes do modernismo", ou "pré-modernistas" – possivelmente o maior sinal deste paradigma. Perderam-se as "especificidades de cada grupo e as articulações que pudessem vir a estabelecer com o moderno" (Velloso, 2010, p. 23).

Como um contraponto a esta visão hegemônica, podemos estabelecer em *Os sertões*, de Euclides da Cunha (1902), um marco na forma de compreender o Brasil e no próprio discurso regionalista. A partir da obra, as regiões passam a ser como problemas sociais e históricos e também culturais. Para os regionalistas, a região é vista como a unidade de organização nacional. O conjunto de partes é que passa a formar o todo: o Brasil é o conjunto de suas regiões, as unidades históricas e sociais, mais do que geográficas e políticas. A tradição passa a ser

discutida e inventada, trazendo ao centro do debate a cultura, vista como síntese já acontecida do "propriamente nacional".

No Rio Grande do Sul das primeiras décadas do século XX, a modernização se acelera, fazendo emergir novos setores sociais, deslocando o eixo econômico em direção à região metropolitana de Porto Alegre. O Instituto Histórico e Geográfico é (re)criado em 1920 e várias agremiações gauchescas são fundadas em muitas cidades. Um número significativo de intelectuais passará a se questionar e a tentar dar sentido àquele turbilhão de transformações que deslocava o estado.

2 Alcides Maya

Alcides Castilho Maya nasceu em 1878, na cidade de São Gabriel (RS). Faleceu no Rio de Janeiro, a 2 de setembro de 1944. Viveu 66 anos. Foi ensaísta, romancista contista e conferencista importante, reconhecido local e nacionalmente, eleito para a Academia Brasileira de Letras com o ensaio *Machado de Assis – algumas notas sobre o humour*, de 1912. Também foi membro da Academia Rio-grandense de Letras (1902) e do IHGRGS.

Suas obras de ficção são: *Ruínas Vivas*: romance gaúcho, em 1910, com edição na cidade do Porto (Lello Irmãos); *Tapera*, cenários gauchescos, publicado no Rio de Janeiro em 1911 (Livraria Garnier); e *Alma bárbara*, editado em 1922 (Rio de Janeiro, Pimenta de Melo). Publicou ainda cinco conjuntos de ensaios e crônicas jornalísticas, entre 1897 e 1926.

Sua principal atuação profissional, por quase 50 anos, foi o jornalismo. Iniciando muito jovem na profissão, colaborou com ensaios e artigos em jornais e revistas locais e do centro do país. A vinculação ao jornalismo o fez pendular entre a capital federal e a capital do estado, transferindo-se para o Rio de Janeiro pela primeira vez em 1903.

Politicamente, Maya representou o Rio Grande do Sul na Câmara Federal (1918-1921), eleito pelo Partido Republicano Riograndense (PRR), partido no qual reconheceu a modernidade possível para o estado. Ao contrário de grandes mudanças ideológicas pessoais, Reverbel (1991) aponta que a indicação fora feita pessoalmente por Pinheiro Machado a Borges de Medeiros.

Tendo sucesso de vendas e crítica durante seu período mais produtivo, Maya foi intelectual muito respeitado, principalmente pela vasta erudição. Posteriormente, após o influxo modernista no estado, seu regionalismo será oposto ao de Simões Lopes Neto, como exemplos contemporâneos de boa e má literatura. Em grande parte, esta divisão deve-se à rotulação de Maya como um autor nostálgico, logo conservador. Flávio Loureiro Chaves adverte que, embora tenha visto com lucidez as contradições de sua época, realizando uma denúncia social, o saldo de sua obra é "profundamente reacionária" (Chaves, 2001, p. 55). A imagem recorrente é de um autor nostálgico, derrotista e antimoderno.

Mas há outras posições. Para Léa Masina (2004), a cartografia do pampa, com seu espaço e seus tipos humanos característicos, foi estabelecida neste período por Maya e J. Simões Lopes Neto. Augusto Meyer (2002), ao referir-se aos gaúchos de Alcides Maya, diz que o autor retraça a "psicologia do gaúcho pobre, "sem as mentiras sentimentais do costume", explorado pela politicagem caudilhesca.

Para Luciana Murari a pecha de conservador não é condizente com a "intervenção social de cunho modernizador" do autor, que defendia ideais progressistas/liberais, incentivando o desenvolvimento das instituições e das forças produtivas. Modernizador, para a autora, são "novas sensibilidades, a libertação do indivíduo do peso de 'obrigações de casta', a possibilidade de converter em história e em arte a memória da guerra ainda viva naquelas 'almas bárbaras'." (2008, p. 166).

Em suas três obras de ficção, Maya os preceitos da escola regionalista mantêm-se presentes, com a temática localista, a pesquisa folclórica e a descrição sobre os modos de vida típicos. No autor, especialmente, a noção de que a literatura regional aprofunda as representações da nação são claros: quanto mais local, mais próxima e palpável estaria a nação. As partes não se diluem para compor o todo, elas o formam. Na alegoria de Maya: "afluiu o arroio gaúcho para a grande caudal brasileira" (Maya, 2004, p. 187).

Encontramos tentativas de conceituação sobre regionalismo em alguns momentos na obra do autor, principalmente na réplica a José Veríssimo quando da publicação de *Ruínas Vivas* – para quem o Rio Grande do Sul era como um corpo estranho no Brasil – e em suas colunas publicadas no jornal *Correio do Povo*, em 1935 e 1936. Respondendo a

Veríssimo, ao dizer que o gênero do romance moderno nasceu "proto-romântico", um "primeiro manifesto, ainda vago, de nacionalismo ou regionalismo (se nos permite...) em arte." O romance, mais do que a poesia, foi um inimigo dos deuses e heróis celebrados pelos clássicos, "e, seguindo a nova intuição, procurou o povo e o homem, as legendas pátrias, os costumes" (Maya, 1912, p. 5).

Em 1935, na crítica ao livro *Farrapo (Memórias de um cavalo)*, de Piá-do-Sul (pseudônimo de Félix Contreiras Rodrigues), e em 1936, nas "Cartas abertas a Dante de Laytano", Maya volta a reafirmar as mesmas posições. Primeiramente, afasta os pares opositivos regionalismo/universalismo e regionalismo/nacionalismo. No seu entendimento, o *local* tão próprio do Regionalismo significa o conjunto de características socio-histórico-culturais particulares do Rio Grande do Sul – ou de cada região do país –, captadas via observação e recriadas pelo gênio artístico.

A escola regionalista seria uma tentativa de estudar as "idiossincrasias de nosso povo e de nossa estrutura social" (Maya, 1897, p. 20). O regionalismo, então, seria uma aproximação às questões das pessoas naquele território, incluindo "a psicologia da pátria sulina, na complexidade de suas notas, no arrojo e nas ardentias de seu sentir, na vibratilidade de seu espírito e na bela documentação de sua poesia popular" (Maya, 2002, p. 164).

Da mesma forma, os regionalistas do Sul nunca deixaram de buscar inspirações nas fontes que emanam da "civilização de longe". Um autor regionalista cria uma linguagem literária a partir de composições enquanto "intérprete nacionalista de sua terra": conhece a paisagem, os tipos campeiros, acima de tudo, no uso da linguagem/vocabulário e expressões/locuções (léxico português particular). Simões Lopes Neto e Darcy Azambuja foram os que mais souberam definir, esteticamente, o "gênio coletivo da nossa gente, em nossa terra" (Maya, 2002, p. 169-171).

Em sua visão, as críticas dirigidas ao regionalismo fundamentavam-se explicitamente no erro de limitar os motivos da escola à descrição exterior e, implicitamente, à antipatia por determinados tipos, usos e costumes rudes, dispensáveis para a representação artística. A postulação de oposto ao universalismo devia-se a certo bovarismo diante de escritores em voga, principalmente estrangeiros, um hábito arraigado entre a intelectualidade sul-rio-grandense desde Ponche Verde, quando

o RS teve de adaptar-se a centros intelectuais do Império (coimbrões) e estéticos, do Rio, de São Paulo, do Recife, de Minas Gerais. Desafiadoramente, defende que mesmo tendo uma tradição histórica de rebeldia, não criamos uma expressão estética própria (Maya, 2002, p. 166-68).

A relação entre Regionalismo e Romantismo explica a aproximação entre regionalismo e nacionalismo. A fórmula é: Regionalismo = Romantismo = Nacionalismo. Em suas palavras: "Nacionalismo sinônimo é, como termo lítero-sociológico, entre nós, de regionalismo" (Maya, 2002, p. 166). A oposição região-nação é desfeita: a nação é composta por regiões, permitindo a percepção dos tipos regionais como o nacional por excelência, e não sua negação como foi exposto pelos demais intelectuais nas respostas ao inquérito de Dante de Laytano.

Do Romantismo também é indicada a inspiração sobre o que é considerado como obra de arte, por buscarem além dos grandes artistas a produção anônima, coletiva, reveladora da vida humana e que nasce espontaneamente: "o homem assim como formava, independente dos gramáticos e dos teólogos, os sistemas de linguagem e os mitos [também] sabia dar forma aos sentimentos que pela tradição se tornavam o meio de unificação das nacionalidades" (Maya, 1897, p. 16).

Desse modo, embora o "gênio brasileiro" ainda estava sem forma na "rasa multiplicidade de suas manifestações" (Maya, 2004, p. 165), a circularidade da interpretação sobre o regionalismo defendido pelo autor aloca na valorização da cultura popular a orientação temporal da nação, não sendo o futuro, quando a síntese nacional seria feita, mas o passado, quando as particularidades foram estabelecidas. O ser da nação estava nas origens, consubstanciava-se em elementos socioculturais que emergiram da amálgama ocorrida neste território. Era necessário dar forma ao ser mestiço e particular da América.

Conforme nos aponta Almeida (1994, p. 248), esse olhar ao passado, a nostalgia de Maya

> [...] não assimila o voltar-se ao passado como um saudosismo impregnado de sentido amargo, pessimista e depressivo, ou como expressão da descrença nas potencialidades presentes e futuras da formação social rio-grandense. Este fato já ficou patente na correlação efetuada entre textos contemporâneos de ficção, ensaísmo e jornalismo político, onde sua ótica, nestes últimos, é declaradamente afirmativa no sentido

> prospectivo, embora se mostre quase sempre crítica na dimensão contemporânea (Almeida, 1994, p. 248).

Em outros termos: a nostalgia que emerge do cotejamento entre as distintas produções intelectuais do autor aproxima-se muito mais do que temos definido como *nostalgia reflexiva*. Na ficção de Maya lemos "páginas de saudade, guardadas numa pasta", como confessou certa vez a Augusto Meyer: "o que me parece digno de ressalte na sua obra é a visão desabusada e realista, a objetividade escrupulosa, a preocupação de apresentar as personagens com toda a sua complexidade" (Meyer, 2002, p. 123).

O regionalista de Maya, desde 1912, defendeu na resposta a José Veríssimo que seu método buscava na observação direta do meio gauchesco o registro de seus tipos espoliados e ameaçados injustamente de um destino social trágico pelo desacordo com a civilização atual, seja pela falta de cultura, pela carência de recursos ou por uma série de circunstâncias morais atávicas.

Em sua principal obra, *Ruínas Vivas*, a ambivalência passado-presente dos gaúchos pobres, como Jango Sousa, Manduca Estrada, Miguelito, Neco Alves, Chico Santos e tantos outros, são as principais e mais interessantes personagens de Maya, espoliados pela elite política e social, vivendo a vida possível diante da exploração inevitável, mas tirando o proveito de acordo com as condições postas: revolta, adequação, parasitismo, patifaria...

A obra, publicada em 1910, é considerada um dos primeiros romances sociais do Brasil, tendo como cenário a campanha gaúcha em finais do século XIX, eivado de hierarquia social, marginalização, em oposição ao gaúcho idealizado do romantismo, mostrando uma sociedade pastoril, patriarcal e autoritária. Sociedade e personagens são paradoxais, principalmente o protagonista, Miguelito, que em sua epifania final descobre o lugar social a partir de uma morte simbólica. Na obra, a nostalgia de Maya é nítida, combinando duas atitudes em relação ao passado da região: a) a empatia pelos desvalidos e a valorização de traços da cultura popular; b) condenando os "atavismos deletérios" que obstaculizavam o progresso e o desenvolvimento social.

3 João Simões Lopes Neto

João Simões Lopes Neto nasceu em fevereiro de 1865, na cidade de Pelotas (RS). Faleceu no dia 14 de junho de 1916, na mesma Pelotas. Viveu 51 anos. Foi sócio-fundador da Academia de Letras do Rio Grande do Sul, 1ª fase (1910).

Membro de uma importante família de grandes proprietários rurais, criadores de gado e charqueadores, com forte influência política, era neto do Visconde da Graça (João Simões Lopes Filho), filho de Catão Bonifácio Simões Lopes e Teresa de Freitas Lopes. Ao longo da vida, orbitou em torno de várias atividades profissionais em sua cidade natal. Teve funções públicas vinculadas ao comércio na cidade (funcionário da alfândega, secretário do conselho municipal e outros). Foi empresário, envolvendo-se iniciativas de múltiplas naturezas: fábrica de vidros, destilaria, fábrica de fumos e cigarros, torra e moagem de café, unguentos à base de tabaco. Foi professor. E recebeu o título de capitão da Guarda Nacional.

A imprensa foi seu primeiro trabalho intelectual, escrevendo para os jornais *A Pátria*, *Diário Popular* (redator) e *Opinião Pública* (também redator). Entre 1912 e 1915, ocupou a função de diretor do Correio Mercantil. Todos os órgãos de imprensa na cidade de Pelotas.

Politicamente, não teve grande envolvimento com a política partidária, vinculando-se ao PRR, mantendo-se fiel aos legalistas durante a Revolução Federalista. Sua atuação intelectual inicial foi voltada ao teatro, sendo, paulatinamente, reconduzida de modo a envolver dimensões políticas em torno do patriotismo que tomou as letras nacionais no início do século XX, proferindo conferências, envolvendo-se nas comemorações do centenário de Pelotas e buscando viabilizar projetos editoriais voltados aos livros escolares em torno de um projeto de memória histórica (Zalla, 2018).

A bibliografia simoniana inicia com operetas editadas sob o pseudônimo de Serafim Bemol. Em 1910, publica *Cancioneiro Guasca*, coletânea de poesias populares (Livraria Universal). Dois anos depois, *Contos gauchescos: folklore regional*, Pelotas, Livraria Universal, 1912. Em 1913, *Lendas do Sul* – populário, editada pela Livraria Universal. Todos os três publicados em sua cidade natal. As edições póstumas são de *Casos do Romualdo (histórias de um mentiroso)*, pela Globo, em 1952,

anteriormente publicados em várias edições do Correio Mercantil, em 1914; *Terra Gaúcha*, editada em Porto Alegre pela Sulina, em 1955; *Terra Gaúcha: histórias de infância*, editada em Caxias do Sul pela editora Belas-Letras no ano de 2013, e *Artinha de leitura*, idem, ambas organizadas por Luís Augusto Fischer.

Segundo Zalla (2018), somente Alcides Maya e Roque Callage conseguiram superar a recepção positiva de JSLN nas primeiras décadas do século XX no Rio Grande do Sul. A recepção de *Cancioneiro Guasca* foi positiva, com um bom número de vendas e elogios. *Contos Gauchescos* foi bem recebido pela crítica jornalística da capital federal e *Lendas do Sul* foi elogiado por jornais e revista sem São Paulo e no Rio de Janeiro.

Da atuação inicial no teatro, "não regionalista", se pudermos assim definir, JSLN converteu-se, na primeira década no século XX, para outros empreendimentos intelectuais. Ao longo da década converte-se praticamente em "conferencista oficial" de Pelotas, realizando muitas falas públicas na cidade e no estado, assumindo a presidência da União Gaúcha, em 1905, quando aproxima-se com maior interesse da temática regionalista. A partir desse envolvimento – e a da falência dos últimos empreendimentos industriais – sua produção intelectual muda de perfil, avançando ao passado: redação de um ensaio histórico, de livros escolares, de palestras nacionalistas em várias cidades do estado e da curadoria de uma série de cartões postais (Zalla, 2018).

A militância cultural converteu-se em pesquisas folcloristas, atravessando seus três livros publicados, mais diretamente o *Cancioneiro guasca* e as *Lendas do Sul*. No primeiro, transcreveu danças, quadras, poemetos, trovas, poesias, desafios da "cultura guasca". O trabalho de folclorista não foi realizado unicamente por pesquisa direta, mas compilando o que já se publicava desde 1880 nos jornais e anuários, por intelectuais interessados, como Carlos von Koseritz, Graciano de Azambuja, J. Romaguera Correia (*Vocabulário sul-rio-grandense*) e o próprio Apolinário Porto Alegre, que escreveu um *Popularium sul-rio-grandense* na década de 1880, publicado postumamente.

Em *Contos gauchescos* e *Lendas do Sul* há a clara tentativa de registrar e fixar a cultura do pampa. Percebe-se, então, que a nostalgia de Simões Lopes Neto é encerrada em um mundo que estava, em sua visão, desaparecendo, esquecido por aqueles que deveriam atentar para a

importância do passado para o presente. Seu objetivo era narrar a Terra Gaúcha, mas não para retornar à idade de ouro. Homem urbano que era, de sólida cultura cosmopolita, lamentava a perda ao olhar para o passado, mas indicava, ao mesmo tempo, as potencialidades que esse passado trazia para o horizonte de expectativas do Rio Grande presente, optando por considerar presenças diversas no processo formador do pago. Em sua nostalgia reflexiva, o passado não é feito à imagem do presente, mas abre possibilidades a partir das mudanças/perdas sentidas (Boym, 2001).

Almejando reorganizar o tempo diante da finitude, diante da ampliação do devir trazida pela modernidade, o encaminhamento e a mergulho simoniano nas narrativas da cultura popular trazem um sentido moral e histórico: o presente era o resultado dessa "velha jóia, pesada e tosca, que a moda repulsa e entende arcaica, assim a antiga estirpe camponesa que libertou o território e fundou o trabalho social no Rio Grande do Sul" (Lopes Neto, 1999, p. 6).

O regionalismo de JSLN é estreitamente vinculado ao patriotismo. A preservação da memória popular também participa dos ideais patrióticos do autor, demonstrado na atuação em instituições culturais e empreendimentos editoriais, como o livro didático para formação de leitores e alfabetização *Artinha de leitura*. A preocupação com a pedagogia cívica, sintomática do ambiente de ideias no Brasil da década de 1910, gerou ainda duas obras de igual nome: *Terra gaúcha – história elementar do Rio Grande do Sul*, e *Terra gaúcha – Histórias de infância*. O primeiro poderia ser chamado de livro didático de história, estabelecendo um enredo para a formação do Rio Grande do Sul. O segundo um livro de leitura escolar escrito, provavelmente, entre 1904 e 1906, e publicado somente em 2013.

Na conferência realizada na Biblioteca Pública de Pelotas, intitulada "Educação cívica", realizada em 1905 e publicada em 1905, JSLN aclara suas intenções na escritura de livros voltados à pedagogia cívica:

> Era um livro assim, em que se cocretisasse a tradição, a história, o ensinamento cívico e as aspirações pátrias, que eu dedicaria, mais vibrante hausto da minha pobre vida, á terra riograndense, mãe de raça forte, tumulo de ossadas venerandas, berço de incomedido patriotismo. Um livro que vivesse no rancho das margens do Uruguay e no palácio das plagas do Oceano; e que das suas páginas simples e sinceras, fulgisse

> nítida e vivaz, amorosa, exemplificadora e saudosa, a plaga dos pampas, o berços dos Farrapos, a "Terra Gáucha!!!" Lopes Neto, 1904 apud Tambara; Arriada, 2009, p. 325).

Dessa forma, a fonte de sua nação é o "populário", a tradição oral local. Os elementos recolhidos em suas pesquisas folcloristas não são apenas no sentido instrumental, museológico tendendo ao pitoresco/ exótico. Não são escombros da modernidade. Do contrário, são reelaborados enquanto espécie de conhecimento empírico acumulado sobre o mundo, mentalidade popular – não romantizada, é importante que se diga.

O regionalismo, no século XX, é sintoma de um sentimento de identidade, não apenas interno. A região de Simões Lopes Neto não é refratária a qualquer abertura para o exterior, "desconhece o progresso ou qualquer mudança acentuada nos antigos padrões de conduta, tornando-se conservador e reacionário", fechando-se em si mesma "ao procurar manter intacto o próprio código ético" (Chaves, 2001, p. 16). Do contrário, ao compor um espaço a partir de outras histórias, seu Rio Grande-fronteira é um limite em contato, tornando mais porosa a geografia imaginária do Estado-nação a partir das trocas e composições diversas. É um Rio Grande contíguo, não contínuo à expansão da América portuguesa.

O conjunto de seu estilo, se pudermos qualificar desta forma, implica a região moldada pelo autor, sobretudo uma tentativa de escrever a fala, de transmitir à palavra escrita o sabor das narrativas orais, justamente a forma de transmissão das narrativas tradicionais. "Não é exagero dizer que ele foi [...] o mais bem-sucedido escritor brasileiro a fixar por escrito a fala regional rural de sua terra" (Fischer, 2013, p. 49-50). Abriu novas veredas de riqueza nos escombros da modernidade, como o vaqueano que foi sua criação máxima, Blau Nunes. Sua nostalgia reflexiva traz o desejo de reorganizar a ligação entre os indivíduos e a memória coletiva.

4 Roque Callage

Roque Callage nasceu em Santa Maria (RS), em dezembro de 1886; faleceu a 23 de maio de 1931, em Porto Alegre (RS). Viveu 45 anos. Foi cronista, contista, jornalista, professor, funcionário público. Sócio fundador do IHGRGS e da Academia Sul-rio-grandense de letras.

Além de jornalista, sua principal atividade profissional, foi caixeiro da cooperativa da Viação Férrea do Rio Grande do Sul em Santa Maria, entre 1902-07, e professor particular a partir de 1907 no Ginásio Ítalo-Brasileiro. Também desempenhou cargos públicos em São Gabriel e no Rio de Janeiro nos períodos em que residiu nessas cidades. Ao residir em São Gabriel, aproximou-se de Alcides Maya.

Sua estreia literária aconteceu com um livro de crônicas, *Prosas de ontem*, publicado em 1908, aos 22 anos de idade, pela Livraria do Globo. O livro foi mal acolhido pela crítica e renegado pelo próprio autor. Novos livros de crônicas seguiram-se: *Terra Natal: aspectos e impressões do Rio Grande do Sul*. (Porto Alegre, Globo), em 1920; *Crônicas e Contos*, no mesmo ano; *O Drama das Coxilhas: episódio da Revolução de 1923* (São Paulo, Editora Monteiro Lobato), 1923, onde relata o acompanhamento que realizou das batalhas durante a revolta assisista; e *Episódios da Revolução* (Porto Alegre, Globo), em 1930. Na ficção, publicou Escombros (Porto Alegre, Livraria Americana 1910); Terra gaúcha (1914); Rincão (Porto Alegre, Livraria Brasil, 1921); Quero-Quero (1927). As pesquisas renderam, em 1926, o *Vocabulário Gaúcho* (Porto Alegre, Globo), e *No Fogão do Gaúcho*, coletânea de pequenos ensaios (Porto Alegre, Globo), em 1929.

Politicamente, envolveu-se diretamente na oposição a Borges de Medeiros durante a Revolução de 1923, após ser preso injustamente na capital, episódio testemunhado por Walter Spalding (1969, p. 251), alistando-se nas tropas rebeldes e participando da frente de batalha como correspondente do jornal *Correio do Povo* (Marchiori, 2002).

Segundo Augusto Meyer, Roque Callage:

> produziu muito, porém a produção reunida em volume ressentiu-se da absorvente atividade jornalística em que sempre andou empenhado, com dedicação e probidade. Mas seria injusto não reconhecer que, nos seus momentos melhores, foi um honesto narrador de cenas e costumes crioulos. Discípulo de Alcides Maya, na arte da ficção, estreou-se naquele mesmo ano de 1910 [...]. Com o seu grande conhecimento das cousas do pago, é de lamentar não desse o melhor do esforço à pesquisa folclórica, a exemplo de Cezimbra Jacques (Meyer, 2004, p. 305).

A prosa de inspiração regionalista começa a desenhar-se no segundo livro, quando temas vinculados aos aspectos da história e da cultura

gaúchas passam a aparecer, também em paralelo a relatos urbanos sobre o Rio Grande do Sul.

Para o autor, a inspiração para seu regionalismo vinha de um senso patriótico conduzido à literatura e ao ensaio social. Callage distingue a literatura local (regionalista) da literatura de ficção. Na segunda, há mais liberdade criativa; na primeira, a ação é mais limitada, porém mais duradoura, pois as criações são atreladas a um tipo humano e a um cenário. O rigor estético é ditado por 'elementos externos', as normas das próprias tradições locais. A qualidade do artista mede-se ao agir como um fotógrafo, registrando o que deseja sem alterar a "verdade do alvo". Percebe-se explicitamente que em seu artigo está presente o projeto dos regionalistas no que diz respeito à fidelidade ao meio narrado, o projeto da prosa mimética, o que aprofundava "a linha realista estendendo-a para a compreensão de ambientes rurais ainda virgens para a nossa ficção" (Bosi, 2006, p. 207).

O autor estabelece que as qualidades e os limites da literatura regional advêm dessa ligação com o local, pois é de onde retira sua força estética e ideológica:

> É verdade que seu horizonte não é amplo. Mas a sua documentação, o seu fundo característico, os seus processos técnicos, são sugestivos capítulos às pesquisas históricas todas. O ambiente americano tem dado às letras essa página surpreendente de beleza nativa, trescalante de aroma agreste, onde ressaltam observações reais sobre costumes, aspectos e paisagens, do homem, do meio e da natureza. Negar a sua atuação direta no domínio do mundo real seria desconhecer a existência das pátrias que se engrandecem pela pena dos seus escritores e pela lira de seus poetas que aprofundaram e cantaram suas origens (Callage, 1920, p. 27-28)

O regionalismo, assim, é entendido "como expressão latente de força em movimento aplicada ao senso estético e definindo todos os surtos do meio onde essa mesma força opera" (p. 27). Acrescenta, em *Terra natal*, que a "nossa literatura regional, com todo esse conjunto de efeitos, desde as paisagens que nos elevam, aos costumes que ainda perpetuamos no pedaço do rincão natal, reafirme, para o futuro, as singelezas imperecíveis da nossa tradição" (Callage, 1920, p. 34).

Inescapável aos principais debates de seu contexto, Callage localiza o seu regionalismo na conjunção entre o aproveitamento literário e o ideal

patriótico. Ambos se conjugam na grande missão, no grande objetivo de sensibilizar os brasileiros sobre as realidades do país, registrando, da mesma forma, aquelas culturas, aquelas sociedades e a natureza por meio de uma pesquisa sobre a linguagem e o folclore (cultura popular) da região, voltados para "a verdade humana da província" (Bosi, 2006, p. 208).

Outros indícios são encontrados nas posições defendidas sobre o tipo particular de literatura que praticou, justificando suas próprias escolhas. No artigo "Literatura regional", Callage entende que esta escola literária teria um destino menos efêmero do que se julgava, principalmente em "países novos", por intencionalmente ampliar o espectro da nacionalidade: "é da expansão literária regionalistica (sic) deste ou daquele povo que a unidade da raça, mostrando os fatores étnicos, cimenta a unidade da nação" (Callage, 1920, p. 29).

Em 1914 é publicada *Terra Gaúcha: cenas da vida rio-grandense* (Porto Alegre, tipografia da Escola de Engenharia). Com a obra, Callage mostrou-se um pintor de imagens, compondo painéis sobre a vida gaúcha no período. Seu tema central são justamente as transformações históricas, o choque entre o passado e o presente, pintando os dramas cotidianos da gente de sua região.

Na obra, o regionalista Roque Callage fez-se observador e analista da realidade histórico-social para produzir sua ficção e seus ensaios. O interesse era atrelado a um sentido patriótico, o propósito de "salvar do esquecimento" determinadas tradições, esculpindo a moldura do culto ao passado gaúcho do estado. Um Rio Grande do Sul que tem uma história dramática de conflitos. Unindo estilo e meio de vida, *Terra Gaúcha* é uma obra com muitas histórias trágicas e de decadência, uma tentativa de processamento das perdas que a modernização acarretou, com o horizonte no telurismo, do passado e do presente. Esse propósito emerge das profundas transformações sociais sentidas pelo avanço do processo de modernização que, irremediavelmente, muito destrói em seu caminho, com ritmos distintos, ora mais acelerado, ora mais lento.

Callage não se opõe à modernização, mas, entre os autores analisados, é o mais conservador. Sua nostalgia coloca-se a um meio termo entre a *reflexiva* e a *restauradora*: em momentos, a partir de suas descrições, há o lamento por uma idade de ouro perdida, fixando-se na beleza evanescida

do passado; em outros, surge o esforço para interligar a identidade individual dos sul-rio-grandenses às pessoas anônimas que moldaram a vida naquela região, em vistas ao futuro.

Apontamentos finais

Mesmo sendo visto como uma "velharia", acredita-se que a tradição literária regionalista e seus autores possam trazer indícios interessantes, principalmente ao usar o passado para pensar criticamente o futuro, dando voz a presenças (literárias) em um país que segue negando à boa parte da população a cidadania. Mais que apenas um regionalismo, há distintos regionalismos, sejam eles gaúchos, amazônicos, nordestinos, mineiros...

Conclui-se que os autores, embora elaborando posições distintas, viam no regionalismo uma expressão do patriotismo, estreitamente atrelado aos horizontes intelectuais do entre-guerras e à valorização de certa interpretação sobre a cultura popular, também como conhecimento válido criado a partir da experiência. O encaminhamento de suas reflexões nostálgicas também segue pontos distintos: em Alcides Maya lemos uma crítica social contundente; em Simões Lopes Neto, a invenção literária mais aprimorada, a de um narrador-personagem que traduz literariamente aquela cultura; em Callage, a descrição minuciosa para infundir a empatia patriótica.

Para os autores, o nacionalismo atravessa o regionalismo, não em termos de negação, mas para encontrar no "cultural" o papel fundador da unidade política, como uma unidade anterior à sociedade política, antes do Estado nacional. Interessante é pensar que a tradição literária, para muitos, superada e anacrônica, segue produzindo novos autores que pensam e repensam as relações entre o Brasil profundo e as imagens hegemônicas criadas para o país.

Referências

Fontes primárias

CALLAGE, Roque. **Terra gaúcha**: cenas da vida rio-grandense. Santa Maria: Editora da UFSM, 2000.

LOPES NETO, João Simões. **Contos gauchescos e Lendas do Sul**. Ed. anotada por Luís Augusto Fischer. 2. ed. Porto Alegre: L&PM, 2013.

MAYA, Alcides. **Ruínas vivas**: romance gaúcho. 2. ed. Porto Alegre: Movimento, Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, [1910] 2002.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Marlene Medaglia. **Na trilha do andarengo**: Alcides Maya. Porto Alegre: EDIPUCRS: IEL, 1994.

ARAÚJO, Adriana de Fátima. O regionalismo como outro. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**. São Paulo, n. 28, 2006.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2006.

BOYM, Svetlana. Mal-estar na nostalgia. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 23, p. 153-165, abril de 2017. Disponível em < https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1236/678> Acesso em 27/09/2017.

BOYM, Svetlana. **The future of nostalgia**. New York, EUA: Basic Books, 2001.

CHAVES, Flávio Loureiro. **Simões Lopes Neto**. 2 ed. rev. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro: Ed. da Universidade, 2001.

FISCHER, Luís Augusto. Uma introdução (p. 49-76). In: LOPES NETO, João Simões. **Contos gauchescos e Lendas do Sul**. Ed. anotada por Luís Augusto Fischer. 2. ed. Porto Alegre: L&PM, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

MARCHIORI, José Newton Cardoso. Introdução. In: **Terra Gaúcha**: cenas da vida rio-grandense. Santa Maria: Editora UFSM, 2000.

MAYA, Alcides. O sr. José Veríssimo-clássico. **A Época**. Rio de Janeiro, 13 out. 1912, p. 5. Seção "Crítica Literária". Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720100&pasta=ano%20191&pesq=alcides%20maya&pagfis=613>.

MASINA, Léa. O pampa revisitado: em dia com Alcides Maya. **Organon** (Revista do Instituto de Letras da UFRGS). Porto Alegre, v. 18, n. 37, 2004.

MEYER, Augusto Cesar. **Prosa dos pagos**, 1941-1959. 4.ed. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/Corag, 2002.

MURARI, Luciana. "O 'passadismo' triunfante contra o 'futurismo' que falhou": a crítica antimoderna na crônica urbana de Roque Callage. **Organon**, Porto Alegre, v. 28, n. 55, p. 115-139, jul./dez. 2013.

REVERBEL, Carlos. A volta de Alcides Maya. In: MAYA, Alcides. **Alma bárbara**. 2. ed. Porto Alegre: Movimento, 1991.

SOUZA, Candice Vidal e. O Nordeste: algumas narrativas de lugares, gentes e modos de vida. **História da historiografia**. Ouro Preto, n. 6, mar. 2011, pp. 228-233. Resenha de: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional. Recife: Bagaço, 2008.

SPALGING, Walter. **Construtores do Rio Grande**. Vol 2. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1969.

TARGA, Luiz Roberto Pecoits. Negações da identidade do Rio Grande do Sul. **Ensaios FEE**. Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 299-322, 2003.

TARGA, Luiz Roberto Pecoits. **Gaúchos e paulistas**: dez escritos de história regional comparada. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1996.

ZALLA, Jocelito. **A invenção de Simões Lopes Neto**. Literatura e memória histórica no sul do Brasil. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História Social. Instituto de História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.

O LIMITE CONTESTADO: A HISTÓRIA DE THOMAZ ALBORNOZ NO PAMPAGAÚCHO DE SAN'TANA DO LIVRAMENTO/RS, BRASIL

Ramon Ribeiro Lucas[1]

Introdução

A história da vida na Terra tem sido uma ampla rede de interações dinâmicas entre seresvivos e o seu ambiente. No Pampa gaúcho, essa interação assume um significado ainda mais profundo para seus moradores, onde a natureza e a cultura se entrelaçam, forjando identidades e sensibilidades, que vão muito além da simples sobrevivência. Para Lucie Sauvé (2005), o meio ambiente é o espaço em que se constrói o "ser-no-mundo", uma conexão íntima entre o ser humano e a paisagem, moldando percepções, modos de vida e formas de organização e reprodução social do trabalho.

Antes da chegada dos primeiros seres humanos, há cerca de 20.000 anos, o bioma do Pampa era habitado por uma ampla gama de espécies. Antepassados do cavalo, do cervo e da capivara faziam parte desse ecossistema, desempenhando uma importante relação com o seu meio (Cruz; Guadagnin, 2010). A megafauna de "pastadores" possuía a capacidade de controlar a sucessão vegetal e a probabilidade de incêndios

1 Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental (PPGEA), pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). E-mail: ramon.rlucas@hotmail.com.

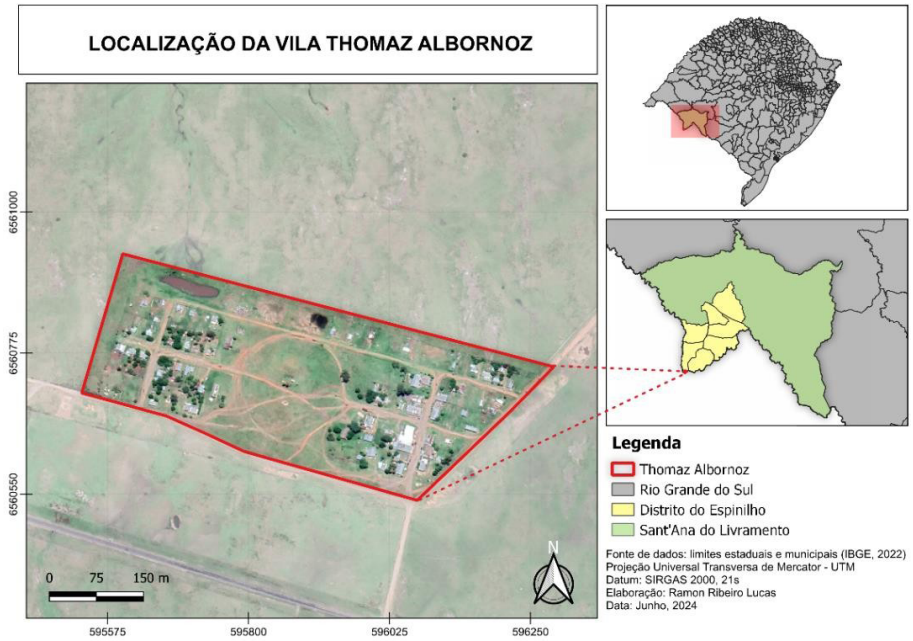
espontâneos através da redução da biomassa e do pisoteio, criando uma heterogeneidade na sucessão na matriz campestre. No entanto, a chegada das populações humanas alterou profundamente essa paisagem, acelerandoo processo contínuo de adaptação e transformação.

Dando um salto temporal, minha primeira imersão no bioma ocorreu em 2019, quando, além de me mudar para a cidade costeira de Rio Grande, visitei o território das missões jesuíticas ao lado do professor Cláudio Silva, do curso de Biblioteconomia (FURG). Durante essa viagem, explorei as históricas cidades de São Miguel das Missões e Santo Ângelo, locais históricos e demarcados pela resistência indígena, personificada em Sepé Tiaraju. Lá, aprendi sobre parte da história colonial do Brasil e os tratados que definiram as fronteiras entre as possessões portuguesas e espanholas, como o Tratado de Madri (1750) e o Tratado de Santo Ildefonso (1777), especialmente relevantes para a região do Rio da Prata.

Paralelamente, em 2022, tive a oportunidade de conhecer a vila Thomaz Albornoz (Figura 1), uma trama em andamento que encarna as tensões e os desafios de uma fronteira contestada no Pampa gaúcho. A história de Albornoz, ambientada em Sant'Ana do Livramento/RS, reflete não apenas os conflitos territoriais, entre Brasil e Uruguai, e culturais da região, mas também as interações entre a tradição local e as mudanças impostas pelo avançoda modernidade, com a chegada dos empreendimentos eólicos.

A atmosfera de Albornoz, moldada por história e tradições, transporta seus habitantes e visitantes a um passado distante, ecoando narrativas que me lembraram a literatura de EricoVerissimo, em *O Tempo e o Vento* (2013), e Simões Lopes Neto, em *Contos Gauchescos e Lendas do Sul* (2013). Assim como os textos de Verissimo e Neto nos conduzem por uma jornada através de tempos e espaços entrelaçados, Albornoz se apresenta como um microcosmoonde ainda há forte influência espanhola nas vestimentas, na culinária e no vocabulário, preservando uma conexão viva com o passado.

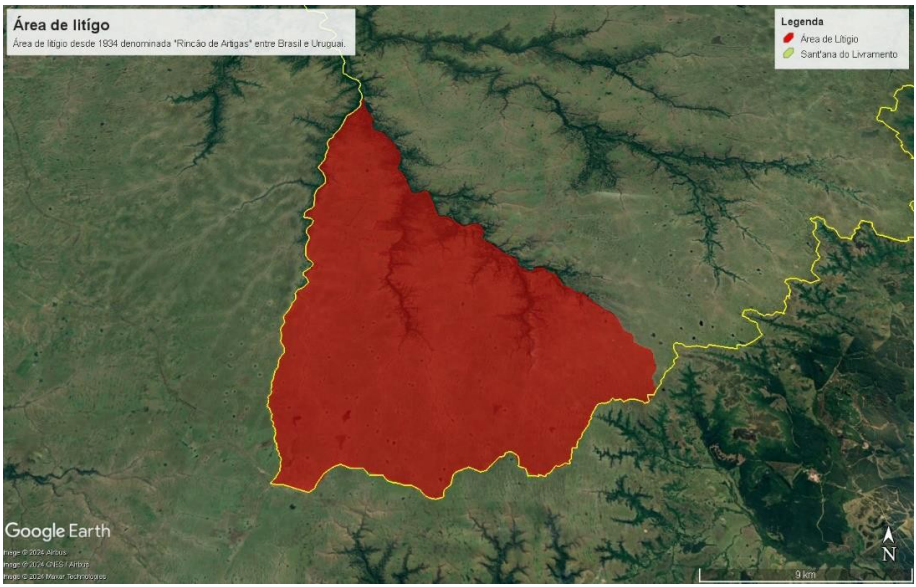
Figura 1 - Localização da vila Thomaz Albornoz no Pampa Gaúcho de Sant'Ana do Livramento/RS



Fonte: Ramon Lucas (2024)

Situada no distrito do Espinilho, em uma região chamada de Coxilha Negra, a pequena vila se destaca como um ponto destaque na fronteira seca entre Brasil e Uruguai e, nos últimos 90 anos, carrega uma controvérsia geopolítica. Com pouco mais de 120 habitantes, a vila está localizada próxima a Massoler, que faz parte do departamento de Riveira. Essa área em questão, é reivindicada pelo governo uruguaio desde 1934, conhecida como *Rincón de Artigas*.A partir de 1974, mapas internacionais indicam a região como "território contestado" (Figura 2), refletindo uma pendência fronteiriça entre os países.

Figura 2 - Área de litígio entre Brasil e Uruguai



Fonte: Ramon Lucas (2023)

No dia 4 de setembro de 1857, era assinado um Tratado de Permuta de Territórios, pelo qual o Império receberia uma área frontal à vila de Sant'Ana do Livramento até o arroio de Cunâpiru, enquanto transferiria à República (Uruguai) uma área proporcional localizada no extremo Oeste da coxilha de Haedo, na região do Rincão de Artigas, atualmente onde está Albornoz.

No entanto, esse tratado não foi aceito pelas Câmaras do Uruguai, como defendido pelo geógrafo uruguaio Garcia Sienra (Cosso, 2004). Diante da recusa do Tratado e da ocupação pelos orientais da área frontal a Sant'Ana do Livramento, o governo Imperial denunciou o acordo em 1º de fevereiro de 1861, iniciando assim a jurisdição brasileira sobre o Rincão de Artigas (Cosso, 2004, p. 19).

Devido a essa iniciativa, o Brasil ganhou cerca de 22 mil hectares a mais de território. Embora nunca tenha ocorrido um conflito real pelas terras, o governo uruguaio contesta a demarcação, mas sem causar efeitos na localidade. Somente durante o período da ditadura militar, em 1980,

o governo uruguaio oficialmente contestou novamente a demarcação brasileira.

Em resposta ao pedido de revisão, o então presidente do Brasil, João Figueiredo, aceitou a doação de uma porção de terras do estancieiro santanense Thomaz Albornoz ao governo, o que possibilitou a construção e a ocupação oficial de uma vila. Essa vila foi batizada em homenagem ao próprio estancieiro, e, em 1985, foram instaladas uma escola e uma caixa- d'água, simbolizando o início da estruturação da comunidade.

Mas você deve ser perguntar, como as torres eólicas chegaram a esse território? Para entender esse processo, é essencial contextualizar o cenário energético brasileiro. Em 2001, durante uma crise energética, o governo lançou o Programa Emergencial de Energia Eólica (Proeólica), com o objetivo de incentivar a geração de energia por fontes eólicas. Já em abril de 2002, foi implementado o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), que determinou que a Eletrobras, diretamente ou por meio de suas subsidiárias, deveria contratar a compra de energia gerada por empreendimentos eólicos por um período mínimo de vinte anos, assegurando o fomento e a viabilidade dessas fontes de energia no Brasil(Gouvea; Silva, 2018, p. 84).

No mesmo ano, o governo de Olívio Dutra lançou o *Atlas Eólico do Estado do Rio Grande do Sul*, com a então secretária de Energia, Minas e Comunicações, Dilma Rousseff, destacando que o atlas, "além de pioneiro, integra o esforço do governo para estimular e garantir o abastecimento, promover a geração distribuída de energia elétrica e a diversificaçãodas fontes, através do uso de energias alternativas, limpas e renováveis" (Rio Grande do Sul, 2002, prefácio).

Desde 2005, o território de Albornoz tem sido diretamente impactado pelo Programa Emergencial de Energia Eólica (Proeólica), que trouxe consigo um processo de ressignificaçãodo espaço. Esse processo começou com a instalação de torres anemométricas e, posteriormente, de torres eólicas, alterando de maneira significativa a paisagem local. A compreensão desse movimento pode ser feita à luz do conceito de "ajustes espaço-temporais" proposto por David Harvey (2005, p. 11). Harvey descreve como a ressignificação do espaço físico, promovida pela introdução de novos processos produtivos, é frequentemente resultado de investimentos de longo prazo feitos por agentes externos.

Essa reconfiguração não é apenas material, mas temporal, gerando grandes perturbações nos ritmos de vida dos moradores locais, tanto humanos quanto não-humanos. As mudanças impactam as relações de trabalho, os modos de vida e a percepção do espaço, ao mesmo tempo que alteram profundamente a dinâmica ecológica da região.

Portanto, a expansão dos empreendimentos eólicos, visando avançar a transição energética, na região da Coxilha Negra tem o potencial de inaugurar um novo ciclo de transformações no Pampa, com profundas implicações para as dinâmicas socioambientais locais. Além de alterar a paisagem, a instalação dessas grandes estruturas pode modificar o equilíbrio ecológico e social, introduzindo novos fatores que podem gerar impactos significativos nas práticas tradicionais e na interação entre a comunidade local e o meio ambiente. Assim, demarco esse processo como um novo ajuste na história da região, caracterizada por uma interface complexa entre desenvolvimento econômico, preservação ambiental e a continuidade das tradições culturais.

Neste artigo, a análise busca compreender como Thomaz Albornoz, enquanto território em disputa, se insere nos ciclos de transformações e perturbações que moldam o espaço material e simbólico da história local. A hipótese aqui considera o movimento de transição energética, impulsionado pela expansão da energia eólica, como um novo ciclo na história do Pampa, estabelecendo uma nova interface para análise.

Um aporte teórico-metodológico para uma História Local

De imediato, as metamorfoses na paisagem do bioma foram abordadas pelos professores Rafael Cruz, da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), e Demétrio Guadagnin, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em um artigo conjunto intitulado "Uma pequena história ambiental do Pampa: proposta de uma abordagem baseada na relação entre perturbação e mudança" (2010). Neste trabalho, os autores sistematizaram a história ambiental do bioma do Pampa no Rio Grande do Sul, enfatizando as diversas transformações resultantes da interação entre clima, os campos naturais, sua biota e o ser humano.

De forma a sintetizar, os autores propõem 4 ciclos de transformações ambientais:

> **Ciclo 1:** Entrada do ser humano. Escala temporal: milhares de anos. Resposta adaptativa da biota.
> **Ciclo 2:** Chegada do europeu. Escala temporal: centenas de anos. Restauração e coevolução – criação do Pampa e do Gaúcho.
> **Ciclo 3:** Agricultura industrial. Escala temporal: dezenas de anos. Perda e fragmentação de hábitats naturais e introdução de espécies exóticas. Substituição de ecossistemas nativos por agroecossistemas. Escala temporal: dezenas de anos.
> **Ciclo 4:** Savanização do clima pela mudança climática e desaparecimento dos camposcomo são hoje conhecidos. Escala temporal: dezenas de anos (Cruz; Guadagnin, 2010, p. 14).

À luz desses eixos, a chegada dos primeiros humanos no Pampa inaugurou um processode aceleração entre a perturbação e mudança no ecossistema, reduzindo exponencialmente a escala temporal de milhares de anos para dezenas de anos. A introdução de novas práticas, como a caça intensiva, resultou em mudanças significativas nas próprias relações tróficas do espaço. Um dos efeitos mais notáveis foi a extinção da megafauna, que predominava no território antes da intervenção humana.

Após essa fase de instabilidade, a paisagem permaneceu relativamente uniforme por cerca de 7.600 anos, até a introdução do gado europeu na região. Esse novo período marca o início do segundo ciclo na transformação do Pampa, trazendo consigo novas formas de uso daterra e novos impactos sobre o ecossistema local (Cruz; Guadagnin, 2010, p. 05).

Até 1619, a população do Pampa era exclusivamente indígena. Nesse mesmo ano, o padre Roque Gonzales tornou-se o primeiro estrangeiro, pelos registros históricos, a entrar emterras do Rio Grande do Sul (Reverbel, 1986). Gonzales vinha para o território com a missão de cristianizar, civilizar e incorporar à coroa de Espanha os indígenas que habitavam a margemesquerda do rio Uruguai.

Esta região, nos primórdios de sua história, era ocupada por grupos nômades denominados de Pampeanos, que se subdividiam em tribos Charruas, Minuanos, Genoas e Yarós. O seu (re)povoamento, assim como o de toda a campanha ocidental remonta a época das vacarias missioneiras, tendo os jesuítas espanhóis como elemento colonizador, que avançaram sobre a região com a implantação das reduções nucleadas nas chamadas áreas missioneiras (Galvani, 2003, p. 07).

Em 3 de maio de 1626 se fundou a redução de São Nicolau. De 1635 até 1637, os sete povos das Missões sofrem sucessivamente os ataques predatórios das bandeiras de Luiz Dias Leme, Raposo Tavares e Francisco Bueno (bandeirantes). Em 1680 é fundada a Colônia de Sacramento. A partir disso, começa a tomar corpo, em território rio-grandense, um tipo socialque viria a tornar-se o Gaúcho, anteriormente apenas esboçado, chegando no território, vindo do Uruguai, como *changador* (Reverbel, 1986, p. 83).

Segundo Marcos Cosso (2004), os Tratados de Limites entre Brasil e Uruguai, firmados na segunda metade do século XIX, estabeleceram os marcos políticos de fronteira, desencadeando um detalhado processo de demarcação. Comissões designadas pelo Império e,posteriormente, pela República foram encarregadas de interpretar as diretrizes dos delimitadores e executar a demarcação no terreno. Ao identificar pontos geográficos relevantes, essas comissões instalavam marcos físicos e, ao final, elaboravam atas registrando as coordenadas exatas, submetendo-as à aprovação dos governos de ambos os países.

No contexto do terceiro ciclo de transformações proposto por Cruz e Guadagnin (2010),o professor uruguaio Marcel Achkar, da Universidad de la República (UDELAR), também oferece uma valiosa contribuição para a compreensão desse processo. Em seu artigo intitulado"El bioma pampa: un territorio en disputa", publicado no livro *Olhares sobre o Pampa: Um Território em Disputa*, organizado pelas professoras Carmen Wizniewsky e Eliane Folleto, Achkar explora as dinâmicas complexas que permeiam a transformação do bioma Pampa. Ele destaca como o território, longe de ser estático, é um espaço marcado por disputas constantes, tanto econômicas quanto ambientais, que se intensificam com a introdução de novos modelos de uso da terra e intervenções tecnológicas. Essa visão amplia o entendimento sobre o impacto das transformações no Pampa, ao contextualizá-las em uma perspectiva binacional, reafirmando o caráter disputado e em constante adaptação da região.

Acerca desse processo diz:

> El proceso actual de intensificación de la producción agropecuaria en el Bioma Pampapresenta dos grandes hitos. El primero de ellos, se vincula com la promoción de cultivos forestales de rápido crecimiento que se

> viabilizó em forma diferencial según los distintos países: aprobando leyes, implementando programas e incluso subsidiando a los monocultivos forestales. El segundo hito es la aparición y expansión progresiva desde Brasil y Argentina del fenómeno de sojización. Estos dos monocultivos intensivos en cuanto a la utilización de bienes naturales (suelos y aguas) y extensivos por la superficie que ocupan, son los principales responsables por la presión que los agronegocios ejercen en la dinámica ambiental del bioma pampa (Achkar, 2017, p. 126).

Esse ritmo acelerado de mudanças climáticas, evidenciado pela expansão da sojicultura, reflete um processo característico da modernidade tardia. A transição de uma escala temporal de milhares de anos para uma de apenas décadas revela uma característica singular desse terceiro ciclo de transformações. Diferente dos ciclos anteriores, que tendiam a gerar novos padrões de estabilidade em resposta a perturbações, este ciclo, ainda em expansão, é marcado pela substituição completa do ecossistema campestre por um agroecossistema. A intensidade desse processo é tamanha que resulta na descaracterização quase total do bioma original (Cruz;Guadagnin, 2010).

Achkar (2017, p. 129) reforça essa visão ao destacar que a intensificação do sistema capitalista, impulsionada pelo desenvolvimento da agricultura industrial e pela intensificação agrícola, exerce uma pressão crescente sobre os atributos estruturais, físicos e simbólicos do território. Esse movimento não apenas modifica a paisagem, mas também redefine as interações entre sociedade e natureza, moldando o Pampa de forma irreversível.

Em uma escala global, está amplamente comprovado que as atividades humanas, particularmente a emissão de gases de efeito estufa, têm causado um aquecimento global progressivo. Segundo o relatório mais recente do Painel Intergovernamental de Mudança do Clima (IPCC), a temperatura da superfície global aumentou em média 1,1°C acima dos níveis pré-industriais (1850-1900) no período de 2011-2020 (IPCC, 2023, p. 04). Essas atividades podem ser descritas como um conjunto de ações que envolvem acúmulos, capacidades, materialidades e mecanismos cognitivos complexos para sua plena execução e impacto, contribuindo de maneira decisiva para a atual crise climática.

Entretanto, para compreender plenamente a complexidade da paisagem do Pampa e sua relação com o gaúcho, não basta apenas

considerar os aspectos históricos e geopolíticos. É necessário recorrer ao conceito de "Paisagem-Marca" e "Paisagem-Matriz", de Berque (1998), que oferece uma perspectiva mais profunda e integradora:

> A paisagem é uma marca, pois expressa uma civilização, mas também uma matriz porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação – ou seja, da cultura – que canalizam, em certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço ecom a natureza e, portanto, a paisagem do seu ecúmeno. E assim, sucessivamente, porinfinitos laços de co-determinação (Berque, 1998, p. 85).

A distinção entre Paisagem-Marca e Paisagem-Matriz auxilia o entendimento das relações recentes entre o ser humano e o meio ambiente em Sant'Ana do Livramento e, consequentemente, Albornoz. A paisagem enquanto uma marca se refere a uma dimensão objetiva e tangível, composta por elementos físicos e materiais que podem ser observados e quantificados (Berque, 1998). Esses elementos incluem características geográficas, como no bioma Pampa se tem as coxilhas, as sangas, as estâncias, a chegada de um empreendimento eólico, entre outros...são elementos que deixam uma marca visível na superfície do ambiente.

Por outro lado, a paisagem enquanto matriz diz respeito a uma dimensão mais subjetiva e perceptiva, que envolve as interpretações e significados atribuídos à paisagem por parte dos observadores. Essa percepção pode ser tanto individual quanto coletiva, variando de acordo com as experiências, valores, e cultura de cada pessoa ou grupo social (Berque, 1998).

A paisagem matriz no Pampa engloba elementos emocionais, simbólicos e culturais intrínsecos à interação humana com as características distintivas desse bioma. Por exemplo, o ato de tomar o chimarrão durante a neblina matinal, apreciar o pôr do sol no horizonte enquantose trabalha na lida do campo, ou sentir a brisa do vento minuano tocar o rosto enquanto corta lenha. Esses são momentos emblemáticos que se entrelaçam com a identidade e as tradições locais, refletindo a profunda conexão entre as pessoas e a paisagem.

Também é Berque (1998, p. 86) que destaca, a paisagem como plurimodal, ou seja, apresenta múltiplas dimensões e modalidades de expressão, que vão desde a passividade dos elementos físicos até a

ativa participação do sujeito na sua construção e interpretação. Tanto a paisagem quanto o sujeito que a percebe é integrada em um conjunto unitário, em que ambos se influenciam mutuamente e contribuem para uma "*autopoiesis*" e auto-reprodução desse conjunto.

Em uma entrevista realizada em 1997, pela historiadora Ieda Gutfreind (2000), o historiador santanense, Ivo Caggiani, compartilha sua experiência como um morador local, agregando percepções importantes sobre a história da cidade, que há décadas já se dedicava à pesquisa histórica, explorando os aspectos relacionados à municipalidade. Caggiani, que se autodenominava um "pesquisador provinciano", enfatizava continuamente o entrelaçamento entre as duas nacionalidades que compartilham a região.

> Nós que vivemos em Santana e Rivera todos somos contrabandistas, como disse um vereador com uma certa popularidade "quem não for chibeiro que atire a primeira pedra". Chibeiro é um contrabando pequeno, contrabando formiga como aqui se chama. Eu, por exemplo, ontem, ao anoitecer, fui comprar pão em Rivera, carne em Rivera, frios, queijo, tudo em Rivera e os castelhanos vêm aqui e compram erva-mate não sei o quê mais...é um intercâmbio permanente entre Santana e Rivera, não só de compras mas também de entrelaçamento familiar (...) **a história das duas cidades se entrelaça de tal forma que é impossível dissociá-las**, além disso, ao longo desta fronteira do Rio Grande do Sul, nós temos a influência uruguaia numa faixa do Rio Grande do Sul e a influência brasileira numa grande faixa do Uruguai, logo, para estudar a região da fronteira, nós não podemos nos ater só a parte brasileira porque nós temos que, obrigatoriamente, estudar a parte uruguaia, porque as duas se entrelaçam (Gutfreind, 2000, p. 06 e 07, grifos meus)

O gaúcho, portanto, nasce profundamente conectado a essa paisagem e a uma forma específica de vida, que, apesar de ter passado por transformações, como a introdução de imigrantes e novas atividades produtivas com a chegada dos empreendimentos eólicos, permaneceu como uma representação do modo de ser dos habitantes da região sul. Práticas culturais e representações simbólicas consubstanciam a identidade do gaúcho como o habitante do Pampa (Chomenko, 2017, p. 65).

Ao incluir o Pampa no contexto ambiental em questão, é possível compreender não apenas a interação profunda entre sua fauna e flora, mas também o papel fundamental desse ambiente na formação da

própria identidade do gaúcho. Essa identidade tem sido moldada pelas características únicas do meio em que se vive, como a vastidão das planícies, os modos de reprodução do trabalho, a diversidade dos ecossistemas e as condições climáticas particulares da região.

Dessa forma, toda paisagem pode ser vista como um diálogo entre o espaço físico e a maneira como o indivíduo o interpreta, baseada em suas experiências acumuladas. Uma mesma paisagem pode ser lida de maneiras diferentes por diferentes povos e culturas, ou até por diferentes grupos dentro de uma mesma comunidade. Um morador da vila Thomaz Albornoz,por exemplo, enxerga o Pampa de maneira distinta da minha própria percepção durante minha visita ao território. Nossas vivências e realidades são diferentes, e isso influencia diretamente a forma como cada um se percebe o meio ao seu redor.

A redescoberta do espaço: ajustes espaço-temporais na história de Albornoz

A interação entre sociedade-natureza não é apenas um processo técnico, mas também recebe influências de aspectos culturais, demarcada por antagonismos entre as diferentes classes sociais. Na contemporaneidade, o aparato técnico-científico humano, representado por grandes maquinários empregados na indústria de semicondutores, na agricultura, na produção de armamentos, na aviação, ou mesmo destinados à transição energética, se desenvolvem para cumprir funções específicas.

À vista dessa questão, é o autor Porto-Gonçalves (2011, p. 36) que desenvolve sobre a máquina enquanto sistema técnico que já carrega em si uma intencionalidade, embutida nos próprios procedimentos técnicos que a constituem (correias de transmissão, polias, engrenagens e linhas de montagem). Essa estrutura faz com que a máquina seja percebida como algo automático, abstraindo-se dos comandos que, na verdade, lhe são externos. Segundo ele, essa percepção contribui para uma impessoalidade na relação entre humanos e técnica, falseando as dinâmicas de dominação intrínsecas dessas tecnologias.

Na geração de energia, a partir dos ventos no Pampa, a CGT Eletrosul é uma das maiores empresas presentes de energia renovável na região Sul. Desde 2011, a empresa conta no município de Sant'ana

do Livramento com o Complexo Eólico Cerro Chato, esse que dispõe dos Parques: Cerro Chato I, II e III; Usina de Energia Eólica (UEE) Capão do Inglês; UEE Coxilha Seca; e UEE Galpões, dispondo um total de 138 MW, qual equivale ao consumo de uma região com 800 mil habitantes.

No contexto específico da implementação do Parque Eólico Coxilha Negra (PECN) no território, foi requerido um Relatório Ambiental Simplificado (RAS) em 2011, com sua elaboração concluída em 2012. Essa "simplificação" do processo suscita questões relevantes para esse artigo. Apesar da simplificação, a avaliação enfrenta uma complexidade intrínseca, especialmente devido à diversidade biológica local e à presença da vila Thomaz Albornoz, estabelecida nessa área de fronteira contestada e que se forjou permeada em negligências históricas por parte da esfera pública.

Em relação ao Relatório de Impacto Ambiental Simplificado (RAS), feito em 2012, se considerou principalmente no que concerne ao Diagnóstico Ambiental, onde há a identificação e compreensão das informações apresentadas sobre os potenciais impactos e qualidades ambientais decorrentes da instalação do Parque Eólico Coxilha Negra.

Atualmente, como supracitado, ocorre a ampliação do complexo eólico da CGT Eletrosul, representada pela expansão do PECN (Imagem 1). Esse processo não apenas continua a reorganização do uso do território, mas também modifica as dinâmicas locais, inserindo a comunidade em um novo processo entre sociedade-natureza local.

No que tange o acesso a comunidade de Thomaz Albornoz, em 2022, existiam apenas duas vias de acesso através da BR-392, que liga a cidade de Sant'ana do Livramento a Quaraí.Uma delas junto à entrada do "Quarentenário", cerca de 74 Km do centro urbano de Livramento, e outra após cerca de 25 km, a qual percorre o caminho da localidade do Cerro Chato, com esse acréscimo que de quilometragem que, ainda, aumenta através das estradas vicinais.

Imagem 1 - Instalação das torres eólicas no Parque Eólico de Coxilha Negra (PECN)



Fonte: CGT Eletrosul (2024)

Ambas correspondiam a vias rurais, caracterizadas pela dificuldade no acesso, sendo ado Quarentenário a principal via pelo lado brasileiro. A média de tempo em um veículo tracionado para percorrer essa distância de 74 Km era de 4 horas. Caminhões levavam em média 6 horas entre o centro da cidade até a vila.

Para ter uma compreensão das dificuldades dos moradores, se menciona a reportagem no site A Plateia chamada "Moradores da localidade do Passo do Trilho sofrem há mais de 20anos com a falta de uma ponte"[2], trazem relatos de 2018 dos moradores que necessitam dessasestradas. "Toda vez que chove, é a mesma coisa", relata um morador à equipe de reportagem da Rádio RCC e do Jornal A Plateia.

No dia 30 de dezembro de 1996, segundo um morador, por volta das 7 horas da manhãa ponte da localidade do passo do trilho, na região de Coxilha Negra, no caminho para Thomaz Albornoz, era arrastada

2 Disponível em: https://www.aplateia.com.br/2018/07/07/moradores-da-localidade-do-passo-do-trilho-sofrem- a-mais-de-20-anos-com-a-falta-de-uma-ponte/. Acesso em: 03/02/2024

por uma forte enxurrada. Desde então, os habitantes que dependiam da ponte se viram obrigados a criar uma rota atravessando o arroio, o que adicionava grandes dificuldades à mobilidade local (Imagem 2 e 3).

Imagem 2 e 3 - Travessia da ponte do Passo do Trilho para chegar até Albornoz em 2018



Fonte: A Plateia (2018)

A cada chuva forte, o leito do arroio era drasticamente alterado, criando obstáculos para os residentes que dependem da estrada como único acesso à Albornoz. Essa região, marcada por sua intensa atividade pecuária, especialmente na criação de gado, ovelhas e cavalos, enfrentava desafios devido ao problema. Na reportagem, se pontuou que muitos caminhoneiros e até frigoríficos já haviam desistido de negociar com os produtores locais devido às dificuldades no escoamento da produção.

Durante uma visita até a vila, em setembro de 2022, se encontrou a travessia pelo arroio do trilho em condições relativamente boas, com o nível da água não muito alto. No entanto, ainda era presente a antiga

ponte destruída (Imagem 4), além da presença de uma grande quantidade de rochas basálticas que continuam a representar um obstáculo para veículos não tracionados.

Imagem 4 - Ponte do arroio do trilho destruída em 1996



Fonte: Ramon Lucas (2022)

Após um longo trajeto é possível chegar até Thomaz Albornoz, e identificar as estruturas que levaram a sua fundação ainda em 1985 (Imagem 5). Formada por seis arruamentos demarcados pelo processo ocupacional, Albornoz ainda possui uma área central aberta, constituída por uma pequena praça onde se encontra a placa fundacional da comunidade.

No contexto, foi possível identificar o nome de algumas ruas com os moradores, como: Rua Anibal Barão, Rua Custódio Araújo, Rua Irmão Gondolfo, Rua Marechal Ilha Moreira, Pastor João Inácio Cerilhanes. No entanto, muitos outros não souberam informar a nomenclatura e mesmo desconheciam se essa existia.

Imagem 5 - Caixa d'água fundacional de 1985 desativada da vila Thomaz Albornoz em 2022



Fonte: Ramon Lucas (2022)

Portanto, foi preferível durante a criação do mapa expositivo e interativo, a partir do software Google Earth Pro estabelecer outra forma de identificação, adotando a nomenclaturaRua - 1, Rua - 2 e Rua - 3 no sentido horizontal, e Rua A, Rua B e Rua C no sentido vertical (Figura 2).

No que tange às características de habitação dos moradores, se observa, a partir de um resultado do Diagnóstico Socioambiental Participativo desenvolvido em setembro de 2022, uma diversidade significativa na composição das residências, com uma mistura de construções em alvenaria, madeira e uma combinação dos dois materiais. Essa variedade sugere uma heterogeneidade socioeconômica na comunidade, com diferentes padrões de habitação que refletem diferenças significativas de renda e condições de vida.

Figura 3 - Núcleo habitacional da vila Thomaz Albornoz



Fonte: Ramon Lucas (2023)

Ao todo foram mapeadas 55 construções no interior da vila, sendo que deste montante4 correspondem também a prédios comerciais, onde os proprietários também residem. A maioria das residências são feitas de alvenaria, com a peculiaridade de muitas delas (26) possuírem galpões em anexo, os quais servem de apoios para a realização das lidas do campo ao abrigarem animais, apetrechos, ferramentas ou materiais diversos de forma anexa à residência. Outra questão que chama a atenção é o baixo número de residências que possuem caixas d´água, assim como ainda parte das moradias dependem do poste de energia outros moradores. Da mesma forma, cabe destacar que os comércios elencados também servem, nomesmo terreno, de moradia dos seus proprietários.

De forma a apresentar esses dados, apresenta-se a Tabela 1.

Tabela 1 - Edificações na vila Thomaz Albornoz no DSAP

Ruas	Moradias	Comércio
Rua 1	17	
Rua 2	19	1
Rua 3	6	
Rua A	1	
Rua B	7	3
Total	**55** Edificações	

Fonte: Diagnóstico Socioambiental Participativo (2022)

De forma a qualificar também se agrega um levantamento estrutural das moradias realizado no contexto do Diagnóstico Socioambiental Participativo (DSAP), que levou ao seguinte resultado sintetizado (Tabela 2).

Tabela 2 - Especificidades estruturais de Albornoz no DSAP

Especificidades Estruturais	N°
Moradias de alvenaria	30
Comércio de alvenaria	4
Moradias de madeira	13
Moradias híbridas (alvenaria e madeira)	12
Caixa d'água residencial	13
Acesso à eletricidade	53
Uso de galpão anexo	26

Fonte: Diagnóstico Socioambiental Participativo (2022)

Cabe pontuar que durante a construção desses parques, há uma demanda considerável por mão de obra, gerando empregos diretos e temporários nas comunidades próximas ao empreendimento. Além disso, os proprietários de terras onde os parques são instalados também se beneficiam, mediante contratos de locação que garantem uma renda adicional (Simas, 2012).

Ademais, por mais que a energia gerada pelas torres eólicas seja oriunda de uma fonte limpa e renovável as incoerências do processo capitalista de circulação da mercadoria persistem. A energia gerada é interligada e distribuída pelo Sistema Interligado Nacional (SIN), operando sob um modelo de contratos de leilão e comercializada no ambiente de contratação livre, refletindo a abordagem *laissez-faire*. Embora o parque eólico tenha a capacidade de abastecer até 1,5 milhão de consumidores, a realidade é que a população de Sant'Ana do Livramento e, em particular, os residentes de Thomaz Albornoz, não são os beneficiados dessa empreitada. Eles lidam com a carência de infraestrutura elétrica e frequentes quedas de energia, enquanto os benefícios prometidos não se concretizam para a comunidade local.

Historicamente, o desenvolvimento da burguesia moderna tem sido marcado por desigualdades e transformações contínuas nos modos de produção, circulação e divisão do trabalho. O movimento de transição energética, com os parques eólicos, exemplifica essa complexidade, onde barreiras físicas e demarcações de propriedade privada coexistem com um espaço social permeado por interesses conflitantes e interações diversas entre diferentes segmentos da sociedade.

Considerações finais

As considerações finais deste artigo destacam a necessidade de compreender a história de Thomaz Albornoz e da fronteira seca entre Brasil e Uruguai a partir de uma perspectiva binacional, já que as dinâmicas culturais, sociais e econômicas da região transcendem os limites nacionais. A vida na fronteira é marcada por um constante entrelaçamento de identidades, desde os hábitos cotidianos até as influências midiáticas e culturais, evidenciando a indissociável relação entre brasileiros e uruguaios (Almeida, 2016). Esse fenômeno reforça a

complexidade histórica e geográfica da região, onde fronteiras políticas não delimitam a realidade vivida pelas populações locais.

No contexto contemporâneo, a expansão dos empreendimentos de energia eólica no Pampa, especialmente em áreas como a Coxilha Negra, traz consigo uma série de desafios e questões. Embora esses projetos prometam desenvolvimento e uma transição energética necessária em um mundo afetado pelas mudanças climáticas, é crucial perguntar se as comunidades locais realmente colhem os benefícios dessa produção energética ou se ela representa mais uma forma de expropriação dos recursos do Pampa. A energia gerada, muitasvezes destinada a grandes centros urbanos ou à exportação, pode não traduzir melhorias concretas para os moradores locais, perpetuando uma lógica histórica de exploração e desigualdade.

Nesse sentido, a abordagem pela História Ambiental se torna não apenas relevante, massessencial. Ao integrar os aspectos socioambientais às análises históricas, essa perspectiva permite reconhecer a profunda interdependência entre natureza, cultura e sociedade ao longo do tempo. Assim, a História Local, como a de Thomaz Albornoz, se coloca como uma ferramenta fundamental na construção de uma cidadania mais consciente e crítica, que considere o território não apenas como um espaço físico, mas como um lugar de memória, identidade e lutas.

Por fim, este artigo sugere que a transição energética e o desenvolvimento econômico só serão verdadeiramente sustentáveis se incluírem as comunidades locais como beneficiárias diretas. Ao examinar o impacto desses processos nas práticas tradicionais e na ecologia do Pampa, reafirma-se a importância de alinhar as iniciativas de desenvolvimento às necessidadese aspirações da população que vive e trabalha na região. Dessa forma, a história de Thomaz Albornoz, ao ser analisada no contexto das transformações do Pampa, oferece uma reflexão sobre as formas de integração entre progresso e preservação, sociedade e natureza, passado e futuro.

Referências

ACHKAR, M. El bioma pampa: un territorio en disputa. **Olhares sobre o pampa:** um território em disputa. Porto Alegre: Evangraf, p. 126-140, 2017.

ALMEIDA, Letícia Núñez. **O Estado e os ilegalismos nas margens do Brasil e do Uruguai:** um estudo de caso sobre a fronteira de Sant'Ana do Livramento (BR) e Rivera (UY). 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-11122015-120153/en.php. Acesso em: 07 de jul. 2024.

ANEEL. **Atlas de Energia Elétrica do Brasil.** 2a. ed. Brasília: Agência Nacional deEnergia Elétrica, 2005.

BERQUE, Augustin. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: elementos da problemática para umaGeografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura.** Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1998. p. 84-91.

BIER, L. L.; VERDUM, R. Percepção da Paisagem: Aerogeradores em Tapes (RS). **Revista Espaço Aberto,** PPG – UFRJ, v. 4, p. 47-64, 2014.

CHOMENKO, Luiza. Transformações estruturais no pampa. **Olhares sobre o pampa:** um território em disputa. Porto Alegre: Evangraf, 2017. p. 62-77.

COSSO, Marcos. **Política exterior do Brasil para com o Uruguai no período de 1852 a 1864.** 2004. Dissertação (Mestrado em Integração Latino-Americana) – Programa de Pós-Graduação em Integração Latino-Americana, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2004. Disponível em: http://repositorio.ufsm.br/handle/1/9738. Acesso em: 13 dez.2023.

CRUZ, Rafael.; GUADAGNIN, Demétrio. Uma pequena história ambiental do Pampa: proposta de uma abordagem baseada na relação entre perturbação e mudança. In: **A sustentabilidade da Região da Campanha-RS: Práticas e teorias a respeito das relações entre ambiente, sociedade, cultura e políticas públicas.** Santa Maria: UFSM, PPG Geografia e Geociências, Dep. de Geociências, 2010. p. 155-179.

GOUVÊA, Renato Luiz; SILVA, Paulo Azzi. Desenvolvimento do setor eólico no Brasil. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v.25, n.49, p. 81-118, jun. 2018

GUTFREIND, Ieda. Revisões historiográficas na temática da fronteira sulriograndense: historiadores municipalistas na prática da oralidade. **Anais** Eletrônicos do IV Encontro da ANPHLAC. Salvador: ANPHLAC, 2000.

HARVEY, David. O "novo imperialismo" – ajustes espaço-temporais e acumulação por desapossamento. **Lutas sociais,** n. 13/14, p. 9-23, 2005.

IPCC. Summary for Policymakers. *In:* **Climate Change 2021:** The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Masson-Delmotte, V.; Zhai, P.; Pirani, A.; Connors, S. L.; Péan, C.; Berger, S.; Caud, N.; Chen, Y.; Goldfarb, L.; Gomis, M. I.; Huang, M.; Leitzell, K.; Lonnoy, E.; Matthews, J. B. R.; Maycock, T. K.; Waterfield, T.; Yelekçi, O.; Yu, R.; Zhou, B. (eds.)]. Cambridge University Press, 2021.

KROEFF, Lia Lutz; BÖHMII, Renata. O Diagnóstico socioambiental participativo (Dsap) como recurso de articulação entre as diferentes escalas de poder de empreendimentos em processo de licenciamento: O estudo de caso do Porto Itapoá. In: **Anais I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território**, 2014. p. 361-371.

NETO, Simões Lopes. **Contos gauchescos e lendas do sul.** Porto Alegre: L&PM Editores, 2013.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **O desafio ambiental.** Rio de Janeiro: Record, 2011.

REVERBEL, Carlos. **O Gaúcho – Aspectos de sua Formação no Rio Grande e no Rio da Prata.** Porto Alegre: L&PM Editores, 1986.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Energia, Minas e Comunicações. **Atlas Eólico do Estado do Rio Grande do Sul.** Dilma Rousseff (Secretária). Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2002.

SAUVÉ, Lucie. Educação Ambiental: possibilidades e limitações. **Educação e Pesquisa,** v. 31, n. 2, p. 317-322, 2005. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27979. Acesso em: 13 jan. 2023.

SIMAS, Moana Silva. **Energia eólica e desenvolvimento sustentável no Brasil:** Estimativada geração de empregos por meio de uma matriz insumo-produto ampliada. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Energia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

VERISSIMO, Erico. **O tempo e o vento, parte 1:** O Continente / O Continente 2. 4. ed. SãoPaulo: Companhia das Letras, 2013.

A ESCRITA DA HISTÓRIA LOCAL ATRAVÉS DO COLECIONISMO

Sandra Cristina Donner[1]

Os caminhos percorridos pelos objetos, de seu uso cotidiano, ou não, até a vitrine de um museu dariam muitos livros. Cada peça, uma história. Cada coleção é um mundo de significados. O tema do colecionismo e a criação de um museu por um historiador local, Armindo Lauffer constituiu um capítulo de uma pesquisa que se debruçou sobre as peças recolhidas e expostas no Museu Armindo Lauffer, em Três Coroas observando-as como elementos da escrita da História Local. Essa discussão, apresentada parcialmente neste artigo da ANPUH-RS, é parte da dissertação de mestrado em Museologia/ UFRGS, defendida por mim em 2023, e orientada pela professora Letícia Julião.

Através das visitações nestes museus, de forma vívida, gerações de alunos e alunas, cidadão e cidadãs da cidade de Três Coroas se apropriaram da história de seu município a partir da perspectiva de Armindo Lauffer, criador do museu e um dos principais agentes de captação de objetos. Neste empreendimento também colaboraram os demais diretores e diretoras que, ao montar e remontar as exposições expressavam suas ideias sobre o passado da região tanto com as peças

1 Doutorado em História, Mestrado em Museologia. Docente da Graduação em História FACCAT, Técnica em Assuntos Educacionais no IFRS-Canoas. E-mail: scdonner@yahoo.com. Curriculo Lattes: https://encr.pw/1Zgyh. Orcid: https://orcid.org/0000-0001-5283-0557.

recolhidas por Lauffer como pelas doações que posteriormente se somaram ao acervo.

Em breve contextualização, o Museu Armindo Lauffer, objeto desta reflexão, situa-se na cidade de Três Coroas/ RS. Em uma área chamada de "encosta da Serra" ou Vale do Rio Paranhana. A pequena cidade possui o Museu e uma biblioteca como equipamentos culturais, mas é famosa no Rio Grande do Sul e no Brasil pelo seu centro Budista e pelo parque de rafting.

Neste município, cercado de verde e cortado por um rio que Armindo Lauffer nascido lá, mas morador de Porto Alegre, construiu seu museu com a colaboração de seus vizinhos, conhecidos, moradores da cidade que, pelo carisma de Lauffer, entregaram seus objetos preciosos e especiais, pois representantes de sua família, de sua história e de sua memória.

A coleção vira museu- os caminhos do Museu Municipal Armindo Lauffer

Armindo Lauffer nasceu em um distrito de Taquara, que agora pertence ao município de Três Coroas no ano de 1915. Morador dessa pequena localidade, não teve acesso aos altos estudos, trabalhou no comércio e, posteriormente, mudou-se para Porto Alegre onde atuou como desenhista. Flanando pelos sebos da Rua da Praia ele iniciou sua biblioteca, sempre procurando exemplares raros, mas também livros, periódicos e revistas.

As duas autoras, que o biografam em um artigo no livro "Nossas Raízes II- Três Coroas", Duarte e Deecken, explicam sua veia colecionista: "Autodidata, Armindo Lauffer se dedicou durante anos, a recolher o acervo para o seu sonhado museu e a pesquisar sobre a história do vale do Rio Santa Maria na região taquarente, zona onde Tristão Monteiro fundou em 1846, a Colônia Mundo Novo." (Deecken; Duarte, 2008, p. 344). A partir dessa chave, a memória e história de sua região de nascimento, Lauffer percorria o interior da antiga colônia buscando acervo para o seu museu. Além dos objetos, recolhia memórias e, segundo o artigo, escreveu a história da região pulverizada em anotações que estão no museu e artigos em revistas. Lauffer era reconhecido na região como historiador local. E, por isso, foi convidado

pela prefeitura para fazer o projeto da bandeira e do brasão municipal de Três Coroas. Segundo as biógrafas o trabalho no campo da história estava relacionado às seguintes temáticas:

> Como se não bastasse, o historiador realizou ainda o estudo genealógico de várias famílias da região. Escreveu a história da paróquia Evangélica de Três Coroas, em homenagem ao seu cinquentenário, sendo essa sua única obra publicada. Realizou um estudo biográfico dos vultos históricos do Vale, o que permitiu a substituição da nomenclatura das ruas de Três Coroas por nomes ligados à sua história. Escreveu também o histórico da "Casa de Pedra", que ajudou a evitar a demolição daquele patrimônio histórico (Deecken e Duarte, 2008, p. 345).

O papel destes historiadores autodidatas, ou amadores, ou locais, como preferimos utilizar neste estudo, reside no reconhecimento pelos pares, no caso, da sociedade em que está inserido. Estes autores tornam-se importantes figuras na região, eles situam-se em um espaço vago e não ocupado pelos acadêmicos, encarregando-se da coleta de memórias e histórias locais. Certeau (1988) nos aponta esse processo quando indica que as pesquisas e neste caso a escrita dos símbolos, a coleta dos objetos, são resultado do sintoma desta sociedade na qual Lauffer estava inserido.

> Finalmente, o que é uma 'obra de valor' no âmbito da história? Aquela que é reconhecida como tal pelos pares. Aquela que pode ser situada num conjunto operatório. Aquela que representa um progresso em relação ao estatuto atual dos 'objetos' e dos métodos históricos, e que, ligada ao meio no qual é elaborada, torna possíveis, a partir daí, novas pesquisas. O livro ou artigo de história é ao mesmo tempo, um resultado e um sintoma do grupo que funciona como laboratório (Certeau, 1988, p. 23).

A coleção formada por Lauffer sempre teve, segundo Deecken e Duarte (2008, p. 46), o objetivo de se transformar em um museu para a região. Inicialmente estes objetos eram guardados em sua chácara, na região de Moreira, distrito de Três Coroas, posteriormente ele alugou uma sala no prédio da Paróquia Evangélica de Confissão Luterana (IECLB) no distrito de Sander, também no mesmo município. No início dos anos 1970, Lauffer moveu o museu para o casarão histórico, construído em 1856 e que foi um importante armazém e ponto de referência na região, além de ter sido palco de uma batalha da Revolução

Federalista. O imóvel foi alugado pela prefeitura para que o historiador local colocasse o museu municipal. O casarão de Johannes Petry, foto abaixo.

Imagem 1: Casarão de Águas Brancas, atual Museu Armindo Lauffer



Fonte: Facebook do Museu Armindo Lauffer, em 12/08/2021. https://www.facebook.com/museudetrescoroas/

Neste local, segundo Deecken e Duarte, Lauffer acomodou seus "tesouros": "Todos os objetos foram por ele descritos e identificados segundo a família doadora e sua origem para serem expostos na sala da frente do antigo casarão" (2008, p. 346). Por causa da pandemia de Covid-19 que ocorria durante a escrita da dissertação, não tivemos acesso aos livros e anotações de Lauffer arquivadas no museu. Logo após a pandemia, e posteriormente à defesa de mestrado, o museu recebeu recursos para o restauro do casarão. Todas as peças foram empacotadas e guardadas, os documentos e livros também. Atualmente, com o restauro concluído, a equipe da secretaria de cultura "devolveu" o acervo para o espaço do museu, mas a organização da nova exposição e de um possível

arquivo histórico com os documentos coletados ainda se encontra em planejamento e sem data para acontecer.

O Museu, a partir desta nova sede, tomou outra dimensão para a comunidade do entorno. Com as comemorações dos 150 anos da imigração alemã na região, a instituição foi absorvida pela prefeitura pelo Decreto Executivo de 31 de dezembro de 1974, com o nome de Museu Público Municipal de Três Coroas, tendo Lauffer como diretor. No ano de 1977 o historiador local faleceu e o museu foi então fechado. O casarão foi desapropriado pela prefeitura e reformado, sendo reaberto em 1985 com o nome de Museu Armindo Lauffer. Junto a ele foi colocada a Biblioteca Pública Municipal, posteriormente transferida para um outro prédio no centro da cidade.

O museu se define, mesmo ainda fechado, não apenas como um espaço para a história da cidade, mas como referência sobre a região do Paranhana:

> É também finalidade do Museu, adquirir e expor objetos e documentos relativos à imigração e colonização alemã no vale do Paranhana. Seu acervo, de mais de 2500 peças, é formado por: ferramentas, objetos de uso comum, instrumentos musicais, livros, louças, armas, roupas, moedas, fotografias e documentos que contam a vida dos antepassados alemães e de seus descendentes (Deecken; Duarte, 2008, p. 347).

O acervo do museu está focado em objetos simples, cotidianos, são peças comuns e rústicas que pretendem retratar o modo de vida da comunidade, como pode ser visto na imagem acima. São panelas velhas, foices, cestos, baús, canecas de chopp, instrumentos musicais, instrumentos de consultório de dentista, instrumentos agrícolas, louças, roupas, móveis, fotos, muitas fotos, mapas, todos colocados em um projeto que tentava montar cenários que remetesse à vida dos primeiros colonizadores europeus, em um casarão histórico, organizado por um historiador local. Compreender os caminhos da coleção e da musealização desses objetos nos ajuda a pensar os museus, os conceitos museológicos e a comunidade que colecionou.

Imagem 2: exposição Museu Armindo Lauffer.



Fonte: foto extraída do site "Visite Três Coroas" em 12/08/2021. https://www.visitetrescoroas.com.br/teste

Coleção e musealização – detalhando conceitos

Os conceitos são ferramentas que nos auxiliam a ler e interpretar as realidades. Quando detalhamos um conceito e o utilizamos como lente para entender um objeto, situação, instituição, abrimos espaço para uma compreensão mais qualificada da realidade. Por isso, neste trabalho, iremos apresentar o conceito e o fenômeno da coleção e do colecionismo e também o de musealização. Na primeira parte deste artigo, mostramos os caminhos da formação de uma coleção e sua musealização, que aconteceram no campo da empiria, da prática, através da ação de um personagem sem formação nem em História nem em Museologia. O que os conceitos nos falam sobre isso?

Quando pensamos em colecionismo, logo lembramos de nossas coleções, pequenas ou grandes, que fizemos por um curto período ou ao longo da vida. Colecionar é uma prática humana, segundo Soto (2018), uma característica da espécie e que pode ser encontrada nas diversas sociedades, variando os objetos de uma para outra. A definição de Pomian, precisa, nos apresenta desta forma a coleção:

> É portanto possível circunscrever a instituição de que nos ocupamos: uma colecção, isto é, qualquer conjunto de objectos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das actividades económicas, sujeitos a uma protecção especial num local fechado preparado para esse fim, e expostos ao olhar do público (Pomian, 1994, p. 53).

Segundo esse autor, quando um objeto entra em uma coleção ele passa a ter um valor de troca sem ter um valor de uso (Pomian, 1994, p. 54). Portanto, eles assumem outra configuração social. As coleções em geral são homogêneas na medida em que elas fazem parte de um conceito ou uma proposta. Quanto ao número de objetos que fazem parte delas, Pomian (1994) diz que não é possível responder a essa questão, pois isso é variável de acordo com a proposta/objetivo da coleção, o período histórico, a capacidade de acumulação em um local, entre outros casos.

Outro aspecto desse movimento é sua parcialidade, Gonçalves aponta essa tarefa que nos lembra a Sísifo, rotineira, cansativa e incompleta, ocorre porque segundo ele:

> Afinal, uma coleção é sempre parcial, ela jamais atinge uma totalidade. Pela sua natureza mesma, ela problematiza essa totalidade, já que uma coleção jamais se fecha. Trata-se portanto de um conhecimento sempre situado, produzido a partir de um sujeito situado numa posição relativa (2007, p. 49).

Por trás de toda coleção, há o colecionador. Segundo Blom, é aos olhos deste que o objeto se destaca dos demais e ganha significado: "Ao mesmo tempo, uma coleção estabelece a autoridade sobre uma área escolhida, pois cabe ao colecionador classificar, incluir ou excluir, escolher o ponto todo objeto de uma coleção precisa ter significado para ser admitido no rebanho" (2003, p. 192). Estas coleções, e estes objetos colecionados, quando passam para esse campo simbólico, perdem seu

valor de uso, tornam-se objetos preciosos posto que colocados dentro de uma lógica contida em si, a lógica da coleção.

Mas nem toda coleção faz parte de um museu. Como já apontamos anteriormente, existem coleções privadas, de diversos tipos e em diversos âmbitos. Quando ela passa a fazer parte de um museu, essa coleção sofre um processo simbólico- que ocorre quando é musealizada:

> De um ponto de vista mais estritamente museológico, a musealização é a operação de extração, física e conceitual, de uma coisa de seu meio natural ou cultural de origem, conferindo a ela um estatuto museal – isto é, transformando-a em *musealium* ou *musealia*, em um "objeto de museu" que se integre no campo museal (Desvallées; Mairesse, 2013, p. 57).

O objeto de museu, segundo os autores acima, deixa de ter seu valor de troca ou de uso e passa a ser um testemunho da realidade, ele documenta um modo de vida, um fato social, um contexto histórico, sem que esse objeto constitua a realidade em si (Desvallées; Mairesse, 2013, p. 58). O papel do objeto selecionado, estaria, segundo Bruno (1996, p. 59), fortemente ligado também à essa herança colecionista, na medida que o colecionador inicia o processo de retirada do contexto de uso e o insere como símbolo em suas coleções. E, se já existe um processo de deslocamento do objeto na coleção, Brulon (2018) lembra que ao ser musealizado, essa coleção ou objeto muda novamente de *lugar* no sentido simbólico, virando "objeto/coleção de museu".

O conceito de musealização, forjado por Stranský no final do século XX, tem seu fundamento debatido e amplificado por diversos pensadores como Sola que conecta o conceito à uma perspectiva patrimonial e Mensch, que colocava os objetos de museu dentro de uma chave a partir de sua identidade conceitual e sua capacidade de carregar informações e histórias (Brulon, 2021, p. 29).

O processo de musealização, segundo Stanský é descrito por Desvallées e Mairesse (2013), passa pela seleção entre um coletivo de objetos ou coleção, em que se vê o potencial do mesmo para participar desse deslocamento simbólico, que é a retirada dele do campo do uso para o campo do museu. Nesse movimento se reconhece o seu potencial para a musealização. Em seguida, ele sofre a tesaurização, que seria sua inserção dentro catálogo, da listagem do museu, o seu registro e coleta

de dados e informações, com isso ele muda o estatuto adquirindo uma "realidade cultural específica", ou, dito de outra forma, quando lhe é atribuído valor (Brulon, 2018, p. 196). E, por fim, a apresentação, quando ele ganha sentido de museália:

> Um "objeto de museu" é uma coisa musealizada, sendo "coisa" definida como qualquer tipo de realidade em geral. A expressão "objeto de museu" quase poderia passar por pleonasmo, na medida em que o museu é não apenas um local destinado a abrigar objetos, mas também um local cuja função principal é a de transformar as coisas em objetos (Desvallées; Mairesse, 2013, p. 68).

Se a musealização passa pela separação dos objetos musealizados da "vida normal" e por operações científicas do museu, Brulon (2018) lembra que esse processo é marcado por um caráter eurocêntrico em que os processos de patrimonialização e a escolha dos objetos nem sempre é feita ou representa todos os estratos sociais. Por isso, em suas reflexões ele propõe uma visão ampliada desse processo:

> A partir dos autores analisados, defendemos que a cadeia da musealização não começa e tampouco se limita aos museus; isto porque a musealização tem início no campo (terrain), onde os objetos são coletados, abarcando todos os processos que se seguem de identificação, classificação, higienização, acondicionamento, seleção, comunicação (em todos os seus sentidos possíveis, englobando a exposição), e até a sua extensão sobre os públicos, os colecionadores privados, o mercado de objetos, e os diversos outros agentes indiretamente ligados a ela (como os pesquisadores dos mais variados níveis além dos próprios museólogos) (Brulon, 2018, p. 198).

Essa retirada do objeto de circulação, seja pela coleção, seja pela musealização nos mostra como esse mundo dos conceitos nos ajuda a olhar para a realidade e pensá-la decompondo suas historicidades, suas intencionalidades, os usos políticos e culturais dos objetos, das coleções e dos museus.

O mundo prático e o mundo conceitual – as pontes

O trabalho diligente de Lauffer, constituindo um acervo de objetos, uma coleção, traz inúmeros questionamentos. Uma das hipóteses

exploradas seria o quanto o ato de buscar e organizar as peças de seu museu seriam um projeto de arquivamento de si.

Diversos autores exploram a constituição dos arquivos pessoais. Ou seja, como,ao longo de nossa vida, de forma mais ou menos consciente, vamos guardando pedaços, recordações, documentos, pequenas peças que expressam quem somos, por onde passamos. Mapas de cidades visitadas, fotos antigas, cartões de aniversário, documentos de identificação, certificados, presentes, todo tipo de pistas que ficam arquivadas por nós mesmos.

No texto descrevendo o arquivar a própria vida, Philippe Artierès explica esse processo:

> Mas não arquivamos nossas vidas, não pomos nossas vidas em conserva de qualquer maneira; não guardamos todas as maçãs da nossa cesta pessoal; fazemos um acordo com a realidade, manipulamos a existência: omitimos, rasuramos, riscamos, sublinhamos, damos destaque a certas passagens (Artierès, 1998, p.10).

A seleção faz parte do processo de arquivamento/colecionamento. E, conforme o status social, a importância política, econômica ou cultural do personagem, os critérios sobre o que restará de objetos e documentos é ainda mais criterioso.

Na origem dos museus modernos temos o colecionamento privado. Os gabinetes de curiosidades, com suas coleções que pretendiam mostrar o mundo e sistematizá-lo, buscavam através desta iniciativa pessoal, organizar os objetos segundo a lógica e o interesse do colecionador. Ulpiano Meneses apresenta esse apego aos objetos, especialmente os históricos, da seguinte forma:

> A coleção privada, com efeito, é a forma, senão exclusiva, pelo menos dominante, pela qual objetos pessoais, em nossa sociedade, expõem-se à esfera pública. Mais que representações de trajetórias pessoais, os objetos funcionam como vetores de construção da subjetividade e, para seu entendimento, impõe, já se viu, a necessidade de se levar em conta seu contexto performático. Na coleção fica patente esse caráter de interlocução, de ato em que está em jogo a subjetividade em diálogo (Meneses, 1996, p. 96).

Ao longo dos séculos XVIII e XIX esse comportamento colecionista servia como distinção social, ter capital econômico e cultural para colecionar e saber o que colecionar fez com que esses intelectuais, uma vez que considerassem seus objetos como fundamentais não apenas para si como para a comunidade, abriam seus gabinetes, primeiro para pessoas de seu círculo pessoal e, posteriormente para os demais (Meneses, 1996).

Neste projeto, a coleção, para além do interesse individual, é transformada em um bem público. E aquele que doa suas peças, colecionadas, para um museu ou faz o museu, ele mesmo, estaria salvaguardando sua história. Por exemplo, ao apresentar louças raras e caras, demonstraria o quanto sua família tem poder e distinção. Temos vários casos deste tipo de colecionamento no Brasil, apresentaremos o de Alfredo Lage, cujos objetos foram a base do Museu Mariano Procópio Ferreira, nome dado em homenagem a seu pai. A historiadora Karina Martins Costa explicou assim esse ímpeto colecionista:

> Seu desejo de colecionar objetos da nobreza, principalmente da família imperial, envolveu, da mesma forma que a nova elite emergente, uma participação nos leilões e nos circuitos aquisitivos do gênero. Mas que não se deve esquecer que parte de sua coleção foi formada a partir dos laços de sociabilidade pessoal com a própria nobreza. como membro da " velha " elite imperial, a família Lage foi partícipe da política monárquica, sendo necessário, com a república, negociar interesses e prestígio no contexto do novo regime, uma tarefa nada desprezível (Costa, 2012, p. 45).

Segundo a autora, o ato de colecionar e doar é um ato de mão dupla, pois há um retorno simbólico ao doador. Ela indica que os objetos ligados, sobretudo, à família real brasileira, buscavam demonstrar essa circulação da família Lage-Ferreira junto à elite política e social do país. Em um segundo momento, Alfredo Lage estruturou a instituição de tal forma que seus descendentes seguiram na administração da instituição até meados dos anos 1980 (Costa, 2012, p. 47).

Por fim, Luciana Heymann explorando os arquivos pessoais como um ato de colecionamento de si, busca Michel Foucault para explicar que o processo de individuação estaria na raiz desta produção de textos e arquivamento de documentos autorreferenciais, e também da coleção de objetos que constituem ou consolidaram as memórias. Contudo ela

alerta que a mera constituição de um arquivo ou a coleta de objetos pessoais não são necessariamente elementos da "construção do eu". Essa prática pode ser muito mais aleatória e indeterminada do que produção diligente da coleta e organização de sua história ou memória com fins autobiográficos (Heymann, 2012, p. 56).

Armindo Lauffer colecionou ao longo de sua vida livros, periódicos, objetos, documentos e fotografias. Os livros e periódicos, segundo seus biógrafos, tinham como critério serem "históricos". Os objetos, documentos e fotografias buscavam contar sobre sua terra natal, Santa Maria do Mundo Novo, atual Três Coroas. O museu que construiu, embora hoje leve o seu nome em sua reinauguração após sua morte, até onde sabemos neste momento da pesquisa, trouxe prestígio à ele, e o colocou na posição de historiador local. Todavia, a história e a memória que queria registrar não era a sua, enquanto indivíduo, mas sim, talvez sua memória como parte desse grupo, desta comunidade.

Um texto que nos ajuda a pensar essa "vontade" de museu é de Cícero Antônio Almeida (2012), ele destaca que o colecionador não é somente quem coleta os objetos, mas quem inventa a coleção. E, segundo o autor, essa "invenção" teria fases, uma seria a da coleta, outra a da organização e, quando madura, a necessidade de exposição.

> Mesmo que não seja ponto de partida de uma coleção, a revelação/exibição é a etapa esperada da prática de colecionar. Mas esta revelação não pode ser feita a qualquer preço; uma verdadeira coleção não pode ser exposta no olhar daqueles que não a legitimem, que não a valorizam, pois que suas peças perderiam o seu encanto, o mistério e mesmo raridade. Aqui começa o desejo pelo museu. Nenhum outro lugar será igualmente digno de acolher o fruto do esforço do colecionador. A satisfação que uma coleção causa em seu proprietário poderá provocar um campo de tensão, caso não seja resolvida a sobrevivência dos objetos. O museu em seu caráter "permanente" torna-se uma solução para quem busca "salvar" os objetos de sua natural destruição. (Almeida, 2012, p. 185).

O museu, seja criado pelo colecionador ou como repositório de sua coleção, tornaria-se um "destino natural". Uma boa coleção estaria, portanto, quase que fadada a ocupar estas instituições. Em nossa investigação, o colecionismo de Lauffer, especialmente quanto aos objetos referentes à vida na região do Paranhana, já seriam coletados com este fim, para criar um museu. A inspiração para essa tarefa pode

ter surgido da circulação de Lauffer nos circuitos de intelectuais locais, ou da proximidade dele com o padre jesuíta Balduíno Rambo, um importante pensador sobre o Rio Grande do Sul, atuante nos anos 1940 e 1950.

Nos anos 1970, Lauffer, empenhado na tarefa de montar seu museu, amealhou as peças e as expôs provisoriamente em uma paróquia Luterana, no distrito de Sander, interior do município. Esse movimento de criação estaria dentro de um contexto explicado por Almeida. O autor indica que a partir dos anos 1970, no Brasil, pode ser percebido um aumento no número de museus criados por colecionadores, e um refluxo do movimento de doação de acervos às instituições já consagradas (2011, p. 196). Ele atribui essa ação a uma descrença na capacidade de conservação e exposição de forma adequada por estas instituições.

Em nosso caso, Lauffer cria um espaço de exposição e de guarda, mas não como um ato de falta de confiança nas instituições. Quando olhamos para o cenário institucional da região, encontramos que o Museu Histórico Adelmo Trott, de Taquara, cidade vizinha, surgiu em 1986, o Museu Histórico Hugo Daros, em Gramado, foi fundado em 1982, e o Museu Histórico Professor Gustavo Adolfo Koetz, na cidade de Igrejinha, tem seus trabalhos iniciados em 1987. Portanto, na região, Lauffer foi pioneiro, neste caso, a criação de seu museu como repositório da coleção seria o único caminho possível, já que a instituição mais próxima, que poderia receber as peças, seria o Museu Júlio de Castilhos em Porto Alegre.

No museu, temos diversas referências ao trabalho de Lauffer, todavia, elas foram inseridas posteriormente, quando a instituição, encampada pela prefeitura, altera seu nome para acolher o fundador, tal qual os demais museus na região. Todos homenageando o intelectual local que os fundou. Portanto, mais do que pelas peças escolhidas e selecionadas, foi a ação de criação que o eternizou como historiador da cidade.

Imagem 3: foto do "escritório" de Lauffer na sala principal de exposição do Museu Armindo Lauffer



Fonte: acervo pessoal da autora 2021.

Ao montar o seu museu, o foco não foi um arquivamento de si mas sim, ao acionar mecanismos mentais e conceituais que lhes eram próprios e não estavam dentro de uma chave teórica formal dos estudos museológicos ou até mesmo da historiografia, sua coleção o colocou no espaço simbólico de "guardião da história" da região.

Ao observarmos as coleções compostas por ele e posteriormente incorporadas em seu museu e atual museu da cidade de Três Coroas, vemos materializada a definição de Blom: "A questão do valor é, em si mesma, intrigante. Com frequência os objetos colecionados são refugos da sociedade, ultrapassados pelo avanço tecnológico, usados e descartáveis, obsoletos, negligenciados, fora de moda." (2003, p. 191).

Lauffer coletou junto à comunidade os objetos cotidianos mas que estavam sem uso prático, as relíquias de família, as doações, bateu de porta em porta anunciando seu projeto e recebendo os objetos que materializam a memória da região, posto que ele não estava restrito à cidade, fronteira móvel pelas emancipações ocorridas a partir da metade do século XX. Segundo Deeken e Duarte "Seu acervo é formado por doações da população, que foi o SONHO ARMINDO LAUFFER"[2] (2008, p. 348).

E esse sonho de ver sua coleção transformada em um museu pode ser compreendido e até mesmo comparado com outros projetos de museus no Brasil e no Mundo. Seria o que Lima coloca como uma autobiografia através desse trabalho de coleção e memória: "Autobiografar se por meio de uma coleção que ambiciona estatuto público é ato recorrente e, por isso, uma chave importante para compreensão do papel da cultura material como mediadora de trocas simbólicas protagonizadas pelo museu" (Lima, 2013, p. 89). Neste projeto, Lauffer institucionalizou sua posição como um intelectual local, ou um mediador cultural, em um conceito trabalhado por Ângela de Castro Gomes (1993). Estes mediadores culturais possuem a capacidade de articular os interesses do público com os demais intelectuais e a municipalidade, construindo projetos em que ele se coloca como um agente de elaboração dessa memória que circula, o *seu* intelectual local.

Ao montar sua coleção já com vistas a transformar em um museu, dentro do que ele acreditava como sendo objetos que deveriam representar essa história coletiva, ele executa o que Stránský indicava, e descrito por Brulon:

> "É neste sentido que Stránský irá considerar a tendência à musealização como o princípio criador de coleções e museus, e não o contrário. O autor lembra que muitas coleções individuais são verdadeiros "mini-museus" (1995, p. 29), criados dessa vontade à musealização que antecede qualquer tipo de institucionalização museal, mas que deve fazer parte do campo de interesses da pesquisa museológica. Essa tendência pode levar à criação de instituições tais como institutos ou associações (Brulon, 2018, p. 204).

2 Caixa alta utilizada pelas autoras.

Lauffer queria, através destes objetos colecionados e abrigados em um museu, indicar que eles seriam "Testemunhos de seu trabalho e de seu viver. São também instrumentos de identificação de uma coletividade, participam do processo de identidade, da história dos homens e deixaram suas marcas neles" (Deecken; Duarte, 2008, p. 348). A partir das discussões conceituais ficamos com uma questão a ser analisada, seriam estes objetos, agora contidos no museu, musealizados? Posto que não seguiram os procedimentos indicados por Stanský de tesaurização, projetos expositivos etc.?

Uma coleção particular tornar-se um museu não seria um caso raro. Almeida indica que existem casos em que coleções inteiras foram incorporadas pelos poderes públicos. Às vezes incluindo edificação, artistas ou intelectuais que tem sua "casa museu", por exemplo, mas existem outros: "Em todo o mundo são conhecidos exemplos dessa natureza, sendo os mais comuns que os utilizavam a antiga residência do próprio colecionador museus que levam invariavelmente o nome do proprietário da coleção." (Almeida, 2001, p. 134).

O Museu Armindo Lauffer nos permite muitas questões para reflexão. Podemos pensar sobre o papel destes intelectuais, mediadores culturais, historiadores locais para a manutenção e elaboração da memória e da história dos pequenos municípios.

Podemos pensar também sobre os caminhos que estes objetivos trilharam até chegar neste museu, sobre as motivações do colecionador e dos doadores, sobre as escolhas feitas sobre o que entra e o que não entra na coleção? Ou, podemos questionar o processo de musealização, empírico, intuitivo, baseado no desejo de memória e de poder ter um museu para chamar de *seu*. Como ele foi feito? Que estratégias foram utilizadas? Que parcerias foram estabelecidas?

E, por fim, podemos também pensar no caminho do museu, de um espaço particular, um sonho de um sonhador, para um museu municipal, que se pretende ser o repositório da história e da memória da região. Como ele chegou a este status? O que podemos dizer com certeza é que através do mundo conceitual compreendemos melhor o mundo prático dos museus, e a riqueza da empiria traz questionamentos e enriquece os conceitos, em um movimento pendular e ascendente.

Bibliografia

ALMEIDA, Cícero A. F. O "colecionismo ilustrado" na gênese dos museus contemporâneos. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/IPHAN, n. 33, 2001. p. 123-140.

ALMEIDA, Cícero Antônio F. Objetos que se oferecem ao olhar. Colecionadores e o "desejo de museu". In: **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro: MHN, 2012. p. 183-200.

ARTIERÈS. Philippe. Arquivar a própria vida. **Revista Estudos Históricos,** FGV. Rj, v. 11, n. 21,1998.

BLOM, Philipp. **Ter e manter**: uma história íntima de colecionadores e coleções. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Formas de humanidade: concepção e desafios da musealização. **Cadernos de Sociomuseologia**, n.º 9, 1996.

BRULON, Bruno. Passagens da Museologia: a musealização como caminho. **Museologia e Patrimônio**, Vol. 11, N. 2, 2018.

BRULON, Bruno. Os objetos de museus, entre a classificação e o devir. Informação & **Sociedade: Estudos**, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 037, 2015. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/025. Acesso em: 30 jul. 2021.

CERTEAU, Michel de. A Operação Histórica. In: NORA, Pierre; LE GOFF, Jacques **História**: novos problemas. RJ, Francisco Alves, 1988.

COSTA, Karina Martins. Alfredo Ferreira Lage: O colecionador mineiro e a nostalgia do passado. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro, BEZERRA, Rafael Zamorano (org.). **Coleções e colecionadores a polissemia das práticas**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2012.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. Musealização. In: _____. **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: Armand Colin, 2013. p.56-57.

DEEKEN, Lorena Pedrinha, DUARTE, Elaine Aparecida. Um sonhador e seu sonho-Armindo Lauffer e o Museu. In: MOELLER, Clarise E., DEECKEN, Lorena P. (org.). **Nossas Raízes II**: Três Coroas. Três Coroas: Editora Prefeitura Municipal de Três Coroas, 2008.

GOMES, Ângela de Castro. Essa Gente do Rio - os intelectuais cariocas e o modernismo. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro. vol. 6, n. II, 1993.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

HEYMANN, Luciana. Se arquivar: arquivos pessoais como escrita de si?. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro, BEZERRA, Rafael Zamorano (org.). **Coleções e colecionadores a polissemia das práticas**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2012.

LIMA, Solange Ferraz, CARVALHO, Vânia Carneiro. Cultura material e coleção em um museu de história: as formas espontâneas de transcendência do privado. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves e VIDAL, Diana Gonçalves (org.). **Museus:** dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

POMIAN, K. Coleção. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. **Memória-História**. v.1. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1994. p. 51-86.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e Cultura Material: Documentos Pessoais no Espaço Público. **Revista Estudos Históricos**, FGV. Rj., v. 11 n. 21, 1998.

SOTO, Hussein E. L. **Coleccionismo, museos y museologia**. 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/38525142/COLECCIONISMO_MUSEOS_Y_MUSEOLOG%C3%8DA

"ACONSELHAR E AJUDAR OS ALEMÃES": A ATUAÇÃO DA *DEUTSCHLANDHILFE* NO BRASIL (1946-1957)[1]

João Vítor Sand[2]

Considerações iniciais

No período pós-Segunda Guerra Mundial, diversas organizações humanitárias internacionais atuaram na América Latina com o objetivo de arrecadar alimentos e vestuários destinados à Alemanha. No Brasil, os Comitês de Socorro às Vítimas de Guerra estavam vinculados às filiais da Cruz Vermelha Brasileira em vários estados e associados a diferentes grupos étnicos locais, como alemães, italianos, poloneses e russos, entre outros. Houve também organizações estrangeiras, como a *Cáritas Avdelning Europahjälpen*, que fundou no Brasil o Comitê de Socorro à Europa Faminta (SEF), cuja atuação se deu principalmente na região Sul do Brasil. Outra organização que atuou na América Latina foi a *Evangesliches Hilfswerk in Südamerika*, da Igreja Evangélica da Alemanha, através da *Deutschlandshilfe*, cujo

1 Este texto é fruto do projeto de Doutorado em História, atualmente em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, sob orientação da Professora Dra. Patrícia Weiduschadt.

2 Doutorando em História (PPGH/UFPEL). Mestre em História (PPGH/PUCRS). Professor de História no Colégio Sinodal Alfredo Simon (Pelotas/RS). Lattes: http://lattes.cnpq.br/4382703902609461. E-mail: joaovsand@gmail.com

representante na América Latina foi o Pastor Harald Niedner. O presente texto tem como objetivo analisar a atuação da *Deutschlandhilfe* no Brasil, no intervalo temporal de 1946 a 1957. O período selecionado inicia-se com o lançamento da campanha de arrecadação de fundos e donativos para a Alemanha e conclui-se com o término da publicação do Boletim Informativo *Die Hilfe*. Considerando o periódico como uma manifestação e reconhecimento pelos contribuintes da campanha, pretendemos compreender a dinâmica e os impactos das iniciativas realizadas pela organização nesse intervalo.

A principal hipótese deste estudo é de que a *Deutschlandhilfe* foi empregada para constituir laços entre as comunidades de e/i/migrantes alemães e descendentes na América Latina com a Alemanha. Através da publicação de notícias gerais da política alemã, poesias, contos de fadas, lendas e passagens da história da Alemanha, o Boletim Informativo *Die Hilfe* buscava fazer (re)despertar a identidade étnica dos descendentes de alemães da América Latina. Assim, a *Deutschlandhilfe*, através de seus meios e agentes, procurou integrar a comunidade de alemães e alemães-étnicos (descendentes), mantendo-os sob a influência da Alemanha, evitando a perca da identidade alemã.

Para tal estudo, utilizam-se como fontes os relatórios produzidos pelo Pastor Harald Niedner a respeito da Deutschlandhilfe, o que apresenta a realidade administrativa da organização, estando inseridos dentro do dossiê da "*Hilfswerk Deutschlandhilfe in Lateinamerika*" que se encontram no *Evangelisches Zentralarchives – EZA*, em Berlim. Nesse sentido, a documentação da Cruz Vermelha Brasileira, no Órgão Central no Rio de Janeiro, a qual a *Deutschlandhilfe* ficou subordinada, poderá fornecer indícios de como articularam-se os comitês étnicos – especificamente o alemão – em diversas regiões do Brasil. Referente aos olhares "de fora" da organização, utilizam-se as cartas trocadas entre o pastor Harald Nieder com os pastores luteranos do Brasil, que se encontram no Arquivo Histórico da IECLB, na Escola Superior de Teologia (EST), em São Leopoldo, além das cartas entre os próprios pastores do Sínodo Riograndense que abordam a atuação da organização e do pastor alemão no Brasil. Ainda, a utilização do Boletim Informativo *Die Hilfe* como fonte, em suas cerca de 40 edições, permite a análise de quais notícias e informações da Alemanha eram repassadas aos leitores, bem como quais

os poemas, contos de fadas, lendas e passagens da história da Alemanha – bem como seus autores –, que eram selecionadas para despertar e preservar o *Deutschtum*.

Para este estudo, dialoga-se metodologicamente com a Micro-história, partindo de um quadro geral – global – de arrecadação e envio de fundos e donativos para a Europa no pós-Segunda Guerra Mundial, analisa-se a atuação de uma organização, a *Deutschlandhilfe*, uma das organizações fundadas pela *Evangesliches Hilfswerk in Südamerika*, da Igreja Evangélica da Alemanha (*Evangelischen Kirche in Deutschland*), no Brasil, dentre os anos de 1946 e 1957. Esta organização também se insere dentro do quadro da política externa da Alemanha pós-guerra, servindo para realizar a manutenção da germanidade no exterior e os vínculos entre as comunidades.

Busca-se reconstruir, através das fontes, os "momentos, situações, pessoas que, observados com olhar analítico, em um âmbito circunscrito, recuperam um peso e uma cor; não como exemplos, na falta de explicações melhores, mas como referência dos fatos à complexidade dos contextos nos quais os seres humanos agem" (Levi, 2016, p. 23). É através dessa leitura do micro, que permite aos historiadores "aproximarem-se da trama da realidade social, como se essa fosse olhada por um microscópio" (Lima, 2023, p.10). Esta realidade, porém, como adverte Giovanni Levi (2023, p.33), está "inexaurivelmente longe de ser compreendida de maneira total e definitiva. A realidade existe e é possível aproximar-se à sua compreensão e descrevê-la, mas sempre parcialmente".

A Micro-história permite um diálogo entre diferentes abordagens de estudo, mais recentemente, aproximou-se da História Global, ainda com ressalvas dos idealizadores da metodologia (Ginzburg, 2023; Levi, 2016, 2023). Ainda assim, alguns autores buscam encontrar um meio termo entre as escalas, como aquilo que De Vivo (2023) chamou de "micro-história da informação global", a qual busca compreender como se deu a difusão e a recepção de informações globais em espaços micros, como o Boletim Informativo *Die Hilfe*, com sua ampla circulação – na teoria – na América Latina repercutiu em uma região específica do nordeste brasileiro. Desta forma, é possível que a documentação apresente indícios dos usos das informações transmitidas através do boletim, bem como sublinhar as "incertezas e desigualdades no acesso à informação"

(De Vivo, p. 284), isto é, como o impresso atingiu diferentes lugares e diferentes camadas sociais[3]. Em todos os casos, a redução da escala de análise "torna possível captar as trocas locais e de longa distância, a transmissão bem como a manipulação de mensagens, e o elemento humano tanto quanto tecnológico" (De Vivo, p. 282).

Em diálogo com a História Transnacional, é possível pensar a ideia da circulação de identidades e culturas através do *Die Hilfe*, mas também pelo contado do Pastor Niedner com as comunidades, isto é, pela própria *Deutschlandhilfe* como um todo, por entre as fronteiras nacionais, destacando os "modos de sociabilidade, matrizes editoriais, estandardização de gêneros, bem como na formação de redes intelectuais que mantinham contato a despeito das restrições dos idiomas nacionais" (Guimarães, 2021, p. 358) que circulam por meio do periódico. Busca-se, através do diálogo entre a Micro-história e a História Transnacional, compreender as interconexões da humanidade através de fronteiras nacionais e culturais, movimentos das ideias, coisas, pessoas e práticas pelas dimensões fluidas dos processos históricos, as sociedades e as relações que formam com outras, e a contribuição dessas trocas (Conrad, 2017).

Ainda dentro da discussão de aproximações entre a Micro-história e a História Global, uma outra perspectiva é apresentada por De Vito (2020), a micro-história translocal, a qual pretende tornar a metodologia mais sensível à espacialidade. Conforme o autor, esta perspectiva busca prestar atenção "às especificidades de vida lugar e de cada conexão e às concretas estratégias e redes sociais de indivíduos e grupos", procurando evidenciar as relações de "curta, média e longa distância dentro de ou através de fronteiras políticas, administrativas, linguísticas e culturais; este aspecto parece também essencial para discutir a separação entre global e local, através da uma análise detalhada das relações entre lugares e entre (grupos de) indivíduos" (p.109).

Portanto, a análise das fontes através da Micro-história, com suas diversas formas e diálogos com outras abordagens metodológicas, possibilita uma investigação da *Deutschlandhilfe*, enquanto uma organização estrangeira, dentro do cenário do pós-Segunda Guerra

3 Ressalta-se novamente que é impossível precisar com exatidão a (in)eficiência e o alcance que o *Die Hilfe* teve tanto na América Latina, quanto no Brasil.

Mundial na Alemanha, na arrecadação de mantimentos e donativos para as vítimas da guerra. Reduzindo a escala de análise, é possível observar a atuação dentro do cenário da América Latina, fundando novos comitês dentro de vários países e mantendo um diálogo com outras organizações e entidades em diferentes escalas.

O presente texto, inicialmente, abordará a atuação das organizações humanitárias internacionais no período do pós-Segunda Guerra Mundial, observando a fundação e estrutura de funcionamento destas no auxílio às vítimas de guerra através da arrecadação de fundos e donativos em diversos países do mundo, dentre eles, o Brasil. Neste rol de organizações, na segunda parte deste texto, reduzimos a escala de observação para observar os indícios da atuação da *Deutschlandhilfe* na América Latina.

Organizações humanitárias internacionais no pós-Segunda Guerra Mundial

Esta pesquisa insere-se dentro do contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, onde diversas organizações humanitárias foram fundadas e atuaram para a reconstrução da Europa e para auxiliar às vítimas do conflito. Entre o final dos anos 1940 e a década de 1950 houve a criação de um conjunto de organismos multilaterais de gestão global oriundo do sistema da ONU, no plano dos deslocamentos humanos foi criada a principal a Organização Internacional para Refugiados (OIR), vinculada as Nações Unidas, sendo sua primeira versão a Administração de Assistência e Reabilitação das Nações Unidas - UNRRA[4], fundada em 1943 e atuando até 1947 (Sakurai, Salles, Paiva, 2009). Estas organizações possuíam a proposta de recuperar o mais rápido possível à Europa, baseando-se no modelo de atuação da Cruz Vermelha Internacional, mas com a ideia de utilizar ela para forjar um sistema de

4 A UNRRA herdou alguns poderes do Escritório de Auxílio e Reabilitação Estrangeiros (OFFRO, em inglês), um órgão americano criado em novembro de 1942, mas que continuou distanciado burocraticamente da questão dos refugiados, ainda responsabilidade do Comitê Intergovernamental para Refugiados (IGCR), criado em 1938, e, nos Estados Unidos, do Diretórios de Refugiados de Guerra, fundado em 1944. Em 1947, quando a UNRRA foi fechada, um novo órgão foi criado sob os cuidados da ONU, a Organização Internacional de Refugiados, que herdou as responsabilidades da UNRRA. Ao mesmo tempo, uma agência exclusivamente para crianças, o UNICEF (Fundo das Nações Unidas para Crianças) foi estabelecido. Quando o mandato da OIR expirou, ainda outra agência, o Alto-comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) foi criado, atuando até os dias de hoje (Shephard, 2012).

instituições relacionado de maneira vital com o tipo de mundo que se queria construir. As funções atribuídas a ela eram alimentar, dar auxílio médico e repatriar aos milhões de deslocados (Shephard, 2012).

Limitada a auxiliar as Pessoas Deslocadas, a UNRRA foi proibida de ajudar os alemães, posteriormente a OIR também excluiria os alemães do quadro de auxílios. Esta restrição de ajuda não se aplicava as organizações humanitárias independentes, como o Comitê Internacional da Cruz Vermelha e outros grupos vinculados a igrejas católica e protestantes, que realizavam distribuição de alimentos e primeiros socorros. Havia, contudo, um sentimento de recusa em ajudar os alemães por parte de algumas organizações, exemplo são as caridades britânicas, o grupo de escoteiros "não tinham vontade de trabalhar para ajudar [os alemães] quando nacionalidades inocentes que eles tinham tratado como lixo estavam precisando de assistência" (Shephard, 2012, p. 163).

As organizações humanitárias não poderiam deixar de ajudar aos alemães, ainda que se recusassem a tal, pois isso seria um risco de lançar os alemães para "os braços do comunismo", outro fator era a União Soviética demonstrando que se contentaria com o estabelecimento de um estado socialista em parte da Alemanha do pós-guerra (Bessel, 2010). Assim, a atuação de várias organizações humanitárias, principalmente aquelas ligadas aos Estados Unidos e demais países foi da Europa estava inserida dentro das políticas de desenvolvimento econômico e social implementadas pelos EUA na Europa e Alemanha pós-Segunda Guerra Mundial

Conforme Wollasch (1980), atuaram na Alemanha cerca de 200 organizações de ajuda em cerca de 30 países ao redor do mundo. Não é possível afirmar que todas estas organizações estavam inseridas nos interesses das políticas de desenvolvimento econômico que os Estados Unidos possuíam sobre a Europa. As maiores ajudas vieram dos Estados Unidos, alguns jornais mencionavam a atuação destas organizações, traziam principalmente informações de como conseguir beneficiar-se das remessas encaminhadas por elas. Dentre elas, o *Council of Relief Agencies Licensed for Operation in Germany* (CRALOG)[5], formada por diversas caridades americanas que se reuniram em uma comissão e foram para a Alemanha, em 1946, ver a situação que se encontrava o país e a população,

5 Em tradução livre: Conselho de Agências de Socorro Licenciadas para Operar na Alemanha.

analisando os caminhos viáveis para providenciar ajuda (Wollasch, 1980). Outra organização americana que encaminhou diversos pacotes foi o *Cooperative for American Remittances to Europe* (CARE)[6], as remessas ficaram conhecidas como *CARE-Pakete*. Inicialmente, os pacotes eram endereçados para familiares ou conhecidos de cidadãos americanos. Entretanto, milhares de pacotes não conseguiram chegar aos destinatários desejados. Ficou-se decidido devolver aos doadores seus cheques com uma carta de acompanhamento, que o destinatário do pacote não conseguiu encontrar na Europa. Para evitar que tal situação ocorresse novamente foi decidido, em 1948, que as encomendas também poderiam ser entregues a destinatários desconhecidos no futuro (Geueke, 2002). Os pacotes, que custavam 10 dólares, continham "alimentos de alta qualidade, como gordura, chocolate, carne e café ou roupas" (Wurm, 1975, p. 279). Estes dois exemplos de organizações destacam a cooperação de diversas caridades ou entidades – religiosas, trabalhistas e civis – para encaminhar mantimentos para a Europa e, em destaque, para a Alemanha. Desta forma, a logística de aquisição, armazenamento, transporte e distribuição de mantimentos era facilitada. Contudo, estas organizações tinham uma atuação limitada aos Estados Unidos, fornecendo pacotes de mantimentos de cidadãos americanos para seus conhecidos e familiares, como no caso da CARE.

Outra organização, com mais experiência que as demais na ajuda às vítimas de guerra é o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, fundado pelo suíço Henry Dunant, em 1863. No Brasil, a Cruz Vermelha Brasileira - CVB, foi fundada no ano de 1907, tendo como primeiro presidente o sanitarista Oswaldo Cruz e estando presente, atualmente, em 21 estados do país. Após a Segunda Guerra Mundial, a Cruz Vermelha Brasileira organizou uma campanha nacional de arrecadação de alimentos, através da criação dos

> denominados Comitês de Socorro às Vítimas da Guerra que coletavam donativos e preparavam pacotes individuais (colis) que eram remetidos ao Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Os Comitês de Socorro tinham a sua sede na Capital da República e Subcomitês nos Estados, capitais e cidades, todos diretamente subordinados ao Órgão Central.

6 Em tradução livre: Cooperativa de Remessas Americanas para a Europa. A CARE foi fundada em 1946 por 22 organizações de caridade sediadas nos Estados Unidos com origens cívicas, trabalhistas e religiosas.

> Cessada a guerra o Comitê Internacional desincumbiu-se dessa missão fechando os seus escritórios e liquidando a sua comissão de socorros e a Agência de Prisioneiros.[7]

A fundação e atuação de Comitês e Subcomitês de apoio às vítimas de guerra, precisavam ser autorizadas previamente pela Cruz Vermelha, a nível nacional e estadual. Estes comitês estavam subordinados e atuaram dentro das estruturas físicas – nos prédios pertencentes a organização – e estruturas de atuação/redes transnacionais da Cruz Vermelha. As atividades dos Comitês e Subcomitês possuíam prazo para acabar, pois estavam relacionadas à necessidade da população europeia. Conforme a recuperação da Europa fosse ocorrendo, não haveria mais a necessidade de manter escritórios com Comitês de Socorro, como escreveu Oscar Soares em carta anteriormente citada.

> Devido a esse apelo os Comitês continuaram a funcionar com a única finalidade de remeter socorros a granel para serem distribuídos indistintamente entre os civis necessitados. A remessa de pacotes individuais constitui uma tolerância, mesmo porque a situação econômica da Europa, dia a dia, se consolida e se caracteriza pela abundância de alimentos e um melhor padrão de vida, sendo de assinalar que os preços das utilidades alimentares são mais baixos que os do Brasil que não teve o seu solo devastado pela guerra.[8]

Os critérios da permanência das atividades dos Subcomitês estavam, portanto, relacionados as necessidades das populações dos países europeus, sendo necessária obrigatoriamente a autorização do Órgão Central da Cruz Vermelha, no Rio de Janeiro. Alguns Comitês continuaram atuando, como é o caso do Comitê Hebreu e o Comitê de Socorro às Vítimas na Palestina, pois "as suas finalidades são de socorrer os israelitas"[9]. Portanto, a Cruz Vermelha Brasileira mobilizou-se para

7 Correspondência. Rio de Janeiro/RJ. 16/09/1949. Oscar Soares, Secretário Geral da Cruz Vermelha a Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Porto Alegre/RS. Pasta 2. ACV-RS/POA.

8 Correspondência. Rio de Janeiro/RJ. 16/09/1949. Oscar Soares, Secretário Geral da Cruz Vermelha a Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Porto Alegre/RS. Pasta 2. ACV-RS/POA.

9 Correspondência. Rio de Janeiro/RJ. 16/09/1949. Oscar Soares, Secretário Geral da Cruz Vermelha a Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Porto Alegre/RS. Pasta 2. ACV-RS/POA.

enviar mantimentos para a Europa através dos Comitês de Socorro às Vítimas da Guerra e Subcomitês espalhados pelas capitais estaduais.

Outra organização com bastante relevância neste cenário foi o Comitê de Socorro à Europa Faminta – SEF, fundado no Rio Grande do Sul pela Cáritas *Avdelning Europahjälpen*, da Suécia, a qual era presidida pelos padres jesuítas. O superior dos jesuítas no Sul do Brasil, P. Leopoldo Arntzen, ao final de abril de 1946 "nomeou o P. Henrique Pauquet SJ presidente do SEF, a quem por livre vontade se ajuntaram os srs. Willy Siegmann, P. Balduino Rambo SJ e Fernando S. Coutinho" e, em junho do mesmo ano, agregou-se o Sínodo Evangélico Riograndense. O SEF, conforme Evandro Fernandes (2005, p. 61), foi uma "organização de socorro sem fins lucrativos, de caráter pessoal e privado, sem a interferência dos organismos eclesiais". A articulação e atuação do Comitê se deu nas colônias teuto-brasileiras no Rio Grande do Sul e tinha como objetivo atender aos "refugiados, famintos e miseráveis anônimos" da Alemanha e Áustria. Conforme destaca o autor, "apesar do comitê designar-se de Comitê de Socorro à Europa Faminta, suas atividades estavam restritas à solidariedade material aos alemães e austríacos".

O Comitê diferenciava-se das empresas que anunciavam pacotes de mantimentos nos jornais, conforme escreveu P. Balduíno Rambo à Johannes Schauf, o SEF possuía um princípio fundamental "por cada 5kg deve o remetente entregar Cr$70,00 para Frete e ajuda ao anônimo. Caso contrário nós nos rebaixamos a uma simples firma de transporte". Porém, ao contrário das firmas de transporte, o SEF não possuía autorização para enviar pacotes privados, ocupando-se a enviar embarcações com toneladas de pacotes para anônimos (Fernandes, 2005, p.42). A própria diretoria da SEF, em comunicado que circulou na região do oeste-catarinense em junho de 1946, o "auxílio particular, presentemente, é impossível; porém, todo aquele que desejar enviar uma caixa para determinada cidade ou aldeia, poderá fazê-lo. Tal remessa, porém não poderá ter caixa ou endereço individual". Desta forma, o Comitê incentivava que fossem enviados pacotes anônimos, visto que enviar para familiares não estava disponível naquele momento.

Em 12/08/1946, houve uma reunião entre as lideranças do SEF e da Cruz Vermelha Brasileira, filial Rio Grande do Sul[10], intermediada pelo Coronel Guilherme Gaelzer Netto, com quem P. Balduíno Rambo possuía grande amizade e aquém agradecia que "as boas relações com a CV [Cruz Vermelha] daqui que devemos a vossa intermediação"[11]. A mediação de Gaelzer Netto foi necessária pois, conforme Evandro Fernandes, a presidente da Cruz Vermelha, Dona Odila Gay da Fonseca demonstrou "preocupação com a ação isolada da SEF, o que demonstra a iminência de conflitos entre os dois organismos caso a SEF não tivesse se manifestado junto à Cruz Vermelha" (2005, p.105). O próprio P. Balduíno Rambo diz que "quando as damas perceberam que nós não interferíamos em seu ofício, elas ficaram satisfeitas. Eu vou uma vez por semana para conversar com elas, apesar de ser uma perda de tempo precioso, mas, no meu entender, promovo a nossa obra". Assim, outro motivo de vincular-se a Cruz Vermelha foi evitar eventuais problemas que pudessem ocorrer com a organização, não apenas isso, na reunião decidiu-se que ambas as organizações atuariam em conjunto e que,

> o SEF transportaria, a partir de sua terceira remessa, as doações da Cruz Vermelha Brasileira, mediante o pagamento do transporte, assim como fiaria responsável pela distribuição por meio da Caritas e da Cruz Vermelha Sueca. **O SEF usufruiria os mesmos benefícios e regalias da Cruz Vermelha Brasileira**, para o qual foi nomeado representante o Pe. Pauquet (Fernandes, 2005, p.89, grifo nosso).

As regalias mencionadas por Fernandes, referem-se, ao nosso ponto de vista, da estrutura de redes e influências que a Cruz Vermelha Brasileira possuía, enquanto isso, o Socorro à Europa Faminta resolveria o problema da Cruz Vermelha de enviar as remessas de donativos, desde que ela pagasse por tal. Entretanto, o SEF queria "manter a sua autonomia, ou seja, não estar sujeita à Cruz Vermelha" (Fernandes, 2005, p.106). O nome da Cruz Vermelha foi utilizado para conseguir vistos

10 A respeito da atuação da Cruz Vermelha Brasileira, filial do Rio Grande do Sul, no envio de mantimentos para à Europa no pós-Segunda Guerra Mundial, ver Theisen (2024).

11 Correspondência. Porto Alegre/RS. 07/11/1946. Padre Balduíno Rambo a Guilherme Gaelzer Netto. Porto Alegre/RS. Porto Alegre/RS, PUCRS, DELFOS, Acervo Benno Mentz, Pasta Verschiedene Caritasverbände, Aufklaerungsberichte, Statistiken, Namenslisten von Absendern, Namenslisten von Empaegern.

dos embarques de mantimentos para a Europa. Em ofícios enviados por P. Henrique Pauquet, então Delegado da Cruz Vermelha, o pedido era feito em nome da Cruz Vermelha, e não em nome do Socorro à Europa Faminta. Havia, portanto, o interesse da SEF de se constituir como um Subcomitê Alemão, desvinculado da Cruz Vermelha, esta ideia é reforçada através dos comentários de P. Rambo a respeito da Cruz Vermelha, que definindo-a como "bastante lenta e complicada". Assim, esta parceria poderia atrasar os envios de pacotes coletivos e particulares do SEF. Porém, não poderia simplesmente

> deixar de lado a CVB [Cruz Vermelha Brasileira]. Tudo dependerá de encontrarmos uma solução satisfatória para ambos os lados, no qual a maldita questão do dinheiro é o ponto neurálgico. De um lado a CV [Cruz Vermelha] não quererá renunciar aos seus 50 cruzeiros por pacote, do outro nós não podemos tornar-nos dependência desta instituição.[12]

Portanto, o Comitê de Socorro à Europa Faminta buscou outras maneiras de encaminhar pacotes privados para a Alemanha, tornando-se independente, até certo ponto, da Cruz Vermelha Brasileira, filial do Rio Grande do Sul. Independente dos interesses particulares, a Cruz Vermelha Brasileira, filial do Rio Grande do Sul e Comitê de Socorro à Europa Faminta atuaram em conjunto de 1946 até 1949. Os pacotes eram reunidos na sede da Cruz Vermelha em Porto Alegre, e deviam estar acompanhados da relação de conteúdo e assinatura do remetente. De lá, eram enviados para a Suécia onde a Cáritas fazia a entrega dos donativos coletivos do SEF, e a Cruz Vermelha Sueca encarregou-se de distribuir os pacotes privados[13].

Neste contexto, passou a atuar na América Latina a *Evangesliches Hilfswerk in Südamerika*[14], da Igreja Evangélica da Alemanha, através da *Deutschlandshilfe*, cujo representante na América Latina foi o Pastor Harald Niedner. O Pastor Harald Niedner circulou por diversos países

12 Correspondência. Porto Alegre/RS. 07/11/1946. Padre Balduíno Rambo a Padre Jorge Steiger. Colégio Cristo Rei. São Leopoldo/RS. Porto Alegre/RS, PUCRS, DELFOS, Acervo Benno Mentz, Pasta Inland Correspondenz (238).

13 Correspondência. Porto Alegre/RS. 20/02/1947. Padre Balduíno Rambo a Maria Laveuve. Ijuí/RS. Porto Alegre/RS, PUCRS, DELFOS, Acervo Benno Mentz, Pasta Auschlussreiche Inslanschreiben aus der Mitaberit, Rio Grande u.s. Santa Catarina.

14 Em tradução livre: Organização de Ajuda Evangélica na América do Sul.

realizando palestras para arrecadar fundos para a *Deutschlandhilfe* durante os anos de 1946 e 1949. No Brasil, a *Deutschlandhilfe* operou subordinada à Cruz Vermelha Brasileira, sendo reconhecida como Subcomitê Alemão de Socorro às Vítimas da Guerra. Após retornar à Alemanha, o Pastor Niedner fundou e passou a publicar através da organização o boletim informativo *Die Hilfe*, como uma forma de agradecimento e uma forma de "aconselhar e ajudar os alemães na América Latina". Desta forma, o periódico procurava veicular poesias, contos de fadas, lendas e passagens da história da Alemanha, para que fosse preservada, ou, renascida "a antiga herança cultural e espiritual da pátria" alemã.

São poucos os estudos que fazem referência à *Deutschlandhilfe*, ao Pastor Harald Niedner ou ao Boletim Informativo *Die Hilfe*. A primeira referência à esta organização foi feita por Nikolaus Barbian (2013), em seu estudo *Auswärtige Kulturpolitik und "Auslandsdeutsche" in Lateinamerika (1949-1973)*, onde analisa a política cultural externa alemã (*Auswärtige Kulturpolitik*) relacionada aos "alemães no exterior" (*Auslandsdeutsche*) na América Latina a partir do pós-guerra. Sobre a *Deutschlandhilfe*, o autor afirma que ela foi utilizada como argumento para intensificar o compromisso dos alemães na preservação dos "alemães no exterior" na América Latina.

> *In Lateinamerika war es nach 1945 zu großen Sammelaktionen für das notleidende Deutschland gekommen. So bereiste zum Beispiel Pfarrer Harald Niedner in den Nachkriegsjahren ganz Lateinamerika, um Hilfe für Deutschland einzuwerben. In vielen Ländern wurden auf seine Initiative hin Hilfskomitees gegründet, sodass in den Nachkriegsjahren Geld und Waren im Wert von etwa einer Million Dollar nach Deutschland gesandt werden konnten* (Barbian, 2013, p. 205)[15].

Mais recentemente, Tomas Villarroel (2018) utilizou o Boletim Informativo Die Hilfe como fonte em seu artigo *„Das tragischste Kapitel deutscher Wanderungsgeschichte der Nachkriegszeit": Das Scheitern des*

15 Tradução: "Na América Latina, depois de 1945, houve grandes campanhas de angariação de fundos para a Alemanha necessitada. Por exemplo, o Pastor Harald Niedner viajou por toda a América Latina nos anos do pós-guerra para solicitar ajuda para a Alemanha. Por sua iniciativa, comitês de ajuda foram criados em muitos países, para que dinheiro e mercadorias no valor de cerca de um milhão de dólares pudessem ser enviados para a Alemanha nos anos do pós-guerra" (Barbian, 2013, p.205).

deutschen Migrations- und Siedlungsprojekts bei La Serena, Chile, in den 1950er Jahren, onde analisa um projeto fracassado de assentamento de imigrantes alemães na região de La Serena, no Chine, após a Segunda Guerra Mundial. No artigo, o autor utiliza uma edição de 1955 do periódico para estimar o número de imigrantes alemães no Chile nas décadas de 1940 e 1950. Desta forma, o presente estudo é inédito ao abordar a atuação da *Deutschlandhilfe* no Brasil.

A atuação da *Deutschlandhilfe* no Brasil

"Com grande agradecimento, deve-se enfatizar que não apenas os alemães e descendentes de alemães fizeram sacrifícios consideráveis por sua antiga pátria, mas também os latino-americanos tentaram aliviar a miséria alemã com grandes doações"[16], escreveu o Pastor Harald Niedner na primeira edição do *Die Hilfe*. O Pastor fazia referência a sua participação na *Deutschlandhilfe* na América Latina. Durante sua atuação, o pastor circulou por diversos países da América Latina e quando retornou para a Alemanha, "informei às várias organizações para as quais enviamos nossas doações que, por meio dessa campanha de ajuda da *Deutschlandhilfe* na América Latina, dinheiro e bens no valor de cerca de 1 milhão de dólares foram enviados para a Alemanha".

> Quando a Alemanha havia perdido a guerra e experimentado o terrível colapso, consegui permissão dos Aliados através da mediação do conhecido Pastor Niemöller, agora [sic] presidente da Igreja Evangélica na Alemanha [*Evangelischen Kirche in Deutschland*], para convocar uma campanha de ajuda na América do Sul e Central para os necessitados na Alemanha.[17]

Conforme o pastor, a campanha de ajuda atuava em lugares "onde nenhuma outra organização havia assumido o trabalho de socorro para a Alemanha", tendo uma atuação maior em países "onde há [sic] um alto nível de imigração alemã, por exemplo, na Argentina, no sul do Brasil e no Chile, foi realizado campanhas de ajuda à Alemanha que

16 Boletim Informativo *Die Hilfe*, Edição 1. 1954, p.15. Arquivo Deutschen Rotes Kreuzes. Berlim. Alemanha.

17 Boletim Informativo *Die Hilfe*, Edição 1. 1954, p.15. Arquivo Deutschen Rotes Kreuzes. Berlim. Alemanha.

superam inclusive o resultado da "*Deutschlandhilfe*". No Brasil, a atuação da campanha se deu na região Nordeste, principalmente no Recife.

> No final de 1947, os delegados da *Deutschlandhilfe* no Brasil (sede no Rio de Janeiro), o pastor protestante Harald Niedner e o padre católico Erich Rath, foram comissionados para abrir filiais no nordeste do Brasil. Todo esforço foi feito em Recife para montar uma diretoria funcional. Inicialmente, o medo de defender os interesses alemães teve que ser superado, já que o Brasil ainda não havia feito as pazes com a Alemanha e em alguns círculos de massa ainda havia forte animosidade contra os alemães, especialmente porque havia um grande navio brasileiro de submarinos alemães na costa do Recife havia sido torpedeado, matando muitas mulheres e crianças. Seguindo os alemães, mulheres e crianças pereceram.[18]

Percebe-se que o trabalho da *Deutschlandhilfe* não foi bem aceito inicialmente pela população local, tendo que ser feito um trabalho de superação do preconceito com os alemães, ainda vistos como inimigos. A campanha recebeu apoio da Cruz Vermelha Brasileira no Recife, o então Presidente da filial, Professor Dr. Arthur B. Coutinho, "forneceu um depósito de embarque, até mesmo escritórios e telefone no prédio da Cruz Vermelha. Ele ajudou pessoalmente a esclarecer quaisquer dificuldades que surgissem"[19]. Além da Cruz Vermelha, houve um apoio das igrejas cristãs, "Os frades das várias congregações católicas estiveram particularmente envolvidas nas coletas. As igrejas evangélicas de todas as denominações realmente deram seu apoio à campanha. Merecem destaque também as coletas nas escolas dirigidas por freiras católicas".

Através da cooperação entre alemães e seus descendentes e com igrejas cristãs em Pernambuco, a *Deutschlandhilfe* conseguiu encaminhar 260 caixas com pacotes de mantimentos, 449 engradados com pacotes, pesando um total de 107.240 kg, e mais de 150.000 dólares.[20] Estas doações coletadas foram entregues para organizações humanitárias na Alemanha, como a *Evangelische Hilfswerk*, a Caritas e a Cruz Vermelha,

18 Boletim Informativo *Die Hilfe*, Edição 1. 1954, p.16. Arquivo Deutschen Rotes Kreuzes. Berlim. Alemanha.

19 Boletim Informativo *Die Hilfe*, Edição 1. 1954, p.16. Arquivo Deutschen Rotes Kreuzes. Berlim. Alemanha.

20 Boletim Informativo *Die Hilfe*, Edição 1. 1954, p.18. Arquivo Deutschen Rotes Kreuzes. Berlim. Alemanha.

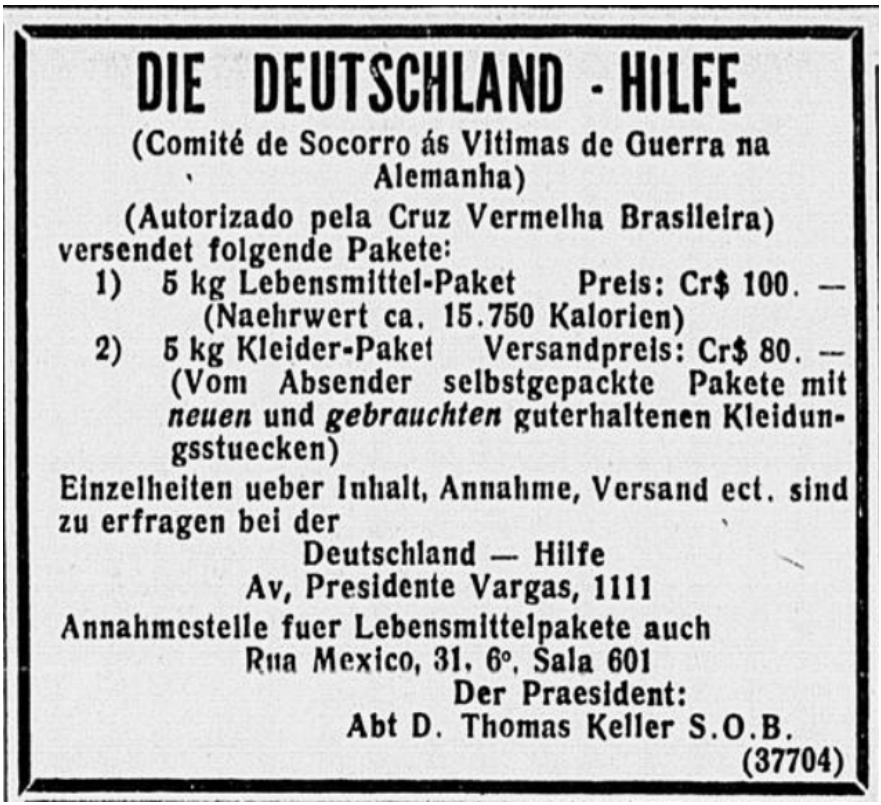
mas também foram entregues "diretamente para lares de idosos, instituições infantis, hospitais e campos de repatriados da Rússia, bem como para famílias carentes."

A ajuda também se estendeu aos alemães que se encontravam no estado de Pernambuco, "os alemães carentes do próprio Pernambuco, principalmente os imigrantes, também encontraram apoio no comitê". Assim, a proposta da *Deutschlandhilfe* era não apenas ajudar às vítimas da guerra na Alemanha, mas também os alemães recém-imigrados que se e estavam em Pernambuco.

A organização também fazia anúncios nos jornais da região Sudoeste do Brasil ofertando o envio de pacotes de mantimentos. Conforme o anúncio de 10/08/1947, no jornal carioca *Correio da Manhã*, a organização enviava pacotes de 5kg de alimentos com aproximadamente 15.750 calorias, com o preço de Cr$100. Também fazia o envio de pacotes com até 5kg de roupas, cobrando apenas o valor do frete de Cr$80. Mas, o mais importante é que abaixo do título da organização contém "Comité de Socorro às Vítimas de Guerra na Alemanha" e "Autorizado pela Cruz Vermelha Brasileira", o que confirma e reforça que a *Deutschlandhilfe* foi uma organização estrangeira que teve que se submeter à Cruz Vermelha Brasileira para poder atuar no Brasil.

O jornal carioca Diário de Notícias, em matéria no dia 04/07/1951, intitulada "A Venezuela Socorre", informava que o Pastor Harald Niedner se encontrava na Venezuela, onde estava fundando um comitê da *Deutschlandhilfe* em Caracas, "sob a proteção da Cruz Vermelha, como antes no Brasil e na Bolívia". Na Venezuela, o pastor foi autorizado pelo Ministério da Educação para realizar palestras "em todas as escolas superiores onde também se faziam coletas. Ele falou também nas Igrejas Evangélicas e nos clubes sociais". Conforme o periódico, a atuação destes comitês é "uma ação humanitária modelar em que venezuelanos e alemães, americanos e ingleses, católicos e protestantes, de mãos dadas, cumprem os seus deveres de homens".

Figura 1: Anúncio Deutschlandhilfe jornal Correio da Manhã, 10/08/1947



DIE DEUTSCHLAND - HILFE

(Comité de Socorro ás Vitimas de Guerra na Alemanha)

(Autorizado pela Cruz Vermelha Brasileira)
versendet folgende Pakete:

1) 5 kg Lebensmittel-Paket Preis: Cr$ 100. —
(Naehrwert ca. 15.750 Kalorien)

2) 5 kg Kleider-Paket Versandpreis: Cr$ 80. —
(Vom Absender selbstgepackte Pakete mit *neuen* und *gebrauchten* guterhaltenen Kleidungsstuecken)

Einzelheiten ueber Inhalt, Annahme, Versand ect. sind zu erfragen bei der
Deutschland — Hilfe
Av, Presidente Vargas, 1111

Annahmestelle fuer Lebensmittelpakete auch
Rua Mexico, 31, 6°, Sala 601

Der Praesident:
Abt D. Thomas Keller S.O.B.

(37704)

Fonte: Correio da Manhã (RJ). 10/08/1947. Disponível em: Hemeroteca Digital Brasileira.

Além de arrecadar e enviar fundos e donativos para à Alemanha, a Deutschlandhilfe também atuou, durante os anos de 1947 a 1949 na ajuda aos emigrantes alemães recém-chegados ao Brasil, através do Serviço de Assistência aos Emi- e Imigrantes (*Einwanderehilfe*). Em relatório de atividades de 15/04/1949, o Pastor Harald Niedner descreve as principais atividades desenvolvidas.

> Em 1947, como representante da *Deutschlandhilfe* da Cruz Vermelha, visitei os repatriados e imigrantes, tanto na sua chegada nos navios quanto no alojamento na "Ilha das Flores". De vez em quando eu mandava distribuir panfletos assim que os navios atracassem no

> Recife, com os quais informava aos que chegavam o que havia de mais importante a considerar quando chegassem ao Rio [de Janeiro]. Na Ilha das Flores, realizei cultos e encorajei os imigrantes a formarem comissões entre eles, para anotarem as necessidades e desejos dos indivíduos. Através da Deutschlandhilfe, os desejos foim recebidos e, na medida do possível, concretizados, muitos recém-chegados receberam roupas, sapatos, sabonete etc., às vezes até pequenas quantias de dinheiro para o essencial, arranjaram-se empregos e foim dados conselhos, e foi providenciado tratamento gratuito aos doentes.[21]

Por conta do excesso de trabalho, em 1948 o apoio à imigração foi separado da Deutschlandhilfe, outro motivo foi que o "governo brasileiro não queria que a ajuda fosse oferecida especificamente para os alemães". A partir daí, o trabalho não teve limitações étnicas, e outras organizações passaram a participar de "um comitê de cuidado dos imigrantes. Meu apelo foi atendido pela Confederação Evangélica, a Liga Internacional de Mulheres pela Paz e Liberdade e alguns alemães associados a mim". Ainda pontuou as necessidades mais urgentes para os recém-chegados ao Brasil. Dentre elas a necessidade de "escrever cartas aos seus parentes e conhecidos no Brasil para que pudessem entrar em contato", mas também para "enviar mensagens aos seus familiares na Europa. Muitas vezes, os próprios imigrantes não tinham dinheiro para a postagem, então eu tive que arcar com muitas despesas, pois ainda não há verba para tal". O pastor ainda lista outras necessidades que deveriam ser atendidas pelo Conselho Ecumênico:

> a) Descobrir em todas as igrejas, possivelmente através de anúncios em jornais (como já estamos fazendo no Rio), quais os cargos estão vagos e quais grupos de profissionais podem ser acomodados nas áreas em questão;
> b) Onde e quais as condições de assentamento existentes ou que podem ser desenvolvidas?
> c) Onde existem igrejas e débitos que os imigrantes podem se assegurar, gostaríamos de saber isso com antecedência;
> d) Manter as organizações, acampamentos etc., existentes na Europa atualizados sobre as informações recebidas;
> e) Responder cartas e perguntas de imigrantes detalhadamente aqui.

21 Relatório sobre as atividades do Serviço de Assistências aos Emi- e Imigrantes (Einwanderehilfe). 15/04/1949. Goiânia. Pastor Harald Niedner. p.1. Pasta SR 23/6. Einwanderung Hilfswerk Südamerika 1948/1949. Arquivo Histórico da IECLB. São Leopoldo/RS.

> f) Informar aos recém-chegados o que é mais importante, as novas decisões do governo brasileiro e o que eles precisam saber sobre o país e o povo, o que precisam fazer em caso de doença etc.
> g) Encaminhar as famílias a pessoas de confiança, especialmente os pastores das igrejas, a pessoas de confiança a quem elas possam recorrer onde quer que estejam;
> h) Acima de tudo, seria necessário mante o contato com as famílias (ou com quem cuida delas) para poder continuar a cuidar do seu bem-estar. Porque aqui frequentemente acontece que as famílias se encontram, não por culpa delas, em situações que não conseguem enfrentar sozinhas.[22]

Para que o Serviço de Assistência aos Emi- e Imigrantes pudesse continuar, o pastor solicitava um valor extra de 300 dólares mensais. Este valor seria utilizado para produzir panfletos, para as viagens à Ilha das Flores, atender pequenas emergências, enviar cartas, publicar notícias em jornais sobre empregos e para contratar uma secretária pois "não posso fazer tudo sozinho, o trabalho é extenso e detalhado". Até então, o pastor havia feito

> todo o trabalho pelo bem-estar da imigração sem qualquer remuneração, e eu mesmo paguei as despesas necessárias. O trabalho da secretária é pago por mim ou pela minha remuneração que recebo da Deutschlandhilfe pelas minhas despesas de subsistências. Como resultado, o trabalho não pode ser realizado de forma que idealizo, a menos que eu receba a subvenção solicitada do Conselho Mundial.[23]

Por fim, no relatório, o pastor ainda pontua várias reuniões com outras igrejas, organizações e até com agentes públicos, como a Diretora de Imigração do Brasil do Ministério do Trabalho, Dona Theresita M. Porto da Silveira. Em uma reunião juntamente com o Ministro da Imigração, Jorge Latour, e o Comissário para a Imigração do Estado do Goiás, Jesco Von Puttkamer, o "Barão Puttkammer", para discutir "as possibilidade de instalar cerca de 35.000 transilvânicos expulsos da Romênia. Foi possível levar adiante o plano proposto pelo Arquiteto Molitorio de enviar uma comissão de estudo. O Ministro Latour já

22 Relatório sobre as atividades do Serviço de Assistências aos Emi- e Imigrantes (Einwanderehilfe). 15/04/1949. Goiânia. Pastor Harald Niedner. p.3. Pasta SR 23/6. Einwanderung Hilfswerk Südamerika 1948/1949. Arquivo Histórico da IECLB. São Leopoldo/RS.

23 Relatório sobre as atividades do Serviço de Assistências aos Emi- e Imigrantes (Einwanderehilfe). 15/04/1949. Goiânia. Pastor Harald Niedner. p.4. Pasta SR 23/6. Einwanderung Hilfswerk Südamerika 1948/1949. Arquivo Histórico da IECLB. São Leopoldo/RS.

enviou à Comissão as autorizações de entrada e as passagens de voo dos senhores"[24]. A comissão em questão era composta por um advogado, um técnico e dois agrônomos chefiados pelo Arquiteto Molitorio, e tinha como objetivo avaliar as "condições fundiárias e sociais das áreas relevantes do Brasil por todos os lados cantos". Quando escrevia o relatório, o Pastor estava acompanhado de sua esposa "na nova área de assentamento no estado do Goiás a convite do governador local Jeronymo Coimbra Bueno e pelo Ministro Latour, para o primeiro Congresso de Imigração, no qual confirmaram a presença do Presidente Dutra e diversas personalidades influentes do país e do exterior". Através deste relatório, é perceptível que o assunto da imigração era uma das prioridades do Pastor Harald Niedner. Através das redes que construiu com igrejas, organizações e agentes públicos, o pastor buscava atender as necessidades dos recém-chegados ao território brasileiro, bem como contribuía para a construção de projetos de assentamento de imigrantes, ainda que muitas vezes tivesse que utilizar do próprio dinheiro para realizar todas estas atividades. Não é possível saber, no momento, se o Pastor Niedner atuou de forma semelhante em outros países da América Latina.

Posteriormente, ao regressar à Alemanha, o Pastor Harald Niedner passou a publicar um Boletim Informativo (*Mitteilungsblatt*) chamado *Die Hilfe*, como uma forma de agradecimento aos colaboradores da *Deutschlandhilfe*, especialmente aos "alemães da América do Sul e Central, em particular para os comitês de ajuda alemães, bem como para as associações culturais alemãs da América Latina"[25]. Através destas publicações, o Pastor pretendia "aconselhar e ajudar os alemães na América Latina"[26], construindo uma grande rede para "tentar pôr em contato os alemães de todos os países da América Latina e informá-

24 Relatório sobre as atividades do Serviço de Assistências aos Emi- e Imigrantes (Einwanderehilfe). 15/04/1949. Goiânia. Pastor Harald Niedner. p.2. Pasta SR 23/6. Einwanderung Hilfswerk Südamerika 1948/1949. Arquivo Histórico da IECLB. São Leopoldo/RS.

25 Boletim Informativo *Die Hilfe*, Edição 1. 1954, p.1. Arquivo Deutschen Rotes Kreuzes. Berlim. Alemanha.

26 O Pastor utiliza a expressão "*Deutschen in Lateinamerika*", fazendo referência aos alemães emigrantes que residiam na América Latina, porém, entende-se que a pretensão era contemplar tanto os emigrados, quanto os descendentes de alemães, os alemães étnicos, no caso do Brasil, os teuto-brasileiros.

los sobre as possibilidades de vida e de trabalho em outras regiões da América do Sul e Central".

O principal objetivo do *Die Hilfe*, conforme o responsável, era a "preservação do antigo patrimônio cultural intelectual da pátria. Deve-se contribuir para que o patrimônio espiritual do Pai não se perca!"[27]. Desta forma, o Pastor pretendia com que fosse evitada a nacionalização da cultura alemã dos emigrantes alemães, pois isso significaria "um triste empobrecimento interior para eles se perdessem esta posse espiritual, a fonte do espírito alemão [*Deutschen Gemütes*]". Isso seria feito através da leitura de "velhos contos de fadas alemães, lendas e belas passagens de história e poemas alemães – para que possam apreciá-los de novo, precisamente porque lhes eram queridos e familiares do passado – e passá-los aos filhos e aos filhos dos filhos". Da mesma forma, indiretamente estava-se auxiliando aos alemães étnicos, ou alemães no exterior, a serem regermanizados, mantendo-se novamente sobre a influência da cultura alemã, que outrora foi assimilada à cultura nacional.[28]

Por meio deste boletim, o Pastor Niedner buscava reforçar as raízes do germanismo, o qual era calçado numa ideia de uma "nação constituída a partir da cultura e de uma origem comum, geralmente denominada de uma 'comunidade de descendência étnica'" (Arendt, 2011, p.6). O nacionalismo romântico alemão teve como uma característica marcante a "a descoberta folclórica do povo, a partir das pesquisas dos irmãos Grimm, filólogos dedicados à poética, mitos e contos da tradição oral, mas que contribuíram, através da linguística comparada, para o debate sobre as relações étnicas com base nas formas comuns da linguagem"

27 Boletim Informativo *Die Hilfe*, Edição 1. 1954, p.2. Arquivo Deutschen Rotes Kreuzes. Berlim. Alemanha.

28 Um projeto de manutenção da identidade alemã semelhante pode ser visto durante a fundação da Colônia Neu-Württemberg, em 1898, em Cruz Alta, no noroeste do Rio Grande do Sul (Ver Neumann, 2016). Cujo projeto de colonização inicial tinha como objetivo a formação de uma colônia étnica essencialmente para emigrantes alemães, onde pudessem "ser e permanecer alemães", mantendo assim a sua cultura original. Contudo, sua formação foi majoritariamente formada por migrantes internos, descendentes de alemães de segunda, terceira ou mais gerações, provenientes de antigas zonas coloniais. A união destes grupos "em um mesmo espaço originou um mosaico cultural múltiplo, onde a categoria 'alemães' reunia suabos, pomeranos, vestfalianos, além de austríacos, húngaros, teuto-russos, teuto-brasileiros, cada qual com seus costumes e suas tradições. Logo, era necessário construir uma identidade de neuwürttemberger, dentro dos parâmetros de alemães no Exterior ou migrantes internos, negociando as identidades étnicas do lugar de partida e de chegada, retomando ou mesmo inventando uma tradição cultural comum, ou a própria regermanização daqueles já assimilados" (Neumann, 2021, p.444).

(Seyferth, 2008, p. 26). Assim, o *Die Hilfe* buscava reforçar elementos de pertencimento étnico gestados no pensamento romântico-nacionalista através da publicação de contos de fadas, canções, poemas e lendas alemãs. Outro fator que contribui para a manutenção da germanidade é a publicação em língua alemã, preservando assim a originalidade do sentido do texto, pois a sua tradução (em espanhol e português) poderia levar a uma perda do sentido do original.

Considerações finais

A *Deutschlandhilfe* enquanto uma campanha, buscou organizar-se dentro da comunidade étnica alemã, contemplando tanto os emigrados quantos os descendentes "nacionalizados". Indiretamente, também se apoiava a germanidade na América Latina – considerada o último "bastião da germanidade" no mundo –, tornando-se uma questão transforteiriça e política da identidade alemã (Barbian, 2013). Assim, é através de diversas organizações, dentre elas a *Deutschlandhilfe*, que se buscava manter e preservar o vínculo entre os alemães e os "alemães no exterior" (*Auslandsdeutschen*). A prática da manutenção do *Deutschtum* (germanidade) era realizada, a partir de 1880, por associações, organizações e igrejas, fazendo parte da política externa cultural da Alemanha[29] (Arendt, 2011).

Dentro deste cenário de atuação da *Deutschlandhilfe* no Brasil e na América Latina, o Pastor Harald Niedner atuou como um mediador entre Brasil e Alemanha, através da campanha, mediou o envio de donativos entre as comunidades locais onde realizava palestras e fundava comitês de ajuda e as comunidades que receptoras Alemanha. Desta forma, agia "como mediador no campo político e social, encaminhando as demandas locais" (Vendrame, 2015, p. 79). Sua posição de pároco o legitimava perante as comunidades onde palestrava, é através desta posição que provinha a capacidade de realizar a ponte entre esferas

29 No campo das instituições atuaram a *Alldeutscher Verband*, a *Deutsche Kolonial Gesselschaft*, *Evangelischer Hauptverein und Auswanderer*, a *Hanseatische Kolonisationsgesselchaft*. No campo religioso, a *Evangelische Gesselchaft*, o *Evangelischer Oberkirchenrat*, e o *Gustav-Adolf-Verein*. Ja o campo dos interesses políticos se deu por meio da entidade *Allgemeiner Schulverein zur Erhaltung des Deutschtums im Ausland*, passando em 1908 a designar-se *Verein für das Deutschtum im Ausland* – VDA, e durante o período nazista, seu nome foi alterado para *Volksbund für das Deutschtum im Ausland* (Arendt, 2011, p.3-4).

políticas, econômicas e sociais diferentes, muitas vezes distantes umas das outras" (Vendrame, 2016, p. 245).

Sendo "um ator cultural ativo através de fronteiras linguísticas, culturais e geográficas, ocupando posições estratégicas dentro de grandes redes e portador de transferência cultural" (Meylaerts et. al, 2017, p.13). Entendendo este personagem enquanto um mediador cultural, buscando através da publicação do boletim informativo *Die Hilfe* realizar a transferência de elementos culturais para outra cultura, transferindo elementos da germanidade para alemães étnicos, isto é, descendentes de alemães cuja identidade e cultura já sofreram com a hibridização. Assim, o boletim neste estudo é entendido como o resultado, uma zona interativa (*interactive zone*) onde proliferam as relações entre os poderes, os grupos e as culturas (Gruzinski, 2001, p. 21). O *Die Hilfe* é o produto cultural final, do qual faz parte de um processo histórico complexo da atuação da *Deutschlandhilfe* no Brasil, um processo de manutenção das relações da Alemanha com a América Latina e da germanidade.

Referências bibliográficas

ARENDT, Isabel Cristina. Um periódico para as escolas alemãs no exterior e a tradução cultural de e(i)migrantes na América Latina. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011.

BARBIAN, Nikolaus. **Auswärtige Kulturpolitik und „Auslandsdeutsche" in Lateinamerika 1949-1973**. Wiesbaden: Springer VS, 2013.

CONRAD, Sebastian. **O que é história global?** Lisboa: Edições 70, 2019.

DE VITO. Christian G. Por uma micro-história translocal (*micro-spatial history*). In: VENDRAME, Maíra Inês; KARSBURG, Alexandre. **Micro-história**: um método em transformação. São Paulo: Letra e Voz, 2020. p.101-120.

DE VIVO, Filippo. Micro-histórias da informação a longa distância: espaço, movimento e agências em notícias da Idade Média. In: VENDRAME, Maíra Inês; KARSBURG, Alexandre. **Territórios da história**: o micro, o local e o global. São Paulo: Alameda, 2023. p.271-316.

GINZBURG, Carlo. Micro-história e história do mundo. In: VENDRAME, Maíra Inês; KARSBURG, Alexandre. **Territórios da história**: o micro, o local e o global. São Paulo: Alameda, 2023. p.41-78.

GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados da monarquia católica e outras connected histories. **Topoi**, Rio de Janeiro, mar. 2001, pp. 175-195.

GUIMARÃES, Valéria dos Santos. Imprensa periódica franco-americana: conexões, transferências e identidade. **Jangada**, ano 9, n. 17, jan/jun, 2021.

LEVI, Giovanni. 30 anos depois: repensando a Micro-História. In: VENDRAME, Maíra Ines (Org.). **Ensaios de micro-história**: trajetória e imigração. São Leopoldo: Oikos; Unisinos, 2016, p. 18-31.

LEVI, Giovanni. A História: ciência das perguntas gerais e das respostas locais. In: VENDRAME, Maíra Inês; KARSBURG, Alexandre. **Territórios da história**: o micro, o local e o global. São Paulo: Alameda, 2023. p.23-40.

LIMA, Henrique Espada. O laboratório da micro-história. In: VENDRAME, Maíra Inês; KARSBURG, Alexandre. **Territórios da história**: o micro, o local e o global. São Paulo: Alameda, 2023. p.7-16.

MEYLAERTS, Reine. Mediadores culturais na História Cultural: o que aprendemos ao estudarmos as complexas atividades de transferência dos mediadores na Bélgica do período entre guerras? **Litterata**, Ilhéus, vol. 7/2. jul.-dez. 2017.

NEUMANN, Rosane Marcia. Campanha de nacionalização no Rio Grande do Sul: a inviabilidade das colônias étnicas. In: LUCHESE, Terciane Ângela; MALIKOSKI, Adriano (Org.). **Italianidades, polonidades e germanidades**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2021.

NEUMANN, Rosane Marcia. **Uma Alemanha em miniatura:** o projeto de imigração e colonização étnico particular da colonizadora Meyer no Noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932). São Leopoldo: Oikos, Ed. Unisinos, 2016.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade:** seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Ed. da UNESP, 1998.

PURDY, Sean. A história comparada e o desafio da transnacionalidade. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 64-84, 2012.

RAMBO, Arthur Bl. **Duzentos anos de imigração alemã no Brasil: flagrantes**. São Leopoldo: Oikos, 2023

RESSTEL, CCFP. Transnacionalismo. In: **Desamparo psíquico nos filhos de dekasseguis no retorno ao Brasil** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, pp. 53-78.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Oikos, 2022.

SAKURAI, Célia; SALLES, Maria do Rosário Rolfsen.; PAIVA, Odair da Cruz (Org.). **Migrações pós-segunda guerra mundial**. Série Reflexões. São Paulo: Memorial do Imigrante/D´Livros Editora, vol. 2, 2009.

SEYFERTH, Giralda. A imigração no sul do Brasil: identidade e alteridade. In: Dreher, Martin. Noberto.; Kunz, J. A. e Mugge, Miquéias. H. (Org.). **Imigração e Relações Interétnicas**. São Leopoldo (RS). São Leopoldo (RS): Editora Oikos, 2008.

SHEPHARD, Ben. **A longa estrada para casa**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

THEISEN, João Vítor Sand. **"Na paz e na guerra, a caridade":** a atuação da Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul, no pós-Segunda Guerra Mundial (1946-1956). Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2024.

VENDRAME, Maíra Inês**. O poder na aldeia:** redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre camponeses italianos (Brasil-Itália). São Leopoldo: Oikos, 2016.

VENDRAME, Maíra Inês. **Redes, mobilidade social e justiça comunitária:** a trajetória de um padre italiano no Brasil Meridional. Censive (Université de Nantes), v. 8, p. 71-94, 2015.

VILLARROEL, Tomas. „Das tragischste Kapitel deutscher Wanderungsgeschichte der Nachkriegszeit": Das Scheitern des deutschen Migrations- und Siedlungsprojekts bei La Serena, Chile, in den 1950er Jahren. **Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas/Anuario de Historia de América Latina,** v.55, p.246-279, 2018.

WOLLASCH, Hans-Josef. 1945: Die "Stunde Null" als Stunde der Caritas. In: SCHWARZMAIER, Hansmartin. **Landesgeschidite und Zeitgeschichte**: Kriegsende 1945 und demokratischer Neubeginn am Oberrhein. Karlsruhe: Braun [in Komm.], 1980.

WURM, Franz F. **Wirtschaft und Gesellschaft in Deutschland 1848-1948**. Opladen: Leske Verlag + Budrich GmbH, 1975.

INFÂNCIA MIGRANTE: O ACOLHIMENTO E A INSERÇÃO DO/A IMIGRANTE NO ESPAÇO ESCOLAR

Rosane Marcia Neumann[1]

Como comunidad mundial, nos enfrentamos a una eleccion. Queremos que la migracion sea una fuente de prosperidad y solidaridad internacional o un fenomeno marcado por la inhumanidad y las fricciones sociales?

António Guterres,
Secretario general de las Naciones Unidas, 2018

Los lideres religiosos de los parsis fueron traidos ante el gobernante local, Jadhav Rana, quien les presento un recipiente lleno de leche para indicarles que las tierras circundantes no podian albergar a mas personas. El sacerdote principal parsi respondio arrojando un poco de azucar en la leche para mostrar como los extranjeros enriquecerian a la comunidad local sin desplazar a sus habitantes; se integrarian en la vida cotidiana como el azucar se disuelve en la leche, endulzando a la sociedad sin alterarla. El gobernante reacciono ante la elocuente imagen y otorgo a los exiliados tierras y permiso para practicar su religion sin obstaculos siempre que respetaran las costumbres locales y aprendieran gujarati, el idioma del lugar.

Leyenda parsi (Banco Mundial, 2023, p. IV)

1 Doutora em História. Professora Visitante voluntária do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande (FURG); Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC).

O estranho que bate à nossa porta

A imagem da duna é usada por Abdelmalek Sayad (1998) para representar a e/imigração, como um movimento por vezes lento, outras vezes rápido. Os e/imigrantes desaparecem/surgem no horizonte, não se sabe de onde, nem quantos; ao olhar novamente, a duna desapareceu/está formada; não se sabe quanto tempo vão permanecer, nem os desdobramentos dessa partida/chegada. Zygmunt Bauman (2017) alude aos "estranhos à nossa porta", ao tratar dos deslocamentos populacionais de 2015-2016, referidos como "crise migratória", cuja origem principal era a Síria, e o continente europeu como destino, despertando atitudes diversas, desde o acolhimento até a construção de cercas simbólicas e físicas. Já em 2020, no contexto de pandemia em decorrência da SARS-Covid 19, ficou evidente a precarização das populações e/imigrantes, em nível mundial, empurradas à margem das políticas de saúde pública.[2]

Uma análise global dos deslocamentos populacionais sob o prisma histórico, permite mapear os locais de emissão e recepção dos e/imigrantes, os corredores migratórios, o perfil do e/imigrante, as representações e relações de alteridade entre o "eu" e o "outro", atitudes de recepção e xenofobia, categorias de imigrantes "desejáveis" e "indesejáveis" (Lesser, 2001; Herédia, 2017). Esse leque múltiplo pode ser matizado com a inclusão de outras categorias jurídicas: imigrantes indocumentados, exilados, refugiados (Delory-Momberger, 2019). A fronteira que classifica o imigrante em uma categoria ou outra é tênue, fluída e tem implicações sociais, econômicas, culturais e políticas. Sayad (1998, p. 16) entende a imigração como "um fato social completo", pois há o emigrante, aquele que saiu de sua própria sociedade, e há o imigrante, aquele que chegou a uma terra de estranhos: "o paradoxal que ambos são a mesma e única pessoa". Ou seja, "o imigrante só existe na sociedade que assim o denomina a partir do momento em que atravessa suas fronteiras e pisa seu território; o imigrante 'nasce' nesse dia para a

2 Sobre a temática imigrantes e pandemia, foram publicados vários dossiês temáticos em revistas científicas, artigos na imprensa especializada, eventos e debates. Parte do debate foi reunido em publicações em formato de livro. Ver: **Impactos da pandemia de COVID nas migrações internacionais (2020); Migrações Internacionais e a pandemia de COVID-19** (2020); Tedesco (2020).

sociedade que assim o designa". Jean-Pierr Raison (1986, p. 488) define a migração como "qualquer deslocação individual ou coletiva de um ponto para outro". Segundo ele, trata-se de um fenômeno variado e polimorfo, tendo a mobilidade dos homens como ponto comum. Em contextos diversos, tem por finalidade última a busca de melhores condições de sobrevivência.

Em cada momento histórico, fatores específicos foram/são propulsores dos movimentos populacionais. As migrações internacionais históricas e as migrações atuais são processos multiformes e complexos, possibilitando análises sob a perspectiva econômica, demográfica e a histórico-social, lançando novos olhares sobre esse processo (Viales Hurtado, 2000). Sayad (1998) ressalta que é preciso ver o que há de universal no fato de e/imigrar (que é ele mesmo um fato universal), e o que há de específico a cada uma das migrações histórica e sociologicamente caracterizadas, ou seja, cada migração é particular. Também chama atenção às diferenças que existem entre as migrações transoceânicas e as migrações internas, sejam elas rural-rural, rural-urbanas, urbanas-urbanas ou urbanas-rural.

Mas, por que algumas pessoas migram, enquanto outras, nas mesmas condições, permanecem? Para Ralfo Matos e Fernando Braga (2004), o migrante é uma entidade dotada de relações que se conecta a outros conjuntos definidos por laços de parentesco, amizade, conhecimento, trabalho. Assim, é também a expressão das possibilidades criadas por um conjunto de relações no qual o indivíduo se insere. Na realidade, são redes sociais que migram, pessoas que têm alguma ligação entre si. Isso fica mais evidente ainda nas migrações internacionais. O emigrante, dentre uma série de opções de destino, opta por aquele sobre a qual tem mais informações, aquele que foi indicada por alguém no local de origem, ou onde já possui um conhecido ou parente residindo, ou o indicado por algum agente de emigração, deixando de considerar outros possíveis destinos. Sob esse ponto de vista, o migrante não se faz sozinho, pois ele sempre migra num coletivo, mas com um itinerário individual.

Para o sociólogo italiano Pietro Basso (2015, online), as emigrações e imigrações atuais são sempre forçadas, "porque todas elas estão visceralmente ligadas ao metabolismo social do capital em escala global", pois "ninguém deixa 'voluntariamente', alegremente, seu lugar de

nascimento". Segundo o autor, classifica-se os movimentos populacionais e seus agentes como refugiados, indocumentados e demandantes de asilo para diferenciá-los dos chamados migrantes econômicos, mas todos eles movidos pela universalização do capital, empurrados de um lugar a outro. Ele afirma que prefere o termo

> emigrantes e não de migrantes, para destacar sobretudo que não provém de lugar algum, senão de um preciso contexto sociocultural e nacional, e em segundo lugar que se o deixou é porque se viu forçado a deixá-lo. Embora tenha se tornado lugar comum falar de migrantes, concordo com A. Sayad ao dizer que os humanos não são jamais migrantes (como os pássaros), mas sempre emigrantes e imigrantes, pois os emigrantes, seja qual for sua consciência, depois de terem sido arrancados de sua própria terra de origem, procuram um novo lugar para se estabelecer (Basso, 2015, online).

A e/imigração provoca alterações no lugar de origem, bem como no local de destino. No primeiro, imediatamente, causa um decréscimo demográfico, com a redução do mercado de mão-de-obra de reserva. No segundo, um aumento demográfico acelerado e desordenado, com o aumento da oferta de mão-de-obra, problemas de habitação, alimentação, saúde, instrução etc. Contudo, esse impacto bilateral só pode ser avaliado *a posteriori*, quando "a duna já está formada" (Sayad, 1998, p. 26). O movimento migratório exige a existência de duas vontades, social e politicamente construídas, que convergem: a receptividade aos de fora, a compatibilidade entre a sociedade acolhedora e o grupo acolhido, e as questões culturais implícitas no processo de integração entre ambas. Nessa relação, o grupo estabelecido e o *outsider* elaboram as suas respectivas representações em relação ao "outro", ao criar um outro contrastivo, numa relação em que o indivíduo se vê sendo visto por um outro, que está se vendo sendo visto por esse indivíduo (Elias; Scotson, 2000, Barth, 1998).

A migração pressupõe uma ponte entre o local de origem e o local de destino. Viver essa fragmentação representa para o e/i/migrante desenvolver um sentimento ambíguo em relação à terra natal e a de imigração, fazendo com que esta nunca se efetive por completo, aliás, é nessa posição que ele se mantém: um transplante que não se quer definitivo. Sayad (1998) afirma que o e/imigrante vive em uma constante

dialética de expulsão e atração, segundo o mercado de trabalho e, nessa perspectiva, jamais deixa de ser um estrangeiro, nem para ele nem para a sociedade que o acolhe, onde é tolerado nesse sentido de provisoriedade, vinculado diretamente ao trabalho. Ele é percebido essencialmente como uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito, com um papel social bem definido e revogável em qualquer momento. Nesse contexto, a xenofobia e o racismo contribuem para reforçar o distanciamento entre os imigrantes e os autóctones, mantendo os primeiros sob controle, atrelado à disponibilidade de trabalho, como força de trabalho, mas com poucos ou nenhum direito civil. Georg Simmel (1983) usa a noção de estrangeiro como aquele que vem hoje e amanhã pode permanecer, e embora não siga adiante, o viajante potencial ainda não superou completamente o movimento do ir e vir.

O refúgio, asilo ou deslocamento forçado são pensados como temporários tanto pelos indivíduos quanto pelo Estado, mas em geral, perduram por longo período – a terminologia russa atual fala em "relocação" (*relokatsia*), enfatizando a natureza emergencial e temporária da fuga. Em termos jurídicos, há diferenças entre imigrantes, refugiados e deslocados, todavia, no cotidiano da sociedade de recepção ou asilo compartilham a categoria do "estranho que bate à nossa porta", como escreve Sigmund Bauman.

> Refugiados da bestialidade das guerras, dos despotismos e da brutalidade de uma existência vazia e sem perspectivas têm batido à porta de outras pessoas desde o início dos tempos modernos. Para quem está por trás dessas portas, eles sempre foram – como o são agora – estranhos. Estranhos tendem a causar ansiedade por serem "diferentes" – e, assim, assustadoramente imprevisíveis, ao contrário das pessoas com as quais interagimos todos os dias e das quais acreditamos saber o que esperar. Pelo que conhecemos, o influxo maciço de estranhos pode ser o responsável pela destruição das coisas que apreciávamos, e sua intenção é desfigurar ou abolir nosso modo de vida confortavelmente convencional. [...]. Sobre os estranhos, porém, sabemos muito pouco para sermos capazes de interpretar seus artifícios e compor nossas respostas adequadas – adivinhar quais possam ser suas intenções e o que farão em seguida. E a ignorância quanto a como proceder, como enfrentar uma situação que não produzimos nem controlamos, é uma importante causa de ansiedade e medo (Bauman, 2017, p. 9).

Historicamente, os pesquisadores consideraram os imigrantes como sujeitos que se desenraizaram, deixando a sua pátria e país para trás, adaptando-se com dificuldade a uma sociedade e numa cultura distintas da sua. Entretanto, recentemente, discute-se o conceito de migração transnacional, sugerindo que esses imigrantes, em números cada vez maiores, são melhor entendidos como "transmigrantes". Assim, "os transmigrantes são imigrantes cujas vidas diárias dependem de interconexões múltiplas e constantes por meio de fronteiras internacionais e cujas identidades públicas são configuradas em relação a mais do que um Estado-nação". Logo, "eles não são hóspedes temporários ou residentes de curta permanência porque se estabelecem e vêm a se incorporar à economia e às instituições políticas, as localidades e os padrões de vida diária do país em que residem". Todavia, "estão comprometidos com outros lugares no sentido de manter conexões, constroem instituições, conduzem transações e influenciam eventos locais e nacionais nos países dos quais emigraram". Dessa forma, "a migração transnacional é o processo pelo qual os imigrantes forjam e sustentam relações sociais de múltiplas dimensões simultâneas que unem sua sociedade de origem e de adoção" (Schiller; Basch; Blanc, 2019, p. 350-351). Simultaneamente, surge um novo paradoxo: o crescimento e intensificação da interconexão global de processos econômicos, pessoas e ideias é acompanhado por um reaparecimento da política de diferenciação, ou seja, o aumento de uma política de identidade que é a louvação de uma nação. "Quando estudamos a migração ao invés de fluxos ou representações culturais abstratas, vemos que os processos transnacionais estão localizados dentro da experiência de vida de indivíduos e famílias, formando a urdidura e o tecido das atividades diárias, dos interesses, medos e realizações" (Schiller; Basch; Blanc, 2019, p. 356).

Crianças e jovens e/imigrantes: possibilidades de estudo

O estudo dos deslocamentos migratórios implica em distintas abordagens teóricas e metodológicas, dada sua complexidade, bem como o diálogo com diferentes áreas do conhecimento. Em termos teórico-metodológicos, a presente abordagem insere-se nos estudos migratórios, com foco nos deslocamentos transnacionais, em diálogo com a História Social (Del Carmen Villarreal Villamar, 2018; Wadely, 2018; Rivero

Sierra, 2020). No estudo dos deslocamentos migratórios transnacionais, o foco são os e/imigrantes, como um grupo compacto e indistinto, especialmente quando se refere às migrações históricas (Escudero, 2018; Moscoso, 2008; Ribeiro, 1997). Mulheres, crianças e idosos são invisibilizados e diluídos nos estudos e, quando presentes, são tratados como dados estatísticos. Em relação às migrações contemporâneas, há estudos mais recentes sobre a presença das mulheres na migração (Jiménez Zunino; Trpin, 2023; Lube Guizardi, 2021; 2020; 2018), e estudos embrionários sobre as infâncias protagonistas nos movimentos migratórios (ElHajji; Paraguassu, 2021; Sebastiani; Cota; Álvarez Veinguer; Olmos Alcaraz, 2020).

As pesquisas sobre as crianças ou as infâncias em deslocamentos populacionais ainda são escassos.

> A presença massiva de crianças nos deslocamentos, inclusive forçados, não corresponde à centralidade de questões relacionadas à infância em estudos migratórios. [...] As crianças são, de distintas maneiras, periféricas num sistema que discrimina o sujeito considerado menor por sua condição de devir. Além disso, há a natureza sociopolítica minoritária dos migrantes transnacionais, a sua alterização e a sua exclusão da esfera da humanidade política por sua identificação negativa, enquanto "não cidadão, não nacional e quase não humano" a criança representa um outro tipo de estrangeiro, aquele que precisa ser acolhido, integrado e assimilado pela sociedade. A criança tem pela frente códigos culturais e linguagem a serem desbravados (ElHajji; Paraguassu, 2021, p. 402).

Os indícios apontam que historicamente houve infâncias se deslocando sozinhas, além de serem alvos frágeis nas tragédias humanas, como guerras, doenças, catástrofes climáticas. Um bom exemplo está no conto Hansel e Gretel dos irmãos Grimm, original publicado em 1812. A história de João e Maria, transmitida oralmente, remete à grave crise de fome que abalou o território alemão na Idade Média, quando os pais, para não ver a morte dos filhos, os abandonaram em uma floresta à sua própria sorte. Desse modo, o conto aborda questões sociais de uma época: secas, fome, mortalidade infantil e abandono de crianças, sinalizando para sua fragilidade. Como lembra Philippe Ariès, na sociedade medieval o sentimento de infância não existia.

> O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde a consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia. Por essa razão, assim que a criança tinha condições de viver sem a solicitude constante de sua mãe ou de sua ama, ela ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais destes (Ariès, 1983, p. 156).

Gradualmente, no século XVI, surgiu um novo sentimento da infância, no qual a criança, por sua ingenuidade, gentileza e graça se tornou fonte de distração e relaxamento para o adulto, ou seja, a "paparicação" – uma infância curta, restrita a primeira infância, uma fase frágil, de elevada mortalidade infantil. Já no século XVII, "o apego à infância e à sua particularidade não se exprimia mais através da distração e da brincadeira, mas através do interesse psicológico e da preocupação moral", ou seja, surge um sentimento sério e autêntico para conhecer a infância e educá-la, conciliando a doçura e a razão, movimento liderado por moralistas e educadores, tratamento que inspirou toda a educação até do século XX tanto na cidade quanto no campo, da burguesia e do povo (Ariès, 1983, p. 162). Enquanto o primeiro sentimento de infância surgiu no meio familiar, o segundo, ao contrário, "proveio de uma fonte exterior à família: dos eclesiásticos ou dos homens da lei, raros até o século XVI, e de um maior número de moralistas no século XVII, preocupados com a disciplina e a racionalidade dos costumes" (Ariès, 1983, p. 163) Já no século XVIII, havia na família esses dois sentimentos antigos associados à uma nova preocupação: a higiene e a saúde física das crianças, assumindo assim a criança um lugar central na família.

Sendo assim, o sucesso das instituições escolares no final da Idade Média, instituíram a infância longa, origem do sentimento moderno de infância e escolaridade.

> As classes de idade em nossa sociedade se organizam em torno de instituições. Assim, a adolescência, mal percebida durante o Ancien Régime, se distinguiu no século XIX e já no fim do século XVIII através da conscrição, e mais tarde, no serviço militar. O *écolier* – o escolar – e esta palavra até o século XIX foi sinônimo de estudante, sendo ambas empregadas indiferentemente: a palavra colegial não existia – o *écolier* do século XVI ao XVIII estava para uma infância longa assim como o conscrito dos séculos XIX e XX está para a adolescência (Ariès, 1983, p. 187).

É importante lembrar que essa educação ou escolarização de 4 a 5 anos, abrangendo praticamente toda a infância, destinava-se aos meninos, enquanto as meninas ficavam a cargo de suas famílias e à aprendizagem doméstica. Só muito mais tarde foi estendida às meninas. "A diferença essencial entre a escola da Idade Média e o colégio dos tempos modernos reside na introdução da disciplina, cujo "modelo perfeito" no século XIX foi o internato. Na primeira metade do século XIX houve um revés na educação, sob a influência da demanda de mão-de-obra infantil na indústria têxtil, ao mesmo tempo em que se percebe um tratamento escolar distinto entre a criança burguesa e a criança do povo: a primeira recebe um ensino longo e clássico e a segunda, um ensino inferior, exclusivamente prático. Enfim, para Ariès, a infância é uma longa construção social, calcada nas mudanças de atitude e concepção do ser criança como alguém distinto do adulto, com valores próprios, como fantasia, ingenuidade, ludicidade, e deve ser compreendido no contexto da história da família e das relações de produção surgidas com o capitalismo. Nessa trajetória, há o surgimento do sentimento moderno da família, responsável pela infância e a escolarização institucional desse ser.

A primeira legislação internacional, de 1844, tinha o objetivo de controlar as jornadas de trabalho e incluiu adolescentes menores de 18 de idade. Posteriormente, no âmbito jurídico, começaram a ser observados avanços para conceituar e proteger a criança, especialmente após as duas Grandes Guerras. A criação do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) em 1946 e de textos normativos, como a Declaração dos Direitos da Crianças de 1959 e a Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989 – que considerou criança todo ser humano com menos de 18 anos de idade –, trouxeram novos paradigmas à comunidade internacional. A Declaração de Direitos Humanos deixou a criança em situação periférica ao associar o conceito de humano àqueles "dotados de razão e consciência", sugerindo uma realidade corrente e não uma possibilidade futura. Só na Convenção de 1989 que a criança passou a ser considerada sujeito de direito, podendo e devendo expressar suas opiniões sobre temas que lhe afeta, no entanto, sendo essas opiniões consideradas de acordo com a idade e a maturidade da criança. Além da participação, o "interesse superior da criança" e a não-discriminação

foram outros princípios que nortearam o instrumento de direitos humanos. Os cuidados da criança deixaram de ser responsabilidade apenas da família e passaram a ser obrigação também do Estado.

Em 1990, o Brasil criou uma lei que se tornou marco do direito das crianças e adolescentes no país, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Ampliou os direitos do antigo Código de Menores de 1927, que identificava crianças e adolescentes como menores de idade e, por isso, com menos direitos. O ECA fez um recorte de idade e definiu como criança a pessoa com menos de doze anos e adolescente, entre doze e dezoito anos. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 garante a todos o direito à *infância* e demais direitos sociais – como educação, saúde, alimentação, moradia, lazer e segurança –, não fazendo nenhuma distinção entre brasileiros e migrantes. A nova lei de Migração (Lei nº 13.445/2017), em consonância com a Constituição, coloca a proteção integral e atenção ao superior interesse da criança e do adolescente migrante como um dos princípios da política migratória brasileira. A lei enfatiza ainda, o acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais.

No mundo global, em que a migração se tornou fenômeno irreversível, não se pode mais imaginar um cenário sem permanentes e intensos fluxos humanos e simbólicos, muito menos conceber sociedades fundadas na unicidade e/ou exclusividade de suas origens nacionais, étnicas, religiosas ou linguísticas. Dessa forma, a cultura torna-se central para compreender as mudanças e o reconhecimento da interculturalidade ganha valor como código social do mundo globalizado, admitindo-se cada vez mais a ideia de pluripertencimento (ElHajji, 2021) – situação das crianças e adolescentes imigrantes/refugiadas, que implica em pensar novas formas para lidar com elas. As ligações transnacionais são visíveis e facilitadas por encurtar tecnologicamente o tempo e o espaço. Nesse contexto, a socialização de muitas crianças transmigrantes ocorre num espaço social interconectado, abrangendo tanto as sociedades de origem quanto de destino – no Brasil, em geral, contempla-se só a sociedade de destino, desconsiderando as leituras de mundo da criança.

> Bolivianos, venezuelanos, colombianos, haitianos, angolanos, congoleses, nigerianos, senegaleses, sírios, chineses e coreanos, além de portugueses, espanhóis e italianos, são algumas das principais nacionalidades

> componentes do novo mosaico migratório no Brasil do século XXI. Na prática, são dezenas de etnias, culturas, línguas e credos representados em pequena e média escala, mas que vem transformando nossa paisagem urbana e solicitando do sujeito nacional certo esforço de abstração intercultural em sua comunicação cotidiana, trocas afetivas e transações comerciais. [...] A intersubjetividade marcada pelo deslocamento, pela alteridade, pela estrangeiridade e pelo estranhamento age nas mesmas camadas históricas e simbólicas constitutivas do imaginário nativo e interpela os mesmos registros interculturais dos recém-chegados (ElHajji, 2023, p. 55-56).

Para Barth (2005, p. 15; 24) a existência do grupo étnico "está ligada a fronteiras criadas e mantidas por relações de poder e processos de controle, silenciamento e apagamento das experiências pessoais que fujam ao modelo cultural reificado como definidor dele". A cultura está sempre em fluxo e em mudança, todavia, os grupos étnicos mobilizam o mito da homogeneidade e compartilhamento cultural, como justificativa para a construção das identidades sociais e dos pertencimentos ao grupo. "Este é o modo pelo qual a variação cultural é mobilizada para servir de base dos grupos étnicos como fenômeno social. O pertencimento ao grupo étnico é construído sem referência à diversidade real da cultura, que atinge até o cerne da família nuclear, mas por meio de um mito exagerado de contraste e compartilhamento respectivamente". Todas essas questões refletem e atravessam as relações cotidianas no universo escolar, onde o "nós" e os "outros" se encontram, se contrastam e, na ausência de elementos para a "negociação de identidades étnicas", se chocam, calam, excluem ou são excluídos.

Nota-se também uma maior diversidade teórico-metodológica na abordagem do tema e pesquisa de campo, no sentido de se aproximar desses sujeitos em movimento e promover a escuta. Da antropologia, empresta-se o método da etnografia, que consiste no ir a campo, conhecer as territorialidades dos imigrantes, o espaço escolar, e acompanhar as infâncias migrantes na sua circulação cotidiana por esses universos, a fim de conhecer e compreender: como são recebidos na escola, os vínculos familiares, seu lugar de residência, memórias, narrativas, etnicidade/alteridade, processos de identificação, subjetividades, linguagens verbais, corporais, gestuais etc. Em resumo, investigar "junto" e "com" os imigrantes/refugiados em seus territórios – e não "sobre" eles, como

objetos de pesquisa – usando a etnografia colaborativa como uma proposta metodológica decolonial, "abierta a las lógicas de la acción social antes que a las categorías previas que la encorsetan, atenta a los procesos de subjetivación política antes que a las clasificaciones impulsadas desde las relaciones de poder vigentes" (Sebastiani; Cota; Álvarez Veinguer; Olmos Alcaraz, 2020, p. 20). Tal perspectiva significa

> pensar en otras formas de producir conocimiento, que necesariamente nos invitan a pensar en la acción política y colectiva. Pensamos en términos de investigaciones colaborativas o de co-labor que encarnan procesos colectivos donde tratamos de superar los principios de clasificación y jerarquización en los que se ha sustentado y legitimado el discurso cientificista del proyecto moderno/colonial. Pero, al mismo tiempo, nuestra propuesta de etnografía colaborativa es una tentativa de fuga de los principios neoliberales individualistas, que apuesta por construir colectivamente, desde, junto a y a partir de prácticas y luchas concretas. Frente a la competencia y la individualidad, se propone una metodología de investigación situada y encarnada, inscrita dentro de un proceso políticamente implicado y con la vocación de co-producir a lo largo de todo el proceso de co-investigación (Sebastiani; Cota; Álvarez Veinguer; Olmos Alcaraz, 2020, p. 11).

Os estudos recentes dialogam também com a sociologia, na perspectiva de Sayad, que pratica uma microssociologia das migrações, apoiada em métodos psicológicos e psicossociológicos que exercitam a escuta qualitativa do "sujeito" (jamais objeto) pesquisado e lhe devolvem a fala. Seu mérito reside em sua capacidade de exercer seu ofício metafórico de "escritor público" (ou "escritor de rua") – aquele que transcreve (da forma escrita) a fala dos analfabetos e subalternos, marginalizados ou excluídos tanto pelo poder central como pela academia. Seu tratamento, análise e interpretação dos dados recolhidos não acabam criando e dando forma a um ente ideal, formatado sob medida, muito pelo contrário, seu esforço vai no sentido de preservar a complexidade e especificidades do ser vivo, naturalmente atravessado por incertezas, contradições e paradoxos; resultando no delineamento de um "sujeito" diverso, plural e que transborda dos limites dos moldes teóricos consagrados e consensuais (ElHajji, 2023, p. 77-78).

Já Mohamed ElHajji (2023, p. 91; 95) sugere em termos metodológicos adotar um procedimento prático em quatro tempos: aproximação; observação; conversação e interpretação, com o intuito

de assegurar uma aplicabilidade eficiente do princípio intercultural à problemática migratória transnacional e diaspórica. Com essa metodologia, espera poder desvelar as estruturas discursivas/enunciativas atrás das práticas interculturais empreendidas pelos migrantes, identificar as principais modalidades de comunicação intercultural próprias ao contexto migratório estudado, e tentar avaliar seu grau de sucesso em termos de reconhecimento simbólico e integração social.

Um mundo em movimento

"Migrar não é um crime" ou "não existem imigrantes ilegais" são alguns dos *slogans* levantados por ONGs, ACNUR e os próprios e/i/migrantes e refugiados, chamando a atenção da sociedade à sua condição, além de responder às posturas e atitudes de xenofobia, racismo, preconceito, criminalização do imigrante. Antes de tudo, trata-se de sujeitos em movimento migratório, fora das fronteiras de seu país de origem, muitos deles, indocumentados por razões múltiplas. "No que tange ao direito a migração e ao trabalho muitas vezes voluntário ligado a este direito, a criminalização acontece vinculada a ideia imputada ao imigrante como sendo um criminoso". A "'crimigração' é um conceito que emerge da intersecção entre o direito penal e o direito de imigração, abordando como o controle migratório e a criminalização dos imigrantes se fundem em uma única política repressiva". Trata-se de "uma fusão que cria uma área jurídica que trata os imigrantes não apenas como questões administrativas, mas como criminosos, amplificando o controle sobre esses grupos por meio de políticas de segurança, detenção e deportação". Essa denominação "transforma a questão migratória em um problema de segurança, resultando em um aumento da aplicação de sanções penais para situações que tradicionalmente eram tratadas no âmbito do direito administrativo", bem como "contribui para a marginalização de imigrantes, que passam a ser vistos não apenas como irregulares ou indocumentados, mas como potenciais criminosos, reforçando estereótipos e preconceitos" (Medeiros, 2024).

Ao abordar as e/i/migrações no tempo presente, é essencial apropriar-se da terminologia empregada pelos órgãos de regulamentação internacionais. E/i/migração é definida pela Organização Internacional para as Migrações como o "processo de atravessamento de uma fronteira

internacional ou de um Estado". É um "movimento populacional que compreende qualquer deslocação de pessoas, independentemente da extensão, da composição ou das causas; inclui a migração de refugiados, pessoas deslocadas, pessoas desenraizadas e migrantes econômicos" (OIM, 2009, p. 42). Por sua vez, o migrante de curta duração é a pessoa que se desloca "para um país diferente da sua residência habitual por um período superior a três meses, mas inferior a um ano, exceto nos casos em que a deslocação para esse país tem finalidades recreativas, de férias, de visita de familiares ou amigos, de negócios ou de tratamento médico". Para efeitos de estatísticas migratórias internacionais, "considera-se que o país de residência habitual de migrantes de curta duração é o país de destino durante o tempo em que lá se encontram". O migrante de longa duração "é a pessoa que se desloca para um país diferente do seu país de residência habitual, por um período mínimo de um ano, de tal forma que o país de destino se torna efetivamente o seu novo país de residência habitual". Logo, "na perspectiva do país de partida, a pessoa será um emigrante permanente e do ponto de vista do país de chegada, a pessoa será um imigrante permanente (OIM, 2009, p. 44).

Rosana Baeninger (2018, p. 18) lembra que em 6 de abril de 2017, foi aprovado na Assembleia Geral das Nações Unidas a Declaração de Nova York para Migrantes e Refugiados, na qual consta a realização do "Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular". Este acordo internacional intergovernamental para a migração internacional "deve considerar que a migração internacional é um fenômeno heterogêneo, que envolve diferentes contingentes de imigrantes e emigrantes, com necessidades e especificidades que devem ser contempladas para o acesso e exercício pleno de seus direitos humanos e de migrantes". Ressalta a complexidade dos processos migratórios, que ultrapassam as categorias e/imigrantes "forçados, econômicos e voluntários", com a emergência de novas questões, como os refugidos ambientais. Logo, o Pacto Global deve levar em conta que "as migrações internacionais no século XXI são compostas por diferentes modalidades de movimentos migratórios, incluindo a modalidade do refúgio, a mobilidade estudantil, a migração qualificada, a migração não-qualificada, a migração de fronteira e outros diversificados deslocamentos internacionais de população entre países". Nessa perspectiva, o direito a migrar deve ter na base a tríade

migrações seguras-migrações ordenadas-migrações regulares, a qual "deve ser considerada a partir da perspectiva do sujeito migrante: o que são migrações seguras para diferentes contingentes migrantes; o que são migrações ordenadas para diferentes contingentes migrantes; o que são migrações regulares para diferentes contingentes migrantes." Esse cuidado "permite buscar elementos universais para assegurar/ordenar/regular direitos aos migrantes, ao mesmo tempo que destaca as particularidades presentes nas migrações", como a presença crescente de mulheres e crianças nas migrações internacionais (Baeninger, 2018, p. 19). Os espaços de fronteiras físicas e simbólicas "tornam-se prioridades nas ações e políticas na governança das migrações internacionais como a articulação entre os Estados". Saliente-se que no século XXI, as novas formas de mobilidade das pessoas "apresentam intensos movimentos de entradas e saídas de imigrantes, circularidade de pessoas, países de trânsito migratório, retorno. A garantia dos direitos humanos e o direito a migrar deve acompanhar a trajetória desses sujeitos migrantes nos diferentes espaços que recorrem para sua reprodução social." O Estado é o responsável por reconhecer a presença do imigrante e o acesso ao conjunto dos serviços públicos, garantindo seus direitos humanos e a tríade segura/ordenada/regulada. No caso do Brasil, para além dos documentos gerais, devem ser considerados como documentos de referência a Lei de Migração, o Estatuto dos Refugiados e a Convenção de Proteção dos Trabalhadores Migrantes. Por fim, o Pacto Global, assentado na governança das migrações internacionais deve garantir a reunião familiar, o acesso à escola de crianças, jovens e adultos, a validação pelo Estado de estudos e qualificação adquiridos pelos e/imigrantes ao longo da vida e a aquisição de competência linguística, bem como "promover mecanismos de inclusão e permanência, com vistas à estimular uma acolhida com respeito e dignidade, com o reconhecimento da diferença e contra as diversa formas de discriminação, racismo, xenofobia e exclusão" (Baeninger, 2018, p. 20).

Os dados estatísticos disponibilizados em relatórios internacionais permitem dimensionar o que representam os deslocamentos migratórios no século XXI. Conforme os números da ONU (Organização das Nações Unidas) e ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados ou Agência da ONU para Refugiados), cerca de 184 milhões

de pessoas – 2,3 % da população mundial – vivem fora de seu país de nacionalidade em 2024, entre imigrantes, refugiados e deslocados – cerca de 43,4 milhões são refugiados –, número em constante crescimento. A origem e o destino dos fluxos migratórios oscilam conforme o cenário mundial se reconfigura, em decorrência de guerras, desastres ambientais, questões políticas, crise econômica, intolerância religiosa e étnica etc. Atualmente, os refugiados do Afeganistão lideram as estatísticas, seguidos pelos sírios, venezuelanos e ucranianos, e o Irã como o país que mais recebe refugiados, seguido pela Turquia e a Colômbia (ACNUR, 2024).

Entretanto, os imigrantes/refugiados são necessários em todos os países, especialmente naqueles em que há o envelhecimento da população. Em seu informe de 2023 sobre o desenvolvimento mundial, o Banco Mundial enfatizou que os imigrantes trazem mais benefícios a longo prazo do que custos sociais.

> En el *Informe sobre el desarrollo mundial 2023* se propone un enfoque inovador para maximizar los impactos en términos de desarrollo de los movimentos transfronterizos, tanto en los países de origen y destino como en los propios refugiados y migrantes. El marco que se presenta, basado en la economía laboral y el derecho internacional, gira en torno a una "matriz de correspondencia y motivo" que se centra en dos factores: el grado de correspondencia entre las habilidades y los atributos de los migrantes y las necesidades de los países de destino, y los motivos que justifican sus desplazamientos. Este enfoque permite a los responsables de las políticas distinguir entre diferentes tipos de movimentos y diseñar políticas migratorias para cada uno de ellos. A su vez, la cooperación internacional será fundamental para una gestión eficaz de la migración (Banco Mundial, 2023, contracapa).

Já no Brasil, o Observatório das Migrações Internacionais – ObMigra, em seu último relatório divulgado em 2023, informa que no período de 2011 a 2022, um total de 348.067 pessoas solicitaram refúgio no país, junto ao Comitê Nacional para os Refugiados (Conare). Só em 2022, foram 50.355 solicitações, sendo 67% de venezuelanos, seguidos por cubanos, angolanos, somando essas três nacionalidades ou país de residência habitual, 87% das solicitações, ou seja, há a prevalência de imigrantes latino-americanos. No mesmo período, o país recebeu solicitações de refúgio de imigrantes de 141 nacionalidades

ou país de residência habitual. A fundamentação para a solicitação do refúgio na maioria dos casos, é por "agravo generalizado" – "Grave e generalizada violação dos Direitos Humanos" (OBMigra, 2023). Já no ano de 2023, foram 58.600 solicitações de refúgio – 24.319 femininas e 34.281 masculinas –, e até setembro de 2024, 30.210 solicitações de refúgio – 11.764 femininas e 18.446 masculinas. Observa-se que em 2023 foram deferidos 77.065 pedidos de refúgio, e extintos 60.767; já no ano corrente, 8.121 pedidos foram arquivados, 4.450 deferidos e 12.980 extintos. No cruzamento dos dados, atualmente o país conta com um total de 201.932 imigrantes residentes com visto, sendo 109.172 venezuelanos, 16.062 bolivianos, 9.202 colombianos, 6.365 haitianos, seguindo-se outras nacionalidades, em menor número (OBMigra – DataMigra BI, 2024).[3]

Os imigrantes têm adentrado no Brasil hoje pela "porta Norte", via Roraima, Amazonas e Acre, onde muitos permanecem, enquanto um elevado número migra para São Paulo, seguido pelos três estados do Sul: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que são os três estados que mais empregam e contribuem para a "interiorização dos imigrantes", mas não funcionam como porta de entrada.

Os dados do ObMigra também apontam para a feminização da imigração a partir de 2018. Por exemplo, em 2022, dos solicitantes de refúgio, 54,6% eram homens e 45,4% mulheres; já entre as mulheres que pediram refúgio, 70,2% eram venezuelanas. "Entre as mulheres solicitantes de refúgio sobressaíram as venezuelanas, haitianas e cubanas e, em menor medida, as angolanas, sendo a primeira nacionalidade com o maior número de solicitações reconhecidas pelo Conare e a última com o maior número de indeferimentos" (ObMigra, 2023, p. 41). O crescimento do número de mulheres entre os imigrantes impacta diretamente no número de crianças: só em 2022, houve um aumento de 30% de crianças e adolescentes menores de 15 anos; quase 37% do fluxo venezuelano é de crianças e adolescentes menores de 15 anos, seguido

3 No ato da análise do pedido de refúgio junto ao Conare, as autoridades brasileiras decidem a categoria na qual a pessoa se enquadra – visto de imigrante, visto de refugiado ou visto humanitário. Por essa razão, os dados não fazem distinção entre refugiado e imigrante, ao tratar dos pedidos. Entre a solicitação do refúgio e a aprovação, decorre um prazo legal ou conforme a demanda, e após deferido, a pessoa possui uma categoria legal. Mas, no decorrer do processo, permanece no país. Conforme os dados do Conare, o número de solicitações analisadas anualmente é inferior ao número de pedidos, somando-se o fato de que boa parcela são indeferidos (ObMigra, 2023).

pelas solicitações de crianças e adolescentes de nacionalidade colombiana e angolana. Os dados indicam para um público de imigrantes jovens, que geram demandas e políticas estatais distintas: acesso a creches e educação infantil, políticas públicas de acolhimento, inserção e aprendizagem das crianças e adolescentes na educação básica, inclusão linguística, acesso ao ensino superior e técnico etc. (ObMigra, 2023). Assim,

> o ano de 2022 seguiu como um período de transformações para a dinâmica da mobilidade humana internacional em escala global, com reflexos para os deslocamentos forçados de maneira mais geral e o próprio refúgio de maneira mais específica. Estas transformações atravessam diferentes escalas e alcançam o Brasil, que observou a intensificação dos fluxos humanos que se deslocaram para o país em busca de proteção em razão de perseguição relacionada a questões de raça, religião, opinião política, nacionalidade, pertencimento a grupos minoritários, ou mesmo em meio a circunstâncias estruturais de desorganização da vida social, e consequente risco, ou efetiva violação dos direitos humanos.
> No plano regional latino-americano, a temática do refúgio ganhou maior visibilidade em virtude, justamente, dos desdobramentos evidentes para os países da região, entre eles o Brasil, que passaram a figurar como espaços consistentes de origem, trânsito e destino de fluxos migratórios internacionais mistos que incluem algumas possibilidades de deslocamentos humanos forçados (ObMigra, 2023, p. 41).

O cenário brasileiro atual aponta para a presença de imigrantes e refugiados, concentrados em pontos chaves, como nos locais de entrada e entroncamentos de redistribuição, mas também diluídos pelo interior do país, e recoloca as questões do século XIX e XX: o que fazer com esses imigrantes, em termos socioculturais? Nota-se duas tendências, enquanto prática de política pública: a primeira, a ausência de política migratória, concedendo aos imigrantes seus direitos humanos mínimos, em troca da sua aculturação, e em relação às crianças e adolescentes, a oferta de uma educação em língua vernácula, acelerando a nacionalização linguística – repete-se, aqui, um padrão dos anos 1930, em plena campanha de nacionalização, mas agora, com outros "estrangeiros" que devem ser abrasileirados; a segunda, um discurso mais progressista ancorado nas ações de políticas afirmativas, que defende a interculturalidade, a diversidade e equidade, mas que na prática, quando se trata da educação, esbarra na ausência de políticas públicas.

Infâncias migrantes: possibilidades de escuta

O estranhamento frente ao "outro" é gradualmente naturalizado, e este outro, ora é ignorado, ora é marginalizado, e muito raramente há o interesse em conhecer e respeitá-lo na sua diversidade cultural e étnica, seus saberes e fazeres. No espaço escolar, essas crianças e adolescentes se deparam com um país monolíngue, e são abrasileirados pela imposição da língua vernácula, processo este mais traumático nas escolas públicas, carentes de mediadores linguísticos. A narrativa de um grupo de professores de uma escola pública, em um município de origem imigrante, situado no Rio Grande do Sul é ilustrativa: na escola da rede municipal onde atuam, há dois estudantes venezuelanos, que são irmãos – a menina no 6º Ano e o menino no 7º Ano do Ensino Fundamental II –, cuja família se estabeleceu no município há dois anos. O comportamento e a atitude em sala de aula são distintos: a menina é "tranquila", se comunica, escreve e lê em português, interage com os colegas, embora ainda com dificuldade na língua; já o menino "é um problema", pois se recusa a aprender a língua portuguesa, só se comunica, escreve e lê em espanhol e interage pouco com os colegas e professores. Enquanto professores e escola, "não sabemos como agir com ele", pois as avaliações precisam ser elaboradas em espanhol – o município não oferece o espanhol como língua estrangeira. Outro dado: como imigrantes, estavam no município há cerca de dois anos, e nesse curto espaço de tempo, já foram transferidos de escola, por razões não elencadas.

Analisando a narrativa, enquanto estudiosa (ou "migrantóloga") das e/i/migrações de línguas alemãs para o Rio Grande do Sul no final do século XIX e primeiras décadas do século XX, e o contexto da Campanha de Nacionalização do Estado Novo (1937-1945), emerge a questão da língua: o português como a língua vernácula e elemento chave do pertencimento nacional. Ou seja, velhas práticas de abrasileiramento linguístico com roupagens modernas sendo replicadas no século XXI pelo Estado brasileiro. A resistência do estudante venezuelano/imigrante ao processo de abrasileiramento se manifesta pela língua, ao manter o espanhol como sua língua materna, e por extensão, sua identidade étnica e nacional; e uma postura de alteridade e estranhamento frente ao "outro" – a língua portuguesa e o brasileiro. O contexto local é mais complexo

ainda: ao imigrante atual não é ofertada a possibilidade de manter sua língua materna, cultura, tradições, enquanto os descendentes dos imigrantes históricos dos séculos XIX e XX, reivindicam a preservação da sua língua materna e a identidade étnica.

Ao olhar para as infâncias e juventudes em movimento migratório, esse adolescente venezuelano, utiliza os meios que dispõe para expressar o seu descontentamento com o deslocamento migratório e as rupturas provocadas por ele – com familiares, escola, amigos, sociabilidades – e, possivelmente, cria suas próprias autodefesas frente aos discursos xenofóbicos aos quais se vê exposto. A opção por e/imigrar é uma decisão dos adultos, ponderada em situações normais, mas repentina no caso dos refugiados e deslocados, cujo transitar até o chegar implica em longos deslocamentos, em condições precárias, sujeitos a inúmeros percalços. As crianças e os adolescentes são arrastados a reboque nessas migrações, carregando na sua bagagem traumas e perdas, além de estarem mais expostas à violências psicológicas, violências físicas, abusos e tráfico infantil. Na sua leitura de mundo infantil e adolescente, manter sua língua materna e resistir à aculturação, ou outras formas mais violentas, é uma forma de manifestar sua revolta, ou seja, o "eu não queria estar aqui", "eu quero voltar para minha casa".

O estudante migrante adota posturas diversas no espaço escolar. Uma delas, a demarcação da diferença, reforçando sua identidade migrante ou estrangeira. Demarcar essa diferença pode representar para o migrante da Educação Básica "ter acesso à ajuda dos educadores e da escola de maneira mais fácil, inclusive sendo apresentado aos colegas. Isso é especialmente importante no período em que os estudantes são recém-chegados ao sistema educacional." Em geral, esse é o momento mais crítico do acolhimento, e demarcar a diferença pode ser "uma estratégia de sobrevivência em um momento que pode ser difícil e mesmo gerar sofrimento psíquico". Ainda, "pode proteger do cansaço gerado pelo esforço cognitivo de tentar entender os códigos culturais e exigidos durante o aprendizado da língua não-nativa" (Aguiar; Coelho; Assumpção, 2024, p. 49, 50). Outra atitude consiste na tentativa de se diluir no grupo de recepção até se tornar invisível, atitude comum entre as crianças e adolescentes, no sentido de não chamar atenção indesejada por parte dos colegas e da comunidade escolar. Uma terceira atitude é

a demanda por equidade, com "o reconhecimento da diferença, embora esta não possa ser uniformizada, ou seja, o tratamento dado a cada pessoa será sempre individual. A igualdade é sempre relacional e precisa dos referenciais que são obtidos em relação às outras pessoas" (Aguiar; Coelho; Assumpção, 2024, p. 53).

Para além dos muros da escola, tratar de imigração implica combater discursos xenofóbicos – direcionados, por exemplo, contra os venezuelanos, que hoje representam o grupo mais visível e estampado nos meios de comunicação –, denunciar o trabalho insalubre e a exploração, a violência psicológica e física, a violência de gênero, o descumprimento de direitos básicos etc. Enfim, é estar atento à presença de imigrantes documentados e indocumentados, exilados, refugiados, conforme sua categoria, nos diferentes espaços – local, regional, nacional ou internacional (Schiller; Basch; Blanc, 2019).

Pautados em uma pesquisa exploratória, Laura Días Amato e Daniel A. Cubides (2024) constataram que maioria dos estudos sobre infância-migração-fronteira são realizadas no Brasil na área da educação, apontando para a carência de estudos interdisciplinares. Os estudos apontam para a existência de políticas para a população migrante e em situação de refúgio, embora não se identifique uma estrutura legal específica que considere as crianças migrantes e suas necessidades e, consequentemente, permanecem invisibilizadas nas políticas educacionais, nas escolas e pesquisas. Esses processos agravam os desafios aos quais os migrantes são submetidos em território brasileiro, defrontando-se com a diversidade linguística, a diferença cultural, dificuldade na regularização da documentação, acesso à educação e saúde, além de discriminação e xenofobia. "Incluir ainda se configura como um passo além da integração, pois não é a criança migrante que precisa modificar sua conduta e apagar sua cultura, mas sim a sociedade precisa estar aberta ao novo, às diferenças e ser acessível" (Rocha, Mendes, 2024, p. 35).

A interrelação entre nacionais e migrantes resulta na formação de uma sociedade intercultural, na qual diferentes grupos étnicos compartilham aspectos comuns, somado ao pluralismo cultural, a hibridização e as diferenças que constituem a diversidade entre os sujeitos. Resulta na construção de uma identidade flexível de pertencimento a vários grupos,

modificada nas interações interpessoais e simbólicas. Nesse sentido, as identidades das crianças e adolescente se misturam, sobrepõem e confundem entre a cultura da família e a brasileira, conforma a intensidade dos contatos, reconfigurando suas experiências sociais e interpretações de mundo (Aguiar; Coelho; Assumpção, 2024). Da mesma forma, para os migrantes, a identidade deve ser percebida como fluida, processual e contínua, resultante de negociações intersubjetivas realizadas pelos migrantes ao longo de suas trajetórias de migração (ElHajji, 2023).

Discutindo a questão da interculturalidade, como a busca pela superação de um modelo de escola que historicamente promoveu um só modo de educar os povos e nações, ignorando as diferenças socioculturais, Priscila Caroline Dalpiaz e Marcia Regina Selpa Henzle (2024, p. 114) levantam mais uma questão: qual lugar ocupa a interculturalidade na formação docente? Segundo as autoras, a temática é urgente primeiro, porque ainda é incipiente no âmbito da educação brasileira e segundo, por viver em um país onde predomina a diversidade, que precisa ser vista, ouvida e respeitada. Soma-se ao isso a entrada significativa de crianças e adolescentes migrantes, provenientes de países latino-americanos nas escolas. Acrescentam que por décadas, a educação e a sociedade brasileira buscaram "silenciar, homogeneizar e excluir as diferenças", afastando-se da perspectiva intercultural. A interculturalidade concebe as culturas em processo contínuo de elaboração, construção e reconstrução, somada à hibridização cultural. Nesse contexto, é fundamental construir uma sociedade intercultural baseada no respeito, na valorização e no reconhecimento do "outro" (Candau, 2020).

Enfim, "ensinar uma criança refugiada, ou mesmo uma criança que migra com sua família de forma voluntária, tem suas particularidades: língua, cultura, saberes próprios, traumas". As motivações econômicas, políticas e socioculturais são o pano de fundo de guerras e conflitos civis, mas "são causas acompanhadas de outras variáveis, como as diferenças religiosas, étnicas, sociais e culturais". Dessa forma, "apreender a totalidade da situação é necessário para compreender os impactos na vida dos cidadãos em sua terra de origem, como também na sociedade receptora e no ambiente em que essas pessoas estarão inseridas" (Azevedo; Amaral, 2021, p. 12). Nesse cenário,

> um professor que administra uma sala de aula que inclui alunos refugiados entrará talvez na sala de aula mais difícil do mundo.
> Entre os alunos estarão crianças que viram suas casas serem destruídas e seus parentes serem feridos ou mortos. Algumas podem ter deficiências, seja de nascença ou como resultado da violência em seus países de origem. Pode haver um ex-soldado criança, um sobrevivente de abuso sexual, alguém que fez a jornada para a segurança quando seu irmão ou irmã não conseguiu. Sua educação terá sido interrompida por semanas, meses ou até anos. Em média, o ACNUR estima que que os refugiados perdem de três a quatro anos de escolaridade devido ao deslocamento forçado.
> A sala de aula provavelmente estará lotada, mesmo que a escola opere em um sistema de dois turnos, com crianças do país anfitrião convivendo com refugiados. Esses arranjos permitem que mais crianças frequentem a escola, mas as longas horas sobrecarregam os professores e outros funcionários. Em alguns países, as aulas podem ser ministradas em um idioma que as crianças refugiadas estão apenas começando a entender.
> No entanto, essa sala de aula pode transformar as crianças. Elas podem aprender a ler, escrever e matemática, a base do aprendizado para toda a vida, e podem aprender a aprender. Isso sustenta o desenvolvimento posterior em linguagem, literatura e matemática, bem como ciências, geografia, história, estudos religiosos e outras matérias, à medida que as crianças passam para o ensino médio e além. Além das matérias acadêmicas, elas podem aprender sobre cuidados básicos de saúde e higiene, cidadania, direitos humanos e onde, como e de quem obter ajuda. Desde as primeiras lições até a universidade, a educação ajuda os refugiados a se refugiados a se manterem firmes, permitindo que se preparem para o futuro, seja em um país anfitrião ou em seu próprio país quando retornarem (ACNUR, 2016, p. 14).

Portanto, as infâncias migrantes são uma realidade do mundo atual, e os estudos apontam para o despreparo das sociedades como um todo para acolher e incluir esse contingente populacional, materializado na ausência de políticas públicas e no despreparo do seu sistema educacional – o Brasil é um exemplo.

A presença de e/i/migrantes em idade escolar nas escolas brasileiras, em número crescente, é evidenciada pelos dados estatísticos, embora seja sabido que estes são parciais. O Censo Escolar de 2023 registra 9,4 mil estudantes na Educação Infantil, 26,1 mil estudantes no Ensino Fundamental e 7,7 mil no Ensino Médio. Entretanto, os dados não informam mais sobre a presença de crianças e adolescentes estrangeiros. Considerando o aumento de imigrantes mulheres e crianças, esses números devem ser elevados no presente. Os dados sistematizados

pelo Observatório das Migrações em São Paulo, Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó", da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, discriminam os dados totais por faixa etária, que dá uma ideia da presença de crianças e adolescentes entre os imigrantes. Em 2023, os Imigrantes Internacionais Registrados no Brasil (com Registro Nacional Migratório – RNM) somam 232.193, sendo 45,82% mulheres. Quanto a faixa etária de 0 a 15 anos, há 23.617 homens e 22.570 mulheres, totalizando 46.187 indivíduos. Quanto a ocupação, constam 24.297 menor, não estudante; e 35.637 estudantes e 2.897 professores. Quanto ao país de nascimento, 125.759 são da Venezuela.

Relativo ao Censo Escolar, que informa a presença de estrangeiros na Educação Básica entre 2010 e 2019, os dados, uma vez abertos, tornam visível a curva de crescimento da presença de imigrantes no país e sua distribuição quanto a origem. No início da década, o país contava com 43.400 estudantes estrangeiros matriculados, registrando um aumento gradual nos anos seguintes, saltando para 71.935 em 2014, às vésperas da "crise migratória"; mantendo-se na casa dos 70 mil nos anos seguintes, chegando a 85.246 em 2018, e registrando o salto maior em 2019, quando chegou em 130.064. Observe-se que esses números só contabilizam os migrantes com matrícula efetiva, pressupondo que o desvio de dados não inclui aqueles sem matrícula, evasão, somado ao período de permanência do educando no espaço escolar. Quanto à dependência administrativa, 52.702 estavam matriculados na rede municipal; 45.456 na rede estadual; 30.401 na rede privada; e 1.508 na rede federal. Esse contingente estava concentrado da seguinte forma: 17.338 na Educação Infantil, 15.672 no Ensino Médio, 34.467 no Ensino Fundamental I (1º ao 4º ano), 40.851 no Fundamental II (5º ao 9º ano), 10.102 no EJA, os demais, distribuídos em cursos técnicos e uma parcela sem informação. Sobre a origem desses imigrantes, 23.678 da Venezuela; 19.583 do Haiti; 12.166 da Bolívia; 8. 908 do Paraguai; 8.841dos Estados Unidos; 7.588 de Portugal; 5.941 da Argentina; 5.625 do Japão; 3.867 do Uruguai; 3.500 da Colômbia; 3.414 da Espanha; 2.560 da Itália; 2.236 do Peru, aparecendo posteriormente dezenas de outras nacionalidades, num total de 211. De todo modo, tratava-se de uma imigração predominantemente latino-americana. Quanto a distribuição dos imigrantes no país, a capital São Paulo (17.787) concentrava o maior

número, na região Sul, Curitiba (4.274), Florianópolis (2.532), Porto Alegre (2.002) e Joinville (1.626).

Ao reduzir a escala de análise ao estado do Rio Grande do Sul, os dados retratam uma realidade regional mais complexa e específica, ao confirmar que se tratava de uma imigração laboral até 2019, direcionada pelo mercado de trabalho, em especial os frigoríficos de abate de frango. Em 2019, o Estado contava com 12.646 imigrantes internacionais matriculados no Ensino Básico, sendo 5.214 na rede municipal, 4.336 na estadual, 2.450 na privada e 646 na federal. Quanto a nacionalidade, predominavam os países latinos: Haiti (3.210), Uruguai (3.086), Argentina (1.416), Venezuela (1.280), Paraguai (582), seguindo-se outros, somando 95 nacionalidades. Destes, 1.570 na Educação Infantil, 1.302 no Ensino Médio, 3.054 no Fundamental I, 3.178 no Fundamental II, 1.482 no EJA, outros no curso técnico e 1.006 sem informação. Contudo, em 2010, eram 2.612 matriculados, mantendo-se nos anos seguintes na média de 3.000, elevando-se em 2015 para 4.000, e em 2018 para 5.510.

Os dados do Censo Escolar trazem indícios inquietadores, ainda em aberto, como: a elevada matrícula no EJA, resultado possivelmente das demandas de sobrevivência dos imigrantes, que demoram para matricular as crianças, a evasão escolar, descompasso idade/Ano; a diluição da presença de imigrantes nos municípios do país, fruto da política de interiorização; e educação especial; as múltiplas nacionalidades ou país de residência habitual dos imigrantes, com a prevalência de imigrantes latino-americanos.

Finalmente, a presença de infâncias e/imigrantes na sociedade e no chão da escola é fato e demanda projetos de inclusão interculturais e políticas públicas, que contemplem todo sistema de ensino. Retomando as palavras de António Guterres, "como comunidad mundial, nos enfrentamos a una eleccion. Queremos que la migracion sea una fuente de prosperidad y solidaridad internacional o un fenomeno marcado por la inhumanidad y las fricciones sociales?"

Obras consultadas

ACNUR. **Missign Out**: refugee Education in crisis. 2016. Disponível em: https://revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/view/1403/1494. Acesso em 25 set. 2024.

ACNUR. **Tendencias Globales desplazamiento Forzado en 2023**. 13 jun. 2024. Disponível em https://www.acnur.org/media/tendencias-globales-de-desplazamiento-forzado-en-2023. Acesso em 16 set. 2024.

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1983.

AGUIAR, Gabriela Azevedo de; COELHO, João Paulo Rossini Teixeira; ASSUMPÇÃO, Adriana Maria de. O processo de inclusão no ambiente escolar: estratégias de crianças e adolescentes migrantes no Rio de Janeiro. **Momento - Diálogos em Educação**, *[s. l.]*, v. 32, n. 03, p. 40–62, 2024. DOI: 10.14295/momento.v32i03.16004.

AZEVEDO, Rômulo Sousa de; AMARAL, Cláudia Tavares do. O trabalho do professor com crianças imigrantes e refugiadas: um estudo teórico do contexto brasileiro. **Revista Profissão Docente**, *[S. l.]*, v. 21, n. 46, p. 01–21, 2021. DOI: 10.31496/rpd.v21i46.1403.

BAENINGER, Rosana; FERNANDES, Duval (Coord.). **Impactos da pandemia de COVID nas migrações internacionais**. Campinas: Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" - NEPO/UNICAMP, 2020.

BAENINGER, Rosana. Contribuições da academia para o Pacto Global da Migração: o olhar do Sul. In.: **Migrações Sul-Sul**. 2ª ed. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" – Nepo/Unicamp, 2018.

BANCO MUNDIAL. **Informe sobre el desarrollo mundial 2023:** Migrantes, refugiados y sociedades. Banco Mundial, 2023. DOI: 10.1596/978-1-4648-1941-4.

BARTH, Fredrik. Etnicidade e o conceito de cultura. **Antropolítica,** Niterói, n. 19, p.15-30, 2. sem. 2005.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In.: POUTIGNAT, Philippe. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

BARTLETT, Lesley.; BAJAJ, Monisha. Educação Humanizadora para Jovens Imigrantes e Refugiados. **Educação & Realidade**, v. 48, p. e136077, 2023. DOI: 10.1590/2175-6236136077vs01.

BASSO, Pietro. Las emigraciones son siempre forzadas. Entrevista. **La Izquierda Diário**, 29 set. 2015. Disponível em: http://www.laizquierdadiario.com/Pietro-Basso-Las-emigraciones-son-siempre-forzadas. Acesso em 28 set. 2024

BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa porta.** Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução Nº 1, de 13 de novembro de 2020**. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECEBN12020.pdf. Acesso em 10 set. 2023.

CANDAU, Vera Maria. Diferenças, educação intercultural e decolonialidade: temas insurgentes. **Revista Espaço do Currículo**, *[S. l.]*, v. 13, n. Especial, p. 678–686, 2020. DOI: 10.22478/ufpb.1983-1579.2020v13nEspecial.54949. Acesso em 20 set. 2024.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, S. L. **Relatório Anual OBMigra 2023** - OBMigra 10 anos: Pesquisa, Dados e Contribuições para Políticas. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2023

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antonio Tadeu; TONHATI, Tânia (Orgs.). Migração e Mobilidade na América do Sul. **Cadernos OBMigra**, Ed. Especial, Brasília, 2015.

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA. 20 nov. 1989. Unicef. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca. Acesso em 13 set. 2023.

DALPIAZ, Priscila Caroline; HENZLE, Marcia Regina Selpa. Que lugar ocupa a interculturalidade na formação docente? **Revista Teias**, *[s. l.]*, v. 25, n. 76, p. 112–124, 2024. DOI: 10.12957/teias.2024.76473. Acesso em 9 mar. 2024.

DEL CARMEN VILLARREAL VILLAMAR, M.; NEJAMKIS, L.; RAMÍREZ, J.; VETTORASSI, A. Pensamiento y metodologías cualitativas sobre migraciones en América Latina. **Revista Argumentos**, v. 15, n. 1, p. 4-36, 21 jun. 2018.

DELORY-MOMBERGER, C. Le récit du demandeur d´asile entre défiance et confiscation. **Revista História: Debates e Tendências**, v. 19, n. 2, p. 198-212, 2019.

DÍAS AMATO, Laura Janaína; CUBIDES, Daniel Alejandro. Infancias migrantes y fronteras: un estado de arte poco visible. **Travessia - revista do migrante**, *[S. l.]*, v. 1, n. 98, 2024. Disponível em: https://travessia.emnuvens.com.br/travessia/article/view/1188. Acesso em: 3 mar. 2024.

ELHAJJI, Mohammed. Migrantes, uma minoria transacional em busca de cidadania universal. **Interin**, v. 22, n.1, jan/jun. p. 203-220, 2017.

ELHAJJI, Mohammed. **O intercultural migrante: teorias & análises**. Porto Alegre: Fi, 2023.

ELHAJJI, Mohammed; PARAGUASSU, Fernanda. Infância e estrangeiridade: duas alteridades, a mesma minoridade. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 23, n. 43, p. 399-419, jan./jun., 2021.

ELIAS, Norbert, SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os *outsiders***: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

ESCUDERO, Camila. Os conceitos de transnacionalismo, etnicidade, comunidade diaspórica e interculturalismo nos estudos migratórios: uma proposta de aplicações e abordagens. **Revista Ambivalências**. Sergipe, v. 6 n. 11 p. 110-141, 2018.

HERÉDIA, Vania B. M. As grandes migrações: fronteiras abertas e fronteiras fechadas. **Revista Acadêmica Licencia&acturas**, v. 5, n. 2, 2017, p. 20-25.

Infâncias Protagonistas. Disponível em: https://www.infanciasprotagonistasunb.com.br/. Acesso em 10 set. 2023.

INSTITUTO NACIONAL de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2023**. Brasília: Inep, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>. Acesso em: 20 ago. 2024.

JIMÉNEZ ZUNINO, Cecília; TRPIN, Verônica (coord.). **Pensar las migraciones contemporâneas**. 2.a ed. Ampliada. Buenos Aires, 2023. Disponível em: https://www.teseopress.com/migracionescontemporaneas. Acesso em 19 set. 2024.

SILVA, Gustavo Junger da; CAVALCANTI, Leonardo; SILVA, Sarah Lemos; TONHATI, Tania; COSTA, Luiz Fernando Lima. **Observatório das Migrações Internacionais**. Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Departamento das Migrações. Brasília, DF: OBMigra, 2023.

LESSER, Jefrey. **A negociação da identidade nacional**. Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: Ed. Unesp, 2001.

LUBE GUIZARDI, Menara; GONZÁLVEZ TORRALBO, Herminia; LÓPEZ CONTRERAS, Eleonora; STEFONI, Carolina. Experiencias femeninas y violencia de género en la Triple Frontera del Paraná. Consejo Superior de Investigaciones Científicas; **Disparidades,** v. 76, n. 1, p. 1-16, 2021.

LUBE GUIZARDI, Menara; GONZÁLVEZ TORRALBO, Herminia; STEFONI, Carolina; De feminismos y movilidades. Debates críticos sobre migraciones y género en América Latina (1980-2018). **Rumbos TS,** Universidad Central de Chile, v. 13, n. 18; p. 27-66, 2018.

LUBE GUIZARDI, Menara; Las mujeres y las regiones fronterizas latinoamericanas. Movilidades, violencias y agencias. **Nueva Sociedad,** Fundación Friedrich Ebert, 289; p. 70-80, 2020.

MEDEIROS, Bianca da Silva. A "crimigração" em meio à criminalização de direitos humanos e movimentos sociais. **MigraMundo**, 17 de setembro de 2024. Disponível em: https://migramundo.com/a-crimigracao-em-meio-a-criminalizacao-de-direitos-humanos-e-movimentos-sociais/. Acesso em 28 set. 2024.

MOSCOSO, Maria Fernanda. Nuevos sujetos, nuevas voces: ¿Hay lugar para la infancia en el pensamiento transnacional? In: **Retos epistemológicos de las migraciones transnacionales**, Anthropos, Barcelona: Enrique Santamaría (ed.), pp. 261-281. 2008.

OBMigra. DataMigra BI. Disponível em: https://www.datamigra.unb.br/. Acesso em 16 set. 2024.

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES EM SÃO PAULO. **Banco Interativo** – Números da imigração internacional para o Brasil, 2010-2024 (jan.-mar.). Campinas, SP: Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP. Data do download: 20 de abril de 2019, com atualização em 10 de abril de 2024. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/bancointerativo/numeros-imigracao-internacional/>. Acesso em 20 set. 2024.

OIM. **Glossário Sobre Migração**. Vários autores. Brasília: Organização Internacional para as Migrações, 2009.

ROCHA, Stéfani Rafaela Pintos da; MENDES, Geovana Mendonça Lunardi. O direito à educação de crianças migrantes: incluir ou integrar? **Momento - Diálogos em Educação**, *[S. l.]*, v. 32, n. 03, p. 21–39, 2024. DOI: 10.14295/momento.v32i03.16035. Acesso em: 4 mar. 2024.

RAISON, Jean-Pierr. Migração. In: ROMANO, Ruggiero (ed.). **Enciclopédia Einaudi**. Região. Lisboa: Imprensa Nacional, 1986. v. 8, p. 488-517.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Condição Transnacionalidade. **Série Antropologia**, Brasília, v. 223, p.1-34, 1997.

RIVERO SIERRA, F. Pensar el espacio, pensar los sujetos migrantes. Para una teoría de la apropiación subjetiva del espacio. **Revista Argumentos**, v. 15, n. 1, p. 37-67, 28 fev. 2020.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

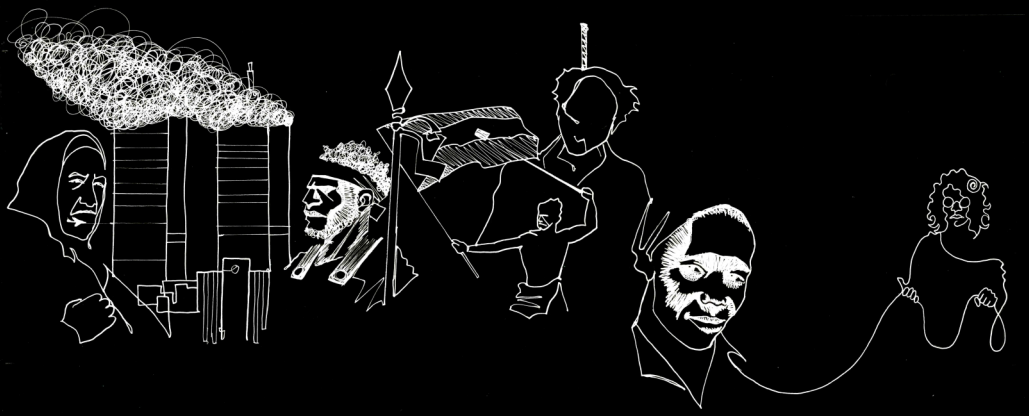
SCHILLER, N. G.; BASCH, L.; BLANC, C. S. De imigrante a transmigrante: teorizando a migração transnacional. **Cadernos CERU,** v. 30, n. 1, p. 349-394, 2019.

SEBASTIANI, Luca; COTA, Ariana S.; ÁLVAREZ VEINGUER, Aurora; OLMOS ALCARAZ, Antonia (2020). Decolonizar la investigación sobre migraciones: apuntes desde una etnografía colaborativa. **Athenea Digital**, 20(2), e2483, 2020. https://doi.org/10.5565/rev/athenea.2483.

SIMMEL, Georg. O estrangeiro. In: MORAES FILHO, Evaristo de (Org.). **Simmel – Sociologia.** São Paulo: Ática, 1983, p.182- 188.

TEDESCO, João Carlos. **Desejados e expulsos**: trabalhadores imigrantes na/como pandemia. Passo Fundo: Acervus, 2020.

WADELY, A. Pensar a partir dos migrantes: a perspectiva de Thomas e Znaniecki. **Revista Argumentos**, v. 15, n. 1, p. 68-86, 21 jun. 2018.



O presente livro «Desafios contemporâneos: os lugares das/dos historiadoras/es. Sociedade e Cultura: temas, abordagens e fontes» divide-se em duas grandes temáticas. A primeira, Gênero, violência e trabalho reúne pesquisas que abordam o entrelaçamento entre gênero, violência e política nas sociedades antigas, seguida de uma discussão de criminalidade e práticas de justiça na contemporaneidade, e as relações multifacetadas no mundo do trabalho. A segunda, História Cultural e História Local articula as discussões sobre patrimônio histórico-cultural, imagem, imprensa e mídias como fontes de pesquisa, produção de conhecimento e recursos no ensino de História, seguida de uma discussão pautada nas escritas e práticas de história local. O leque de temas, abordagens e fontes históricas analisadas pelos/as autores/as dão uma dimensão do potencial da área de História no campo da pesquisa, ensino e extensão, produzindo conhecimento em diálogo com os temas socioculturais emergentes.

ANPUH-RS 45 anos

PPGH PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

FURG

FAPERGS
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul

casaletras
casaletras.com
ISBN: 978-65-5220-019-8